UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GABRIELLA COELHO SANTOS.

# O BRASIL NA GEOPOLÍTICA DA IMUNIDADE ESTATAL:
## as fronteiras instáveis da relativização de atos de império em violação a direitos humanos estabelecidas pela Tese 944 do Supremo Tribunal Federal

Brasília
Maio, 2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GABRIELLA COELHO SANTOS

# O BRASIL NA GEOPOLÍTICA DA IMUNIDADE ESTATAL:
## as fronteiras instáveis da relativização de atos de império em violação a direitos humanos estabelecidas pela Tese 944 do Supremo Tribunal Federal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. George Rodrigo Bandeira Galindo

Brasília
Maio, 2026

Após sessão pública de defesa desta Tese, a candidata Gabriella Coelho Santos foi considerada _____ pela Banca Examinadora.

_____
Prof. Dr. George Rodrigo Bandeira Galindo
Universidade de Brasília (UnB)
Orientador

_____
Prof. Dr. Othon de Azevedo Lopes
Universidade de Brasília (UnB)
Membro

_____
Prof. Dr. João Henrique Ribeiro Roriz
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro

_____
Dr. Lucas Daniel Chaves de Freitas
Ministério Público Federal (MPF)
Membro

_____
Prof. Dra. Loussia Penha Musse Felix
Universidade de Brasília (UnB)
Membro (suplente)

Brasília, 28 de maio de 2026

*Aos pesquisadores que mais admiro e tenho o privilégio*
*de chamar de mãe e pai, Elsieni e Antônio Neto.*

# AGRADECIMENTOS

Hannah Arendt escreveu que há uma espécie de “terra de ninguém histórica”, onde o passado já não nos sustenta e o futuro ainda não nos acolhe, e que só pode ser descrita em termos de “não mais” e “ainda não”. Foi nessa fronteira sem mapa que esta tese se fez. Quase cinco anos vividos entre margens. De um lado, o que já não era. De outro, o que ainda não havia chegado. No meio, eu, sustentando como podia o atrito entre dois tempos que pareciam querer me dividir. O concurso e a tese. A posse e a página. A diplomata que começava e a pesquisadora que insistia em terminar. Houve culpa, houve cansaço, houve a sensação aguda de não estar inteira em lugar algum. Acordar e escrever. Trabalhar e escrever. Voltar para casa e escrever ainda. O caminho foi áspero, mas foi travessia. Se cheguei até aqui, foi porque nunca estive sozinha. Aos meus pais, **Elsieni** e **Antônio Neto**, professores e pesquisadores, devo a inspiração mais antiga, anterior a qualquer escolha. Vocês fizeram da curiosidade um modo de habitar o mundo, e foi assim que aprendi a habitá-lo também. Aos meus irmãos, **Pietro** e **Júlia**, agradeço por serem a casa que me permite atravessar. Há em vocês um chão que não cede. Ao **Marcello Augusto**, meu noivo, devo mais do que cabe em palavras. Esta tese foi escrita a quatro mãos. Você fez do intervalo um lugar habitável, e da fronteira, um pouso. Ao professor **George**, meu orientador, agradeço a confiança que permaneceu mesmo quando o meu tempo se desfazia. Orientar é, também, esperar, e você esperou com generosidade. Ao **João**, meu professor na UnB, no Instituto Rio Branco e na vida, agradeço o acolhimento e a orientação informal, sempre gentil. Aos amigos do Doutorado – **Bianca**, **Lucas**, **Anderson**, **Fabrício**, **Patrícia** e **Augusto** – agradeço cada reunião, cada intervenção, cada palavra necessária. Pensar com vocês foi uma forma de não estar sozinha. Às amigas e amigos do Instituto Rio Branco – **Millena**, **Marcelle**, **Mari**, **Josué**, **Heloísa** e **Paula** – agradeço a escuta e a presença. Vocês fizeram do pouco tempo um afeto largo. A brecha não se fecha com o ponto final. Ela apenas se desloca. O que termina aqui é uma travessia. O que começa, ainda não tem nome.

*"Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas."*
*Machado de Assis – Quincas Borba*

## RESUMO

A presente tese investiga a relativização da imunidade de jurisdição estatal em casos de alegadas violações de direitos humanos, a partir da análise crítica do julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858, que deu origem à Tese 944 do Supremo Tribunal Federal. O episódio, conhecido como Caso Changri-lá, serve de ponto de partida para examinar não apenas os argumentos jurídicos mobilizados pela Suprema Corte, mas também os deslocamentos discursivos e normativos que o tornaram possível. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira o Supremo Tribunal Federal, ao relativizar a imunidade de jurisdição de atos de império vinculados a alegadas violações a direitos humanos, reposiciona o Brasil na geopolítica da imunidade estatal. Parte-se da hipótese de que, ao recorrer a fundamentos normativos indeterminados — como a invocação genérica de "direitos humanos" —, o tribunal rompeu com a lógica cautelosa que historicamente orientava a prática estatal brasileira e projetou o país para uma posição discursiva isolada, sem respaldo consolidado no direito consuetudinário vigente. Para demonstrar tal hipótese, a pesquisa desenvolve três objetivos específicos: reconstruir o percurso histórico e jurídico do Caso Changri-lá, com ênfase na caracterização dos argumentos jurídicos e das escolhas interpretativas que conduziram à formulação da Tese 944 pelo Supremo Tribunal Federal; contextualizar, a partir dos marcos temporais do Caso Changri-lá, a geopolítica da imunidade estatal no âmbito internacional, examinando como o Judiciário e o Executivo brasileiros se posicionaram diante dessa dinâmica, em meio a alinhamentos, deslocamentos e tensões; e, por fim, interpretar criticamente as consequências jurídicas e geopolíticas da Tese 944, sobretudo no que tange aos efeitos da indeterminação dos direitos humanos como fundamento normativo, bem como apontar possíveis soluções. A análise estrutura-se, metodologicamente, como um estudo de caso, nos termos propostos por Robert K. Yin, com base na reconstrução crítica do julgamento do ARE 954.858 como unidade analítica central. A investigação fundamenta-se na leitura detalhada dos autos judiciais, dos votos dos ministros e das manifestações da Procuradoria-Geral da República, além de dialogar com pareceres dos consultores jurídicos do Ministério das Relações Exteriores e com a doutrina especializada. O referencial teórico articula as categorias de apologia, utopia e indeterminação formuladas por Martti Koskenniemi, somadas à noção de vernacularização do direito internacional, desenvolvida por Sally Engle Merry e Peggy Levitt, a fim de revelar como certos discursos jurídicos foram recepcionados, reinterpretados ou instrumentalizados pelo Brasil. Ao tensionar fundamentos jurídicos frágeis para justificar uma guinada interpretativa sem ancoragem normativa consolidada, o STF produziu uma exceção sem contornos definidos, a qual desafia os limites do regime jurídico da imunidade estatal e desloca o Brasil para uma zona discursiva ambígua no cenário internacional. Justifica-se, assim, a relevância desta pesquisa, que ultrapassa o campo da dogmática jurídica e busca compreender, com rigor crítico, os processos de construção dos discursos normativos no direito internacional.



**Palavras-chave**: Geopolítica da Imunidade Estatal; Imunidade de Jurisdição; Caso Changri-lá; Tese 944 do Supremo Tribunal Federal.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the relativization of state jurisdictional immunity in cases involving alleged human rights violations, based on a critical analysis of the judgment rendered in Extraordinary Appeal with Aggravation (ARE) No. 954.858, which resulted in the formulation of Thesis 944 by the Brazilian Federal Supreme Court (Supremo Tribunal Federal — STF). The episode, known as the *Changri-lá Case*, serves as a starting point for examining not only the legal arguments mobilized by the Court but also the discursive and normative shifts that made such a decision possible. The research problem lies in understanding how the Supreme Court, by relativizing the jurisdictional immunity of sovereign acts linked to alleged human rights violations, repositions Brazil within the geopolitics of state immunity. The central hypothesis suggests that, by resorting to indeterminate normative grounds — such as the generic invocation of "human rights" — the Court broke with the cautious logic that had historically guided Brazilian state practice and projected the country into an isolated discursive position, lacking consolidated support in prevailing customary international law. To demonstrate this hypothesis, the research unfolds through three specific objectives: to reconstruct the historical and legal trajectory of the *Changri-lá Case*, with emphasis on the legal arguments and interpretative choices that led to the formulation of Thesis 944; to contextualize, based on the case's temporal landmarks, the geopolitics of state immunity within the international sphere, examining how the Brazilian judiciary and executive responded to this dynamic amidst alignments, displacements, and tensions; and, finally, to critically interpret the legal and geopolitical consequences of Thesis 944, especially concerning the effects of the indeterminacy of human rights as a normative foundation, while suggesting possible alternatives. Methodologically, the analysis is structured as a case study, in accordance with the approach proposed by Robert K. Yin, based on the critical reconstruction of the ARE 954.858 judgment as the central analytical unit. The investigation relies on a detailed reading of court documents, ministerial opinions, and statements from the Office of the Prosecutor General, while also engaging with legal opinions issued by the Legal Advisers of the Ministry of Foreign Affairs and relevant scholarly literature. The theoretical framework combines the categories of *apology*, *utopia*, and *indeterminacy*, as developed by Martti Koskenniemi, with the notion of *vernacularization* of international law, as formulated by Sally Engle Merry and Peggy Levitt, in order to explore how specific legal discourses were received, reinterpreted, or instrumentalized by Brazil. By invoking fragile legal grounds to justify an interpretative shift unsupported by consolidated normative standards, the STF produced a borderless exception that challenges the limits of the legal regime of state immunity and shifts Brazil into an ambiguous discursive zone within the international arena. This research is thus justified by its aim to go beyond legal dogmatics and critically examine the processes through which normative discourses are constructed in international law.



**Keywords**: Geopolitics of State Immunity; Jurisdictional Immunity; Changri-lá Case; Thesis 944 of the Federal Supreme Court.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desapareceu o “Shangri-lá”(Diário da Noite, 17/07/1943) ..... 494
Figura 2 – Desapareceu com a tripulação (Diário de Notícias, 18/07/1943) ..... 494
Figura 3 – Acha-se desaparecido o barco de pesca "Shangri-lá" (Diário Carioca, 18/07/1943)..... 495
Figura 4 – Diversos fatos policiais (O Jornal, 18/07/1943) ..... 496
Figura 5 – Despedaçou-se no mar o "Changri-lá" (A Noite, 19/07/1943) ..... 497
Figura 6 – Teriam sido devorados pelos tubarões os tripulantes do "Changri-lá" (Diário da Noite, 19/07/1943) ..... 498
Figura 7 – Continua desaparecido o "Shangri-lá" (Gazeta de Notícias, 20/07/1943) ..... 499
Figura 8 – Desaparecido ainda com nove tripulantes o barco de pesca "Shangri-lá" (Diário de Notícias, 20/07/1943) ..... 499
Figura 9 – Desaparecidos os tripulantes do "Changri-Lah" (Diário de Pernambuco, 20/17/1943) .... 500
Figura 10 – Não mais se soube notícia do "Changri-lá" (Correio da Manhã, 20/07/1943)[120]..... 500
Figura 11 – Desaparecimento do “Changri-lá” – os tripulantes do barco “Três Irmãos”, que trouxeram os destroços do “Changri-La” para o Rio, posam para a objetiva da “Agência Meridional” (Diário de Pernambuco, 22/07/1943) ..... 501
Figura 12 – Estão salvos os tripulantes do "Shangri-lá"! (Diário da Noite, 09/10/1943) ..... 502
Figura 13 – Os dez pescadores do "Changri-lá" aguardam regresso em Liverpool (Diário da Noite, 09/10/1943) ..... 502
Figura 14 – Teriam sido recolhidos pelo "Burnett" (O Jornal, 09/10/1943) ..... 503
Figura 15 – Serão repatriados os náufragos do "Shangri-lá" (Diário de Pernambuco, 12/10/1943)... 503
Figura 16 – O naufrágio do "Shangri-lá" (Diário de Notícias, 07/03/1944) .....50404
Figura 17 – O "Changri-lá" desapareceu com a tripulação (Diário Carioca, 07/03/1944)..... 505
Figura 18 – Arquivado o processo sobre o desaparecimento do "Shangri-lá" (Diário de Notícias, 18/04/1944) ..... 505

# LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – *Dimensões comparativas entre os precedentes internacionais e o caso Changri-lá* .....298
Tabela 02 – *Mosaico de Contenção* .....446

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 12**

**CAPÍTULO 01. DO "TORPEDEAMENTO" À TESE 944: CAMINHOS ARGUMENTATIVOS EM DIREÇÃO A UMA FRONTEIRA POROSA NA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO ..... 24**

1.1 A narrativa que antecede a exceção: o Tribunal Marítimo e a abertura de um percurso interpretativo impreciso ..... 24

1.2 A construção de uma exceção sem contornos: a escolha do Supremo por uma vinculação normativa em meio a trilhas não consolidadas ..... 38

1.3 A fronteira porosa da imunidade de jurisdição: ponto de chegada ou ponto de partida? ..... 108

**CAPÍTULO 02. "NÃO MAIS E AINDA NÃO": LOCALIZANDO O BRASIL NA GEOPOLITICA DA IMUNIDADE ESTATAL ..... 115**

2.1 [1943] Tempos de solidez: soberania, imunidade absoluta e ecos interpretativos ..... 119

2.2 [1999] Tempos de transição: atos de gestão, imunidade relativa e adesão cautelosa ..... 187

2.3 [2016] Tempos de ruptura: exceções incipientes, alinhamentos imaginados e o descompasso jurídico internacional ..... 247

**CAPÍTULO 03. ALÉM DA FRONTEIRA: O QUE RESTA DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO NO BRASIL? ..... 303**

3.1 Nem apologia, nem utopia: a exceção como ficção normativa ..... 307

3.2 Fora do tabuleiro: quando a exceção não encontra seus pares ..... 374

3.3 "Ao vencedor, as batatas": o fim (não declarado) da imunidade de jurisdição ..... 403

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 449**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 462**

**REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS ..... 492**

**ANEXOS ..... 494**

# INTRODUÇÃO

> *The relationship between international law and geopolitics is enduring or even natural because international law operates in the world of international politics. International politics is shaped by sovereign territorial entities, which also have the greatest influence on the development, application, and enforcement of the principles and rules of international law*.[1] Roman Kwiecień

Tomo emprestado o raciocínio utilizado pelo Embaixador Ruy Casaes para iniciar esta tese.[2] Seja pela clareza explicativa, seja pela fineza argumentativa, o diplomata brasileiro logrou traduzir, em termos quase axiomáticos, a lógica que sustenta o regime da imunidade estatal. A sua explicação parte da tensão existente entre dois Estados soberanos: um chamado a se submeter à jurisdição estrangeira e o outro interessado em exercê-la. Essa relação pode ser descrita como uma equação matemática, cujos polos consistem, de um lado, no princípio da igualdade jurídica entre os Estados – consagrado na máxima *par in parem non habet imperium* – e, de outro, no princípio da soberania (em sentido estrito) – manifestada na prerrogativa do exercício da jurisdição dentro do próprio território. Embora contrapostos e aparentemente excludentes, ambos os vetores derivam de um mesmo núcleo conceitual, a soberania (em sentido amplo). Afinal, no plano internacional, o Estado não está subordinado a nenhum outro ente estatal (acepção negativa), mas, no plano interno, detém autoridade dentro de suas fronteiras (acepção positiva). Essa dualidade fornece a base para as distintas construções teóricas sobre o tema. Enquanto a ênfase na paridade conduz à defesa da imunidade absoluta, a valorização do poder do foro justificaria a sua relativização.

A partir dessa equação inicial, impõe-se uma breve incursão conceitual sobre o termo *imunidade*. Conforme destaca Casaes, a imunidade pode ser compreendida em termos de uma relação jurídica. Assim como um direito implica, em contrapartida, uma obrigação da parte

---

[1] Tradução literal: a relação entre o direito internacional e a geopolítica é duradoura, ou mesmo natural, porque o direito internacional opera no mundo da política internacional. A política internacional é moldada por entidades territoriais soberanas, que também exercem a maior influência sobre o desenvolvimento, a aplicação e a execução dos princípios e normas do direito internacional. KWIECIEŃ, Roman. Geopolitics and international law. Tradução de Ewa Pałka. In: KLOCZKOWSKI, Jacek (ed.). *Geopolitics*. Kraków: Ignatianum University Press, 2021. p. 113–130. Disponível em: https://ruj.uj.edu.pl/entities/publication/b44ff1b3-d988-4209-a319-69b52f673183. Acesso em: 04 jun. 2025. p. 129.

[2] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 1-2.

oposta, a imunidade pressupõe um "não poder" por parte da autoridade correspondente.[3] Essa leitura encontra respaldo nos trabalhos conduzidos por Sompong Sucharitkul, relator especial da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, por ocasião da elaboração da Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens. Segundo o jurista tailandês, a imunidade "pode ser vista como um direito que é positivo em sua forma, mas negativo em sua substância, já que denota 'ausência de poder' ou 'não exercício de autoridade' pela parte correlata".[4] Trata-se, portanto, de uma prerrogativa que se afirma justamente pela limitação do poder, e não por sua projeção.

Dentro desse escopo, a definição de *imunidade de jurisdição* também ocupa papel central.[5] Trata-se da suspensão do poder jurisdicional de um Estado diante de determinados atos ou fatos jurídicos vinculados a pessoas naturais ou jurídicas ou aos seus bens. Embora o instituto possa alcançar certos agentes estatais, com base em normas convencionais ou costumeiras, como no caso das imunidades diplomática e consular, este trabalho se concentra exclusivamente na vertente estatal da prerrogativa. Importa destacar que tal imunidade não equivale à isenção do cumprimento das normas materiais do Estado territorial. O Estado estrangeiro, enquanto pessoa jurídica de direito internacional público, permanece vinculado à legislação substantiva vigente onde atua. O que se interrompe, de forma temporária, é a incidência do direito processual local, especialmente no que se refere à possibilidade de submissão à jurisdição do foro. Essa suspensão, por sua vez, não opera de forma absoluta. Entre as hipóteses que permitem sua superação, encontra-se a renúncia – expressa ou tácita -, "que é uma das formas de exceção à exceção".[6] Uma vez operada, restabelece-se integralmente a jurisdição do Estado territorial, inclusive quanto aos aspectos procedimentais que haviam sido paralisados em razão da imunidade.

Correlata à imunidade de jurisdição, a *imunidade de execução* refere-se à proteção conferida aos bens de um Estado estrangeiro contra medidas coercitivas no território de outro Estado soberano.[7] Trata-se, em essência, da vedação à adoção de atos de natureza cautelar ou

---

[3] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 16.

[4] Trecho original: "imunity can (...) be viewed as a right which is positive in form, but negative in substance. It's negative since it denotes 'no power' or 'non-use of authority' by the correlative partner". SUCHARITKUL, Sompong. Immunities of Foreign States before National Authorities. *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*, v. 149, 1976-I, p. 95.

[5] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 17-19.

[6] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 19.

[7] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 17-19.

executória – como arresto, penhora ou expropriação – sobre ativos estatais localizados fora do território de origem. Se a primeira modalidade de imunidade limita o exercício da jurisdição em sentido processual, a segunda impede a prática de atos materiais voltados à satisfação de uma pretensão. A doutrina identifica, nesse ponto, duas vertentes do instituto: a imunidade ratione personae, voltada à salvaguarda do Estado estrangeiro enquanto sujeito soberano, e a imunidade ratione materiae, aplicada a bens públicos sob alegação de função estatal.[8] Em ambos os casos, preserva-se a integridade da atuação estatal no plano externo. Assim como ocorre na imunidade de jurisdição, a execução contra bens do Estado estrangeiro poderá ser admitida em hipóteses excepcionais, como no caso de renúncia. Uma vez superado o obstáculo à execução, todas as medidas processuais anteriormente vedadas poderão ser retomadas, com o restabelecimento da plena eficácia da jurisdição local.

Feita essa digressão conceitual, cumpre retornar para a distinção entre *imunidade absoluta* e *imunidade relativa*, traduzindo dois modos distintos de compreender os limites da soberania estatal no plano internacional. Na perspectiva da imunidade absoluta, prevalece a leitura clássica da máxima, já mencionada, *par in parem non habet imperium*, segundo a qual um Estado soberano não está sujeito à jurisdição de outro, salvo quando houver aceitação prévia e inequívoca. Parte-se do entendimento de que, em um sistema internacional pautado pela horizontalidade, não haveria ente superior capaz de constranger a vontade estatal, tampouco de exercer autoridade sobre ela. Já a concepção relativa – também chamada de imunidade restrita – desloca o foco para a soberania do Estado do foro, enfatizando o impacto da abstenção jurisdicional sobre os elementos que compõem sua própria autoridade. Sob esse prisma, a exclusão da jurisdição local em relação a atos praticados no território nacional, envolvendo pessoas ou bens ali situados, configuraria uma limitação indevida à integridade da soberania doméstica. A imunidade, nessa chave interpretativa, não se apresenta como prerrogativa absoluta, mas como instituto sujeito a restrições.

Embora a imunidade de execução permaneça absoluta, salvo renúncia expressa em sentido contrário,[9] o mesmo não ocorreu com a imunidade de jurisdição, cujo escopo foi

---

[8] BOUCHEZ, Leo J. The nature and scope of State immunity from jurisdiction and execution. *Netherlands Yearbook of International Law*, v. 10, 1979, p. 3.

[9] A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, por exemplo, vedam expressamente a adoção de medidas executórias sobre bens relacionados às funções diplomáticas e consulares. Jurisprudência estrangeira e legislações nacionais também têm reafirmado, de modo recorrente, a impossibilidade de sujeitar bens estatais à execução forçada sem consentimento prévio. Para mais informações, verificar: DENZA, Eileen. *Diplomatic Law:* Commentaries on the Vienna Convention on Diplomatic Relations. 4. ed. New York: Oxford University Press; SOARES, Guido Fernando Silva. *Das Imunidades de Jurisdição e de Execução.* Rio de Janeiro: Forense, 1984.

progressivamente relativizado. A primeira inflexão sistemática, nesse regime, ocorreu com a distinção entre atos de império (*acta jure imperii*) e atos de gestão (*acta jure gestionis*).[10] Entende-se, de maneira geral, que os primeiros se referem ao exercício típico de funções soberanas, enquanto os últimos dizem respeito a condutas em que o Estado age em condições semelhantes às de um particular, como em relações contratuais, comerciais ou trabalhistas. De acordo com esse modelo, os atos de império continuaram amparados por imunidade absoluta, ao passo que os atos de gestão passaram a admitir exceções, sob o argumento de que o Estado, ao afastar-se de sua função pública, não justificaria o privilégio da isenção jurisdicional. Essa distinção, ainda que conceitualmente clara, gerou dificuldades práticas de aplicação e interpretação nos diversos sistemas jurídicos. A incorporação desse critério não se deu de forma simultânea nem homogênea. No contexto da *civil law*, países como Bélgica e Itália foram precursores, ainda no século XIX.[11] Nos sistemas de *common law*, por sua vez, a inflexão teve início com a *Tate Letter*, emitida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos em 1952,[12] e ganhou tração durante a Guerra Fria,[13] em um processo de difusão jurisprudencial moldado por vínculos institucionais e afinidades históricas. A disseminação da distinção entre atos de império e atos de gestão não se confunde com uma uniformidade normativa: trata-se de um arranjo funcional, moldado por contingências históricas e disputas interpretativas, mais do que por consenso jurídico consolidado.

Uma segunda inflexão no regime da imunidade de jurisdição vem sendo ensaiada por alguns países, embora, a meu ver, sem respaldo consolidado no costume internacional. Trata-se da tentativa de relativizar a imunidade mesmo diante de atos de império, especialmente quando vinculados a situações de lesão ou morte de pessoas, ou a violações de normas de *jus cogens*. Essa tendência manifesta-se de forma fragmentada, por meio de iniciativas legislativas e decisões judiciais que variam quanto ao escopo e à fundamentação. No plano legislativo, destacam-se instrumentos como o *Foreign Sovereign Immunities Act*, nos Estados Unidos, o

---

[10] Nesse sentido, ver: GARCIA, Márcio e MADRUGA FILHO, Antenor Pereira (coord.). *A Imunidade de Jurisdição e o Judiciário Brasileiro.* Brasília: CEDI, 2002; FOX, Hazel; WEBB, Philippa. *The Law of State Immunity*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013; RUY, Tom; ANGELET, Nicolas; FERRO, Luca (eds.). *The Cambridge Handbook of Immunities and International Law.* Cambridge: Cambridge University Press, 2019;

[11] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 36 (ou 25 de 51). Notas de Rodapé 111 e 112. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

[12] Cf. DONNER, Ruth. The Tate Letter Revisited. *Willamete Journal of International Law and Dispute Resolution,* v. 9, n. 1, 2001. p. 27-40.

[13] ACCIOLY, Hildebrando. Imunidade de jurisdição dos Estados. Nova orientação do Departamento de Estado [1952]. *In:* CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1952-1960). Brasília: Senado Federal, 2001. v. 5. p. 118.

*State Immunity Act*, no Reino Unido, e disposições da Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados, que admitem exceções à imunidade em casos envolvendo danos à pessoa ou a seus bens. Em âmbito judicial, casos como *Ferrini* (Itália), *Distomo* (Grécia) e a jurisprudência recente da Coreia do Sul – relativa às indenizações devidas a vítimas de trabalho forçado durante a ocupação japonesa da península – ilustram o esforço de certos tribunais nacionais em afastar a imunidade de jurisdição frente a alegações de graves violações de normas imperativas, particularmente em contextos de guerra. Não obstante a relevância desses precedentes, não se observa, até o momento, prática generalizada e uniforme acompanhada de *opinio juris* que permita afirmar a consolidação de uma nova norma consuetudinária.[14] O cenário atual revela, por conseguinte, uma inflexão em curso, marcada mais por rupturas localizadas do que por consenso normativo ou jurisprudencial.

No interior desse campo discursivo e fragmentado, a trajetória do Brasil revela deslocamentos que não se confundem com um alinhamento linear às experiências estrangeiras. A incorporação da distinção entre atos de império e atos de gestão, marco da primeira inflexão no regime da imunidade de jurisdição, ocorreu de forma tardia e com evidente cautela. A atuação do Itamaraty nesse período, como demonstram os pareceres de seus consultores jurídicos, reforça o caráter prudente da transição, orientada mais por uma leitura pragmática do cenário internacional do que por adesão a fundamentos principiológicos.[15] Até o final da década de 1980, prevalecia, na prática jurídica e diplomática brasileira, a adesão à imunidade absoluta, ainda que houvesse reflexões sobre a sua relativização. Apenas com o julgamento do caso *Genny de Oliveira*,[16] em 1989, o Supremo Tribunal Federal passou a admitir, por meio de uma vernacularização,[17] uma exceção à imunidade estatal para atos de natureza privada. Esse

[14] Sobre a formação de normas costumeiras, ver: WOOD, Michael; SENDER, Omri. *Identification of Customary International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2024.
[15] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. Acesso em: 08 mar. 2025.
[16] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.
[17] LEVITT, Peggy; MERRY, Sally Engle. Vernacularization on the ground: local uses of global women's rights in Peru, China, India and the United States. *Global Networks*, Oxford, v. 9, n. 4, p. 441–461, 2009; MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The vernacularization of women's human rights. In: GOODALE, Mark; MERRY, Sally Engle (Org.). *The practice of human rights: tracking law between the global and the local*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 213–236; COGAN, Jacob Katz. A history of international law in the vernacular. *Journal of the History of International Law*, forthcoming 2020. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=3635008. Acesso em: 10 mar. 2025.

movimento, embora relevante, ainda se inscrevia em um quadro de acomodação interpretativa, sem pretensões de ruptura com o direito internacional dominante.

Esse percurso de transição cautelosa da imunidade absoluta para a relativa, observado na trajetória brasileira, contrasta com a guinada interpretativa mais recente protagonizada pelo Supremo Tribunal Federal. Entre 2016 e 2022, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 954.858,[18] a Corte foi instada a se pronunciar sobre o alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro diante de ato de império considerado ofensivo ao direito internacional da pessoa humana. O caso Changri-lá, como ficou conhecido, remonta ao naufrágio de uma embarcação pesqueira brasileira, cujos tripulantes desapareceram em águas de jurisdição nacional, em julho de 1943. À época, o Tribunal Marítimo arquivou o caso por ausência de provas quanto às causas do afundamento. Em 1999, após receber a pesquisa de um historiador brasileiro, a Procuradoria Especial da Marinha requereu a responsabilização do governo alemão, acusando-o de ter torpedeado o barco com submarino durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda que subsistissem incertezas probatórias, o colegiado do Tribunal acolheu essa hipótese como fundamentação oficial. Os familiares dos pescadores, ancorados nessa fundamentação jurídica, ajuizaram ação indenizatória contra a República Federal da Alemanha. Entendendo tratar-se de um ato de império, tanto a Justiça Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça rejeitaram o pleito, momento no qual os autores recorreram à Suprema Corte. Em decisão inédita, o Pretório Excelso fixou a Tese 944, em sede de repercussão geral, estabelecendo que "os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição".

A relativização da imunidade de jurisdição, ainda que frequentemente revestida de argumentos técnico-jurídicos, nem sempre repousa sobre fundamentos normativos consistentes. Como demonstra Martti Koskenniemi, marco teórico desta tese, o discurso jurídico internacional oscila entre polos de apologia e utopia, alternando-se entre justificações políticas disfarçadas de neutralidade e idealizações normativas desprovidas de efetividade.[19] Esse quadro produz um campo de indeterminação argumentativa, no qual o mesmo vocabulário jurídico pode ser mobilizado para finalidades radicalmente distintas. A emergência recente de exceções à imunidade, por exemplo, tem sido justificada com base em molduras principiológicas vagas,

---

[18] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 43 de 106 (voto vogal – min. Gilmar Mendes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025

[19] KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia: the structure of international legal argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

como “jus cogens” ou “direitos humanos”,[20] sem que se explicite com precisão qual norma teria sido violada, nem qual o seu grau de positividade no sistema internacional. Essa indeterminação não decorre do acaso: ela viabiliza que diferentes Estados justifiquem a adoção – ou a recusa – de medidas jurisdicionais em função de contextos geopolíticos específicos.

Nesse cenário, suscitam-se reflexões que, embora não constituam o problema central desta pesquisa, ajudam a delinear com mais nitidez seu recorte. Por que alguns países foram pioneiros em relativizar a imunidade? Por que determinadas tradições jurídicas responderam em cadeia, enquanto outras permaneceram reticentes? Quais argumentos foram mobilizados para sustentar essas decisões? Quais silêncios e interesses informaram essas escolhas? Essas indagações revelam que o debate em torno da imunidade não se esgota no plano técnico da interpretação jurídica, mas se projeta também no campo das estratégias políticas, dos alinhamentos simbólicos e das disputas por autoridade normativa. A forma como os Estados constroem, adotam ou resistem a determinadas interpretações jurídicas integra um processo mais amplo de posicionamento no espaço internacional, no qual a linguagem jurídica opera como instrumento de organização discursiva do Direito Internacional de forma mais ampla.

A observação de que o regime da imunidade de jurisdição reflete mais do que escolhas jurídicas isoladas exige um deslocamento teórico. Nesse contexto, justifica-se a escolha pelo uso do termo “geopolítica” no título desta tese. O vocabulário da geopolítica crítica, tal como proposto por Gearóid Ó Tuathail,[21] oferece uma lente apropriada para esse fim, desde que compreendido em seus próprios termos: não como conceito fechado ou categoria substancial, mas como prática discursiva situada. Segundo o autor, a geopolítica deve ser entendida a partir de sua textualidade e de sua contextualidade. Trata-se de uma forma de escrever o espaço global, de representar o mundo e de organizar relações de poder por meio da linguagem, da leitura e da escrita de cenas políticas. Ainda que marcada por significações, a geopolítica não se reduz ao discurso. Ancora-se, na verdade, em contextos históricos e sociais específicos, nos quais adquire sentidos distintos e efeitos variados. Por isso, ao contrário de outros conceitos jurídicos adotados nesta introdução, a noção de geopolítica será aqui tratada como um campo em construção, cujo conteúdo será interpretado à luz dos momentos históricos analisados. Em cada uma das inflexões identificadas — seja na distinção entre atos de império e de gestão, seja nas

[20] Cf. KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Londres: Hart Publishing, 2011. p. 131-158 (Part III: The politics of Human Rights).
[21] Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. London: Routledge, 1996. Nesse sentido, ver também: DALBY, Simon; Ó TUATHAIL, Gearóid (Orgs.). *Rethinking geopolitics*. London: Routledge, 1998; Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Orgs.)**.** *The geopolitics reader*. London: Routledge, 1998.

tentativas recentes de relativização com base em valores suprapositivos — a espacialização do debate jurídico revela alinhamentos, resistências e reconfigurações que só podem ser compreendidos mediante o entrelaçamento entre discurso e contexto.

A aproximação entre geopolítica e direito internacional exige mais do que uma justaposição de disciplinas: requer um esforço de tradução conceitual capaz de articular racionalidades distintas que operam sobre um mesmo objeto – o espaço – a partir de lógicas normativas, epistemológicas e institucionais heterogêneas. Como sugere Alexander Orakhelashvili,[22] ambas as esferas se debruçam sobre o exercício de poder estatal no espaço, mas o fazem a partir de gramáticas divergentes. Enquanto o direito internacional busca conformar condutas mediante normas *a priori* consensuais, a geopolítica interpreta essas condutas como expressões de posicionamentos estratégicos, enraizados em disputas por autoridade. A tensão não reside, portanto, no objeto em si, mas nos critérios de legitimidade que orientam sua apropriação. O direito internacional, ao codificar regras de conduta estatal, estabelece limites jurídicos formais à expansão geopolítica, entretanto, concomitantemente, fornece os instrumentos discursivos e institucionais por meio dos quais essas estratégias se tornam viáveis e, por vezes, legitimadas. O paradoxo, como evidencia Orakhelashvili, consiste no fato de que mesmo as ações revestidas de legalidade podem, em seu conteúdo geopolítico, fragilizar a integridade normativa do sistema jurídico internacional ao instrumentalizá-lo para fins estratégicos.

Esse entrecruzamento entre direito e geopolítica adquire contornos particularmente relevantes nas disputas pela constituição de ordens espaciais regionais. Anne Orford destaca que, ao longo do último século, o direito internacional tem servido não apenas como instrumento de contenção do poder, mas como veículo de legitimação para projetos normativos moldados por grandes potências.[23] Essas ordens muitas vezes se estruturam em torno de zonas de influência que, embora formalizadas por meio de tratados ou instituições multilaterais, carregam a marca de doutrinas unilaterais e arranjos assimétricos. A ideia de que o direito pode organizar o mundo em "espaços maiores" sob a liderança de um Estado central – como

[22] ORAKHELASHVILI, Alexander. International Law and Geopolitics: one object, conflicting legitimacies? *Netherlands Yearbook of International Law*, 39, p 155-204, 2008. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0167676808001554. Acesso em 04 jun. 2025.

[23] ORFORD, Anne. Regional orders, geopolitics, and the future of international law. *Current Legal Problems*, London, v. 74, n. 1, p. 149–194, 2021. Disponível em: https://academic.oup.com/clp/article/74/1/149/6386394. Acesso em: 4 jun. 2025.

formulado por Carl Schmitt em sua teoria do Großraum[24] – ressurge, ainda que transfigurada, na articulação entre normas jurídicas e agendas geopolíticas contemporâneas.[25] Não se trata apenas de determinar limites territoriais, mas de estabelecer regimes de autoridade diferencial, nos quais certos Estados reivindicam prerrogativas normativas em relação a regiões inteiras. A persistência desses arranjos, muitas vezes naturalizados pelo vocabulário da segurança ou dos direitos humanos, indica que a produção do espaço jurídico permanece permeada por critérios extrajurídicos. A análise da imunidade estatal, nesse cenário, não pode ignorar que toda decisão sobre jurisdição opera também como afirmação de um regime espacial, com implicações que excedem o plano estritamente normativo.

Se, como observa Roman Kwiecień, [26] o direito internacional permanece fundamentalmente dependente da vontade dos Estados, sua capacidade de conter as externalidades geopolíticas dependerá menos da coerência normativa e mais da disposição dos atores em submeter estratégias de poder a um horizonte jurídico comum. O problema não repousa unicamente sobre a influência da geopolítica na formação do direito, mas também sobre a possibilidade de o próprio direito internacional operar como catalisador da racionalidade estratégica que afirma conter. A imunidade de jurisdição oferece um exemplo expressivo dessa tensão, pois, ao definir os contornos da autoridade para julgar, torna visível a disputa entre diferentes ordens normativas e posicionamentos geopolíticos no sistema internacional. Ao adotar uma cláusula aberta fundada em direitos humanos, a Tese 944 do Supremo Tribunal Federal projeta um novo alinhamento discursivo, cuja legitimidade jurídica esconde — ou revela — um gesto de reposicionamento geopolítico. Incorporar a geopolítica à análise do direito internacional, nesse contexto, não significa afastar-se da análise jurídica, mas reconhecer que toda aplicação normativa mobiliza sentidos que ultrapassam o campo técnico e intervêm na produção de mapas de autoridade, soberania e exceção.

---

[24] Nesse sentido, ver: SCHMITT, Carl. The Groß raum Order of International Law with a Ban on Intervention for Spatially Foreign Powers: A Contribution to the Concept of Reich in International Law [1939-1941]. In: NUNAN, Timothy (ed). *Carl Schmitt: Writings on War*. Cambridge: Polity Press, 2011. p. 87-88. Importante notar que o envolvimento de Carl Schmitt com a formulação do conceito de *Großraum* foi uma das razões que motivaram sua prisão e detenção em Nuremberg entre 1945 e 1947. Esse episódio e suas implicações são abordados tanto em seu próprio depoimento quanto na análise historiográfica de Bendersky. Cf. ORFORD, Anne. Regional orders, geopolitics, and the future of international law. *Current Legal Problems*, London, v. 74, n. 1, p. 149–194, 2021. Disponível em: https://academic.oup.com/clp/article/74/1/149/6386394. Acesso em: 4 jun. 2025. p. 162.

[25] Para uma reflexão crítica sobre o uso contemporâneo da teoria dos "espaços maiores" (*Großraum*) de Carl Schmitt, ver a análise de Martti Koskenniemi: KOSKENNIEMI, Martti. International law as political theology: how to read Nomos der Erde? Constellations, v. 11, n. 4, p. 492-511, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1351-0487.2004.00391.x. Acesso em: 04 jun. 2025.

[26] KWIECIEŃ, Roman. Geopolitics and international law. Tradução de Ewa Pałka. In: KLOCZKOWSKI, Jacek (ed.). *Geopolitics*. Kraków: Ignatianum University Press, 2021. p. 113–130. Disponível em: https://ruj.uj.edu.pl/entities/publication/b44ff1b3-d988-4209-a319-69b52f673183. Acesso em: 04 jun. 2025.

A ideia de que "uma onça de jurisdição vale mais do que uma libra de ouro",[27] resgatada por Maïa Pal na epígrafe de *Jurisdictional accumulation: an early modern history of law, empires, and capital*.,[28] condensa, em linguagem metafórica, a centralidade que a jurisdição ocupa nas disputas interestatais. A frase, atribuída a um jurista do século XV, revela com precisão que o exercício da jurisdição não constitui apenas uma prerrogativa normativa, mas um mecanismo de afirmação de autoridade, com efeitos jurídicos e geopolíticos relevantes. No campo da imunidade estatal, essa constatação adquire especial relevo. A decisão de reconhecer ou afastar a jurisdição sobre um Estado estrangeiro expressa um posicionamento institucional sobre a legitimidade de exercer poder sobre o outro soberano, o que implica uma ordenação do espaço jurídico conforme relações assimétricas de autoridade. Nessas condições, a imunidade de jurisdição materializa um campo de forças em que diferentes racionalidades jurídicas e estratégicas se confrontam: a do direito internacional, com sua retórica de igualdade entre Estados; a do direito interno, voltada à proteção da soberania nacional e à definição dos limites da própria competência; e a da política global, orientada por conveniências, resistências e posicionamentos seletivos. Compreendida sob essa chave, a imunidade deixa de operar como cláusula técnica de afastamento da jurisdição e passa a atuar como tecnologia de poder, apta a organizar relações e hierarquias entre Estados por meio de decisões judiciais localizadas. Incorporar a geopolítica à análise desse regime significa reconhecer que o direito não apenas regula o espaço internacional, mas também o produz, ao selecionar quais vozes têm autoridade para julgar, quais narrativas são legitimadas e quais sujeitos permanecem silenciados.

Esta tese objetiva, nesse contexto, demonstrar como o Supremo Tribunal Federal, ao relativizar a imunidade de jurisdição no Caso Changri-lá, reposiciona o Brasil na geopolítica da imunidade estatal. Sugere-se que, ao adotar os direitos humanos – um conceito jurídico indeterminado – como parâmetro normativo da Tese 944, a Suprema Corte deixa de adotar o direito consuetudinário sobre a matéria e rompe com a lógica cautelosa que até então orientava a prática brasileira, deslocando o país para uma posição isolada no cenário internacional. Ao contrário do que se pretendia, o país não aderiu às exceções incipientes da imunidade estatal – como em casos de lesão ou morte de pessoas ou de violação de normas de *jus cogens*. Ao tentar fazê-lo com base em fundamentos distintos, o STF foi além: alcançou uma fronteira inédita da imunidade de jurisdição, transformando a pretensa vanguarda em um esvaziamento da imunidade no país. Trata-se, por conseguinte, de um reposicionamento discursivo com

[27] No original: "Une once de jurisdiction vaut plus qu'une livre d'or".
[28] PAL, Maïa. *Jurisdictional accumulation: an early modern history of law, empires, and capital*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

implicações jurídicas e geopolíticas ainda em aberto. O Brasil bancará, politicamente, essa decisão no âmbito internacional? Essa já é uma pergunta para outra agenda de pesquisa.

Para alcançar o objetivo supramencionado, a pesquisa desdobra-se em três capítulos. O primeiro – *Do "torpedeamento"[29] à Tese 944: caminhos argumentativos em direção a uma fronteira porosa na imunidade de jurisdição* – pretende reconstruir o percurso histórico e jurídico do Caso Changri-lá, com ênfase na caracterização dos argumentos jurídicos e das escolhas interpretativas que conduziram à formulação da Tese 944 pelo Supremo Tribunal Federal. O segundo – *"Não mais e ainda não":[30] localizando o Brasil na geopolítica da imunidade estatal* – visa a contextualizar, a partir dos marcos temporais do ARE 954.858, a geopolítica da imunidade estatal no âmbito internacional, examinando como o Judiciário e o Executivo brasileiro se posicionaram diante dessa dinâmica, em meio a alinhamentos, deslocamentos e tensões. Por fim, o terceiro capítulo – *Além da fronteira: o que resta da imunidade de jurisdição no Brasil?* – pretende interpretar criticamente as consequências jurídicas e geopolíticas da Tese 944, sobretudo no que tange aos efeitos da indeterminação dos direitos humanos como fundamento normativo, bem como apontar possíveis soluções.

Metodologicamente, a presente pesquisa adota o estudo de caso, nos termos propostos por Robert K. Yin,[31] com base na reconstrução crítica do julgamento do Caso Changri-lá (ARE 954.858) como unidade analítica central, sobretudo do primeiro capítulo da Tese. A opção por esse método decorre da necessidade de compreender não apenas os argumentos jurídicos mobilizados no caso concreto, mas também as condições normativas, institucionais e geopolíticas que o tornam possível e revelador. A análise parte de uma leitura detalhada dos documentos que compõem o processo judicial — incluindo os votos dos ministros, manifestações da Procuradoria-Geral da República e decisões anteriores —, em diálogo com a doutrina especializada e com pareceres jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, sobretudo no que tange à prática estatal sobre imunidade de jurisdição. O caso será, ainda,

---

[29] Nota-se que o termo "torpedeamento" se encontra entre aspas justamente pelas reflexões levantadas no capítulo sobre as conclusões fundamentadas em provas circunstanciais do Tribunal Marítimo brasileiro quando da análise do caso Changri-lá.

[30] A expressão "não mais e ainda não" foi retirada no seguinte trecho escrito por Hannah Arendt: "Humes observou certa vez que a civilização humana como um todo subsiste porque 'uma geração não abandona de vez o palco e outra triunfa, como acontece com as larvas e as borboletas'. Em algumas guinadas da história, porém, em alguns picos críticos, pode caber a uma geração um destino parecido com o das larvas e borboletas. Pois o declínio do velho e o nascimento do novo não são necessariamente ininterruptos; entre as gerações, entre os que, por uma razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já cresceram com ela [...], está rompida a continuidade e surge um 'espaço vazio', espécie de terra de ninguém histórica, que só pode ser descrita em termos de 'não mais e ainda não'". ARENDT, Hannah. Não mais e ainda não. In: ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo: ensaios (1930–1954)*, São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 187.

[31] YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

inserido em um contexto mais amplo de deslocamentos geopolíticos e fragmentações normativas, que são explorados por meio de três marcos temporais distintos, quais sejam: (a) 1943, ano do naufrágio; (b) 1999, ano da reabertura do caso pelo Tribunal Marítimo; e (c) 2016, ano de início do julgamento no STF. Cada um deles representa um momento situado no espaço e no tempo da história da imunidade de jurisdição estatal, motivo pelo qual serão analisados com profundidade no segundo capítulo. O terceiro, por sua vez, combinará unidade-contexto com uma interpretação crítica informada teoricamente pelas categorias de indeterminação, apologia e utopia formuladas por Martti Koskenniemi, bem como pela noção de vernacularização do direito internacional discutida por Merry e Levitt, a fim de problematizar como certos discursos globais são recepcionados, reinterpretados ou instrumentalizados pelo Brasil, considerando sua posição no sistema político internacional.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender criticamente os efeitos jurídicos e geopolíticos da inflexão interpretativa promovida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Caso Changri-lá, cujos contornos normativos e implicações ainda permanecem em aberto. Ao relativizar a imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros com base em alegadas violações de direitos humanos, a Corte não apenas se afastou da prática cautelosa historicamente adotada pelo Brasil, como também projetou o país para uma posição discursiva isolada, sem respaldo consolidado no direito internacional consuetudinário. Tal decisão, ao mobilizar categorias jurídicas de conteúdo fluido – como “direitos humanos” –, revela não apenas a indeterminação dos fundamentos invocados, mas também o uso estratégico da linguagem jurídica como instrumento de reposicionamento internacional. Nesse sentido, a análise do julgamento ultrapassa o interesse dogmático e adquire relevância no plano teórico e político, ao lançar luz sobre as formas pelas quais o Brasil, por meio de sua mais alta Corte, reinscreve sua atuação no regime internacional da imunidade estatal e, simultaneamente, tenta redesenhar os limites do próprio direito internacional por meio de uma exceção sem contornos definidos.

# CAPÍTULO 01. DO "TORPEDEAMENTO" À TESE 944: CAMINHOS ARGUMENTATIVOS EM DIREÇÃO A UMA FRONTEIRA POROSA NA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

Este primeiro capítulo tem por objetivo reconstruir o percurso histórico e jurídico do Caso Changri-lá, com ênfase nas escolhas interpretativas que conduziram à formulação da Tese 944 pelo Supremo Tribunal Federal, marco normativo que passou a relativizar a imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros em alegadas violações de direitos humanos. Para tanto, a análise divide-se em três subcapítulos. O primeiro – *A narrativa que antecede a exceção: o Tribunal Marítimo e a abertura de um percurso interpretativo impreciso* – examina o conjunto probatório e argumentativo produzido na instância administrativa, demonstrando como certas indefinições ali contidas projetaram efeitos sobre a etapa judicial posterior. Em seguida, o segundo – *A construção de uma exceção sem contornos: a escolha do Supremo por uma vinculação normativa em meio a trilhas não consolidadas* – volta-se à fase decisória do Supremo, com atenção especial às ambivalências argumentativas que culminaram na fundamentação de votos divergentes. Por fim, o terceiro subcapítulo – *A fronteira porosa da imunidade de jurisdição: ponto de chegada ou ponto de partida?* – busca compreender se a decisão da Corte representou um desfecho interpretativo ou a abertura de uma trilha ainda instável no direito brasileiro.

## 1.1 A narrativa que antecede a exceção: o Tribunal Marítimo e a abertura de um percurso interpretativo impreciso

O presente subcapítulo busca reconstruir os fatos relativos ao desaparecimento do barco pesqueiro Changri-lá,[32] ocorrido em julho de 1943, e examinar as respostas formuladas pelo Tribunal Marítimo brasileiro em dois momentos distintos: na década de 1940, com o arquivamento do caso, e em 2001, quando se reconheceu oficialmente que a embarcação fora afundada por um submarino alemão durante a Segunda Guerra Mundial. A partir da documentação disponível, especialmente do acórdão mais recente, procura-se evidenciar como determinados elementos – testemunhos, pareceres técnicos e registros históricos – foram

[32] Ressalta-se que, em pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira, a nomenclatura do barco foi veiculada com as seguintes variações: Changrilá, Shangri-lá e Sangrilá. Nesta tese, optou-se pelo uso do termo "Changri-lá", conforme utilizado na jurisprudência do Tribunal Marítimo e do Supremo Tribunal Federal.

mobilizados para compor uma explicação factual marcada por incertezas. Essas inconsistências, longe de configurarem um substrato seguro, delinearam uma narrativa suscetível a leituras controvertidas e politicamente delicadas, leituras que receberão análise crítica nas subseções adiante. Antes disso, porém, parte-se do contexto político e diplomático que envolvia o Brasil no início do conflito bélico mundial.

Em setembro de 1939, ao invadir a República da Polônia, o Império Alemão desencadeou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945),[33] ocasião na qual a República dos Estados Unidos do Brasil adotou a neutralidade por meio do Decreto-Lei nº 1.561.[34] Até esse momento, sob orientação da presidência de Getúlio Vargas e da chancelaria de Osvaldo Aranha, a Política Externa Brasileira procurava obter vantagens das tensões preeminentes no contexto internacional, nomeadamente, entre Estados Unidos da América e Alemanha. Esse período de Equidistância Pragmática, conforme caracterizado pelo historiador Gerson Moura, perdurou até 1942, quando o Brasil passou a envolver-se diretamente no conflito.[35] Em 28 de janeiro desse ano, o país rompeu relações diplomáticas com o Eixo, conforme a recomendação adotada, no Rio de Janeiro, durante a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). Como retaliação, em um período de sete meses, o governo alemão mandou torpedear dezenove navios brasileiros no Atlântico, totalizando mais de setecentas mortes.[36] Após intensa pressão popular, Vargas declarou estado de guerra em todo território nacional com o Decreto nº 10.358 de 31 de agosto de 1942.[37]

Em meio a esse contexto de estado de beligerância, em julho de 1943, o barco pesqueiro (B/P) Changri-lá,[38] de nacionalidade brasileira, desapareceu. Em 28 de junho, tripulantes

---

[33] Nesse sentido, para uma apresentação cronológica dos fatos, conferir: GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto. Editora, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335893373_Cronologia_das_Relacoes_Internacionais_do_Brasil. Acesso em: 28 fev. 2025.

[34] BRASIL. *Decreto-lei nº 1561, de 2 de setembro de 1939*. Aprova as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 fev. 2025.

[35] MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência:* a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 168-172.

[36] MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil 1939-1950:* mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. p. 81-118. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025

[37] BRASIL. *Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942*. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

[38] Dados técnicos sobre a embarcação: "A Capitania [dos Portos do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro] juntou a ficha de inscrição do B/P "CHANGRI-LÁ", onde consta que a embarcação foi inscrita em novembro de 1942 com o nome "SÃO MARTINHO", classificada na classe "C", divisão "2", subdivisão "K", sendo um barco a motor, destinado à pescaria costeira de pequena cabotagem. Possuía um motor semi-diesel, com potência de 28 cavalos, um hélice propulsor, velocidade máxima de 7 milhas, enquanto a velocidade econômica era de 5 milhas.

partiram do Porto de Guanabara em direção ao litoral norte fluminense, onde, habitualmente, realizavam atividades de pesca. Devido às condições meteorológicas, atracaram temporariamente em Cabo Frio-RJ, no dia 04 de julho, data em que os pescadores foram vistos pela última vez. No dia 15 de julho, João Ferreira de Jesus, proprietário da embarcação, reportou o desaparecimento à Capitania dos Portos do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro (CPDFERJ). A partir do dia 17 de julho, a imprensa nacional veiculou notícias sobre o sumiço do Changri-lá,[39] ressaltando, sobretudo, que se tratara de um acidente causado por fortes tempestades. Adicionavam, ainda, que os destroços foram encontrados por pescadores do barco "Três Irmãs". Diante das evidências e do fato de que nenhum corpo foi encontrado, todos os dez tripulantes foram declarados desaparecidos, a saber: Apúlio Vieira de Aguiar, Deocleciano Pereira da Costa, Ildefonso Alves da Silva, Joaquim Mata de Navarra, José da Costa Marques, Manoel Francisco dos Santos Júnior, Manoel Gonçalves Marques, Otávio Alcântara, Otávio Vicente Martins e Zacarias da Costa Marques.

---

Capacidade de 500 kg em dois tanques, casco de madeira, 9,5 metros de cumprimento, 2,85 metros de boca, 1,10 metros de pontal. Equipagem de seis pessoas, carga de 5.000 Kg. Posteriormente, em 31/10/42, foi inscrita na agência de Cabo Frio, sendo verificadas e retificadas informações pela comissão de vistorias, passando à propriedade de João Ferreira de Jesus, sob o nome de "CHANGRI-LÁ", não possuindo qualquer tipo de seguro", cf. BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 14

[39] Nesse sentido, ver: ACHA-SE desaparecido o barco de pesca "Shangri-La". *Diário Carioca*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 4628. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/13553. Acesso em: 02 mar. 2025; CONTINUA desaparecido o "Shangri-lá". *Gazeta de Notícias*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano 69, nº 167. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_07/15759. Acesso em: 02 mar. 2025; DESAPARECEU com a tripulação. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6359. p 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/14733. Acesso em: 02 mar. 2025; DESAPARECEU o "Shangri-lá". *Diário da Noite*, 17 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3827. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/18191. Acesso em: 02 mar. 2025; DESAPARECIDO ainda com nove tripulantes o barco de pesca "Shangri-lá". *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6360. p 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/14759. Acesso em: 02 mar. 2025; DESAPARECIDOS os tripulantes do "Changri-Lah". *Diário de Pernambuco*, 20 de julho de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 168. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/12753. Acesso em: 02 mar. 2025; DESAPARECIMENTO do "Changri-La" – os tripulantes do barco "Três Irmãos", que trouxeram os destroços do "Changri-La" para o Rio, posam para a objetiva da "Agência Meridional". *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 170. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/12768. Acesso em: 02 mar. 2025. DESPEDAÇOU-SE no mar o "Changri-la". *A Noite*, 19 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XXXIII, nº 11291. p. 14. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/21714. Acesso em: 02 mar. 2025. DIVERSOS fatos policiais. *O Jornal*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XXV, nº 7.393. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/16812.Acesso em: 02 mar. 2025; NÃO mais se soube noticia do "Changrila". *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XLIII, nº 14.942. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/16794. Acesso em: 02 mar. 2025; TERIAM sido devorados pelos tubarões os tripulantes do "Changri-la". *Diário da Noite*, 19 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.828. p. 1 e 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/18199. Acesso em: 02 mar. 2025.

A fim de dirimir as circunstâncias que deram origem ao desaparecimento, um processo foi instaurado no Tribunal Marítimo da Marinha Brasileira,[40] sob número 00812/1943,[41] com base no inquérito realizado pela CPDFERJ. No relatório, concluiu-se:

> 1ª) Que o B/P "CHANGRI-LÁ" deixou o porto do Rio no dia 28/06/43, tendo depois arribado, devido a um forte vento sudoeste, em Arraial do Cabo, no dia 04/07/43, tendo desembarcado o tripulante Gabriel Soares Cardoso e embarcado outros quatro pescadores, que não constavam no rol de equipagem, não havendo, a partir desta data, qualquer outra informação sobre o pesqueiro, presumindo-se inicialmente que ele havia naufragado. 2ª) Surpreendentemente, não foram encontrados os restos mortais dos tripulantes nem o bote de salvatagem, contudo, pedaços da embarcação foram dar na praia de Arraial do Cabo, sendo categoricamente reconhecidos como pertencentes ao barco desaparecido. 3ª) As testemunhas ouvidas, que conheciam muito bem a embarcação sinistrada, são enfáticas ao afirmar que o pesqueiro não teria naufragado com facilidade, desacreditando inclusive nesta hipótese, uma vez que era solidamente construída, além de muito bem mestrada e aparelhada. 4ª) Foi indiscutivelmente caracterizado o fato de a embarcação ter sido despedaçada, uma vez que tábuas do corrimão da borda deram na praia, em Arraial do Cabo, sendo inclusive reconhecida pelo próprio carpinteiro que a confeccionara, como também pelo proprietário e o mestre do barco. 5ª) Ao se examinar atentamente o corrimão da borda, não se encontrou nenhum vestígio de que a embarcação tivesse sido partida ou quebrada no meio, como poderia se esperar; ao contrário, o que se constata é que houve uma explosão, de dentro para fora, e que o corrimão teria sido atirado para cima, pela força da expansão dos gases. 6ª) *Por fim, não se poderia apontar responsáveis, já que muitas poderiam ser as causas do desaparecimento do pesqueiro, principalmente no estado de guerra em que se encontrava o país*. (grifo nosso)[42]

Na ocasião, além dos documentos comprobatórios anexados aos autos, três testemunhas foram ouvidas, quais sejam: João Ferreira de Jesus (proprietário do B/P Changri-lá), Seraphim Joaquim da Silva Júnior (pescador e mestre do barco, que não se encontrava a bordo por

---

[40] Em 1931, o Tribunal Marítimo foi criado, por meio do Decreto nº 20.829, para suprir a falta de um órgão nacional que julgasse acidentes de navegação e preservasse a soberania brasileira, evitando julgamentos estrangeiros. O caso do navio alemão Baden, bombardeado na Baía de Guanabara em 1930, expôs a urgência de uma instituição nacional. Em 1934, aprovou-se o regulamento do Tribunal com o Decreto nº 24.585 de 05 de julho, consolidando oficialmente sua inauguração. Desde então, o Tribunal Marítimo, sediado no Rio de Janeiro, atua na análise e julgamento de acidentes e incidentes de navegação. Cf. NETO, Julio Soares de Moura; MIRANDA, Marcos Nunes de; CORREIA, Luiz Augusto. *80 anos do Tribunal Marítimo*. Rio de Janeiro, 2014. p. 19-22.

[41] Nota-se que, por falta de acesso aos autos arquivado em 1944, todas as informações coletadas sobre o andamento processual foram retiradas do acórdão proferido em 31 de julho de 2001, qual seja: BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Naufrágio de barco de pesca, com a perda total da embarcação e a morte de dez tripulantes. Ataque pela artilharia do submarino alemão U-199, durante a 2º Guerra Mundial. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 8-16

[42] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 13-14.

questões de saúde) e, por fim, Armindo Duarte (mestre do B/P "Três-irmães").[43] Os dois primeiros relatos mencionaram o fato de que o Changri-lá não poderia ter naufragado em virtude de um temporal, em função do bom aparelhamento da embarcação, incluindo botes e coletes salva-vidas, e da inexistência de corpos.[44] A terceira testemunha, por outro lado, respondeu que havia possibilidade de uma tempestade violenta ter causado o acidente, demonstrando, por conseguinte, incertezas quanto aos fatos que geraram o desaparecimento do Changri-lá.

Diante das informações obtidas, o Procurador junto ao Tribunal Marítimo, Ulysses Gomes de Oliveira, argumentou pelo arquivamento dos autos por acreditar que o evento decorrera de "fortuna do mar". Em consonância com essa orientação, o juiz relator, João Stoll Gonçalves, apresentou seu voto nos seguintes termos: (a) "quanto à natureza e extensão do acidente: desaparecimento de barco, com perda da vida de todos os que se encontravam a bordo"; (b) "quanto à causa determinante: não apurada em face da absoluta impossibilidade de obtenção de quaisquer elementos"; e, por fim, (c) "decisão: considerar o evento como fortuito e ordenar o arquivamento do processo, conforme requereu a procuradoria".[45] Especificamente no que tange ao segundo ponto levantado, o acórdão mencionou "que os depoimentos colhidos levam à conclusão de que a embarcação sofrera um ato ataque de guerra [*sic*], contudo, não houve provas que o confirmassem", bem como afirmou "que não houve nenhum temporal, nem alguma mudança climática importante na região onde habitualmente pescava o 'Changri-lá', como também não existe qualquer indício que houve uma explosão a bordo".[46] Portanto, apontava-se para a finalização do caso sem a resolução do seu mérito.

Embora houvesse pontos de divergências entre os membros do Tribunal Marítimo, o então presidente, almirante Mário de Oliveira, conjuntamente com outros cinco juízes – Antunes Braga, Araujo Pimentel, Carlos Miranda, Francisco Rocha e João Stoll Gonçalves (relator) – decidiram por arquivar o caso, em 11 de fevereiro de 1944, o que foi feito,

---

[43] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 08-11.

[44] De acordo com o documentário sobre o caso, havia uma tradição oral à época que, posteriormente, foi repassada para os familiares das vítimas de que o navio teria sido alvejado por aviões da FAB, uma vez que tiros teriam sido escutados durante o período do desaparecimento. *O DESTINO do Changri-lá*. Direção: Flávio Cândido. Produção: Cândido e Moraes. Rio de Janeiro, 2017. 1 vídeo (56 minutos).

[45] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 14-15.

[46] Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 15-16.

oficialmente, em 05 de junho de 1945.[47] A imprensa local, a exemplo do Diário de Notícias (RJ) e Diário Carioca (RJ), que já acompanhava o incidente, também noticiou a decisão.[48] Até esse momento, apesar das incertezas que revestiam o caso, a importância histórica do Changri-lá restringia-se ao âmbito regional.

Em 09 de setembro de 1999, cinquenta e seis anos após o naufrágio, o diretor do Museu Histórico Marítimo de Cabo Frio, o historiador Elísio Gomes Filho,[49] enviou um ofício para a Procuradoria Especial da Marinha (PEM), argumentando que o barco pesqueiro Changri-lá fora afundado por um submarino alemão, nomeadamente o U-199, em 23 de julho de 1943.[50]

Aqui, cabe uma digressão em relação à data imputada, pelo historiador, para o incidente (23/07/1943). Recorda-se que a embarcação foi vista pela última vez no dia 04 de julho de 1943 e que o seu desaparecimento foi reportado no dia 15 do mesmo mês. Dois dias depois, a imprensa passa a veicular que os destroços do barco haviam sido encontrados. Essa informação foi, posteriormente, confirmada pelas testemunhas do caso, o que respaldou as duas decisões do Tribunal Marítimo, a primeira proferida em 1944 e a segunda em 2001. Ora, se fragmentos da embarcação foram encontrados antes do dia 17, o ataque não poderia ter ocorrido no dia 23 de julho de 1943. O último acórdão traz as contradições (de forma, paradoxalmente, contraditória) em relação ao provável dia do torpedeamento,[51] conforme os seguintes excertos: (a) "considerando as informações chegadas, a PEM concluiu que, por volta do dia 22 de julho de 1943, o submarino alemão U-199 patrulhava na superfície, à noite, quando avistou, por bombordo, um vulto de embarcação, que foi identificada pelo submarino como um veleiro ou um barco que tivesse uma vela à ré" (p. 06); (b) "sobre a data, dia 22 de julho, o parecerista

---

[47] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 03 e 16.

[48] Nesse sentido, ver: ARQUIVADO o processo sobre o desaparecimento do "Shangri-lá". *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1944, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6589. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/17579. Acesso em: 02 mar. 2025; O "Changri-Lá" desapareceu com a tripulação. *Diário Carioca*, 07 de março de 1944, Rio de Janeiro, ano XVII, nº 77. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/16008. Acesso em: 02 mar. 2025; O naufrágio do "Shangri-Lá". *Diário de Notícias*, 07 de março de 1944, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6554. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/17579. Acesso em: 02 mar. 2025.

[49] "Graduado em História pela Universidade Veiga de Almeida e pós-graduado em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Atualmente presta consultoria em pesquisa na área de história marítima e naval", cf. GOMES FILHO, Elísio. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 02, n.º 03, p. 56-71, junho de 2006. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/206. Acesso em: 03 mar. 2025.

[50] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 01.

[51] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025.

acredita que possa haver um erro em relação à mesma, devido à memória dos ouvidos e das sucessivas traduções" (p. 24); (c) "portanto, por volta de 22 de julho de 1943, [o U-199] dificilmente teria condições técnicas de estar ao largo de Cabo Frio. Dessa forma, acredita que o ataque ao pesqueiro brasileiro tenha sido efetivado entre os dias 04 e 14 de julho de 1943" (p. 24); e (d) "as derrotas do 'Changri-lá' e do U-199, embora não se possa mensurá-las precisamente, coincidiam a partir do dia 05 de julho de 1943, navegando ambas pelo litoral norte de Cabo Frio" (p. 39). A hipótese, portanto, de que a embarcação tenha afundado na primeira quinzena de julho, e não no dia 23 como apresenta Elísio Gomes, parece adequar-se melhor ao que foi noticiado pela imprensa e aos depoimentos que constam no processo.

Fechado esse parêntesis, cumpre mencionar que as alegações de Elísio intentavam fundamentar um reexame do processo 00812/1943 por parte do Tribunal Marítimo, além de resgatar a memória de todos os tripulantes mortos para que pudessem ser reconhecidos como "heróis de guerra".[52] Com base nos interrogatórios dos tripulantes sobreviventes do submarino alemão, o historiador afirmou haver uma coincidência de data nas coordenadas das embarcações de ambas as nacionalidades. Concluiu que se tratava do Changri-lá em função de não ter havido nenhum outro registro de navio abatido naquele período na costa de Cabo Frio. Ainda segundo ele, a única dúvida crível sobre o incidente consistia na declaração dos alemães de que haviam afundado um barco com uma vela na popa, o que, geralmente, não caracterizaria um pesqueiro. Esse questionamento foi afastado, no entanto, a partir do relato de testemunhas arroladas no processo, sobretudo parentes das vítimas do naufrágio, que afirmavam a necessidade de pesqueiros usarem vela para propulsão devido às limitações dos motores da época.

A Procuradoria Especial da Marinha recebeu a documentação enviada e, após análise, optou por oferecer um recurso inominado ao Tribunal Marítimo para a reabertura do caso.[53] A PEM concluiu, em conformidade com as proposições de Elísio, que o Changri-lá foi torpedeado pelo U-199, durante a Segunda Guerra Mundial.[54] Nesse contexto, fez três requerimentos ao

---

[52] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 02-03.

[53] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 03-04.

[54] Outro argumento levantado pela PEM, para embasar a reabertura do caso Changri-lá, consistiu no fato de que outras embarcações, em situações menos evidentes, foram incluídas o rol de desaparecimento por força de atos inimigos. Esse foi o caso do mercante "Cabedelo". Nesse sentido, lê-se: "Ressalta a PEM, o episódio vivido pelo N/M 'CABEDELO', de bandeira brasileira, em viagem da Filadélfia/EUA, de onde suspendeu em 14 de fevereiro de 1942, para Cabedelo, carregado de carvão, desapareceu no mar sem que houvesse ocorrência de mau tempo,

Tribunal, quais sejam: (a) considerar como causa determinante do desaparecimento do impacto direto de disparos em ataque do submarino alemão U-199, em ação de guerra; (b) atribuir responsabilidade ao Capitão-Tenente alemão Hans Werner Kraus pelo ato de guerra, em flagrante violação à Convenção de Genebra; bem como (c) identificar os tripulantes do pesqueiro a fim de que fossem incluídos como ex-combatentes de guerra pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha. Para fundamentar o enquadramento dos pescadores como "ex-combatentes", a PEM retomou o Decreto-Lei nº 4.830/1942 [*sic*],[55] o qual previu em seu primeiro artigo que "as Colônias de Pesca passam à jurisdição do Ministério da Marinha, subordinadas aos Comandos Navais e às Capitanias de Portos, a fim de serem seus associados, devidamente instruídos, empregados como auxiliares das forças navais na vigilância e defesa das águas territoriais brasileiras".

Novamente, algumas reflexões precisam ser lançadas, agora, especificamente, no que concerne aos dois últimos requerimentos da PEM. Acredita-se a menção à Convenção de Genebra retome as quatro Convenções de Genebra em matéria de Direito Internacional Humanitário.[56] Ocorre que o Brasil incorporou tais tratados internacionais, por meio do Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957,[57] quatorze anos após o ocorrido. Seria, desta feita,

---

constituindo o fato um mistério para os anais marítimos. Malgrado pesquisas efetuadas, nada se apurou, tendo sido o navio afundado pela ação do inimigo. Embora no caso 'CABEDELO' não houvesse fatos ou circunstâncias que, no episódio 'CHANGRI-LÁ' estão a apontar para o seu provável afundamento pelo U-199, o 'CABEDELO' foi incluído nas perdas da marinha mercante brasileira, demonstrando o seguinte fato: os submarinos alemães consideravam qualquer embarcação (de guerra, mercante, pesqueira, à vela etc...) como inimiga. Daí conclui-se, como perfeitamente lógico e factível, que a perda do B/P 'CHANGRI-LÁ' e de seus tripulantes seja atribuída à ação submarino inimiga, como bem sustentam e caracterizam os elementos informativos novos ora levados à apreciação deste Tribunal, de modo a alterar-se a conclusão do processo nº 812, a fim de se restabelecer e verdade e a justiça". BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 07-08.

[55] Na realidade, trata-se do Decreto-Lei nº 4.830-A. Cf. BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.830-A, de 15 de outubro de 1942*. Subordina ao Ministério da Marinha as Colônias de Pesca. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-a-15-outubro-1942-414832-republicacao-1-pe.html. Acesso em: 03 mar. 2025.

[56] Nesse contexto, há quatro Convenções, quais sejam: (1) Primeira Convenção de Genebra (Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha; adotada, primeiramente, em 1864 e, posteriormente, revisada em 1906, 1929 e, finalmente, 1949); (2) Segunda Convenção de Genebra (Convenção para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar; adotada em 1949, substituindo a Convenção de Haia de 1907); (3) Terceira Convenção de Genebra (Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra; adotada em 1929 , sendo a última revisão realizada em 1949); e (4) Quarta Convenção de Genebra (Convenção relativa a proteção dos civis em tempo de guerra; adotada pela primeira vez em 1949, com base em fragmentos da Convenção da Haia de 1899 e da Convenção da Haia de 1907). Para mais informações, consultar: FLECK, Dieter (ed.). *The Handbook of International Humanitarian Law*. Oxford: Oxford University Press, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1093/law/9780198847960.001.0001. Acesso em: 03 mar. 2025

[57] BRASIL. *Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957*. Promulga as Convenções concluídas em Genebra, a 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger as vítimas de guerra. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d42121.htm. Acesso em: 03 mar. 2025.

inapropriado aplicar normas retroativamente, em violação ao princípio da irretroatividade e da *nulla poena sine lege praevia,* amplamente consagrados na esfera jurídica.[58] Talvez quisesse a procuradoria fazer referência, na verdade, às Convenções de Haia de 1907, o que seria mais coerente e adequado para o contexto.[59] Outro ponto que merece destaque é o fato de que, ainda que as Convenções de Genebra pudessem ser aplicadas, há uma nítida diferenciação nas proteções conferidas aos civis e aos combatentes em contexto de conflito armado. Os primeiros não podem ser atacados de forma indiscriminada, ao passo que essa proteção não recai sobre o segundo grupo. Sob a perspectiva das normas atuais do ordenamento jurídico internacional, houve um descompasso nas reivindicações solicitadas pela Procuradoria.

Retomando o andamento processual, ao todo treze testemunhas foram ouvidas,[60] mas o acórdão do Tribunal Marítimo menciona apenas oito, a saber: (1) Elísio Gomes da Silva Filho

---

[58] Nesse sentido, cita-se o *art. 5º, XXXVI, XXXIX e XL, da Constituição Federal de 1988* ("a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada"; "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação lega"; "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu"); *o art. 6º, §2º da LINDB* ("A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. [...] Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou"); e *o art. 1º do Código Penal de 1940* ("Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal"). Por conseguinte, esses dispositivos protegem situações jurídicas já consolidadas contra mudanças legislativas posteriores, exceto para beneficiar, porventura, o réu. Nesse sentido, BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025; BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 18 mar. 2025; BRASIL. *Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

[59] Tais Convenções foram internalizadas por meio do Decreto nº 10.719 de 1914, onde se lê: "O Presidente dos Estados Unidos do Barasil, Tendo sanccionado pelo Decreto n. 2.395 de 31 de Dezembro de 1.910 a Resolução do Congresso Nacional da mesma data, que aprova as concenções firmadas pelos Plenipotenciarios do Barasil na Segunda Conferencia Internacional da Paz na Haya aos dezoito dias do mez de Otubro de mil novecentos e sete, adiante enumeradas: Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, Convenção relativa às leis e usos da guerra terrestre, Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras em caso de guerra terrestre, Convenção relativa ao regimen dos navios mercantes no começo das hostilidades, Convenção relativa à collocação de minas submarinas automaticas de contacto, Convenção concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra, Convenção para adaptação dos Principios das Convencões de Genebra à guerra maritima, Convenção relativa a certas restrições ao exercicio de direito de captura nas guerras maritimas e Convenção concernente aos direitos e deveres das potencias neutras em caso de guerra maritima, e havendo sido feito o deposito do respectivo instrumento brasileiro de ratificação na mesma cidade da Haya aos dois dias do mez de Janeiro ultimo; Decreta que as mesmas Convenções sejam executadas e cumpridas tão inteiramente como nellas se contem". BRASIL. *Decreto nº 10.719, de 4 de fevereiro de 1914*. Promulga as Convenções, firmadas pelos Plenipotenciários do Brasil na Segunda Conferência da Paz em 1907 na Haya. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d10719.html. Acesso em: 14 mar. 2025.

[60] Nota-se que a maioria das testemunhas eram descendentes dos tripulantes do Changri-lá. A estes familiares, foi designado o advogado dativo Luiz Roberto Leven Siano, com o objetivo de proferir a defesa oral na sessão do julgamento do Tribunal Marítimo. BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 25.

(autor do ofício e Direitos do Museu Histórico Naval de Cabo Frio); (2) Hércules da Costa Marques (pescador aposentado, filho de José da Costa Marques e irmão de Zacarias da Costa Marques); (3) Iva Soares da Costa, (viúva do motorista do pesqueiro, Deocleciano Pereira da Costa); (4) José Teixeira dos Santos (pescador profissional aposentado e cunhado de Otávio Vicente Martins); (5) Maria de Lurdis Aguiar da Cruz (filha de Apulio Vieira de Aguiar); (6) Etelvina de Navarra Porto (irmã do tripulante Joaquim Mata de Navarra); (7) Alfredo Sobral da Costa (filho de Deocleciano Pereira da Costa); e (8) Maria Dulce Cezar Cardozo Oliveira (filha de Gabriel Soares Cardoso, que seria tripulante do Changri-lá não fosse um problema de saúde). Algumas informações apareciam de forma reiterada nos relatos, a exemplo de que a embarcação continha uma vela de propulsão, corroborando para a narrativa de o torpedeamento ter ocorrido, de fato, contra o Changri-lá; e de que as condições meteorológicas estariam boas na época do desaparecimento dos tripulantes, o que afastaria a hipótese de caso fortuito.[61]

Outros documentos de natureza técnica também foram analisados pelos juízes do Tribunal Marítimo. Cita-se o parecer técnico do Coronel Aviador Rômulo Peixoto Figueiredo, analista de operações de guerra empreendidas por submarinos e aviões alemães na costa brasileira durante a Segunda Guerra,[62] além de documentos e recursos audiovisuais, enviados por adidos navais, lotados nos Estados Unidos e na Alemanha, por solicitação do Tribunal acerca das atividades do U-199 na costa brasileira.[63] Houve, portanto, um esforço por parte da instituição para esclarecer os fatos ora em comento. Diante das informações apresentadas nos autos, os juízes analisaram os fatos em três seções: (a) "A Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial" (p. 27-31); b) "A Atuação do U-199 na Costa Brasileira" (p. 31-37); e (c) "A Derrota do 'Changri-lá'" (p. 37-39). Nesse interregno, houve uma descrição mais detalhada sobre os fatos que estariam relacionados com o desaparecimento do Changri-lá.

Constatou-se que, no período do desaparecimento do pesqueiro, havia uma intensa operação de guerra no litoral brasileiro. As incursões dos submarinos alemães, em águas sob jurisdição nacional, estavam divididas em três áreas da costa: (1) "os submarinos U-510, U-466, U-590, U-662 e U-653 estavam ao norte, perto do estuário do Amazonas e do Caribe"; (2)

---

[61] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 18-22.

[62] Cf. BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 22-25.

[63] Cf. BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 25.

"o U-604, U-598, U-591 e U-185 operaram ao longo do Nordeste"; e, por fim, (3) "o U-172 estava ao sul desse grupo, dirigindo-se para as águas mais meridionais, onde o U-199 e o U-513 buscavam predar os mercantes, interceptando o tráfego que vinha do Rio da Prata".[64] Entre 21 de junho e 06 de agosto de 1943, vinte navios foram torpedeados. A reação brasileira ocorreu, sobretudo, por meio da Força Aérea Brasileira (FAB),[65] e, à medida que a Aviação da Patrulha aumentava sua eficiência no Nordeste, os submarinos alemães migravam para o Sul, aumentando a atividade submarina ao largo do Estado do Rio de Janeiro.

Especificamente no que tange ao U-199,[66] o submarino alemão entrou em serviço, em 28 de novembro de 1942, sob o comando de Hans Werner Kraus.[67] Em 18 de junho de 1943, estava na sua área de operações na costa brasileira, onde, dias depois, afundou o mercante

---

[64] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 31.

[65] "Para poder fazer uma patrulha efetiva da costa, os brasileiros precisavam de aviões modernos e de treinamento para operá-los. A única fonte efetiva eram os EUA. Em 1941, o Congresso americano aprovou o decreto de empréstimos e arrendamentos (Lend-lease Act). Seu objetivo era dar crédito aos endividados britânicos para comprar material bélico. A iniciativa também ajudou outros países, entre os quais, o Brasil. Já em 1941 foi estabelecida uma comissão de compras em Nova Yorque, logo transferida para Washington. De 1942 a 1945, o Brasil recebeu 1.288 aviões dos EUA. Entre eles, estava um bom número de bombardeiros e aviões de patrulha capazes de rastrear o Atlântico Sul em busca de submarinos, como o Catalina, o Hudson e o Ventura". Cf. BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 28-29.

[66] Dados técnicos da embarcação: "A classe IX D original era constituída por submarinos projetados para o transporte de cargas, uma espécie de rompedor de bloqueio subaquático. O modelo IX D2 [do U-199] era uma versão armada, capaz de fazer patrulhas distantes. Além dos torpedos, a classe, em 1942, tinha um canhão de calibre 105mm (4,1 polegadas) no convés (mais tarde seriam removidos, pois se notou que era mais útil ter canhões antiaéreos de pequeno calibre), um de 37mm e outro de 20mm, além de duas metralhadoras pesadas. O IX D2 tinha praticamente o dobro do alcance dos modelos classe IX: 44.000 Km (23.000 milhas náuticas) contra 25.000 Km (13.500 milhas) do tipo IX C. Seu maior problema, comparando-o com os submarinos da classe VII, era o tempo necessário para submergir – 35-45 segundos, contra 30 segundos do barco menor, já que cada segundo conta quando se avista um avião de patrulha e é necessário submergir rápido antes do ataque; contudo, os 19,5 nós na superfície eram mais que a velocidade disponível a muitos navios de escolta da Marinha Brasileira". BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 32.

[67] "O comandante do U-199, Kapitanleutmant Hans Werner Kraus, tinha orgulho de seu barco, 'o mais novo e na época o maior submarino alemão', escreveu ele em uma carta em 1989. O comandante Kraus era experiente. Um de seus professores foi o às [*sic*] submarinista Gunther Prien, o homem que invadiu com o seu U-47 a base naval britânica de Scapa Flow e afundou o couraçado Royal Oak. Kraus tornou-se imediato do U-47 logo depois de este barco ter voltado do ataque à base da Marinha Real, e permaneceu a bordo até 31 de outubro de 1940, quando foi participar de cursos para assumir o comando de seu próprio submarino (com isso ele escapou de morrer junto com Prien e toda a sua tripulação quando o U-47 foi afundado em 8 de março de 1941). O primeiro comando do Kraus foi o U-83, do tipo VII C. Ele operou no Mediterrâneo a partir da base italiana de La Spezia. Depois de afundar diversos navios, o U-83 foi danificado por um avião britânico. Kraus conseguiu trazer o barco a salvo e, em seguida, foi designado para o novo U-199". BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 32-33.

britânico "Henzaga" e o "Charles W. Peale".[68] Em 03 de julho, a embarcação foi localizada nas proximidades do Rio de Janeiro por um avião da Força Aérea Americana. No diário de guerra do submarino, consta um deslocamento para oeste, aproximando-se da costa em direção ao litoral norte de Cabo Frio, onde estaria o Changri-lá. Argumentou-se, ainda, que os registros apontam para o ataque a uma pequena embarcação civil, com uma vela na popa, na noite do dia 05 de julho de 1943.[69] O Acórdão do Tribunal Marítimo relata que esse foi primeiro indício de que o U-199 estaria envolvido com o naufrágio da embarcação brasileira, em razão da coincidência entre as coordenadas geográficas de suas rotas e a proximidade de data, bem como por não haver registro de nenhuma outra embarcação desaparecida naquele período e naquele local.

Cumpre notar que uma das fontes, para embasar a trajetória do U-199, foi a entrevista com os sobreviventes do submarino alemão, incluindo o comandante Kraus. Isso porque, no dia 31 de julho de 1943, em uma operação aérea brasileira e estadunidense, a embarcação foi alvejada. O disparo partiu do avião Catalina, da FAB, pilotado por Alberto Martins Torres e tripulado por mais oito militares.[70] Dos sessenta e um alemães a bordo, quarenta e nove morreram. Os doze sobreviventes foram resgatados pelo tender de hidroaviões Barnegat, conduzidos para o Rio de Janeiro e, posteriormente, transferidos para os Estados Unidos.[71] Permita-me uma anedota em relação a esse episódio: em outubro de 1943, três jornais locais – Diário da Noite (RJ), O Jornal (RJ) e Diário de Pernambuco (PE) – anunciaram que os tripulantes desaparecidos do Changri-lá haviam sido resgatados por um outro navio, denominado "Burmé" ou "Burnett", e estavam na cidade de Liverpool aguardando retorno para

---

[68] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 33.

[69] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 08 e 23.

[70] Quanto ao destino do Catalina, o avião "foi mais tarde batizado e ganhou na fuselagem uma silhueta de submarino para denotar o feito", "passou a ser o ARARÁ, nome de um dos mercantes afundados por submarinos alemães, em 1942, em uma cerimônia em 28 de agosto de 1943, realizada no aeroporto Santos Dumont, com o Ministro da Aeronáutica Salgado Filho". BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 36-37. Para mais informações, ver INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (Brasil). *O Catalina no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2015. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_catalina.pdf Acesso em: 03 mar. 2025.

[71] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 06; 36-37.

o Brasil.[72] Não houve, todavia, qualquer menção posterior sobre a chegada desses tripulantes, tampouco foi encontrado informações correlatas em outras fontes documentais. Talvez estivessem fazendo referência aos alemães naufragados, devido à semelhança com o nome do navio, e não dos pescadores brasileiros.

Por fim, quanto à possibilidade de naufrágio por causas naturais, esta foi afastada pelos juízes conforme as seguintes razões:

> O B/P "CHANGRI-LÁ" era uma embarcação solidamente construída e possuía todos as vistorias rigorosamente em dia; O barco era tripulado por pescadores habilitados e extremamente experientes, só o mestre possuía mais de 30 anos de mar; O local utilizado para a pescaria era o freqüentado constantemente, sem que houvesse qualquer restrição para tanto; O barco era muito bem dotado de material de salvatagem, possuindo um bote salva-vidas e diversos coletes, em número muito superior ao dos tripulantes a bordo; Nenhum corpo foi encontrado; As partes da embarcação que foram dar na praia apresentavam características de chamuscamento, não apresentando qualquer característica de quebra ou torção; Uma tábua da borda do pesqueiro apresentava característica de que teria sido arremessada, por um violento impacto, para fora da embarcação; Todas as testemunhas ouvidas acreditavam que o "CHANGRI-LÁ" não poderia ter naufragado por condições adversas de tempo e mar, mas, sim, por algum tipo de ataque de guerra, fato, inclusive, aventado pelo encarregado do inquérito; e Em todas as conclusões, inclusive no acórdão produzido à época dos fatos, não houve qualquer menção à fortuna do mar, ao contrário, o inquérito foi arquivado por insuficiência de provas. É de se ressaltar que no dia 04 de julho de 1943, o B/P "CHANGRI-LÁ" arribou no porto de Arraial do Cabo devido ao mau tempo instalado na região; ora, tal episódio só vem realçar que a sua tripulação era precavida e diligente, não arriscando-se desnecessariamente e esperando a melhoria das condições para retornar à pescaria.[73]

A partidas das informações apresentadas, em 31 de julho de 2001, os juízes do Tribunal Marítimo conheceram, por unanimidade, o recurso interposto pela Procuradoria Especial Marítima e modificaram a decisão de 1944, que passou a ter o seguinte teor: (a) "quanto à natureza e extensão do acidente/fato: naufrágio de barco de pesca, com a perda total da embarcação e a morte de dez tripulantes"; (b) "quanto à causa determinante: ataque pela artilharia do submarino alemão U-199, durante a 2ª Guerra Mundial"; (c) "decisão: julgar o

---

[72] Nesse sentido, ver: ESTÃO salvos os tripulantes do "Shangri-Lá"! *Diário da Noite*, 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.899. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/19384. Acesso em: 02 mar. 2025; OS dez pescadores do "Changri-Lá" aguardam regresso em Liverpool. *Diário da Noite*, 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.899. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/19393. Acesso em: 02 mar. 2025. SERÃO repatriados os náufragos do "Shangri-La". *Diario de Pernambuco*, 12 de outubro de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 240. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/13413. Acesso em: 02 mar. 2025; TERIAM sido recolhidos pelo "Burnett". *O Jornal*, 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XXV, nº 7.464. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/17942. Acesso em: 02 mar. 2025.

[73] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 41-42.

acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de ação intencional – ato de guerra – perpetrado pelo submarino alemão U-199, que afundou o pesqueiro 'Changri-lá'"; (d) "proposta de recompensa: propor ao Governo Brasileiro, como prescreve o art. 16, letra 'g', da Lei nº 2.180/54, que sejam concedidas recompensas honoríficas ao historiador Elísio Gomes Filho, pelo reconhecimento ao seu profícuo trabalho" e "em memória das vítimas, aos seus familiares diretos: Hércules da Costa Marques, Iva Soares da Costa, Maria de Lourdes Aguiar da Cruz e Etelvina Sobral da Costa".[74] Esse acórdão foi assinado pelo juiz-relator, Marcelo David Gonçalves, e pelo juiz-presidente, o almirante-de-esquadra Waldemar Nicolau Canellas Júnior.

Embora as informações acima sejam dotadas de afirmações, ao longo do acórdão, há passagens que denotam incertezas, a exemplo de: "de todas as provas colhidas nos presentes autos, chega-se à conclusão de que *não existe uma prova direta que demonstre, como quer a PEM, que o pesqueiro foi afundado pelo U-199*" (grifo nosso).[75] A decisão, por conseguinte, partiu de conjecturas que amparam a tese de que o Changri-lá foi torpedeado pelo submarino alemão. Não fosse o fato de tal caso ensejar uma mudança na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especificamente no que tange à imunidade de jurisdição estatal, a ausência de provas cabais não teria maiores prejuízos.

Outra ressalva feita do acórdão também merece transcrição: "Deve ser ressaltado que o presente processo cuida de uma situação especial, não formando nenhum tipo de precedente para pedidos de reabertura de feitos, já anteriormente julgados"; "e mais, *a natureza da decisão é declaratória e não condenatória*, como inicialmente requereu a PEM."[76] Acredita-se que a intenção estruturante da decisão não seja condenar o ato de guerra alemão, mas sim conceder, às famílias das vítimas, um desfecho para o caso Changri-lá. O documentário "O Destino do Changri-lá", dirigido por Flávio Cândido, retoma a memória dos tripulantes e de seus familiares, ressaltando a importância do caso para a comunidade local, que pôde receber as certidões de óbitos dos pescadores e prestar-lhes as devidas homenagens, ainda que mais de seis décadas

[74] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 45-46.
[75] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 39.
[76] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 26.

depois do ocorrido.[77] A título de exemplo, menciona-se que seus nomes foram inscritos no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, o que possui relevância simbólica para os descendentes do Changri-lá.

Ainda que o acórdão de 2001 tenha atribuído ao submarino alemão U-199 a responsabilidade pelo afundamento do *Changri-lá*, a ausência de provas diretas, as inconsistências cronológicas e a natureza predominantemente conjetural das evidências demonstram que a explicação oficial construída para o caso permaneceu permeada por incertezas. A tentativa de reconstituir os acontecimentos, embora respaldada por novos documentos e testemunhos, não eliminou as lacunas que marcaram a apuração original. O que se consolidou, ao fim, foi uma narrativa de encerramento, mais voltada à produção de reconhecimento simbólico e reparação póstuma do que à fixação de uma verdade histórica incontestável. Na subseção seguinte, examinam-se os desdobramentos dessa narrativa no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, cujas decisões tomaram como pressuposto incontroverso os fatos estabelecidos no acórdão do Tribunal Marítimo.

## 1.2 A construção de uma exceção sem contornos: a escolha do Supremo por uma vinculação normativa em meio a trilhas não consolidadas

Este subcapítulo analisa os principais documentos e manifestações que compõem a fase decisória do Supremo Tribunal Federal no ARE 954.858, desde a admissão da repercussão geral até a formulação da Tese 944 e os subsequentes embargos de declaração. Trata-se do momento

[77] *O DESTINO do Changri-lá*. Direção: Flávio Cândido. Produção: Cândido e Moraes. Rio de Janeiro, 2017. 1 vídeo (56 minutos). Para mais informações sobre o curta, ver: NASCIMENTO, Rebeca. O Destino de Changri-lá: o filme que vai contar o passado de Arraial, no RJ. *G1*, Região dos Lagos, 30 jan. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/01/o-destino-de-changri-la-o-filme-que-vai-contar-o-passado-de-arraial-no-rj.html. Acesso em: 04 mar. 2025; NASCIMENTO, Rebeca; CICCO, Anna Paula Di. O Destino de Changri-lá: resgatando uma história da Segunda Guerra. *G1*, Região dos Lagos, 06 fev. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/02/o-destino-de-changri-la-resgatando-uma-historia-da-segunda-guerra.html. Acesso em: 04 mar. 2025; NASCIMENTO, Rebeca; CICCO, Anna Paula Di. O Destino de Changri-lá: o passado relembrado pelos descendentes. *G1*, Região dos Lagos, 13 fev. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/02/o-destino-de-changri-la-o-passado-relembrado-pelos-descendentes.html. Acesso em: 04 mar. 2025; NASCIMENTO, Rebeca; CICCO, Anna Paula Di. O Destino de Changri-lá: a tecnologia que resgata e recria memórias. *G1*, Região dos Lagos, 27 fev. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/02/o-destino-de-changri-la-tecnologia-que-resgata-e-recria-memorias.html. Acesso em: 04 mar. 2025; NASCIMENTO, Rebeca; MARQUES, Ariane. O Destino de Changri-lá: a fase final da produção que começou há 14 anos. *G1*, Região dos Lagos, 06 mar. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/03/o-destino-de-changri-la-fase-final-da-producao-que-comecou-ha-14-anos.html. Acesso em: 04 mar. 2025.

em que os argumentos — anteriormente apresentados de forma difusa ou incipiente — ganham densidade jurídica e passam a disputar centralidade no delineamento de um novo entendimento sobre a imunidade de jurisdição estatal no Brasil. A estrutura argumentativa do acórdão revela tanto convergências quanto fraturas internas, especialmente no uso de categorias como soberania, jus cogens e direitos humanos, nem sempre com o devido rigor conceitual ou delimitação normativa. Ao percorrer os votos proferidos e seus fundamentos, a análise buscará evidenciar os deslocamentos interpretativos operados pelo STF, as assimetrias entre os votos vencedores e vencidos, bem como os limites e ambiguidades da tese firmada, cuja abertura semântica projeta efeitos ainda incertos sobre o regime jurídico da imunidade de jurisdição no país.

*Fase pré-STF: judicialização inicial e reafirmação da imunidade de jurisdição alemã*

Em razão da decisão do Tribunal Marítimo, proferida em 31 de julho de 2001,[78] familiares dos tripulantes do Changri-lá recorreram à justiça brasileira em busca de reparações. Em setembro de 2006, por exemplo, descendentes de Deocleciano Pereira da Costa moveram ação indenizatória,[79] em face da República Federal da Alemanha, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.[80] O juízo da 14ª Vara Federal, declinando de sua competência, julgou o processo extinto sem a resolução do mérito. Na fundamentação, o juiz aludiu ao artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil de 1973,[81] além de ressaltar a imunidade de jurisdição alemã em relação a atos de império e de citar precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

---

[78] BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 26.

[79] "os recorrentes formularam pleito de indenização por danos morais, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em face da República da Alemanha, e posteriormente, aditaram a inicial para ajustar o montante indenizatório dos danos morais em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)." BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.55.

[80] Sob o número 0016934-54.2006.4.02.5101. Cf. BRASIL. Justiça Federal da 2ª Região (14ª Vara Federal do Rio de Janeiro). Processo nº 0016934-54.2006.4.02.5101. Autores: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e Outros. Réu: República Federal da Alemanha. Juiz: Júlio Emílio Abranches Mansur. 19 dez. 2007.

[81] Por se tratar de um dispositivo, atualmente, revogado, traz-se a sua transcrição: "Art. 267 Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: [...] Vl - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual". BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

Diante da negativa na Justiça Federal, os autores interpuseram recurso ordinário,[82] no STJ.[83] O ministro Marco Buzzi, em decisão monocrática, negou seguimento com base no artigo 557, *caput*, do CPC/1973.[84] Afirmou, ainda, "que a relativização da imunidade da jurisdição conta com o assentimento desta Corte Superior; mas, tão-somente, quando envolve relações natureza civil, comercial ou trabalhista, restando prevalente a imunidade ao se tratar de ato de império, como no presente caso".[85] Percebe-se, pois, a mesma linha argumentativa utilizada nas primeiras instâncias para a recusa do recurso.

Em sede de agravo regimental, alegaram os recorrentes a inadequação da aplicação automática da imunidade de jurisdição, argumentando ser necessária a citação da República Federal da Alemanha, bem como a manifestação do país no processo. A fim de embasar o pedido, ressaltaram a submissão da recorrida a jurisdições locais onde crimes de guerra foram praticados durante o nazismo, citando a Conferência de Moscou de 1943, a Declaração de submissão da República Alemã às Forças Aliadas e o Acordo de Londres, o qual instituiu o Tribunal de Nuremberg. Por unanimidade, a Quarta Turma do STJ negou provimento ao agravo,[86] nos seguintes termos:

---

[82] Com fundamento no art. 105, II, c da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

[83] "Os recorrentes sustenta (sic), em resumo, i) interrupção da prescrição nos termos do art. 20 da Lei n. 2.180/1954, ii) presunção de veracidade das decisões do Tribunal Marítimo, iii) impossibilidade de exceção de imunidade de jurisdição diante da infringência aos Direitos Humanos Fundamentais e iv) existência de conduta dolosa da recorrida e nexo de causalidade entre a conduta e os danos. Pleitearam reparação de danos materiais - o equivalente ao que seria devido a título de alimentos - e morais, por terem os autores crescido "na incerteza e na miséria" (e-STJ fls. 253/313). Ao final, os recorrentes postularam o provimento do recurso e a anulação da sentença para o fim de determinar-se o prosseguimento do feito com a citação do Estado Estrangeiro por meio de carta rogatória, a ser transmitida pelo Ministério das Relações Exteriores. Recebido o recurso no efeito devolutivo e suspensivo (fl. 328, e-STJ), os autos ascenderam a esta Corte Superior. Parecer do Ministério Público Federal, da lavra do Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins, opinou pela anulação da sentença e processamento da fase de conhecimento, porquanto a regra de imunidade de jurisdição pode ser relativizada, uma vez que o ataque empreendido por pelo Estado Estrangeiro atingiu civis, fora do contexto de guerra, não configurando ato de império (fl. 351/355, e-STJ)". BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 02 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/MON?seq=38325513&tipo=0&nreg=201200100780&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20140902&formato=PDF&salvar=false. Acesso em: 05 mar. 2025.

[84] "Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

[85] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 02 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/MON?seq=38325513&tipo=0&nreg=201200100780&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20140902&formato=PDF&salvar=false. Acesso em: 05 mar. 2025.

[86] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da

> AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - BARCO DE PESCA BRASILEIRO AFUNDADO NA COSTA BRASILEIRA, EM PERÍODO DE GUERRA, POR NAVIO ALEMÃO - ESTADO ESTRANGEIRO - IMUNIDADE ABSOLUTA - DECISÃO DO RELATOR NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. IRRESIGNAÇÃO DOS AGRAVANTES. 1. A relativização da imunidade da jurisdição conta com o assentimento desta Corte Superior; mas, tão-somente, quando envolve relações natureza civil, comercial ou trabalhista, restando prevalente a imunidade ao se tratar de ato de império, como no presente caso. 2. A jurisprudência do STJ caminha no sentido de que não é possível a responsabilização da República Federal da Alemanha por ato de guerra, tendo em vista tratar-se de manifestação de ato de império. Precedentes: AgRg no RO 110/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 24/09/2012); RO 72/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 08/09/2009); RO 66/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJe 19/05/2008). 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no RO 129/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 15/10/2014).

Os recorrentes formalizaram, em seguida, embargos de declaração, para o qual foram desprovidos.[87] Frente à negação, optaram por protocolar um recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea a, da Constituição da República, contra o acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Sustentou a parte autora, para além da existência de repercussão geral, a violação aos seguintes dispositivos constitucionais: art. 1º, inciso III; art. 3º, inciso IV; art. 4º, incisos II, IV e V; art. 5º, incisos II, XXXV e LIV; e art. 133, sob a seguinte justificativa:[88]

---

Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 15 de outubro de 2014. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1352810&tipo=0&nreg=201200100780&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20141015&formato=PDF&salvar=false. Acesso em: 05 mar. 2025.

[87] "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - BARCO DE PESCA BRASILEIRO AFUNDADO NA COSTA BRASILEIRA, EM PERÍODO DE GUERRA, POR NAVIO ALEMÃO - ESTADO ESTRANGEIRO - IMUNIDADE ABSOLUTA - DECISÃO DO RELATOR NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. IRRESIGNAÇÃO DOS AGRAVANTES. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil. 2. Hipótese em que a negativa de provimento ao agravo regimental amparou-se na consolidada jurisprudência do STJ no sentido de que não é possível a responsabilização da República Federal da Alemanha por ato de guerra, tendo em vista tratar-se de manifestação de ato de império. Precedentes: AgRg no RO 110/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 24/09/2012); RO 72/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 08/09/2009); RO 66/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJe 19/05/2008). Desse modo, os argumentos relativos ao mérito da pretensão recursal, além de dissociada das razões do acórdão embargado, traduz manifesto intuito infringente, pretensão inviável em sede de aclaratórios. 3. Embargos de declaração rejeitados." BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 21 de outubro de 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200100780&dt_publicacao=21/10/2015. Acesso em: 05 mar. 2025.

[88] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Extraordinário nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relatora: Min. Laurita Vaz, 01 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=DTXT&livre=%28%28+%40SEQ%3D%22129%22%29%29+E+%2214932+56308565%22.COD.&thesaurus=&p=true&operador=e. Acesso em: 05 mar. 2025.

> a) art. 5.º, inciso XXXV, '[...] considerando submissão expressa da Alemanha, através de Tratados Internacionais à jurisdição do local onde foram praticados os crimes de guerra e contra a humanidade durante o regime nazista' (fl. 448); b) arts. 1.º, inciso III, 3.º, inciso IV, 4.º, inciso II, e 5.º, inciso XXXV, '[...] considerando inexistir legítimo ato de império na prática de crime de guerra e contra a humanidade já julgados e condenados por Tribunal Internacional' (fl. 448); c) arts. 5.º, inciso II, e 109, inciso II, '[...] considerando existir jurisdição nacional e não haver no ordenamento qualquer dispositivo que a afaste por suposta imunidade de jurisdição da Recorrida, sendo certo ainda que em respeito à reciprocidade este princípio não pode ser aplicado já que a própria Recorrida não o aplica, mesmo quando não há crime de guerra e contra a humanidade, nos casos em que os atos foram praticados no território do Foro onde se pleiteia a jurisdição' (fls. 448/449); d) arts. 3.º, inciso IV. e 4.º, incisos II, IV e V, '[...] considerando a inexistência de imunidade de jurisdição para atos atentatórios aos direitos humanos pela prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil' (fl. 449); e) arts. 5.º, incisos LIV e LV, e 133 'uma vez que o acórdão recorrido estabelece que o diplomata pode argüir (*sic*) nos autos imunidade de jurisdição, sem apresentação de defesa formal, quando a Constituição Federal estabelece a indispensabilidade do advogado e o respeito ao devido processo legal, inexistindo decretação de imunidade de jurisdição ex-officio, como a que ocorreu no caso pela decisão recorrida' (fl. 449)

Relevante notar o uso do artigo 4º, inciso V, da Constituição, cuja redação seja: "a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] igualdade entre os Estados",[89] a fim de afastar a imunidade da Alemanha. Essa prescrição pode ser suscitada, paradoxalmente, na argumentação oposta ao dos recorrentes, uma vez que a imunidade de jurisdição também parte da ausência hierárquica entre entes estatais (*par in parem non habet judicium*). A parte autora poderia, porventura, alegar a assimetria das relações entre Brasil e Alemanha, ao tempo da guerra, o que violaria a "igualdade entre Estados", mas não parece ser esta a orientação perquirida.

Defenderam ainda, no âmbito do recurso extraordinário, a necessidade de: (a) responsabilização da Alemanha pelos danos cometidos ao barco pesqueiro, baseada no Decreto-Lei nº 4.166/1942;[90] (b) prestação jurisdicional pátria, sobretudo quando considerado casos associados ao direito à vida; (c) apresentação de defesa pela recorrida, visto que a manifestação diplomática não seria suficiente para conferir imunidade de jurisdição; (d) configuração da natureza dos atos como crime de guerra e contra a humanidade, porquanto o submarino alemão teria atingido civis, não se tratando de ato legítimo de império; bem como (e) relativização da imunidade de jurisdição, a título de reciprocidade, já que Estados Unidos e Europa assim o

[89] BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

[90] Ementa: "dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil". BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942*. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 04 mar. 2025.

faziam. Especificamente quanto aos itens (d) e (e), afirmaram: "devendo ser afastada a imunidade de jurisdição por legítimo ato de império considerando que os atos da Recorrida discutidos nos autos (assassinato de civis em mar territorial brasileiro) já foram definidos expressamente como crimes de guerra e crimes contra a humanidade".[91] Essa argumentação, no entanto, não merecia prosperar uma vez que a tipificação de crimes de guerra e crimes contra humanidade ocorreu em momento posterior à Segunda Guerra Mundial.

No que concerne à repercussão geral, os recorrentes afirmaram tratar-se de temática que ultrapassa os limites subjetivos da lide, sendo relevante do ponto de vista social, político e jurídico. Aludiram, para esta finalidade, a "defesa do orgulho e da honra do povo brasileiro, uma vez que cidadãos nacionais foram mortos em ataque de submarino alemão em nosso território".[92] Indicaram vinte e seis ações que corriam no Tribunal Federal da Segunda Região, oriunda do Caso Changri-lá, além de indicar que a causa estaria associada a um interesse geral de documentação histórica do país. Frisaram, por fim, a controvérsia a respeito da supremacia dos direitos humanos quando comparada à soberania estatal, bem como a responsabilidade alemã, perante a jurisdição brasileira, pelos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial em território nacional. Embora tenha sido notificada, na pessoa do chefe da missão diplomática do Estado no Brasil, a República Federativa da Alemanha optou por não apresentar contrarrazões.[93] Em seguida, em decisão monocrática, a ministra Laurita Vaz, representando a vice-presidência do STJ, não admitiu o recurso extraordinário na origem, por considerar que ofensa à Constituição, caso houvesse, seria indireta.[94]

---

[91] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 11/28.

[92] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p. 6.

[93] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 43 de 106 (voto vogal – min. Gilmar Mendes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[94] "Ante o exposto: a) com fundamento no art. 543-B, § 3.º, do Código de Processo Civil, JULGO PREJUDICADO o recurso extraordinário no tocante à pretensa contrariedade ao art. 5.º, inciso XXXV, da Constituição da República, b) quanto à suposta afronta ao art. 5.º, incisos LIV e LV, da Carta Magna, INDEFIRO LIMINARMENTE o recurso, com espeque no art. 543-A, § 5.º, do Código de Processo Civil; e c) NÃO ADMITO o recurso extraordinário no que se refere à alegada violação aos arts. 1.º, inciso III; 5.º, inciso II; 3.º; inciso IV; 4.º, incisos II, IV e V; 109, inciso II; e 133, da Lei Maior". BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Extraordinário nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relatora: Min. Laurita Vaz, 01 de fevereiro de 2016. p. 06 de 06 (decisão monocrática). Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=DTXT&livre=%28%28+%40SEQ%3D%22129%22%29%29+E+%2214932+56308565%22.COD.&thesaurus=&p=true&operador=e. Acesso em: 05 mar. 2025.

Seguiu-se com a interposição de novo agravo, no qual se defendeu o prosseguimento do recurso.[95] Os autos foram, então, encaminhados para o Supremo Tribunal Federal. Até aquele momento, outros recursos relacionados ao torpedeamento do Changri-lá foram igualmente interpostos no Pretório Excelso. A título de exemplo, encontram-se os agravos nº 790.456, nº 793.676 nº 837.265, nº 853.335, nº 853.885, nº 855.300, nº 880.298, nº 953.656, todos negando seguimento, em conformidade com a jurisprudência desenvolvida até então.

*Fase STF (pré-acórdão): análise da repercussão geral*

Em 10 de março de 2016, a lide instaurada pelos descendentes de Deocleciano Pereira da Costa chegou ao Supremo Tribunal Federal, sob o nº 954.858. O agravo, cujo objeto era a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário interposto em face de acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, tinha como relator designado o ministro Edson Fachin. Recorda-se que a posição adotada pelo STJ recaía, em conformidade com as normas consuetudinárias internacionais, na impossibilidade de afastar a imunidade de jurisdição do Estado Estrangeiro, uma vez se tratando de ato de império. Argumentava-se pela relativização da imunidade tão somente quando houvesse atos de gestão, configurados por sua natureza civil, comercial ou trabalhista. Entendimento esse partilhado, à época, pelo STF desde o *leading case* Genny de Oliveira.[96]

Em 28 de abril de 2017, o ***ministro Edson Fachin*** submeteu a matéria, ao Plenário, a fim de que fosse analisada a existência preliminar de repercussão geral. Segundo o relator, a controvérsia envolvia a fixação do "alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana praticado em espacialidade brasileira"; "trata-se de definir a possibilidade de submissão de Estado soberano à solução de lide promovida pelo Poder Judiciário de outra estatalidade, à luz da igualdade jurídica entre os Estados na sociedade internacional, nos termos do art. 4º, V, do Texto

[95] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo em Recurso Extraordinário no Recurso Extraordinário nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relatora: Min. Laurita Vaz, 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=DTXT&livre=%28%28+%40SEQ%3D%22129%22%29%29+E+%2214953+57476882%22.COD.&thesaurus=&p=true&operador=e. Acesso em: 05 mar. 2025.

[96] Cf. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.

Constitucional".[97] É digno de nota que, embora o ministro tenha utilizado a expressão "espacialidade brasileira" no início de sua manifestação, a delimitação territorial não ficou explícita na redação do tema da repercussão geral,[98] tampouco clara em acórdãos posteriores, razão pela qual a extensão da jurisdição brasileira foi questionada em sede de embargos de declaração.[99] Outro ponto para reflexão recai sobre o fato de haver, ainda que implicitamente, um juízo de ponderação direto entre dois princípios constitucionais, a saber: art. 4º, II ("prevalência dos direitos humanos") e art. 4º, V ("igualdade entre os Estados"). Em outro momento de sua manifestação, o ministro Fachin suscita a seguinte passagem: "porquanto se coloca em questão a derrotabilidade de regra imunizante de jurisdição em relação a atos de império por Estado soberano, por conta de *graves delitos* praticados em confronto à proteção internacional da pessoa natural" (grifo nosso).[100] No início da análise do ARE 954.858, bem como em outras decisões subsequentes, falava-se em "graves violações", e não somente "violações" de direitos humanos. Destacar essas nuances será importante para as reflexões dos próximos capítulos.

A argumentação do ministro relator apontava para a existência de repercussão geral da questão constitucional exposta pelo caso. Após citar precedentes do Supremo Tribunal Federal,[101] os quais consolidavam a doutrina relativa da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro,[102] defendeu tratar-se de "controvérsia inédita no âmbito da Corte".[103] Embora o mérito da questão não tenha sido discutido em plenário, o Caso Changri-lá foi objeto de recursos

---

[97] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 06/28.

[98] Quando fixa o texto do tema, o ministro Edson Fachin o redige da seguinte forma: "Alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana", sem a expressão: "espacialidade brasileira".

[99] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro. Embargante*: Ministério Público Federal. Interpelados: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros; República Federal da Alemanha; União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

[100] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 09/28.

[101] Na ocasião, citou e teceu alguns comentários acerca da ACi 9.696/1990 (caso Genny de Oliveira), do RE-AgR 222.368/2003, bem como da ACO-AgR 543/2006.

[102] Aqui, entendida como: (a) imunidade de jurisdição absoluta em casos de atos de império e (b) relativa em atos de gestão, ao passo que (c) a imunidade de execução é absoluta, não havendo qualquer distinção de atos.

[103] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 09/28.

analisados em decisões monocráticas ou decisões de ambas as turmas do STF, como apontado em parágrafos anteriores.[104] O ministro Luiz Fux, no ARE 953.656, por exemplo, teceu algumas considerações sobre o controvertido ponto, indicando que a imunidade de jurisdição deveria prevalecer mesmo diante de acusações que denotem graves violações de direitos humanos,[105] posição que manteve quando da análise do ARE 954.858. O ineditismo da temática dava-se, por conseguinte, em relação ao plenário somente.

Ainda sobre as justificativas que sustentam a repercussão geral, o ministro Fachin alegou: (a) sob a perspectiva jurídica: "a repercussão geral da matéria justifica-se pela coerência jurisprudencial do STF acerca das hipóteses de mitigação da exclusividade jurisdicional no território brasileiro, a partir da divisão dos atos estatais de império e de gestão"; (b) social: "a questão deduzida em juízo ganha relevância a partir da força simbólica dos direitos humanos e respectiva responsabilização de Estados por atos atentatórios à dignidade da pessoa humana", acrescenta que "aqui, o efeito social é notável pelo período transicional típico de períodos de guerra, comoção interna ou rupturas da ordem democrática"; (c) política: "também se extrai transcendência subjetiva da matéria, haja vista que se encontram em aparente divergência dois valores os quais a República Federativa do Brasil comprometeu-se a seguir nas relações internacionais, a prevalência dos direitos humanos e a igualdade entre os Estados".[106] Pela argumentação exposta, o relator submeteu o caso à apreciação dos demais Ministros.[107]

---

[104] Recorda-se: "a título de exemplo, encontram-se os agravos nº 790.456, nº 793.676 nº 837.265, nº 853.335, nº 853.885, nº 855.300, nº 880.298, nº 953.656, todos negando seguimento, em conformidade com a jurisprudência desenvolvida até então"

[105] "[...] conforme a evolução do alcance da imunidade de jurisdição já apresentado, os atos bélicos praticados por Estado estrangeiro durante período de guerra correspondem a atos de império, decorrentes do exercício de seu exclusivo poder soberano. Consectariamente, não havendo renúncia de tal prerrogativa por parte da nação soberana requerida, exsurge a incidência da imunidade de jurisdição, o que impossibilita a submissão do Estado estrangeiro à justiça brasileira". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 953.656 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Maria Nazareth Marques de Carvalho. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Luiz Fux, 30 de agosto de 2016. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=310207010&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025.

[106] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 09-10/28.

[107] Nos termos dos arts. 322, parágrafo único, e 324 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, onde lê-se: "Art. 322 [...]. Parágrafo único. Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes" e "Art. 324. Recebida a manifestação do(a) Relator(a), os demais ministros encaminhar-lhe-ão, também por meio eletrônico, no prazo comum de 20 (vinte) dias, manifestação sobre questão da repercussão geral. (Redação dada pela Emenda Regimental n.31, de 29 de maio 2009)". Cf. 3. BRASIL. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, atualizado até a Emenda Regimental n. 58/2022*. Brasília: STF, [2025]. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoregimentointerno/anexo/ristf.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

Em 03 de maio de 2017, o ***ministro Dias Toffoli*** apresentou argumentação contrária à repercussão geral. Cumpre notar que esse constitui o único momento em que o ministro discorda do relator, porquanto o acompanha nos votos subsequentes. Interessante seria encontrar o motivo dessa mudança de orientação, mas creio que, apenas com os documentos disponíveis, não seria possível alcançar uma justificativa. Em sua manifestação, o ministro apresenta duas orientações principais, quais sejam: (1) a ausência de matéria constitucional no caso, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já havia negado provimento a casos análogos ao Changri-lá; e (2) a inexistência de pressupostos para a configuração da repercussão geral.

Quanto ao primeiro argumento, afirma:[108]

> conforme já consignei em decisão monocrática de minha lavra proferida no ARE nº 853.335/DF (DJe de 18/6/15), *ambas as Turmas desta Corte, examinando casos análogos ao presente, todos constando como ré a República Federal da Alemanha, já assentaram que o exame da controvérsia suscitada no presente recurso extraordinário não possui envergadura constitucional*, uma vez que eventual ofensa à Constituição Federal, se ocorresse, seria apenas indireta ou reflexa. Nesses precedentes, fixou-se, também, que o acolhimento da pretensão recursal dos autores não prescinde do revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que não enseja reexame da questão pertinente em recurso extraordinário. (grifo nosso)[109]

---

[108] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 12/28.

[109] Nesse sentido, o ministro Toffoli destaca os seguintes julgados: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CITAÇÃO DE ESTADO ESTRANGEIRO. INDENIZAÇÃO POR ATO TÍPICO DE GUERRA. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, II E XXXV, DA CARTA MAGNA. NECESSIDADE DE REANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRANCONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Com relação à suposta ofensa ao art. 5º, II e XXXV, da Constituição, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao princípio da legalidade, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal **a quo**. II - A parte se valeu dos meios recursais cabíveis e teve a jurisdição prestada por meio de decisão suficientemente fundamentada, de modo que eventual julgamento contrário aos seus interesses não basta à configuração da negativa de prestação jurisdicional. III – Esta Corte firmou orientação no sentido de ser inadmissível, em regra, a interposição de recurso extraordinário para discutir matéria relacionada à ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, quando a verificação dessa alegação depender de exame prévio de legislação infraconstitucional, por configurar situação de ofensa reflexa ao texto constitucional. IV - *A discussão dos autos cinge-se à regularidade de citação e à possibilidade, ou não, de responsabilizar-se Estado estrangeiro por ato típico de guerra. Para divergir do entendimento firmado pelo acórdão recorrido e examinar as questões trazidas pelos recorrentes, seria necessária a reanálise da interpretação dada à legislação infraconstitucional aplicável à espécie*. V - Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE nº 793.676/DF-AgR-segundo, Segunda Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 23/6/14). (grifo nosso) "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA. ARE 748.371-RG (REL. MIN. GILMAR MENDES, TEMA 660). OFENSA REFLEXA OU INDIRETA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO" (ARE nº 853.885/DF-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 11/3/15). "DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. INDENIZAÇÃO. ATO DE GUERRA. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXV, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA

Em relação à segunda orientação, o ministro Toffolli afirma que a ação ora em comento baseia-se em acontecimentos ocorridos há mais de sete décadas, além de o interesse no deslinde estar restrito a um grupo reduzido de pessoas. Ambas as constatações conduzem para a interpretação de que não estaria presente a necessária relevância da matéria suscitada no apelo. Pelas razões expostas, divergiu do relator Fachin.

No dia 09 de maio de 2017, apresentou pronunciamento o ministro ***Marco Aurélio*** em prol da inadequação da repercussão geral. Após relatório de seu assessor, Ricardo Borges Freire Júnior, manifestou-se pela inexistência de controvérsia constitucional e pela ausência de repercussão geral, em consonância com os reiterados pronunciamentos do Supremo. Ressalta-se que, diferente do ministro Toffoli, aquele manteve postura igualmente divergente no acórdão que jugou o ARE 954.958.

Em 11 de maio de 2017, o Tribunal decidiu, por maioria, reputar constitucional a questão, bem como reconhecer a existência de repercussão geral do tema, vencidos os ministros

---

REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTIGO 93, IX, DA CARTA MAGNA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 04.11.2014. 1. O entendimento adotado pela Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal. 2. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Lei Maior. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. 3. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Magna Carta. 4. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 5. Agravo regimental conhecido e não provido" (ARE nº 880.298/DF-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Rosa Weber**, DJe de 25/8/15). "DIREITO INTERNACIONAL. INDENIZAÇÃO POR ATOS DE GUERRA. ESTADO ESTRANGEIRO. IMUNIDADE ABSOLUTA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISIDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 28.4.2014. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Magna Carta. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. Agravo regimental conhecido e não provido" (ARE nº 837.265/DF-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Rosa Weber**, DJe de 13/11/14).

Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Luiz Fux e Dias Toffoli. A ministra Cármen Lúcia, por outro lado, não se manifestou. A ementa do inteiro teor do acórdão ficou, assim, designada:

> RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL. DIREITOS HUMANOS. DIREITO INTERNACIONAL. ESTADO SOBERANO ESTRANGEIRO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. PROCESSO DE CONHECIMENTO. COMPETÊNCIA. ATOS DE IMPÉRIO. ATOS DE GESTÃO. DELITO CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANO. PERÍODO DE GUERRA. DIREITOS DE PERSONALIDADE. SUCESSORES DA VÍTIMA. INDENIZAÇÃO. 1. O alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana é tema constitucional digno de submissão à sistemática da repercussão geral. 2. A controvérsia consiste em definir a viabilidade de processamento e julgamento de lide que envolve Estado soberano estrangeiro por parte do Poder Judiciário brasileiro. 3. Preliminar de repercussão geral reconhecida.[110]

Com essa decisão, em 25 de maio de 2017, abriu-se vista para a Procuradoria-Geral da República (PGR); em 31 de maio, expediu-se ofício para o chefe da missão diplomática da República Federativa da Alemanha, o embaixador Georg Witschel, a fim de dar ciência quanto à repercussão geral; em 07 de junho, determinou-se a suspensão nacional dos processos, em tramitação nos demais tribunais nacionais, que tratam dessa mesma discussão; e, por fim, em 14 de setembro, a PGR protocolou sua manifestação, documento que será analisado na seção subsequente, no STF.

*Fase STF (pré-acórdão): análise da manifestação da PGR*

Em 13 de setembro de 2017, o então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, manifestou-se pelo desprovimento do recurso extraordinário, propondo a seguinte redação para a tese de repercussão geral: "*É absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro por ato de império* do qual resulte dano reparável, praticado no exercício do direito de soberania em contexto de guerra, *ainda que o ato praticado seja ofensivo ao direito internacional da pessoa humana*" (grifo nosso).[111] Embora seja esse o resultado final da manifestação, Janot, por "amor ao debate" e pela "dialética que o caso requer", apresentou pontos favoráveis e contrários ao pleito, não sem, antes, expor o caso e o mérito da questão.

---

[110] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 01/28.

[111] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p. 57

A título introdutório, afirmou que a Suprema Corte teria a oportunidade de pronunciar-se sobre o tema para concordar ou não com a tese que estava sendo adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, qual seja: a aplicação da imunidade de jurisdição à Alemanha em ações indenizatórias por atos de império praticados em território brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial.[112] Nota-se que esse posicionamento encontrava respaldo na jurisprudência do STF, consolidada desde o caso Genny de Oliveira (1990). Cumpre ressaltar, ainda, que o STJ assentou a interpretação de que a renúncia à imunidade de jurisdição, ainda que possível, não se presumia. Tanto o silêncio, quanto a simples nota verbal do Estado estrangeiro, informando que não haveria aceitação da jurisdição nacional, deveriam ser considerados como manifestação legítima de não submissão à justiça brasileira. Todas essas questões seriam reavaliadas, posteriormente, pela Suprema Corte.

O Procurador-Geral passou, em seguida, a refletir sobre a imunidade de jurisdição estatal no ordenamento jurídico interno e internacional. A origem desse instituto jurídico remonta a análise do conceito de soberania, cuja expressão, no direito constitucional brasileiro, representa fundamento de legitimação do exercício do poder (art. 1º, parágrafo único, da CRFB/1988). Janot aponta que não se trata, porém, de um conceito absoluto, porquanto possa sofrer ponderação em relação a outros princípios. No âmbito internacional, o exercício da soberania de um país encontra limites justos na expressão soberana de outra nação,

---

[112] Nesse sentido: "o entendimento foi pacificado na Segunda Seção do STJ: RO-AgR 80, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, *DJe* 1º abr. 2016; RO-AgR 68, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, *DJe* 19 fev. 2016; RO 61, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, *DJe* 19 fev. 2016. Também nas duas Turmas que a compõe. Na Terceira Turma foram julgados os seguintes recursos: RO 62, Rel. Min. ARI PARGENDLER, *DJe* 3 nov. 2008; RO 133, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, *DJe* 30 out. 2014; RO 134, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, *DJe* 22 ago. 2013; ROAgRg 121, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, *DJe* 31 mar. 2013; RO-AgRg 117, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, *DJe* 27 out. 2015; RO 63, Rel. Min. ARI PARGENDLER, *DJe* 3 nov. 2008. Na Quarta Turma: RO 66, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, *DJe* 19 maio 2008; RO 129, Rel. Min. MARCO BUZZI, *DJe* 19 maio 2008; RO 59-AgR, Rel.(a) Min.(a) MARIA ISABEL GALLOTTI , *DJe* 8 out. 2012; RO 110-AgR, Rel.(a) Min.(a) MARIA ISABEL GALLOTTI , *DJe* 24 set. 2012; RO 72, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, *DJe* 9 set. 2009; RO 78, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, *DJe* 8 set. 2009; RO 74, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, *DJe* 8 jun. 2009; RO-AgRg 107, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, *DJe* 3 fev. 2014; RO-AgRg 101, Rel. Min. MARCO BUZZI, *DJe* 7 maio 2013; RO-AgRg 108, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, *DJe* 3 fev. 2014; RO-AgRg 109, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, *DJe* 4 nov. 2016; ROAgRg 76, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, *DJe* 20 fev. 2017. Na mesma linha, as seguintes monocráticas: RE nos EDcl no RO-AgR 129, Rel.(a) Min.(a) LAURITA VAZ, *DJe* 1º fev. 2016; RO 113, Rel.(a) Min.(a) NANCY ANDRIGHI, *DJe* 15 out. 2012. Há, ainda, recursos especiais que tiveram seguimento negado, a exemplo dos: RESP 1.135.449, Terceira Turma, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, *DJe* 9 abr. 2012; RESP 132.569.2, Terceira Turma, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, *DJe* 17 fev. 2014; RESP 1.135.494, Quarta Turma, Rel. Min. MARCO BUZZI, *DJe* 9 abr. 2012." BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.11-13.

evidenciando, uma vez mais, o caráter relativo da soberania estatal. Para o jurista, portanto, a imunidade de jurisdição surge como mecanismo de impedimento de sobreposição de soberanias.

Quanto à codificação da matéria, cita diplomas estrangeiros e regionais, a saber: (a) a Convenção Europeia sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados, conhecida como Convenção da Basileia, de 1972; (b) o Foreign Sovereign Immunities Act, dos Estados Unidos, de 1976; (c) o State Immunity Act, do Reino Unido, de 1978; (d) o State Immunity Act, do Canadá, de 1985; e, por fim, (e) a Ley 24.488, da Argentina, de 1985. Em que pese haja normas pontuais sobre a temática, a prática costumeira rege a disciplina na maior parte dos países, situação verificada também no Brasil. Janot retoma, brevemente, a doutrina da imunidade absoluta, consubstanciada na máxima *par in parem non habet judicium*, e a transição para a doutrina relativa, a qual preconiza a dissociação entre atos de império (*acta jure imperii*) e atos de gestão (*acta jure gestionis*).[113] Em um exercício comparativo, demonstra que o Brasil seguiu essas mesmas tendências, a exemplo da rejeição de qualquer regra à imunidade no RE 94.084, de 1986,[114] e da relativização a partir da ACi 9.696, de 1990. A imunidade de jurisdição consolida-se, portanto, como norma costumeira internacional.

No título "Do reconhecimento da imunidade de jurisdição do Estado soberano por atos de império praticados em contexto de guerra", a Procuradoria-Geral da República compila argumentos favoráveis à imunidade da Alemanha no caso Changri-lá, quais sejam:

(a) *Contexto de guerra: ato de império*. A primeira tarefa de Janot foi caracterizar a natureza do ato que ensejou o pedido de reparação. Em julho de 1943, o Brasil já participava, oficialmente, da Segunda Guerra Mundial. Como se tratou de ato bélico, em decorrência do exercício da soberania do Estado Alemão, o Procurador entendeu que os torpedeamentos eram atos de império, e não de gestão.

(b) *Sem renúncia expressa, aplica-se imunidade de jurisdição*. Em se tratando de ato de império e não havendo a renúncia de tal prerrogativa por parte da nação soberana

---

[113] Vide, por exemplo, a jurisprudência belga (*Rau, Vanden Abel vs. Duruty*, 1879, § 175; e *Chemin de fer Liégeois-Luxembourg vs. Etat néerlandais*, 1903, §§ 301-303), italiana (*Typaldos vs. Manicomio di Aversa*, 1886, §§1492-1493; e *Bey di Tunisi rappresentato da Guttieres vs. Elmilik*, 1886, §§ 1544-1545) e americana (*The Schooner Exchange vs. McFaddon,*1812).

[114] Na emanta do acórdão, lê-se: "IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. AÇÃO DE PARTICULAR CONTRA ESTADO ESTRANGEIRO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA CONTRA A USAID. NÃO SE ENCONTRA O ESTADO ESTRANGEIRO SUJEITO A JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA DO BRASIL, PARA RESPONDER, PERANTE ELA, A AÇÕES TRABALHISTAS PROPOSTAS POR EMPREGADO SEU. EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM BASE NO ART. 267, INCISO IV, DO CPC". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 94.084-7 – DF – Distrito Federal*. Recorrente: Estados Unidos da América. Recorrida: Christina Mafalda Rodrigues Nogueira. Relator: Min. Aldir Passarinho, 12 de março de 1986. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=187566. Acesso em: 09 mar. 2025.

requerida, exsurge a incidência da imunidade de jurisdição, o que impossibilita a submissão do Estado estrangeiro à justiça brasileira.

(c) *Inexistência de normas internacionais que preveem relativização da imunidade estatal em caso de violação de jus cogens*. Cita, para embasar esse argumento, a Convenção da Basileia de 1972 e a Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos seus bens, de 2004, que ainda não se encontra em vigor. Em relação a esta última, no relatório da Comissão de Direito Internacional, demandas sobre a possiblidade de afastar a imunidade em virtude de graves violações de direitos humanos, sobretudo em situações que envolvem tortura, foram citadas, mas não acolhidas no texto final.[115]

(d) *Jurisprudência comparada.* Em cortes estrangeiras, vítimas e parentes das vítimas pleitearam a reparação por danos sofridos em decorrência de violações perpetradas durante a guerra, entretanto não tiveram seu pedido acolhido. O Procurador-Geral elencou e detalhou o caso Princz vs. Federal Republic of Germany (1992), da Corte Distrital de Columbia; o caso Kalogeropoulou e outros vs. Grécia e Alemanha (2002), da Corte Europeia de Direitos Humanos; bem como o caso Jurisdictional Immunities of the State (Germany vs. Italy: Greece Intervening) (2012), da Corte Internacional de Justiça. O recurso ao direito internacional, no processo ora em comento, torna-se fundamental especialmente quando não há disciplinamento específico no direito pátrio.

(e) *Manifestações do Ministério Público Federal.* Reconheceu-se a imunidade de jurisdição, em manifestações ofertadas, por exemplo, no ROs 66 e 76, subscritas, respectivamente, pelos então Subprocuradores-Gerais da República Washington Bolívar Júnior e Henrique Fagundes Filho.

(f) *Ambivalência dos países em estado de guerra*. "Entender de modo diverso seria o mesmo que permitir a perpetuação de discussões entre estados soberanos em decorrência da Segunda Guerra Mundial, onde, sem dúvida, *um mesmo país hora foi vítima e hora foi perpetrador de violações de direitos humanos*" (grifo nosso).[116]

---

[115] Nesse sentido, ver: UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

[116] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.21.

Nesse mesmo sentido, afirma que não seria razoável ignorar barreiras procedimentais em situações como a que se analisa, "relativas a atos praticados há mais de sete décadas, em nítido contexto de guerra, onde também o *Brasil certamente foi responsável pela morte de civis inocentes*, para afastar a imunidade de jurisdição por atos de império praticados no exercício da soberania estatal".[117]

(g) *Possibilidade de obsolescência das soluções políticas adotadas na Segunda Guerra.* Caso a imunidade fosse afastada no presente caso, "conflitos armados passados dariam origem *ex post facto* a inúmeras demandas individuais por prejuízos, tornando obsoletas as soluções políticas há muito tempo adotadas", resultando no "risco de a coexistência pacífica ser consideravelmente deteriorada, com consequências imprevisíveis para qualquer Estado que tenha se envolvido em um conflito armado".[118]

(h) *Imunidade de jurisdição não legitima as atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra.* Janot fez questão de ressaltar que, embora haja a pretensão de opinar pelo reconhecimento da imunidade de jurisdição por atos de império praticados em contexto bélico, o Ministério Público Federal repudia a morte de inocentes e defende a primazia dos direitos humanos, bem como o cumprimento dos princípios humanitários, ainda que em períodos de guerra.

Já no item "dos argumentos favoráveis ao afastamento da imunidade", o Rodrigo Janot reuniu os seguintes pontos:

(a) *Valor simbólico das ações de reparação decorrentes de violações de princípios humanitários. Coercibilidade dos direitos humanos*. Com base nos ensinamentos de Shelton e Di Nicola, o Procurador-Geral destaca que a função primária da justiça restaurativa consiste em corrigir as injustiças, porquanto representa um respeito à vítima e reconhece a culpa do perpetrador, ressaltando o caráter vinculante dos Direitos Humanos.

(b) *Destruir embarcação civil fora do cenário de guerra configuraria flagrante violação aos direitos humanos e aos princípios humanitários*. Esse seria o ponto

---

[117] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.34.

[118] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.34.

central para o afastamento da imunidade de jurisdição da Alemanha. No que tange a esse argumento, questiona-se a aplicação retroativa de valores e princípios consagrados em momento posterior ao conflito bélico. Os Direitos Humanos, considerados em sua acepção atual, foram positivados a partir de 1945. O uso anacrônico de normas, por razões expostas em subitens posteriores, seria inadequado.

(c) *Distinção entre atos de império e atos de gestão seria insuficiente*. *Atos violadores de direitos humanos ensejaria um terceiro gênero*. "Com efeito, ainda que considerado ato de império, parece tratar-se de ato de império ilegítimo que, por violar flagrantemente os direitos da pessoa humana, não pode ser acobertado pelo manto da imunidade de jurisdição".[119] Uma reflexão: a própria natureza do ato de império, enquanto norma procedimental, enseja o afastamento da análise sobre o mérito substantivo do ato, isto é: se era legítimo ou não. A própria judicialização de atos estatais pressupõe a existência de uma acusação de ilegitimidade.

(d) *Necessidade de novo parâmetro para analisar imunidade estatal de jurisdição*. Janot cita como possibilidade a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II da CFRB/1988), a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a vida como direito inviolável (art. 5º, caput). "Essa inovação da Constituição da República de 1988 em relação às constituições anteriores consagra, portanto, a prioridade do respeito aos direitos humanos como a principal referência para a atuação do País no cenário internacional".[120] Aqui, novamente, sobressaem-se duas observações, quais sejam: todos os dispositivos são da Constituição de 1988, não encontrando correspondência na Constituição de 1937, vigente à época dos fatos; ademais, não houve uma justificativa plausível do porquê a prevalência dos direitos humanos deveria, em juízo de ponderação, sobrepor a igualdade entre os Estados (art. 4º, V).

(e) *Relativização da soberania em prol da dignidade humana*. Extrai-se, dessa argumentação, que a soberania estatal está submetida às normas jurídicas, sendo o padrão obrigatório a prevalência dos direitos humanos.

---

[119] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar.2025. p.36 e 40.

[120] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.38.

(f) *Ausência de razoabilidade em relativizar a imunidade em lides trabalhistas, e não em violações de direitos humanos*.

(g) *Princípio da territorialidade*. Janot retoma o art. 88, III, do CPC de 1973, reproduzido no art. 21, III, da legislação processual civil vigente. Uma vez mais, houve a aplicação de normas supervenientes aos fatos analisados.

(h) *Dissociação entre imunidade de jurisdição e imunidade de execução*. A Suprema Corte reconhece o caráter absoluto da imunidade de execução. Nesse sentido, não haveria impedimentos para a fixação de uma tese de repercussão geral, visto que uma sentença condenatória não vincularia a execução de bens do Estado estrangeiro.

(i) *Normas internacionais e estrangeiras que fundamentam o afastamento da imunidade de jurisdição*.

   a. Paradoxalmente, Janot recupera a Convenção da Basileia de 1972 (p. 41). Paradoxal porque utilizou o mesmo tratado para afirmar que este não traz a previsão de relativização da imunidade por violação de normas jus cogens (p. 21-22). O argumento favorável ao afastamento estaria no art. 11, da Convenção Europeia, o qual prevê a impossibilidade de invocar imunidade quando houver dano à pessoa no território do Estado do Foro.

   b. Situação idêntica ocorreu com a menção às normas das Nações Unidas sobre imunidade de jurisdição, respectivamente nas páginas 21, 22 e 42. O artigo 12 dispõe que "Se a ação ou a omissão ocorreu, no todo ou em parte, no território de outro Estado e se o autor da ação ou da omissão estava presente neste território no momento dos fatos, o Estado alegadamente responsável não pode invocar imunidade de jurisdição perante a corte do Estado que seria de outra forma competente para processar casos envolvendo reparação pecuniária *por morte ou lesão à pessoa, ou por danos ou perda de propriedade tangível*, salvo acordo em sentido diverso pelos Estados envolvidos" (grifo nosso). O Procurador-Geral retomou também os comentários realizados pelo grupo responsável pelo projeto de tratado da ONU. Nesse documento, afirma-se que se trata de uma exceção à imunidade de jurisdição baseada na territorialidade, sem distinção entre ato de império e de gestão. Cumpre notar que tal excepcionalidade apenas inclui, em relação à pessoa, lesão pessoal e morte, o que poderia ser inserido em graves violações de direitos humanos, e não apenas violações de direitos humanos

como estava sendo analisado pela repercussão geral. Isto é, nem todas as violações de direitos humanos ensejaria o afastamento da imunidade de jurisdição de acordo com esse dispositivo. Não modular uma tese, na Suprema Corte, que preveja tal restrição representa um problema na doutrina da imunidade de jurisdição.

c. Ademais, Janot aponta as legislações estadunidense, britânica, australiana e argentina (p. 46 e 47). Esses instrumentos jurídicos reforçam a interpretação de afastamento da imunidade em casos de lesão pessoal e morte, no mesmo sentido das regras europeias e das Nações Unidas. A lei sobre imunidade da Argentina menciona, especificamente, "delitos ou quase-delitos". Percebe-se, portanto, que também houve um cuidado na estipulação da exceção à imunidade de jurisdição. Não seriam os direitos humanos, amplamente considerados, a afastar esse instituto jurídico.

(j) *Jurisprudência comparada*. Para corroborar o entendimento de afastamento da imunidade de jurisdição em situações análogas ao do caso Changri-lá, detalhou-se o caso Prefecture of Voiotia vs. Federal Republic of Germany (2000, Grécia). Concluiu Janot que, "em condições dessa estirpe, sobretudo diante das similitudes fático-jurídicas dos casos, o direito internacional e o direito comparado funcionam como autêntico método de interpretação jurídica", além de abrirem "pauta hermenêutica para compreensão do sentido e do alcance das regras de imunidade de jurisdição bem como do princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos".[121] Esses argumentos também podem ser utilizados na argumentação contrária ao afastamento da imunidade de jurisdição. O próprio precedente supracitado chegou à Corte Internacional de Justiça por meio da intervenção grega no caso Ferrini (Germany vs. Italy: Greece Intervening), oportunidade na qual a CIJ manteve a imunidade de jurisdição da Alemanha. O direito comparado mostrou, igualmente, que as exceções à doutrina da imunidade são restritas a hipóteses específicas. Há de se tomar cuidado, portanto, com a instrumentalização de jurisprudências e legislações para determinadas finalidades argumentativas. A

[121] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.50.

indeterminação do discurso jurídico internacional há muito é discutida por Marti Koskenniemi,[122] o que será desenvolvido nos capítulos subsequentes.

(k) *Manifestações do Ministério Público Federal*. Em recursos sob a competência do Superior Tribunal de Justiça, o MPF manifestou-se pelo afastamento da imunidade de jurisdição da Alemanha no RO 129, assinado pelo então Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins, bem como nos ROs 60 e 61, da lavra do Subprocurador-Geral da República Juarez Tavares

(l) *Crítica à decisão da CIJ no caso Jurisdictional Immunities of the State (Germany vs. Italy: Greece Intervening)*. Esse argumento foi colocado em um subitem a parte da manifestação. Aponta Janot que se trata de uma decisão isolada, permeada de críticas capazes de obstaculizar o transplante automático para o âmbito interno. Em sua análise, afirma que o precedente vai no sentido contrário da tendência internacional de prestigiar o indivíduo como sujeito de Direito Internacional; menciona que não foi uma sentença unânime, porquanto há o voto dissidente do juiz brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade; condena a postura da Corte por evitar a discussão espinhosa entre imunidade estatal e violação de normas jus cogens, rejeitando a ideia de uma exceção emergente e, por conseguinte, adotando uma postura conservadora e formalista; aponta, ademais, que a CIJ, ao atuar como árbitro neutro de controvérsias exclusivamente interestatais, impôs-se um óbice procedimental para a efetiva proteção dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário. Por fim, o Procurador-Geral conclui que as obrigações *erga omnes* decorrentes de *jus cogens* implicam a impossibilidade de suscitar a imunidade estatal em hipótese de violações de normas imperativas pelo Estado e, em última análise, na necessidade de "prover reparações para as vítimas" (p. 55). Em relação a essa conclusão, ponho para a reflexão se houve uma menção à relativização da imunidade de execução.

(m) *Indenização no caso concreto.* Esse também constitui o título de uma subseção do parecer. "Caso acatada pela Suprema Corte a tese do afastamento da imunidade de jurisdição, será inegável o direito à reparação dos danos". Tratando-se de indenização ilíquida, "será necessária a remessa do feito ao Tribunal *a quo*, para que,

[122] KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia:* the structure of international legal argument. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1017/CBO9780511493713. Acesso em: 11 mar. 2025.

> respeitada a premissa jurídica estabelecida, fixe o *quantum* indenizatório".[123] Aqui, o "direito à indenização" não configura automaticamente o direito ao cumprimento da sentença.

Ante a fundamentação exposta, percebe-se um maior número de argumentos favoráveis ao afastamento da imunidade de jurisdição alemã do que desfavoráveis. Tem-se a impressão de que o Procurador-Geral tivera contato com ambas as correntes, feitas talvez por pessoas diferentes, e optou pelo desprovimento do recurso extraordinário, fixando a seguinte ementa para a manifestação da PGR:

> DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO INTERNACIONAL. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. DIREITO HUMANITÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TEMA 944 DA REPERCUSSÃO GERAL. NAUFRÁGIO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA ATACADA POR SUBMARINO ALEMÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PROPOSTA POR DE SUCESSORES DA VÍTIMA EM FACE DE ESTADO ESTRANGEIRO. ESTADO SOBERANO. ATO PRATICADO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. ATO DE IMPÉRIO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1 – Proposta de Tese de Repercussão Geral (Tema 944): *É absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro por ato de império do qual resulte dano reparável, praticado no exercício do direito de soberania em contexto de guerra, ainda que o ato praticado seja ofensivo ao direito internacional da pessoa humana.* 2 – Recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição, sob alegação de ofensa aos arts. 1º, III, 3º, IV, 4º, II, IV e V, 5º, II, XXV e LIV, e 133 da Carta Magna, com o objetivo de, reformando-se o acórdão recorrido, condenar a República Federal da Alemanha ao ressarcimento de danos sofridos por sucessores de vítimas fatais de naufrágio de embarcação pesqueira atacada por submarino alemão em território brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. 3 – É excepcionada a imunidade de jurisdição apenas nas hipóteses em que o ato praticado pelo Estado soberano seja ato de gestão, e o objeto litigioso tenha como fundo relações de natureza meramente civil, comercial ou trabalhista. 4 – É absoluta e não comporta exceção a imunidade de jurisdição do Estado soberano em se tratando de atos praticados em ofensiva militar em período de guerra, considerado ato de império. Precedente da Corte Internacional de Justiça: Caso *Jurisdictional Immunities of the State (Germany vs. Italy: Greece Intervening)*. 5 – Atende à perspectiva de diálogo entre o direito internacional e o direito interno a invocação de precedente da Corte Internacional de Justiça, órgão judiciário das Nações Unidas do qual o Brasil faz parte, como fundamento para a solução do feito e fixação de tese da sistemática da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. 6 – Daria origem *ex post facto* a inúmeras demandas individuais por prejuízos sofridos, tornando obsoletas as soluções políticas há muito tempo adotadas, o afastamento da imunidade de jurisdição de estado soberano em ações indenizatórias por atos praticados em conflitos armados passados. Haveria o risco de a coexistência pacífica ser consideravelmente deteriorada, com consequências imprevisíveis para qualquer Estado que tenha se envolvido em um

[123] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.55-56.

> conflito armado. 7 – Parecer pelo desprovimento do recurso extraordinário. (grifos do autor).[124]

A manifestação da Procuradoria-Geral da República no ARE 954.858, embora concluída pelo desprovimento do recurso extraordinário, apresentou uma estrutura argumentativa ambivalente. Ainda que tenha proposto a fixação de uma tese em favor da imunidade absoluta por atos de império praticados em contexto bélico, o parecer reuniu, em paralelo, um conjunto expressivo de fundamentos que poderiam sustentar a tese oposta. A forma como os argumentos foram organizados dá margem à impressão de que distintos redatores atuaram na elaboração do texto, com diferentes enfoques e sem articulação clara entre os blocos argumentativos. Em mais de uma ocasião, os mesmos instrumentos jurídicos internacionais são mobilizados para justificar conclusões opostas, sem que se explicite um critério para a escolha normativa final. A decisão pela tese da imunidade absoluta, quando enfim apresentada, surge de modo sumário, sem enfrentamento consistente das premissas anteriormente desenvolvidas. Essa disposição argumentativa revela não apenas a tensão entre soberania estatal e proteção internacional da pessoa humana, mas também antecipa as dificuldades conceituais e metodológicas que marcarão o julgamento de mérito — questões que serão retomadas criticamente nos capítulos seguintes.

*Fase STF (acórdão): voto do ministro relator Edson Fachin*

Em despacho do dia 28 de agosto de 2019, publicado em 02 de setembro, o ministro Edson Fachin disponibilizou o inteiro teor do relatório referente ao recurso extraordinário com agravo 954.858/RJ, promovendo ciência isonômica e simultânea às partes. No documento, perpassa os fatos do caso Changri-lá desde a origem judicial, na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, até os últimos andamentos processuais no Supremo Tribunal Federal. Como se trata de acontecimentos já narrados nos tópicos antecedentes, opta-se por conduzir essa seção a partir da argumentação desenvolvida no voto do ministro-relator.

Em voto, apresentado no plenário em fevereiro de 2021, a análise de mérito foi dividida em quatro subtópicos, a saber: (a) “Imunidade de Jurisdição do Estado Estrangeiro no Direito Brasileiro”; (b) “Distinção do caso: ilicitude do ato e ofensa aos direitos humanos”, (c)

---

[124] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.01-02.

"Imunidade de Jurisdição Estatal em virtude de atos ilícitos violadores dos direitos humano", e (d) "Exclusão da imunidade estatal por ato ilícito violador dos direitos humanos". Percebe-se, pois, que a orientação do ministro-relator foi no sentido de afastar a imunidade de jurisdição da Alemanha no caso ora em comento, culminando na seguinte proposta de tese, que posteriormente foi adotada, para a repercussão geral: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição". Cumpre observar dois pontos no que tange à tese, quais sejam: embora, na repercussão, a fixação do tema tenha envolvido "espacialidade brasileira", não há delimitação territorial nessa proposta; ademais, em que pesem os fatos e a fundamentação dos votos envolvam graves violações de direitos humanos, o termo "graves" não consta na redação da tese.

No primeiro título, "***Imunidade de jurisdição do estado estrangeiro no direito brasileiro***", o ministro Fachin retoma os precedentes utilizados em seu voto da repercussão geral, os quais consolidavam a doutrina da imunidade estatal relativa, dissociando atos de império e atos de gestão. Antes disso, porém, o relator aponta que a matéria é regida pelo direito costumeiro, haja vista o país não tenha adotado a Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados, tampouco a Alemanha, ou qualquer tratado correlato. Pontuou também que o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou um marco na alteração jurisprudencial da Suprema Corte com vistas a abranger a divisão de feitos de um estado estrangeiro em atos de gestão e atos de império, constituindo os primeiros passíveis da cognoscibilidade no Poder Judiciário Brasileiro.

Nesse contexto, surge o *leading case* "Genny de Oliveira", discutido na ACi 9.696, de relatoria do Ministro Sydney Sanches, com decisão publicada em 12 de outubro de 1990, com a ementa nos seguintes termos:

> ESTADO ESTRANGEIRO. IMUNIDADE JUDICIARIA. CAUSA TRABALHISTA. NAO HA IMUNIDADE DE JURISDICAO PARA O ESTADO ESTRANGEIRO, EM CAUSA DE NATUREZA TRABALHISTA. EM PRINCIPIO, ESTA DEVE SER PROCESSADA E JULGADA PELA JUSTICA DO TRABALHO, SE AJUIZADA DEPOIS DO ADVENTO DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 1988 (ART. 114). NA HIPOTESE, PORÉM, PERMANECE A COMPETENCIA DA JUSTICA FEDERAL, EM FACE DO DISPOSTO NO PARAGRAFO 10 DO ART. 27 DO A.D.C.T. DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 1988, C/C ART. 125, II, DA E.C. N. 1/69. RECURSO ORDINARIO CONHECIDO E PROVIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA SE AFASTAR A IMUNIDADE JUDICIARIA RECONHECIDA PELO JUIZO FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU, QUE DEVE PROSSEGUIR NO JULGAMENTO DA CAUSA, COMO DE DIREITO. (ACi 9696, Relator(a): Min. SYDNEY SANCHES, Tribunal Pleno, julgado em 31/05/1989).[125]

[125] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990.

Percebe-se, pois, a superação da máxima *par in parem non habet* judicio, responsável pela doutrina absoluta da imunidade de jurisdição, a qual remonta à formação dos estados nacionais modernos, coibindo o julgamento entre iguais. Passou-se, então, a relativizar, em um âmbito cosmopolita, a imunidade a partir da dissociação entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis (ou jure privatorum)*. A imunidade de jurisdição restou apenas àqueles fatos decorrentes diretamente do exercício da soberania.

Esse precedente consolidou, posteriormente, a jurisprudência em conformidade com a relativização da imunidade de jurisdição no âmbito internacional, como se vê, por exemplo, na ementa do RE-AgR 222.368:

> IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - LITÍGIO ENTRE ESTADO ESTRANGEIRO E EMPREGADO BRASILEIRO - EVOLUÇÃO DO TEMA NA DOUTRINA, NA LEGISLAÇÃO COMPARADA E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: *DA IMUNIDADE JURISDICIONAL ABSOLUTA À IMUNIDADE JURISDICIONAL MERAMENTE RELATIVA* – RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. OS ESTADOS ESTRANGEIROS NÃO DISPÕEM DE IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO, PERANTE O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO, NAS CAUSAS DE NATUREZA TRABALHISTA, POIS ESSA PRERROGATIVA DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO TEM CARÁTER MERAMENTE RELATIVO. – O *Estado estrangeiro não dispõe de imunidade de jurisdição, perante órgãos do Poder Judiciário brasileiro, quando se tratar de causa de natureza trabalhista*. Doutrina. Precedentes do STF (RTJ 133/159 e RTJ 161/643-644). - Privilégios diplomáticos não podem ser invocados, em processos trabalhistas, para coonestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em inaceitável detrimento de trabalhadores residentes em território brasileiro, sob pena de essa prática consagrar censurável desvio ético-jurídico, incompatível com o princípio da boa-fé e inconciliável com os grandes postulados do direito internacional. O PRIVILÉGIO RESULTANTE DA IMUNIDADE DE EXECUÇÃO NÃO INIBE A JUSTIÇA BRASILEIRA DE EXERCER JURISDIÇÃO NOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO INSTAURADOS CONTRA ESTADOS ESTRANGEIROS. - A *imunidade de jurisdição, de um lado, e a imunidade de execução, de outro, constituem categorias autônomas, juridicamente inconfundíveis,* pois - ainda que guardem estreitas relações entre si - traduzem realidades independentes e distintas, assim reconhecidas quer no plano conceitual, quer, ainda, no âmbito de desenvolvimento das próprias relações internacionais. A eventual impossibilidade jurídica de ulterior realização prática do título judicial condenatório, em decorrência da prerrogativa da imunidade de execução, não se revela suficiente para obstar, só por si, a instauração, perante Tribunais brasileiros, de processos de conhecimento contra Estados estrangeiros, notadamente quando se tratar de litígio de natureza trabalhista. Doutrina. Precedentes. (RE 222.368 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 30/04/2002) (grifos nosso).[126]

Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.

[126] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 222.368-4 – PE – Pernambuco*. Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello, 30 de abril de 2002. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=331821. Acesso em: 12 mar. 2025.

Por fim, resta evidente a manutenção da imunidade absoluta de execução, sob os auspícios da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas.[127] O mesmo pode ser verificado na ementa da ACO-AgR 543, de relatoria do ministro Sepúlveda Pertence, publicada em 2006:

> Imunidade de jurisdição. Execução fiscal movida pela Uniao contra a República da Coreia. E da jurisprudência do Supremo Tribunal que, salvo renúncia, e absoluta a imunidade do Estado estrangeiro a jurisdição executória: orientação mantida por maioria de votos. Precedentes: ACO 524-AgR, Velloso, DJ 9.5.2003; ACO 522-AgR e 634-AgR, Ilmar Galvao, DJ 23.10.98 e 31.10.2002; ACO 527-AgR, Jobim, DJ 10.12.99; ACO 645, Gilmar Mendes, DJ 17.3.2003.[128]

Após breve retomada da doutrina relativa da imunidade de jurisdição, o ministro Edson Fachin inicia o segundo tópico de seu voto: "***Distinção do caso: ilicitude do ato e ofensa aos direitos humanos***".

Quanto à delimitação da controvérsia, afirma trata-se da "derrotabilidade da regra imunizante de jurisdição em relação a atos de império por Estado soberano, por conta de *graves delitos* praticados em confronto à proteção internacional da pessoa natural em *espacialidade brasileira*" (grifo nosso).[129] Assim como explicitado no voto da repercussão geral, o ministro relator utilizou a noção de "graves violações" e "espacialidade brasileira" em sua argumentação. A primeira expressão sequer apareceu na tese, enquanto a segunda somente apareceu – com modificações, mas sem alterar seu sentido – após embargos de declaração, delimitando a jurisdição ao território pátrio.[130] Embora as implicações de ambas as ausências sejam exploradas nos capítulos subsequentes, a menção a elas não deixa de ser importante.

Em seguida, o ministro Fachin utiliza tanto o inciso II ("prevalência dos direitos humanos"), quanto o V ("igualdade entre os Estados") do art. 4º da Carta Magna, com o intuito de sustentar o seu posicionamento. Parece-me, por outro lado, que há um tensionamento evidente entre ambos os princípios, e não uma complementariedade de sentidos no que tange ao caso Changri-lá. Essa igualdade pretendida pode ser lida, por exemplo, à luz da máxima *par*

---

[127] BRASIL. *Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

[128] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental na Ação Cível Originária 543-4 SP – São Paulo*. Agravante: União. Agravada: República da Coreia. Relator: Min. Sepúlveda Pertence, 30 de agosto de 2006. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=392108. Acesso em: 12 mar. 2025.

[129] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 13 de 106.

[130] Como se lê na Tese 944: "dentro do território nacional"

*in parem non habet judicium*, assim como o foi em outras ocasiões dessa lide, configurando justamente o oposto do que pretendia o relator. Considerando a multiplicidade de interpretações, o esclarecimento de como esse princípio (inciso V) auxilia na fundamentação do afastamento da imunidade de jurisdição seria útil aos leitores do acórdão.

Outro raciocínio utilizado consistiu na oposição do direito costumeiro e de princípios consagrados no direito internacional. Por um lado, a imunidade de jurisdição tem origem em normas consuetudinárias, e, segundo o ministro, "este, ainda que tenha status elevado no direito internacional, nem sempre deve prevalecer".[131] Em contrapartida, por considerar os atos alemães ilegítimos, em que pese estivessem em um contexto de guerra, o relator retoma princípios humanitários consagrados na Convenção de Haia de 1907, a qual confere proteção para civis. Nesse sentido, cita as considerações feitas pelo ministro Luis Felipe Salamão, Superior Tribunal de Justiça, em um voto vencido, a exemplo do seguinte trecho: "o assassinato de cidadãos brasileiros não-combatentes pelos tripulantes do submarino alemão constituiu, já naquele momento, violação aos princípios gerais do direito internacional humanitário".[132] Na leitura de Fachin, por conseguinte, prevalece os princípios de direito internacional humanitário em detrimento de normas costumeiras de imunidade de jurisdição.

Ainda sobre princípios humanitários e direitos humanos, o ministro relator suscita o Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, de 1945, e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966. Em relação ao primeiro documento, destaca as violações das leis e costumes dos conflitos bélicos, incluindo o assassinato de civis em alto-mar, como um "crime de guerra", conforme disposição do artigo 6, "b".[133] Quanto ao PIDCP, sublinha o direito humano à vida, assim como previsto no artigo 6. Novamente, há um uso anacrônico de tratados internacionais. A argumentação seria mais adequada, portanto, se houvesse a citação de normas aplicáveis ao tempo do delito, nomeadamente julho de 1943, ou uma alusão às ressalvas pertinentes, como as arroladas nesse parágrafo.

---

[131] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 15 de 106.

[132] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 16 de 106.

[133] BRASIL. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

Após concluir pela ilicitude do ato alemão, o ministro Fachin inicia o terceiro subtópico do seu voto, qual seja: "***Imunidade de jurisdição estatal em virtude de atos ilícitos violadores dos direitos humanos***". Afirma, preliminarmente, que a imunidade estatal não configura uma regra absoluta, relembrando o fato de que a própria Alemanha já havia renunciado a esse instituto jurídico em alguns tratados. Apresenta, nesse contexto, a exceção expressa pelo art. 12 da Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidade Jurisdicionais dos Estados e de seus Bens, de 2004, nos seguintes termos:

> salvo acordo em contrário entre os Estados interessados, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição perante um tribunal de outro Estado que seja competente em um processo que se refira à *compensação pecuniária por morte ou lesão à pessoa, ou dano ou perda de bens tangíveis*, causada por um ato ou omissão alegadamente imputável ao Estado, se o ato ou omissão ocorreu no todo ou em parte no território desse outro Estado e se o autor do ato ou omissão esteve presente naquele território no hora do ato ou omissão. (tradução livre, grifo nosso)[134]

Recorda-se que essa Convenção foi utilizada, pelo Procurador-Geral Rodrigo Janot, tanto para (1) os argumentos desfavoráveis, quanto para (2) os favoráveis ao afastamento da imunidade de jurisdição. Na primeira hipótese, apontou que houve tentativas de incluir exceções calcadas em argumentos pró-direitos humanos, mas que não foram acolhidas no texto final da Convenção. Na segunda, por outro lado, resgatou o texto do art. 12, com o intuito de fundamentar a necessidade de julgamento da Alemanha. Ressaltei, nessa ocasião, o fato de que tal excepcionalidade apenas inclui, em relação à pessoa, lesão pessoal e morte. Atos inseridos, portanto, em contexto de *graves* violações – e não em qualquer violação – de direitos humanos, culminando na interpretação de que a aplicação (retroativa) dessa regra, se fosse possível, caberia a casos limitados. Percebe-se, pois, que o mesmo instrumento jurídico pode trazer base para defesas opostas.

Ademais, a fim de delimitar a abrangência desse dispositivo, o ministro relator buscou os comentários produzidos pelo grupo responsável pelo *draft* dessa Convenção, assim como Janot o fez. Segundo os apontamentos, a imunidade de jurisdição, ou o afastamento dela, ocorre com base no princípio da territorialidade e na inexistência de divisão entre atos de império e

---

[134] Texto orifinal: "Article 12 (*Personal injuries and damage to property)* Unless otherwise agreed between the States concerned, a State cannot invoke immunity from jurisdiction before a court of another State which is otherwise competent in a proceeding which relates to pecuniary compensation for death or injury to the person, or damage to or loss of tangible property, caused by an act or omission which is alleged to be attributable to the State, if the act or omission occurred in whole or in part in the territory of that other State and if the author of the act or omission was present in that territory at the time of the act or omission". UNITED NATIONS. *United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property*. New York: United Nations, 2004. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

atos de gestão.[135] Importaria, desse modo, somente a natureza do dano, isto é, se houve morte ou lesão à pessoa ou destruição/perda de bens no território da jurisdição que se pretende exercer. No caso Changri-lá, houve a morte de tripulantes no mar territorial brasileiro, razão pela qual o ministro Fachin menciona que, por essa proposição, a imunidade não deveria prosperar.

Aponta, ainda, outras normas internacionais e estrangeiras que fundamentam o afastamento da imunidade de jurisdição, em consonância com o que apresentou o Procurador-Geral Rodrigo Janot em manifestação – nomeadamente no item "dos argumentos favoráveis ao afastamento da imunidade". O ministro da Suprema Corte retoma: (a) o art. 11 da Convenção da Basileia (1972);[136] (b) o item 05 da seção 1.605 do Código dos Estados Unidos da América, o qual incorporou o U.S Foreign Sovereign Immunities Act (1976);[137] (c) a seção 05 do State Immunity Act do Reino Unido (1978);[138] (d) o art. 13 do Foreign States Immunities Act da Austrália (1985);[139] e, por fim, (e) o art. 2º, "e", da Lei sobre Imunidade de Jurisdição da Argentina (Imunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunal és Argentinos)

---

[135] "(8) The basis for the assumption and exercise of jurisdiction in cases covered by this exception is territoriality. The locus delicti commissi offers a substantial territorial connection regardless of the motivation of the act or omission, whether intentional or even malicious, or whether accidental, negligent, inadvertent, reckless or careless, and indeed irrespective of the nature of the activities involved, whether jure imperii or jure gestionis. This distinction has been maintained in the case law of some States involving motor accidents in the course of official or military duties. While immunity has been maintained for acts jure imperii, it has been rejected for acts jure gestionis. The exception proposed in article 12 makes no such distinction, subject to a qualification in the opening paragraph indicating the reservation". UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries, 1991*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

[136] "A Contracting State cannot claim immunity from the jurisdiction of a court of another Contracting State in proceedings which relate to redress for *injury to the person or damage to tangible property*, if the facts which occasioned the injury or damage occurred in the territory of the State of the forum, and if the author of the injury or damage was present in that territory at the time when those facts occurred" (grifo nosso). COUNCIL OF EUROPE. *European Convention on State Immunity (CETS nº 74)*. Basileia, 1972. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1. Acesso em: 15 mar. 2025

[137] "(5) not otherwise encompassed in paragraph (2) above, in which money damages are sought against a foreign state for *personal injury or death, or damage to or loss of property*, occurring in the United States and caused by the tortious act or omission of that foreign state or of any official or employee of that foreign state while acting within the scope of his office or employment; except this paragraph shall not apply to- […]" (grifo nosso). UNITED STATES. *U.S. Code: Title 28 – Judiciary and Judicial Procedure. Part IV – Jurisdiction and Venue. Chapter 97 – Jurisdictional Immunities of Foreign States (Sections 1602 to 1611). Section 1605 – General exceptions to the jurisdictional immunity of a foreign state*. Disponível em: https://uscode.house.gov/browse/prelim@title28/part4/chapter97&edition=prelim. Acesso em: 15 mar. 2025.

[138] "5. Personal injuries and damage to property**.** A State is not immune as respects proceedings in respect of— (a) *death or personal injury*; or (b) *damage to or loss of tangible property*, caused by an act or omission in the United Kingdom" (grifo nosso). UNITED KINGDOM. *State Immunity Act 1978, Chapter 33*. London: UK Parliament, 1978. Disponível em: https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1978/33/2023-02-23. Acesso em: 15 mar. 2025

[139] "13. Personal injury and damage to property**.** A foreign State is not immune in a proceeding in so far as the proceeding concerns: (a*) the death of, or personal injury to, a person*; or (b) *loss of or damage to tangible property*; caused by an act or omission done or omitted to be done in Australia (grifo nosso). AUSTRALIA. *Foreign States Immunities Act 1985*. Canberra: Parliament of Australia, 1985. Disponível em: https://www.legislation.gov.au/C2004A03235/latest/text. Acesso em: 15 mar. 2025

(1995).[140] O mesmo comentário feito na análise da manifestação da PGR cabe aqui. Os cinco instrumentos jurídicos supracitados reforçam a interpretação de que a imunidade de jurisdição estatal deve ser afastada, especificamente, em casos de lesão pessoal e morte, na mesma direção do que foi apresentado pela Convenção das Nações Unidas (2004). Percebe-se, pois, que houve um cuidado na estipulação da exceção à imunidade de jurisdição. Não seriam os direitos humanos, amplamente considerados, a afastar esse instituto jurídico.

Feitas essas menções legislativas, o ministro Fachin partiu para o âmbito jurisdicional a fim de embasar o seu posicionamento. A Justiça Italiana foi a primeira a ser mencionada, especificamente no que tange à orientação de que a imunidade estatal não deveria prevalecer diante da violação de uma norma de *jus cogens*. Recorda-se que não há um rol taxativo que elenque as normas imperativas do direito internacional. Cabe, na verdade, à doutrina e à jurisprudência, em um exercício interpretativo, identificar, nos termos da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969), quais normas são aceitas e reconhecidas pela comunidade internacional como uma regra da qual nenhuma derrogação é permitida.[141] Devido à amplitude das normas que compõem os direitos humanos, nem todos são considerados como *jus cogens*.[142] Há uma diferença fundamental, portanto, entre a tese sustentada pelo judiciário italiano e aquela proposta pelo STF.

Nesse contexto, o ministro relator cita o *caso Ferrini*,[143] envolvendo um italiano submetido à trabalho forçado, na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial. Cumpre destacar que o vínculo presente entre Luigi Ferrini e a justiça de seu país estava fundamentado na nacionalidade, e não no local do crime. O princípio da territorialidade, como visto nas legislações estrangeiras supracitadas, compõe um dos pressupostos para o afastamento da imunidade de jurisdição em determinadas nações. Na Itália, não parece ser essa a razão da relativização desse instituto jurídico, porquanto, nesse caso, concedeu-se ganho de causa para o seu cidadão. A Alemanha, diante desse cenário, provocou a atividade jurisdicional da Corte

---

[140] "ARTICULO 2º — Los Estados extranjeros no podrán invocar inmunidad de jurisdicción en los siguientes casos: e) Cuando fueren demandados por *daños y perjuicios derivados de delitos o cuasidelitos* cometidos en el territorio" (grifo nosso). ARGENTINA. *Ley 24.488 – Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos*. Buenos Aires: Poder Legislativo Nacional, 1995. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/22523/norma.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

[141] Cf. Art. 53 da CVDT/1969. BRASIL. *Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009*. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

[142] Nesse sentido, ver: HALL, Stephen (2022). Natural Law, Human Rights, and Jus Cogens. In: ANGIER, Tom; BENSON, Iain T.; RETTER, Mark D. (Org.), *The Cambridge Handbook of Natural Law and Human Rights*, Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 338-352.

[143] Há uma menção pontual também do caso conhecido como "Massacre de Civitella", quando mais de duzentos civis foram mortos por soldados alemães.

Internacional de Justiça, a fim de reforçar o pleito da sua imunidade de jurisdição. Os italianos, em sua defesa, trouxeram duas teorias: (a) "a primeira advoga que a violação de normas de *jus cogens* não pode ser considerada um ato de *jus imperii"* e, portanto, um ato soberano; enquanto (b) "a segunda sustenta que os Estados não têm direito a imunidade jurisdicional nos casos de violações das normas de *jus cogens*, por causa da supremacia hierárquica dessas normas".[144] Quanto a essas duas orientações, Fachin conclui que " [01] ou não há ato de império, [02] *ou a imunidade dele decorrente deve ceder diante da preponderância dos direitos humanos*, tal como visto, determina a Constituição brasileira" (grifo nosso).[145] Há, pois, um equívoco nessa interpretação em função da confusão feita entre as expressões "direitos humanos" e "jus cogens", os quais, como dito anteriormente, não se confundem. Por conseguinte, em uma leitura mais acurada da defesa italiana, a Alemanha deveria responder à justiça da Itália, [01] seja por

---

[144] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 22 de 106. Nesse sentido, a título complementar: "Two main ideas are at the basis of those theories. The first one is that the violation of peremptory norms of international law cannot be considered to be a sovereign act. This idea has been expounded since 1989 by Professors Belsky, Roth-Arriaza and Merva: 'the existence of a system of rules that States may not violate [i.e. jus cogens] implies that when a State acts in violation of such a rule, the act is not recognised as a sovereign act. When a State act is no longer recognised as sovereign, the State is no longer entitled to invoke the defense of sovereign immunity.' This idea was first applied by the United States District Court for the District of Columbia in Princz v. Federal Republic of Germany. The Court held that 'the Federal Sovereign Immunity Act [i.e. immunity] has no role to play where the claims involve undisputable acts of barbarism committed by a one-time outlaw nation' and 'a nation that does not respect the civil and human rights of an American citizen is barred from invoking United States law to block the citizen in its effort to vindicate his rights'(...) 4.72 The second main idea is that States responsible for violations of *jus cogens* norms would no longer be entitled to sovereign immunity because of the hierarchical supremacy of the former norms. This theory was supported by a minority of eight to nine judges of the European Court of Human Rights in Al-Adsani v. United Kingdom, and it is significant that this minority included almost all members of the Court who were scholars of international law. In their dissenting opinion, Judges Rozakis, Caflisch, Wildhaber, Costa, Cabral Barreto and Vajić stated that 'The acceptance therefore of the jus cogens nature of the prohibition of torture entails that a State allegedly violating it cannot invoke hierarchically lower rules (in this case, those on State immunity) to avoid the consequences of the illegality of its actions. […] Due to the interplay of the jus cogens rule on prohibition of torture and the rules on State immunity, the procedural bar of State immunity is automatically lifted, because those rules, as they conflict with a hierarchically higher rule, do not produce any legal effect.' The acceptance therefore of the *jus cogens* nature of the prohibition of torture entails that a State allegedly violating it cannot invoke hierarchically lower rules (in this case, those on State immunity) to avoid the consequences of the illegality of its actions. […] Due to the interplay of the *jus cogens* rule on prohibition of torture and the rules on State immunity, the procedural bar of State immunity is automatically lifted, because those rules, as they conflict with a hierarchically higher rule, do not produce any legal effect." CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Counter-Memorial of Italy of 22 December 2009*. Haia: CIJ, 2012. p. 65-67. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/16648.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

[145] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 25 de 106.

não haver ato de império, [02] seja pela necessidade de afastar a imunidade em detrimento do *jus cogens* (e não direitos humanos).

Nesse mesmo sentido, foram suscitados outros precedentes estrangeiros, a saber: (a) o caso *Distomo*, uma ação indenizatória contra a Alemanha na jurisdição grega, em que a imunidade foi afastada devido a violações de jus cogens, embora a decisão tenha sido revertida pela Corte Europeia (*Prefecture of Voiotia v. Federal Republico of Germany*); (b) o caso *Letelier v. Republic of Chile*, julgado pelo Tribunal Distrital de Columbia, mas não pela Suprema Corte, no qual a imunidade estatal foi restringida com base no princípio da territorialidade; os casos, à época pendentes, (c) *Federal Republic of Germany v. Philipp* e (d) *Republic of Hungary v. Simon,* ambos perante à Suprema Corte dos Estados Unidos (em uma atualização, nota-se que não houve o afastamento da imunidade nesses julgados, decididos, respectivamente, em fevereiro de 2021 e fevereiro de 2025); e, por fim, (e) o caso *Comfort women*, em que a Corte do Distrito Central de Seul condenou o Japão a indenizar famílias por crimes cometidos durante a ocupação japonesa no país. Desses exemplos, restam apenas três para corroborar o posicionamento de Fachin de que "a questão persiste na ordem do dia do direito internacional". Questiona-se, a partir disso, se não se trata de casos pontuais dentro de outros que conferem imunidade de jurisdição, conforme a atual norma costumeira. De toda sorte, os precedentes supracitados precisam ser analisados dentro do próprio contexto, com o objetivo de identificar as similitudes e as diferenças com o caso Changri-lá, o que será feito nos capítulos subsequentes.

Após a menção à jurisprudência estrangeira, passou-se a analisar a decisão da Corte Internacional de Justiça a respeito do caso *Ferrini*, questionado pela Alemanha em *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening)*.[146] Por meio de outros autores, Fachin sintetiza o estado da arte dessa decisão e as críticas doutrinárias a ele apontadas. Resgata, por exemplo, Valério Mazzuoli, que considera a decisão conservadora por manter irrestritamente a imunidade de jurisdição a atos de império. A crítica central do autor consiste no fato de que a decisão impede tribunais nacionais de responsabilizar Estados estrangeiros por atos que, ainda que soberanos, violem direitos humanos. Ele argumenta que atos como genocídio, crimes contra a paz e crimes contra a humanidade não deveriam ser considerados *jure imperii*, pois não fazem parte da função legítima de um Estado. O jurista

[146] Cf. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. J*urisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Judgment of 3 February 2012*. Haia: CIJ, 2012. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-00-EN.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

também amplia o escopo do que foi discutido da CIJ para além do *jus cogens*, resgatando os direitos humanos amplamente considerados, no mesmo sentido defendido por Fachin.

A crítica à decisão da CIJ foi complementada por apontamentos feitos pela Procuradoria-Geral da República. Recorda-se que Janot utilizou esse precedente internacional tanto para argumentar pelo afastamento da imunidade de jurisdição alemã, quanto para trazer pontos para a sua manutenção. Essa dualidade não foi mencionada no voto do ministro relator, onde trouxe somente os argumentos desfavoráveis ao veredito da Corte e, por conseguinte, à manutenção da imunidade de jurisdição da Alemanha. Nesse contexto, destaca-se a desaprovação de parte da doutrina internacional, nomeadamente subscrita em revistas europeias e estadunidense,[147] a fim de afirmar que a Corte evitou debater diretamente o conflito entre imunidade e violação de jus cogens, rejeitando a premissa de uma exceção emergente à imunidade estatal e de ascensão do indivíduo enquanto sujeito de direito internacional. A Corte Internacional, segundo esse posicionamento, adotou uma postura conservadora e formalista.

Embora a doutrina nacional também tenha sido abordada por Fachin, o ministro restringiu-se a citar apenas uma autora, Carmen Tiburcio. Vale o esforço, portanto, de reproduzir as palavras da jurista: "O esforço de se tentar vislumbrar nessa categoria – violação de direitos humanos – uma nova exceção ao benefício imunitório, distinta da exceção de ilícitos no foro, até o momento tem sido em vão, o que é de se lamentar". Acrescenta, ainda, que "diante de crimes de enorme gravidade, não há que se falar na caracterização de ato de império".[148] Essas citações foram trazidas para enfatizar o fato de as críticas à decisão da CIJ ecoarem na produção nacional. Novamente, correndo o risco de ser repetitiva, cumpre mencionar o equívoco de utilizar *jus cogens* como sinônimo de direitos humanos nesse contexto.

Evocou-se, ainda, o art. 59 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, cujo texto prevê: "*A decisão da Corte só será obrigatória para as partes litigantes e a respeito do caso*

---

[147] Nesse sentido, apontaram: BORNKAMM, Christoph. State Immunity against Claims Arising from War Crimes: The Judgement of the International Court of Justice in Jurisdictional Immunities of the State. In *German Law Journal*, v. 13, n. 6, 2012, p. 773-782; CONFORTI, Benedetto. The Judgment of the International Court of Justice on the Immunity of Foreign States: a missed opportunity. In *The Italian Yearbook of International Law*, v. XXI (2011), 2012, p. 135-142; ESPÓSITO, Carlos. Jus Cogens and Jurisdictional Immunities of States at the International Court of Justice: 'a conflict does exist'. In *The Italian Yearbook of International Law*, v. XXI, 2012, p. 161-174; DE SENA, Pasquale; DE VITTOR Francesca. State Immunity and Human Rights: The Italian Supreme Court Decision on the Ferrini Case. *The European Journal of International Law*, v. 16, n. 1, 2005, p. 89-112; PAVONI, Ricardo. An American Anomaly? On the ICJ's Selective Reading of United States Practice in Jurisdictional Immunities of the State. In *The Italian Yearbook of International Law*, v. XXI (2011), 2012, p. 143-159; TRAPP, Kimberley Natasha; MILLS Alex. Smooth Runs the Water where the Brook is Deep: The Obscured Complexities of Germany v. Italy. In *Cambridge Journal of International and Comparative Law* 1, 2002, p. 153-168.

[148] TIBURCIO, Carmen. *Extensão e limites da jurisdição brasileira*. Salvador: JusPODIVM, 2016, p. 451

*em questão*",[149] com o objetivo de ratificar que a decisão, ora em comento, não tem eficácia *erga omnes* e caráter vinculante. Há também uma alusão ao art. 38, do mesmo documento jurídico, para indicar que as decisões judiciárias são meios auxiliares para determinação de regras de direito; "novas veredas, portanto, ainda estão abertas".[150] Questiona-se quais veredas estariam abertas frente a uma decisão que corrobora o costume internacional sobre imunidade de jurisdição. Ainda que haja precedentes estrangeiros, na direção que defende o ministro relator, trata-se de casos pontuais e incipientes, os quais não representam uma prática reiterada, tampouco formam uma *opinio iuris* da sociedade internacional, elementos que constituem a formação de um costume. Se o caso, ora em análise, não vincula, mesmo considerando o porte das decisões da Corte Internacional, o mesmo não pode ser dito para o costume internacional.

O último raciocínio utilizado referente ao julgado foi o fato de a Corte Internacional considerar, para fins de afastamento da imunidade, a indenização recebida pela Itália a título de solução global.[151] Segundo do relator, não houve, no Brasil, reparações pelos atos praticados pela Alemanha no mar territorial brasileiro. Conclui o ministro, a partir dessa linha argumentativa, que "a relativização da imunidade de jurisdição estatal em caso de atos ilícitos praticados no território do foro em violação a direitos humanos permanece, a [seu] ver,

---

[149] BRASIL. *Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945*. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Rio de janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

[150] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 32 de 106.

[151] "...whereas by the second Agreement, concerning 'Compensation for Italian nationals subjected to National-Socialist measures of persecution' (entered into force on 31 July 1963), Germany undertook to pay compensation to Italian nationals affected by those measures; whereas Article 3 of that Agreement provided that '[w]ithout prejudice to any rights of Italian nationals based on German compensation legislation, the payment provided for in Article 1 shall constitute final settlement between the Federal Republic of Germany and the Italian Republic of all questions governed by the present Treaty'". CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Order of 6 July 2010, Counter-Claim*. Haia: CIJ, 2012. Disponível em: https://www.icj-cij.org/files/case-related/143/143-20100706-ORD-01-00-EN.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

possível". [152] Quanto a esse ponto, uma digressão sobre esse contexto histórico faz-se pertinente.[153]

A partir de 1942, antes mesmo da declaração de estado de guerra, o governo brasileiro, acompanhando os países aliados, promulgou normativas que permitiam o confisco de bens das nações inimigas. A Lei Constitucional nº 08, de 10 de março de 1942, por exemplo, previu que:

> Art. 166 [...] §2º Declarado o estado de emergência em todo o país, poderá o Presidente da República, no intuito de salvaguardar os interesses materiais e morais do Estado ou de seus nacionais, decretar, com prévia aquiescência do Poder Legislativo, a suspensão das garantias constitucionais atribuídas à propriedade e à liberdade de pessoas físicas ou jurídicas, súditos de Estado estrangeiro, que, por qualquer forma, tenham praticado atos de agressão de que resultem prejuízos para os bens e direitos do Estado brasileiro, ou para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no País.[154]

Na sequência, o Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, dispôs sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil nos seguintes termos:

> Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.[155]

---

[152] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 33 de 106.

[153] Nesse sentido, ver: MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025; FONTOURA, João Neves da. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris.* Ministério das Relações Exteriores: Serviço de Publicações; CALABRIA, Mario. O problema das reparações de guerra. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 88–114, jan./jun. 1947; FONTOURA, João Neves da. *A Serviço do Itamaraty*. Ministério das Relações Exteriores: Serviço de Publicações; VIDAL, Germano Seidl. Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial? *A Defesa Nacional*, nº 769, jul./ago./set. 1995.

[154] BRASIL. *Lei Constitucional nº 5, de 10 de março de 1942*. Emenda os arts. 122, 166 e 168 da Constituição. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-5-10-marco-1942-373577-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 mar. 2025.

[155] BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942*. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 04 mar. 2025.

Desta feita, conduziu-se ao arresto dos bens de súditos do Eixo, cuja liquidação foi repassada à Comissão de Reparações de Guerra, instituída pelo Decreto-lei nº 8.553, de 04 de janeiro de 1946, a qual também tratou das demandas pleiteadas pelos nacionais.[156]

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as autoridades brasileiras estavam convencidas de seu direito a participar das Conferências de Paz, sobretudo dos debates sobre as reparações de guerra.[157] O Brasil não foi convidado, entretanto, a participar da reunião realizada em Paris, acerca do rateio das cotas de indenizações. Nessa ocasião, foi sugerido aos países latino-americanos a incorporação dos bens alemães já penhorados para tal feito, culminando no protesto brasileiro de que essa modalidade de cobrança não ressarciria os prejuízos nacionais.[158] Para os encontros parisienses seguintes, pautados especificamente pela situação italiana, o Brasil logrou assento entre as vinte e uma nações aliadas. A delegação chefiada pelo chanceler João Neves da Fontoura permaneceu, entretanto, sem espaço.[159] Todas as tentativas brasileiras com o intuito de mudar os procedimentos da Conferência fracassaram, porquanto Estados Unidos e União Soviética pareciam não estar dispostos a emendar o rascunho do Tratado de Paz. De toda sorte, como o problema alemão não havia sido resolvido na França, o Brasil não conseguiu pontuar a questão das reparações, ficando o assunto restrito aos diálogos bilaterais com o secretário de Estado estadunidense, James F. Byrnes, o qual concedeu apenas promessas evasivas.[160]

---

[156] BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.553, de 4 de janeiro de 1946*. Cria a Comissão de Reparações de Guerra e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8553-4-janeiro-1946-416502-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 22 mar. 2025.

[157] MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025. P. 186

[158] VIDAL, Germano Seidl. Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial? *A Defesa Nacional*, nº 769, jul./ago./set. 1995. p. 17. A título complementar, nota-se que "os danos materiais sofridos pelo Brasil, particularmente no que diz respeito à sua Marinha Mercante, foram mais altos, na sua quantidade ou na sua proporção, isto é, totalmente ou proporcionalmente, que os de alguns países premiados pela Conferência de Reparações de Paris. A Marinha Comercial Brasileira perdeu mais de um terço de sua tonelagem bruta, que, posto em número significa 36 navios, num total de 150.209 toneladas, as quais 73% do Loide Brasileiro". CALABRIA, Mario. O problema das reparações de guerra. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 88–114, jan./jun. 1947.

[159] "A delegação brasileira aproveitou a oportunidade para proclamar os altos princípios de sua política externa como a soberania e a igualdade jurídica de todas as nações, mas Fontoura, o chefe da delegação, logo se deu conta de que 'não havia igualdade para as grandes e pequenas potências' e que os procedimentos da Conferência asseguravam a predominância das Quatro Grandes". MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. ISBN 978-85-7631-403-5. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025. p. 186

[160] MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em:

Para as conferências subsequentes, em Moscou e Londres, a participação brasileira estava limitada à manifestação por escrito, já que o país não foi convidado para as reuniões propriamente ditas. Discutiu-se, nessas oportunidades, os termos de um tratado de paz com a Alemanha, ocasião em que as reivindicações brasileiras foram rejeitadas. Estava em confronto direto a política estadunidense de reconstrução da Alemanha e o pedido de indenização soviético. Nesse contexto, as demandas nacionais encontraram resistência dos Estados Unidos, que defendiam a necessidade de a conta de reparações figurar dentro dos limites de capacidade de pagamento da Alemanha. Apesar das tentativas, as Conferências de Moscou e de Londres não lograram êxito quanto ao tratado de paz, razão pela qual a solução de criar "duas Alemanha" passou a ser considerada. Por conseguinte, "as pretensões de países como o Brasil não tinham lugar no jogo das grandes potências".[161] Nesse sentido,

> *a insistência do Brasil em participar das discussões sobre reparações tinha um significado político – ele não estava meramente buscando benefícios econômicos*. Aranha não estava brincando inteiramente quando escreveu a Fontoura dizendo que o Brasil queria pelo menos "uma fábrica ou mesmo um buquê de flores" – na verdade queria qualquer coisa que pudesse ser chamada de "reparação de guerra". Os objetivos brasileiros eram basicamente políticos: receber compensação implicaria participar nas negociações com as Grandes Potências, que por sua vez significaria que o Brasil era realmente um participante importante nos assuntos internacionais. (grifo nosso)[162]

Essa retomada histórica teve o propósito de demonstrar que o Brasil, em que pese tenha confiscado bens alemães, deixou de receber indenizações a título de reparação de guerra não por falta de tentativa, mas por uma conjuntura internacional específica, perfazendo as soluções políticas adotadas no pós-guerra. Aqui, cabe reproduzir um dos pontos da ementa da manifestação da Procuradoria-Geral da República, qual seja: "daria origem *ex post facto* a inúmeras demandas individuais por prejuízos sofridos, *tornando obsoletas as soluções políticas há muito tempo adotadas*, o afastamento da imunidade de jurisdição de estado soberano em ações indenizatórias por atos praticados em conflitos armados passados" (grifo nosso). Acrescenta Janot, ainda, que "haveria *o risco de a coexistência pacífica ser consideravelmente*

---

https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025. p. 187

[161] MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025. p. 188.

[162] MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025. p. 188-189.

*deteriorada*, com consequências imprevisíveis para qualquer Estado que tenha se envolvido em um conflito armado" (grifo nosso).[163]

Feita essa digressão histórica e finalizados os argumentos sobre a decisão da Corte Internacional de Justiça, cabe apontar o último adendo feito pelo ministro Fachin no tópico ora em análise: a necessidade de citação do país estrangeiro. Destacou, nessa oportunidade, dois precedentes do Superior Tribunal de Justiça, ambos relatados pela ministra Nancy Andrighi. No Recurso Ordinário nº64/SP, argumentou-se que a imunidade de jurisdição consiste em um direito que pode, ou não, ser exercido por um Estado Estrangeiro, razão pela qual a sua citação seria necessária, não cabendo a extinção da ação de plano.[164] Interpretação semelhante foi adotada no Recurso Ordinário nº 57/RJ.[165] Nesses termos, encerra-se o exame do item "c" do voto.

---

[163] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.01-02.

[164] Nesse sentido, veja-se a ementa: "DIREITO PROCESSUAL E DIREITO INTERNACIONAL. PROPOSITURA, POR FRANCÊS NATURALIZADO BRASILEIRO, DE AÇÃO EM FACE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA VISANDO A RECEBER INDENIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS POR ELE E POR SUA FAMÍLIA, DE ETNIA JUDAICA, DURANTE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO FRANCES NA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. SENTENÇA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE EXTINGUIRA O PROCESSO POR SER, A AUTORIDADE JUDICIÁRIA BRASILEIRA, INTERNACIONALMENTE INCOMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA CAUSA. REFORMA DA SENTENÇA RECORRIDA. - A competência (jurisdição) internacional da autoridade brasileira não se esgota pela mera análise dos arts. 88 e 89 do CPC, cujo rol não é exaustivo. Assim, pode haver processos que não se encontram na relação contida nessas normas, e que, não obstante, são passíveis de julgamento no Brasil. Deve-se analisar a existência de interesse da autoridade judiciária brasileira no julgamento da causa, na possibilidade de execução da respectiva sentença (princípio da efetividade) e na concordância, em algumas hipóteses, pelas partes envolvidas, em submeter o litígio à jurisdição nacional (princípio da submissão). - Há interesse da jurisdição brasileira em atuar na repressão dos ilícitos descritos na petição inicial. Em primeiro lugar, a existência de representações diplomáticas do Estado Estrangeiro no Brasil autoriza a aplicação, à hipótese, da regra do art. 88, I, do CPC. Em segundo lugar, é princípio constitucional basilar da República Federativa do Brasil o respeito à dignidade da pessoa humana. Esse princípio se espalha por todo o texto constitucional. No plano internacional, especificamente, há expresso compromisso do país com a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo. Disso decorre que a repressão de atos de racismo e de eugenia tão graves como os praticados pela Alemanha durante o regime nazista, nas hipóteses em que dirigidos contra brasileiros, mesmo naturalizados, interessam à República Federativa do Brasil e podem, portanto, ser aqui julgados. - A imunidade de jurisdição não representa uma regra que automaticamente deva ser aplicada aos processos judiciais movidos contra um Estado Estrangeiro. *Trata-se de um direito que pode, ou não, ser exercido por esse Estado. Assim, não há motivos para que, de plano, seja extinta a presente ação. Justifica-se a citação do Estado Estrangeiro para que, querendo, alegue seu interesse de não se submeter à jurisdição brasileira*, demonstrando se tratar, a hipótese, de pratica de atos de império que autorizariam a invocação desse princípio. Recurso ordinário conhecido e provido" (grifo nosso). BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Ordinário nº 64 – SP – São Paulo.* Recorrente: Salomon Simon Frydman. Recorrido: República Federal da Alemanha. Frydman. Recorrido: República Federal da Alemanha. Elatora: Min. Nancy Andrighi, 23 de junho de 2008. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800033664&dt_publicacao=23/06/2008. Acesso em: 22 mar. 2025

[165] Nesse sentido, veja-se a ementa: "INTERNACIONAL, CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO MOVIDA CONTRA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE. INTERVENÇÃO DE CARÁTER POLÍTICO E MILITAR EM APOIO À DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL.

Finalmente, passa-se às observações quanto ao quarto e último tópico do voto do ministro relator, denominado "***Exclusão da imunidade estatal por ato ilícito violador dos direitos humanos***".

Inicia seus apontamentos com o destaque para o direito à verdade dos familiares das vítimas. Retoma, para tanto, a pesquisa do historiador Elísio Gomes Filho sobre a elucidação do caso Changri-lá. Recorda-se, entretanto, que o acórdão do Tribunal Marítimo evidencia algumas inconsistências no que tange à data apontada por Elísio como a provável para o torpedeamento,[166] além de reconhecer que não há uma prova cabal e direta para constituir o

---

DANOS MORAIS E MATERIAIS. DEMANDA MOVIDA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ATO DE IMPÉRIO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO, POR VONTADE SOBERANA DO ESTADO ALIENÍGENA. PREMATURA EXTINÇÃO DO PROCESSO AB INITIO. DESCABIMENTO. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA QUE, PREVIAMENTE, SE OPORTUNIZE AO ESTADO SUPLICADO A EVENTUAL RENÚNCIA À IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. I. Enquadrada a situação na hipótese do art. 88, I, e parágrafo único, do CPC, é de se ter como possivelmente competente a Justiça brasileira para a ação de indenização em virtude de danos morais e materiais alegadamente causados a cidadãos nacionais por Estado estrangeiro em seu território, decorrentes de ato de império, desde que o réu voluntariamente renuncie à imunidade de jurisdição que lhe é reconhecida. II. *Caso em que se verifica precipitada a extinção do processo de pronto decretada pelo juízo singular, sem que antes se oportunize ao Estado alienígena a manifestação sobre o eventual desejo de abrir mão de tal prerrogativa e ser demandado perante a Justiça Federal brasileira*, nos termos do art. 109, II, da Carta Política. III. Precedentes do STJ. IV. Recurso ordinário parcialmente provido, determinado o retorno dos autos à Vara de origem, para os fins acima" (grifo nosso). BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Ordinário nº 57 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrentes: Maria Thereza Fontella Goulart, João Vicente Fontella Goulart, Denise Fontella Goulart. Recorrido: Estados Unidos da América do Norte. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Relator para Acórdão: Min. Aldir Passarinho Júnior, 14 de setembro de 2009. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200700816394&dt_publicacao=14/09/2009. Acesso em: 20 mar. 2025.

[166] Colaciona-se os seguintes trechos: (a) "O Diretor do Museu Histórico Marítimo de Cabo Frio, Sr. Elísio Gomes Filho [...] [afirma] ter sido afundado pelo submarino alemão U-199, em operação de guerra na costa brasileira, no dia *23 de julho de 1943*" (p. 01); (b) "Afirma [o historiador] que, após exaustiva análise de documentos, entrevistas e de pesquisas confrontadoras, o B/P "CHANGRI-LÁ" foi covardemente bombardeado e afundado pelo submarino alemão U-199, ação hostil perpetrada em *23 de julho de 1943*, durante a Segunda Guerra Mundial" (p. 02); (c) "após essa data [*04 de julho*], não houve novas notícias sobre a embarcação, até seu proprietário, em *15 de julho*, ter comunicado por escrito, à CPDFERJ, seu desaparecimento" (p. 05); (d) "Considerando as informações chegadas, a PEM concluiu que, por volta do dia *22 de julho de 1943*, o submarino alemão U-199 patrulhava na superfície, à noite, quando avistou, por bombordo, um vulto de embarcação, que foi identificada pelo submarino como um veleiro ou um barco que tivesse uma vela à ré" (p. 06); (e) "Acostou-se aos autos parecer técnico do Coronel Aviador Rômulo Peixoto Figueiredo, estudioso das operações de guerra empreendidas pelos submarinos alemães, [...] constatou-se que foi passada a seguinte mensagem, pelo U-199, às 2h02min da madrugada de *06 de julho de 1943, correspondendo à noite de 05 de julho de 1943*: 'Afundado veleiro de carga utilizando artilharia [...]'. Assim, constatou-se, apesar da codificação imposta pelo sigilo das informações, que, naquela noite, um alvo havia sido atacado na superfície e era impulsionado por uma vela" (p. 22-23); (f) "Acrescentou [Cel. Av. Rômulo Figueiredo] que o livro 'Fronteiras', de Deoclécio Lima Siqueira, reproduz em sua pág.99: 'Os sobreviventes do U-199 afirmaram ter afundado por canhão um pequeno veleiro no dia 22, mas nunca se achou registro desse fato no Brasil...'. *Sobre a data, dia 22 de julho, o parecerista acredita que possa haver um erro* em relação à mesma, devido à memória dos ouvidos e das sucessivas traduções. [...] Portanto, *por volta de 22 de julho de 1943, dificilmente teria condições técnicas de estar ao largo de Cabo Frio. Dessa forma, acredita que o ataque ao pesqueiro brasileiro tenha sido efetivado entre os dia 04 e 14 de julho de 1943*. [...] Diante do acima exposto, o expert opina no sentido de que é bastante provável a ocorrência do afundamento de um barco à vela, por fogo de artilharia proveniente do U-199, nas proximidades do Rio de Janeiro, na noite de *05 de julho de 1943*" (p. 24); (g) "As *derrotas do 'CHANGRI-LÁ' e do U-199, embora não se possa mensura-las precisamente, coincidiam a partir*

nexo de causalidade.[167] A decisão final partiu, portanto, da "conjugação dos fatos comprovados e [de] fortes indícios". Com esses destaques, não se pretende dizer que as contribuições de Elísio não foram importantes para a investigação; pelo contrário, representam um importante movimento no sentido de esclarecer o que os familiares das vítimas há tempos buscavam, todavia, a pesquisa não deixa de ter lacunas, as quais precisam ser consideradas em um julgamento com a definição de uma tese com repercussão geral.

Ainda sobre o direito à verdade, o ministro retoma, para sua fundamentação, o Protocolo Adicional I das Convenções de Genebra (1977, internalizado em 1993) e a Constituição Federal (1988). Em relação ao primeiro documento, citou o artigo 32 ("direito que têm as famílias de conhecer a sorte de seus membros"). Ocorre que esse Protocolo, além de ter entrado em vigor em momento posterior aos fatos, dirige-se à proteção das vítimas *dos conflitos armados sem caráter internacional*, o que não se aplica ao caso Changri-lá. As Convenções de Genebra de 1949 (internalizadas em 1957), se pudessem ser aplicadas, não têm dispositivo similar, tampouco as Convenções de Haia de 1907 (internalizadas em 1914). Quanto à Carta Magna, retomou, novamente, o art. 4º, II ("prevalência dos direitos humanos"), dispositivo inédito na história constitucional brasileira, também datado em momento posterior ao desaparecimento do navio ora em análise. Houve, portanto, uma tentativa de embasar o direito humano à verdade.

A partir desse raciocínio jurídico, que contém alguns equívocos, defende o ministro a necessidade de prestação jurisdicional do Estado, a fim de conferir o acesso à justiça aos familiares das vítimas. A negação desse direito ou a exigência de que a vítima busque uma jurisdição estrangeria seria, nas palavras de Fachin, conferir-lhes a anomia, o não-direito, o "estado de exceção". A imunidade de estatal, no caso Changri-lá, instauraria uma "zona de indiferença do Direito dentro do próprio Direito".[168] Nessa mesma orientação, retoma um dos

---

*do dia 05 de julho de 1943*, navegando ambas pelo litoral norte de Cabo Frio" (p. 39). Todos os grifos são nossos. BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025.

[167] "Decisão: De todas as provas colhidas nos presentes autos, *chega-se à conclusão de que não existe uma prova direta que demonstre, como quer a PEM, que o pesqueiro foi afundado pelo U-199.* Contudo, na interseção dos três critérios de investigação anteriormente citados e das demais provas recolhidas, pode-se, através de uma conjugação de fatos comprovados e fortes indícios, chegar a uma conclusão sobre o desaparecimento do B/P 'CHANGRI-LÁ'". BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025. p. 39-40.

[168] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 34 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

fundamentos do voto do juiz Cançado Trindade, sobre acesso à justiça, no caso *Germany vs. Italy*, da Corte Internacional de Justiça, qual seja:

> Na minha opinião, o que põe em risco ou desestabiliza a ordem jurídica internacional são os crimes internacionais e não as ações individuais de reparação na busca por justiça. Na minha percepção, o que atrapalha a ordem jurídica internacional é o encobrimento de tais crimes internacionais, acompanhado pela impunidade dos autores, e não a busca das vítimas por justiça. Quando um Estado adota uma política criminal de assassinar segmentos de sua própria população e da população de outros Estados, não pode, posteriormente, se colocar atrás do escudo de imunidades soberanas, pois esses últimos nunca foram concebidos para esse fim. As *graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, que equivalem a crimes internacionais, não são de modo algum jure imperii*. *São atos antijurídicos, violações de jus cogens*, que não podem simplesmente ser removidos ou jogados no esquecimento pela persistência da imunidade do Estado. Isso bloquearia o acesso à justiça e imporia impunidade. De fato, é o contrário que deve ocorrer: *violações de jus cogens provocam a remoção de reivindicações de imunidade do Estado*, para que a justiça possa ser feita" (grifo nosso).[169]

No que tange a esse excerto especificamente, convém fazer alguns destaques. O trecho foi retirado do título "XIII. Sustentações orais das Partes e do Estado interveniente sobre jus cogens e o afastamento da imunidade: uma avaliação",[170] no qual o juiz Cançado Trindade defende, especificamente, que (a) *graves violações de direitos humanos* não podem ser consideradas como ato de império, e, por conseguinte, (b) as *violações de jus cogens* deveriam afastar a imunidade de jurisdição. A argumentação enfatiza "graves violações de direitos humanos" e analisa o afastamento da imunidade estatal a partir de "violações de *jus cogens*", o que corroboraria a defesa do ministro Fachin, não fosse a proposição da tese 944, contendo apenas a expressão "violações de direitos humanos". A ausência do termo "graves" ou da expressão "jus cogens" altera a interpretação do jurista brasileiro, porquanto não se trata de qualquer violação a direitos humanos, amplamente considerados, a remover o instituto jurídico da imunidade. Nesse trecho, inclusive, Trindade menciona, precisamente, o fato de uma nação

---

[169] Trecho original: "129. In my understanding, what jeopardizes or destabilizes the international legal order are the international crimes and not individual suits for reparation in the search for justice. In my perception, what troubles the international legal order, are the coverup of such international crimes accompanied by the impunity of the perpetrators, and not the victims' search for justice. When a State pursues a criminal policy of murdering segments of its own population, and of the population of other States, it cannot, later on, place itself behind the shield of sovereign immunities, as these latter were never conceived for that purpose. Grave breaches of human rights and of international humanitarian law, amounting to international crimes, are not at all acts *jure imperii*. They are antijuridical acts, they are breaches of jus cogens, that cannot simply be removed or thrown into oblivion by reliance on State immunity. This would block the access to justice, and impose impunity. It is, in fact, the opposite that should take place: breaches of jus cogens bring about the removal of claims of State immunity, so that justice can be done". CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade*. Haia: CIJ, 2012. p. 133. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

[170] Título original: "XIII. Oral Pleadings of the Parties, and the Intervening State, on Jus Cogens and Removal of Immunity: Assessment".

adotar a política criminosa de assassinar segmentos de sua própria população e da população de outros Estados. Novamente, defendo que "jus cogens" e "direitos humanos" não são vocábulos intercambiáveis.

Ainda sobre a temática de acesso à justiça, Fachin suscita normas da ordem jurídica interna e internacional, além de apresentar argumentos da doutrina brasileira. Cita, nesse contexto, as seguintes legislações: o artigo 5º, XXXV, da CRFB (1988);[171] os artigos 08 e 10 da Declaração Universal (1948);[172] e o artigo 14 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966).[173] No que tange à doutrina, menciona as lições de Mauro Capelleti sobre as restrições que podem inibir o acesso à justiça, bem como as ponderações de Carmen Tiburcio sobre essas limitações em oposição aos Estados estrangeiros.[174] A linha de raciocínio pretendida pelo relator consistia em evidenciar as consequências da aplicação da imunidade de jurisdição estatal, quais sejam: a denegação da prestação jurisdicional e, por conseguinte, o bloqueio ao acesso à justiça.

Questiona-se, a partir dessa linha interpretativa, se a ausência de julgamento de mérito configura, necessariamente, uma negativa de jurisdição. De forma mais específica, indaga-se se as normas processuais, a exemplo do art. 485 do Código de Processo Civil de 2015,[175] que preveem hipóteses de extinção do processo sem a apreciação do direito substantivo violam o acesso à justiça. No caso *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece*

---

[171] "Art. 5º [...], XXXV - A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025

[172] "Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes recurso efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei"; "Art. 10. Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou sobre o fundamento de qualquer acusação criminal contra ele." NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal de Direitos Humanos*. Nova Iorque: Nações Unidas, 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

[173] "Artigo 14. 1. Todas as pessoas são iguais perante os tribunais e as cortes de justiça. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei, na apuração de qualquer acusação de caráter penal formulada contra ela ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil. [...]" BRASIL. *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. Promulgação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

[174] "Em alguns casos, porém, a imunidade significará efetivamente, de um lado, a impossibilidade de responsabilizar o Estado por suas ações e, de outro, a denegação de justiça à outra parte nas hipóteses em que o Judiciário local for o único foro de fato disponível. Isso significa dizer que o reconhecimento da imunidade poderá efetivamente originar uma denegação de justiça nos casos em que houver hipossuficiência da parte autora ou qualquer outra situação que envolva impossibilidade de acesso ao Judiciário estrangeiro". TIBURCIO, Carmen. *Extensão e Limites da Jurisdição Brasileira*. Salvador: JusPODIVM, 2016. p. 272.

[175] BRASIL. *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art485. Acesso em: 18 mar. 2025

*intervening*), a CIJ interpretou a imunidade de jurisdição estatal como uma regra processual de restrição de competência. Nessa orientação, a imunidade de jurisdição não impediria o exercício da jurisdição, mas delimitaria as hipóteses em que o mérito poderia ser analisado. Essa lógica encontra respaldo em outros ramos jurídicos, como o Direito Penal, em que a inimputabilidade do réu implica a limitação das consequências jurídicas do caso, e não a ausência de jurisdição.

O próximo fundamento utilizado pelo relator, com o intuito de afastar a imunidade de jurisdição alemã, associa-se com a prevalência dos direitos humanos, nomeadamente o direito à vida, à verdade e ao acesso à justiça. Fachin, talvez em um ato falho,[176] utilizou o art. 4º, inciso V ("igualdade entre os Estados"), da CRFB/1988, para embasar seu raciocínio,[177] em vez do inciso II ("prevalência dos direitos humanos"). Segundo o ministro, a Carta Magna apresentou um novo paradigma nas relações internacionais, em que não mais preponderaria a soberania dos Estados, mas os seres humanos.[178] Embora tenha mencionado – não intencionalmente – o quinto inciso, esquece o ministro de que a Constituição coloca lado a lado ambos os princípios, sem indicar qual deveria predominar no caso concreto.

Uma vez mais, o ministro Fachin demonstra adesão ao voto vencido do juiz Cançado Trindade na Corte Internacional de Justiça. Retoma, nessa ocasião, os parágrafos 179, 180 e 181, cuja reprodução faz-se a seguir:

> 179. Nenhum Estado pode, nem jamais foi permitido, invocar a soberania para escravizar e/ou exterminar seres humanos, e depois evitar as consequências legais, por trás do escudo da imunidade do Estado. *Não há imunidade para graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade*. A imunidade nunca foi concebida para tal iniquidade. Insistir em seguir uma abordagem estritamente interestatal nas relações de

[176] Sigmund Freud trabalha com o conceito de "ato falho", sobretudo, na obra *"Psicopatologia da Vida Cotidiana"*, publicada em 1901. Nesse livro, analisa lapsos de memória, erros de fala, esquecimentos e outros pequenos deslizes do cotidiano, argumentando que esses fenômenos não são meros acidentes, mas sim manifestações do inconsciente. Freud demonstra que os atos falhos revelam desejos, conflitos internos e conteúdos psíquicos que escapam ao controle consciente. Essa ideia insere-se na teoria psicanalítica mais ampla, na qual o inconsciente se expressa indiretamente por meio de sonhos, sintomas neuróticos e, no caso dessa obra, erros aparentemente banais do dia a dia. FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da Vida Cotidiana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

[177] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 36 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[178] Para essa afirmação, utiliza as seguintes reflexões do jurista Cançado Trindade: "Em nosso Voto Arrazoado no Parecer da CIJ (de 22/07/2010) sobre a Declaração da Independência do Kossovo, tivemos a ocasião de assinalar, *inter alia*, precisamente a relevância dos princípios do direito internacional no âmbito do Direito das Nações Unidas, e em relação aos fins humanos do Estado, levando ademais à superação do tradicional paradigma estritamente interestatal no direito internacional contemporâneo. Não se pode esquecer que os Estados foram historicamente criados para os seres humanos. O novo jus gentium de nossos tempos encontra-se centrado não nos Estados, mas sim nos seres humanos, mantendo em mente as necessidades da comunidade internacional como um todo." CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Princípios do direito internacional contemporâneo*. Brasília: FUNAG, 2017. 2ª ed. p. 450. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/principios-do-direito-internacional-2017.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

> responsabilidade leva a manifestar injustiça. O presente caso das Imunidades Jurisdicionais do Estado (Alemanha v. Itália: Grécia intervindo) dá testemunho eloquente disso. 180. Indivíduos são, de fato, sujeitos do direito internacional (não apenas "atores"), e sempre que a doutrina legal se afastou disso, as consequências e resultados foram catastróficos. Indivíduos são titulares de direitos e portadores de deveres que emanam diretamente do direito internacional (o jus gentium). Os desenvolvimentos convergentes, nas últimas décadas, do direito internacional dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e do direito internacional dos refugiados, seguidos pelos do direito penal internacional, dão testemunho inequívoco disso. 181. A doutrina das imunidades soberanas, que floresceu com a miopia de uma abordagem centrada no Estado - que só podia contemplar relações interestatais – indevidamente subestimada e irresponsavelmente negligenciada a posição da pessoa humana no direito internacional, na lei das nações (droit des gens). A distinção entre atos jure imperii e atos jure gestionis não serve para um caso como o presente perante a Corte. Crimes internacionais não são atos de Estado, nem são "atos privados"; *um crime é um crime, independentemente de quem o tenha cometido*. (grifo nosso)[179]

Diante desse excerto, o ministro relator conclui: "'Um crime é um crime.' A imunidade, assim, deve ceder diante de um *ato atentatório aos direitos humanos*. Não se trata, como visto, de uma regra absoluta" (grifo nosso, p. 39 de 106). Frisa-se, novamente, que houve uma distorção das ideias proferidas por Cançado Trindade. Em nenhum momento o juiz menciona violações de direitos humanos de forma abrangente. Há uma delimitação clara quando se utiliza o adjetivo "grave", especificando inclusive com "crimes de guerra" e "crimes contra a humanidade", cujas tipificações são taxativas, conforme previsto no Estatuto de Roma (1998). [180] Lembrando que os Estados não sofrem responsabilização no Tribunal Penal Internacional, sendo possível aplicar somente a responsabilidade civil por meio da Corte Internacional de Justiça ou Cortes de Direitos Humanos.

---

[179] Trecho original: "179. No State can, nor was ever allowed, to invoke sovereignty to enslave and/or to exterminate human beings, and then to avoid the legal consequences by standing behind the shield of State immunity. There is no immunity for grave violations of human rights and of international humanitarian law, for war crimes and crimes against humanity. Immunity was never conceived for such iniquity. To insist on pursuing a strictly inter-State approach in the relationships of responsibility leads to manifest injustice. The present case of the Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy:Greece intervening) gives eloquent testimony of this. 180. Individuals are indeed subjects of international law (not merely "actors"), and whenever legal doctrine departed from this, the consequences and results were catastrophic. Individuals are titulaires of rights and bearers of duties which emanate directly from international law (the jus gentium). Converging developments, in recent decades, of the international law of human rights, of international humanitarian law, and of the international law of refugees, followed by those of international criminal law, give unequivocal testimony of this. 181. The doctrine of sovereign immunities, which blossomed with the myopia of a State-centric approach — which could only behold interState relations — unduly underestimated and irresponsibly neglected the position of the human person in international law, in the law of nations (droit des gens). The distinction between acts jure imperii and acts jure gestionis is of no assistance to a case like the present one before the Court International crimes are not acts of State, nor are they "private acts" either; a crime is a crime, irrespective of who committed it". CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade*. Haia: CIJ, 2012. p. 150. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

[180] Art. 7º (crimes contra a humanidade) e art. 8º (crimes de guerra). Cf. BRASIL. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

Nesses termos, o ministro Fachin confere provimento ao Recurso Extraordinário a fim de anular a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, afastando a imunidade de jurisdição da República Federal da Alemanha. Ante o exposto, fixou a seguinte tese: "*os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição*" (p. 39 de 106), sem, ao menos, estabelecer "espacialidade brasileira" ou "graves violações". É como vota.

*Fase STF (acórdão): voto do ministro Gilmar Mendes*

Também em fevereiro de 2021, o ministro Gilmar Mendes apresentou, ao plenário, seu voto vogal, divergindo do relator. Após breve relatório, divide seu posicionamento nos seguintes tópicos: [não há título um] (2) "Imunidade de jurisdição e/ou execução de Estado estrangeiro, Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e demais normas internacionais"; (3) "Jurisprudência do STF sobre a imunidade jurisdicional e/ou de execução do Estado estrangeiro"; e (4) "Voto". Com o objetivo de não apresentar informações repetidas sobre o caso, parte-se para a análise do primeiro tópico argumentativo, qual seja: ***Imunidade de jurisdição e/ou execução de Estado estrangeiro, Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e demais normas internacionais***.

Para iniciar sua argumentação, o ministro Gilmar Mendes retoma o que considera ser a construção histórica da imunidade estatal. Menciona que o instituto jurídico decorre do reconhecimento recíproco da soberania dos Estados, a partir da Paz de Vestfália, incluindo os Tratados de Münster (1648), de Osnabruque (1648) e de Pirenéus (1659). A consolidação desse pressuposto teria acontecido somente de dois a três séculos depois com o Congresso de Viena (1815), bem como com o Tratado de Versalhes (1919). Sobre esse ponto, cabe uma reflexão sobre o uso da história do direito como um instrumento que visa a legitimar o direito contemporâneo ou algum argumento de autoridade, a partir de uma narrativa continuísta e evolucionista.[181] Quando o ministro afirma haver um robustecimento da doutrina da imunidade,

[181] "Embora a utilização da historiografia seja reiterada nas pesquisas jurídicas, sobretudo no direito internacional, juristas e historiadores enxergam a história de modos distintos. O primeiro emprega o passado frequentemente para legitimar algum argumento de autoridade, ao passo que o segundo tem consciência de que a história não se limita a essa função e pode contribuir com questionamentos e reinterpretações de pressupostos legais [Sobre esse assunto, Pocock afirma que "lawyers go to the past in search of authority more or less directly applicable in present actions; historians in search of information which they know full well can be converted into authority and which may well be applied to present actions, but which they are capable of treating in alternative manners - such as the study of the past for its own sake". POCOCK, John G. A. Law, sovereignty and history in a divided culture: the case of New Zealand and the treaty of Waintangi. *McGill Law Jounal*, Québec, v. 43, n. 3, 1998. p. 483. Disponível

no século XIX, por exemplo, o caso italiano *Morellet ed altri v. Governo Danese* (1882) e os casos belgas relacionados ao *Peruvian guano monopoly* (1857-1880), ao relativizar e restringir a imunidade de jurisdição de um Estado estrangeiro, apontam descontinuidades nessa linha de raciocínio.[182] Os usos do argumento histórico exigem, pois, uma cautela por parte dos juristas.

---

em: https://doi.org/10.1017/CBO9780511614873.015. Acesso em: 08 jun. 2020.]. A utilização superficial da historiografia suscita argumentos unilineares, os quais culminam em narrativas evolucionistas ["Os autores que adotam a ideia da continuidade também identificam na história do direito uma constante evolução no sentido do aperfeiçoamento dos regulamentos e procedimentos jurídicos. O progresso da civilização situaria o direito contemporâneo em uma posição privilegiada em comparação com o direito de outras épocas" SABADELL, Ana Lucia. Reflexões sobre a metodologia na história do direito. *Cadernos de Direito*, v. 2, n. 4, 2003. p. 28. Disponível em: http://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v2n4p25-39. Acesso em: 08 jun. 2020]. A ruptura com essa visão simplista relativiza as verdades naturalizadas e problematiza as inferências históricas acríticas das disciplinas dogmáticas que visam criar certezas para o direito vigente [Cf. GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. 19; bem como HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2009]. Esse movimento de rompimento reflete, no âmbito do direito internacional, o que George Galindo denominou de giro historiográfico. Conforme o autor, essa virada trata-se de "uma constante e crescente necessidade por parte dos internacionalistas de revisar (ou mesmo confirmar) a história do direito internacional e estabelecer ligações entre o passado e a situação presente das normas internacionais, instituições e doutrinas". Acrescenta ainda que "o giro historiográfico também envolve a necessidade de superar as barreiras que separam a teoria da história da disciplina" [Tradução nossa. GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Martti Koskenniemi and the historiographical turn in international law. *European Journal of International Law*, Firenze, v. 16, n. 03, p. 541, 2005. Disponível em: http://www.ejil.org/pdfs/16/3/308.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021]". SANTOS, Gabriella Coelho. *América Latina perante as decisões com efeitos extraterritoriais da suprema corte estadunidense (1903-2017)*. 2021. 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021. p. 21 e 22.

[182] "The courts of Italy were the first, in 1882, to limit the application of State immunity to cases where the foreign State had acted as an ente politico as opposed to a corpo morale (see Morellet ed altri v. Governo Danese (1882) (Giurisprudenza Italiana (Turin), vol. XXXV, part 1 (1883), p. 125)), or in the capacity of a sovereign authority or political power (potere politico) as distinguished from a persona civile (see Guttieres v. Elmilik (1886) (// Foro Italiano (Rome), vol. XI, part 1 (1886), pp. 920-922)). See also Harnspohn v. Bey di Tunisi ed Erlanger (1887) (ibid., vol. XII, part 1 (1887), pp. 485-486). In Italian jurisdiction, State immunity was allowed only in respect of atti d'impero and not atti di gestione. The public nature of the State act was the criterion by which it was determined whether or not immunity should be accorded. Immunity was not recognized for private acts or acts of a private-law nature. See Department of the Army of the United States of America v. Gori Savellini (Rivista . . . (Milan), -vol. XXXIX (1956), pp. 91-92, and ILR, 1956 (London), vol. 23 (1960), p. 201). Cf. La Mercantile v. Regno di Grecia (1955) (see footnote 46 above). More recently, in Banco de la Nacion v. Credito Varesino (Corte di Cassazione, 19 October 1984) (Rivista di diritto internazionale privato e processuale, vol. XXI (1985), p. 635) concerning the debts arising from money transfers made by an Italian bank in favour of a Peruvian bank, the court held that even assuming that the bank is a public entity, immunity from the jurisdiction of Italian courts could not be invoked with respect to a dispute arising not from the exercise of sovereign powers but from activities of a private nature. […] Belgian case law was settled as early as 1857 in a trilogy of cases involving the guano monopoly of Peru. These cases are: (a) Etal du Perou v. Kreglinger (1857) (see footnote 96 above); cf. E. W. Allen, The Position of Foreign States before Belgian Courts (New York, Macmillan, 1929), p. 8; (b) the "Peruvian loans" case (1877) (Pasicrisie beige, 1877 (Brussels), part 2, p. 307); this case was brought not against Peru, but against the Dreyfus Brothers company; (c) Peruvian Guano Company v. Dreyfus et consorts et le Gouvernement du Perou (1880) (ibid., 1881 (Brussels), part 2, p. 313). In these three cases, a distinction was drawn between the public activities of the State of Peru and its private activities with respect to which the Court of Appeals of Brussels denied immunity. Thus, like Italian courts, Belgian courts have, since 1888, also adopted the distinction between acts of the State in its sovereign (public) and civil (private) capacities: in Societe pour la fabrication de cartouches v. Colonel Mutkuroff, Ministre de la guerre de la principaute de Bulgarie (1888) (ibid., 1889 (Brussels), part 3, p. 62), the Tribunal civil of Brussels held that, in concluding a contract for the purchase of bullets, Bulgaria had acted as a private person and subjected itself to all the consequences of the contract. Similarly, in Societe anonyme des chemins de fer liegeois-luxembourgeois v. Etat neerlandais (Ministere du Waterstaat) (1903) (ibid., 1903 (Brussels), part 1, p. 294), a contract to enlarge a railway station in Holland was made subject to Belgian

Em seguida, o ministro aborda um dos efeitos da relativização da imunidade de jurisdição, porquanto a imunidade estatal "parte do pressuposto de que, se um Estado reconhece a soberania do outro, este não pode ser coagido a submeter-se a julgamento decorrente da soberania daquele, porque, em regra, jungir-se à jurisdição equivale, em tese, a relativizar sua própria soberania".[183] Essa colocação suscita reflexões sobre a participação brasileira em conflitos bélicos. Segundo a proposição de tese do relator, o Brasil certamente poderia ser julgado em jurisdições estrangeiras, caso outros países decidissem adotar a mesma relativização aos atos de império violadores de direitos humanos, por sua atuação em guerras. Em uma perspectiva cronológica decrescente: (a) não há como garantir que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) não tenha tirado a vida de nenhum civil durante a Segunda Guerra Mundial, a exemplo da campanha italiana, onde o país teve forte atuação, nomeadamente nas batalhas de Monte Castello, de Fornovo di Taro e de Montese;[184] (b) antes disso, recorda-se a Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual a Tríplice Aliança – Argentina, Brasil e Uruguai – dizimou mais de 90% da população masculina paraguaia;[185] os exemplos não param, cita-se (c) a intervenção brasileira contra Oribe, no Uruguai, e (d) contra Rosas, no território da Argentina, ambas na década de 1850.[186] Busco, portanto, evidenciar a ambivalência gerada por uma relativização da imunidade estatal. Um país, ora julgador, pode ser julgado por jurisdições estrangeiras por atos já solucionados politicamente ao tempo de sua ocorrência.[187]

---

jurisdiction. The distinction between acta jure imperii and acta jure gestionis has been applied by Belgian courts consistently since 1907; see Feldman v. Etat de Bahia (1907)". UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 36 (ou 25 de 51). Notas de Rodapé 111 e 112. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025

[183] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 46 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[184] Nesse sentido, conferir: MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil 1939-1950:* mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 18 mar. 2025; MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência:* a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; e, para a cronologia dos fatos, ver: GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto. Editora, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335893373_Cronologia_das_Relacoes_Internacionais_do_Brasil. Acesso em: 28 fev. 2025.

[185] Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

[186] Cf. RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*. São Paulo: Versal Editores, 2017.

[187] Sob essa perspectiva, rememora-se um dos pontos levantados na manifestação da PGR, o qual sintetiza essa linha interpretativa, a saber: "entender de modo diverso seria o mesmo que permitir a perpetuação de discussões entre estados soberanos em decorrência da Segunda Guerra Mundial, onde, sem dúvida, *um mesmo país hora foi vítima e hora foi perpetrador de violações de direitos humanos*"; nesse mesmo sentido, afirma que "o *Brasil certamente foi responsável pela morte de civis inocentes*" (grifo nosso). Por essa razão, Janot afirma na ementa

Feitas essas observações, cumpre retomar a construção histórica da imunidade estatal, feita pelo ministro Gilmar Mendes, cujo instituto migrou da doutrina absoluta para a doutrina restritiva. Ao diferenciar os atos de império (*jus imperii*) e os atos de gestão (*jus gestionis*), apresentou o atual direito consuetudinário sobre a temática, no qual a imunidade de jurisdição permanece absoluta em caso de atos de império e relativa em casos de atos de gestão, enquanto a imunidade de execução conserva-se absoluta, independente da modalidade da ação estatal, em decorrência da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.[188] Ainda no que tange aos atos de império, afirmou que, "caso qualquer pessoa deseje demandar o Estado soberano, deverá fazê-lo na própria jurisdição deste, submetendo-se às autoridades judiciárias locais".[189] Caso contrário, as exceções a essa estrutura normativa dependeriam de eventual renúncia expressa do Estado estrangeiro em relação a sua imunidade. A título complementar, o ministro destaca, para além do já mencionado inciso V ("igualdade entre os Estados") do art. 4ª da Constituição Federal, os incisos I ("independência nacional") e VI ("defesa da paz"). Esses dispositivos fariam oposição à submissão de um Estado estrangeiros às determinações jurisdicionais brasileiras, visto que uma subordinação coercitiva poderia ferir um dos princípios que regem o Brasil no cenário internacional.

Em seguida, faz referência a legislações estrangeiras e internacionais sobre o tema. Reitera algumas que já haviam sido citadas, como: a Convenção das Nações Unidas (2004); a Convenção da Basileia (1972); o *FSIA*, dos Estados Unidos (1976); o *State Immunity Act*, do Reino Unido (1978); o *Canada Act to Provide for State Immunity in Canadian Courts* (1985); e a Lei Argentina sobre Imunidade Jurisdicional (1995). De modo inédito, no acórdão, menciona também: (a) o *Singapore State Immunity Act* (Lei de Singapura de 1979); (b) o *South Africa Foreign States Immunities Act* (Lei da África do Sul de 1981); e (c) o *Pakistan State*

---

que "daria origem *ex post facto* a inúmeras demandas individuais por prejuízos sofridos, tornando obsoletas as soluções políticas há muito tempo adotadas, o afastamento da imunidade de jurisdição de estado soberano em ações indenizatórias por atos praticados em conflitos armados passados. Haveria o risco de a coexistência pacífica ser consideravelmente deteriorada, com consequências imprevisíveis para qualquer Estado que tenha se envolvido em um conflito armado" (grifo do autor). BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. p. 01, 02, 21 e 34. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025. p.21.

[188] Internalizada, pelo Brasil, por meio do Decreto nº 56.435, de 1965. BRASIL. *Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

[189] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 48 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

*Immunity Ordinance* (Lei do Paquistão de 1981); instrumentos que serão mais bem explorados nos capítulos subsequentes.

Pela pretensão universal da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades de Jurisdição dos Estados e de seus Bens (2004), embora não esteja em vigor, o ministro reproduziu quase a integralidade do documento, destacando alguns dispositivos para fundamentar seu raciocínio.[190] Dos trinta e três artigos, apenas dez foram omitidos no voto (artigos 09, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 31, 32), os quais não demandam maiores comentários. Colaciona-se, para fins de análise, somente as normas grifadas pelo ministro:

> Artigo 03 (Privilégios e imunidades não afetados pela presente Convenção) [...] 3. *A presente Convenção não afeta as imunidades de que goza um Estado, ao abrigo do direito internacional, relativamente a aeronaves ou objetos espaciais de que é proprietário ou que explora*. [...]
>
> Artigo 16 (Navios de que um Estado é proprietário ou explora). 1. Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado que é proprietário ou explora um navio não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo judicial relacionado com a exploração desse navio se, no momento do fato que deu lugar à ação, o navio estava a ser utilizado para outra finalidade que não a de serviço público sem fins comerciais. 2. *O nº 1 não se aplica a navios de guerra nem a unidades auxiliares da marinha de guerra, nem a outros vasos de que um Estado seja proprietário ou explora e que são, em dado momento, utilizados exclusivamente para serviços públicos sem fins comerciais.* 3. Salvo acordo em contrário entre os Estados em questão, um Estado não pode invocar a imunidade de jurisdição num tribunal de outro Estado que seja competente para julgar o caso num processo judicial relacionado com o transporte de carga a bordo de um navio de que esse Estado é proprietário ou explora se, no momento do facto que deu lugar à ação, o navio estava a ser utilizado para outra finalidade que não a de serviço público sem fins comerciais. 4. *O nº 3 não se aplica a qualquer carga transportada a bordo dos navios a que se refere o nº 2 nem a qualquer carga de que um Estado é proprietário e que é utilizada ou destinada a ser utilizada exclusivamente com a finalidade de serviço público sem fins comerciais*. [...]
>
> Artigo 30 (Entrada em vigor) 1. *A presente Convenção entrará em vigor no 30º dia seguinte à data do depósito do 30º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão junto do Secretário-Geral das Nações Unidas*.[191]

---

[190] Not yet in force: in accordance with article 30 which reads as follows: "1. The present Convention shall enter into force on the thirtieth day following the date of deposit of the thirtieth instrument of ratification, acceptance, approval or accession with the Secretary-General of the United Nations. 2. For each State ratifying, accepting, approving or acceding to the present Convention after the deposit of the thirtieth instrument of ratification, acceptance, approval or accession, the Convention shall enter into force on the thirtieth day after the deposit by such State of its instrument of ratification, acceptance, approval or accession.". Current signatories: 28. Current parties: 24. UNITED NATIONS. *United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property – Treaty status*. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=III-13&chapter=3&clang=_en. Acesso em: 23 mar. 2025

[191] Trechos originais: Article 3 (Privileges and immunities not affected by the present Convention) […] 3. The present Convention is without prejudice to the immunities enjoyed by a State under international law with respect to aircraft or space objects owned or operated by a State. […] Article 16 (Ships owned or operated by a State) 1. Unless otherwise agreed between the States concerned, a State which owns or operates a ship cannot invoke immunity from jurisdiction before a court of another State which is otherwise competent in a proceeding which relates to the operation of that ship if, at the time the cause of action arose, the ship was used for other than

Desses destaques, evidencia-se o décimo sexto artigo, cuja temática consiste em embarcações de Estados Estrangeiros. Nesse contexto, a imunidade de jurisdição pode ser invocada em se tratando de navios de guerra. Na argumentação do ministro Fachin, por outro lado, houve ênfase no décimo segundo dispositivo, que trata sobre a possibilidade de afastamento da imunidade quando houver danos causados a pessoas e bens. Percebe-se, pois, a utilização do mesmo texto internacional ora para argumentar pelo afastamento da imunidade, ora para mantê-la. De toda sorte, ainda que o Brasil não seja um dos signatários da Convenção, seu texto será analisado posteriormente, pois a delegação brasileira fez importantes contribuições na discussão do *Draft* no âmbito da Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas.[192]

Exercício semelhante foi feito com a Convenção Europeia sobre Imunidade do Estado (Convenção da Basileia de 1972), assinada e ratificada pela Alemanha. O ministro Gilmar Mendes sublinha, especificamente o artigo 27, onde se lê: *"[...] os tribunais não podem considerar processos relativos a atos praticados pela entidade no exercício de autoridade soberana (acta jure imperii)*" (grifo do autor),[193] enfatizando a dissociação entre atos de império e de gestão. Novamente, esse artigo aparece em suposto contraste com o art. 11, apontado pelo ministro relator, em que a imunidade é afastada em casos de lesão ou morte de pessoas. Para compreender como esses dispositivos são aplicados, em contraposição, no caso concreto, uma análise dos precedentes europeus seria interessante.

Em seguida, o ministro passa a analisar a incipiente exceção à imunidade de jurisdição relacionada ao *jus cogens*. "É bem verdade que parece existir certa *tentativa de uma minoria de*

---

government non-commercial purposes. Paragraph 1 docs not apply to warships, or naval auxiliaries, nor does it 2. apply to other vessels owned or operated by a State and used, for the time being, only on government non-commercial service. 3. Unless otherwise agreed between the States concerned, a State cannot invoke immunity from jurisdiction before a court of another State which is otherwise competent in a proceeding which relates to the carriage of cargo on board a ship owned or operated by that State if, at the time the cause of action arose, the ship was used for other than government non-commercial purposes. 4. Paragraph 3 does not apply to any cargo carried on board the ships referred to in paragraph 2, nor does it apply to any cargo owned by a State and used or intended for use exclusively for government non-commercial purposes. […] Article 30 (Entry into force) 1. The present Convention shall enter into force on the thirtieth day following the date of deposit of the thirtieth instrument of ratification, acceptance, approval or accession with the Secretary-General of the United Nations". UNITED NATIONS. *United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property*. New York: United Nations, 2004. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Treaties/2004/12/20041202%2003-50%20PM/CH_III_13p.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

[192] Nesse sentido, conferir: SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados:* tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990.

[193] Trecho original: "however, the courts may not entertain proceedings in respect of acts performed by the entity in the exercise of sovereign authority (acta jure imperii)". COUNCIL OF EUROPE. *European Convention on State Immunity (CETS nº 74)*. Basileia, 1972. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1. Acesso em: 15 mar. 2025

*Estados*, em buscar excepcionar alguns atos estatais da abrangência do preceito da imunidade de jurisdição", sobretudo "aqueles que *violem direitos humanos absolutos*, assim tidos como aqueles que decorrem do direito à vida e à integridade física da população civil *como advindos do jus cogens"* (grifos nossos, p. 66 de 106). Houve, portanto, um cuidado para deliminar os novos precedentes internacionais, indicando tratar-se de direitos humanos absolutos decorrentes de normas imperativas do direito internacional. Congratula-se essa iniciativa, pois não se encontra essa cautela em outros votos do acórdão. O ministro evidencia, ainda, que esse posicionamento embrionário "*não constitui prática de observância geral que possa ser aceita como integrante do direito internacional costumeiro, sob pena de violação a diversos Tratados ou Convenções internacionais aos quais o Brasil anuiu*" (grifo do autor, p. 66 de 106). Linha de raciocínio essa que parece ser adequada e, mais, condizente com o precedente da Corte Internacional de Justiça sobre imunidades jurisdicionais do Estado, retomado, na sequência, pelo ministro.[194]

Passa, então, a discutir a natureza do ato praticado pela Alemanha. Para tanto, suscita: (a) a Convenção de Genebra (1949), ratificada, pelo Brasil, em 14 de maio de 1957 e internalizada por meio do Decreto 42.121, de 21 de agosto de 1957;[195] e (b) os Protocolos I e II (1977) da referida Convenção, incorporados no território pátrio pelo Decreto 849, de 25 de junho de 1993.[196] Faz, entretanto, importante ressalva em relação a esses documentos, em

---

[194] Na reprodução da manifestação da PGR sobre o caso *Jurisdictional Immunities of the State (Germany vs. Italy: Greece Intervening,* o ministro Gilmar Mendes destacou dois trechos, a saber: "Após aceitar a intervenção da Grécia na qualidade de Estado não parte e reconhecer sua competência, a CIJ assentou, por maioria, que a Itália, ao permitir o ajuizamento de ações perante seus tribunais, adotar medidas constritivas com relação aos bens de propriedade da Alemanha e executar decisões dos tribunais gregos na Itália com base nos mesmos argumentos, violou a imunidade alemã nos termos do Direito Internacional"; bem como "Por sua vez, a CIJ entendeu que o alegado conflito é inexistente (§ 93), porquanto as regras acerca da imunidade estatal são de caráter procedimental, relacionando-se ao exercício da jurisdição, enquanto as normas de Direito Internacional Humanitário violadas (proibição de assassinato deportação e trabalho escravo), que possuem status de jus cogens , são de natureza substantiva". Ambos os trechos se encontram na página 68 de 106 do acórdão (ARE 954.858).

[195] Dessa Convenção, destaca os seguintes artigos: (i) "Artigo 49 [...] Cada Parte Contratante terá a obrigação de procurar as pessoas acusadas de terem cometido, ou dado ordem de cometer, qualquer das infrações graves, devendo fazê-las comparecer perante seus próprios tribunais, seja qual for a sua nacionalidade [...]"; (ii) "Artigo 50 As infrações graves a que se refere o artigo anterior são as que implicam alguns dos atos seguintes, se cometidos contra pessoas e bens protegidos pela Convenção: homicídio intencional, tortura e tratamento desumanos, inclusive as experiências biológicas, o fato de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou atentar gravemente contra a integridade física ou a saúde, a destruição e a apropriação de bens, não justificadas por necessidades militares e excetuadas em grande escala de maneira ilícita e arbitrária"; e (iii) "Artigo 51 Nenhuma Parte Contratante poderá exonerar-se, ou exonerar a outra Parte Contratante, das responsabilidades em que incorre ela mesma ou outra Parte Contratante, com respeito às infrações previstas no artigo precedente". p. 71 de 106 do acórdão (ARE 954.858).

[196] Dos Protocolos, sublinha os seguintes trechos: (i) "Artigo 49 [...] 3. As disposições desta Seção aplicar-se-ão a qualquer operação de guerra terrestre, naval ou aérea que possa afetar em terra à população civil, as pessoas civis e aos bens de caráter civil [...]"; (ii) "Artigo 51 (população civil) 1. A população civil e as pessoas civis gozarão de proteção geral contra os perigos provindos de operações militares. [...] 2. Não serão objeto de ataque a população

consonância com comentários feitos anteriormente, no sentido de que "apesar de sua relevância no âmbito internacional, todos esses instrumentos jurídicos são posteriores (Convenção de 1949 e Protocolos de 1977) aos fatos ora debatidos nesta demanda (datados de julho de 1943)", acrescenta, ainda, que tais documentos "não podem ter incidência retroativa, razão pela qual, com todas as vênias, não podem ser aplicados no caso concreto".[197]

Por fim, a última premissa desse tópico do voto vogal trata dos impactos jurídicos e políticos quando houver descumprimento de normas internacionais.[198] Na Reclamação 11.243, diante de um conflito internacional entre Estados soberanos, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que não compete àquela Corte deflagrar ou dirimir tais desentendimentos em decorrência de descumprimento de qualquer tratado ou norma consuetudinária, considerando que não exerce soberania internacional. A partir da leitura da ementa desse precedente,[199]

---

civil como tal e nem as pessoas civis. São proibidos os atos ou ameaças de violência cuja finalidade principal seja aterrorizar a população civil [...]"; e (iii) "Artigo 91 (responsabilidade) A Parte em conflito que violar as disposições das Convenções ou do presente Protocolo estará obrigada a pagar indenização se o caso o justifica. Será a Parte responsável por todos os atos cometidos pelas pessoas que integrem suas Forças Armadas". p. 72 a 73 de 106 do acórdão (ARE 954.858).

[197] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 74 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[198] Sobre esse assunto, destaco um trecho do artigo escrito pelo Professor George Galindo, em que analisa o voto do ministro Gilmar Mendes, onde se lê: "a posição que assume, portanto, é a de que ao juiz nacional é dado identificar a norma internacional consuetudinária e aplicá-la", advertindo, ademais, para o fato de que "o impacto [de uma decisão em desacordo com o direito internacional] não é externo ao fenômeno jurídico, mas o constitui, na medida em que afeta a própria competência de um tribunal para analisar questões de direito internacional". GALINDO, George Rodigo Bandeira. Gilmar Mendes: O juiz constitucional, o direito e as relações internacionais. *Consultor Jurídico*, 25 jun. 2023. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-jun-25/george-galindo-juiz-constitucional-relacoes-internacionais/. Acesso em: 28 mai. 2025.

[199] Devido ao tamanho da ementa, destacou-se trechos que podem dialogar com a tese. Nesse sentido, "RECLAMAÇÃO. PETIÇÃO AVULSA EM EXTRADIÇÃO. PEDIDO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO. NEGATIVA, PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE ENTREGA DO EXTRADITANDO AO PAÍS REQUERENTE. FUNDAMENTO EM CLÁUSULA DO TRATADO QUE PERMITE A RECUSA À EXTRADIÇÃO POR CRIMES POLÍTICOS. DECISÃO PRÉVIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONFERINDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A PRERROGATIVA DE DECIDIR PELA REMESSA DO EXTRADITANDO, OBSERVADOS OS TERMOS DO TRATADO, MEDIANTE ATO VINCULADO. [...] CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DESCUMPRIMENTO QUE SE RESTRINGEM AO ÂMBITO INTERNACIONAL. [...] MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE SOLTURA DO EXTRADITANDO. [...] 6. O art. 1º da Constituição assenta como um dos Fundamentos do Estado Brasileiro a sua soberania – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional, no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados Soberanos, nos termos do art. 4º, I, da Carta Magna. 7. A Soberania Nacional no plano transnacional funda-se no princípio da independência nacional, efetivada pelo Presidente da República, consoante suas atribuições previstas no art. 84, VII e VIII, da Lei Maior. [...] 10. O descumprimento do Tratado, em tese, gera uma lide entre Estados soberanos, cuja resolução não compete ao Supremo Tribunal Federal, que não exerce soberania internacional, [...] 12. [...] o Poder Judiciário deve ser o último guardião dos direitos fundamentais de um indivíduo, seja ele nacional ou estrangeiro, mas não dos interesses políticos de Estados alienígenas, os quais devem entabular entendimentos com o Chefe de Estado, vedada a pretensão de impor sua vontade através dos Tribunais internos. [...] 15. O princípio da separação dos Poderes (art. 2º CRFB), indica não competir ao Supremo Tribunal Federal rever o mérito de decisão do Presidente da República, enquanto no exercício da soberania do país, tendo em vista que o

destaco a necessidade de respeitar os limites institucionais de cada poder, reconhecendo que litígios envolvendo tratados e relações entre Estados devem ser resolvidos no âmbito da política externa, conduzida pelo Poder Executivo, ou pela jurisdição de Cortes Internacionais. O caso Changri-lá pode ser analisado de forma análoga, porquanto acordos estabelecidos no pós-Segunda Guerra Mundial tinham o objetivo de consolidar um entendimento diplomático entre as nações envolvidas, de modo que qualquer tentativa de revisão judicial pode comprometer a previsibilidade das relações internacionais e gerar tensões, como ocorreu entre Japão e Coreia do Sul em disputas similares.[200] Conclui o ministro dizendo, acertadamente, que "caso proceda ao descumprimento de qualquer norma consuetudinária, a República Federativa do Brasil, através do seu Chefe de Estado, deve assumir, no plano internacional, inúmeras consequências, não existindo qualquer atribuição do Poder Judiciário nesse sentido".[201]

Em seguida, o ministro Gilmar Mendes inicia o próximo tópico de seu voto, a saber: ***Jurisprudência do STF sobre a imunidade jurisdicional e/ou de execução do Estado estrangeiro***. Parte, então, da diferenciação entre imunidade absoluta, aplicada à imunidade de execução e à imunidade de jurisdição decorrentes de atos de império, e imunidade relativa, utilizada na imunidade de jurisdição para atos de gestão. Enquanto a primeira garante que o Estado estrangeiro não será submetido à jurisdição pátria em nenhuma fase processual, a segunda protege outras nações somente na fase executiva. Essa estrutura normativa, ressalvado

---

texto constitucional conferiu ao chefe supremo da Nação a função de representação externa do país. [...] 23. O Judiciário não foi projetado pela Carta Constitucional para adotar decisões políticas na esfera internacional, competindo esse mister ao Presidente da República, eleito democraticamente e com legitimidade para defender os interesses do Estado no exterior; aplicável, in casu, a noção de capacidades institucionais, cunhada por Cass Sunstein e Adrian Vermeule (Interpretation and Institutions. U Chicago Law & Economics, Olin Working Paper, Nº 156, 2002; U Chicago Public Law Research Paper nº 28). [...]". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Reclamação 11.243 República Italiana*. Reclamante: República Italiana. Reclamado: Presidente da República. Interpelado: Cesare Batisti. Relator: Min. Gilmar Mendes, 08 de junho de 2011. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1495257. Acesso em: 25 mar. 2025.

[200] Nesse sentido, o ministro Gilmar Mendes citou matéria jornalística da Folha de São Paulo (Coreia do Sul condena Japão a indenizar escravas sexuais da 2ª Guerra Mundial), do dia 08 de janeiro de 2021, "envolvendo recente decisão da Justiça sul-coreana, que condenou o Japão, por forçar mulheres, durante a Segunda Guerra, a servirem de escravas sexuais a integrantes das Forças Armadas japonesas". Colacionou em seguida trechos da matéria, como por exemplo: "se depender do Japão, não haverá indenização ou reparação histórica. 'Nosso país nunca aceitará essa decisão', disse o premiê Yoshihide Suga, depois de afirmar que Seul 'deveria abandonar essa ação' e que 'a questão das mulheres de conforto já está resolvida, completa e definitivamente'. Outras autoridades de Tóquio também condenaram a decisão da Justiça sul-coreana. O chefe de gabinete de Suga, Katsunobu Kato, classificou o veredito como 'inaceitável' e pediu que Seul tome 'medidas apropriadas', mas anunciou que o país não vai recorrer da decisão". [200] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 74-75 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[201] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 76 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

os casos de renúncia expressa, encontrou respaldo no entendimento da Suprema Corte. Para fundamentar seu posicionamento, citou os seguintes precedentes: (a) AI 139.671 AgR, Rel. Min.Celso de Mello, Primeira Turma, DJ 29.3.1996; (b) ACO 543 AgR, Plenário, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 24.11.2006; (c) ACO 623 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 24.11.2015; (d) RE 222.368 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 14.2.2003; (e) ACO 634 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, DJ 31.10.2002; e, por fim, (f) ACO 645 AgR, de minha relatoria, Tribunal Pleno, DJe 17.8.2007.

Dessa jurisprudência, em que reproduziu as ementas de todos os casos, destacou dois trechos, quais sejam: (i) "deixa de prevalecer, ainda que excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição, sempre que o Estado estrangeiro, atuando em matéria de ordem estritamente privada, intervier em domínio estranho àquele em que se praticam os atos *jure imperii*";[202] (ii) "A imunidade de jurisdição, de um lado, e a imunidade de execução, de outro, constituem categorias autônomas, juridicamente inconfundíveis, pois - ainda que guardem estreitas relações entre si - traduzem realidades independentes e distintas", "assim reconhecidas quer no plano conceitual, quer, ainda, no âmbito de desenvolvimento das próprias relações internacionais".[203] Ambas as passagens corroboram o que foi dito no parágrafo anterior.

Frente ao exposto, no tópico ***Voto***, o ministro Gilmar Mendes proferiu sua discordância em relação ao relator, diferente do que ocorreu na votação da repercussão geral, nos seguintes termos: "peço vênia ao relator para votar pelo desprovimento do recurso extraordinário, mantendo o acórdão do STJ, para reconhecer a imunidade absoluta de jurisdição de Estados estrangeiros em se tratando de atos submetidos ao regime de *jure imperii*" (grifo do autor).[204] Nessa ocasião, optou por não apresentar uma proposta de tese para a repercussão geral.

*Fase STF (acórdão): voto do ministro Marco Aurélio*

---

[202] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). *Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 139.671-8 Distrito Federal*. Agravante: Estados Unidos da América. Agravados: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Celso de Mello, 20 de junho de 1995. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=275004. Acesso em: 25 mar. 2025.

[203] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). *Agravo no Recurso Extraordinário nº 222.368 – PE – Pernambuco*. Recorrido: Consulado Geral do Japão. Recorrido: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello, 14 de fevereiro de 2003. Acesso em: 25 mar. 2025

[204] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 81 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

Na mesma sessão plenária, o ministro Marco Aurélio apresentou voto dissidente, sugerindo a seguinte tese para a repercussão geral: "*É absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro considerado ato de império praticado em contexto de guerra, ainda que em jogo violação de direitos humanos*".[205] Parece-me pouco palatável, socialmente, uma tese que se oponha aos direitos humanos, afinal quem (ou qual tribunal) iria admitir não querer aplicá-los. Uma tese que não seja contrária aos direitos humanos, *per se*, mas contra a indeterminação que essa expressão traz consigo poderia ter sido aceita. De toda sorte, não é esta a orientação pretendida pelo ministro, mas achei oportuna tal reflexão.

Recorda-se que, na votação da repercussão, o ministro também manifestou seu desacordo com o relator por acreditar inexistir controvérsia de envergadura maior, além de opinar ser inviável o processamento e o julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal. No que concerne ao mérito da questão em si, inicia seu voto fazendo uma retrospectiva jurisprudencial do Tribunal, reconhecendo as semelhanças com a prática costumeira internacional. Nesse contexto, cita os casos Genny de Oliveira (1990), do STF, e *Jurisdictional Immunities*, da CIJ (2012), ambos presentes em votos anteriores. Retoma também um trecho de Christian Tomuschat, retirado da manifestação da PGR, onde se lê:

> *Antes de inventar uma nova roda, deve-se examinar cuidadosamente a funcionalidade da roda velha*. Os mecanismos tradicionais de resolução de danos em casos de injustiças massivas, particularmente danos de guerra, resultantes do não cumprimento do DIH, certamente não são isentos de falha ou defeito. No entanto, substituir esse sistema por uma desordem descoordenada de fatos individuais é a pior de todas as soluções possíveis. (grifo nosso).[206]

Referenciando Jacob Barian, acadêmico turco radicado no Brasil, o ministro Marco Aurélio conclui não ser adequado, no plano da lógica, relativizar a jurisprudência consagrada pela Corte, porquanto "ou bem se tem imunidade absoluta considerado ato de império, ou não se tem". Segundo consta no voto, "revela-se impróprio cogitar da existência de terceiro grupo

---

[205] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 86 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[206] Trecho original ampliado: "Pleas *for discarding state immunity in cases of grave violations of human rights are mostly based on fully understandable emotional reasons, but generally fail to take into account the full scope of the regime of state responsibility. Before inventing a new wheel, one should carefully examine the functionality of the old wheel. The traditional mechanisms for the settlement of damages in cases of massive injustices, particularly war damages resulting from noncompliance with rules of IHL, are certainly not without any flaw or defect. However, to replace this system with an uncoordinated clutter of individua suits is the worst of all possible solutions. A viable mechanism requires the guiding hand of an international organization able to balance the interests at stake in a thorough manner. This should become a project of progressive development of the law*". TOMUSCHAT, Christian. The International Law of State Immunity and Its Development by National Institutions. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 44:1105, p. 1.105-1.140, p. 1.140.

– no qual enquadrados atos que implicaram violação de direitos humanos, ao argumento de que estes consubstanciam categoria especial a reclamar responsabilidade estatal".[207] Nesses termos, finaliza o ministro seu voto dissidente.

*Fase STF (acórdão): andamento processual e pedido de vista*

No dia 01 de março de 2021, em meio às sessões plenárias virtuais, foi publicada a seguinte decisão em relação ao processo:

> *Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que dava provimento ao recurso extraordinário* para, afastando a imunidade de jurisdição da República Federal da Alemanha, anular a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito e propunha a seguinte tese (tema 944 da repercussão geral): "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição", *no que foi acompanhado pelos Ministros Rosa Weber, Dias Toffoli e Cármen Lúcia*; *do voto do Ministro Gilmar Mendes, que negava provimento ao recurso extraordinário, mantendo o acórdão do STJ*, ao reconhecer a imunidade absoluta de jurisdição de Estados estrangeiros em se tratando de atos submetidos ao regime de *jure imperii*; *e do voto do Ministro Marco Aurélio, que negava provimento ao recurso e propunha a seguinte tese*: "É absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro considerado ato de império praticado em contexto de guerra, ainda que em jogo violação de direitos humanos", *pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes*. Plenário, Sessão Virtual de 19.2.2021 a 26.2.2021.
> Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques. (Grifo nosso)[208]

Até aquela data, apoiavam o relator Edson Fachin os ministros Dias Toffoli e as ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia, enquanto os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio apresentaram votos divergentes. Nesse cenário, ainda restavam pendentes os posicionamentos dos ministros Alexandre de Moraes, o qual pediu vista, além de Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Roberto Barroso e Nunes Marques. Quando da votação da repercussão geral, recorda-se que foram vencidos os votos dos ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, o restante, com exceção da ministra Cármen Lúcia que não se manifestou, acompanhou o relator. Nesse cenário, percebe-se, pois, que Toffoli, embora tenha apresentado manifestação contrária ao pleito Changri-lá anteriormente, mudou de

---

[207] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 86 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.
[208] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 87 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

posicionamento na sessão plenária que debateu o acórdão. Foram nesses termos que a sessão plenária de fevereiro de 2021 terminou.

*Fase STF (acórdão): voto ministro Alexandre de Moraes*

Após o pedido de vista, o ministro Alexandre de Moraes proferiu seu voto divergente na plenária virtual de agosto de 2021. Em sua manifestação, retomou a análise do caso e, na sequência, congratulou a ministra Laurita Vaz, então vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, por ter obstado o recurso extraordinário no que se referia à alegada violação dos incisos XXXV e LIV do artigo 5º da Constituição Federal.[209] Para fundamentar sua posição, Vaz baseou-se no entendimento firmado pelo Pretório Excelso nos temas 339 e 660.[210] A partir dessa constatação, Moraes acreditou figurar remanescente apenas o julgamento relativo à suposta violação dos artigos 1º, inciso III; 3º, inciso IV; 4º, incisos II, IV e V; 5º, inciso II; 109, inciso II; e 133, da Carta Magna.[211]

---

[209] "XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" e "LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal". BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025

[210] Tese 339 (com repercussão geral): "O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento 791.292 – PE – Pernambuco*. Agravante: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo. Agravado: Fernando Soares de Lima. Relator: Min. Gilmar Mendes, 23 de junho de 2010. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=613496. Acesso em: 25 mar. 2025.Tese 660 (sem repercussão geral): "A questão da ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites à coisa julgada, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE n. 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009." BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 748.371 – MT – Mato Grosso*. Recorrente: Banco Volkswagen S/A. Recorrido: Eliane Xavier. Relator: Min. Gilmar Mendes, 06 de junho de 2013. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4237636. Acesso em: 25 mar. 2025.

[211] "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: […] III - *a dignidade da pessoa humana*"; "Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: […] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: […] II - *prevalência dos direitos humanos*; […] IV - *não-intervenção*; V - *igualdade entre os Estados*"; "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: […] II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"; "Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: […] II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País"; "Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei". (Grifo nosso) BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025

Seguindo a linha adotada por outros ministros, Alexandre de Moraes retomou o histórico jurisprudencial da Suprema Corte sobre a imunidade de jurisdição estatal. Recordou que, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, prevalecia a doutrina da imunidade absoluta, segundo a qual não se admitia qualquer exceção à prerrogativa soberana. Esse entendimento sofreu uma inflexão com o julgamento da Ação Cível nº 9.696 (caso Genny de Oliveira), em 1990, ocasião em que o ministro Francisco Rezek destacou a existência de uma tendência internacional já consolidada, ao menos desde a década de 1970, de relativização dessa norma.[212] No mesmo sentido, o ministro ressaltou a atuação coerente do Superior Tribunal de Justiça, que passou a aplicar essa orientação não apenas no caso concreto, mas também em múltiplos precedentes. Assim, a jurisprudência brasileira refletiu uma mudança normativa já em curso no plano internacional, e não o contrário.

Na sequência de sua análise, o ministro Moraes apresenta um argumento original, até então ausente nos autos, ao contrastar o tratamento jurídico conferido à imunidade de jurisdição das organizações internacionais com aquele aplicado aos Estados estrangeiros. Considerando que a prerrogativa dessas instituições somente pode ser afastada mediante renúncia expressa, conforme entendimento consolidado pela Tese 947,[213] seria contraintuitivo permitir que a imunidade dos Estados pudesse ser afastada, de ofício, em casos de atos de império. Interpretação contrária resultaria em uma assimetria normativa, qual seja: a norma aplicada a organismos internacionais – cuja personalidade jurídica é derivada e limitada por tratados – seria, paradoxalmente, mais protetiva do que aquela atribuída a Estados soberanos – sujeitos originários e plenos do direito internacional. Ainda que interessante do ponto de vista retórico, o argumento revela fragilidade jurídica ao desconsiderar a diferença entre as fontes normativas que fundamentam as duas imunidades: no caso das organizações internacionais, trata-se de

---

[212] "(...) Aquela antiga e sólida regra costumeira de direito internacional público, a que repetidamente este Plenário se referiu, deixou de existir na década de setenta. Em 1972 celebrou-se uma convenção européia sobre imunidade do Estado à jurisdição doméstica dos demais Estados (European Convention on State Imunity, Basiléia, 16 de maio de 1972). Nessa convenção, que é casuística como diversos textos de igual origem, talvez o leitor não possa detectar o substrato filosófico da fronteia que se terá estabelecido entre aquilo que é alcançado pela imunidade e aquilo que não o é mais; entre o que os Estados pactuantes entenderam estar no domínio dos atos de império e no dos atos de mera gestão." BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.

[213] Tese 947: "O organismo internacional que tenha garantida a imunidade de jurisdição em tratado firmado pelo Brasil e internalizado na ordem jurídica brasileira não pode ser demandado em juízo, salvo em caso de renúncia expressa a essa imunidade" BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 1.034.840 – DF – Distrito Federal*. Recorrente: União. Recorrido: Cristiano Paes de Castro. Relator: Min. Luiz Fux, 01 de junho de 2017. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13117787. Acesso em: 26 mar. 2025.

imunidade fundada em tratados multilaterais; no caso dos Estados, de uma prerrogativa assentada no costume internacional. Tal distinção implica diferentes regimes normativos, o que enfraquece a analogia proposta pelo voto.

Em complemento, afirma que os precedentes internacionais, citados pelos recorrentes, não oferecem fundamento jurídico suficiente para relativizar a imunidade de jurisdição em casos de atos de império. Segundo o ministro, trata-se de julgados isolados, alguns dos quais posteriormente revistos, incapazes de demonstrar a existência de um novo consenso no direito internacional. Amparando-se nos estudos de Pedro Guimarães Viera,[214] o ministro reforça que a formação de uma norma consuetudinária requer a demonstração da existência de prática estatal, ampla e reiterada, acompanhada de *opinio juris*. Faz referência, ainda, à doutrinadora Cármen Tiburcio,[215] cuja análise aponta para a persistência da imunidade absoluta em hipóteses que envolvem atos praticados por forças armadas estrangeiras no território do Estado foro. Curiosamente, a mesma autora foi citada, no voto do ministro Edson Fachin, para sustentar uma conclusão em sentido oposto.

Como último argumento de seu voto, o ministro Alexandre de Moraes adverte que, se fossem criadas exceções à imunidade de jurisdição por meio de construção jurisprudencial, o Judiciário ultrapassaria os limites de sua atuação, assumindo a função de legislador positivo. Tal conduta, de acordo com ele, configuraria violação direta ao princípio da separação dos Poderes, consagrado no art. 2º da Constituição Federal. Frente ao exposto, negou provimento ao recurso extraordinário e propôs a fixação da seguinte tese para o Tema 944 da repercussão geral: "É absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro por atos de império, inclusive os praticados em contexto de guerra, salvo renúncia expressa".[216] Essa formulação mostra-se mais aceitável, do ponto de vista discursivo, quando comparada à proposta feita pelo ministro Marco Aurélio, justamente por não fazer referência expressa a direitos humanos — expressão que, por sua carga simbólica e valorativa, faz com que qualquer negativa de jurisdição seja especialmente sensível e de difícil legitimação pública. Nesses termos, finaliza o voto.

---

[214] Cf. VIEIRA, Pedro Guimarães. Imunidade de Jurisdição dos Estados: a Prática Estatal Brasileira e Internacional. *Revista de Direito*, Universidade Federal de Viçosa, v. 5, n. 1, p. 130-131, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/revistadir/issue/view/89/pdf_7. Acesso em: 28 mar. 2025

[215] TIBURCIO, Carmen. *Extensão e limites da jurisdição brasileira*. Salvador: JusPODIVM, 2016, p. 438.

[216] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 103-104 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

*Fase STF (acórdão): decisão final e ementa*

Na sessão plenária de agosto de 2021, restavam pendentes os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Roberto Barroso e Nunes Marques. Moraes foi o único a apresentar voto em separado, defendendo posicionamento divergente. Acompanhou a dissidência, nessa oportunidade, Luiz Fux (acompanha Moraes) e Nunes Marques (acompanha Gilmar). A favor do relator Fachin, votaram Ricardo Lewandowski e Roberto Barroso. Quando comparado à votação da repercussão geral, observa-se que, além de Toffoli, Lewandowski também passou da oposição para a aquiescência com o relator. Nesse cenário, considerando os votos da sessão de fevereiro do mesmo ano, o STF encerrou o acórdão do ARE 954.858 nos seguintes termos:

> O Tribunal, por maioria [seis votos a cinco], apreciando o tema 944 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para, afastando a imunidade de jurisdição da República Federal da Alemanha, anular a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, fixando a seguinte tese: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição", nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, Luiz Fux (Presidente) e Marco Aurélio, que proferiu voto em assentada anterior. Plenário, Sessão Virtual de 13.8.2021 a 20.8.2021. Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques.[217]

Ante a esse resultado, a ementa e o acórdão passaram a constar com as seguintes redações:

> RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL. DIREITOS HUMANOS. DIREITO INTERNACIONAL. ESTADO ESTRANGEIRO. ATOS DE IMPÉRIO. PERÍODO DE GUERRA. CASO CHANGRI-LÁ. DELITO CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA. ATO ILÍCITO E ILEGÍTIMO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. RELATIVIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. ACESSO À JUSTIÇA. PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS. ART. 4º, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. Controvérsia inédita no âmbito desta Suprema Corte, estando em questão a derrotabilidade de regra imunizante de jurisdição em relação a atos de império praticados por Estado soberano, por conta de graves delitos ocorridos em confronto à proteção internacional da pessoa natural, nos termos do art. 4º, II e V, do Texto Constitucional. 2. A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro no direito brasileiro é regida pelo direito costumeiro. A jurisprudência do STF reconhece a divisão em atos de gestão e atos de império, sendo os primeiros passíveis de cognoscibilidade pelo Poder Judiciário e, mantida, sempre, a imunidade executória, à luz da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas (Dec. 56.435/1965).

[217] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 105-106 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

> Precedentes. 3. O artigo 6, "b", do Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, reconhece como "crimes de guerra" as violações das leis e costumes de guerra, entre as quais, o assassinato de civis, inclusive aqueles em alto-mar. Violação ao direito humano à vida, incluído no artigo 6, do Pacto sobre Direitos Civis e Políticos. Assim, os atos praticados em períodos de guerra contra civis em território nacional, ainda que sejam atos de império, são ilícitos e ilegítimos. 4. O caráter absoluto da regra de imunidade da jurisdição estatal é questão persistente na ordem do dia do direito internacional, havendo notícias de diplomas no direito comparado e de cortes nacionais que afastaram ou mitigaram a imunidade em casos de atos militares ilícitos. 5. A Corte Internacional de Justiça, por sua vez, no julgamento do caso das imunidades jurisdicionais do Estado (*Alemanha Vs. Itália*), manteve a doutrina clássica, reafirmando sua natureza absoluta quando se trata de atos *jure imperi*i. Decisão, no entanto, sem eficácia *erga omnes* e vinculante, conforme dispõe o artigo 59, do Estatuto da própria Corte, e distinta por assentar-se na reparação global. 6. Nos casos em que há violação à direitos humanos, ao negar às vítimas e seus familiares a possibilidade de responsabilização do agressor, a imunidade estatal obsta o acesso à justiça, direito com guarida no art. 5º, XXXV, da CRFB; nos arts. 8 e 10, da Declaração Universal; e no art. 1, do Pacto sobre Direitos Civis e Políticos. 7. Diante da prescrição constitucional que confere prevalência aos direitos humanos como princípio que rege o Estado brasileiro nas suas relações internacionais (art. 4º, II), devem prevalecer os direitos humanos - à vida, à verdade e ao acesso à justiça -, afastada a imunidade de jurisdição no caso. 8. Possibilidade de relativização da imunidade de jurisdição estatal em caso de atos ilícitos praticados no território do foro em violação à direitos humanos. 9. Fixação de tese jurídica ao Tema 944 da sistemática da repercussão geral: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição." 10. Recurso extraordinário com agravo a que se dá provimento.
>
> A C Ó R D Ã O. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário de 13 a 20 de agosto de 2021, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, apreciando o tema 944 da repercussão geral, dar provimento ao recurso extraordinário para, afastando a imunidade de jurisdição da República Federal da Alemanha, anular a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, fixando a seguinte tese: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição", nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, Luiz Fux (Presidente) e Marco Aurélio, que proferiu voto em assentada anterior. Brasília, 23 de agosto de 2021.[218]

*Fase STF (Embargos de Declaração)*

Após a publicação do acórdão, em 24 de setembro de 2021, foram intimados o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, os quais apresentaram, posteriormente, Embargos de Declaração. [219] Em que pese tenham sido interpostos,

[218] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 01 a 03 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

[219] Recorda-se que: "Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual

respectivamente, em 14 e 07 de outubro de 2021, ambos foram apreciados na mesma sessão virtual do plenário, realizada entre os dias 13 e 20 de maio. Nesse contexto, serão analisados, primeiramente, os embargos opostos pelo PGR e, na sequência, aqueles apresentados pelo AGU, por serem considerados segundos embargos.

*Fase STF (Embargos de Declaração): primeiros*

À guisa de síntese, reproduz-se a ementa dos embargos de declaração, cujo objeto foi o recurso interposto pela Procuradoria-Geral da República, nos seguintes termos:

> EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL. ESTADO ESTRANGEIRO. ATOS DE IMPÉRIO. CASO CHANGRI-LÁ. DELITO CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA. ATO ILÍCITO E ILEGÍTIMO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. RELATIVIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. ACESSO À JUSTIÇA. PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS. ART. 4º, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. OCORRÊNCIA. DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA TESE FIXADA. ADEQUAÇÃO. NOVA REDAÇÃO. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. 1. No acórdão embargado, o Plenário deste Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de relativização da imunidade de jurisdição estatal em caso de atos ilícitos praticados no território do foro em violação à direitos humanos. 2. Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para fins de correção de erro material. Na espécie, constata-se omissão, na tese de repercussão geral fixada, quanto à sua delimitação territorial. 3. Em atenção à integridade e coerência do sistema de precedentes, é necessária a adequação da redação da tese proposta, para que, suprida a omissão, reste preservado o sentido exato da deliberação do Plenário. 4. *Fixação de tese jurídica ao Tema 944 da sistemática da repercussão geral: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição*". 5. *Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos*.
>
> A C Ó R D Ã O. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário de 13 a 20 de maio de 2022, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, *por maioria de votos*, em acolher parcialmente os embargos de declaração, para conferir nova redação à tese firmada no tema 944 da Repercussão Geral, no seguinte sentido: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição", nos termos do voto do Relator, *vencido o Ministro Nunes Marques, que acolhia o recurso para, sem prejuízo da integral manutenção dos fundamentos do acórdão embargado, atribuir redação de tese diversa*. Brasília, 23 de maio de 2022. (grifos nosso).[220]

erro material." BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: Ministério Público Federal. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 07 de 12. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

[220] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: Ministério Público Federal. Interpelado: Karla Christina Azeredo

Dado o panorama geral de antemão, cumpre apresentar o relatório, o voto do ministro relator Edson Fachin e, por fim, o voto vencido do ministro Nunes Marques.

No que tange ao ***relatório*** sobre a petição da Procuradoria-Geral, consta que a embargante sustenta, preliminarmente, haver um erro de certificação de trânsito em julgado, razão pela qual busca o reconhecimento da tempestividade dos embargos opostos. Em seguida, a Procuradoria apontou a necessidade de esclarecer os contornos da decisão proferida, com o objetivo de orientar sua adequada aplicação em casos futuros. No mérito, o recurso estruturou-se em três pontos principais, a saber: (a) o primeiro consistiu na defesa de que o afastamento da imunidade de jurisdição deve restringir-se às hipóteses previstas como crimes internacionais, não se aplicando a qualquer conduta ilícita em sentido amplo; (b) o segundo argumento tratou da ausência de delimitação territorial na tese fixada, sugerindo a inclusão expressa de que a exceção à imunidade somente se aplica quando os atos foram praticados em território brasileiro; e, por fim, (c) sustentou-se que a análise sobre a existência de crime internacional caberia às instâncias ordinárias, motivo pelo qual se requereu a anulação da sentença e o retorno dos autos à primeira instância, sem que se afirmasse, desde logo, o afastamento da imunidade da República Federal da Alemanha. Ao final, a Procuradoria propôs nova redação à tese fixada, nos seguintes termos: "*Os crimes internacionais que impliquem grave violação a Direitos Humanos e ao Direito Humanitário, praticados em território nacional por Estados estrangeiros, não gozam de imunidade de jurisdição*". Após a intimação, a parte autora protocolizou uma impugnação, findando, assim, o relatório.

A comparação entre as três versões da Tese 944 – a originalmente fixada no acórdão, a proposta pela Procuradoria-Geral da República e aquela consolidada após o julgamento dos embargos de declaração – revela diferenças relevantes em termos de precisão conceitual, delimitação normativa e potencial interpretativo. A redação inicial ("os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição") assume uma formulação ampla e genérica, deixando em aberto tanto a natureza do ilícito quanto o local de sua ocorrência, o que dificulta a definição de seus contornos jurídicos. A proposta da PGR, por sua vez, busca conferir maior densidade e segurança jurídica à tese, ao restringi-la a "crimes internacionais" que envolvam "graves violações a direitos humanos e ao direito humanitário", praticados no território brasileiro — critérios alinhados aos parâmetros do

---

Venancio da Costa e outros. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 01 e 02 de 12. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

direito internacional penal. Já a versão final da tese, fixada nos embargos (“os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição”), introduz um recorte espacial, mas mantém a indeterminação quanto à natureza e à gravidade do ato ilícito. Com isso, a tese permanece aberta a interpretações divergentes, especialmente quanto à tipificação do ilícito e à caracterização da violação de direitos humanos.

No início de seu ***voto, o ministro relator Edson Fachin*** reconhece, ao menos em parte, a procedência dos argumentos apresentados pela Procuradoria-Geral da República. Em relação ao segundo ponto dos embargos – que apontava a ausência de delimitação territorial na redação da tese fixada –, o relator concorda que a formulação original não expressava com clareza o critério espacial que orientou o julgamento. Fachin observa que o debate travado no Plenário se limitou à possibilidade de afastamento da imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros por atos ilícitos praticados em violação a direitos humanos no território brasileiro, como evidenciado pelas circunstâncias do caso concreto, em que a ação ofensiva do submarino alemão ocorreu no mar territorial nacional. Diante disso, adverte que a omissão na redação da tese poderia gerar interpretações indevidas quanto à sua abrangência, comprometendo a segurança jurídica e o respeito à coerência do entendimento fixado. Assim, propõe a inclusão expressa do elemento territorial, a fim de preservar o exato alcance da deliberação do Plenário e orientar sua aplicação futura. A partir dessa intervenção, nota-se que a limitação territorial proposta pelo relator não apenas busca assegurar a fidelidade ao caso concreto, mas também funciona como mecanismo de contenção interpretativa. Ao explicitar que a tese se aplica exclusivamente a atos praticados em território brasileiro, o Supremo evita aproximações com a lógica da jurisdição universal, cuja aceitação poderia projetar a decisão do STF para além dos marcos do controle de constitucionalidade doméstico.

Encerrada a análise sobre o critério territorial, o ministro Fachin passa a examinar o primeiro ponto de mérito suscitado pela Procuradoria-Geral da República, que propunha restringir o alcance do afastamento da imunidade de jurisdição. Duas modificações na redação da tese foram sugeridas: a substituição da expressão “atos ilícitos” por “crimes internacionais” e, em complemento, o refinamento do conteúdo material da violação, por meio da inclusão da fórmula “graves violações a direitos humanos e ao direito humanitário”, em lugar da redação original (“violação a direitos humanos”). O relator sustenta, nesse contexto, que o acórdão não condicionou o afastamento da imunidade à caracterização de crime internacional, nem à exigência de tipificação penal, uma vez que a discussão se concentrou no âmbito da

responsabilidade civil. Ainda que seu voto tenha recorrido a referências como o Estatuto de Nuremberg, essa menção, segundo ele, teve caráter meramente argumentativo, sem pretensão de fixar critérios normativos. Além disso, o Fachin observa a ausência de consenso doutrinário e de definições consolidadas, tanto no plano convencional quanto no costumeiro, acerca do que se entende por "crime internacional", bem como por "direito humanitário". Por essa razão, conclui que a terminologia sugerida pela PGR, longe de conferir maior clareza, tenderia a ampliar as ambiguidades interpretativas, comprometendo a estabilidade da tese e sua aplicação futura.

Aqui, cabe uma digressão sobre o posicionamento do relator. Embora a rejeição à substituição da expressão "atos ilícitos" por "crimes internacionais" encontre respaldo consistente na argumentação da própria natureza civil da responsabilidade discutida, o mesmo não se pode dizer quanto à recusa da segunda modificação sugerida pela Procuradoria-Geral da República. A exclusão da referência a "graves violações a direitos humanos e ao direito humanitário" enfraquece, paradoxalmente, a precisão que o relator diz buscar preservar. A simples menção a "violação a direitos humanos" – como fixado na tese – carece de densidade normativa e projeta um campo de aplicação excessivamente amplo, dada a fluidez e a carga retórica que historicamente marcam esse discurso no plano internacional, conforme criticado por Koskenniemi.[221] Em contrapartida, a inclusão dos qualificativos "graves" e da menção ao "direito humanitário" encontra respaldo não apenas na fundamentação constante do acórdão – incluindo a própria ementa –,[222] mas também nos marcos já existentes do direito internacional, como o Estatuto de Roma e o Estatuto de Nuremberg, que delimitam os crimes internacionais com base em tipificações objetivas. A alegação de que tais categorias seriam vagas ou excessivamente abertas ignora que o mesmo problema se impõe, com ainda maior intensidade, à noção genérica de "violação de direitos humanos". A adoção de critérios mais restritivos, em vez de comprometer a estabilidade da tese, contribuiria para sua aplicação mais controlada e juridicamente sustentável.

---

[221] Cf. KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Londres: Hart Publishing, 2011. p. 131-158 (Part III: The politics of Human Rights).

[222] "1. Controvérsia inédita no âmbito desta Suprema Corte, estando em questão a derrotabilidade de regra imunizante de jurisdição em relação a atos de império praticados por Estado soberano, por conta de *graves delitos ocorridos em confronto à proteção internacional da pessoa natural*, nos termos do art. 4º, II e V, do Texto Constitucional." (grifo nosso) BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 01 a 03 de 106. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

Na parte final de seu voto, o ministro Fachin examina o terceiro ponto levantado pela Procuradoria-Geral da República, que dizia respeito à necessidade de remessa dos autos à primeira instância para que o juízo ordinário analisasse a ocorrência de crime internacional, e, na sequência, propõe nova redação à tese fixada no Tema 944 da repercussão geral. Quanto à alegação da PGR, o relator afasta a necessidade de alteração do acórdão, sob o argumento de que os limites do precedente restaram suficientemente delineados, cabendo ao juízo de origem conduzir a instrução probatória e decidir o mérito da demanda à luz dos parâmetros firmados. Por fim, acolhe parcialmente os embargos de declaração para ajustar a redação da tese, a fim de incorporar expressamente a exigência de que o ato tenha sido praticado "dentro do território nacional", nos seguintes termos: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição".[223] Ainda que o acréscimo da dimensão territorial represente um avanço em termos de delimitação, entendo que o relator poderia ter acolhido mais do que isso, inserindo também o critério da gravidade da violação, em conformidade com a fundamentação do próprio acórdão e o defendido pela, o que teria contribuído para reduzir a amplitude e a indeterminação da tese firmada.

O ***voto-vogal do ministro Nunes Marques***, único a se manifestar de forma isolada, abrangeu a análise conjunta dos embargos de declaração opostos tanto pela Procuradoria-Geral da República quanto pela Advocacia-Geral da União. No exame do mérito, sustentou, a título de argumento central, a especificidade do contexto fático que fundamenta o pedido de indenização, qual seja: um episódio histórico ocorrido em meio à Segunda Guerra Mundial. A seu ver, essa particularidade impõe a necessidade de que a tese de repercussão geral reflita com exatidão os limites da controvérsia efetivamente debatida, sob pena de transbordamento do pedido e da causa de pedir, em violação ao artigo 492 do Código de Processo Civil.[224]

---

[223] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: Ministério Público Federal. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 09 de 12. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

[224] "Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado." BRASIL. *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art485. Acesso em: 18 mar. 2025. A título complementar, colaciona-se um comentário sobre o dispositivo supracitado: "1. O artigo 492 do Código de Processo Civil consagra o princípio da congruência, da correlação ou da adstrição, segundo o qual a decisão judicial fica limitada ao pedido formulado pela parte autora, de modo que o julgador que decide fora dos limites da lide poderá incorrer em julgamento extra, citra ou ultra petita. 1.1. O julgamento ultra petita, nos termos do que ensina a doutrina, é aquele em que o juiz concede a tutela jurisdicional pedida, mas extrapola a quantidade indicada

Argumenta, ainda, que qualquer ampliação interpretativa da tese, sobretudo em hipóteses que envolvem restrições de direitos, contraria o princípio da interpretação restritiva de normas excepcionais. Por essas razões, diverge do relator e defende o acolhimento integral dos embargos de declaração.

A partir dos fundamentos expostos, o ministro Nunes Marques conclui pelo acolhimento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da República e propõe nova redação à tese fixada no Tema 944, delimitada nos seguintes termos: "*os crimes de guerra, reconhecidos pelo Tribunal Internacional, praticados por Estados estrangeiros em território nacional e mediante grave violação ao direito humano contra a vida não gozam de imunidade de jurisdição*".[225] Ao construir essa redação, o ministro mescla elementos centrais das teses apresentadas tanto pela PGR quanto pela AGU. Da primeira, conserva a exigência de que os atos sejam praticados em território nacional e que envolvam crimes internacionais. Da segunda, analisada nos parágrafos subsequentes, adota a tipificação restritiva de "crimes de guerra" e a exigência de reconhecimento por um tribunal internacional, além de limitar o conteúdo da violação a um único direito humano: o direito à vida. Ao excluir as referências ao direito humanitário e à expressão "graves violações a direitos humanos", presentes na proposta da PGR, a tese sugerida por Nunes Marques torna-se ainda mais estreita em sua aplicação, condicionando a exceção à imunidade à ocorrência de uma categoria específica de crime e à legitimação externa de sua tipificação. Trata-se, pois, de uma formulação que reduz substancialmente o campo de incidência da tese original.

Ante aos argumentos expostos por ambos os ministros, chegou-se à seguinte ***decisão***, durante a sessão virtual de 13 a 20 de maio de 2022, no plenário:

---

pela parte autora. 1.2. Verificado o julgamento ultra petita, a consequência lógica não é a nulidade da sentença, mas o decote do excesso, ajustando-se o pronunciamento judicial ao pedido da própria parte autora. Preliminar suscitada de ofício para excluir o trecho que possibilitou a compensação ou restituição do tributo em questão." BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Cível). *Apelação/Remessa Necessária 0700514-17.2022.8.07.0018*. Apelante: Distrito Federal. Apelado: Amaro Fashion LTDA. Relatora: Carmen Bittencourt, 30 de setembro de 2022. Disponível em: https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1619085. Acesso em: 12 mar. 2025.

[225] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: Ministério Público Federal. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 11 de 12. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

> (ED) O Tribunal, por maioria [dez votos a um], acolheu parcialmente os embargos de declaração, para conferir nova redação à tese firmada no tema 944 da Repercussão Geral, no seguinte sentido: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição", nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Nunes Marques, que acolhia o recurso para, sem prejuízo da integral manutenção dos fundamentos do acórdão embargado, atribuir redação de tese diversa. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022. Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.[226]

Cumpre registrar que esse voto do ministro Nunes Marques foi a sua primeira manifestação em separado; apenas acompanhou voto, portanto, quando da repercussão geral e do acórdão do recurso extraordinário com agravo. A título informativo, destaca-se que, nessa votação, entrou o ministro André Mendonça, seguindo o relator, em substituição ao ministro Marco Aurélio, que se aposentou. Feitas essas observações, encerra-se a análise desses embargos de declaração.

*Fase STF (Embargos de Declaração): segundos*

Na mesma sessão plenária, em maio de 2022, o Supremo apreciou os embargos de declaração interpostos pela Advocacia-Geral da União, entretanto, diferente do recurso movido pela Procuradoria-Geral da República, este não foi acolhido. No que toca à ementa da decisão e o acórdão propriamente dito, lê-se:

> EMENTA: SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL. ESTADO ESTRANGEIRO. ATOS DE IMPÉRIO. CASO CHANGRI-LÁ. DELITO CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA. ATO ILÍCITO E ILEGÍTIMO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. RELATIVIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. ACESSO À JUSTIÇA. PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS. ART. 4º, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE ERRO, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual erro material. No caso, não se verifica quaisquer dos referidos vícios. 2. Embargos de declaração rejeitados.
>
> A C Ó R D Ã O. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário de 13 a 20 de maio de 2022, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em rejeitar os embargos de declaração,

[226] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: Ministério Público Federal. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 12 de 12. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

> nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Nunes Marques, que acolhia o recurso para, sem prejuízo da integral manutenção dos fundamentos do acórdão embargado, atribuir redação de tese diversa. Brasília, 23 de maio de 2022.[227]

No ***relatório*** referente aos segundos embargos de declaração interpostos pela Advocacia-Geral da União, registra-se, em primeiro lugar, a alegação de que houve certificação incorreta do trânsito em julgado, razão pela qual se pleiteia o reconhecimento da tempestividade do recurso. No mérito, a embargante sustenta que a redação da tese fixada teria extrapolado os limites delineados pelos fundamentos do acórdão, o que geraria relevante contradição interna. Com fundamento na segurança jurídica, argumenta que a tese deveria conter, de forma expressa, a exigência de que o afastamento da imunidade de jurisdição ficasse restrito a ofensas qualificadas como graves, e inseridas no contexto de crimes de guerra. Ao final, propõe nova formulação para a tese, nos seguintes termos: "*os crimes de guerra, reconhecidos por tribunal internacional, praticados por Estados estrangeiros em violação ao direito humano contra a vida não gozam de imunidade de jurisdição*".[228] Após a intimação, a parte autora apresentou impugnação, encerrando-se o relatório.

Antes de se analisar o voto do ministro relator, cumpre estabelecer uma breve comparação entre as propostas de redação apresentadas, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da República e pela Advocacia-Geral da União. Ambas partem da premissa de que a tese fixada no acórdão original se revelou excessivamente ampla e indeterminada, mas divergem quanto ao critério a ser adotado para restringi-la. A PGR propõe restringi-la aos "crimes internacionais que impliquem grave violação a direitos humanos e ao direito humanitário, praticados em território nacional por Estados estrangeiros", combinando três filtros de incidência: a natureza do crime, a gravidade da violação e o recorte territorial. Já a AGU, em formulação mais restritiva, propõe limitar a exceção à imunidade a "crimes de guerra" quando houver violação, especificamente, ao direito humano da vida. Enquanto a proposta da PGR ancora-se em categorias normativas amplamente debatidas na doutrina e com reconhecimento nos instrumentos internacionais, a da AGU aposta em um recorte mais estreito e formalizado, conferindo maior objetividade ao critério de incidência, mas também reduzindo

---

[227] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Segundos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: União. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022.p. 01 de 12.Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954687&ext=.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

[228] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Segundos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: União. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022.p. 05 de 12.Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954687&ext=.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

significativamente a abrangência da tese. Ambas as propostas buscam, pois, conferir maior segurança jurídica à tese, mas adotam estratégias distintas de contenção interpretativa.

No que tange ao ***voto do ministro Edson Fachin***, o relator, por não vislumbrar a presença de vício – omissão, obscuridade ou contradição – que justificasse o acolhimento do recurso, rejeita os embargos de declaração opostos pela Advocacia-Geral da União. Sustenta que todos os argumentos relevantes foram devidamente enfrentados no acórdão, razão pela qual não se justificaria a modificação pretendida. A respeito da principal alegação da embargante, segundo a qual a tese deveria restringir-se a "graves violações no contexto de crimes de guerra", o relator permanece enfático ao afirmar que a fundamentação adotada pela Corte não se limitou a esse tipo de situação. Ao contrário, a tese teria sido construída com base em premissas mais amplas, voltadas à proteção do direito internacional da pessoa humana, independentemente da configuração formal de um conflito armado. Na sequência, o ministro relator retoma excertos de sua manifestação durante a fase de repercussão geral para reforçar essa ideia.

Ainda em defesa da tese fixada, o ministro menciona que, no julgamento de mérito do recurso extraordinário, já havia recorrido a tratados internacionais e legislações estrangeiras que excepcionam a imunidade de jurisdição estatal, sem qualquer exigência de que os atos tivessem ocorrido em contexto de guerra. Utiliza esses instrumentos como reforço argumentativo para afastar a proposição da AGU. Vale reiterar, no entanto, que os exemplos citados – como as normas dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Austrália e da Argentina – concentram-se em hipóteses de danos pessoais, notadamente morte e lesão corporal, o que indica uma proteção mais direcionada ao direito à vida e à integridade física. Apesar disso, o relator não se debruça sobre esse aspecto da tese formulada pela AGU, que propunha precisamente essa vinculação material, e concentra sua resposta exclusivamente na rejeição da exigência de contexto bélico. Cumpre notar, entretanto, que graves violações de direitos humanos não se restringem a contextos de guerra, podendo ocorrer em tempos de paz, o que relativiza a centralidade da exigência de conflito armado como elemento delimitador. A ausência de enfrentamento desse ponto específico enfraquece a completude argumentativa do voto.

Na parte final de seu voto, o ministro relator conclui que a tese proposta pela União não corresponde aos limites definidos no julgamento do recurso extraordinário. Argumenta que, em nenhum momento, o acórdão condicionou o afastamento da imunidade à configuração de crime de guerra reconhecido por tribunal internacional, e que, se esse critério fosse adotado, a própria tese não se aplicaria ao caso concreto, uma vez que os fatos não foram submetidos a qualquer

instância internacional. Essa leitura, contudo, parece distorcer o sentido da proposta apresentada pela AGU, porquanto não se trata de analisar casos que já foram outrora julgados por cortes internacionais, mas sim de tipificar "crimes de guerra" conforme parâmetros estabelecidos em instrumentos como o Estatuto de Roma. Ao assimilar reconhecimento e julgamento como exigências equivalentes, o voto termina por rejeitar os embargos declaratórios, mantendo a redação original da tese.

Reproduzindo integralmente a manifestação já apresentada nos embargos opostos pela Procuradoria-Geral, o ***ministro Nunes Marques*** também vota pelo acolhimento do recurso interposto pela Advocacia-Geral da União. Em sua formulação alternativa, propõe uma redação de tese que incorpora, como núcleo central, os critérios defendidos pela AGU: a restrição aos crimes de guerra reconhecidos por tribunal internacional, bem como a exigência de violação ao direito humano contra a vida. A esses elementos, agrega dois filtros sugeridos pela PGR – a exigência de gravidade da conduta e sua prática em território nacional –, compondo uma proposta de incidência mais estrita e normativamente parametrizada. Ainda que vencido, o voto representa uma tentativa de estabilizar o alcance da tese a partir de categorias mais objetivas, em contraste com a formulação aberta adotada pelo Plenário.

Frente ao exposto, a ***decisão*** ficou assim definida no plenário:

> (ED-segundos) O Tribunal, por maioria [onze votos a um], rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Nunes Marques, que acolhia o recurso para, sem prejuízo da integral manutenção dos fundamentos do acórdão embargado, atribuir redação de tese diversa. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022. Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Aqui, cabe uma última reflexão sobre essa decisão, cuja formulação expõe uma tensão institucional que transcende os aspectos técnicos do processo. Chama a atenção o fato de o Pretório Excelso desconsiderar os argumentos da Advocacia-Geral em matéria sensível à política externa. Cuida-se de temática atribuída à União pelo art. 21, incisos I e II, da Constituição, competindo ao Presidente da República exercer a representação internacional do Estado brasileiro, nos termos do art. 84, incisos VII e VIII.[229] Nesse contexto, o Supremo não

[229] "Art. 21. Compete à União: I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais; II - declarar a guerra e celebrar a paz"; "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional". BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025

apenas delimitou os contornos da imunidade de jurisdição à revelia do Executivo, mas também assumiu, de forma indireta, uma posição ativa na definição da política externa do país, deslocando o centro decisório de uma arena política e administrativa para a esfera judicial. Tal postura, aliás, já havia sido criticada no voto vencido do ministro Alexandre de Moraes, ao advertir para os riscos de se criar exceções à imunidade de jurisdição por meio de construção jurisprudencial, extrapolando os limites da função jurisdicional e assumindo, na prática, o papel de legislador positivo. A decisão, portanto, não apenas projeta efeitos sobre a interpretação da norma internacional, mas repercute diretamente sobre a atuação do Executivo, que se vê compelido a administrar, no plano externo, as consequências de um entendimento cuja formulação escapou à sua esfera de influência institucional.

### 1.3 A fronteira porosa da imunidade de jurisdição: ponto de chegada ou ponto de partida?

O presente subcapítulo propõe um retorno crítico ao percurso que conduziu à formulação da Tese 944, consolidada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 954.858. Após a reconstrução analítica das decisões proferidas em cada fase do processo, evidencia-se que o acórdão final, longe de apresentar uma síntese coesa, revela uma confluência de argumentos díspares, imprecisões conceituais e escolhas interpretativas que desafiam a estabilidade do regime jurídico da imunidade de jurisdição estatal no Brasil. Ao estabelecer que "os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição", a Corte produziu uma fórmula de contornos difusos, cuja aparente força normativa esconde zonas de ambiguidade que merecem ser examinadas com maior atenção. Mais do que um desfecho, a tese apresenta-se como ponto de inflexão: seria ela a consolidação final da relativização da imunidade estatal, ou um ponto de partida para novos dilemas jurídicos e políticos?

A análise do acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo em 2001, reconstruída no primeiro subcapítulo, revela a presença de uma narrativa factual erigida sobre alicerces instáveis, marcados por contradições cronológicas, fragilidade probatória e elementos conjeturais. Embora a decisão tenha atribuído formalmente ao submarino alemão U-199 a responsabilidade pelo afundamento do Changri-lá, a própria fundamentação reconhece a inexistência de prova direta, assentando-se em testemunhos indiretos, cruzamento de rotas e documentos históricos de difícil verificação empírica. Tal escolha narrativa, longe de constituir uma apuração conclusiva, operou como um gesto simbólico de encerramento, dirigido mais à

reparação póstuma e à inscrição dos pescadores como heróis de guerra no imaginário nacional do que à fixação de uma verdade histórica irrefutável. Nesse gesto, que conjugou esforço institucional, pressão social e ativismo memorialístico, instaurou-se uma espécie de verdade oficial performática: suficientemente plausível para fins de reconhecimento, mas juridicamente ambígua quanto à configuração de responsabilidade internacional. Ao tomar esse acórdão como pressuposto incontroverso, o Supremo Tribunal Federal não apenas reproduziu os silêncios e lacunas da narrativa construída, como também assentou a Tese 944 sobre um solo interpretativo que, desde a origem, já apresentava fraturas epistemológicas. A exceção aberta à imunidade de jurisdição estatal, portanto, nasce de um caso paradigmático cuja própria base fática escapa à clareza e à objetividade jurídica, lançando dúvidas sobre a legitimidade da construção normativa que se seguiu.

Antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal, o Caso Changri-lá percorreu um itinerário processual marcado pela reafirmação da imunidade de jurisdição estatal em moldes clássicos, conforme previsto no direito internacional público tradicional. As primeiras decisões da Justiça Federal e, posteriormente, do Superior Tribunal de Justiça, ancoraram-se na distinção consolidada entre atos de império e atos de gestão, reconhecendo à República Federal da Alemanha imunidade em razão da natureza soberana do torpedeamento imputado. Mesmo quando instado a considerar a gravidade dos fatos, especialmente a alegada violação ao direito à vida e os apelos ao Direito Penal Internacional, o STJ manteve a rigidez da barreira jurisdicional, restringindo a relativização da imunidade a hipóteses de natureza privada, como relações contratuais e trabalhistas. As tentativas dos recorrentes de evocar tratados internacionais, convenções de direitos humanos e compromissos históricos assumidos pela Alemanha em contextos pós-nazismo mostraram-se, à época, insuficientes para abalar a posição jurisprudencial dominante. Algumas das estratégias argumentativas – a exemplo da invocação da cláusula constitucional da igualdade entre Estados para afastar a imunidade alemã ou da tentativa de imputar responsabilidade estatal por crimes de guerra – revelam uma tensão entre desejo de justiça reparatória e os limites normativos do ordenamento vigente. Ainda que politicamente compreensíveis, tais esforços desconsideraram, por vezes, a inaplicabilidade retroativa de normas e a separação dogmática entre responsabilidade penal individual e responsabilidade internacional do Estado. A despeito da multiplicidade de recursos apresentados, a jurisprudência até então se mostrava coesa na preservação da imunidade de jurisdição para atos de império. O marco decisivo, como se verá adiante, viria apenas com a

inflexão operada pelo STF, que não apenas rompeu com a jurisprudência consolidada, mas o fez com base em fundamentos cuja formulação exige atenção crítica.

A fase inicial de tramitação do caso no Supremo Tribunal Federal, ainda restrita ao exame da admissibilidade recursal e à verificação da existência de repercussão geral, já antecipa a inflexão interpretativa que viria a ser consolidada pela Corte. Sob relatoria do ministro Edson Fachin, o agravo passou a ser descrito como uma controvérsia de alcance constitucional que exigiria, nas palavras do próprio relator, a delimitação do "alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana praticado em espacialidade brasileira". A formulação, embora imbuída de linguagem técnica, carregava traços de ambiguidade que logo se projetariam sobre o debate posterior. A referência à "espacialidade brasileira", por exemplo, foi posteriormente esvaziada da redação final do tema de repercussão geral, lançando dúvidas sobre a delimitação territorial do alcance da decisão. Além disso, a ponderação implícita entre os princípios constitucionais da prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II) e da igualdade entre os Estados (art. 4º, V) não foi articulada em termos dogmáticos precisos, abrindo margem para interpretações normativamente inconsistentes. A própria caracterização das violações como "graves", presente nas manifestações iniciais, foi posteriormente abandonada sem explicitação, ampliando o espectro de condutas potencialmente abrangidas pela tese em formação. Esses indícios, embora sutis, já revelavam uma inclinação do relator por uma releitura do regime da imunidade de jurisdição que transcendia os marcos consuetudinários então vigentes no direito internacional. A repercussão geral foi reconhecida por maioria, mesmo diante de votos contrários que, com fundamentos variados, alertaram para a ausência de matéria constitucional relevante, a impropriedade do reexame fático-probatório e o caráter residual e restrito da controvérsia. Ainda assim, o STF atribuiu à matéria uma carga simbólica capaz de justificar sua submissão ao plenário, mobilizando categorias como "transição histórica", "responsabilidade por atos atentatórios à dignidade humana" e "efeito social", expressões de vocabulário normativo que, embora evocativas, não foram ancoradas em critérios jurídicos rigorosos. A repercussão geral, nesse sentido, não apenas pavimentou a abertura da exceção que se consolidaria adiante, como também a revestiu de um verniz de transcendência cuja fundamentação permanece, até hoje, aberta à crítica.

A manifestação da Procuradoria-Geral da República no ARE 954.858, subscrita por Rodrigo Janot, apresentou uma estrutura argumentativa ambivalente, cujas contradições internas revelam a complexidade — e, por vezes, a indefinição — do enquadramento jurídico

conferido ao caso Changri-lá. Embora o parecer tenha concluído pelo desprovimento do recurso extraordinário e pela manutenção da imunidade de jurisdição da Alemanha, a densidade argumentativa mobilizada em favor da tese oposta foi significativamente mais robusta. O texto foi dividido em dois blocos: um primeiro, em defesa da imunidade, ancorado em precedentes internacionais, tratados multilaterais e na doutrina tradicional da soberania estatal; e um segundo, de igual ou maior extensão, que argumenta pela possibilidade de afastamento da imunidade em razão da gravidade das violações de direitos humanos, da função simbólica da reparação e da primazia da dignidade humana como fundamento normativo. O que chama atenção, contudo, é a ausência de critérios consistentes que orientem a articulação entre esses blocos. A mesma convenção internacional pode ser mobilizada, em diferentes momentos do parecer, tanto para sustentar a regra quanto para justificar sua exceção. Além disso, alguns dos fundamentos utilizados, como a invocação da Constituição de 1988 para julgar fatos ocorridos em 1943 ou a equiparação genérica entre violação de direitos humanos e lesão pessoal, denotam um uso anacrônico e pouco rigoroso das categorias jurídicas. O parecer, assim, oscila entre um apego formalista à jurisprudência consolidada e uma tentativa difusa de alinhamento com valores humanitários contemporâneos, sem que se estabeleça, ao final, um nexo argumentativo que legitime a conclusão adotada. Essa dissonância interna, que aponta ora para a normatividade do jus cogens, ora para os limites do direito positivo, antecipa, de forma sintomática, a dificuldade do próprio Supremo em construir uma tese de repercussão geral dotada de densidade conceitual e aplicabilidade previsível. A posição da PGR, nesse sentido, mais do que esclarecer o alcance da imunidade de jurisdição, projeta o impasse hermenêutico que passará a caracterizar o regime brasileiro sobre o tema.

O voto do ministro Edson Fachin, relator do ARE 954.858, representa a principal inflexão no caminho interpretativo que culminou na fixação da Tese 944, mas também cristaliza, em sua estrutura argumentativa, as tensões não resolvidas que atravessaram todo o processo. Dividido em quatro seções temáticas, o voto parte de uma revisão histórica da jurisprudência nacional sobre imunidade de jurisdição, destaca a ilicitude dos atos praticados pela Alemanha no caso Changri-lá e propõe, com base em instrumentos jurídicos diversos, o afastamento da imunidade estatal quando houver violação a direitos humanos. Contudo, ao abandonar, na redação da tese, qualificações como “graves violações” e “território brasileiro”, presentes em diversos momentos do próprio voto, o relator converte exceções específicas em um enunciado genérico de forte potencial expansivo. A omissão dessas delimitações, longe de ser um detalhe técnico, redesenha o alcance normativo da tese, permitindo que qualquer violação de direitos

humanos, ainda que juridicamente discutível ou materialmente irrelevante, possa servir de fundamento para a negação da imunidade. A leitura empreendida por Fachin também mistura categorias incompatíveis: direitos humanos e normas de jus cogens, princípios constitucionais e regras processuais internacionais, precedentes penais e ações cíveis indenizatórias. Invoca precedentes estrangeiros pontuais como se representassem uma virada costumeira consolidada, e apresenta trechos doutrinários — especialmente de Cançado Trindade — em desconexão com seus contextos originais. A crítica à decisão da Corte Internacional de Justiça no caso *Jurisdictional Immunities* serve de pretexto para construir uma tese alternativa, mas o esforço hermenêutico conduz a uma projeção normativa que não encontra respaldo nem em tratados, nem no costume dominante, tampouco na prática dos demais tribunais nacionais. A proposta de Fachin, embora politicamente ambiciosa, juridicamente se ancora em um campo de instabilidade: prescinde de delimitação material, rompe com a lógica tradicional da soberania estatal e erige os direitos humanos em um novo critério de competência, sem, contudo, definir sua densidade ou seus contornos. A tese aprovada, nesse contexto, mais do que afirmar uma exceção, instaura uma nova fronteira discursiva na qual o direito internacional é reconfigurado a partir de categorias vagas, em uma espécie de jurisdição simbólica que, paradoxalmente, pretende universalizar-se a partir da excepcionalidade.

O voto do ministro Gilmar Mendes introduz uma divergência importante na formação do acórdão, ao rechaçar a tese formulada pelo relator e sustentar, em sentido oposto, a manutenção da imunidade absoluta de jurisdição quando se trata de atos de império. Ainda que sua leitura do surgimento da doutrina da imunidade, a partir da Paz de Vestfália, revele uma narrativa linear e teleológica, desconsiderando descontinuidades históricas e disputas interpretativas, sua argumentação aponta para a necessidade de cautela na transposição de categorias simbólicas para o campo da normatividade internacional. Em sua análise, o ministro reconhece a existência de exceções emergentes no plano internacional, mas as apresenta como movimentos minoritários, ainda distantes de cristalização costumeira. Sua leitura da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados, embora extensa, privilegia dispositivos que reiteram a proteção a embarcações de guerra, em contraste com a interpretação adotada pelo relator, centrada no artigo 12, relativo a danos a pessoas. Tal divergência evidencia que o mesmo texto internacional pode servir a propósitos normativos distintos, dependendo do enquadramento hermenêutico adotado e revela, também, como a ambiguidade pode ser instrumentalizada de forma seletiva por julgadores. O voto ainda ressalta a importância de respeitar os limites institucionais do Poder Judiciário brasileiro nas relações internacionais,

advertindo para os riscos jurídicos e políticos de decisões que contrariem compromissos já firmados pelo país em âmbito diplomático. Ao recorrer a precedentes do STF e a normas internacionais, Gilmar Mendes estrutura um voto mais coeso do que o do relator, ainda que igualmente imerso em tensões interpretativas. Sua recusa em propor uma nova tese de repercussão geral pode ser lida tanto como uma estratégia de contenção, diante do cenário fragmentado, quanto como um posicionamento que reconhece os limites jurídicos da exceção pretendida. Ainda assim, o contraste entre seu voto e o do relator não resultou em um diálogo jurídico propriamente dito, mas em uma justaposição de paradigmas normativos inconciliáveis, cuja ausência de mediação se projetará na formulação final da Tese 944.

Na composição final do acórdão, os votos dissidentes dos ministros Marco Aurélio e Alexandre de Moraes evidenciam uma tentativa de reinscrever a imunidade de jurisdição em moldes mais restritivos, ainda que por caminhos argumentativos distintos. Marco Aurélio apresenta uma proposta de tese cuja formulação frontal — "É absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro considerado ato de império praticado em contexto de guerra, ainda que em jogo violação de direitos humanos" — revela, mais do que uma divergência jurídica, um tensionamento político-linguístico. Ao enunciar de maneira direta a preponderância da imunidade mesmo diante de violações a direitos humanos, o ministro reitera o vínculo entre soberania e não-intervenção, mas também escancara o impasse discursivo: seria legítimo, em uma ordem internacional orientada normativamente pela centralidade dos direitos humanos, afirmar sua irrelevância? A formulação, por isso, soa pouco palatável ao imaginário jurídico contemporâneo. Moraes, por sua vez, recupera a trajetória jurisprudencial da Corte, reafirma a prevalência da imunidade absoluta para atos de império e mobiliza um argumento comparativo entre o regime de imunidade aplicado às Organizações Internacionais e aquele aplicado aos Estados. Embora original no contexto do caso, o argumento apresenta fragilidade dogmática, uma vez que desconsidera a diferença estrutural entre as fontes normativas envolvidas, ou seja: tratado, no caso das organizações, e costume, no caso dos Estados. A partir desse raciocínio, Moraes propõe uma tese alternativa que exclui referências explícitas aos direitos humanos e fundamenta-se no princípio da separação dos Poderes, criticando eventuais exceções jurisprudenciais como extrapolação das competências judiciais. Apesar das diferenças formais entre os dois votos, ambos expressam reservas quanto à abertura de exceções interpretativas, reiterando a centralidade da soberania estatal como parâmetro de contenção e resistindo à incorporação de categorias jurídicas indeterminadas como fundamento de inflexão normativa.

A formulação final da Tese 944, consolidada após o julgamento dos embargos de declaração, encerra formalmente o percurso decisório do STF, mas deixa em aberto um conjunto expressivo de questões conceituais, normativas e institucionais que tensionam sua legitimidade e previsibilidade. A redação definitiva — "os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição" — ainda que tenha incorporado um critério territorial, permanece marcada por elevada indeterminação quanto à natureza e à gravidade das violações aptas a justificar o afastamento da imunidade. Essa indefinição normativa, longe de ser um problema meramente técnico, projeta-se como um desafio estrutural à segurança jurídica e à coerência do sistema, sobretudo quando se considera o caráter vinculante da tese no âmbito da repercussão geral. A rejeição, por parte do relator, das sugestões formuladas pela Procuradoria-Geral da República e pela Advocacia-Geral da União, ambas voltadas à delimitação mais precisa da exceção, revela uma escolha interpretativa que privilegia a abertura discursiva em detrimento da densidade normativa. Ao manter a referência genérica a "violação a direitos humanos", o Supremo projeta sobre os juízos ordinários a responsabilidade de definir, caso a caso, o alcance da exceção, institucionalizando, assim, uma zona cinzenta em que o mérito da imunidade dependerá da valoração judicial sobre a natureza da conduta estatal estrangeira. Assim, a Tese 944 configura-se mais como um ponto de partida do que como ponto de chegada. Ao projetar uma exceção cuja fórmula escapa à tradição consuetudinária, ao texto de tratados internacionais e à jurisprudência dominante, o Supremo impõe ao Brasil uma posição jurídica isolada no sistema internacional, cujas consequências serão enfrentadas, inevitavelmente, no campo político-diplomático. A estabilidade dessa nova fronteira normativa dependerá, em última instância, da resposta do sistema jurídico brasileiro à indeterminação que a originou, assim como da recepção internacional dessa singular inovação jurisprudencial.

# CAPÍTULO 02. "NÃO MAIS E AINDA NÃO": LOCALIZANDO O BRASIL NA GEOPOLITICA DA IMUNIDADE ESTATAL

> Humes observou certa vez que a civilização humana como um todo subsiste porque 'uma geração não abandona de vez o palco e outra triunfa, como acontece com as larvas e as borboletas'. Em algumas guinadas da história, porém, em alguns picos críticos, pode caber a uma geração um destino parecido com o das larvas e borboletas. Pois o declínio do velho e o nascimento do novo não são necessariamente ininterruptos; entre as gerações, entre os que, por uma razão ou outra, ainda pertencem ao velho e os que pressentem a catástrofe nos próprios ossos ou já cresceram com ela, está rompida a continuidade e surge um 'espaço vazio', espécie de terra de ninguém histórica, que só pode ser descrita em termos de 'não mais e ainda não'. Hannah Arendt[230]

A expressão "não mais e ainda não", cunhada por Hannah Arendt, designa um intervalo temporal em que uma determinada ordem, valor ou paradigma já *não mais* se sustenta, mas o novo *ainda não* encontrou configuração estável, tampouco reconhecimento consolidado. Para Arendt, esse entretempo — frequentemente associado a períodos de crise histórica — revela-se como uma "terra de ninguém" marcada por incerteza, suspensão e possibilidade. Nessas zonas intermediárias, a experiência humana caracteriza-se pela abertura ao imprevisto, bem como pela ausência de referenciais consolidados, o que gera uma tensão permanente entre passado declinante e futuro incerto. Tal formulação arendtiana afasta-se de narrativas lineares e progressistas,[231] na medida em que captura a dramaticidade dos processos históricos em seu aspecto descontínuo e plural.[232] Justamente por essa razão, essa expressão figura no título deste capítulo, funcionando como chave de leitura para compreender os períodos de transição e instabilidade que permeiam a trajetória brasileira no regime da imunidade estatal.

Essa compreensão temporal exige métodos analíticos compatíveis com a descontinuidade e a pluralidade dos processos históricos. Para Arendt, a memória não opera

---

[230] ARENDT, Hannah. Não mais e ainda não. In: ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo: ensaios (1930–1954)*, São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 187.

[231] ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: Entre o passado e o futuro. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997

[232] Cf. CAMPOS, Natália Tavares. *Em nome da política: Hannah Arendt e a condição humana da pluralidade*. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

como mera restituição do passado, mas como exercício seletivo no qual fragmentos emergem em configurações sempre inéditas, enquanto outros permanecem invisíveis ou se apagam definitivamente.[233] Tal seletividade revela que rememorar implica necessariamente enquadrar: escolher perspectivas, iluminar certos aspectos, obscurecer outros. Partindo dessa reflexão, proponho adotar a metáfora da fotografia como estratégia interpretativa, privilegiando três instantâneos específicos em detrimento de uma narrativa linear ou totalizante – como em um filme. Nessa analogia, o Brasil assume a posição do fotógrafo que, diante da complexidade normativa e política da imunidade de jurisdição, seleciona ângulos, define focos e estabelece enquadramentos que traduzem não apenas o contexto captado, mas também sua própria posição como sujeito observador e intérprete. Assim, cada fotografia articula simultaneamente objeto, sujeito e ação: o fenômeno jurídico observado, a perspectiva brasileira e o gesto político-interpretativo que confere sentido ao material histórico.

As três fotografias que compõem este capítulo — 1943, 1999 e 2016 — correspondem a marcos temporais diretamente vinculados ao caso Changri-lá, analisado no capítulo anterior, oferecendo o substrato histórico e normativo necessário para compreender sua singularidade e seus efeitos na geopolítica da imunidade estatal. O primeiro instantâneo, 1943, captura o momento do próprio naufrágio da embarcação pesqueira brasileira, inserindo-o no contexto da imunidade absoluta e da beligerância do país durante a Segunda Guerra Mundial — um período em que a soberania estatal parecia consolidada, mas já enfrentava tensões decorrentes do conflito global. O segundo, 1999, registra a reabertura do caso pelo Tribunal Marítimo, momento em que o Brasil adotava tardiamente a distinção entre atos de império e atos de gestão, revelando uma transição cautelosa rumo à imunidade relativa, sem romper com sua tradição jurídica prudente. Por fim, 2016 marca o início do julgamento do ARE 954.858 no Supremo Tribunal Federal, quando a Corte passou a construir uma exceção à imunidade baseada em direitos humanos, deslocando o país para uma posição jurídica inédita no cenário internacional. Cada fotografia, assim, oferece elementos contextuais indispensáveis para dimensionar como a decisão da Tese 944 representa não apenas uma inflexão jurisprudencial isolada, mas o culminar de uma trajetória marcada por hesitações, rupturas e reposicionamentos geopolíticos que redefinem o lugar do Brasil na ordem internacional contemporânea.

---

[233] Cf. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016; COSTA, Evandro F. Pensamento, memória e moralidade em Hannah Arendt: do desafio de compreender o que acontece à exigência de assumir um lugar no mundo. *Cajuína: Revista de Filosofia do IFPI*, Teresina, v. 8, n. 2, p. 1-23, 2023. ISSN 2448-0916.

O eixo interpretativo deste capítulo reside na articulação entre os diferentes momentos históricos e as estratégias de poder e posicionamento adotadas pelo Brasil na cena internacional. O recurso à geopolítica, aqui, afasta-se de concepções tradicionais para adotar uma perspectiva da geopolítica crítica, que a entende como uma "prática discursiva situada".[234] Nessa chave, a geopolítica não se resume a um conjunto de fatores materiais, mas configura-se como um modo de "escrever o espaço global", de representar o mundo e organizar relações de poder por meio da linguagem e da textualidade do direito. Essa abordagem permite analisar a imunidade de jurisdição não como uma doutrina jurídica estática, mas como um campo discursivo em que se travam disputas por autoridade e legitimidade. Assim, cada fotografia selecionada — 1943, 1999 e 2016 — revela não apenas uma configuração normativa, mas um gesto de enquadramento do Brasil diante da ordem internacional, um ato de fala geopolítico com implicações que transcendem o plano estritamente jurídico.

A aproximação entre geopolítica e direito internacional, contudo, não ocorre sem tensões. Como adverte Alexander Orakhelashvili, ambos os campos se debruçam sobre o exercício do poder estatal no espaço, mas o fazem a partir de gramáticas divergentes.[235] Enquanto o direito internacional busca conformar condutas mediante normas consensuais, a geopolítica as interpreta como expressões de posicionamentos estratégicos. O paradoxo, como aponta Roman Kwiecień, reside no fato de que o direito internacional, embora concebido para limitar a racionalidade estratégica, permanece fundamentalmente dependente da vontade dos Estados, podendo converter-se ele mesmo em instrumento de legitimação de ambições geopolíticas.[236] Essa instrumentalização é visível na formação de ordens regionais, nos termos de Orford, nas quais o direito serve para consolidar zonas de influência e regimes de autoridade assimétricos.[237] A imunidade de jurisdição, nesse cenário, opera como uma tecnologia de poder que, ao definir quem pode julgar, produz e hierarquiza o espaço internacional. Portanto, analisar a Tese 944 sob essa ótica significa reconhecer que a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao

---

[234] Cf. Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. London: Routledge, 1996.; DALBY, Simon; Ó TUATHAIL, Gearóid (Orgs.). *Rethinking geopolitics*. London: Routledge, 1998; Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Orgs.). *The geopolitics reader*. London: Routledge, 1998.

[235] ORAKHELASHVILI, Alexander. International Law and Geopolitics: one object, conflicting legitimacies? *Netherlands Yearbook of International Law*, 39, p 155-204, 2008. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0167676808001554. Acesso em 04 jun. 2025.

[236] KWIECIEŃ, Roman. Geopolitics and international law. Tradução de Ewa Pałka. In: KLOCZKOWSKI, Jacek (ed.). *Geopolitics*. Kraków: Ignatianum University Press, 2021. p. 113–130. Disponível em: https://ruj.uj.edu.pl/entities/publication/b44ff1b3-d988-4209-a319-69b52f673183. Acesso em: 04 jun. 2025.

[237] ORFORD, Anne. Regional orders, geopolitics, and the future of international law. *Current Legal Problems*, London, v. 74, n. 1, p. 149–194, 2021. Disponível em: https://academic.oup.com/clp/article/74/1/149/6386394. Acesso em: 4 jun. 2025

redefinir os contornos da imunidade, executa um gesto de reposicionamento geopolítico cujos sentidos e consequências são o objeto central desta investigação.

Essa dimensão crítica da geopolítica encontra correspondência direta na análise estrutural do direito internacional desenvolvida por Martti Koskenniemi. Em *From Apology to Utopia*, o jurista finlandês demonstra que o discurso jurídico internacional oscila permanentemente entre dois polos igualmente problemáticos: a apologia — que justifica as preferências políticas dos Estados sob linguagem técnico-jurídica — e a utopia — que propõe ideais normativos abstratos sem ancoragem na prática estatal.[238] Essa oscilação estrutural produz uma indeterminação constitutiva que torna o direito internacional vulnerável à instrumentalização geopolítica, na medida em que permite que qualquer posição política seja legitimada mediante argumentação jurídica profissionalmente impecável. No contexto da imunidade de jurisdição, essa indeterminação se manifesta na capacidade dos tribunais nacionais de invocar princípios aparentemente universais — como direitos humanos ou jus cogens — para justificar decisões que, em última análise, refletem preferências geopolíticas específicas.[239] A Tese 944 exemplifica precisamente esse fenômeno: ao fundamentar-se na violação genérica de direitos humanos, o STF mobiliza uma categoria juridicamente indeterminada que lhe permite romper com a tradição cautelosa brasileira e reposicionar o país no tabuleiro geopolítico da imunidade, sem necessidade de explicitar os critérios políticos que informam tal ruptura. Assim, a indeterminação koskenniemiana não constitui defeito técnico do direito internacional, mas sua própria condição de possibilidade enquanto linguagem de legitimação geopolítica.

Diante dessa articulação teórico-metodológica, este capítulo tem por objetivo central oferecer o contexto histórico e normativo indispensável para compreender a singularidade geopolítica da Tese 944 do Supremo Tribunal Federal. Por meio da análise das três fotografias temporais — 1943, 1999 e 2016 —, busco evidenciar como o Brasil, em cada momento, mobilizou diferentes estratégias discursivas e posicionamentos institucionais diante da imunidade de jurisdição, revelando padrões de continuidade, ruptura e reconfiguração que culminaram na excepcionalidade da decisão de 2022. Cada seção funcionará como uma análise contextual aprofundada, na qual se examinará não apenas a configuração jurídico-normativa vigente, mas também as condições geopolíticas que tornaram possíveis determinadas interpretações e escolhas. O capítulo, assim, não se propõe a oferecer uma narrativa evolutiva,

---

[238] KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia: the structure of international legal argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
[239] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Londres: Hart Publishing, 2011.

mas a mapear os deslocamentos discursivos e as tensões estruturais que permitiram ao Brasil transitar de uma postura tradicionalmente cautelosa para uma posição juridicamente isolada no cenário internacional. Ao final, o leitor disporá dos elementos contextuais necessários para avaliar criticamente os fundamentos, as implicações e os riscos da inovação jurisprudencial brasileira, objeto de análise detalhada nos capítulos subsequentes desta tese.

## 2.1 [1943] Tempos de solidez: soberania, imunidade absoluta e ecos interpretativos

O ano de 1943, marco temporal do desaparecimento da embarcação pesqueira Changri-lá, oferece o ponto de partida para a análise contextual que se segue. Este subcapítulo propõe uma "fotografia" daquele momento histórico, buscando capturar a configuração jurídica e geopolítica da imunidade estatal em um período atravessado pela Segunda Guerra Mundial. A imagem que emerge revela uma aparente solidez: a doutrina da imunidade absoluta, sustentada pela primazia da soberania e pela lógica da guerra, operava como regra geral nas relações entre os Estados. Um olhar mais atento demonstra, entretanto, que essa solidez já abrigava fissuras. Sob a superfície da prática dominante, tensões subjacentes, manifestadas em práticas judiciais e doutrinárias minoritárias, anunciavam os debates que ganhariam força nas décadas seguintes. O objetivo desta seção consiste em analisar esse quadro complexo, examinando tanto a lógica que sustentava a regra quanto os ecos interpretativos que já a desafiavam. Nesse contexto mais amplo, examina-se também como o Brasil, por meio de suas instituições jurídicas e diplomáticas, posicionava-se diante das tensões e das certezas então prevalecentes no regime internacional da imunidade estatal.

### *2.1.1 O absoluto aparente (pré-1952)*

O cenário internacional do ano analisado encontrava-se profundamente marcado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conflito que não apenas redesenhou fronteiras e alianças, mas também reforçou concepções tradicionais de soberania e autoridade estatal. Nesse contexto, a doutrina da imunidade absoluta consolidava-se como expressão jurídica da igualdade soberana, impedindo que um Estado fosse submetido à jurisdição de outro sem seu consentimento. Conforme apontado pela doutrina e corroborado pela prática da época, a imunidade era compreendida como uma exceção à jurisdição territorial do Estado do foro —

não por ausência de competência, mas por abstenção fundada em princípios de cortesia, reciprocidade e não subordinação entre soberanos. Essa concepção abrangia tanto a jurisdição adjudicatória quanto a execução de decisões, blindando o Estado estrangeiro de qualquer interferência externa, independentemente da natureza do ato praticado. Com efeito, não se distinguia entre atos de império e de gestão: todo e qualquer ato estatal, por estar revestido de autoridade soberana, beneficiava-se da imunidade. A robustez dessa doutrina, todavia, não eliminava por completo as inquietações doutrinárias e jurisprudenciais que, discretamente, começavam a questionar a extensão dessa prerrogativa, prenunciando as mudanças que ganhariam corpo nas décadas seguintes.

Para compreender a solidez da doutrina da imunidade absoluta prevalecente no ano de 1943, torna-se imprescindível examinar suas raízes genealógicas e fundamentos teóricos. A imunidade de jurisdição não surgiu como instituto autônomo do direito internacional, mas como resultado de uma transposição conceitual, cujas origens remontam organização política das monarquias absolutistas.[240] A prerrogativa decorreu historicamente da projeção dos privilégios pessoais do soberano-rei para o plano das relações interestatais, [241] transposição moldada por adaptações pragmáticas ao poder político, não por lógica dedutiva universal. [242] A personificação do Estado no monarca permitiu que as prerrogativas individuais do governante fossem estendidas à entidade estatal, [243] tornando indistinguível, por longo período, a figura do soberano e a estrutura do Estado que ele encarnava.[244] Assim, a imunidade de jurisdição estatal

[240] FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro: novos desafios em relação às violações de direitos humanos.* 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 33, p. 346.

[241] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 109-110.

[242] RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva**.** *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional.* 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 346.

[243] ARROYO, Diego Fernández. *Derecho internacional privado de los estados del Mercosur:* Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay. Buenos Aires: Zavalia, 2003. p. 143; ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 13-15.

[244] Ilustra essa indistinção o fato de que, na decisão seminal do caso da Escuna *Exchange*, de 1812, o juiz Marshall referir-se em inúmeras passagens à imunidade do soberano Napoleão Bonaparte, não especificamente à imunidade do Estado francês, demonstrando que a distinção entre pessoa do governante e entidade estatal ainda não se apresentava de forma clara na aplicação jurisprudencial do instituto. Cf. FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro: novos desafios em relação às violações de direitos humanos.* 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 35.

carrega consigo as marcas de sua genealogia monárquica, o que explica tanto sua solidez inicial quanto as contradições que viriam a emergir posteriormente.

O legado monárquico que fundamentou a imunidade absoluta encontra expressão paradigmática na máxima inglesa *The King can do no wrong*.[245] Segundo essa doutrina, o monarca, enquanto fonte da lei e encarnação da soberania, não poderia ser submetido aos tribunais que dele derivavam sua própria autoridade.[246] Tratava-se de uma impossibilidade logica: julgar o rei significaria admitir a existência de uma instância superior àquela de onde emanava o próprio direito. Essa concepção, enraizada na tradição jurídica britânica, consolidou-se como fundamento da irresponsabilidade estatal no plano internacional, projetando para as relações entre Estados soberanos a mesma lógica que operava internamente.[247] Quando transposta para o direito internacional, a máxima converteu-se, posteriormente, no princípio *par in parem non habet imperium*, segundo o qual um soberano não exerce jurisdição sobre outro soberano de igual hierarquia.[248] Essa transposição, longe de ser neutra, institucionalizou no plano externo uma concepção de soberania que, embora tenha servido à consolidação dos Estados nacionais modernos, carregava em si as raízes de sua própria contestação diante das transformações econômicas e políticas que marcariam os séculos seguintes.

A ampla aceitação da máxima *par in parem non habet imperium* como fundamento axiomático da imunidade jurisdicional, conquanto aparentemente sólida, revela-se mais problemática quando submetida a escrutínio histórico rigoroso.[249] A origem canônica do adágio, rastreável até uma decisão do Papa Inocêncio III em 1199, não se relacionava diretamente com

---

[245] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 13; SOUSA, Mônica Tereza Costa. Imunidade de jurisdição de estado estrangeiro: aspectos doutrinários e a jurisprudência brasileira. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos,* Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 140–154, 2000. p. 144 Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15442. Acesso em: 15 set. 2025.

[246] Na concepção absolutista sistematizada por Jean Bodin em *Seis Livros da República*, a soberania configurava-se como o sumo poder do rei sobre seus súditos, prerrogativa a ser exercida de forma livre dos limites estabelecidos pelas leis. Cf. FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro*: novos desafios em relação às violações de direitos humanos. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p.13-14.

[247] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 126-127. Nesse sentido, ver também: GARCIA, Márcio. Imunidade do Estado: Quem disse que o Rei não Erra? In: GARCIA, Márcio; MADRU-GA FILHO, Antenor Pereira (coord.). *A Imunidade de Jurisdição e o Judiciário Brasileiro*. Brasília: CEDI, 2002. p. 53; 83-104.

[248] ÖZDAN, Selman. The human rights challenge to immunity in international law. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. ISBN 978-3-030-92922-0. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-030-92923-7. p. 82-83.

[249] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. State Immunity in International Law. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74. p. 52-53.

a imunidade estatal ou mesmo com o direito internacional.[250] No contexto original,[251] o princípio referia-se ao relacionamento entre governantes sucessivos em dimensão vertical, estipulando que um Papa não poderia impor limitações aos direitos de seus sucessores, pois a autoridade do antecessor não seria superior àqueles que o seguiriam (*cum non habeat imperium par in parem*).[252] A transposição para o plano horizontal das relações contemporâneas entre príncipes deve-se a Dante Alighieri (1265-1321), que em *De Monarchia* (c. 1309-1313) aplicou explicitamente a máxima — formulada como *par in parem non habet imperium* — para argumentar que, sendo dois príncipes iguais e não podendo um julgar o outro, seria necessário um terceiro poder hierarquicamente superior, o Monarca ou Imperador, dotado de jurisdição mais ampla para resolver disputas.[253] Significativamente, essa visão alinhava-se com o que hoje seria compreendido como relação interna ou hierárquica dentro de um Estado, e não a coordenação entre Estados soberanos independentes.

A análise da genealogia jurisprudencial expõe o caráter de racionalização *post factum* da máxima *par in parem*.[254] O silêncio eloquente da jurisprudência fundacional constitui evidência decisiva. A Suprema Corte dos Estados Unidos, que originou a doutrina moderna da imunidade no caso da Escuna *Exchange* (1812), jamais se referiu ao princípio *par in parem* como base da imunidade, nem naquela decisão nem em qualquer julgamento subsequente durante o século XIX. A doutrina da imunidade estatal absoluta consolidou-se e enraizou-se sem qualquer

---

[250] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 127. ÖZDAN, Selman. The human rights challenge to immunity in international law. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. ISBN 978-3-030-92922-0. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-030-92923-7. p. 81.

[251] No que tange a outras Influências Medievais: O adágio também é associado a pensadores medievais como Bártolo de Saxoferrato em seu *Tractatus Represaliarum* (1354). Em um caso antigo inglês, a máxima foi inclusive invocada no contexto de direito penal doméstico em tempos feudais, significando que "Um juiz de paz não pode prender outro juiz de paz, por quebra da paz". YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. p. 698, nota 87.

[252] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 19-20.

[253] A utilização do *par in parem* por Dante insere-se em argumentação mais ampla sobre a necessidade do Império universal, contexto que demonstra sua inadequação original para fundamentar a coordenação horizontal entre Estados soberanos independentes. Nesse sentido, ver YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. State Immunity in International Law. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74.; SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 19.

[254] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 127.

referência à expressão latina. Somente após o final da década de 1920, quando a imunidade absoluta já constituía regra estabelecida, a máxima ganhou popularidade entre tribunais e acadêmicos internacionais. [255] Nas cortes americanas, a primeira menção ao *par in parem* ocorreu apenas em 1981, no caso *Texas Trading* — cerca de 170 anos após a *Exchange* — momento em que a doutrina já se encontrava consolidada e, paradoxalmente, em processo de erosão pela teoria restritiva. Essa cronologia revela que o fundamento da imunidade não residia originalmente na máxima latina, a qual funcionou, antes, como síntese *a posteriori* destinada a conferir aparência mais venerável à noção de igualdade soberana. A inconsistência terminológica adiciona complexidade ao problema. Os tribunais empregam variantes como *par in parem non habet imperium*, *par in parem non habet jurisdictionem*, *par in parem non habet judicium*, ou simplesmente *par in parem*, sem consenso sobre a formulação exata. [256] Tal diversidade demonstra que o aforismo constitui, mais adequadamente, racionalização retrospectiva da posição adotada pelos tribunais do que princípio orientador original da doutrina.

A genealogia histórica da imunidade não deve obscurecer seu fundamento teórico mais sólido: a soberania, cuja influência determinante revela-se na própria denominação "imunidade soberana". A emergência da doutrina da imunidade jurisdicional encontra suas raízes estruturais no ordenamento internacional estabelecido pelos Tratados de Osnabrück e Münster, que formalizaram a Paz de Westfália (1648).[257] Esses acordos costumam ser apresentados pela historiografia tradicional do direito internacional como marco fundacional de um sistema de Estados soberanos, independentes e formalmente iguais, substituindo estruturas hierárquicas centradas na autoridade imperial e papal. Essa narrativa, contudo, tende a obscurecer o caráter profundamente europeu dessa ordem, cuja pretensão de universalidade coincidia, na prática, com a projeção do particular europeu como medida do internacional. Operação que, longe de reconhecer formas alternativas de organização política existentes fora do continente, as tornava

[255] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. State Immunity in International Law. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74. p. 53

[256] A versão mais extensa, Jurisdictio inhaeret, cohaeret, adhaeret imperio; par in parem non habet judicium (literalmente: "a jurisdição inere, coere e adere ao poder soberano; um igual não tem competência judicial sobre outro igual"), sugere que os termos *jurisdictio*, *imperium* e *judicium* são intercambiáveis, o que reforça a imprecisão conceitual da máxima.

[257] Sobre a influência do sistema westifaliano na doutrina da imunidade, ver: FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro: novos desafios em relação às violações de direitos humanos.* 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 09-10; ÖZDAN, Selman. The human rights challenge to immunity in international law. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. ISBN 978-3-030-92922-0. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-030-92923-7. p. 82-83. p. 22; ALLEN, Stephen; COSTELLOE, Daniel; FITZMAURICE, Malgosia; GRAGL, Paul; GUNTRIP, Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780198786146.p. 43-44.

juridicamente invisíveis ou subordinadas. A chamada igualdade soberana westfaliana operou, assim, como ficção jurídica que organizava relações horizontais entre Estados europeus cristãos, ao mesmo tempo em que legitimava práticas coloniais e expansionistas que negavam essa mesma soberania aos povos não-europeus. O sistema estadocêntrico consolidado em 1648 articulava, portanto, um discurso de coordenação entre iguais que convivia com arranjos geopolíticos contingentes, refletindo também correlações de força específicas do contexto pós-Guerra dos Trinta Anos.

A consolidação teórica dessa arquitetura encontrou sua formulação mais influente na obra de Emer de Vattel, cujo *Le Droit des gens* (1758) articulou sistematicamente a concepção de soberania externa aplicável às relações entre Estados. Vattel desenvolveu a noção de soberania externa como independência internacional, estabelecendo que "qualquer privilégio que qualquer um deles derive da liberdade e soberania, os outros igualmente derivam o mesmo da mesma fonte" e que "é uma consequência evidente da liberdade e independência das nações, que todas têm direito de ser governadas como pensam adequado, e que nenhum Estado tem o menor direito de interferir no governo de outro".[258] Essa formulação vatteliana converteu a soberania de atributo interno da autoridade estatal em princípio organizador das relações internacionais, criando as bases conceituais para que a imunidade operasse como corolário necessário de uma necessidade prática de delimitar esferas de autoridade territorial entre Estados que compartilhavam códigos normativos comuns. A imunidade funcionava, assim, como relaxamento consciente da jurisdição territorial, mas apenas quando o Estado estrangeiro fosse reconhecido como membro legítimo dessa comunidade restrita de soberanos que haviam interiorizado os princípios vattilianos de não-interferência e independência mútua.

Essa limitação recíproca afirmava-se como princípio jurídico de alcance universal e, ao mesmo tempo, encontrava sustentação em interesses políticos convergentes, qual seja assegurar que nenhum Estado da comunidade internacional pudesse ser processado ou submetido à autoridade adjudicatória de outro sem seu consentimento, preservando um equilíbrio geopolítico fundado na coordenação — e não na subordinação — entre potências de força aproximadamente equivalente. A multiplicidade de governos territoriais demandou, portanto, a delimitação precisa do poder que cada um podia exercer sobre o outro, gerando tecnologias jurídicas de demarcação de fronteiras jurisdicionais que, embora formuladas em linguagem

[258] ALLEN, Stephen; COSTELLOE, Daniel; FITZMAURICE, Malgosia; GRAGL, Paul; GUNTRIP, Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780198786146. p. 43-45.

universalista, operavam em um sistema interestatal cujas regras também refletiam as preferências e os interesses das potências dominantes. O legado combinado de Westfália e Vattel produziu, assim, uma arquitetura conceitual na qual a imunidade passou a funcionar como tecnologia de demarcação de fronteiras jurisdicionais, assegurando que as funções estatais pudessem ser exercidas sem interferência externa, em um arranjo normativo que, conquanto dotado de pretensão universal, permanecia historicamente condicionado pelas correlações de força entre as potências que estruturavam o sistema internacional.

A consolidação dessa arquitetura westfaliano-vatteliana criou as condições estruturais nas quais a imunidade jurisdicional emergiu como corolário necessário da soberania externa e da independência estatal.[259] O instituto funcionava como mecanismo operacional do princípio vatteliano de não-interferência, exigindo que os tribunais do foro se abstivessem de sujeitar os atos públicos de outros Estados à sua apreciação jurisdicional. A submissão de um Estado às leis de outro perante tribunais estrangeiros violaria diretamente o aspecto externo da soberania, a independência, comprometendo a capacidade funcional do Estado de exercer legislação, administração, defesa nacional e condução de relações diplomáticas sem perturbações externas. [260] A imunidade configurava-se, assim, como direito do Estado estrangeiro e correspondente dever de abstenção da autoridade judicial do foro. Essa proteção dos atos públicos estatais (*ratione materiae*) não derivava de cortesia internacional, [261] mas de necessidade estrutural de preservar a funcionalidade do sistema interestatal baseado na coordenação entre entidades politicamente independentes.

Essa configuração gerava, paradoxalmente, uma tensão estrutural fundamental entre dois princípios aparentemente irreconciliáveis. [262] De um lado, a jurisdição territorial do Estado do foro, representada pelo monopólio do poder, constituía manifestação primária da soberania estatal, sendo em tese exclusiva e absoluta dentro de seus limites territoriais. De outro lado, a igualdade soberana exigia que nenhum Estado pudesse exercer autoridade sobre outro de igual posição hierárquica, criando limitações internacionais ao exercício pleno dessa jurisdição

---

[259] FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro*: novos desafios em relação às violações de direitos humanos. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 14-17.

[260] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 133-134.

[261] RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva**.** *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional.* 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 61.

[262] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 1-10.

territorial. A imunidade emergia, portanto, como exceção internacional ao princípio da jurisdição territorial exclusiva, uma limitação imposta externamente ao exercício daquela prerrogativa que seria, de outro modo, completa.[263] Tratava-se de doutrina de contenção judicial que pressupunha a existência da jurisdição,[264] mas impedia seu exercício quando o demandado fosse Estado soberano estrangeiro. O Estado do foro, como detentor do monopólio jurisdicional sobre seu território, definia discricionariamente se concederia essa isenção ao Estado estrangeiro, revelando que a imunidade operava menos como obrigação jurídica internacional e mais como renúncia política contingente do exercício da competência adjudicatória normalmente aplicável.[265]

A transformação da imunidade de construção teórica westfaliano-vatteliana em doutrina jurisprudencial consolidada ocorreu mediante decisão paradigmática da Suprema Corte dos Estados Unidos em *The Schooner Exchange v. McFaddon* (1812), que se estabeleceu como *locus classicus* do instituto.[266] O litígio originou-se quando a escuna Exchange, propriedade dos cidadãos americanos John McFaddon e William Greetham, partiu de Baltimore em outubro de 1809 com destino à Espanha, sendo posteriormente apreendida em dezembro de 1810 por ordem de Napoleão Bonaparte e convertida em navio de guerra francês sob denominação *Balou*.[267] Quando a embarcação, operando sob comando militar francês, foi forçada a aportar na Filadélfia em julho de 1811 devido a avarias, os proprietários originais peticionaram aos tribunais federais reivindicando restituição de sua propriedade.[268] O caso chegou à Suprema Corte após reversão da decisão de primeira instância, com o Procurador-Geral argumentando que exercer jurisdição equivaleria a "declaração judicial de guerra" contra potência europeia.[269] O contexto geopolítico revelava-se determinante. Os Estados Unidos, em

---

[263] CAPLAN, Lee. *State Immunity, Human Rights, and Jus Cogens*: A Critique of the Normative Hierarchy Theory. The American Journal of International Law, Washington DC, v. 97, n. 4, p. 741-781, out. 2003. p. 735.
[264] FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro*: novos desafios em relação às violações de direitos humanos. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 123.
[265] DINAMARCO, Cândido R. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1. p. 338.
[266] U.S. Supreme Court, *The Schooner Exchange v. Mcfaddon*, 11 U.S. 7 Cranch 116, 1812; BANKAS, Ernest K. *The State Immunity Controversy in International Law* (Berlin: Springer, 2010), 1–12.7;
[267] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 56-61.
[268] ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. 529 p. ISBN 9781783472178. DOI: 10.4337/9781783472185. p. 327-330**;**
[269] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. State Immunity in International Law. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74. p. 64.

posição estratégica vulnerável, confrontavam-se com necessidade de preservar relações diplomáticas com França napoleônica.

O *Chief Justice* Marshall reconheceu explicitamente estar explorando um percurso desconhecido diante da ausência de precedentes ou legislação escrita, necessitando apoiar-se em princípios gerais e analogias. A decisão de 3 de março de 1812 estabeleceu que navios de guerra públicos de soberanos estrangeiros em paz com os Estados Unidos, entrando em portos americanos sob termos geralmente permitidos, estavam implicitamente isentos da jurisdição territorial. O fundamento central residia na constatação de que a embarcação constituía "parte da força militar de sua nação", operando "sob comando imediato e direto do soberano" para "objetivos nacionais", de modo que interferência jurisdicional local "não poderia ocorrer sem afetar seu poder e sua dignidade".[270] Marshall articulou raciocínio funcional segundo o qual a jurisdição territorial, embora "necessariamente exclusiva e absoluta" e suscetível apenas a "limitações impostas pela própria nação", admitia exceções derivadas de consentimento tácito fundado no princípio de "perfeita igualdade e absoluta independência dos soberanos". Essa renúncia parcial da jurisdição territorial operava mediante mecanismo de "promessa implícita" ou "licença implícita": soberanos estrangeiros entravam em território alheio "na confiança de que as imunidades pertencentes à sua estação soberana independente [...] seriam reservadas por implicação", sendo que negar tais imunidades degradaria a dignidade da nação estrangeira e obstruiria funções estatais essenciais. [271]

A decisão, contudo, revelava ambiguidade estrutural com consequências profundas para desenvolvimentos posteriores. Marshall tratava especificamente de navio de guerra, ativo quintessencialmente soberano, mas formulou princípios gerais sobre igualdade soberana sem delimitar claramente se pretendia estender imunidade para além de atividades militares.[272] Marshall sugeriu, adicionalmente, possível limitação ao observar que príncipe adquirindo propriedade privada em país estrangeiro "pode possivelmente ser considerado como sujeitando essa propriedade à jurisdição territorial; pode ser considerado como depositando o príncipe e assumindo o caráter de indivíduo privado".[273] Esse *obiter dictum* continha as sementes da

---

[270] UNITED STATES. Supreme Court. *The Schooner Exchange v. McFaddon*, 11 U.S. (7 Cranch) 116, 1812. Relator: Chief Justice John Marshall. p. 137-146.
[271] Idem.
[272] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 7-8.
[273] "*A prince, by acquiring private property in a foreign country, may possibly be considered as subjecting that property to the territorial jurisdiction; he may be considered as so far laying down the prince, and assuming the character of a private individual",* cf. UNITED STATES. Supreme Court. *The Schooner Exchange v. McFaddon*, 11 U.S. (7 Cranch) 116, 1812. Relator: Chief Justice John Marshall. p. 137-146. p.146.

posterior doutrina restritiva distinguindo *acta jure imperii* de *acta jure gestionis*, mas permaneceu largamente inoperante durante o século subsequente. A interpretação dominante extraiu da decisão Marshall fundamento para doutrina absoluta da imunidade estatal, estendendo proteção jurisdicional a todos os atos estatais independentemente de sua natureza pública ou privada, comercial ou política. Essa extrapolação do caso específico (navio de guerra) para regra geral (imunidade irrestrita) constituiu gesto interpretativo com profundas implicações geopolíticas, cristalizando concepção de imunidade que perduraria até transições do século XX.

O legado decisivo de *The Schooner Exchange* reside menos no que Marshall efetivamente decidiu e mais no que tribunais subsequentes escolheram extrair de sua decisão. Se a jurisprudência subsequente tivesse limitado o precedente ao seu contexto fático específico, a doutrina absoluta poderia não ter se consolidado como paradigma dominante por mais de século. No que concerne à diferenciação em relação aos atos privados, a prática judicial e doutrinária subsequente também pareceu ignorar sistematicamente essa perspectiva, revelando que não havia disponibilidade política para restringir imunidade naquele momento histórico. A leitura expansiva do precedente e a negligência da linha restritiva nele contida demonstram que a consolidação da imunidade absoluta se apoiou em uma dentre várias leituras juridicamente possíveis do caso, cuja prevalência foi reforçada por sua convergência com os interesses geopolíticos das potências que estruturavam o sistema internacional. A lógica de reciprocidade subjacente a essas escolhas revelava-se determinante.[274] Estados concediam imunidade ampla a soberanos estrangeiros não apenas por dever jurídico abstrato, mas também por cálculo estratégico segundo o qual contenção jurisdicional mútua protegia suas próprias forças militares, oficiais e atividades estatais de escrutínio judicial externo. Essa estrutura de incentivos geopolíticos, na qual cada Estado era simultaneamente beneficiário e concedente de imunidade, assegurava que a interpretação expansiva do precedente servisse aos arranjos de poder entre Estados centrais, perpetuando regime cujo questionamento doutrinário e jurisprudencial só ganharia tração quando transformações estruturais — em especial a ampliação das atividades estatais de natureza comercial e as tensões políticas com regimes socialistas durante a Guerra Fria — tornassem a imunidade absoluta ao mesmo tempo juridicamente insustentável e geopoliticamente inconveniente para as potências centrais.

[274] AMINEDDOLEH, Leila A. K., Treasures, and Looting: The Evolution of Sovereign Immunity and the Foreign Sovereign Immunities Act. *The Columbia Journal of Law & the Arts*, v. 46, n. 4, p. 419–455, 2023. p. 420.

A consolidação prática da doutrina da imunidade absoluta, nos Estados Unidos, encontrou sua expressão mais paradigmática em *Berizzi Brothers Co. v. The S.S. Pesaro* (1926), decisão que rejeitou categoricamente qualquer distinção quanto aos atos estatais. [275] O litígio originou-se de uma ação *in rem* para execução de reparação por danos à carga contra navio mercante de propriedade e operação do governo italiano. Nessa ocasião, tanto a Corte Distrital (em sua decisão anterior de 1921 em *The "Pesaro"*) quanto o Departamento de Estado haviam apoiado a distinção restritiva, sinalizando emergência incipiente de posição mais flexível na administração americana. A Suprema Corte, todavia, reverteu essa orientação, estabelecendo que os princípios formulados em *The Schooner Exchange v. McFaddon* (1812) aplicavam-se igualmente a todos os navios detidos e utilizados por um governo para propósito público. A decisão do *Justice* Van Devanter articulou raciocínio funcional segundo o qual governo que adquire, equipa e opera navios no comércio marítimo com o propósito de promover o comércio de seu povo ou fornecer receita para seu tesouro executa atividade pública equiparável à manutenção de forças navais, pois "a manutenção do bem-estar econômico de um povo em tempo de paz constitui objetivo tão público quanto a manutenção e treinamento de uma força naval".[276] Essa equiparação categórica entre funções militares e econômicas eliminou qualquer possibilidade de diferenciação baseada na natureza da atividade estatal.[277]

A decisão em *Pesaro* representa, conforme reconhecido pela doutrina subsequente, uma corporificação da doutrina absoluta mais típica que a própria *Exchange*,[278] precisamente por eliminar as ambiguidades interpretativas que Marshall havia preservado em seu precedente fundacional. Enquanto *Exchange* tratava especificamente de navio de guerra, *Pesaro* estendeu deliberadamente essa proteção a atividades comerciais ordinárias. A decisão criou blindagem jurisprudencial ampla que, embora inicialmente voltada a proteger aliados europeus, geraria consequência geopolítica imprevista: protegeria igualmente a União Soviética quando esta emergiu como potência comercial. Ironicamente, quando a União Soviética emergiu como potência comercial global nas décadas de 1930 e 1940, essa mesma proteção beneficiaria um regime que se tornaria adversário geopolítico central dos Estados Unidos na Guerra Fria. Essa ironia histórica explica os motivos pelos quais os próprios Estados Unidos se tornaram

[275] UNITED STATES. Supreme Court. Berizzi Brothers Co. v. The S.S. Pesaro, 271 U.S. 562, 1926, p. 562-565.
[276] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 87.
[277] ORAKHELASHVILI, Alexander (Ed*.). Research handbook on jurisdiction and immunities in international law*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 199.
[278] Cf. FOX, Hazel; WEBB, Philippa. *The law of state immunity*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013.

pioneiros do abandono da doutrina absoluta através da *Tate Letter* de 1952, reorientando deliberadamente sua política jurídica para permitir que tribunais americanos processassem Estados socialistas em suas atividades comerciais, demonstrando como a imunidade estatal opera menos como princípio jurídico neutro e mais como instrumento de política externa sujeito a recalibrações estratégicas conforme as necessidades geopolíticas se transformam.

A aplicação da doutrina da imunidade absoluta nos Estados Unidos, até meados do século XX, não se limitava à jurisprudência dos tribunais. Operava, sobretudo, por meio de um mecanismo político que concentrava poder decisório preponderante no Departamento de Estado, convertendo a imunidade estatal em instrumento explícito de política externa.[279] Quando Estado estrangeiro era demandado judicialmente, este poderia solicitar ao Departamento de Estado uma declaração (*suggestion*) de imunidade. O Departamento então comunicava sua decisão ao tribunal, que se vinculava obrigatoriamente a essa manifestação executiva, independentemente dos fundamentos jurídicos da demanda. Essa prática institucionalizada consolidou-se como "princípio orientador" da Suprema Corte estadunidense, segundo o qual não caberia aos tribunais negar imunidade que o governo houvesse concedido, nem a conceder em bases não reconhecidas pelo Executivo. A imunidade configurava-se, assim, como "questão de graça e cortesia" exercida discricionariamente pelo governo federal.[280]

O caso *Ex Parte Republic of Peru* (1943)[281] cristalizou juridicamente essa arquitetura institucional, estabelecendo que, quando o Secretário de Estado optasse por resolver disputa por meio de canais diplomáticos em vez de processo judicial, o interesse superior do Estado exigia o reconhecimento dessa escolha executiva e o consequente encerramento do processo.[282] A Corte fundamentou essa deferência absoluta ao Executivo argumentando que o "interesse nacional será melhor servido" se danos envolvendo relações com potência estrangeira amiga fossem corrigidos através de "negociações diplomáticas, ao invés de compulsões de processos judiciais".[283] Essa formulação explicitava a natureza geopolítica da imunidade. O

---

[279] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 15. Nesse sentido, ver também: BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 50

[280] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74. p. 48-50.

[281] UNITED STATES. Supreme Court. *Ex parte Republic of Peru*, 318 U.S. 578 (1943). Washington, D.C., 5 abr. 1943. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/318/578. Acesso em: 1 out. 2025.

[282] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 57-58.

[283] UNITED STATES. Supreme Court. *Ex parte Republic of Peru*, 318 U.S. 578 (1943). Washington, D.C., 5 abr. 1943. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/318/578. p. 589. Acesso em: 1 out. 2025.

Executivo exercia efetivo veto político sobre litígios envolvendo Estados estrangeiros, concedendo ou negando proteção imunitária não segundo critérios jurídicos objetivos derivados do direito internacional, mas conforme considerações estratégicas de política externa.[284] Embora mediada pela linguagem técnica do direito, suas determinações derivavam, em última análise, de considerações de interesse nacional definidas discricionariamente pelo poder executivo, que traduzia preferências políticas contingentes em decisões formalmente jurídicas através do mecanismo das *suggestions* vinculantes aos tribunais.[285]

Diferentes arquiteturas institucionais do *common law* produziram, por vias distintas, idêntico resultado: a proteção irrestrita de atividades estatais contra escrutínio judicial estrangeiro. No Reino Unido, essa consolidação da imunidade absoluta materializou-se através da força vinculante de precedentes judiciais (*stare decisis*).[286] O precedente fundacional britânico estabeleceu-se em *The Parlement Belge* (1880),[287] caso envolvendo navio postal belga de propriedade estatal que transportava passageiros e cargas comerciais. A Corte de Apelação, revertendo decisão inicial que negara imunidade, estabeleceu que "cada Estado declina de exercer, por meio de qualquer de suas Cortes, qualquer jurisdição territorial sobre [...] a propriedade pública de qualquer Estado destinada a seu uso público",[288] formulação na

---

[284] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 50-51.

[285] Nesse sentido, Belsky, Merva e Roht-Arrianza afirmaram que "jurisdiction was frequently founded, or denied, on the basis of nonlegal factors. For example, foreign states often requested that the State Department make a recommendation of immunity to the court, and courts almost always followed the State Department's immunity determination. However, this determination frequently was affected by a state's ability to bring diplomatic pressure to bear on the State Department, and not the specific circumstances of the case or the cause of action. In other cases, foreign states would seek immunity decisions directly from the court, in which case the courts generally decided the issue without reference to the foreign policy concerns of the State Department. This dichotomy, combined with a lack of clear standards governing a state's entitlement to immunity under the restrictive theory, led to inconsistent results. Further, even if a party was able to get a judgment, its ability to execute that judgment was extremely limited because the United States still adhered to a doctrine of absolute immunity from execution. In an attempt to bring order to the U.S. law on foreign sovereign immunity, Congress enacted the FSIA in 1976. One of its principle objectives was to transfer determinations of sovereign immunity from the State Department to the courts, freeing the executive branch from case-by-case diplomatic pressures and relieving due process concerns about the State Department's ability to bind the courts. The FSIA also sought to codify the restrictive theory of immunity in order to clarify the governing legal standards and to establish uniform procedures for litigation against foreign states in U.S. courts". BELSKY, Adam; MERVA, Mark; ROHT-ARRIANZA, Naomi. Implied Waiver under the FSIA: A Proposed Exception to Immunity for Violations of Peremptory Norms of International Law. *California Law Review*, v. 77, 1989. p. 03-04.

[286] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 59-61.

[287] UK. House of Lords. *The Parlement Belge*. Law Reports, Appeal Cases, v.5, p. 197-218, 1880.

[288] Nesse sentido: "The principle [of immunity] is that . . . each and every [State] declines to exercise by means of its Courts any of its territorial jurisdiction over the person of any sovereign or ambassador of any other state, or over the public property of any state which is destined to public use, or over the property of any ambassador, though such sovereign, ambassador, or property be within its territory, and, therefore, but for the common agreement, subject to its jurisdiction". UNITED KINGDOM. House of Lords. *The Parlement Belge*. Law Reports, Appeal Cases, v. 5, p. 197-218, 1880. p. 214-215.

qual Lord Brett subordinou explicitamente funções comerciais (transporte de passageiros e mercadorias) ao propósito nacional de transportar correspondência. Essa interpretação extensiva presumia que qualquer atividade estatal, independentemente de sua natureza comercial manifesta, configuraria "uso público" merecedor de proteção imunitária, racionalização que equiparava todas as manifestações estatais a exercício de soberania.[289]

Quatro décadas depois, em *The Porto Alexandre* (1920),[290] a Corte de Apelação aplicou rigorosamente esse precedente ao conceder imunidade a navio português empregado exclusivamente para transporte comercial de carga. A decisão consolidou definitivamente a doutrina da imunidade absoluta britânica. A manutenção dessa postura rígida no período entreguerras decorria de razões estratégicas específicas do Império Britânico.[291] A proteção irrestrita de navios estatais alinhava-se com interesses da própria marinha mercante britânica, que operava extensivamente através de entidades governamentais e requeria reciprocidade imunitária em portos estrangeiros.[292] Adicionalmente, a doutrina absoluta protegia atividades comerciais das colônias e domínios britânicos, cujas empresas estatais participavam crescentemente do comércio imperial. O sistema britânico alcançava, por conseguinte, por meio da força vinculante de precedentes judiciais, resultado prático convergente com o que o sistema americano obtinha mediante intervenção política do Departamento de Estado: ambos garantiam que Estados — particularmente aliados e parceiros comerciais — permanecessem imunes de responsabilização judicial por suas atividades econômicas internacionais. Tal convergência de resultados não deve, contudo, ser lida como indiferença institucional. Ao contrário, adquire relevância analítica justamente por emergir de lógicas operacionais distintas. No caso americano, decorria de ato discricionário do executivo, orientado diretamente por considerações de política externa. No caso britânico, resultava de raciocínio judicial vinculado por precedentes, cuja margem de manobra geopolítica permanecia mediada pelas restrições próprias do método jurisprudencial, notadamente o ônus de justificação doutrinária, a coerência com o *stare decisis* e a hierarquia recursal. A produção de resultados materialmente equivalentes a partir de arranjos institucionais tão diversos sugere, portanto, não a irrelevância

---

[289] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 8.
[290] UNITED KINGDOM. Court of Appeal. *The Porto Alexandre*. Lloyd's List Law Reports, v. 1, p. 140, 1920.
[291] Nesse sentido, Hall aponta que "[the] fact that maintenance of control over the men and ships of his mercantile marine is an object to a foreign sovereign of deeper importance than the assertion of jurisdiction on every occasion can be to the territorial authority'". HALL, William Edward. A treatise on the foreign powers and jurisdiction of the British Crown. Oxford: Clarendon Press, 1894. p. 6.
[292] JAMSHIDI, Maryam. The political economy of foreign sovereign immunity. *Hastings Law Journal*, v. 73, n. 3, p. 585-666, 2022. p. 602-603.

das formas institucionais, mas a robustez com que as condições materiais e geopolíticas do comércio imperial anglo-saxão canalizavam, por vias distintas, uma mesma orientação favorável à imunidade absoluta.

A consolidação da imunidade absoluta não constituiu fenômeno exclusivo das jurisdições de *common law*, manifestando-se igualmente nos sistemas de *civil law* da Europa continental, onde cortes aplicaram doutrina que equiparava sistematicamente atividades comerciais estatais a atos soberanos. O precedente inicial estabeleceu-se na França com *Gouvernement espagnol c. Casaux* (1849),[293] disputa envolvendo compra de botas pelo governo espanhol para o exército. A Corte de Cassação concedeu imunidade fundamentando que litígios decorrentes de tais ocasiões possuem objetivo e finalidade "sempre políticos" (*seulement un objectif et un fin toujours politique*), classificando transação comercial como ato de autoridade pública (*acte de puissance publique*) porque seu propósito último relacionava-se a defesa nacional. Essa racionalização baseada no "propósito" em vez da "natureza" do ato consolidou-se na jurisprudência francesa subsequente. Em *Hanukiew v. Ministre de l'Afghanistan* (1933), [294] houve a declinação da jurisdição sobre compra de armamentos para uso público; já em *Laurans c. Gouvernement du Maroc* (1934),[295] declarou-se a incompetência para adjudicar disputa sobre empréstimo público marroquino de 1904. A manutenção francesa da imunidade absoluta durante o século XIX servia também a interesses geopolíticos específicos. Como potência colonial com extensas possessões ultramarinas e crescente envolvimento em infraestrutura ferroviária e empréstimos públicos internacionais,[296] a França beneficiava-se de reciprocidade imunitária que protegia suas próprias atividades econômicas externas de escrutínio judicial estrangeiro.

Embora através de trajetórias jurisdicionais distintas, a Alemanha e a Áustria consolidaram igualmente a doutrina absoluta no período sob análise. A primeira aderiu à imunidade irrestrita até 1945, concedendo proteção inclusive para reivindicações de direito privado, [297] posição refletida em casos como *L'Affaire du Département des chemins de fer* (1905),[298] *Polish Loan Bank Case* (1921)[299] e *The Ice King* (1921).[300] Essa postura continha

[293] FRANCE. Cour de cassation. *Gouvernement espagnol c. Casaux*. Sirey, 1849, I, p. 81. 1849.
[294] FRANCE. Cour de cassation. *Hanukiew c. Ministre de l'Afghanistan (Paris),* 23 jan. 1933. ADPILC, 1933–1934, case no. 66.
[295] FRANCE. Cour de cassation. *Laurans c. Gouvernement du Maroc*. Sirey, 1934, I, p. 171. 1934.
[296] Nesse sentido, ver: HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*: 1875-1914. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 588p.
[297] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32
[298] FRANCE. Conseil d'État. *L'Affaire du Département des chemins de fer*. Sirey, 1905, I, p. 166. 1905.
[299] GERMANY. Reichsgericht. *Polish Loan Bank Case*. ADPILC, 1921, p. 116. 1921.
[300] GERMANY. Reichsgericht. *The Ice King*. ADPILC, 1921–1922, p. 150–152, 1921.

objetivos específicos do Reich. Após a unificação alemã (1871), o Estado alemão envolveu-se crescentemente em atividades ferroviárias estatais, navegação comercial através de linhas marítimas subsidiadas e financiamento de infraestrutura em áreas de influência, requerendo blindagem contra litígios que poderiam comprometer expansão econômica germânica.[301] A Áustria, por sua vez, demonstrou prática volátil. Após aplicar imunidade absoluta no século XIX, os tribunais austríacos adotaram postura restritiva entre 1907 e 1926, mas reverteram definitivamente à doutrina absoluta em 1926, mantendo essa posição até 1950, [302] conforme *Foreign States Immunities Case* (1928) [303] e *German Immunities Case* (1935) [304]. Essa reversão austríaca em 1926 coincidiu com período de fragilidade geopolítica pós-Primeira Guerra Mundial. Reduzida a Estado diminuto após desintegração do Império Austro-Húngaro, a Áustria enfrentava disputas sobre ativos imperiais, dívidas sucessórias e propriedades estatais dispersas pelos novos Estados sucessores.[305] A adoção da imunidade absoluta fornecia ferramenta defensiva contra litígios potencialmente devastadores sobre partilha de patrimônio imperial e responsabilidades financeiras herdadas.

A prática da imunidade absoluta estendia-se sistematicamente pela Europa Ocidental, Mediterrânea e Oriental, a saber: (A) Espanha manteve doutrina absoluta até 1986, reconhecendo retrospectivamente em 1980 que "a doutrina da imunidade absoluta de jurisdição deve ser considerada como tendo atingido seu estágio final";[306] (B) Polônia aplicou igualmente imunidade absoluta, conforme *Czechoslovak Republic Case* (1926), *Trade v. Maurycy* (1928) e *German Immunities Case* (1937) — postura que servia interesses de Estado recém-reconstituído (1918) com disputas pendentes sobre fronteiras, propriedades e ativos estatais dispersos entre Alemanha, Áustria e Rússia; [307] (C) Países Baixos, embora reconhecendo formalmente distinção entre atos soberanos e não-soberanos desde 1923, permaneceram

[301] Nesse sentido, ver: HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 588p.
[302] Nesse sentido, ver: YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p 13-15; UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf.
[303] AUSTRIA. Oberste Gerichtshof. *Foreign States Immunities Case*. ADPILC, 1928, p. 178–179, 1928.
[304] GERMANY. Reichsgericht. *German Immunities Case*. ADPIL, 1935, p. 155–157, 1935.
[305] YANG, Xiaodong. The genesis of the UN Convention. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 441–458. p. 443; YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. State immunity in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. p. 688, nota 25.
[306] YANG, Xiaodong. Measures of constraint. In: YANG, Xiaodong. State immunity in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 343–422. p. 360.
[307] YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. State immunity in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. p. 470-471, nota 33.

"relutantes em considerar quaisquer atividades executadas por Governos como algo diverso de exercício de funções governamentais", classificando serviços públicos de reboque, empréstimos estatais e operação de navios como *acta jure imperii* até 1947.[308] Essa relutância holandesa refletia interesses comerciais e coloniais.[309] Como potência marítima e colonial com extensa marinha mercante estatal e empresas coloniais (Índias Orientais Holandesas), os Países Baixos requeriam reciprocidade imunitária que protegesse suas próprias atividades econômicas internacionais; e, por fim, (D) mesmo a Suécia demonstrou "decidida relutância em decidir contra a imunidade de Estados" através de *In re Bolin* (1934) e *The Rigmor* (1942).[310] Essa convergência europeia revela que a imunidade absoluta constituía uma escolha geopolítica dominante e estrutural do sistema internacional vigente entre 1812 e 1945.[311]

A aplicação da doutrina da imunidade absoluta no mundo colonial revela dinâmicas geopolíticas distintas das observadas nas metrópoles europeias. No Egito, em 1943, os tribunais mistos concederam proteção estatal em *Dame Safia Guebali v. Colonel Mei*,[312] disputa envolvendo oficial militar cuja conduta foi classificada como exercício de autoridade soberana (*acta jure imperii*).[313] Embora o Egito destacasse-se como jurisdição pioneira — seus tribunais mistos seguiam a prática ítalo-belga que distinguia atos soberanos de atos ordinários,[314] tratando questões de imunidade como matéria de *ordre public* —, a decisão de 1943 evidencia

---

[308] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. p. 38, nota 118.

[309] ALLEN, Stephen; COSTELLOE, Daniel; FITZMAURICE, Malgosia; GRAGL, Paul; GUNTRIP, Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780198786146. p. 78-79; UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Nota 27.

[310] YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. State immunity in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. Nota 33, p. 470-471.

[311] [Esse tópico será desenvolvido nas sessões subsequentes] Ainda assim, cumpre notar que, embora diversos países tradicionalmente vinculados à doutrina absoluta tenham ratificado a Convenção de Bruxelas de 1926, por meio da qual renunciaram expressamente à imunidade de jurisdição no que se refere a navios mercantes de propriedade estatal — como é o caso de Brasil, Chile, Estônia, Alemanha, Hungria, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal e Suécia —, a adoção formal desse marco normativo não implicou, de imediato, uma aceitação efetiva da doutrina da imunidade restritiva, frente à persistente resistência de vários Estados em aplicá-la concretamente. TATE, Jack B. Changed policy concerning the granting of sovereign immunity to foreign governments. The Department of State Bulletin, Washington, D.C., v. 26, n. 678, p. 984–985, 1952.

[312] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Nota 151.

[313] ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. 529 p. ISBN 9781783472178. DOI: 10.4337/9781783472185. p. 357.

[314] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Nota 113.

que mesmo sistemas juridicamente inclinados à restrição preservavam proteção robusta quando funções governamentais centrais eram contestadas. Após os processos de descolonização nas décadas de 1950-1970, diversos Estados africanos recusaram ativamente adotar a teoria restritiva: a Tanzânia, o Uganda, o Sudão e a Líbia mantiveram ou reverteram à proteção irrestrita.[315] Essa resistência pós-colonial obedecia a cálculo estratégico preciso. Estados recém-independentes enfrentavam contenciosos sobre ativos coloniais nacionalizados, dívidas soberanas contraídas por administrações coloniais sem consentimento popular, contratos de infraestrutura herdados e disputas sobre recursos naturais expropriados de empresas metropolitanas,[316] cenário no qual a imunidade absoluta operava como barreira jurisdicional defensiva contra credores ocidentais e antigas metrópoles que utilizariam suas próprias cortes para impor execuções contra o patrimônio vulnerável de ex-colônias.

A África do Sul e a Índia replicaram essa lógica sob o legado comum do colonialismo britânico. A África do Sul, como domínio britânico até 1961, herdou integralmente o sistema jurídico inglês.[317] Casos como *The India* (1921), *Ex parte Sulman* (1942) e *Kavouklis v. Bulgaris* (1943) refletiram essa continuidade jurisprudencial,[318] concedendo imunidade irrestrita em consonância com *Parlement Belge* e *Porto Alexandre*. Somente em 1981, duas décadas após a independência, a África do Sul promulgaria legislação própria sobre imunidades estatais estrangeiras, rompendo com a dependência jurídica metropolitana.[319] A Índia percorreu trajetória paralela.[320] Como principal colônia britânica até 1947, seus tribunais aplicaram automaticamente o *common law* inglês, concedendo proteção absoluta em *Indian v. Maux* (1955), *UAR v. Mirza* (1961) e *Royal v. Monorama* (1964).[321] A transição indiana para teoria restritiva ocorreria apenas em 1976, três décadas após a independência. Temporalidade que revela como ex-colônias mantiveram estruturas jurídicas metropolitanas por períodos prolongados após emancipação política, demonstrando persistência de dependência normativa

[315] BANKAS, Ernest K. *The state immunity controversy in international law*: private suits against sovereign states in domestic courts. Heidelberg: Springer, 2005. p. 202–203.
[316] Nesse sentido, ver: RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo: Boitempo, 2022.
[317] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 100-101.
[318] SOUTH AFRICA. Appellate Division. *Government of India v. Carrier (The India)*, 1921 AD 313; SOUTH AFRICA. Cape of Good Hope Provincial Division. *Ex parte Sulman*, 1942 CPD 407; SOUTH AFRICA. Natal Provincial Division. *Kavouklis v. Bulgaris*, 1943 NPD 190.
[319] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p 101.
[320] Sobre a prática indiana, ver: VIBHUTE, K. I. *International commercial arbitration and state immunity*. New Delhi: Butterworths India, 1999.
[321] YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705.

mesmo após ruptura formal de vínculos imperiais.[322] Tanto a África do Sul quanto a Índia beneficiavam-se dessa continuidade. Como Estados em desenvolvimento com crescente engajamento no comércio internacional, a reciprocidade imunitária herdada do sistema britânico blindava suas próprias atividades externas contra jurisdições ocidentais, nivelando parcialmente assimetrias de poder econômico no sistema internacional.

As Filipinas apresentam configuração colonial singular que diferencia sua prática imunitária das jurisdições anteriormente analisadas.[323] Colonizadas pela Espanha entre 1565 e 1898,[324] as ilhas foram cedidas aos Estados Unidos pelo Tratado de Paris de 1898 após a Guerra Hispano-Americana, iniciando colonização americana que perduraria até 1946. Essa dupla colonização ibérica-americana gerou sistema jurídico híbrido: embora herdassem tradições de *civil law* espanhol, as Filipinas foram substancialmente reconfiguradas pelo *common law* americano durante a primeira metade do século XX. O caso *Dizon v. Philippines-Ryukus Command* (1948) exemplifica aplicação filipina da doutrina absoluta no imediato pós-guerra, período em que o arquipélago transitava para independência formal mantendo estreita dependência estratégica e jurídica americana.[325] A Suprema Corte filipina adotaria teoria restritiva apenas nos anos 1990, cinco décadas após independência, sugerindo como sistemas jurídicos colonialmente implantados persistem mesmo após emancipação política, particularmente quando ex-colônia mantém subordinação geopolítica informal à ex-metrópole.

A Argentina e o Chile apresentam dinâmica completamente distinta das trajetórias coloniais afro-asiáticas.[326] Ambos os Estados sul-americanos conquistaram independência da Espanha no início do século XIX, em 1816 e 1818 respectivamente, processo que precedeu em mais de um século as descolonizações africana e asiática.[327] Essa anterioridade temporal significa que, ao longo de praticamente todo o período sob análise, a Argentina e o Chile não eram colônias, mas Estados soberanos consolidados que participavam ativamente do sistema internacional. A adoção argentina da doutrina absoluta — documentada em *Ibarra v.*

---

[322] ALLEN, Stephen; COSTELLOE, Daniel; FITZMAURICE, Malgosia; GRAGL, Paul; GUNTRIP, Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 75-76.

[323] Sobre a prática Filipina, ver: BAUTISTA, Antonio R. *Philippine civil procedure in transboundary disputes*. Asian Yearbook of International Law, v. 6, 1996.; FELICIANO, F. P. *The doctrine of sovereign immunity from suit in a developing and liberalizing economy*: Philippine experience and caselaw. Austrian Review of International and European Law, v. 3, 1998.

[324] Período durante o qual foram administradas como Capitania Geral das Filipinas dentro das Índias Orientais Espanholas, inicialmente sob o Vice-Reino da Nova Espanha (México)

[325] YANG, Xiaodong. Commercial activity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 75–131.

[326] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 99

[327] ALLEN, Stephen; COSTELLOE, Daniel; FITZMAURICE, Malgosia; GRAGL, Paul; GUNTRIP, Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 72.

*Captain* (1937) e *Peru v. SA Sociedad* (1958)[328] — e chilena — exemplificada em *Senerman v. Cuba* (1975) — obedecia, portanto, a racionalidades distintas das ex-colônias afro-asiáticas.[329] A Argentina e o Chile mantiveram imunidade absoluta até a década de 1990,[330] mas não como herança colonial imposta, e sim como escolha estratégica de Estados cuja inserção periférica na economia mundial — dependente de empréstimos soberanos europeus, exportações primárias e investimentos estrangeiros em infraestrutura ferroviária e portuária — tornava vantajosa a reciprocidade imunitária que blindava suas próprias atividades econômicas estatais contra execuções judiciais em jurisdições credoras europeias e norte-americanas.

A União Soviética e a China desenvolveram posições sobre imunidade estatal moldadas por contextos geopolíticos radicalmente distintos das trajetórias coloniais ou semiperiféricas.[331] A URSS, desde sua fundação em 1922, organizou economia centralmente planificada na qual o Estado detinha monopólio sobre comércio exterior e meios de produção.[332] Nesse contexto, a distinção ocidental entre atos soberanos (*jure imperii*) e atos comerciais (*jure gestionis*) tornava-se conceitualmente inaplicável. Todo comércio exterior soviético constituía, por definição, atividade estatal, impossibilitando separação entre função econômica e função soberana.[333] Durante o período sob análise (1922-1945), a URSS defendeu consistentemente imunidade irrestrita,[334] posição que seria formalmente codificada apenas em 1961 no Artigo 61 da Lei da URSS, mas cuja vigência prática remonta às décadas anteriores, quando Moscou recusava sistematicamente submeter-se a jurisdições estrangeiras em disputas comerciais. Essa postura servia objetivos estratégicos duplos: protegia o planejamento econômico central de

---

[328] ZUPPI, Alberto Luis. *La inmunidad jurisdiccional de los Estados extranjeros ante los tribunales argentinos conforme a la Ley 24.488*. El Derecho, n. 8939, 14 fev. 1996.

[329] MORENO, Isidoro Ruiz. *El derecho internacional público ante la Corte Suprema*. Buenos Aires: Instituto Argentino de Derecho Internacional; Imprenta de la Universidad, 1941.

[330] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 117.

[331] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 19; SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p.85

[332] FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro: novos desafios em relação às violações de direitos humanos.* 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 37-38.

[333] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 53-54.

[334] Para a União Soviética, a imunidade restrita era um "device invented by bourgeois states for the specific purpose of wrecking the mo nopoly over foreign trade of the U.S.S.R. and subjecting the Soviet economy to the economies of the capitalist states", cf SWEENEY, Joseph M.; OLIVER, Harris; LEECH, Noyes E. *Cases and materials on the international legal system*. 3. ed. Westbury, NY: The Foundation Press, 1988. p. 299.

interferências judiciais capitalistas e, simultaneamente, funcionava como afirmação de soberania absoluta em contexto de hostilidade ideológica ocidental.

A China percorreu trajetória análoga sob circunstâncias históricas próprias.[335] Entre 1912 e 1949, o país atravessou período de fragmentação política, guerras civis e ocupação japonesa parcial, contexto no qual questões de imunidade estatal permaneceram subdesenvolvidas na prática judicial chinesa.[336] O tratamento americano de reivindicações históricas contra a China, contudo, valida retroativamente a vigência da doutrina absoluta durante esse período: em *Jackson v. People's Republic of China* (1986),[337] tribunal americano determinou que o FSIA não se aplicava a títulos ao portador emitidos pelo Governo Imperial Chinês em 1911, pois legislação não se destinava a aplicação retroativa para transações anteriores à *Tate Letter* de 1952.[338] Ao estabelecer essa inaplicabilidade retroativa, cortes americanas implicitamente confirmaram que o costume internacional vigente entre 1812 e 1952 governava a suscetibilidade do Estado chinês a processos judiciais Após 1949, a República Popular da China adotaria formalmente posição de imunidade irrestrita análoga à soviética,[339] caracterizando teoria restritiva como instrumento jurídico-ideológico de Estados capitalistas destinado a subordinar economias socialistas planificadas a decisões judiciais ocidentais, transformando imunidade absoluta em componente da autonomia sistêmica em contexto de confronto Guerra Fria.

A análise das jurisdições de *common law* e *civil law* revela padrão estrutural fundamental. O direito da imunidade estatal desenvolveu-se "essencialmente a partir da prática judicial dos Estados sobre a matéria".[340] Essa característica diferencia o regime imunitário de

---

[335] UNITED NATIONS. *International Law Commission. Report of the Commission to the General Assembly on the work of its thirty-second session*. Yearbook of the International Law Commission, v. II, 1980, p. 147, § 25.
[336] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 21
[337] Perspectivas críticas desse caso encontram-se em: SGRO, Jill A. China's stance on sovereign immunity: a critical perspective on Jackson v. People's Republic of China. *Columbia Journal of Transnational Law*, v. 22, 1983; HSU, Richard Tien-Shi. The invalidity of the default judgment in Jackson v. People's Republic of China. *Virginia Journal of International Law*, v. 23, 1983; e WANG, Houli. Sovereign immunity: Chinese views and practices. Journal of Chinese Law, v. 1, 1987.
[338] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p.22
[339] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 82
[340] UNITED NATIONS. *International Law Commission. Preliminary report on jurisdictional immunities of States and their property*, by Sompong Sucharitkul, Special Rapporteur. UN Doc. A/CN.4/323, 1979. P. 231-232. Nesse sentido, ver: GRAGL, Paul. Jurisdictional immunities of the State in international law. In: ALLEN, Stephen; et al. (ed.). *The Oxford handbook of jurisdiction in international law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. Online ed. (4 out. 2019). p. 242.

outros campos do direito internacional, conferindo às decisões de tribunais nacionais relevância elevada como agentes *ipso facto* do desenvolvimento normativo internacional.[341] Tribunais domésticos funcionam simultaneamente como aplicadores e criadores de normas consuetudinárias.[342] Ao conceder ou negar imunidade, cortes nacionais não apenas implementam regras preexistentes, mas participam ativamente do processo de formação e modificação dessas regras através da prática estatal reiterada (*usus*) acompanhada de convicção jurídica (*opinio juris*).[343] O processo de "fertilização cruzada" (*cross-fertilization*) entre jurisprudências nacionais intensifica essa dinâmica.[344] Juízes frequentemente referem-se a decisões de tribunais estrangeiros, tratando-as não como meros fatos, mas como manifestações concretas do direito internacional. Essa interdependência jurisprudencial transnacional explica como práticas judiciais desenvolvidas a partir de trajetórias históricas, interesses geopolíticos e tradições jurídicas distintas convergiram para estabelecer regime costumeiro reconhecido como vinculante na ausência de codificação internacional sobre a matéria.[345]

Durante o período de 1812 a 1943, essa prática judicial doméstica consolidou a doutrina da imunidade absoluta como regra costumeira internacional. Embora originadas de contextos políticos e econômicos particulares, países com diferentes tradições jurídicas compartilhavam uma premissa comum: Estados estrangeiros gozavam de imunidade irrestrita perante tribunais domésticos, independentemente da natureza das atividades em questão. Esse consenso se expressou por meio de grupos de Estados que convergiram — cada qual por motivações próprias — na adoção da imunidade absoluta:

(a) *Proteção de interesses imperiais e coloniais*: potências como França, Reino Unido, Espanha e Países Baixos utilizaram a imunidade absoluta como instrumento para blindar marinhas mercantes estatais, proteger empresas

---

[341] GARBINI, Vanessa Gischkow. *O afastamento da imunidade jurisdicional de Estado em casos de violações de direitos humanos*: um estudo à luz da teoria do diálogo das fontes. 2019. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 47.

[342] A demanda por uma mudança no papel dos tribunais nacionais de aplicadores para criadores ou "desenvolvedores criativos" do Direito Internacional não escrito apoia-se no argumento de que suas decisões exercem uma função dual singular no sistema de fontes do Direito Internacional: figuram tanto como indícios das fontes previstas nas alíneas (b) e (c) do art. 38 do Estatuto da CIJ quanto como meios subsidiários para a determinação de regras jurídicas, nos termos da alínea (d) do mesmo dispositivo. STAUBACH, Peter. *The Rule of Unwritten International Law*: Customary Law, General Principles, and World Order. New York: Taylor & Francis, 2018. p. 90-91

[343] WHYTOCK, Christopher A. Foreign State Immunity and the right to court access. *Boston University Law Review*, v. 93, p. 2033-2093, 2013. p. 2042.

[344] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012 p. 202.

[345] GRAGL, Paul. Jurisdictional immunities of the State in international law. In: ALLEN, Stephen; et al. (ed.). *The Oxford handbook of jurisdiction in international law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. Online ed. (4 out. 2019). p. 229.

coloniais e garantir a segurança comercial e política de seus vastos impérios ultramarinos perante tribunais estrangeiros;

(b) *Salvaguarda da expansão econômica estatal*: países como Alemanha, Áustria, Polônia, Suécia e Estados Unidos empregaram diversas fórmulas institucionais (interpretação extensiva, força do *stare decisis*, deferência executiva) para proteger as crescentes atividades econômicas do Estado — ferrovias, bancos públicos, empresas nacionais e comércio exterior —, assegurando que disputas envolvendo políticas estratégicas ou infraestrutura tivessem tratamento soberano;

(c) *Defesa pós-colonial e proteção de soberanias vulneráveis*: Egito, África do Sul, Índia, as Filipinas e variados Estados africanos recém-independentes adotaram ou herdaram a imunidade absoluta como resposta estratégica ao risco de execuções judiciais e pressões econômicas impostas por credores ou antigas metrópoles, utilizando o instituto como barreira defensiva para garantir autonomia política e fiscal;

(d) *Proteção "periférica" no contexto sul-americano*: Argentina e Chile, desde a independência, sustentaram a imunidade absoluta não como herança colonial, mas como um mecanismo essencial de defesa diante de credores estrangeiros em mercados financeiros voláteis e para proteger ativos e empresas nacionais em relações econômicas assimétricas;

(e) *Afirmação de autonomia sistêmica em economias planificadas*: União Soviética e China, apoiadas na centralização do comércio exterior e nas prerrogativas de planejamento estatal, trataram a imunidade absoluta como componente de sua estratégia para evitar julgamentos e constrangimentos externos capazes de interferir em decisões de política econômica e segurança nacional.

A convergência dessas experiências nacionais produziu, na prática, um regime costumeiro uniforme no qual a imunidade absoluta foi assimilada como regra vinculante do direito internacional para o período analisado.

A natureza obrigatória dessa doutrina absoluta como costume internacional manifestava-se por meio de uma presunção jurídica universal: tribunais nacionais deveriam determinar, por iniciativa própria, se Estado estrangeiro gozava de proteção imunitária antes de prosseguir com análise substantiva. A negação de imunidade constituiria violação do direito internacional. Essa obrigação jurídica aplicava-se mesmo quando Estados demandados não invocassem explicitamente imunidade, pois a proteção decorria automaticamente de sua

condição soberana, não de reivindicação processual específica.[346] A doutrina absoluta operava, portanto, como regra costumeira com força vinculante global, cuja aplicação independia de reciprocidade bilateral ou tratados específicos entre Estados envolvidos. Mesmo sob esse regime, contudo, imunidade nunca foi verdadeiramente "absoluta" no sentido literal:[347] Estados podiam consentir em serem processados ao renunciar explicitamente à proteção, por exemplo, ou encontrar-se sujeitos a certas exceções limitadas — como disputas envolvendo atividades puramente privadas de soberanos em capacidade pessoal ou questões relacionadas a propriedades imóveis situadas no território do foro. Essas qualificações permaneceram marginais durante o período sob análise, mas indicavam tensões potenciais que emergiriam com maior intensidade após 1945, quando transformações no sistema internacional gerariam pressões estruturais sobre o regime costumeiro de imunidade absoluta estabelecido durante o século XIX e primeira metade do século XX.

O regime costumeiro de imunidade absoluta consolidado até 1943 operava fundamentalmente como regra de natureza processual.[348] A imunidade não constitui exclusão de responsabilidade material, mas sim uma barreira que impede o julgamento sobre o mérito antes mesmo de iniciado o processo (*ex limine litis*).[349] Ela se distingue da ausência de jurisdição. A imunidade pressupõe a existência de jurisdição, mas preclude seu exercício. Os tribunais nacionais deveriam determinar expeditamente, como questão preliminar, se o Estado estrangeiro possui direito à imunidade como matéria de direito internacional. Apenas após essa determinação poderiam examinar o mérito da causa. Se a imunidade fosse reconhecida, o processo judicial deveria ser encerrado imediatamente. A imunidade constituía uma isenção de julgamento e dos encargos inerentes ao litígio. Não se trata meramente de uma defesa contra responsabilidade substantiva. Essa natureza processual significa que a questão da legalidade ou ilegalidade de um ato estatal somente pode ser determinada através do exercício de jurisdição. Na presença de imunidade, essa determinação transfere-se para outras esferas de responsabilização internacional, preservando a possibilidade de recurso a mecanismos interestatais de solução de controvérsias.

---

[346] Cf. KARAGIANNAKIS, Magdalini. State Immunity and Fundamental Human Rights. *Leiden Journal of International Law*, Holanda, v. 11, p. 9-43, 1998.

[347] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012 p. 07; YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 07.

[348] MOLL, Leandro de Oliveira. *Imunidades internacionais*: tribunais nacionais ante a realidade das organizações internacionais. Brasília: FUNAG, 2010. p. 24.

[349] GRANT, Tom. Article 5. In: O'KEEFE, Roger; TAMS, Christian (Eds.). *The United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property:* a commentary. Oxford: Oxford, 2013. 465p. p. 101-103.

Durante a era da imunidade absoluta, os Estados gozavam de proteção irrestrita independentemente do caráter da relação jurídica envolvida. Essa proteção abrangia tanto a imunidade de jurisdição quanto a imunidade de execução de forma indistinguível.[350] A propriedade estatal não estava sujeita a medidas de execução judicial, mesmo quando utilizada para propósitos comerciais. O conceito de distinção entre atos soberanos e atos comerciais carecia de aplicabilidade prática em um contexto no qual as atividades estatais eram presumidamente soberanas. Os tribunais demonstravam cautela e circunspecção consideráveis em relação a medidas coercitivas contra propriedades estatais. Tratavam a execução como questão automaticamente coberta pela proteção jurisdicional geral.[351] A perda de imunidade na fase de conhecimento não conduzia à perda de imunidade executória. Requeria-se o consentimento explícito do Estado concernente para qualquer medida contra seus bens.

O contexto geopolítico de 1943 exemplifica o apogeu dessa doutrina. A Segunda Guerra Mundial impôs uma interpretação robusta de soberania externa. Reforçou a classificação inquestionável de atos militares como *acta jure imperii*. O caso *Changri-lá* ilustra esse cenário. O suposto torpedeamento ocorrido em julho de 1943, quando o Brasil participava oficialmente da guerra, foi inequivocamente caracterizado como ato bélico decorrente do exercício da soberania do Estado alemão. A Procuradoria-Geral da República brasileira defendeu a aplicação da imunidade absoluta baseando-se em um entendimento consolidado à época. Assuntos militares, relações exteriores e defesa nacional constituíam exercícios centrais de autoridade soberana (*jure imperii*). Essas áreas permaneciam tradicionalmente confinadas às esferas estatais clássicas, impermeáveis ao escrutínio judicial estrangeiro. O contexto de conflito armado global reforçava a presunção de que as atividades estatais em esferas tradicionais eram sinônimas de atividades soberanas.

Em 1943, a doutrina da imunidade absoluta permanecia sólida porque representava uma presunção indisputável. O Estado gozava de imunidade simplesmente em virtude de ser Estado. Tratava-se de proteção baseada na identidade do réu, não na natureza específica do ato praticado. Era suficiente para o réu demonstrar sua condição de Estado ou governo para receber imunidade. Esse critério puramente baseado no *status* habilitava os Estados a evitar procedimentos estrangeiros com base em sua identidade soberana. A força da regra residia na presunção universal de imunidade. O Estado estrangeiro era presumidamente imune até que o

[350] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 06-07.
[351] YANG, Xiaodong. Measures of constraint. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 343–422. p. 346-347; 420.

contrário fosse provado. O tribunal encontrava-se obrigado a aplicar a imunidade por iniciativa própria. Essa obrigação existia mesmo que o Estado réu não comparecesse ou não invocasse explicitamente a proteção. Demonstrava-se, por conseguinte, a posição processual privilegiada conferida pelo *status* estatal no direito internacional da época. Essa presunção absoluta combinava-se com a ausência de distinção operacional entre atos soberanos e não-soberanos na prática judicial da época. A regra de 1943 garantia a máxima proteção possível para o Estado. Consolidava-se um regime costumeiro internacional no qual a imunidade operava como escudo jurídico abrangente contra qualquer forma de responsabilização judicial externa, independentemente da natureza das atividades estatais contestadas.

A análise da *solidez aparente* da soberania e da imunidade absoluta em 1943 revela, por conseguinte, um regime costumeiro internacional consolidado através da convergência de práticas judiciais domésticas que, embora originadas de contextos geopolíticos distintos, produziram proteção irrestrita dos atos estatais contra escrutínio judicial estrangeiro. O caso *Changri-lá*, situado no apogeu dessa doutrina durante a Segunda Guerra Mundial, exemplifica como atos militares eram inquestionavelmente classificados como *acta jure imperii* e protegidos pela presunção absoluta de imunidade baseada na identidade soberana do Estado, não na natureza específica de suas atividades. Mesmo essa aparente solidez já abrigava, contudo, tensões estruturais que se manifestavam em práticas judiciais e doutrinárias minoritárias, bem como em pressões sistêmicas decorrentes do crescente envolvimento estatal em atividades comerciais internacionais — dinâmicas que anunciam os debates que ganhariam força nas décadas seguintes. A próxima seção examina precisamente essas *fissuras na arquitetura: exceções incipientes e pressões sistêmicas* que, embora marginais no período analisado, já revelavam contradições internas da doutrina absoluta e prenunciavam sua eventual erosão no contexto pós-1945.

### *2.1.2 Tentativas de flexibilização e a persistência da ortodoxia absolutista (1880-1952)*

Se a seção anterior demonstrou a aparente solidez da imunidade absoluta em 1943, ancorada na convergência de práticas judiciais de distintas tradições jurídicas, cumpre agora examinar as fissuras que, embora minoritárias e geograficamente localizadas, já operavam na arquitetura desse regime. Em 1943, a distinção entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis* não constituía novidade absoluta: desde meados do século XIX, tribunais de alguns países europeus haviam desenvolvido jurisprudencialmente essa diferenciação, relativizando a imunidade para

atos de natureza comercial ou privada. Essa prática pioneira, contudo, permanecia marginal, confinada a um número restrito de jurisdições que, por razões geopolíticas específicas — necessidade de proteger credores nacionais, regular monopólios estatais estrangeiros ou consolidar posições como centros comerciais europeus —, encontravam vantagens estratégicas em flexibilizar o regime absolutista dominante. O presente item propõe-se a mapear essas exceções incipientes, identificando quais países adotaram a imunidade restrita antes da universalização dessa doutrina e, sobretudo, interrogando os interesses geopolíticos que tornaram essa flexibilização possível e conveniente em contextos específicos. Ao fazê-lo, revela-se que, já em 1943, coexistiam duas lógicas concorrentes — a hegemonia da doutrina absoluta e as práticas pioneiras da relativização —, configurando um mosaico fragmentado que prenunciava as transformações que ganhariam força no pós-guerra. Esta análise, portanto, não se limita a registrar casos históricos isolados, mas busca compreender como diferentes posicionamentos geopolíticos produziram estratégias jurídicas divergentes em relação à imunidade, estratégias nas quais a elaboração doutrinária e jurisprudencial sobre os limites da soberania convergia com cálculos de poder e interesses nacionais situados historicamente.

Os pioneiros dessa flexibilização concentraram-se geograficamente na Europa Ocidental, onde a confluência entre desenvolvimento econômico acelerado, crescente participação estatal em atividades comerciais e consolidação de sistemas jurídicos sofisticados criou as condições materiais e institucionais para o questionamento judicial da imunidade absoluta. Itália e Bélgica destacaram-se como os laboratórios jurisprudenciais dessa transformação, estabelecendo já na segunda metade do século XIX a distinção fundamental entre *acta jure imperii* (atos de império) e *acta jure gestionis* (atos de gestão). Essa distinção, embora variasse em seus critérios aplicativos — se baseada na natureza intrínseca do ato ou em sua finalidade última —, permitia aos tribunais desses países negar imunidade jurisdicional quando Estados estrangeiros operavam comercialmente em seus territórios, comportando-se como *persona civile* ou *personne privée* em vez de exercerem prerrogativas soberanas. A motivação geopolítica subjacente a essa inovação jurisprudencial era transparente: proteger credores, comerciantes e empresas nacionais que, ao estabelecerem relações contratuais com Estados estrangeiros atuando comercialmente, encontravam-se em posição de vulnerabilidade processual. Suíça, França, Áustria e Grécia, com distintos graus de consistência, seguiram caminhos semelhantes, configurando um eixo europeu restritivo que, embora minoritário no contexto global de 1943, representava importante contranarrativa à hegemonia absolutista.

A Itália destacou-se como o laboratório jurisprudencial onde a distinção entre atos de império e atos de gestão foi forjada e aperfeiçoada ao longo de mais de seis décadas.[352] O caso *Morellet v. Governo Danese* (1882),[353] julgado pela Corte di Cassazione de Turim, representou o marco inaugural dessa transformação doutrinária ao estabelecer, pela primeira vez em uma corte europeia, a distinção formal entre o Estado atuando como ente político e como pessoa jurídica equiparável a particulares. A Corte fundamentou sua decisão no reconhecimento de que o Estado, ao prover a administração da coisa pública e os interesses materiais dos cidadãos, "deve adquirir e possuir propriedade, deve contratar, deve demandar e ser demandado, e, em uma palavra, deve exercer direitos civis da mesma maneira que qualquer outra pessoa jurídica ou indivíduo privado".[354] Essa formulação pioneira, ainda que não tenha negado completamente a imunidade, estabeleceu os fundamentos conceituais para a posterior restrição do instituto: a imunidade restringia-se exclusivamente aos atos praticados pelo Estado em sua capacidade como ente político.

Quatro anos depois, o caso *Guttieres v. Elmilik* (1886)[355] consolidou definitivamente a dicotomia essencial da doutrina restritiva italiana ao estabelecer que a imunidade jurisdicional seria reconhecida apenas em relação aos atos de império, pertinentes ao exercício da autoridade soberana ou do poder político, sendo expressamente negada quanto aos atos de natureza privada, relacionados à capacidade do Estado como pessoa civil. A Corte de Cassação estabeleceu com clareza que quando o Estado, agindo como ente civil "desce à esfera dos contratos e transações"

---

[352] Nesse sentido, ver: BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 115-116; CASSESE, Antonio. *International Law.* New York: Oxford Press, 2005; YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 13; UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. nota 111.

[353] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. nota 111. Além disso: "*see Sovereign v. Soc An, Italy, (1954) 22 ILR 1, 5; La Mercantile v. Greece, Italy, (1955) 22 ILR 240, 241–242; Hungarian v. Onori, Italy, (1956) 23 ILR 203, 204–205; Baronci v. Ospedale, Italy, (1956) 24 ILR 215, 217; Greece v. Gamet, Italy, (1957) 24 ILR 209, 210–211; Novaco v. US, Italy, (1957) 24 ILR 219, 220; Greece v. Gamet, Italy, (1959) 28 ILR 153, 154–155; Hungarian v. Hungarian, Italy, (1960) 40 ILR 59, 62; The Ditta v. Germany, Italy, (1960) 40 ILR 64, 65; US v. IRSA, Italy, (1963) 65 ILR 262, 263; US v. Bracale, Italy, (1968) 65 ILR 273, 274; Campione v. Peti-Nitrogenmuvek, Italy, (1972) 65 ILR 287, 292; Mallaval v. French, Italy, (1974) 65 ILR 303, 305; Association v. Piccoli, Italy, (1974) 65 ILR 308, 309; Ministry v. Association, Italy, (1978) 65 ILR 320, 322; Libya v. SPA Records, Italy, (1983) 87 ILR 11, 13–14; Banco v. Credito, Italy, (1984) 87 ILR 15, 17; Panattoni v. Germany, Italy, (1987) 87 ILR 42, 45; Norwegian v. Quattri, Italy, (1991) 114 ILR 525, 528*." YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012 p. 07 p. 525 (nota 156).

[354] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74. p. 59-60.

[355] ITÁLIA. Corte de Cassação. *Guttieres v. Elmilik*, 1886. In: ADPILC, 1886.

para adquirir direitos e assumir obrigações como qualquer pessoa privada, sua independência torna-se irrelevante para fins de imunidade jurisdicional.[356] Essencialmente, os tribunais italianos afirmaram sua jurisdição em casos envolvendo obrigações decorrentes de contratos ou transações concluídos ou a serem executados em território italiano, enfatizando o princípio da territorialidade (*princeps in alterius territorio privatus*) como *rationale* central para a negação da imunidade. Quando um Estado estrangeiro realiza atividade econômica na Itália que poderia ser executada por pessoa privada, despoja-se de sua personalidade de direito público e não pode reivindicar imunidade da jurisdição italiana.

A jurisprudência italiana dos anos 1930 aprofundou e refinou a aplicação prática da distinção *jure imperii/jure gestionis*, estabelecendo uma casuística progressivamente mais elaborada sobre a classificação dos atos estatais.[357] Os tribunais italianos definiram que o caráter público ou privado do ato constituía o critério determinante para concessão ou negação da imunidade.[358] Entre os atos classificados como *ius gestionis*, para os quais a imunidade era sistematicamente recusada, incluíam-se: contratos de compra, venda e fornecimento de bens e serviços; arrendamentos; vendas de imóveis; empréstimos e operações financeiras; e transações bancárias, mesmo quando envolvendo entidades públicas estrangeiras.[359] Por exemplo, em um caso envolvendo débitos de transferências monetárias de um banco peruano, a atividade foi considerada de natureza privada, resultando na negação da imunidade. No entanto, a aplicação da teoria restritiva revelou-se particularmente complexa em relação aos contratos de trabalho. Embora inicialmente classificados como *ius gestionis*, a Corte de Cassação desenvolveu

---

[356] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 13-14.

[357] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 123.

[358] "In Italian jurisdiction, State immunity was allowed only in respect of atti d'impero and not atti di gestione. The public nature of the State act was the criterion by which it was determined whether or not im-munity should be accorded. Immunity was not recognized for private acts or acts of a private-law nature. See Department of the Army of the United States of America v. Gori Savellini (Rivista . . . (Milan), -vol. XXXIX (1956), pp. 91-92, and ILR, 1956 (London), vol. 23 (1960), p. 201). Cf. La Mercantile v. Regno di Grecia (1955) (see footnote 46 above). More recently, in Banco de la Nacion v. Credito Varesino (Corte di Cassazione, 19 October 1984) (Rivista di diritto internazion-ale privato e processuale, vol. XXI (1985), p. 635) concerning the debts arising from money transfers made by an Italian bank in favour of a Peruvian bank, the court held that even assuming that the bank is a public entity, immunity from the jurisdiction of Italian courts could not be invoked with respect to a dispute arising not from the exercise of sovereign powers but from activities of a private nature." UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 36.

[359] ITALIA. Corte di Cassazione. Cass., Sez. Unite, sentenza n. 7076, 25 nov. 1983; ITALIA. Corte d'Appello di Genova. Sentenza, 7 maggio 1994.; ITALIA. Corte di Cassazione. Sentenza n. 1001, 29 apr. 1961; ITALIA. Corte di Cassazione. Sentenza n. 6171, 15 lug. 1987; ITALIA. Corte di Cassazione. Sentenza n. 10294, 18 ott. 1993; ITALIA. Corte di Cassazione. Sentenza n. 2830, 5 dic. 1966; ITALIA. Corte di Cassazione, Sez. Un. Ordinanza n. 11225, 27 mag. 2005.

abordagem sofisticada para casos trabalhistas, frequentemente recorrendo ao teste teleológico em vez do teste da natureza para determinar a aplicação da imunidade.[360] Quando as funções do empregado eram consideradas intimamente conectadas com os objetivos institucionais ou propósitos públicos do Estado estrangeiro, a imunidade era frequentemente mantida, ainda que o contrato de trabalho fosse, em si, de natureza privatística. Essa jurisprudência demonstrava que, mesmo no país pioneiro da teoria restritiva, subsistiam tensões irresolvidas sobre os limites conceituais entre as duas categorias de atos estatais.[361]

Os interesses geopolíticos subjacentes ao pioneirismo italiano eram pragmáticos. A flexibilização constituía resposta direta à transformação fundamental nas formas e natureza da atividade estatal, particularmente o aumento fenomenal do comércio estatal e das atividades comerciais desenvolvidas pelos Estados.[362] A doutrina clássica da imunidade absoluta era percebida como tendo perdido sua razão de ser (*ratione cessante*) porque os Estados passavam a competir com seus próprios nacionais e com estrangeiros no mercado, tornando insustentável que gozassem simultaneamente de privilégios comerciais e imunidade judicial. A teoria restritiva italiana oferecia contraponto ao princípio da jurisdição territorial e proporcionava recurso judicial efetivo aos litigantes privados. A imunidade absoluta representava obstáculo ao comércio ao impedir que parceiros comerciais obtivessem crédito e possuíssem recurso legal contra Estados que operavam comercialmente; a nova regra determinava que "um soberano que escolhesse entrar nos mercados deveria estar vinculado a seus negócios e suas obrigações".[363] No contexto pós-unificação, a afirmação da jurisdição sobre atos estrangeiros realizados em território italiano era consistente com o conceito de soberania.[364]

A flexibilização pioneira dos tribunais italianos era, contudo, estruturalmente parcial e estrategicamente limitada. Enquanto a imunidade absoluta de jurisdição foi rejeitada desde o final do século XIX, a imunidade de execução persistiu e permaneceu substancialmente absoluta até 1992. O Decreto Real Executivo nº 1621 de 30 de agosto de 1925, posteriormente

---

[360] Nesse sentido, ver capítulo: YANG, Xiaodong. Contracts of employment. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 132–198.
[361] YANG, Xiaodong. Commercial activity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 100-101.
[362] Cf. BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 140; BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Tradução de Maria Manuela Farrajota et al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
[363] Cf. YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 20-22.
[364] RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva**.** *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional.* 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 279.

convertido na Lei nº 1263 de 15 de julho de 1926,[365] proibiu definitivamente a execução sobre propriedade de Estado estrangeiro na Itália, determinando que medidas executórias só poderiam ser efetivadas mediante autorização expressa do Ministro da Justiça.[366] O decreto foi promulgado durante período marcado pelo crescimento de regimes populistas e fascistas, visando garantir controle total pelo Estado italiano sobre as relações exteriores, permitindo que o poder de autorização fosse utilizado como instrumento político contra Estados estrangeiros. Essa dicotomia persistente entre jurisdição e execução revelava que a flexibilização italiana era calculada e controlada, destinada a permitir julgamentos favoráveis a credores italianos sem, contudo, criar precedentes que pudessem ser invocados contra o próprio Estado italiano ou gerar conflitos diplomáticos pela constrição efetiva de bens estrangeiros. A imunidade de execução só seria considerada inconstitucional em 1992, quando a Corte Constitucional italiana, no caso *Condor e Filvem v. Ministro da Justiça*, declarou que o requisito de autorização ministerial violava o princípio constitucional fundamental da proteção judicial.

O legado italiano demonstra que o pioneirismo na flexibilização da imunidade não derivava de princípios jurídicos abstratos ou considerações humanitárias, mas de necessidades comerciais concretas e do fortalecimento do poder judicial italiano vis-à-vis Estados estrangeiros que atuavam economicamente em seu território. A manutenção simultânea da imunidade absoluta de execução até 1992 evidencia que mesmo o país considerado berço da teoria restritiva operava dentro de lógica geopolítica de proteção seletiva de interesses nacionais, aceitando submeter Estados estrangeiros a julgamento, mas protegendo-os contra constrangimentos patrimoniais efetivos.

A Bélgica compartilha com a Itália a primazia cronológica no desenvolvimento jurisprudencial da teoria restritiva,[367] tendo iniciado sua trajetória flexibilizadora ainda mais precocemente, com casos datando de 1857.[368] A consolidação da prática belga caracteriza-se

---

[365] CONDORELLI, Luigi; SBOLCI, Lorenzo. Measures of execution against the property of foreign States: the law and practice in Italy. *Netherlands Yearbook of International Law*, v. 10, p. 197–231, 1979. p. 197.

[366] SILVA, Caroline Medeiros e**.** *A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros frente às violações de direitos humanos: uma análise à luz do direito internacional contemporâneo.* 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 19.

[367] Cf. CASSESE, Antonio. *International Law.* New York: Oxford Press, 2005; RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva**.** *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional.* 2019. 389 f. Tese — Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 305; VEDOVATO, Luís Renato. A imunidade de soberania e o direito do trabalho: uma adequação da questão às características do direito internacional público. *Revista do TRT da 15ª Região*, Campinas, n. 22, jun. 2003.

[368] "Belgian case law was settled as early as 1857 in a trilogy of cases involving the guano monopoly of Peru. These cases are: (a) Etal du Perou v. Kreglinger (1857) (see footnote 96 above); cf. E. W. Al-len, The Position of Foreign States before Belgian Courts (New York, Macmillan, 1929), p. 8; (b) the "Peruvian loans" case (1877) (Pasi-crisie beige, 1877 (Brussels), part 2, p. 307); this case was brought not against Peru, but against the Dreyfus

por notável consistência jurisprudencial ao longo de quase um século, distinguindo-a de outras jurisdições europeias — como França e Alemanha — onde o posicionamento permaneceu incerto por períodos significativamente mais longos.[369] A trilogia peruana, composta pelos casos *État du Pérou v. Kreglinger* (1857), o caso dos "empréstimos peruanos" (1877) e *Peruvian Guano Company v. Dreyfus et consorts et le Gouvernement du Pérou* (1880), estabeleceu as primeiras distinções entre atividades públicas e privadas do Estado.[370] Esses litígios, todos relacionados ao monopólio estatal peruano do guano — fertilizante de alto valor comercial no século XIX —, revelavam tensão prática fundamental. Estados estrangeiros operando comercialmente em território belga através de monopólios ou contratos mercantis, mas invocando imunidade absoluta quando demandados por credores belgas.[371] Os tribunais belgas, ao negarem imunidade para as atividades comerciais relacionadas ao guano, estabeleceram que quando o Estado se envolve em contratos comerciais, submete-se aos tribunais comerciais locais. Particularmente significativo foi o caso *Rau v. Duruty* (1879),[372] envolvendo ação por frete de guano, no qual a Corte assumiu jurisdição porque o Estado, ao celebrar contratos comerciais (venda de guano), sujeitava-se aos tribunais comerciais, enfatizando adicionalmente a conexão territorial: a carga e o réu encontravam-se em porto belga.

A jurisprudência belga consolidou-se definitivamente nos anos seguintes através de casos paradigmáticos que articularam os fundamentos da teoria restritiva.[373] No caso *Société*

---

Brothers company; (c) Peru-vian Guano Company v. Dreyfus et consorts et le Gouvernement du Perou (1880) (ibid., 1881 (Brussels), part 2, p. 313). In these three cases, a distinction was drawn between the public activities of the State of Peru and its private activities with respect to which the Court of Appeals of Brussels denied immunity. Thus, like Italian courts, Belgian courts have, since 1888, also adopted the distinction between acts of the State in its sovereign (public) and civil (private) capacities: in Societe pour la fabrication de cartouches v. Colonel Mutkuroff, Ministre de la guerre de la principaute de Bulgarie (1888) (ibid., 1889 (Brussels), part 3, p. 62), the Tribunal civil of Brussels held that, in concluding a contract for the purchase of bullets, Bulgaria had acted as a private person and subjected itself to all the consequences of the contract. Similarly, in Societe anonyme des chemins de fer liegeois-luxembourgeois v. Etat neerlandais (Ministere du Water-staat) (1903) (ibid., 1903 (Brussels), part 1, p. 294), a contract to en-large a railway station in Holland was made subject to Belgian jurisdiction. The distinction between acta jure imperii and acta jure gestionis has been applied by Belgian courts consistently since 1907." UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. p. 36.

[369] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 28-29

[370] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. p. 36

[371] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 12.

[372] BELGIQUE. Cour d'appel de Gand. Rau v. Duruty. 14 mar. 1879. *American Journal of International Law*, Supplement, v. 26, 1932, p. 612–613.

[373] SINCLAIR, Ian M. The law of sovereign immunity: recent developments. *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, v. 167, 1980, p. 128 e seg.

*pour la fabrication de cartouches v. Colonel Mutkuroff* (1888), o Tribunal Civil de Bruxelas determinou que a Bulgária, ao concluir contrato para compra de munições, atuara como pessoa privada, submetendo-se a todas as consequências civis do contrato, inclusive à competência judicial.[374] A decisão confirmava que os tribunais belgas haviam adotado definitivamente, desde 1888, a distinção entre o Estado em sua capacidade soberana e em sua capacidade civil. O marco definitivo da doutrina restritiva belga veio com o caso *Compagnie des chemins de fer Liégeois Limbourgeois* (1903), quando a Cour de Cassation, a mais alta corte belga, confirmou irrevogavelmente a teoria restritiva.[375] O litígio envolvia contrato com o governo dos Países Baixos para ampliação de estação ferroviária na Holanda, e a Corte estabeleceu que na gestão de serviços, o Estado "faz aquilo que pessoas privadas podem fazer"[376] e atua como pessoa civil ou privada. A Corte determinou, naquela oportunidade, que a competência jurisdicional derivava da natureza do ato,[377] rejeitando explicitamente tanto o consentimento do Estado estrangeiro quanto o exercício de autoridade pública como critérios determinantes. Esta fundamentação na natureza objetiva do ato, independentemente da vontade estatal, representava sofisticação doutrinária que antecipava debates teóricos de décadas depois.

A consolidação jurisprudencial belga estendeu-se progressivamente a novas categorias de atos estatais ao longo das primeiras décadas do século XX. Em 1907, a *Cour d'Appel* de Bruxelas ampliou significativamente o alcance do conceito de *acta jure gestionis* ao declarar-se competente para julgar ação relativa ao lançamento de títulos públicos de Estado estrangeiro, [378] determinando que « *attendu que l'indépendance réciproque des États souverains exige, il est vrai, que l'acte souverain d'un État ne puisse être jugé par un autre mais que cela revient à rechercher si l'acte », « dont les conséquences sont soumises aux tribunaux, émane de la souveraineté de l'État étranger ou relève du droit civil, - s'il a été accompli par le*

---

[374] Nesse sentido, ver: ALLEN, Eleanor Wyllys. *The position of foreign states before national courts*: chiefly in continental Europe. New York: The Macmillan Company, 1933. p. 193; SUCHARITKUL, Sompong. Immunities of foreign States before national authorities. *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, v. 149 (1976-I), 1976. p. 244-245;

[375] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 12.

[376] « Mais attendu que l'État ne doit pas se confiner dans son rôle politique; qu'en vue des besoins de la collectivité, il peut acquérir et posséder des biens, contracter, devenir créancier et débiteur; qu'il peut même faire le commerce, se réserver des monopoles ou la direction de services d'utilité générale; Que, dans la gestion de ce domaine ou de ces services, l'Etat ne met pas en oeuvre la puissance publique, mais fait ce que des particuliers peuvent faire et, partant, n'agit que comme personne civile ou privée ». BELGIQUE. Cour de cassation. Société anonyme Compagnie des chemins de fer liégeois limbourgeois v. État néerlandais. 11 jun. 1903. *Journal de droit international privé*, v. 31, 1904, p. 417–427.

[377] YANG, Xiaodong. Commercial activity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 85.

[378] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990. p. 62.

*souverain ou par une entité exerçant des droits privés »*. A distinção dos atos estatais passou a ser aplicada consistentemente pelos tribunais belgas desde então. A jurisprudência do país definia atos de gestão como aqueles relacionados à capacidade do Estado como pessoa civil, aplicando sistematicamente o critério do caráter público ou privado do ato estatal.[379]

A consistência da prática belga, contudo, manifestava-se primordialmente quanto à imunidade de jurisdição, não se estendendo inicialmente à imunidade de execução.[380] Seguindo padrão observado na Itália, a Bélgica concedia imunidade de execução quase absoluta até meados do século XX, mesmo em casos em que havia negado imunidade jurisdicional. A distinção jurisprudencial entre o direito de julgar e o direito de executar refletia cálculo estratégico. Permitir que credores belgas obtivessem sentenças favoráveis contra Estados estrangeiros (fortalecendo a posição da Bélgica como jurisdição confiável para comércio internacional), mas proteger bens estatais contra constrição efetiva (evitando conflitos diplomáticos agudos e preservando reciprocidade protetiva para bens belgas no exterior).[381] A mudança definitiva na imunidade de execução ocorreu apenas em 1951, no caso *Socobelge v. Estado Grego*, [382] quando o Tribunal Civil de Bruxelas autorizou a penhora de fundos (relacionados ao Plano Marshall) para satisfazer dívida por construção ferroviária, concluindo que a isenção de execução não estava mais disponível para atividades comerciais.[383] Esta decisão marcou o reconhecimento tardio de que a flexibilização, iniciada em 1857, quanto à jurisdição deveria logicamente estender-se à execução, sob pena de tornar as vitórias judiciais dos credores belgas simbolicamente vazias. O caso envolvendo fundos do Plano Marshall demonstrava que mesmo em contexto politicamente sensível, a lógica comercial da teoria restritiva prevaleceria sobre considerações diplomáticas tradicionais.[384]

---

[379] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 36.

[380] ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. 529 p. ISBN 9781783472178. DOI: 10.4337/9781783472185. p. 377.

[381] YANG, Xiaodong. Measures of constraint. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 343–422. p. 357.

[382] BÉLGICA. Tribunal Civil de Bruxelas. Socobelge v. Greek State. 30 abr. 1951. *International Law Reports*, v. 18, 1951, p. 3–6.

[383] Cumpre notar, entretanto, que essa decisão se distancia da prática belga usual, cf COLLIARD, C. A. Case note on Socobelge. *Revue critique de droit international privé*, v. 41, 1952, p. 124; UY, Erik. Immunity of States before Belgian Courts and Tribunals. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht*, v. 27, 1967, p. 660-692; VENNEMANN, Renaat. L'immunité d'exécution de l'État étranger. In: CENTRES de droit international. *L'immunité de juridiction et d'exécution des États*: à propos du projet de Convention du Conseil de l'Europe. Bruxelles, 1969. p. 117-129*;* VERHOEVEN, J. Jurisprudence belge relative au droit international. *Revue belge de droit international*, v. 9, n. 2, 1973, p. 633

[384] SILVA, Caroline Medeiros e**.** *A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros frente às violações de direitos humanos: uma análise à luz do direito internacional contemporâneo.* 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 269.

O legado belga demonstra que o pioneirismo na flexibilização da imunidade derivava de posicionamento geopolítico específico: país comercialmente ativo, mas militarmente pequeno, dependente de comércio internacional e necessitando de segurança jurídica para empresas nacionais operando em ambiente econômico crescentemente estatizado. A notável consistência jurisprudencial belga ao longo de quase um século — contrastando com oscilações observadas em outras jurisdições — sugere que a teoria restritiva, quando ancorada em interesses comerciais e em sistema judicial sofisticado, poderia desenvolver-se de forma incremental e estável, criando precedentes que gradualmente moldavam o direito internacional.

O pioneirismo italiano e belga na flexibilização da imunidade estatal não pode ser dissociado de seu posicionamento geopolítico específico no contexto da segunda metade do século XIX. [385] Como observa o historiador Eric Hobsbawm em *A Era dos Impérios*, Itália e Bélgica figuraram entre as potências que experimentaram significativo aumento territorial nesse período — ambas ampliando seus domínios coloniais em aproximadamente 2 milhões de km² —, embora em escala substancialmente inferior à Inglaterra (10 milhões de km²) e França (9 milhões de km²).[386] A Itália, unificada apenas em 1870, chegou "atrasada ao banquete imperial no final do século XIX, tendo que escolher entre o que restara após potências europeias grandes e menos grandes já terem devastado a África e a Ásia".[387] Como analisa Vincent Della Sala, a chegada tardia da Itália ao tabuleiro imperial significou que ela teve que conquistar terras estrangeiras já sob controle de impérios europeus. A Bélgica, independente desde 1830 e também de industrialização relativamente tardia, constituía Estado territorialmente pequeno sem tradição imperial prévia. Ambos os países, portanto, ocupavam posição subordinada na hierarquia imperial em relação às grandes potências consolidadas. Esse contexto de adesão tardia produzia necessidades estratégicas específicas que iluminam o pioneirismo jurisprudencial na flexibilização da imunidade. Países que chegaram após a consolidação dos

[385] Essa parte da análise foi feita com base nas seguintes referências: SECCO, Lincoln. Geohistória do Sul da Europa 1870-1900. 2010. Tese (Livre-docência em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; COSENZA, Apoena Canuto. A Sociedade Geográfica Italiana e seu papel no projeto colonialista para a África, entre 1870 e 1889: uma introdução à análise quantitativa. *Sankofa*: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 74-98, dez. 2013; HONORATO, Felipe Antonio; JÚNIOR, Paulo Cesar de A. P. Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica. *África(s)*, Salvador, v. 7, n. 13, p. 243-256, 2020; SILVA, Ana Beatriz de Oliveira Falcão. *Dominação colonial e o debate sobre "raça" nas relações internacionais*: caso do Estado "Livre" do Congo (1885-1908). 2021. 60 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

[386] HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios: 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[387] DELLA SALA, Vincent. *The empire that never was*: Italy's lingering imperialism? Valdai Club, 23 maio 2021. Disponível em: https://valdaiclub.com/a/highlights/the-empire-that-never-was-italy/?sphrase_id=1814620. Acesso em: 16 out. 2025.

impérios britânico, francês e português necessitavam de instrumentos jurídicos que permitissem proteger suas empresas e credores nacionais operando em ambiente comercial internacional já dominado por Estados mais poderosos. A teoria restritiva da imunidade oferecia exatamente isso: mecanismo para responsabilizar judicialmente Estados estrangeiros que operavam comercialmente em territórios italiano e belga, criando campo de disputa relativamente nivelado no plano jurídico que compensava parcialmente as assimetrias de poder no plano econômico e militar. Enquanto Grã-Bretanha e França, com impérios consolidados e ampla projeção global, podiam beneficiar-se da manutenção da imunidade absoluta, Itália e Bélgica, com posições imperiais mais frágeis e dependentes de comércio em territórios alheios, encontravam vantagem estratégica em flexibilizar seletivamente a imunidade para atos comerciais. A teoria restritiva, portanto, não representava apenas evolução doutrinária neutra, mas constituía ferramenta geopolítica desenvolvida por potências médias para navegar sistema internacional hierarquizado, protegendo interesses econômicos domésticos sem comprometer fundamentalmente o princípio soberanista que elas próprias invocavam em seus empreendimentos coloniais.

A Suíça adotou a teoria restritiva em 1918, distinguindo-se dos demais países europeus ao desenvolver critério adicional de conexão territorial (*Binnenbeziehung*). [388] O caso paradigmático *Dreyfus* (1918),[389] estabeleceu a distinção entre atos decorrentes do exercício do poder soberano, que gozavam de imunidade, e atos praticados pelo Estado como sujeito de direito privado, para os quais a imunidade era indisponível. [390] A ação envolvia notas promissórias emitidas pelo Ministério das Finanças da Áustria, que o Tribunal Federal permitiu fossem apreendidas de contas bancárias na Suíça, classificando a atividade de emissão das notas como *jure gestionis*. O Tribunal enfatizou, contudo, que a imunidade era negada não apenas porque o caso envolvia relação de direito privado, mas também porque o ato relevante havia ocorrido em território suíço. Em caso subsequente de 1930 (*República Grega v. Walder*), o Tribunal Federal rejeitou pedido de execução, enfatizando a necessidade desse nexo doméstico. Esse requisito de conexão suficiente com o território suíço tornava a flexibilização suíça significativamente mais restrita que aquela praticada na Itália e Bélgica.

---

[388] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 13; YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 69.

[389] SUÍÇA. Tribunal Federal. *Dreyfus case (Switzerland)*, BGE 44 I 49, p. 54, 1918.

[390] SILVA, Caroline Medeiros e**.** *A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros frente às violações de direitos humanos: uma análise à luz do direito internacional contemporâneo.* 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 283-284.

Os interesses geopolíticos subjacentes à peculiaridade suíça decorriam de considerações práticas relativas aos interesses nacionais helvéticos. A exigência de conexão territorial estrita era necessária devido à posição única da Suíça como centro bancário mundial.[391] Como muitos governos e instituições depositavam fundos em bancos suíços, o requisito servia para impedir que os tribunais suíços se tornassem a câmara de compensação global para disputas comerciais e outras que não possuíssem conexão com o território suíço.[392] Esse critério proporcionava maior segurança para reservas bancárias de Estados estrangeiros depositadas em suas instituições financeiras, atendendo a manifesto interesse nacional, já que os serviços bancários constituíam a principal fonte de recursos do país. Desde 1918, a política do governo suíço demonstrava oposição a medidas executórias contra propriedade de Estado estrangeiro. Por exemplo, uma Portaria Governamental de 12 de julho de 1918 proibiu arresto e execução contra propriedade de Estado estrangeiro.[393] A Suíça destacava-se ainda por tratar a imunidade de maneira unitária, afirmando que a relativização da imunidade de execução era consequência lógica da relativização da jurisdição.[394]Essa regra aparentemente flexível quanto à execução era, entretanto, estritamente circunscrita pelo requisito de conexão territorial. A penhora de propriedade de Estado estrangeiro seria permitida apenas se: (1) a reclamação decorresse de atividade comercial ou transação de direito privado; (2) a atividade ou transação possuísse conexão com o território suíço; e (3) a propriedade não fosse utilizada para propósitos soberanos.[395] Esse requisito limitava o exercício da jurisdição ao assegurar que apenas casos com "relação doméstica suficiente" fossem julgados, preservando assim o equilíbrio diplomático e evitando dificuldades políticas.[396]

A França, por sua vez, apresentou trajetória particularmente ambivalente na flexibilização da imunidade, refletindo tensão profunda entre seus interesses como potência colonial e como centro financeiro europeu. Inicialmente aderindo rigorosamente à imunidade

---

[391] TROOBOFF, Peter D. Foreign State Immunity: Emerging Consensus on Principles, *200 Recueil des Cours: Collected Courses of the Hague Academy of International Law* (1986-V) 235 p. 388; SCHREUER, Christoph H. State immunity: some recent developments. *Cambridge*: Grotius Publications Ltd., 1988. p. 36.

[392] ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. 529 p. ISBN 9781783472178. DOI: 10.4337/9781783472185. p. 400.

[393] SUÍÇA. Conselho Federal. *Ordenança de 12 jul. 1918 que proíbe arresto e execução contra bens de Estados estrangeiros*. Berna: Conselho Federal Suíço, 12 jul. 1918; SWITZERLAND. Federal Council. *Decree of 24 Oct. 1939 subjecting execution against the property of foreign States to the consent of the Federal Council*. Bern: Swiss Federal Council, 24 Oct. 1939.

[394] FOX, H.; WEBB, P. *The law of state immunity*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013. 487-488.

[395] YANG, Xiaodong. Measures of constraint. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 343–422. p. 398-399.

[396] SUÍÇA. Tribunal Federal. *République X v. A*. 2003. Journal du droit international, v. 130, 2003, p. 1125–1126. "rattaché de manière suffisante au territoire suisse – Binnenbeziehung".

absoluta,[397] traços de limitações começaram a aparecer em julgamentos de tribunais inferiores já em 1890. A adoção formal da teoria restritiva iniciou-se, entretanto, por volta de 1918.[398] No caso *Société Maritime Auxiliaire de Transports c. Capitaine du vapeur Ungerford,* aplicou-se a distinção entre atos de direito público e privado, além de negar a imunidade já no final da década de 1920.[399] O litígio envolvia embarcação transportando carga comercial (trigo para o governo francês e lã para o governo britânico). No caso *Roumanie v. Pascalet* (1924),[400] reconhecido entre os primeiros a decidir inequivocamente em favor da imunidade restritiva, sob o fundamento de que o ato estatal em questão carecia de caráter de autoridade pública, discutia-se a aquisição, pelo governo romeno, de diversas mercadorias junto a empresa francesa, destinadas à revenda a nacionais romenos, circunstância que conduziu à sua qualificação como ato de comércio.

Ao longo do século XIX, a doutrina inicial da imunidade absoluta atendia a interesses geopolíticos e imperiais determinados. Na condição de potência colonial em franca expansão, a França encontrava na imunidade absoluta um mecanismo de proteção recíproca para suas atividades econômicas no exterior, resguardando-as do escrutínio judicial perante tribunais estrangeiros, sobretudo no tocante a empréstimos soberanos e a contratos coloniais. Paralelamente, as demandas crescentes dos interesses comerciais metropolitanos e das empresas francesas atuantes além-fronteiras impuseram a progressiva adoção da imunidade restritiva, de modo a assegurar aos comerciantes franceses efetivo recurso judicial nas relações travadas com entes estatais estrangeiros, mormente diante da intensificação do envolvimento do Estado em atividades econômicas. Diversamente de outras jurisdições europeias, os tribunais franceses jamais acolheram de maneira inequívoca e exclusiva o denominado "teste da natureza"; ao revés, a jurisprudência pátria recorreu com frequência ao critério do "interesse do serviço público", frequentemente censurado pela doutrina por configurar, em última análise, verdadeiro teste de finalidade.[401] Tal abordagem conferia aos tribunais margem suficiente para recusar a aplicação restritiva e reintroduzir, por via oblíqua, elementos próprios da imunidade

---

[397] Afirmada pela Corte de Cassação em 1849 no caso *Gouvernement espagnol c. Casaux*, relativo à compra de botas para o exército espanhol

[398] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 37-38.

[399] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 62-63.

[400] FRANÇA. Tribunal de Comércio de Marselha. Roumanie v. Pascalet. 12 fev. 1924. *Annual Digest and Report of Public International Law Cases,* v. 2 (1923–1924), p. 132.

[401] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 108.

absoluta. Ilustrativamente, no precedente fundacional da imunidade absoluta (*Casaux*, 1849), o ato de natureza comercial — a aquisição de botas — recebeu a qualificação de ato de autoridade pública, sob o argumento de que sua finalidade última consistia na defesa nacional. Em sentido análogo, a Corte de Cassação declinou da jurisdição em *Hanukiew v. Ministre de l'Afghanistan* (1933), ao sustentar que a aquisição de armamento destinado a uso público configurava autêntico *acte de puissance publique*. A jurisprudência francesa, ademais, dispensava tratamento consistentemente dissociado à imunidade de jurisdição e à imunidade de execução, reputando-as princípios autônomos: conquanto os tribunais pátrios tenham acolhido a imunidade restritiva no plano da cognição já no início do século XX, persistiram em conceder imunidade absoluta quanto à execução por décadas subsequentes, porquanto a renúncia à imunidade de jurisdição, em regra, não se reputava extensiva à perda da imunidade executiva.

A Áustria exemplifica a instabilidade da teoria restritiva quando Estados atravessam transformações geopolíticas profundas.[402] A trajetória austríaca divide-se em três fases distintas que revelam como a doutrina da imunidade responde a pressões políticas estruturais. Inicialmente, durante o século XIX, a Áustria seguia rigorosamente a doutrina da imunidade absoluta. A primeira mudança ocorreu em 1907, quando um julgamento estabeleceu que Estado estrangeiro, como o Estado local, poderia ser demandado "nos tribunais ordinários em todos os assuntos concernentes ao direito privado", inaugurando período de aplicação da teoria restritiva. Esse princípio foi reafirmado pela Suprema Corte austríaca em 1920, no *Immunities Case*, que asseverou jurisdição em disputa envolvendo pagamentos inadimplidos por trabalho executado em edifício de embaixada em Viena.[403] Essa flexibilização foi revertida, contudo, em 1926, quando o país abandonou a teoria restritiva e retornou à doutrina absoluta, posição que manteria até 1950. Durante esse segundo período absolutista (1926-1950), casos como *Foreign States Immunities Case* (1928) e *German Immunities Case* (1935) confirmaram a manutenção da imunidade irrestrita. Essa reversão não foi acidental. Coincidiu com a fragilidade geopolítica

[402] Ao longo da história, o território atualmente correspondente à República da Áustria assumiu diferentes nomes e composições político-territoriais. A partir de 1804, passou a ser oficialmente denominado *Império Austríaco*, sucedendo a Monarquia de Habsburgo. Em 1867, com o *Ausgleich* (Compromisso Austro-Húngaro), tornou-se o *Império Austro-Húngaro*, união dual com a Hungria. Após o colapso imperial ao fim da Primeira Guerra Mundial, foi proclamada a *República da Áustria Alemã* (*Republik Deutschösterreich*, 1918–1919), cujo nome e tentativa de união com a Alemanha foram vetados pelo Tratado de Saint-Germain. Estabeleceu-se, então, a *República da Áustria* (*Republik Österreich*, 1919–1934). Durante o regime austrofascista, entre 1934 e 1938, adotou-se o nome *Estado Federal da Áustria*. Com a anexação à Alemanha nazista (Anschluss, 1938), a Áustria foi dissolvida como Estado soberano e incorporada ao *Reich Alemão*, sob a designação *Ostmark* (depois *Alpen- und Donau-Reichsgaue*). A atual *Segunda República da Áustria* foi restaurada em 27 de abril de 1945 e obteve plena soberania em 1955, com o Tratado de Estado Austríaco.

[403] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 29.

extrema após a desintegração do Império Austro-Húngaro ao final da Primeira Guerra Mundial. A Áustria foi reduzida de centro imperial multiterritorial a pequeno Estado-nação, enfrentando numerosas disputas relativas à sucessão de ativos imperiais, partilha de dívidas e status de propriedades estatais dispersas através de novos Estados sucessores criados pelos Tratados de Paz. Nesse contexto, a readoção da imunidade absoluta serviu como ferramenta defensiva crucial. O caso austríaco demonstra, portanto, que a teoria restritiva não é irreversível e que sua adoção ou abandono responde diretamente a cálculos geopolíticos situados historicamente. Quando o Estado austríaco era relativamente forte e estável (1907-1926), sustentava a flexibilização; quando se tornou estruturalmente vulnerável no pós-1918, retraiu-se ao absolutismo como mecanismo de autopreservação jurídica. Apenas em 1950, com a estabilização parcial da posição austríaca no pós-Segunda Guerra Mundial, a Suprema Corte retornaria definitivamente à teoria restritiva no caso paradigmático *Dralle v. República da Checoslováquia*, argumentando que a doutrina clássica havia perdido seu significado porque Estados modernos engajam-se em atividades comerciais e entram em competição com seus próprios nacionais e estrangeiros.

A Grécia, seguindo trajetória semelhante à austríaca de vulnerabilidade geopolítica gerando estratégias jurídicas específicas, adotou a imunidade restritiva apenas em 1928, durante o período entreguerras.[404] O caso paradigmático (*Soviet Republic Case*, 1928) envolveu disputa sobre venda e entrega de gado pela União Soviética a nacional grego, ocasião em que os tribunais gregos negaram imunidade por considerar tratar-se de atividade comercial ordinária. A adoção da teoria restritiva para adjudicação respondia à necessidade de assegurar certeza jurídica em transações comerciais internacionais, particularmente porque o comércio internacional constituía elemento vital da economia grega. A flexibilização grega, todavia, era estruturalmente limitada pela manutenção de controle político rigoroso sobre a execução: a Lei de Emergência nº 15/1938 (posteriormente, art. 923 do Código de Processo Civil) proibiu expressamente a execução contra propriedade de Estado estrangeiro sem autorização prévia do Ministro da Justiça.[405] Esse requisito de autorização ministerial transformava a execução em decisão essencialmente política, não puramente legal, servindo à manutenção de relações

[404] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012 p. 14.

[405] YANG, Xiaodong. Measures of constraint. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 343–422. p. 358; nesse sentido, ver também: SILVA, Caroline Medeiros e**.** *A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros frente às violações de direitos humanos: uma análise à luz do direito internacional contemporâneo.* 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 265-266.

exteriores harmoniosas. Essa dicotomia entre jurisdição flexibilizada e execução politicamente controlada revelava que a relativização era seletiva e estratégica. Permitir sentenças favoráveis a nacionais sem comprometer a capacidade do Estado grego de proteger seus próprios interesses quando atuasse comercialmente no exterior ou de evitar conflitos diplomáticos indesejados.

Para além do eixo europeu ocidental, manifestações de flexibilização da imunidade surgiram em contextos radicalmente distintos, marcados por assimetrias estruturais de poder que revelam a instrumentalização geopolítica da teoria restritiva.[406] O Egito constitui caso paradigmático de aplicação sistemática da imunidade restritiva fora da Europa,[407] mas sob circunstâncias que evidenciam seu caráter de ferramenta imperialista. Entre 1876 e 1949, os tribunais mistos, estabelecidos em 1875-1876 sob regime de capitulações europeias, aplicaram consistentemente a distinção entre atos de império e atos de gestão, seguindo a prática ítalo-belga de imunidade limitada.[408] Compostos majoritariamente por juízes europeus, ao lado de magistrados egípcios, esses tribunais aplicavam o direito francês e operavam a partir de Alexandria, atendendo prioritariamente aos interesses de estrangeiros europeus.[409] O sistema de capitulações (direitos concedidos a potências estrangeiras para exercer jurisdição criminal e civil sobre seus nacionais no Império Otomano) eximia efetivamente europeus da jurisdição egípcia, permitindo inclusive que não-europeus adquirissem status de protegidos para obter proteção socioeconômica.[410] Casos julgados em 1943 ilustram a aplicação sistemática da teoria restritiva da imunidade, como se observa em *Ministère Public v. Tsoukharis* e *Manuel v. Ministère Public*, nos quais a imunidade foi negada diante de atos classificados como privados, enquanto, em *Dame Safia Guebali v. Colonel Mei*, o tribunal reconheceu a imunidade por entender que se tratava do exercício de autoridade soberana por um oficial militar.[411]

---

[406] SINCLAIR, Ian M. The law of sovereign immunity: recent developments. *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, v. 167, 1980, p. 128 e seg. p. 193.
[407] LALIVE, Jean-Flavien. L'immunité de juridiction des États et des organisations internationales. *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, t. 84 (1953-III), p. 215.
[408] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 36.
[409] ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 357.
[410] Nesse sentido, ver: COSTELLOE, Daniel. Conceptions of State Jurisdiction in the Jurisprudence of the International Court of Justice and the Permanent Court of International Justice. In: ALLEN, Stephen et al. (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 455-480. p. 469-470. DOI: 10.1093/law/9780198786146.003.0019; ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 77.
[411] ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. 529 p. ISBN 9781783472178. DOI: 10.4337/9781783472185. p. 357. Nesse sentido, ver também: MORENO, Isidoro Ruiz. *El derecho internacional público ante la Corte Suprema*. Buenos Aires: Instituto Argentino de Derecho Internacional; Imprenta de la Universidad, 1941.

A peculiaridade geopolítica do caso egípcio residia na circunstância de que a flexibilização da imunidade se prestava exclusivamente à tutela sistemática dos interesses comerciais e financeiros europeus, notadamente britânicos e franceses, no contexto do controle semicolonial então exercido sobre o Egito.[412] Conquanto os tribunais mistos egípcios aplicassem sistematicamente a teoria restritiva contra Estados não europeus desde 1876, a própria França conservava, em sua jurisdição doméstica, a doutrina da imunidade absoluta, mitigada tão somente a partir de 1918, ao passo que o Reino Unido permanecia fiel ao modelo absolutista até meados do século XX. Tal assimetria deliberada revela que a relativização operava como autêntico mecanismo colonial: manejada por tribunais europeus em território semicolonial com o propósito de viabilizar a responsabilização judicial de Estados periféricos que concorressem com os interesses comerciais britânicos e franceses, jamais, contudo, aplicada de modo recíproco nos territórios metropolitanos das potências imperiais. A flexibilização egípcia afigurava-se, portanto, geopoliticamente orientada. Instaurava ambiente jurídico propício aos investimentos europeus no Egito, resguardando, simultaneamente, a proteção da imunidade absoluta em favor das próprias potências coloniais, sempre que estas atuassem comercialmente em suas jurisdições domésticas ou no território de terceiros Estados.

A Argentina, por sua vez, representa anomalia jurisprudencial distinta, marcada por episódio isolado de flexibilização sem consequências sistêmicas.[413] No caso *S.S. Aguila* (1892), os tribunais argentinos negaram imunidade jurisdicional em litígio referente a contrato de venda a ser cumprido em território argentino, declarando-se competentes sob fundamento de que "a validade intrínseca deste contrato e todas as matérias relacionadas a ele deveriam ser reguladas de acordo com as leis gerais da Nação e que os tribunais nacionais são competentes em tais matérias".[414] Contudo, diferentemente dos precedentes europeus que geravam tradições jurisprudenciais consolidadas, o caso argentino permaneceu episódio singular. Os tribunais argentinos reconheceram e aplicaram consistentemente o princípio da imunidade soberana em diversos outros casos posteriores concernentes a atos soberanos, mantendo rigorosa doutrina absoluta até 1994, quando a Suprema Corte reverteu parcialmente sua posição antes da promulgação da Lei nº 24.488/1995.[415] A decisão excepcional de 1892 ocorreu durante período

---

[412] ALLEN, Stephen et al. (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 77.
[413] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 99-100.
[414] UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. p. 38.
[415] CHANCE, Clifford; DICKINSON, Andrew. *State immunity*: selected materials and commentary. Oxford University Press 2004, p. 461–464

de crise econômica aguda, conhecida como crise Baring (1890), quando a Argentina enfrentava colapso financeiro apesar de sua alta dependência de capital inglês durante a *Belle Époque* latino-americana. Esse contexto criava pressões estruturais para proteger temporariamente credores nacionais. A hipótese explicativa mais plausível é a de que o caso *Aguila* constituiu resposta pontual às pressões econômicas da crise da dívida externa e à necessidade temporária de assegurar proteção judicial a comerciantes argentinos, mas sem gerar precedente vinculante ou tradição doutrinária. A subsequente manutenção da imunidade absoluta até 1995 sugere que a Argentina, como a maioria dos Estados latino-americanos, preferiu estrategicamente preservar a imunidade absoluta como mecanismo defensivo contra credores estrangeiros em mercados financeiros voláteis.[416]

O panorama das práticas nacionais até 1943 revela, portanto, paisagem fragmentada e geopoliticamente determinada. A teoria restritiva não emergia como evolução doutrinária linear ou universal, mas como conjunto de respostas jurídicas a necessidades estratégicas específicas de Estados em posições particulares na hierarquia internacional. Enquanto potências médias europeias (Itália, Bélgica, Suíça) desenvolviam flexibilizações para proteger interesses comerciais nacionais, potências imperiais consolidadas (Reino Unido, França até 1918) preservavam a doutrina absoluta em seus territórios metropolitanos, aplicando seletivamente a restrição apenas em contextos coloniais (Egito). Estados periféricos e recém-independentes (Argentina, maioria latino-americana) mantinham rigorosa imunidade absoluta como escudo contra execução judicial por credores estrangeiros. Essa diversidade de práticas demonstrava que a relativização da imunidade permanecia fenômeno periférico, geograficamente concentrado e longe de constituir costume internacional consolidado. Paralelamente a essa prática estatal fragmentada, esforços de codificação doutrinária e multilateral antecipavam

---

[416] No que concerne ao contexto econômico argentino da época, ver: (1) sobre a Crise Baring (1890) e dependência de capital britânico: LENZ, Maria Heloisa. A crise argentina de 1890: dívida e instabilidade externa. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p. 173-198, mar. 2010. Disponível em: **https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/11875**. Acesso em: 15 set. 2025; FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *Economia e Sociedade,* Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, abr. 2010. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/ecos/a/Bp4t7wsbQfqPV4gZSwv4m4v/?lang=pt**. Acesso em: 15 set. 2025. (2) sobre a Belle Époque argentina e modernização: LENZ, Maria Heloisa. A Buenos Aires do final do século XIX. *Revista Fênix*, Uberlândia, v. 6, ano VI, n. 4, out./nov./dez. 2009. Disponível em: **https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/download/372/353/740**. Acesso em: 15 set. 2025. (3) sobre investimentos britânicos e "império informal": LENZ, Maria Heloisa. A *ligação especial da Argentina com a Grã-Bretanha no século XIX*. Texto para Discussão, Porto Alegre, UFRGS/FCE, n. 14, 2005. Disponível em: **https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/02/TD14_2005_lenz.pdf**. Acesso em: 15 set. 2025. (4) sobre a crise e suas causas estruturais: LENZ, Maria Heloisa. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 163-186, jan./jun. 2006. Disponível em: **https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/614/07_Lenz.pdf**. Acesso em: 15 set. 2025.

significativamente a aceitação generalizada da teoria restritiva. Iniciativas do Instituto de Direito Internacional (1891), do Código Bustamante (1928) e da Convenção de Bruxelas (1926) revelam tensão fundamental entre aspirações normativas de juristas internacionalistas e resistências geopolíticas concretas dos Estados. A defasagem entre a codificação aspiracional e a prática efetiva evidencia que a flexibilização da imunidade, ainda quando formalmente consagrada, dependia sobretudo das reconfigurações nas relações de poder internacional, e não propriamente de consenso doutrinário. O exame dessas tentativas expõe os limites estruturais da positivação diante de interesses estratégicos consolidados, porquanto, até 1943, a teoria restritiva permanecia projeto normativo minoritário, e não direito positivo prevalecente.

O Instituto de Direito Internacional (IDI) produziu a primeira formalização doutrinária sistemática da teoria restritiva em 1891, durante sua Sessão de Hamburgo, ao aprovar o *Projet de règlement sur la compétence des tribunaux dans les procès contre les États, souverains ou chefs d'État étrangers*.[417] Elaborada pelos juristas Ludwig Von Bar, John Westlake e Adolphe Hartmann após deliberações iniciadas em 1888, a Resolução de Hamburgo representava contraposição explícita à concepção da imunidade absoluta então predominante na prática dos tribunais nacionais.[418] As características essenciais da doutrina restritiva já se encontravam claramente delineadas nesse primeiro pronunciamento do Instituto, antecipando em décadas os desenvolvimentos normativos que somente se materializariam no pós-Segunda Guerra Mundial.[419] O projeto apresentava estrutura que seria, posteriormente, adotada em convenções e legislações nacionais, estabelecendo a imunidade estatal como regra geral seguida de lista taxativa de situações excepcionais nas quais poderia ser afastada. As exceções propostas fundamentavam-se explicitamente no princípio da territorialidade, incluindo ações reais relativas a bens móveis ou imóveis situados no território do Estado do foro, ações decorrentes de contratos celebrados pelo Estado estrangeiro no território local, e casos em que o Estado atuasse como herdeiro ou legatário de nacional do território. A Resolução continha ainda exceção territorial geral relativa a atos ilícitos cometidos por agentes do Estado estrangeiro no Estado do foro, reconhecendo inicialmente responsabilidade por danos individuais decorrentes

---

[417] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 05; YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 66-67.

[418] RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva. *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional***.** 2019. 387 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, 2019. p. 71

[419] MADRUGA FILHO, Antenor. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição.* Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 158.

de acidentes de trânsito, para os quais o Estado seria responsabilizado segundo o direito local. As restrições visavam primordialmente limitar as imunidades em situações decorrentes de relações de natureza eminentemente privada.

O IDI continuaria seus trabalhos sobre imunidade estatal, produzindo projetos posteriores em 1954 e 1991, evidenciando a natureza fundacional do projeto de 1891 no movimento acadêmico pela codificação.[420] Apesar da autoridade do Instituto e do rigor técnico da Resolução, a prática estatal permaneceu adotando a doutrina da imunidade absoluta durante décadas subsequentes. No período anterior à Primeira Guerra Mundial, a prática geral dos Estados mantinha concessão de imunidade ilimitada a Estados estrangeiros,[421] com adoção inicial da regra restritiva na prática judicial limitando-se principalmente a Itália e Bélgica.[422] As resoluções formuladas por órgãos doutrinários como o IDI eram geralmente consideradas contribuições doutrinárias ou sugestões para desenvolvimento progressivo do direito internacional, não afirmações de direito consuetudinário existente. Essa ausência de incorporação imediata enfatizava a lacuna entre aspiração normativa de juristas e preferência política entrincheirada dos Estados pela imunidade absoluta. A composição do IDI, predominantemente formada por europeus de países com interesses comerciais consolidados, refletia perspectiva geopolítica particular, e a própria necessidade de propor regras restritivas derivava do crescente envolvimento de Estados em atividades de natureza privada.

O Código Bustamante (Convenção sobre Direito Internacional Privado), aprovado em 1928 durante a Sexta Conferência Pan-Americana realizada em Havana, [423] constituiu importante antecedente de codificação multilateral nas Américas, embora suas disposições ambiciosas quanto à restrição da imunidade estatal fossem amplamente minadas por práticas nacionais conservadoras durante décadas. O Código apresentava ambiguidade estrutural

---

[420] YANG, Xiaodong. The genesis of the UN Convention. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 441–458. p. 443; YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. State immunity in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. p. 441.
[421] YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. p. 18-19.
[422] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025.p. 136.
[423] Nesse sentido, ver: YANG, Xiaodong. The genesis of the UN Convention. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 441–458. p. 443; YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. State immunity in international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. p. 444-445; ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 42-43.

característica, evidenciando cautela quanto à imposição de jurisdição sobre Estados estrangeiros ao adotar como posição geral a imunidade absoluta para Estados contratantes e seus agentes, mas incluindo exceções específicas nas quais tribunais nacionais assumiriam competência. O Artigo 333 estipulava competência em casos de submissão expressa pelo Estado estrangeiro ou em situações envolvendo reconvenção. [424] O Artigo 335, mais significativo, dispunha que caso o Estado estrangeiro ou seu chefe atuasse como particulares, os tribunais seriam competentes para julgar ações reais ou mistas, baseando-se na distinção entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis*, classificação que aparecia pela primeira vez em tratado multilateral. O Artigo 336 reconhecia competência para causas universais (*juicios universales*), como distribuição de bens de falidos ou de espólios.

O Brasil promulgou o Código Bustamante pelo Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929,[425] utilizando-o como "legislação-guia" em matéria de imunidade de Estado estrangeiro, mas essa orientação legislativa não se traduziu imediatamente em prática judicial, com o Supremo Tribunal Federal brasileiro mantendo aderência à doutrina da imunidade absoluta até mudança efetiva na virada da década de 1980 para 1990.[426] Argentina e Chile mantiveram a doutrina da imunidade absoluta até os anos 1990, com tribunais argentinos aplicando imunidade absoluta em casos como *Ibarra v. Capitán* (1937) e *Perú v. SA Sociedad* (1958), adotando apenas em 1995 estatuto doméstico sobre imunidade (Lei nº 24.488), enquanto o Chile seguiu aplicando a doutrina da imunidade absoluta, exemplificado pelo caso *Senerman v. Cuba* (1975). A permanência da adesão à doutrina da imunidade absoluta em países americanos produziu efeito objetivamente defensivo para Estados periféricos dependentes de empréstimos soberanos e investimento estrangeiro, na medida em que a imunidade absoluta resguardava ativos e empresas contra execução judicial por Estados credores economicamente dominantes na América do Norte e Europa.

A Convenção de Bruxelas de 1926 (*International Convention for the Unification of Certain Rules relating to the Immunity of State-owned Vessels*), complementada por Protocolo

---

[424] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 119.

[425] BRASIL. *Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929.* Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana. Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 15 ago. 1929. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html. Acesso em: 15 set. 2025.

[426] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 119.

Adicional em 1934, constituiu o primeiro instrumento internacional bem-sucedido a codificar abordagem restritiva à imunidade estatal, ainda que em âmbito estritamente setorial.[427] O objetivo central da Convenção era assimilar a posição jurídica de navios mercantes de propriedade ou operados por Estados à de embarcações privadas concernente a responsabilidade, obrigações e jurisdição, com o art. 1º sujeitando navios de propriedade ou operados por Estados às mesmas regras de responsabilidade e obrigações aplicáveis a navios privados relativamente a demandas concernentes à operação ou transporte de carga. A Convenção negava especificamente imunidade a navios estatais utilizados em serviço comercial, mantendo imunidade apenas para embarcações utilizadas exclusivamente em serviço governamental e não comercial (navios de guerra, iates governamentais, navios-patrulha e navios-hospital), introduzindo classificação de embarcações baseada em seu uso que diferenciava serviço "governamental e não comercial" de serviço "comercial".[428]

A Convenção alcançou ratificação relativamente ampla, notavelmente por Estados que mantinham aderência à doutrina da imunidade absoluta, incluindo Brasil (Decreto nº 1.126, de 29 de setembro de 1936),[429] Chile, Alemanha e Suécia, além de Estônia, Hungria, Países Baixos, Noruega, Polônia e Portugal.[430] A ratificação da Convenção demonstrava que exigências práticas e demandas comerciais determinadas podiam compelir Estados soberanos a restringir sua imunidade, sobretudo quando a doutrina absolutista se convertia em óbice à obtenção de crédito e à proteção dos direitos de parceiros comerciais privados. O êxito do instrumento revelava, ademais, relevante lição acerca da instrumentalização geopolítica do direito da imunidade, porquanto o consenso somente se tornou viável em razão da delimitação estrita de seu escopo a setor de marcada vocação comercial, ao passo que a questão geral da imunidade estatal permanecia contenciosa. A disposição dos Estados adeptos da doutrina absoluta em afastá-la naquele âmbito específico sugeria que sua resistência mais ampla à teoria restritiva

---

[427] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 31; 83; YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 10

[428] SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 171.

[429] BRASIL. Decreto nº 1.126, de 29 de setembro de 1936. Promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes às imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxelas, a 10 de abril de 1926, e seu Protocolo Adicional de 24 de maio de 1934. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 out. 1936. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1126-29-setembro-1936-450665-publicacaooriginal-76680-pe.html. Acesso em: 15 set. 2025.

[430] RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva**.** *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional.* 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 65.

configurava opção estratégica voltada à salvaguarda de ativos soberanos nucleares e de atos governamentais de natureza não comercial, e não adesão a princípio jurídico inviolável. Sob essa perspectiva, a Convenção consubstanciava aplicação precoce da distinção entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis*, circunscrita à operação de embarcações.[431]

À guisa de síntese, o panorama da flexibilização da imunidade estatal até 1943 configurava mosaico geopolítico fragmentado, e não movimento doutrinário coerente rumo à teoria restritiva. Na Europa Ocidental continental, o pioneirismo jurisprudencial de Itália, Bélgica e Suíça derivava de necessidades comerciais internas e do protagonismo crescente de credores nacionais, ao passo que, em contextos semicoloniais como o egípcio, a relativização servia a interesses imperialistas britânicos e franceses, operando como instrumento de dominação econômica e revelando nítida assimetria estrutural entre centros e periferias. Episódios isolados como o argentino *S.S. "Aguila"* (1892) constituíam anomalias pontuais, sem repercussão sistêmica, porquanto os Estados latino-americanos conservavam rigorosa adesão à imunidade absoluta como escudo defensivo contra credores das potências centrais.

As tentativas de codificação, por outro lado, expunham tensão acentuada entre a vanguarda doutrinária e a prática estatal efetiva, predominantemente absolutista, conforme evidenciam a Resolução de Hamburgo (1891) e o Código Bustamante (1928). A Convenção de Bruxelas de 1926, único êxito multilateral do período, alcançou ratificação ampla justamente em razão de seu caráter setorial estrito. Limitações estruturais comuns a todas as manifestações, notadamente a preservação universal da imunidade de execução e a exigência de conexão territorial, denunciavam o caráter controlado e estratégico da flexibilização. O ano de 1943 assinalava, portanto, não o triunfo da teoria restritiva, mas o ápice da coexistência assimétrica entre práticas minoritárias geograficamente concentradas e a hegemonia persistente da imunidade absoluta, sustentada pelas potências anglo-saxônicas, pelos Estados periféricos defensivamente posicionados e pela União Soviética, configuração que viria a ser profundamente alterada pelas reconfigurações geopolíticas do pós-guerra.

### *2.1.3 O Brasil na geopolítica da imunidade absoluta (pré-1989)*

Os dois itens precedentes deste capítulo estabeleceram coordenadas essenciais para compreender a arquitetura jurídica internacional da imunidade estatal na primeira metade do

[431] SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 171.

século XX. O item 2.1.1 demonstrou a consolidação da imunidade absoluta como regra costumeira sólida entre 1812 e 1943, ancorada no princípio *par in parem non habet imperium* e sustentada pela convergência entre formalismos jurídicos e pragmatismos diplomáticos. O item 2.1.2, por sua vez, identificou fissuras incipientes nessa arquitetura aparentemente monolítica: exceções pontuais em legislações nacionais, pressões decorrentes da crescente atuação comercial de Estados no mercado internacional, e tensões sistêmicas que prenunciavam a futura erosão do modelo absoluto. Tomados em conjunto, esses dois movimentos – solidez aparente e fissuras emergentes – descrevem o cenário internacional no qual o Brasil precisou posicionar-se institucionalmente. O presente item volta a lente analítica especificamente para a trajetória brasileira na geopolítica da imunidade estatal, examinando como o país incorporou, internalizou e aplicou concretamente a doutrina da imunidade absoluta através de suas instituições jurídicas e diplomáticas durante o período que se estende de 1903 até 1989, véspera da ruptura jurisprudencial que será objeto de análise no próximo subcapítulo.

Embora o ano de 1943 constitua referência temporal significativa para esta tese – não apenas pela dimensão simbólica do caso Changri-lá, mas sobretudo por representar o apogeu histórico da imunidade absoluta em contexto de guerra total – a análise precisa necessariamente estender-se até o final da década de 1980, pois a postura institucional brasileira manteve-se notavelmente coerente e estável por quase um século completo. Essa coerência não foi acidental. Durante oito décadas e meia, o Brasil posicionou-se como guardião da ordem internacional clássica westfaliana, operacionalizando através de três esferas institucionais convergentes – normativa, diplomática e judicial – uma lógica defensiva que privilegiava reciprocidade, não-intervenção e proteção da soberania formal sobre efetividade jurisdicional. A adesão brasileira à imunidade absoluta não constituiu mera repetição mecânica de doutrina importada das potências europeias, nem refletiu simples atraso periférico em relação aos desenvolvimentos do direito internacional. Ao contrário, como este item demonstrará, tratou-se de escolha estratégica consciente que respondia a posição geopolítica específica de país de inserção internacional limitada, economia dependente e capacidade reduzida de *enforcement* extraterritorial.

A análise que se segue organiza-se, portanto, em torno desses três eixos fundamentais. Primeiro, examina-se a dimensão normativa da prática brasileira: o vazio legislativo deliberado que conferia discricionariedade ao Executivo, a internalização formal do Código de Bustamante (1929) seguida de sua interpretação ultra restritiva, e a dependência do costume internacional como fonte primária de regulação. Segundo, investiga-se a dimensão institucional-diplomática: o papel seminal de Clóvis Beviláqua na construção intelectual da imunidade absoluta brasileira,

a continuidade doutrinária mantida por seus sucessores na Consultoria Jurídica do Itamaraty, e os fundamentos pragmáticos – reciprocidade e cortesia internacional – que sustentavam a prática. Terceiro, analisa-se a dimensão judicial: a escassez jurisprudencial eloquente do Supremo Tribunal Federal antes de 1970, os primeiros precedentes formalmente documentados nas décadas subsequentes, e a resistência institucional à relativização mesmo quando potências centrais já haviam iniciado esse movimento. Atravessando esses três eixos, uma linha interpretativa unificadora: a imunidade absoluta no Brasil não pode ser adequadamente compreendida sem referência à geopolítica da autonomia defensiva.

Em um sistema internacional marcado por assimetrias estruturais de poder, países periféricos e semiperiféricos desenvolveram historicamente estratégias institucionais que, embora formalmente alinhadas aos consensos hegemônicos, operavam funcionalmente como blindagens protetoras contra constrangimentos externos. Ao vedar o exercício da jurisdição doméstica sobre Estados estrangeiros independentemente da natureza do ato praticado, a imunidade absoluta garantia, ao Brasil, tratamento recíproco simétrico em foros estrangeiros. Lógica especialmente relevante para país que enfrentava recorrentes crises fiscais, dívidas externas estaduais contestadas e limitada capacidade de projeção internacional. Paradoxalmente, a adesão brasileira ao mais rígido dos formalismos westfalianos funcionava como tecnologia jurídica de proteção da soberania material em contexto de dependência estrutural. O que emerge dessa análise multinível consiste na imagem de um país profundamente conservador na arquitetura jurídico-diplomática da imunidade estatal até o final dos anos 1980. Conservadorismo que não decorria de ignorância sobre os desenvolvimentos internacionais, mas de cálculo estratégico sobre custos e benefícios da inovação institucional. Enquanto potências centrais relativizavam suas próprias imunidades jurisdicionais para facilitar transações comerciais internacionais crescentes e proteger jurisdições nacionais em disputas com empresas estatais estrangeiras, o Brasil permanecia confortavelmente ancorado na tradição, operando em ambiente de menor complexidade transacional e menor pressão jurídica doméstica por mudança. Essa assincronia temporal deliberada só seria interrompida quando o próprio costume internacional houvesse mudado tão irreversivelmente que a manutenção do isolamento doutrinário se tornara insustentável, apontando para uma virada em 1989.

O cenário normativo brasileiro em matéria de imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros durante o período 1903-1989 caracterizou-se por uma aparente contradição. Ao mesmo tempo em que o país carecia de legislação interna específica sobre o tema, dispunha de instrumento normativo multilateral regional que, em tese, abria espaço para exceções à

imunidade absoluta.[432] Essa tensão entre vazio legislativo doméstico e codificação internacional limitada produziu dinâmica institucional peculiar, na qual a ausência de lei nacional não constituía lacuna a ser preenchida, mas espaço legítimo de atuação do costume internacional e da discricionariedade diplomática. Diferentemente de países que, posteriormente, codificariam a imunidade em estatutos domésticos detalhados, o Brasil operou por quase um século dependendo exclusivamente do direito internacional costumeiro, especificamente da "antiga e sólida regra costumeira do Direito das Gentes" fundada no princípio *par in parem non habet imperium*.[433]

A promulgação das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) e sobre Relações Consulares (1963) poderia sugerir avanço na codificação normativa da imunidade estatal no Brasil, mas essa expectativa revela-se equivocada quando se examina o escopo preciso desses instrumentos.[434] Fundamentalmente, as Convenções de Viena não estabelecem imunidades em favor do próprio Estado estrangeiro enquanto pessoa jurídica de direito público internacional, mas apenas imunidades pessoais e funcionais de agentes diplomáticos, funcionários consulares e seus bens, tendo como propósito garantir o "eficaz desempenho das Missões diplomáticas em seu caráter de representantes dos Estados".[435] A distinção, embora juridicamente clara, foi frequentemente obscurecida na prática judicial brasileira,[436] com Ministros do Supremo Tribunal Federal, em acórdãos do período pré-1989, por vezes confundindo as categorias e invocando as Convenções de Viena como fundamento para reconhecimento da imunidade de jurisdição do próprio Estado estrangeiro. Erro categorial que

---

[432] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 119.

[433] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 26

[434] "Ressalte-se que os inúmeros acórdãos proferidos sobre o tema confundiam as imunidades dos Estados com aquelas dos agentes diplomáticos e consulares previstas nas Convenções de Viena, fundamentando em tais convenções as imunidades daqueles, as quais, na realidade, somente estão previstas com base em regras costumeiras. Deste modo, os processos eram extintos por impossibilidade jurídica do pedido ou por declaração de incompetência absoluta para julgá-los". FONTENELE, Elba Marina Álvarez. A imunidade de jurisdição no âmbito das relações trabalhistas. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região*, Fortaleza, v. 30, n. 30, p. 91-108, jan./dez. 2009. p. 95.

[435] BRASIL. *Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

[436] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 116.

só seria explicitamente corrigido pelo Ministro Francisco Rezek em seu voto paradigmático no caso Genny de Oliveira, quando observaria que a imunidade da pessoa jurídica de direito público externo "não está prevista em nenhuma forma escrita de direito internacional público",[437] derivando exclusivamente do costume.[438] Essa confusão conceitual não era, contudo, meramente técnica ou acidental, mas revelava, em nível mais profundo, o desconforto do Judiciário brasileiro em fundamentar decisões de grande repercussão diplomática exclusivamente em normas não escritas de direito costumeiro, refletindo busca por maior segurança jurídica formal e, simultaneamente, estratégia de legitimação que transferia responsabilidade pela decisão do costume para compromissos convencionais expressos.

A Convenção de Direito Internacional Privado, adotada na Sexta Conferência Internacional Americana realizada em 1928 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929, constituiu o único instrumento normativo multilateral a tratar formalmente da imunidade jurisdicional dos Estados durante o período de vigência da doutrina absoluta no país. O Código de Bustamante, como ficou conhecido em homenagem ao jurista cubano Antonio Sánchez de Bustamante y Sirven, representava esforço ambicioso de unificação do direito internacional privado entre os Estados americanos, abarcando temas que iam desde nacionalidade e domicílio até sucessões, contratos e procedimentos judiciais. No que concerne especificamente à imunidade de jurisdição, o Código consagrava como regra geral a proteção absoluta dos Estados estrangeiros e seus agentes, refletindo o consenso internacional dominante à época, mas introduzia exceções que, à primeira vista, pareciam prenunciar a futura relativização do instituto. O artigo 333 estabelecia que os Estados contratantes não poderiam ser demandados senão perante suas próprias autoridades e tribunais, nesse sentido: "os juizes e tribunaes de cada Estado contractante serão incompetentes para conhecer dos assumptos civeis ou commerciaes em que sejam parte demandada os demais Estados contractantes ou seus chefes, se se trata de uma acção pessoal, salvo o caso de submissão expressa ou de pedido de

[437] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025. p. 26

[438] A afirmação de Rezek, embora acertada quanto à imunidade de cognição do Estado estrangeiro, comporta temperamento no tocante à imunidade de execução. O artigo 22, item 3, da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 estabelece que os locais da missão, seu mobiliário e demais bens neles situados, bem como os meios de transporte da missão, não podem ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução. Disposição de alcance análogo, ainda que mais restrita, figura no artigo 31, item 4, da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963. Ao vedar expressamente a constrição judicial sobre bens vinculados ao exercício das funções diplomática e consular, tais dispositivos resguardam, por via reflexa, segmento material relevante da imunidade de execução do próprio Estado acreditante, ainda que formulados em chave de inviolabilidade dos locais da missão e não de imunidade estatal stricto sensu.

reconvenção"; mais significativamente, o artigo 335 previa que "se o Estado estrangeiro contractante ou o seu chefe tiverem actuado como particulares ou como pessoas privadas, serão competentes os juizes ou tribunaes para conhecer dos assumptos em que se exercitem acções reaes ou mixtas, se essa competencia lhes corresponder em relação a individuos estrangeiros, de accôrdo com este Codigo".[439] A inclusão dessas exceções reveste-se de particular significado histórico por representar a primeira menção, em tratado multilateral, da distinção entre diferentes categorias de atos estatais. Entretanto, a distância entre a letra da norma convencional e sua aplicação concreta na prática institucional brasileira revela-se abissal. O Código, longe de funcionar como motor de relativização da imunidade absoluta, foi sistematicamente interpretado de modo restritivo pelos dois poderes responsáveis por sua aplicação — o Executivo, através dos pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, e o Judiciário, através da jurisprudência — escassa, mas firme — do Supremo Tribunal Federal.

Essa interpretação restritiva encontrou em Clóvis Beviláqua, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores entre 1906 e 1934,[440] seu principal arquiteto intelectual, cujos pareceres estabeleceram fundações doutrinárias que transcenderam amplamente seu período de atuação, moldando a postura do Estado brasileiro por mais de meio século e influenciando decisivamente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal até o final da década de 1980.[441] A importância de Beviláqua deriva não apenas da extensão temporal de sua gestão durante período formativo das instituições republicanas brasileiras, mas sobretudo da simplicidade, objetividade e consistência de sua fundamentação, que forneceu ao Executivo e ao Judiciário arcabouço conceitual robusto para aplicação mecânica da imunidade absoluta sem necessidade de análises casuísticas complexas. Em parecer de 1930, abordou diretamente a questão da exceção imobiliária prevista no artigo 335 do Código, reconhecendo sua existência formal, mas imediatamente circunscrevendo-a de modo a neutralizar sua eficácia prática. Segundo ele, o Estado estrangeiro só poderia possuir imóveis no território brasileiro para

---

[439] BRASIL. *Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929.* Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana. Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 15 ago. 1929. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html. Acesso em: 15 set. 2025.

[440] CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1903-1912). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 1. p. II.

[441] A título de complementariedade, destaca-se que: "desde ao menos o ano de 1923, com Clóvis Bevilaqua, a questão da imunidade absoluta já era perfilhada nos pareceres dos consultores jurídicos. Admitiam-se exceções ao Princípio da Imunidade de Jurisdição de Estado. Por um longo tempo, no entanto, tais exceções não eram articuladas no âmbito da distinção entre atos de império e atos de gestão, mas em termos de renúncia tácita". GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. p. 185.

estabelecimento de legações e consulados — justamente as categorias de bens que, por sua natureza funcional, estariam blindadas contra qualquer ação judicial. A lógica beviláquiana operava em dois níveis complementares: primeiro, restringia drasticamente o universo de imóveis potencialmente sujeitos à jurisdição brasileira, excluindo *a priori* quaisquer aquisições patrimoniais não vinculadas diretamente a funções diplomáticas ou consulares; segundo, e mais importante, invocava proteção jurídica especial mesmo para os imóveis admitidos. As legações estariam "protegidas pelo direito internacional", gozando de inviolabilidade e imunidade de jurisdição derivadas de normas consuetudinárias anteriores e superiores ao próprio Código, enquanto os consulados, embora não desfrutando do mesmo *status* legal de missões diplomáticas, estariam protegidos pela "deferência devida às nações amigas", conceito impreciso de cortesia internacional que, na prática, produzia idêntico resultado de imunização contra litígios judiciais.[442] O que se revela nesses pareceres é lógica circular deliberada. O Código de Bustamante previa exceções à imunidade para ações reais sobre imóveis; mas os únicos que Estados estrangeiros poderiam legitimamente possuir no Brasil seriam justamente aqueles excluídos, por outras razões, da jurisdição doméstica. A exceção, assim interpretada, não excepcionava nada, constituindo reafirmação da regra geral por via oblíqua.

Sua abordagem estruturava-se em tripla fundamentação que articulava elementos jurídico-formais, pragmáticos e geopolíticos, estabelecendo arcabouço conceitual que se revelaria duradouro.[443] Primeiro, o respeito à soberania e igualdade dos Estados, derivado do princípio *par in parem non habet imperium*, tratado por Beviláqua como norma tão elementar que dispensaria demonstração elaborada. Em parecer de 1915,[444] ao analisar execução movida contra o Governo Brasileiro na Justiça Holandesa por inadimplemento em contrato de compra e venda de navios, ele considerava a imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros princípio bastante óbvio, estabelecendo que a impossibilidade de outros Estados serem submetidos à jurisdição estrangeira sem consentimento expresso ou tácito decorria logicamente da igualdade soberana. Segundo a impossibilidade prática de execução forçada contra Estado estrangeiro,

---

[442] CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1913-1934). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. p. 510-511. Nesse sentido, ver também: GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. p. 172.

[443] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. p. 169-172.

[444] BEVILAQUA, Clóvis. Citação do Governo Brasileiro, pela Justiça Holandesa, para pagar, dentro de prazo fixo, certas quantias que a sociedade anônima Chantiers de Construction justo diz lhe serem devidas. Nulidade dessa citação [1915]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty: (1913-1934)*. Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. p. 95; 117.

argumento que, embora tecnicamente distinto da fase cognitiva, operava retoricamente como fundamento pragmático desta última. Beviláqua vinculava frequentemente as duas dimensões, sugerindo que jurisdição sem capacidade de *enforcement* seria exercício estéril e potencialmente perigoso, lógica posteriormente sintetizada pelo então Procurador da República Francisco Rezek em parecer de 1973 no Agravo de Petição nº 56.466, quando afirmou que "nenhum Estado ignora a impossibilidade de submeter outra Nação, contra sua vontade, à condição de parte perante o judiciário local", dado que o Estado do foro não estaria "apto a garantir pela força bélica a execução da eventual e esdrúxula sentença condenatória".[445] Terceiro, e talvez mais revelador das preocupações geopolíticas subjacentes, o risco de que "insignificante questão de direito privado" desencadeasse "conflito violento" entre nações.[446]

Essa tripla fundamentação sustentava rejeição categórica de Beviláqua à distinção entre atos de império e atos de gestão, embora essa classificação já fosse conhecida e discutida por juristas brasileiros da época. Pedro Lessa, por exemplo, havia manifestado questionamentos sobre a imunidade absoluta em casos de obrigações de ordem privada, [447] e a doutrina europeia, especialmente italiana e belga, já aplicava a distinção desde o pós-Primeira Guerra Mundial.[448] Beviláqua, contudo, preferia critérios de natureza formal para definição de competência, argumentando que esta não poderia ser estabelecida pela natureza da questão (privada ou pública), mas por elementos de conexão objetivos, especialmente o domicílio.[449] Segundo sua lógica, Estado estrangeiro não teria domicílio no país do foro, tornando irrelevante a classificação material de seus atos. A razão principal dessa recusa residia no temor de que a classificação *jure imperii*/*jure gestionis* introduzisse grande subjetividade na aplicação da imunidade, fazendo "ruir qualquer postura cautelosa" e expondo o instituto a contestações casuísticas. Em lugar da distinção material, articulava as raras exceções à imunidade

[445] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo de Petição n. 56.466, de 1973*. Parecer do Procurador da República Francisco Rezek, p. 153.
[446] BEVILAQUA, Clóvis. Direito público internacional: síntese dos princípios e a contribuição do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1939. t. 1. p. 80.
[447] BEVILAQUA, Clóvis. Competência da Justiça Brasileira no julgamento de causas em que o réu é um Estado estrangeiro [1923]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1913-1934). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. p. 263.
[448] FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro:* novos desafios em relação às violações de direitos humanos*.* 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 37.
[449] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. p. 171-172;

estritamente em termos de renúncia. Em parecer de 1923,[450] listou quatro circunstâncias nas quais a Justiça Brasileira poderia exercer competência: renúncia expressa por convenção, renúncia tácita pelo ajuizamento de ação pelo próprio Estado estrangeiro, renúncia tácita pela aceitação de ser demandado sem invocar imunidade, e ações reais sobre imóveis situados no território brasileiro. A influência duradoura de Beviláqua manifesta-se não apenas na continuidade de sua doutrina pelos sucessores na Consultoria Jurídica, mas sobretudo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O Recurso Extraordinário nº 67.544, julgado em 1969 ainda citava sua obra como fundamento,[451] demonstrando que a Consultoria Jurídica do Itamaraty havia se consolidado, através do trabalho de Beviláqua, como fonte primária de interpretação do costume internacional para o Brasil.

Os sucessores de Beviláqua na Consultoria Jurídica — Gilberto Amado (a partir de 1935), James Darcy (1937), Sebastião do Rêgo Barros (1942-1944) — mantiveram linha doutrinária semelhante, garantindo coerência institucional que se estendeu por todo o período crítico que antecedeu e abrangeu a Segunda Guerra Mundial. Gilberto Amado, em 1935, ao analisar questão sobre aplicação da lei local a funcionários contratados pela Embaixada brasileira em Roma, admitiu a regência dessas relações contratuais pela legislação italiana, mas fez questão de ressaltar que "a imunidade da Embaixada se mantém intacta, na sua plenitude, quanto à jurisdição civil ou criminal",[452] defendendo que contendas porventura existentes deveriam ser "sanadas apenas entre Chancelarias, e não com a intervenção judiciária local".[453] James Darcy, em parecer de 1937 sobre ação ajuizada contra o Estado de São Paulo nos Estados Unidos relativa a empréstimo externo,[454] introduziu inovação doutrinária significativa ao invocar o "Princípio da Unidade do Estado nas Relações Internacionais" para estender proteção imunitária até mesmo a entes subnacionais da federação brasileira, argumentando que, "ainda que o Estado de São Paulo não fosse soberano", sentença proferida contra ele "atingiria a soberania nacional porque os Estados da Federação constituem elementos essenciais da nação

[450] BEVILAQUA, Clóvis. Competência da Justiça Brasileira no julgamento de causas em que o réu é um Estado estrangeiro [1923]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty:* (1913-1934). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 262-263.
[451] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 67.544. Requerente: Elza Jakab. Requerido: Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias. Relator: Min. Luiz Gallotti. São Paulo, 1970. p. 6.
[452] AMADO, Gilberto. Situação do Pessoal Menor da Embaixada em Roma, de nacionalidade italiana [1935]. *In*: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty:* (1935-1945). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 3. p. 30.
[453] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. p. 172
[454] DARCY, James. Empréstimo externo de São Paulo. Ação movida contra o Estado nos tribunais de Nova York [1937]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1935-1945). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 3. p. 80-82.

soberana", tratando subdivisões políticas dos Estados federais como "divisões políticas para vida jurídica interna" que só poderiam aparecer nas relações internacionais "através da soberania nacional". Sebastião do Rêgo Barros, cuja atuação entre 1942 e 1944 coincidiu com período mais agudo da Segunda Guerra Mundial e com o próprio ano de 1943 (marco temporal do caso Changri-lá), demonstrou convicção mais radical ainda sobre o caráter inquestionável da imunidade, tratando-a como dado evidente que dispensava fundamentação elaborada. Em 1944, ao analisar notificação feita por Junta de Conciliação e Justiça da Justiça do Trabalho convocando a Embaixada dos Estados Unidos para comparecer à audiência sobre reclamação trabalhista de empregado local, rejeitava o procedimento, qualificando-o como "insólito" e considerando a notificação "inoperante".[455] Significativamente, o consultor "não chegou sequer a trazer os fundamentos que justificavam a ideia de imunidade de jurisdição", tamanha era sua convicção de que a prerrogativa constituía princípio tão óbvio que não exigiria demonstração.[456] A coerência doutrinária mantida por esses sucessores durante período de dez anos (1935-1945) que abrangeu transformações geopolíticas radicais não pode ser adequadamente compreendida sem referência aos fundamentos pragmáticos que sustentavam a imunidade absoluta como escolha estratégica consciente. A reciprocidade operava como mecanismo defensivo essencial, de modo que, ao conceder imunidade plena a Estados estrangeiros perante tribunais brasileiros, o país estabelecia precedente e expectativa de tratamento simétrico para suas representações diplomáticas, agentes e ativos no exterior. Lógica essa especialmente relevante para país que enfrentava recorrentes crises fiscais, mantinha dívidas externas contestadas, e dispunha de capacidade limitada de *enforcement* extraterritorial.

A prática institucional consolidada pelos sucessores de Beviláqua encontrava correspondência na postura do Supremo Tribunal Federal, cuja jurisprudência sobre imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros durante o período anterior à década de 1970 revela-se notavelmente escassa. Escassez que, longe de constituir lacuna ou falha documental, reflete a própria natureza operacional do instituto sob o regime absoluto. A imunidade, nesse período, funcionava como barreira processual que afastava a jurisdição *ab initio*, precludindo o exercício do poder jurisdicional e impedindo que julgamentos sobre o mérito fossem sequer iniciados. Quando reconhecida, a imunidade acarretava extinção imediata do processo sem julgamento de

[455] RÊGO BARROS, Sebastião do. Imunidade de Jurisdição. Notificação da 2ª Junta de Conciliação do Distrito Federal à Embaixada dos EUA [1944]. In: CACHAPUZ DE ME-DEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1935-1945). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 3. p. 536.
[456] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274. p. 172-173.

mérito, pela impossibilidade jurídica do pedido. Essa aplicação mecânica baseava-se puramente no *status* do demandado: era suficiente para o Estado estrangeiro ou governo demonstrar sua condição para que a imunidade fosse reconhecida, tratada como presunção indisputável que dispensava análises casuísticas sobre a natureza dos atos praticados.[457] O tribunal encontrava-se obrigado a aplicar a imunidade por iniciativa própria, mesmo que o Estado réu não a invocasse explicitamente, dado que a proteção decorria da condição soberana, não de reivindicação processual.[458] Essa lógica processual explica por que poucos casos geravam acórdãos elaborados ou debates jurisprudenciais substantivos. A solução era dada mecanicamente com base nos pareceres do Itamaraty e no costume internacional, e o silêncio da Corte confirmava, paradoxalmente, a solidez da regra costumeira.

A década de 1970 marca inflexão na jurisprudência brasileira sobre imunidade estatal. Foi nesse período que os primeiros casos significativos chegam ao Supremo Tribunal Federal gerando precedentes documentados. Neste mesmo período, Estados Unidos, Reino Unido e países europeus já promoviam erosão sistemática da doutrina absoluta através de legislação codificadora e reorientação jurisprudencial. Os precedentes brasileiros tardios não representavam, portanto, desenvolvimento doutrinário inovador, mas cristalização judicial de prática consolidada há décadas pelo Executivo. O Agravo de Petição nº 56.466, julgado em 1973, envolvendo ação ordinária de indenização proposta por particulares contra o Estado japonês decorrente de acidente de trânsito causado por veículo da Embaixada, constitui marco inicial dessa documentação tardia.[459] Processo notável menos pelo resultado, dado que o STF negou provimento mantendo imunidade, e mais pela fundamentação articulada no parecer do então Procurador da República Francisco Rezek, que décadas depois, já como Ministro, protagonizaria a ruptura de 1989. Rezek, em 1973, sustentou argumentação pragmática que ecoava diretamente a lógica de Beviláqua de 1939: "nenhum Estado ignora a impossibilidade de submeter outra Nação, contra sua vontade, à condição de parte perante o judiciário local. Nem poderia fazê-lo a menos que disposto – apto – a garantir pela força bélica a execução da eventual e esdrúxula sentença condenatória", o que "repugna substancialmente ao moderno Direito Internacional, que nossa República ajudou a construir e consolidar".[460] Essa orientação

[457] KARAGIANNAKIS, Magdalini. State Immunity and Fundamental Human Rights. *Leiden Journal of International Law*, Holanda, v. 11, p. 9-43, 1998.
[458] GRANT (2013), Tom. Article 5. In: O'KEEFE, Roger; TAMS, Christian (Eds.). *The UN Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property*: a commentary. Oxford: Oxford, 2013. 465p. P. 101-103.
[459] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo de Petição n. 56.466/DF*. Rel. Min Bilac Pinto, Pleno, unânime, audiência de publicação, 19.09.1973.
[460] BRASIL. STF. *Agravo de Petição n. 56.466/DF.* Rel. Min Bilac Pinto. Brasília, 19 de setembro.1973. p. 153.

demonstra a continuidade doutrinária de quase quatro décadas que transcendia mudanças geracionais no Judiciário e transformações radicais no cenário geopolítico internacional.

A Ação Cível Ordinária nº 160, de 1970,[461] e a Apelação Cível nº 9.682-RJ, de 1975,[462] reforçaram postura que condicionava exercício da jurisdição brasileira à anuência do Estado estrangeiro, tratando a competência constitucional como regra de competência interna que só se exerceria mediante consentimento soberano. Na ACi nº 9.682/1975, o STF, por unanimidade, acolheu voto do Ministro Relator Rodrigues Alckmin que sentenciou: "Nada obsta a que se promova a citação pedida, a fim de que haja, se assim o desejar o citando [Estados Unidos da América], a anuência deste à submissão à jurisdição brasileira".[463] O próprio Procurador-Geral da República Francisco Rezek, no parecer, advertiu que "seria prematuro esclarecer quão ilusória a tese de que o Estado soberano contra o qual foi a demanda ajuizada não seja lícito recusar a jurisdição brasileira".[464] Isso demonstra o reconhecimento explícito de que, na prática, a anuência esperada jamais viria, tornando a citação mero procedimento formal sem consequências jurídicas efetivas. Esses precedentes formalizavam doutrina segundo a qual as previsões constitucionais de competência para julgar Estados estrangeiros — presentes nas Constituições de 1891, 1934, 1937 e mantidas nas posteriores — não afastavam automaticamente a imunidade derivada do costume internacional, estabelecendo hierarquia implícita em que normas consuetudinárias de direito das gentes prevaleciam sobre disposições processuais domésticas. Significativamente, esses casos da década de 1970 consolidaram-se justamente quando o cenário legislativo internacional sinalizava movimento oposto. Assincronia que não decorria de desconhecimento, mas de opção institucional consciente que privilegiava continuidade sobre inovação em matéria sensível às relações exteriores.

A década de 1980 intensificou essas tensões, expondo contradições crescentes entre doutrina tradicional e novas demandas, especialmente trabalhistas, que pressionavam os limites da imunidade absoluta, forçando o STF a confrontar peculiaridades dos casos que não mais permitiam aplicação meramente mecânica de precedentes. A Ação Cível Originária nº 298-2/DF,[465] julgada em 14 de abril de 1982, constitui o caso mais emblemático desse período, revelando ao mesmo tempo o auge da rigidez institucional brasileira e as fissuras internas que prenunciavam mudança futura. O caso envolvia disputa entre Síria e Egito sobre propriedade

[461] BRASIL. STF. *Ação Cível Ordinária nº 160*. Relator: Min. Aliomar Baleeiro. Brasília, 13 de maio de 1970.
[462] BRASIL. STF. *Apelação Cível nº 9.682*. Relator: Min. Rodrigues Alckmin. Brasília, 3 de dezembro de 1975.
[463] BRASIL. STF. *Ação Cível Interlocutória nº 9.682*. Relator: Min. Rodrigues Alckmin. Brasília, DF, 1975.
[464] BRASIL. STF. *Apelação Cível nº 9.682*. Relator: Min. Rodrigues Alckmin. Parecer da Procuradoria-Geral da República: José Francisco Rezek. Brasília, 3 de dezembro de 1975.
[465] BRASIL. STF. *Ação Cível Originária nº 298*. Relator: Min. Soares Muñoz. Brasília, 14 de abril de 1982.

de imóvel situado no Rio de Janeiro que havia abrigado representação consular da República Árabe Unida antes de sua dissolução. Controvérsia que se encaixava perfeitamente tanto nas exceções previstas pelo Código de Bustamante (ação real sobre imóvel situado no Brasil) quanto nas regras de competência exclusiva do direito processual brasileiro (artigo 89, inciso I, do Código de Processo Civil, que atribui competência exclusiva à autoridade judiciária brasileira para ações relativas a imóveis situados no país). A confluência de fonte convencional internacional e norma doméstica processual sugeria aplicação inequívoca da jurisdição brasileira, mas o STF, por estreita maioria de cinco votos a quatro, decidiu extinguir o processo sem julgamento de mérito, invocando imunidade de jurisdição dos Estados demandados. A ementa do acórdão registrou expressamente que a imunidade "não [foi] afastada pelo fato de constituir objeto da demanda um imóvel situado no Brasil", estabelecendo precedente de que mesmo a exceção mais clara e tradicionalmente reconhecida, a das ações reais imobiliárias, poderia ser ignorada quando em aparente conflito com princípios mais amplos de direito internacional público. O voto vencedor priorizou questões preliminares de direito internacional público — os efeitos jurídicos da união e posterior separação dos Estados árabes — sobre a competência territorial exclusiva brasileira, argumentando que a solução da controvérsia exigiria exame prévio de matérias que escapariam à jurisdição dos tribunais nacionais. A significância transcende o resultado específico: até o Ministro Moreira Alves, embora votando pela extinção, reconheceu em seu voto que "mesmo os mais intransigentes defensores da imunidade absoluta admitiam, entre as exceções que a afastavam, as questões relativas às ações reais imobiliárias". Essa admissão revela que a decisão final não decorria de desconhecimento sobre progressão doutrinária internacional ou sobre o texto do Código de Bustamante, mas de opção por priorizar o costume internacional sobre fontes que admitiam exceções, demonstrando que a lei não determina automaticamente a prática jurídica quando há convergência institucional sólida em favor do *status quo*.

As causas trabalhistas, que proliferaram na década de 1980, constituíram campo de batalha privilegiado para tensões entre imunidade absoluta e novas demandas por justiça social, com o STF mantendo-se "aferrado à tese do caráter absoluto da imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro" mesmo diante de pressões crescentes.[466] O Conflito de Jurisdição nº 6.182-0/SP,[467] julgado em 26 de setembro de 1979, estabeleceu competência da Justiça Federal para

[466] PEDREIRA, Pinho. A concepção relativista das imunidades de jurisdição e execução do Estado estrangeiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 35, n. 140, p. 227-236, out./dez. 1998. p. 229.
[467] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Conflito de Jurisdição nº 6.182*. Relator: Min. Cordeiro Guerra. Brasília, 26 de setembro de 1979.

processar e julgar reclamações trabalhistas contra representações diplomáticas e decidir sobre a preliminar de imunidade de jurisdição. Definição processual que, embora não alterasse substancialmente a aplicação da imunidade, reconhecia implicitamente a necessidade de mecanismos jurisdicionais específicos para lidar com categoria crescente de litígios. A Apelação Cível nº 9.684,[468] julgada em 1983, envolvendo reclamação trabalhista de cozinheira contra a República do Iraque, reafirmou que a extinção do processo na primeira instância por falta de renúncia à imunidade seria mantida, e que "o silêncio do demandado não importa em renúncia à imunidade". Esse posicionamento atribuía ao Estado estrangeiro ônus zero de defesa ativa, bastando sua inércia para garantir proteção processual plena. A Apelação Cível nº 9.687,[469] de 1984, contra o Governo da França por honorários advocatícios, embora não apresentasse inovação substantiva no resultado, dado que STF aplicou precedentes mantendo imunidade, revelou divergência significativa nas instâncias inferiores. A sentença de primeira instância, proferida pelo Juiz Federal Jacy Garcia Vieira, havia feito "defesa extremamente consistente da relativização da imunidade de jurisdição", citando a Convenção da Basileia, o *FSIA* dos EUA e o *SIA* do Reino Unido para concluir que "o mundo Ocidental inteiro rejeitou a teoria da imunidade absoluta". [470] O STF, contudo, reformou a decisão, aplicando entendimento consolidado, demonstrando que mesmo argumentação sofisticada baseada em direito comparado e tendências internacionais contemporâneas não penetrava resistência institucional da Corte, que privilegiava continuidade doutrinária sobre alinhamento com práticas de países centrais. A Apelação Cível nº 9.695-5/DF,[471] de 1987, contra a República Popular da Hungria, seguiu padrão similar. O STF reformou sentença de primeira instância que havia rejeitado imunidade, reafirmando caráter absoluto e determinando trancamento do feito.

O prenúncio da virada que ocorreria em 1989 manifestou-se, de forma ainda isolada e insuficiente para alterar jurisprudência consolidada, no RE nº 94.084-7/DF,[472] julgado em 12 de março de 1986, envolvendo reclamação trabalhista contra os EUA. O Ministro Moreira Alves proferiu o primeiro voto contrário à imunidade absoluta em causas trabalhistas encontrado nos acórdãos pesquisados, indeferindo recurso estadunidense e rejeitando aplicação da norma costumeira, argumentando que "a imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro não tem nada que ver com princípios e garantias adotadas pelo regime, sendo uma opção pura e simples do regime". Esse voto isolado — que não prevaleceu, uma vez que o STF, por maioria,

[468] BRASIL. STF. *Apelação Cível nº 9.684*. Relator: Min. Rafael Mayer. Brasília, 1 de fevereiro de 1983.
[469] BRASIL. STF. *Apelação Cível nº 9.687.* Relator: Min. Djaci Falcão. Brasília, 15 de agosto de 1984.
[470] DALLARI, Paulo M. *A imunidade de jurisdição e a prática do Supremo Tribunal Federal*. 2005. p. 34-35.
[471] BRASIL. STF. *Apelação Cível nº 9.695*. Relator: Min. Oscar Corrêa. Brasília, 21 de maio de 1987.
[472] BRASIL. STF. *RE nº 94.084*. Relator: Min. Aldir Passarinho. Brasília, 12 de março de 1986.

negou provimento ao recurso mantendo extinção do processo — demonstrava a insustentabilidade do que se defendia com a imunidade absoluta", evidenciando que mesmo dentro da Corte já havia percepção de que a doutrina tradicional se tornara incompatível com realidades contemporâneas. A resistência institucional prevaleceria, contudo, por mais três anos, quando a própria Corte reconheceria que a norma costumeira internacional havia sido substituída por novo consenso global, o qual não mais poderia ser ignorado pelo Brasil sem custos diplomáticos e reputacionais significativos.

Retornemos agora à incidência da imunidade absoluta sobre o caso Changri-lá. O cenário brasileiro de 1943 revela-se paradigmático quando examinado à luz do desaparecimento do barco pesqueiro em águas territoriais nacionais, em julho daquele ano. A compreensão geopolítica do incidente exige reconstituição da trajetória da política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Após adotar neutralidade formal em setembro de 1939 por meio do Decreto-Lei nº 1.561,[473] o Brasil manteve, até 1942, postura de "equidistância pragmática" que buscava maximizar os benefícios das tensões entre Estados Unidos e Alemanha.[474] Tratava-se de cálculo estratégico típico de país em desenvolvimento navegando pela polarização global sem capacidade de projeção militar autônoma. O rompimento de relações diplomáticas com o Eixo em 28 de janeiro de 1942, seguido pela declaração de estado de guerra por meio do Decreto nº 10.358,[475] de 31 de agosto do mesmo ano, resultou dos torpedeamentos contra dezenove navios mercantes brasileiros, responsáveis por mais de setecentas mortes civis. Esse percurso converteu o Brasil em beligerante formal contra a Alemanha, de modo que, em julho de 1943, o país já se encontrava há quase um ano em condição jurídica de guerra plena. O desaparecimento do Changri-lá nesse quadro motivou investigação administrativa perante o Tribunal Marítimo. A decisão, proferida em 11 de fevereiro de 1944 e oficialmente registrada apenas em 5 de junho de 1945, arquivou o caso classificando-o como "fortuito" em razão da "absoluta impossibilidade de obtenção de quaisquer elementos" que permitissem determinar causa definitiva. Reconhecia-se, contudo, que os depoimentos colhidos levam à conclusão de que a embarcação sofrera um ataque de guerra, sem provas conclusivas que o confirmassem.

---

[473] BRASIL. *Decreto-lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939*. Aprova as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html.

[474] MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira numa estrutura hegemônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

[475] BRASIL. *Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942*. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm.

O aspecto mais significativo para a análise da imunidade absoluta não reside nos detalhes factuais incertos do desaparecimento, questão que seria objeto de reexame historiográfico e judicial décadas mais tarde, com resultados controvertidos. Reside, antes, no silêncio institucional eloquente que caracterizou o tratamento brasileiro do caso em 1943-1944. A ausência completa de qualquer discussão sobre eventual responsabilização jurídica da Alemanha ou questionamento de sua proteção jurisdicional, mesmo em cenário de beligerância declarada e perdas civis em águas nacionais. Tal omissão não decorria apenas de limitações probatórias, pois o próprio relatório do Tribunal Marítimo admitia "indícios" de ataque bélico. Decorria, sobretudo, da operação plena da lógica imunitária absoluta, que enquadrava atos de guerra como manifestação paradigmática de atos de império, categoria que, sob a doutrina vigente, permanecia infensa à cognição de tribunais estrangeiros independentemente de licitude, proporcionalidade ou extensão dos danos causados. A máxima *par in parem* incidia com força irrestrita em período bélico, refletindo o entendimento consolidado de que operações militares, por mais destrutivas que fossem, constituíam atos soberanos quintessenciais. Submetê-las ao escrutínio judicial de outro Estado equivaleria a violar a estrutura fundamental da ordem internacional westfaliana. Não havia, na doutrina ou na prática da época, gradação ou exceção. Fosse bombardeio de alvos militares ou alegado torpedeamento de embarcação civil pesqueira, ambos configurariam exercício de força bélica estatal protegido pela prerrogativa imunitária.

A postura brasileira de não questionar juridicamente a proteção imunitária alemã, abstendo-se de buscar responsabilização legal e limitando-se à investigação factual administrativa, respondia a um cenário mais amplo que transcendia o caso específico. A preservação do arcabouço jurídico-diplomático da imunidade absoluta, mesmo em guerra declarada, refletia a lógica de reciprocidade estrutural que fundamentava o sistema internacional horizontal da época. Estados concediam prerrogativas imunitárias uns aos outros não por abstrações jurídicas ou generosidade, mas por necessidade prática de proteger suas próprias forças militares, oficiais e atividades estatais do escrutínio judicial externo. Essa reciprocidade adquiria relevância particular para país como o Brasil, cuja participação militar limitada e tardia no conflito, dado que a Força Expedicionária Brasileira somente seria enviada à Itália em 1944, não eliminava a possibilidade de que atos de suas forças armadas pudessem, em cenários futuros ou distintos, ser questionados em foros estrangeiros. A advertência de Beviláqua em parecer de 1939, de que mesmo "insignificante questão de direito privado" poderia "terminar por um conflito violento" entre nações, aplicava-se com força redobrada a

atos de guerra.[476] Essa categoria, por definição, envolvia uso de força letal e danos massivos, tornando imperativo preservar a imunidade irrestrita para evitar espirais de litígios judiciais que comprometeriam relações pós-conflito e a estabilidade do sistema interestatal.

O Executivo brasileiro, ao aderir à doutrina mesmo quando confrontado com alegadas perdas civis em território nacional, privilegiava visão estratégica de longo prazo. Reconhecia-se o valor de manter intacto o regime de proteções recíprocas que poderia beneficiar o próprio Brasil em sua inserção internacional vulnerável, subordinando demandas de justiça imediata para vítimas específicas à conservação da estrutura normativa que resguardava o Estado brasileiro no plano internacional. Essa lógica manifestava-se concretamente na política brasileira de reparações pós-guerra. Embora o país tenha buscado ativamente participar de conferências sobre compensações, tendo inclusive confiscado bens alemães por meio do Decreto-Lei nº 4.166/1942 e criado a Comissão de Reparações de Guerra pelo Decreto-Lei nº 8.553/1946,[477] e tenha protestado contra a exclusão das conferências de Paris, Moscou e Londres, as soluções políticas adotadas pelas grandes potências marginalizaram os pleitos brasileiros. O resultado foi a relegação do país a negociações bilaterais infrutíferas com os Estados Unidos. Significativamente, essa marginalização diplomática não gerou, por parte do Brasil, tentativas de contornar obstáculos políticos por meio da judicialização de responsabilidades bélicas alemãs.

O instituto da imunidade absoluta de jurisdição no Brasil, durante o período 1903-1989, sustentava-se sobre estrutura dual que distinguia conceitualmente duas modalidades de proteção processual. A primeira correspondia à imunidade de jurisdição propriamente dita, referente à fase cognitiva. Quando reconhecida, funcionava como obstáculo que impedia o tribunal do foro de sequer conhecer do mérito da controvérsia, resultando na extinção do feito sem resolução de mérito. A segunda, concernente a medidas constritivas sobre bens estatais, resguardava o patrimônio do ente soberano estrangeiro contra atos de natureza cautelar ou executória. Essa salvaguarda operava em momento posterior do *iter* processual, pressupondo logicamente a existência de título executivo passível de satisfação forçada. Embora

---

[476] BEVILAQUA, Clóvis. *Direito público internacional*: síntese dos princípios e a contribuição do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1939. p. 80

[477] BRASIL. *Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942*. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4166.htm. Acesso em: 04 fev. 2026; BRASIL. *Decreto-lei nº 8.553, de 4 de janeiro de 1946*. Cria a Comissão de Reparações de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1946. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2FDEL+8.553-1946&OpenDocument. Acesso em: 04 fev. 2026

intimamente relacionadas e frequentemente tratadas em conjunto pela legislação e pela doutrina internacional, as duas espécies constituíam categorias autônomas e inconfundíveis, respondendo a fundamentos jurídicos parcialmente diversos. A doutrina brasileira no período clássico tratava-as não apenas como absolutas, mas como estruturalmente interdependentes, com hierarquia implícita que situava a proteção executória como salvaguarda institucional de alcance superior e derradeira blindagem estatal contra intervenção judicial estrangeira.

A fundamentação para essa precedência apoiava-se no argumento de que medidas constritivas comprometeriam a soberania de forma mais gravosa do que a simples submissão à fase de conhecimento. Essa lógica manifestava-se concretamente no princípio da dupla renúncia. Ainda que o Estado estrangeiro abdicasse expressamente da imunidade jurisdicional, submetendo-se voluntariamente ao processo de conhecimento perante tribunais brasileiros, tal ato não importava automaticamente em abandono da prerrogativa executória. Para que se pudesse proceder a medidas constritivas sobre patrimônio estatal, seria necessária segunda renúncia, expressa e específica, direcionada à fase de cumprimento. As Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) e sobre Relações Consulares (1963) codificavam esse regime nos artigos 32(4) e 45(4), respectivamente, dispondo que a abdicação da proteção jurisdicional em matéria cível ou administrativa não alcançava a esfera executória da decisão, para a qual se exigia manifestação de vontade autônoma e adicional.[478] O STF, contudo, ao aplicar tais dispositivos convencionais, promovia extensão analógica de seu alcance. As normas disciplinavam diretamente a renúncia à proteção de agentes diplomáticos e consulares e, em articulação com os artigos 22 e 31 das respectivas Convenções, resguardavam por via reflexa a imunidade de execução sobre bens da missão e da repartição consular, sem tratar expressamente da imunidade do Estado enquanto pessoa jurídica de direito internacional. O tribunal, valendo-se dessa ancoragem convencional parcial, fundamentava regime de dupla salvaguarda aplicável aos próprios entes soberanos estrangeiros para além das hipóteses textualmente previstas.

A rigidez da imunidade de execução gerava consequência prática paradoxal que expunha fragilidades estruturais do sistema. Mesmo nos raros casos em que Estado estrangeiro fosse condenado em processo de conhecimento — seja por renúncia expressa à jurisdição, seja

[478] Art. 32(4): "A renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações civis ou administrativas não implica renúncia a imunidade quanto as medidas de execução da sentença, para as quais nova renúncia é necessária.". Cf. BRASIL. *Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Art. 45(4): "A renúncia à imunidade de jurisdição quanto a ações civis ou administrativas não implicará na renúncia à imunidade quanto a medidas de execução de sentença, para as quais nova renúncia será necessária." Cf. BRASIL. *Decreto nº 61.078, de 22 de dezembro de 1967*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Brasília, DF: Presidência da República, [2025].

por aplicação de eventual exceção convencional ou costumeira —, a sentença condenatória permaneceria inexequível no território brasileiro enquanto perdurasse a prerrogativa executória, reduzindo o provimento judicial a comando desprovido de eficácia concreta. Essa inexecutabilidade, contudo, não era percebida pela doutrina brasileira tradicional como denegação de justiça ou vício sistêmico, mas como corolário lógico da soberania estatal.[479] A impossibilidade de constrição judicial refletia o reconhecimento de que o patrimônio de ente soberano estrangeiro, ainda que situado em território nacional, permanecia funcionalmente vinculado à soberania de origem, não podendo ser equiparado a acervo privado ordinário sujeito à garantia de obrigações. O Ministro Celso de Mello, em acórdão paradigmático, sintetizou essa posição ao afirmar que a prerrogativa decorrente da proteção executória não obstava o exercício da jurisdição brasileira na fase cognitiva, consagrando autonomia radical entre os dois momentos processuais e subordinando a efetividade da prestação jurisdicional à preservação das prerrogativas soberanas do demandado.[480] Privilegiava-se, no entanto, a via diplomática sobre a compulsão judicial. Presumia-se que o Estado condenado na fase de conhecimento tenderia a cumprir espontaneamente a decisão, honrando sem resistência a obrigação judicialmente reconhecida. Eventual inadimplemento seria encaminhado a negociações interestatais, não a atos coercitivos unilaterais do Estado do foro.

O argumento da inexecutabilidade foi articulado de forma particularmente explícita pelo Japão no caso Iracy Ribeiro de Lima v. Consulado Geral do Japão, que se estendeu de 1987 a 2003. O Estado japonês sustentou perante o STF que, "apesar de o Judiciário brasileiro autorizar o processamento das ações, a possibilidade de a jurisdição ser efetiva era remota, pois o privilégio de imunidade de execução continuava absoluto", argumentando que "jurisdição sem efetividade, é o mesmo que ausência de jurisdição".[481] Este raciocínio, levado às últimas consequências, implicaria que relativização da imunidade de jurisdição sem correspondente flexibilização da imunidade de execução constituiria mudança meramente simbólica. O Ministro Celso de Mello refutou expressamente esse argumento, reafirmando que "a imunidade de jurisdição e a imunidade de execução constituíam categorias autônomas, que deviam ser tratadas de forma diferente e independente". A refutação formal não eliminava, contudo, tensão lógica subjacente. Se jurisdição desacompanhada de executoriedade era inefetiva, a manutenção da imunidade de execução absoluta após 1989 esvaziava parcialmente a

[479] BRASIL. STF. *Agravo de Petição n.56.466/1973*. Parecer do Procurador da República Francisco Rezek, p. 153.
[480] BRASIL. STF. *Agravo Regimental no RE nº 222.368-4 – PE – Pernambuco*. Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Rel. Min. Celso de Mello, 30 de abril de 2002.
[481] BRASIL. STF. *Agravo Regimental no RE nº 222.368-4 – PE – Pernambuco*. Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Rel. Min. Celso de Mello, 30 de abril de 2002.

relativização da imunidade de jurisdição, preservando núcleo duro da proteção estatal mesmo após abandono formal da doutrina absoluta. Essa tensão persistiria nas décadas seguintes, com doutrina e jurisprudência brasileiras demonstrando maior resistência à relativização da imunidade de execução do que da imunidade de jurisdição. Tal assimetria refletia não apenas diferença de gravidade das intromissões sobre soberania, mas também peso específico das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, cujas disposições sobre inviolabilidade de bens de missões diplomáticas forneciam fundamento convencional escrito para manutenção da imunidade de execução que não existia para imunidade de jurisdição, dependente exclusivamente de costume

À guisa de conclusão, a persistência da imunidade absoluta no Brasil entre 1903 e 1989 não decorreu de alheamento doutrinário nem de inércia institucional, mas de convergência entre três esferas de atuação estatal. A esfera normativa, estruturada pela ausência de codificação doméstica específica e pela interpretação do Código de Bustamante que privilegiava reciprocidade sobre efetividade jurisdicional, fornecia a moldura formal que legitimava a abstenção judicial. A esfera diplomática, consolidada desde os pareceres de Beviláqua até os de Rezende Rocha, traduzia essa moldura em doutrina vinculada a cálculos de interesse nacional, reconhecendo que questões de imunidade não poderiam ser tratadas como tecnicamente neutras, mas exigiam planejamento político orientado pela reciprocidade. A esfera judicial, por fim, internalizava esse cálculo ao aplicar mecanicamente a presunção de imunidade com base exclusivamente no status soberano do demandado, deferindo sistematicamente à lógica do Executivo. A coerência entre essas três esferas não foi acidental, dado que refletia a arquitetura institucional na qual o Itamaraty exercia controle discricionário sobre a política de imunidades, com o Judiciário operando como agente de contenção jurisdicional que traduzia preferências de política externa em decisões formalmente jurídicas.

A persistência desse arranjo tinha, todavia, um custo crescente. Enquanto o consenso internacional em torno da imunidade relativa se consolidava de forma progressiva entre as décadas de 1950 e 1970, a posição brasileira tornava-se crescentemente isolada. Esse isolamento não era acidental, pois respondia a características estruturais da inserção internacional do Brasil que não encontravam equivalente nas potências centrais que haviam iniciado a relativização. A vulnerabilidade fiscal crônica, marcada por sucessivos episódios de inadimplemento e renegociação forçada de dívidas soberanas desde o Império, tornava a imunidade absoluta instrumento defensivo essencial contra litígios em foros estrangeiros

movidos por credores privados e Estados credores.[482] A participação da FEB no teatro de guerra italiano (1944-1945) e os legados de disputas territoriais com países vizinhos criavam exposição teórica a responsabilizações futuras que só o regime de imunidade recíproca poderia conter. Os princípios estruturantes da diplomacia brasileira, especialmente a igualdade soberana, a não intervenção e a autodeterminação, não funcionavam como abstrações retóricas, mas como escudos normativos que países de menor poder relativo mobilizavam para preservar margens de autonomia em sistema internacional hierárquico. Submeter o Estado soberano à jurisdição compulsória de tribunais estrangeiros equivaleria a estabelecer precisamente a hierarquia jurisdicional que esses princípios vedavam. O episódio de 1983, quando o Brasil renunciou à imunidade de jurisdição em acordo de empréstimo com consórcio liderado pelo Citibank sob supervisão do FMI, revelou a contradição interna do arranjo. A imunidade, que deveria funcionar como proteção padrão e irrenunciável, convertera-se em moeda de negociação cujo abandono era imposto em momentos de máxima fragilidade fiscal, precisamente quando a proteção seria mais necessária. Longe de contradizer a lógica defensiva da doutrina absoluta, esse episódio a confirmava, pois renunciar era ato de submissão excepcional e coagido, prova de que manter a imunidade como padrão permanecia estrategicamente racional.

A virada jurisprudencial de 1989, quando o Ministro Rezek conduziu o STF a reconhecer, no caso Genny de Oliveira, que o costume internacional havia mudado de forma irreversível, não representou conversão doutrinária, mas rendição tardia a uma evidência acumulada ao longo de décadas. Não foi pressão litigiosa doméstica, nem proliferação de casos comerciais envolvendo empresas estatais estrangeiras, que forçou a adaptação; foi a constatação de que o isolamento doutrinário brasileiro acumulava custos reputacionais e diplomáticos incompatíveis com a pretensão do país de participar como interlocutor legítimo nas arenas jurídicas internacionais. A irrelevância prática da distinção *jure imperii/jure gestionis* até 1989 refletia, portanto, não desconhecimento, mas decisão consciente, cujo custo crescente tornava a manutenção do regime absoluto progressivamente insustentável. Inaugurava-se, assim, um intervalo de transição: o Brasil abandonava o regime que por oitenta e seis anos estruturara sua posição, sem ainda ter definido com clareza os contornos do regime que o substituiria, configuração que o capítulo seguinte se propõe a examinar.

[482] CALÓGERO, Guilherme; NOGUEIRA, Paulo Roberto de. *Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)***.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

## 2.2 [1999] Tempos de transição: atos de gestão, imunidade relativa e adesão cautelosa

O ano de 1999 marca o segundo instantâneo temporal desta análise geopolítica, momento em que a Procuradoria Especial da Marinha requereu a reabertura do caso Changri-lá perante o Tribunal Marítimo, sessenta e seis anos após o desaparecimento da embarcação pesqueira brasileira. Essa decisão, embora motivada por novas pesquisas históricas que atribuíram o naufrágio ao submarino alemão U-199, insere-se em um contexto jurídico-normativo radicalmente distinto daquele de 1943. Diferentemente do momento inaugural do caso, quando a imunidade absoluta dominava as práticas estatais e o Brasil alinhava-se automaticamente a essa ortodoxia, em 1999 o país já havia aderido, desde 1989, à teoria restritiva da imunidade de jurisdição, distinguindo entre atos de império (*jure imperii*) e atos de gestão (*jure gestionis*). A guinada, consolidada no julgamento do caso Genny de Oliveira, representou não uma ruptura abrupta, mas uma vernacularização cautelosa do costume internacional que se consolidara nas décadas anteriores, alinhando o Brasil, ainda que tardiamente, à prática majoritária dos tribunais ocidentais. Contudo, a reabertura do Changri-lá em 1999 ocorre precisamente no limiar de uma nova inflexão na geopolítica da imunidade estatal, prenunciando tensões que apenas duas décadas depois seriam decididas pelo Supremo Tribunal Federal na formulação da Tese 944.

O marco cronológico de 1999, todavia, não encerra o período histórico que este subcapítulo se propõe a examinar. A trajetória da imunidade relativa no direito internacional estende-se desde a Tate Letter americana de 1952 — resposta estratégica ao comércio estatal monopolizado pela URSS durante a Guerra Fria —, passando pelas codificações legislativas dos anos 1970 (*Foreign Sovereign Immunities Ac*t nos EUA, *State Immunity Act* no Reino Unido, Convenção de Basileia na Europa), até as tentativas frustradas de consenso universal na Convenção da ONU de 2004. No Brasil, especificamente, a prática da imunidade relativa, iniciada em 1989, manteve-se estável e cautelosa até 2016, quando o STF começou a julgar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858, que culminaria na formulação da Tese 944 em 2021/22. Assim, embora 1999 funcione como ponto focal — momento em que o Changri-lá retorna ao Judiciário brasileiro —, a análise contextual abrangerá toda a segunda metade do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI, período no qual a imunidade relativa consolidou-se como costume, fragmentou-se em práticas heterogêneas e, por fim, foi novamente desafiada por exceções incipientes baseadas em violações de direitos humanos e normas de *jus cogens*.

Este subcapítulo estrutura-se em três movimentos analíticos complementares, cada um capturando uma dimensão distinta do processo de consolidação heterogênea da imunidade relativa. Primeiramente, examina-se a consolidação fragmentada da imunidade relativa entre 1952 e 1989, abordando os protagonismos anglo-saxões e europeus (Tate Letter, FSIA, SIA, Convenção de Basileia), bem como as resistências articuladas de blocos periféricos — URSS e países socialistas, América Latina protegida pela Doutrina Drago, Ásia e África com suas trajetórias heterogêneas de adesão tardia ou inexistente. Essa seção demonstra como a relativização da imunidade, longe de ser uma evolução linear e universal, resultou de escolhas geopolíticas específicas, motivadas por interesses econômicos, disputas comerciais e assimetrias de poder entre Estados centrais e periféricos. Em seguida, analisa-se a fragmentação persistente do costume internacional, evidenciada pelos fracassos das tentativas de codificação global — a Convenção de Basileia (1972) restrita a oito Estados europeus, os trabalhos da Comissão de Direito Internacional iniciados em 1978, e a Convenção da ONU (2004). Essa fragmentação revela não apenas a coexistência de critérios normativos divergentes (natureza vs. finalidade do ato), mas também a tensão entre "direito projetado" (normas codificadas) e "direito vivido" (práticas estatais efetivas), demonstrando que a imunidade relativa, mesmo quando amplamente aceita, nunca alcançou consenso universal quanto aos seus fundamentos e limites.

Por fim, investiga-se a trajetória brasileira entre 1989 e 2015, demonstrando como o país, após décadas de adesão à imunidade absoluta, adotou tardiamente a teoria restritiva, manteve-a de forma cautelosa por quase três décadas e, ao final desse período, protagonizou uma nova inflexão ao formular a Tese 944. Essa seção organiza-se em quatro momentos temporais: (1) 1989, a guinada com o caso Genny de Oliveira e a vernacularização jurisprudencial da imunidade relativa sem legislação específica; (2) décadas de 1990-2010, consolidação cautelosa e limitada da prática relativizadora restrita a atos de gestão, especialmente em matéria trabalhista, com manutenção da imunidade absoluta para atos de império; (3) 1999, ponto de inflexão simbólico com a reabertura do Changri-lá, momento em que novas demandas por justiça histórica e reparações começam a pressionar o regime consolidado; e (4) 2016-2022, rumo à Tese 944, quando o STF rompe com a cautela institucional anterior e formula uma exceção ampla e indeterminada baseada em "violação a direitos humanos". Essa trajetória revela não uma evolução jurisprudencial, mas um reposicionamento geopolítico do Brasil que, de ator cauteloso e alinhado ao costume dominante, passa a ocupar posição isolada e discursivamente singular no cenário internacional.

A expressão "tempos de transição" que intitula este subcapítulo ecoa a formulação arendtiana do "não mais e ainda não", empregada na abertura deste capítulo para designar intervalos históricos em que uma determinada ordem já não se sustenta, mas o novo ainda não encontrou configuração estável. Em 1999, o regime da imunidade estatal encontrava-se precisamente nesse intervalo: a imunidade absoluta não mais era sustentável como regra universal, tendo sido abandonada pela maioria dos Estados centrais desde os anos 1950-1970, mas a imunidade relativa ainda não havia alcançado consenso normativo consolidado, permanecendo fragmentada em práticas heterogêneas, projetos regionais fracassados e codificações multilaterais sem adesão suficiente. Nos termos propostos por Martti Koskenniemi, o direito internacional da imunidade estatal operava, naquele momento, em zona de indeterminação estrutural, oscilando entre a apologia da soberania — que justificava a manutenção da imunidade absoluta para atos de império — e a utopia da justiça universal — que começava a pressionar por exceções baseadas em normas imperativas de direito internacional. O Brasil, ao aderir tardiamente à relativização em 1989, posicionou-se de forma pragmática nesse tabuleiro fragmentado, adotando a distinção *imperii*/*gestionis* sem romper com sua tradição de cautela defensiva. A reabertura do Changri-lá em 1999, contudo, prenunciava novas tensões que apenas duas décadas depois seriam decididas pelo STF, quando a Corte, ultrapassando os limites da prudência institucional anterior, formularia uma tese que não encontra respaldo no costume consolidado nem nas práticas estatais dominantes.

Diferentemente do subcapítulo 2.1, que analisou um período de aparente solidez normativa — quando a imunidade absoluta parecia cristalizada, ainda que já contendo fissuras incipientes —, o presente subcapítulo examina uma era de instabilidade e reconfiguração, marcada por protagonismos regionais, resistências periféricas, codificações fracassadas e disputas interpretativas sobre os próprios fundamentos da imunidade estatal. A fotografia que emerge não é de um costume cristalizado, mas de uma fragmentação em curso, na qual diferentes blocos de Estados adotaram trajetórias divergentes motivadas por interesses econômicos, vulnerabilidades geopolíticas e estratégias de poder específicas. É nesse cenário de transição que o Brasil se insere, não como protagonista, mas como ator cauteloso que ajusta sua prática às pressões internas — especialmente do Judiciário trabalhista — e externas — a prática majoritária dos Estados ocidentais —, sem, contudo, romper com sua tradição de pragmatismo defensivo e reciprocidade. Essa cautela, como se demonstrará, será mantida por três décadas, até que o julgamento do caso Changri-lá no STF, iniciado em 2016, promova uma ruptura cujas implicações geopolíticas ainda estão em disputa.

*2.2.1 A relativização fragmentada (pós-1952)*

A data de 19 de maio de 1952 marca o início oficial da transição global rumo à relativização da imunidade de jurisdição estatal, momento em que Jack B. Tate, Consultor Jurídico Interino do Departamento de Estado dos Estados Unidos, dirigiu comunicação formal ao Procurador-Geral Interino, Philip B. Perlman, anunciando mudança de política que abandonava a doutrina absoluta defendida desde *The Schooner Exchange* (1812). A *Tate Letter*, como ficou conhecida, declarou que "a imunidade não deve continuar sendo concedida em certos tipos de casos", fundamentando essa mudança na percepção de que "a prática crescente e difundida dos governos de tomarem parte em atividades comerciais torna necessária uma prática que possibilite às pessoas que negociam com eles terem os seus direitos determinados nas cortes".[483] Essa formulação aparentemente técnica escondia, todavia, motivação geopolítica precisa, qual seja a necessidade de responder às pressões domésticas de credores e empresas privadas americanas que, impedidos de processar Estados estrangeiros envolvidos em transações comerciais inadimplidas, viam-se desprotegidos frente ao escudo jurisprudencial da imunidade absoluta que beneficiava, especialmente, as atividades comerciais estatais da União Soviética e seus satélites durante a Guerra Fria.[484] A Carta não constituía, portanto, evolução doutrinária neutra ou progressão lógica do direito internacional, mas instrumento estratégico concebido para proteger interesses econômicos americanos em contexto de confronto ideológico e expansão do comércio estatal socialista.

O problema criado pelo comércio estatal monopolizado da URSS e do bloco socialista durante a Guerra Fria constituía o cerne estratégico da *Tate Letter*, mas suas raízes encontravam-se na própria arquitetura econômica dos regimes comunistas consolidados após a Revolução Bolchevique de 1917. A União Soviética e outros Estados socialistas operavam sob regime de monopólio estatal sobre o comércio exterior e os meios de produção, contexto no qual toda atividade econômica internacional era, por definição, atividade estatal. Para o bloco soviético, a distinção ocidental entre atos de império e atos de gestão tornava-se conceitualmente inaplicável, pois todo comércio exterior era considerado função essencial do

[483] UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Letter from Jack B. Tate, Acting Legal Adviser, to Acting Attorney General Philip B. Perlman (May 19, 1952). *Department of State Bulletin*, Washington, DC, v. 26, n. 678, p. 984-985, June 1952.

[484] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 137.

Estado intimamente ligada à sua soberania. A doutrina soviética rejeitava explicitamente a teoria restritiva, classificando-a como "dispositivo inventado por estados burgueses com o propósito específico de arruinar o monopólio sobre o comércio exterior da U.R.S.S. e sujeitar a economia soviética às economias dos estados capitalistas".[485] Hildebrando Accioly, então consultor jurídico do Itamaraty brasileiro, interpretou, em 1952 a nova orientação americana como reflexo da Guerra Fria, visando opor-se à crescente atuação do bloco soviético em atividades comerciais e industriais que, blindadas pela imunidade absoluta, escapavam ao escrutínio judicial ocidental.[486] A ironia histórica dessa conjuntura residia no fato de que a própria doutrina absoluta estadunidense havia criado proteção jurisprudencial irrestrita que agora beneficiava o seu adversário geopolítico central.

Os fundamentos estratégicos e econômicos da *Tate Letter* articulavam-se em torno de três eixos interconectados: reciprocidade, nivelamento competitivo e transferência de autoridade da esfera diplomática para a esfera judicial. A questão da reciprocidade constituía argumento central da mudança de política americana. A *Tate Letter* destacava explicitamente que o governo dos Estados Unidos já se sujeitava – supostamente – a litígios em seus próprios tribunais em matéria de contratos e delitos, e mantinha "política de longa data de não reivindicar imunidade para seus navios mercantes em jurisdições estrangeiras".[487] Essa postura americana, alinhada aos princípios da Convenção de Bruxelas de 1926 sobre imunidade de navios estatais em atividades comerciais, contrastava com a prática de outros Estados que mantinham imunidade absoluta e rígida, recusando-se a submeter suas atividades comerciais a tribunais estrangeiros. A concessão unilateral de imunidade por parte dos Estados Unidos a governos estrangeiros que não ofereciam tratamento recíproco era considerada "altamente inconsistente" com a prática americana estabelecida, gerando desequilíbrio nas relações comerciais internacionais. O argumento da reciprocidade funcionava, assim, como racionalização jurídica para decisão essencialmente geopolítica. Se os Estados Unidos continuassem concedendo imunidade absoluta a Estados socialistas que não reciprocavam essa proteção, estariam, na prática, conferindo vantagem unilateral a seus adversários ideológicos, permitindo que empresas estatais soviéticas operassem no mercado americano blindadas de responsabilização

---

[485] SWEENEY, Joseph M.; OLIVER, Covey T.; LEECH, Noyes E. *The International Legal System*: Cases and Materials. 2. ed. Westbury: Foundation Press, 1981. p. 299.

[486] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo brasileiro: os pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 162-192, 2021. p. 176-177.

[487] UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Letter from Jack B. Tate, Acting Legal Adviser, to Acting Attorney General Philip B. Perlman (May 19, 1952). *Department of State Bulletin*, Washington, DC, v. 26, n. 678, p. 984-985, June 1952.

judicial, enquanto empresas americanas permaneciam vulneráveis em jurisdições estrangeiras. A necessidade de nivelar o campo competitivo entre empresas privadas americanas e empresas estatais estrangeiras articulava-se diretamente a esse suposto desequilíbrio.[488] A adoção da teoria restritiva significava reconhecer imunidade apenas para atos soberanos ou públicos, mas negá-la para atos privados ou comerciais, estabelecendo que, quando um Estado entra na esfera do comércio, deveria ser tratado como entidade privada sujeita às regras de direito comum. Essa assimetria comprometia a funcionalidade do mercado, pois removia incentivos para que Estados comerciantes cumprissem contratos, uma vez que credores lesados não dispunham de remédios judiciais efetivos. Por conseguinte, a relativização proposta pela *Tate Letter* buscava, nos termos do país, restaurar condições de competição equilibradas, assegurando que todos os participantes do mercado — fossem privados ou estatais — estivessem igualmente sujeitos à autoridade adjudicatória quando atuassem em atividades comerciais.

A transferência de autoridade da esfera diplomática (Departamento de Estado) para a esfera judicial constituía a terceira dimensão estratégica da *Tate Letter*, embora sua implementação efetiva tenha sido incompleta e contraditória por mais de duas décadas. Antes de 1952, a determinação sobre imunidade estatal nos Estados Unidos operava mediante mecanismo político no qual tribunais deferiam automaticamente às "sugestões" (*suggestions*) do Departamento de Estado, que exercia poder *quasi*-judicial decidindo discricionariamente, caso a caso, se concederia ou negaria imunidade a Estados estrangeiros demandados judicialmente. [489] Essa prática, consolidada em *Ex parte Republic of Peru* (1943), [490] subordinava o Judiciário ao Executivo em matéria de imunidade, transformando decisões jurisdicionais em instrumentos de política externa. A *Tate* sinalizava a intenção do Departamento de Estado de reduzir esse envolvimento político, expressando que os tribunais estariam "menos inclinados a permitir uma alegação de imunidade soberana quando o executivo se recusasse a fazê-lo".[491] O discurso oficial apresentava a redistribuição institucional da competência decisória como despolitização das decisões de imunidade. Tratava-se, contudo,

---

[488] BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025. p. 139.

[489] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990. p. 101.

[490] UNITED STATES. Supreme Court. *Ex parte Republic of Peru*, 318 U.S. 578 (1943). Washington, D.C., 5 abr. 1943. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/318/578. Acesso em: 1 out. 2025.

[491] UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Letter from Jack B. Tate, Acting Legal Adviser, to Acting Attorney General Philip B. Perlman (May 19, 1952). *Department of State Bulletin*, Washington, DC, v. 26, n. 678, p. 984-985, June 1952.

menos de despolitização efetiva do que de deslocamento do *locus* institucional no qual a dimensão política da decisão se operava, com a substituição do Departamento de Estado pelos tribunais federais enquanto instância encarregada de ponderar considerações materialmente políticas sob a roupagem técnica do raciocínio jurídico.

Esse instrumento não eliminou, entretanto, o papel do Executivo, que continuou intervindo em litígios contra Estados estrangeiros ao longo das décadas de 1950-1970, frequentemente com base em considerações exclusivamente políticas.[492] Estados estrangeiros mantiveram a prática de pressionar, por vias diplomáticas, o Departamento de Estado para que este sugerisse imunidade aos tribunais. As cortes, por sua vez, geralmente seguiam essas determinações executivas independentemente dos fundamentos jurídicos da disputa comercial subjacente. Observadores contemporâneos notaram que o Departamento havia "silenciosamente abandonado a política restritiva" estabelecida na *Tate Letter*, substituindo-a por "política de imunidade caso a caso dependente das relações diplomáticas e dos interesses dos EUA no momento".[493] Essa contradição entre retórica despolitizadora e prática politizada revelava inconsistência estrutural. Enquanto internamente o Departamento de Estado promovia a teoria restritiva através da *Tate Letter*, externamente pleiteava invariavelmente imunidade para o governo americano. Essa postura diametralmente oposta demonstrava como a relativização era instrumento aplicado seletivamente segundo interesses geopolíticos, não princípio universal de coordenação jurídica entre Estados.

As limitações e contradições da *Tate Letter* resumem-se em três dimensões interconectadas que comprometeram sua efetividade prática por mais de duas décadas, a saber: (a) ausência de critérios claros, (b) persistência de pressões políticas e (c) necessidade posterior de codificação legislativa. A ausência de critérios claros para distinguir atos de império de atos de gestão constituía a falha técnica central do instrumento. Embora a carta anunciasse a adoção da teoria restritiva, não forneceu diretrizes ou parâmetros explícitos que permitissem aos tribunais diferenciar, de forma objetiva e consistente, entre atos soberanos merecedores de imunidade e atos comerciais sujeitos à jurisdição local. A distinção revelava-se complexa e suscetível a múltiplas interpretações, especialmente quanto ao critério aplicável, por exemplo deveria prevalecer a natureza do ato (se pode ou não ser praticado por particular) ou a finalidade do ato (se serve ou não função pública/soberana)? Essa ambiguidade conceitual

---

[492] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990. p. 101.
[493] ALEBEEK, Rosanne van. *The Immunity of States and Their Officials in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 32.

gerava dificuldades práticas insuperáveis. Como observou Guido Soares, o juiz, para classificar o ato como *imperii* ou *gestionis*, já precisaria ter assumido jurisdição sobre o caso — o que configurava "contradição lógica insuperável", pois a determinação da imunidade deveria, em tese, preceder a assunção jurisdicional.[494] A *Tate Letter* deixou essa controvérsia metodológica sem solução, transferindo aos tribunais o ônus de desenvolver casuisticamente os critérios de classificação, processo que resultou em jurisprudência fragmentada e inconsistente ao longo das décadas seguintes. A persistência de pressões políticas comprometeu ainda mais gravemente a efetividade da mudança anunciada. Conforme já mencionado, o Departamento de Estado não aderiu estritamente aos princípios restritivos após 1952, continuando a intervir em litígios contra Estados estrangeiros por razões diplomáticas. Casos emblemáticos, como a controvérsia envolvendo a Bahia de Nipe (Cuba, 1961), demonstraram que considerações políticas podiam sobrepor-se aos critérios jurídicos da teoria restritiva, esvaziando sua aplicação prática.[495] Essa subordinação do Judiciário ao Executivo em matéria de imunidade gerava violações a garantias processuais básicas, transformando decisões jurisdicionais em instrumentos de política externa e privando partes privadas de previsibilidade sobre o tratamento que receberiam nos tribunais americanos.

A necessidade futura de codificação legislativa decorria diretamente dessas limitações. As ambiguidades conceituais, a ausência de padrões claros e o papel político contínuo do Departamento de Estado geraram "confusão e descontentamento" generalizados, tornando imperativa uma solução legislativa que transferisse definitivamente as decisões de imunidade para o Judiciário com base em critérios legais objetivos.[496] O *Foreign Sovereign Immunities Act* (FSIA), promulgado em 1976, codificou a doutrina restritiva alinhada aos princípios da *Tate Letter*. Ao substituir a distinção abstrata *imperii*/*gestionis,* estabeleceu estrutura normativa na qual a imunidade constitui regra geral presumida, cabendo ao demandante o ônus de demonstrar que o caso se enquadra em uma das exceções taxativamente enumeradas nos artigos 1605 a 1607. Entre essas exceções, destacam-se a renúncia expressa ou implícita, a exceção de atividade comercial, a exceção de torto territorial para danos pessoais ou morte ocorridos em território americano, disposições sobre expropriação, arbitragem e, posteriormente, a exceção

[494] SOARES, Guido F. Silva. Das imunidades de jurisdição e de execução. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 118
[495] GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos estados*: a violação aos direitos humanos. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 58.
[496] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990. p. 89.

relativa ao terrorismo patrocinado por Estados.[497] O FSIA estabeleceu, ademais, que o caráter comercial de uma atividade deve ser determinado exclusivamente com base na natureza do ato, e não em sua finalidade. Essa codificação explícita do *nature test* impedia que Estados invocassem imunidade para transações comerciais meramente porque estas serviam a fins públicos ou soberanos. Assim, a compra de suprimentos militares, o financiamento de obras públicas ou a contratação de serviços para agências governamentais, embora realizadas para propósitos indubitavelmente públicos, seriam classificadas como atividades comerciais se sua natureza intrínseca correspondesse a transações que particulares também poderiam realizar. Essa abordagem maximizava as exceções à imunidade, a fim de supostamente nivelar o campo competitivo entre empresas privadas americanas e empresas estatais estrangeiras.

O FSIA enfrentou, igualmente, a contradição aparente que a *Tate* havia deixado sem solução. Ainda que esta tivesse relativizado a imunidade de jurisdição, os Estados Unidos continuaram aderindo à doutrina de imunidade absoluta de execução, impossibilitando a penhora de bens estatais para satisfação de sentenças condenatórias. Essa assimetria tornava a relativização jurisdicional um "gesto vazio, sem qualquer repercussão prática", pois credores que obtivessem sentenças favoráveis permaneciam impossibilitados de executá-las forçadamente.[498] O FSIA de 1976 foi crucial para quebrar parcialmente essa regra de imunidade absoluta de execução, estabelecendo exceções que permitiam, em circunstâncias específicas, a constrição de bens estatais destinados a atividades comerciais, alinhando as regras de execução às de jurisdição e conferindo alguma efetividade prática à teoria restritiva inaugurada pela *Tate Letter* duas décadas antes. Essa trajetória de correções legislativas sucessivas demonstra que, embora constituindo marco simbólico da transição, esse instrumento foi juridicamente imperfeito e politicamente instrumentalizado, cujas contradições estruturais exigiram intervenção do Congresso americano para que a relativização anunciada em 1952 alcançasse implementação efetiva no sistema jurídico dos Estados Unidos.

---

[497] A exceção de torto territorial merece destaque adicional por não depender da distinção entre *jure imperii* e *jure gestionis*, negando imunidade sempre que o nexo territorial estiver satisfeito, independentemente do caráter governamental ou comercial do ato. Interpretações judiciais posteriores estabeleceram requisito estrito de que tanto o ato ou omissão quanto o dano resultante devem ocorrer em território americano, distinguindo essa exceção da exceção de atividade comercial que permite efeitos diretos extraterritoriais. Cf. GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 98-99.

[498] SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 103.

A promulgação do *FSIA* inaugurou um movimento de formalização estatutária que rapidamente se difundiria entre países de tradição *common law*, particularmente no Reino Unido e nas jurisdições da *Commonwealth*. Essa onda codificadora, que se estendeu ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980, não decorreu de imperativo doutrinário ou evolução natural do direito consuetudinário, mas de pressões comerciais e necessidades geopolíticas específicas que exigiram clareza jurídica e segurança normativa frente à crescente participação de Estados estrangeiros em transações comerciais internacionais. Apenas dois anos depois, o Reino Unido promulgou o *State Immunity Act* de 1978, influenciado decisivamente pela necessidade de manter a competitividade dos mercados financeiros de Londres frente a Nova York pós-FSIA e pela consolidação jurisprudencial precedente nos casos *The Philippine Admiral* (1975) e *Trendtex* (1977).[499] A difusão subsequente desse modelo legislativo para Canadá (1982), Austrália (1985), Singapura (1979), Paquistão (1982) e África do Sul (1981) demonstrou que a relativização da imunidade, longe de constituir consenso universal espontâneo, resultou de alinhamento estratégico de jurisdições *common law* que, mediante ajustes nacionais específicos, adotaram técnica comum de codificação baseada em listas taxativas de exceções à regra geral de imunidade.

Especificamente, o *State Immunity Act* em 1978,[500] do Reino Unido, codificou uma guinada jurisprudencial precedente e respondeu a pressões econômicas e políticas específicas. A mudança havia sido antecipada judicialmente em dois casos paradigmáticos. Em *The Philippine Admiral* (1975),[501] o Conselho Privado recusou aplicar imunidade absoluta em ação *in rem* envolvendo navio comercial de propriedade estatal, reconhecendo que a regra do direito internacional consuetudinário havia mudado e que tribunais britânicos poderiam dar efeito a essa mudança sem aguardar pronunciamento da Câmara dos Lordes. A consolidação veio com *Trendtex Trading Corporation v. Central Bank of Nigeria* (1977),[502] no qual o Tribunal de Apelação estendeu a doutrina restritiva para ações *in personam*, estabelecendo que atos de natureza comercial não atraem imunidade soberana independentemente de suas motivações governamentais ou políticas. Lord Denning sustentou que se o tribunal estivesse

---

[499] REINO UNIDO. *Judicial Committee of the Privy Council*. THE PHILIPPINE ADMIRAL (Owners) v. Wallem Shipping (Hong Kong) Ltd. (1976). *Appeal Cases*, London, p. 373; REINO UNIDO. *Court of Appeal*. TRENDTEX TRADING CORPORATION v. CENTRAL BANK OF NIGERIA (1977). *Queen's Bench Reports*, London, p. 529.

[500] REINO UNIDO. *STATE IMMUNITY ACT 1978*. 1978. c. 33. London: Her Majesty's Stationery Office.

[501] REINO UNIDO. *Judicial Committee of the Privy Council*. THE PHILIPPINE ADMIRAL (Owners) v. Wallem Shipping (Hong Kong) Ltd. (1976). *Appeal Cases*, London, p. 373

[502] REINO UNIDO. *Court of Appeal*. TRENDTEX TRADING CORPORATION v. CENTRAL BANK OF NIGERIA (1977). *Queen's Bench Reports*, London, p. 529.

satisfeito de que regra costumeira havia mudado, poderia aplicá-la imediatamente no direito inglês, sem necessidade de aguardar revisão legislativa ou decisão da instância superior. Ambos os precedentes referenciaram explicitamente a Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados (Basileia, 1972) como suporte para adoção da abordagem restritiva, demonstrando influência dos desenvolvimentos continentais sobre a progressão jurisprudencial britânica.

As motivações para promulgação do SIA 1978, contudo, transcendiam a mera consolidação legislativa de precedentes judiciais. Fator crucial foi a necessidade de reequilibrar a capacidade de atração de negócios internacionais pela *City* de Londres em competição com o mercado norte-americano, particularmente Nova York. Após a entrada em vigor do FSIA em 1976, temia-se que o Reino Unido perdesse transações e investimentos internacionais para jurisdição americana, percebida como mais favorável ao investidor por oferecer clareza legal codificada e certeza sobre os padrões de imunidade aplicáveis. A incerteza jurisprudencial britânica, baseada em construção casuística sem diretrizes legislativas claras, colocava Londres em desvantagem competitiva frente ao regime estatutário americano que fornecia previsibilidade aos operadores econômicos. Adicionalmente, o SIA visava permitir ao Reino Unido ratificar a Convenção Europeia de 1972, alinhando o quadro jurídico interno com práticas estabelecidas entre os principais parceiros comerciais europeus. A lei também buscava fornecer reparação a partes contratantes de Estados estrangeiros, refletir a natureza mutável das atividades estatais em contexto de crescente participação governamental em transações comerciais, e aumentar a clareza jurídica sobre o escopo da imunidade, eliminando dúvidas que haviam caracterizado o regime jurisprudencial precedente.

O SIA 1978 adotou estrutura legislativa semelhante ao FSIA americano, estabelecendo imunidade como regra geral sujeita a lista detalhada e exaustiva de exceções específicas enumeradas na Parte I da lei. O estatuto opera como código abrangente e exclusivo do direito inglês sobre imunidade estatal, iniciando com reafirmação do princípio geral de imunidade soberana absoluta na Seção 01(1), para então submetê-lo a amplo conjunto de exceções taxativas que definem as circunstâncias nas quais Estados estrangeiros não gozarão de proteção jurisdicional. A Seção 03 trata das ações relativas a transações comerciais e contratos a serem executados no Reino Unido, fornecendo definições abrangentes que listam contratos para fornecimento de bens ou serviços, transações de empréstimo ou financiamento, e qualquer outra transação ou atividade "na qual um Estado entre ou se envolva de outra forma que não no exercício da autoridade soberana".[503] Embora o SIA não seja tão explícito quanto o FSIA ao

[503] REINO UNIDO. *STATE IMMUNITY ACT 1978*. 1978. c. 33. London: Her Majesty's Stationery Office.

prescrever prevalência do critério da natureza sobre o da finalidade, a interpretação judicial da lei permite que o caráter comercial seja determinado pela natureza objetiva do ato, desde que seja transação que possa ser realizada por entidade privada, mesmo que o propósito não seja inerentemente comercial. Contratos de trabalho são tratados como exceção separada na Seção 04, não subordinada às transações comerciais, demonstrando especificidade na categorização de exceções. A exceção por dano pessoal ou à propriedade, estabelecida na Seção 05, nega imunidade para procedimentos concernentes a morte, lesão corporal ou dano à propriedade tangível causados por ato ou omissão no Reino Unido. De forma similar ao modelo americano, essa exceção de torto territorial não depende da distinção do caráter soberano ou comercial do ato, aplicando-se sempre que o nexo territorial estiver satisfeito. O requisito de conexão territorial do SIA foi considerado, contudo, mais leniente que o do FSIA, exigindo apenas que o ato ou omissão tenha ocorrido no Reino Unido, enquanto a legislação americana requer que tanto o ato quanto o dano ocorram em território americano.[504]

O tratamento da imunidade de execução pelo SIA 1978 merece atenção especial por revelar diferenças importantes em relação ao modelo americano. A lei trata separadamente imunidade de jurisdição, regulada na Parte I, e imunidade de execução, disciplinada nas Seções 13 e 14. A execução pode ocorrer contra propriedade "em uso ou destinada a uso para fins comerciais", estabelecendo que bens estatais com destinação comercial não gozam de proteção contra constrição judicial mesmo que não estejam vinculados ao objeto específico da ação que deu origem à condenação.[505] Essa característica diferencia o SIA do FSIA americano, que geralmente exige conexão entre o bem executado e a transação comercial subjacente ao litígio. A lei britânica confere, todavia, proteção absoluta específica a bens de bancos centrais ou autoridades monetárias, que são expressamente considerados como não destinados a uso comercial e, portanto, imunes de execução independentemente de sua destinação fática. Essa blindagem especial reflete preocupação com estabilidade do sistema financeiro internacional e reconhecimento do papel singular que bancos centrais desempenham como gestores de reservas cambiais e instrumentos de política monetária soberana, funções consideradas intrinsecamente governamentais e merecedoras de proteção jurisdicional ampliada.

A difusão do modelo legislativo anglo-saxão para jurisdições da *Commonwealth* e outros países de tradição *common law* ocorreu rapidamente ao longo dos anos 1980, consolidando técnica de codificação baseada em enumeração taxativa de exceções como padrão

[504] UNITED STATES. *FOREIGN SOVEREIGN IMMUNITIES ACT OF 1976*. 1976. 28 U.S.C. §§ 1602–1611. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
[505] REINO UNIDO. *STATE IMMUNITY ACT 1978*. 1978. c. 33. London: Her Majesty's Stationery Office.

internacional entre sistemas jurídicos similares. Singapura promulgou seu *State Immunity Act* em 1979,[506] seguida por África do Sul com o *Foreign States Immunities Act* em 1981,[507] Paquistão com o *State Immunity Ordinance* em 1982, [508] Canadá com o *State Immunity Act* também em 1982,[509] e Austrália com o *Foreign States Immunities Act* em 1985.[510] Essas legislações subsequentes foram largamente inspiradas no modelo britânico SIA, embora apresentassem variações nos detalhes refletindo percepções nacionais específicas e ajustes às realidades jurídicas e econômicas locais. A lei canadense de 1982, por exemplo, reproduziu estrutura básica do FSIA, mas em linguagem considerada mais acessível, incluindo exceções para responsabilidade civil, direito marítimo e atos comerciais, e adotando abordagem quanto à definição de entidades separadas que exige relação mais próxima com o Estado do que mera participação acionária majoritária. A legislação australiana de 1985 juntou-se à teoria restritiva, dispondo sobre exceções para transações comerciais, demandas trabalhistas e danos causados por ato ou omissão praticados em território australiano, alinhando-se ao movimento geral, entretanto com especificidades também adaptadas ao contexto jurídico australiano. O Paquistão constitui exceção singular entre as legislações listadas por não conter exceção territorial geral para danos pessoais e materiais causados no Estado do foro, demonstrando que mesmo dentro do bloco de países que codificaram a teoria restritiva persistiam diferenças substantivas sobre o escopo apropriado das exceções à imunidade.

As variações nacionais nas legislações da *Commonwealth* evidenciam-se, de modo particular, nos requisitos de nexo territorial para aplicação da exceção de tortos e nos critérios de definição de atividade comercial. Quanto ao nexo territorial para responsabilidade por danos, o *State Immunity Act* canadense de 1982 nega imunidade quando o dano ocorre em território canadense, enquanto o *Foreign States Immunities Act* australiano de 1985 requer que o ato ou omissão tenha sido praticado na Austrália, critérios que, embora sutilmente distintos, podem gerar resultados divergentes em casos transfronteiriços envolvendo atos praticados em uma jurisdição, mas cujos danos se manifestam em outra. Quanto à exceção comercial, Paquistão, Singapura e África do Sul seguiram o modelo do SIA britânico, enquanto Austrália e Canadá incorporaram elementos tanto do SIA quanto do FSIA, refletindo síntese entre as abordagens britânica e americana. A promulgação dessas legislações em sistemas dualistas de *common law* produziu consequência jurídica significativas no que concerne à relação entre direito

[506] SINGAPURA. *State Immunity Act 1979*. 1979. Singapore: Government of Singapore.
[507] ÁFRICA DO SUL. *Foreign States Immunities Act 1981*. 1981. Pretoria: Government Printer.
[508] PAQUISTÃO. *State Immunity Ordinance 1981*. 1981. Islamabad: Government of Pakistan.
[509] CANADÁ. *State Immunity Act 1982*. 1982. Ottawa: Government of Canada.
[510] AUSTRÁLIA. *Foreign States Immunities Act*. 1985. Canberra: Australian Government Publishing Service.

interno e direito internacional consuetudinário. Tribunais nessas jurisdições passaram a enfatizar que imunidade seria determinada exclusivamente pelas exceções estatutárias codificadas, e não por princípios do direito internacional costumeiro. A Suprema Corte canadense, por exemplo, declarou explicitamente que cabe ao Parlamento, e não aos tribunais, emendar o *State Immunity Act* para permitir demandas civis por tortura, pois os juízes encontram-se limitados pela linguagem estatutária existente e não podem criar exceções adicionais com base em desenvolvimentos do direito internacional posterior à codificação legislativa.[511] Essa rigidez interpretativa contrasta com sistemas de *civil law* onde, na ausência de codificação legislativa, tribunais mantêm maior flexibilidade para adaptar aplicação da imunidade a mudanças no direito internacional consuetudinário, revelando consequência não antecipada do movimento de codificação que, ao fornecer clareza e certeza jurídica, simultaneamente cristalizou o direito da imunidade em momento histórico específico, dificultando sua mudança subsequente mediante construção judicial.

A Europa Continental, embora tenha constituído cenário das experimentações jurisprudenciais pioneiras da Bélgica e Itália que antecederam em décadas a onda codificadora anglo-saxã, consolidou institucionalmente a relativização da imunidade mediante trajetória distinta, privilegiando harmonização regional por meio da primeira codificação multilateral vinculante sobre o tema. A Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados, aprovada sob os auspícios do Conselho da Europa e aberta à assinatura em Basileia em 16 de maio de 1972, representou esforço singular de transformar o consenso regional emergente em direito convencional obrigatório para seus signatários. O preâmbulo da Convenção reconhece expressamente que existe, no direito internacional, tendência a restringir os casos nos quais um Estado pode reivindicar imunidade perante tribunais estrangeiros, consagrando formalmente o objetivo de estabelecer regras comuns relativas ao escopo da imunidade entre os Estados membros do Conselho da Europa. Contudo, sua entrada em vigor em 11 de junho de 1976 com adesão de apenas oito Estados (Áustria, Bélgica, Chipre, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Suíça e Reino Unido) demonstra que o alcance da codificação regional permaneceu modesto mesmo no contexto europeu, refletindo persistência de heterogeneidades doutrinárias e resistências políticas que impediram adesão generalizada dos membros do Conselho da Europa. A trajetória subsequente de consolidação legislativa em países europeus não pioneiros ao longo das décadas de 1970 e 1980 revela mosaico complexo. Espanha, Portugal e Grécia

[511] CANADÁ. Supreme Court. *Kazemi Estate v. Islamic Republic of Iran*. 2014 SCC 62. Relator: Min. Louis LeBel. Ottawa, 10 de outubro de 2014.

adotaram tardiamente a teoria restritiva influenciados pela Convenção de Basileia e pelo movimento codificador internacional. Países nórdicos como Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia desenvolveram prática jurisprudencial consolidada sem legislação específica até décadas posteriores. Estados do bloco socialista como Polônia e Hungria, por sua vez, mantiveram resistência ideológica à relativização até o colapso do Muro de Berlim em 1989.

A Convenção Europeia de 1972 adota estrutura normativa baseada em lista exaustiva de exceções à imunidade geral, estabelecendo categorias específicas nas quais Estados Contratantes não podem invocar proteção jurisdicional. Os artigos 01 a 14 enumeram taxativamente os casos que afastam imunidade, incluindo contratos comerciais, relações trabalhistas, direitos sobre propriedade imobiliária e móvel, participação em sociedades, danos pessoais e materiais causados em território do Estado do foro, patentes e propriedade intelectual, enquanto o artigo 15 consagra, de forma residual, que Partes Contratantes gozam de imunidade em todos os demais casos não previstos naqueles artigos. Essa técnica legislativa diferencia-se substancialmente do modelo seguido por legislações nacionais pioneiras como o FSIA americano e o SIA britânico, pois estabelece simultaneamente obrigações positivas sobre jurisdição e execução, criando sistema de pesos e contrapesos destinado a equilibrar interesses divergentes entre países tradicionalmente absolutistas como Reino Unido e relativistas como Bélgica e Itália. A Convenção constitui obra de compromisso refletido em sua complexidade estrutural, na medida em que Estados consentiram em renunciar à imunidade em determinadas hipóteses previstas, mas obtiveram em contrapartida manutenção da imunidade mesmo para atos que, segundo teoria estrita da imunidade relativa, poderiam ser qualificados como *jure gestionis*. O artigo 24 introduz um regime facultativo permitindo que Estados Contratantes, mediante declaração dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, estendam unilateralmente os casos de não imunidade para além daqueles previstos nos artigos 01 a 14, na mesma medida em que seus tribunais possam conhecer de procedimentos contra Estados estrangeiros não partes na Convenção. Esse dispositivo foi concebido para atender países que já aplicavam doutrina restritiva ampla e temiam retrocesso jurisdicional se limitados às exceções convencionalmente codificadas.

A exceção territorial para danos pessoais e materiais, consagrada no artigo 11 da Convenção Europeia,[512] merece destaque por representar abandono da distinção entre *jure*

[512] "A Contracting State cannot claim immunity from the jurisdiction of a court of another Contracting State in proceedings which relate to redress for injury to the person or damage to tangible property, if the facts which occasioned the injury or damage occurred in the territory of the State of the forum, and if the author of the injury

*imperii* e *jure gestionis* especificamente para ilícitos civis, negando imunidade sempre que ato ou omissão que causou o dano e o autor do ato estivessem presentes no território do Estado do foro no momento dos fatos.[513] Essa formulação impõe requisito de nexo territorial muito estrito, excluindo explicitamente ilícitos transfronteiriços do escopo do artigo 11, pois exige presença simultânea da conduta lesiva e do agente no território do Estado do foro, diferentemente do SIA britânico que não especifica precondição da presença do autor do ato no território e do FSIA americano que geralmente requer tanto o ato quanto o dano em território americano, mas com formulações ligeiramente distintas. O artigo 31 estabelece,[514] contudo, salvaguarda expressa excluindo aplicação da exceção territorial a atos ou omissões relacionados a forças armadas de Estado Contratante em território de outro Estado Contratante, preservando imunidade absoluta para atividades militares independentemente de seu caráter eventualmente lesivo. Essa exceção militar reflete sensibilidade geopolítica quanto à soberania em matéria de defesa e manifesta-se como limite estrutural à relativização codificada pela Convenção.

A consolidação legislativa da imunidade relativa em países europeus, ao longo das décadas de 1970 e 1980, seguiu trajetórias nacionais heterogêneas, moldadas por contextos constitucionais, geopolíticos e jurídicos distintos. Na Espanha,[515] a morte de Franco em 1975 inaugurou processo de transição democrática que culminou na Constituição de 1978, cujo artigo 24 consagrou o direito fundamental de acesso à justiça. Essa garantia constitucional tornou a imunidade absoluta potencialmente incompatível com a nova ordem jurídica, e a jurisprudência do Tribunal Supremo reconheceu retrospectivamente que o abandono da doutrina absolutista

---

or damage was present in that territory at the time when those facts occurred.". Cf. CONSELHO DA EUROPA. *European Convention on State Immunity*. Basileia, 16 maio 1972. European Treaty Series, n. 74. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1. Acesso em: 12 fev. 2026.

[513] Cumpre notar que a prática suíça, reconhecida entre primeiros adotantes da imunidade restritiva desde jurisprudência de 1918, introduziu requisito adicional rigoroso de conexão territorial suficiente conhecido como *Binnenbeziehung* suíça ou *rattachement*, exigindo que transação mesmo quando qualificada como *jure gestionis* apresente vínculo forte com território suíço seja porque surgiu ali, deva ser executada ali, ou o devedor adotou medidas para que foro suíço fosse local de cumprimento. O Tribunal Federal Suíço justificou esse nexo territorial estrito com base na salvaguarda dos interesses nacionais helvéticos, evitando que concessão de ações judiciais contra Estados estrangeiros sem conexão territorial intensiva causasse dificuldades políticas ou diplomáticas, postura que alguns acadêmicos interpretam como estratégia para manter posição singular da Suíça como centro bancário mundial protegendo ativos estatais estrangeiros depositados em instituições financeiras suíças contra execuções judiciais por credores sem vínculo suficiente com o país. Cf. SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 365-366.

[514] "Nothing in this Convention shall affect any immunities or privileges enjoyed by a Contracting State in respect of anything done or omitted to be done by, or in relation to, its armed forces when on the territory of another Contracting State.". Cf. CONSELHO DA EUROPA. *European Convention on State Immunity*. Basileia, 16 maio 1972. European Treaty Series, n. 74. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1. Acesso em: 12 fev. 2026.

[515] SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 264.

ocorreu a partir de 1980. A transição completou-se com a adesão espanhola à Comunidade Econômica Europeia em 01 de janeiro de 1986, que reforçou pressões de harmonização com práticas restritivas predominantes na Europa Ocidental. Portugal percorreu caminho paralelo,[516] aderindo à CEE na mesma data e adotando a teoria restritiva no mesmo período. Embora tenha assinado a Convenção de Basileia em 1979, nunca a ratificou. Ainda assim, a jurisprudência portuguesa recorre frequentemente às disposições da Convenção de 1972 e da Convenção da ONU de 2004 para definir a regra internacional aplicável, demonstrando influência indireta da codificação regional sobre a prática judicial mesmo na ausência de vinculação formal. A Grécia apresenta trajetória singular e cronologicamente mais antiga, pois seus tribunais já praticavam imunidade restritiva na fase jurisdicional desde 1928.[517] Essa flexibilização, contudo, sempre conviveu com mecanismo de controle político sobre a fase executória, cristalizado no artigo 923 do Código de Processo Civil grego, que exige autorização prévia do Ministro da Justiça para execução de sentenças contra Estado estrangeiro. A tensão entre essas duas lógicas manifestou-se décadas depois no célebre caso *Distomo*, envolvendo massacre perpetrado por forças alemãs em território grego durante a Segunda Guerra Mundial. A Corte de Cassação grega negou imunidade à Alemanha, mas a execução da sentença esbarrou na necessidade de autorização ministerial, revelando como o controle executivo sobre medidas executórias pode esvaziar a efetividade prática da relativização jurisdicional.

Os países nórdicos desenvolveram abordagem singular, baseada em prática jurisprudencial consolidada sem codificação legislativa específica até as décadas finais do século XX, privilegiando construção, no caso a caso, da distinção entre atos públicos e privados. Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia não adotaram leis abrangentes sobre imunidade, dependendo da aplicação judicial direta da dicotomia *jure imperii/jure gestionis* conforme princípios do direito internacional consuetudinário. A trajetória sueca ilustra bem essa lógica.[518] Nas décadas de 1930 e 1940, tribunais suecos demonstravam decidida relutância em afastar a imunidade de Estados estrangeiros, mesmo tendo adotado em princípio a distinção restritiva. Nas décadas seguintes, contudo, a Suécia desenvolveu posição considerada vanguardista tanto

---

[516] SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. p. 110.

[517] GARBINI, Vanessa Gischkow. *O afastamento da imunidade jurisdicional de Estado em casos de violações de direitos humanos*: um estudo à luz da teoria do diálogo das fontes. 2019. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 101.

[518] YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. p. 470-471; SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 284-288.

na interpretação mais liberal da renúncia à imunidade quanto na qualificação de atos estatais como comerciais. Ao longo de toda essa evolução, tribunais suecos trataram a imunidade soberana como princípio do direito internacional público e aplicaram-no conforme desenvolvimentos costumeiros, sem necessidade de legislação interna. Essa abordagem persiste mesmo após a ratificação sueca da Convenção da ONU sobre Imunidades Jurisdicionais de Estados e seus Bens em 2009, dado que a Suprema Corte do país declarou que suas disposições podem ser relevantes na medida em que esclarecem o conteúdo do direito internacional consuetudinário. No que concerne à imunidade de execução, a Suécia mantém tradicionalmente padrão mais restritivo que o aplicável à jurisdição, exigindo renúncia clara e manifesta para permitir execução forçada. A jurisprudência progrediu gradualmente para uma forma mais qualificada de imunidade, privilegiando o critério do uso dos bens como fator decisivo, de modo que ativos destinados a uso soberano permanecem protegidos, enquanto propriedade com finalidade comercial pode ser objeto de penhora. Noruega e Finlândia seguiram trajetórias similares, [519] ratificando a Convenção da ONU em 2006 e 2014, respectivamente, em convergência nórdica tardia para a codificação internacional que sucedeu décadas de prática jurisprudencial já substancialmente alinhada aos princípios restritivos.

A persistência de heterogeneidades mesmo após a Convenção de 1972 demonstra que a busca por uma harmonização permaneceu incompleta. A Alemanha, embora tenha adotado definitivamente a teoria restritiva mediante decisão do Tribunal Constitucional Federal em 1963, no caso *Empire of Iran*, ratificou a Convenção de Basileia apenas em 15 de maio de 1990, evidenciando descompasso entre adesão judicial à doutrina e formalização convencional.[520] A França apresenta trajetória particularmente ambivalente, pois seus tribunais nunca adotaram inequivocamente o teste da natureza como critério exclusivo, focalizando com frequência a finalidade ou o interesse público do ato, o que lhes conferia flexibilidade interpretativa suficiente para eventualmente reaplicar a teoria absoluta em contextos politicamente sensíveis.[521] Essa diversidade de trajetórias nacionais revela que o consenso europeu sobre imunidade restritiva existia apenas em nível elevado de abstração, sem uniformidade operacional nas práticas judiciais concretas.

---

[519] GARBINI, Vanessa Gischkow. *O afastamento da imunidade jurisdicional de Estado em casos de violações de direitos humanos*: um estudo à luz da teoria do diálogo das fontes. 2019. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 131-132.

[520] GARBINI, Vanessa Gischkow. *O afastamento da imunidade jurisdicional de Estado em casos de violações de direitos humanos*: um estudo à luz da teoria do diálogo das fontes. 2019. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 112.

[521] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 109.

Os blocos de resistência à teoria restritiva, abrangendo União Soviética e países socialistas, América Latina, Ásia e África, mantiveram adesão à imunidade absoluta por razões geopolíticas estruturais que transcendiam divergências doutrinárias. Esses Estados não constituíam bloco monolítico unificado por princípios jurídicos comuns, mas agrupamentos heterogêneos que convergiam estrategicamente na preservação da imunidade absoluta como escudo contra intervenções judiciais externas capazes de comprometer soberania política, estabilidade fiscal e autonomia decisória em contextos marcados por dependência econômica e relações assimétricas com centros capitalistas desenvolvidos. A União Soviética fundamentava sua adesão à teoria absoluta na arquitetura socialista de monopólio estatal sobre o comércio exterior, defendendo que a atividade comercial do Estado constituía expressão essencial da soberania, não fragmentável pela distinção entre *jure imperii* e *jure gestionis*. A América Latina, traumatizada por intervenções militares europeias para cobrança coercitiva de dívidas soberanas, codificou postura defensiva na Doutrina Drago de 1902 e manteve resistência prolongada por meio de projetos regionais conservadores na Organização dos Estados Americanos, que priorizavam proteção de Estados periféricos contra credores estrangeiros. A Ásia apresentava mosaico complexo. O Japão manteve imunidade absoluta desde 1928 até mudança tardia em 2002 por via jurisprudencial e em 2009 mediante legislação. A China adotou postura cautelosa vinculada à ideologia socialista pós-1949, mas sinalizou flexibilização seletiva ao assinar a Convenção da ONU em 2005. Índia e Filipinas, por herança do *common law* britânico, aderiram relativamente cedo à teoria restritiva, em 1986 e 1958, respectivamente. A África permaneceu predominantemente alinhada à teoria absoluta. Ex-colônias britânicas como África do Sul, Quênia e Zimbábue adotaram legislações restritivas apenas na década de 1980, enquanto a maioria dos Estados africanos manteve práticas defensivas sem codificação legislativa generalizada até o século XXI.

A intransigência soviética à teoria restritiva possuía raízes estruturais anteriores à consolidação do bloco socialista no pós-Segunda Guerra Mundial. A Revolução Bolchevique de 1917 conferiu ao Estado monopólio absoluto sobre o comércio exterior, transformando a atividade comercial internacional em função essencial e indissociável da soberania. O Decreto do Conselho de Comissários do Povo de 22 de abril de 1918 nacionalizou as atividades de comércio internacional, e a Constituição soviética de 1936 consagrou em seu artigo 14 que a jurisdição da União Soviética abrangia o comércio exterior com base em monopólio estatal.[522]

[522] UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS. Decreto do Conselho de Comissários do Povo sobre a nacionalização do comércio exterior, de 22 abr. 1918. *Sbornik dekretov i postanovlenii po narodnomu*

Nessa arquitetura, o Estado socialista agia *qua state* em todos os seus negócios, tornando a distinção entre *jure imperii* e *jure gestionis* conceitualmente inaplicável em sistema no qual o comércio exterior era exercido exclusivamente pelo Estado. Acadêmicos soviéticos como M.M. Boguslavsky sustentavam que o Estado não poderia renunciar à soberania simplesmente por engajar-se em atividade comercial, caracterizando a imunidade restritiva como dispositivo inventado por Estados burgueses para sabotar o monopólio sobre o comércio exterior e subordinar a economia soviética ao capitalismo.[523] Essa postura refletia, adicionalmente, temor concreto de que execuções patrimoniais em tribunais ocidentais pudessem comprometer a estabilidade financeira do Estado e criar fricções internacionais incompatíveis com a gestão centralizada de reservas cambiais e ativos estratégicos no exterior.

Pragmaticamente, a União Soviética desenvolveu ajustes que permitiam participação no comércio internacional sem abdicação formal da doutrina absoluta. O estabelecimento de empresas estatais de comércio exterior com personalidade jurídica distinta do Estado central, que geralmente não gozavam de imunidade em jurisdições estrangeiras, permitia a condução de transações comerciais mediante instrumentalidades separadas. Adicionalmente, a URSS consentia voluntariamente à jurisdição estrangeira ou à arbitragem em tratados comerciais bilaterais específicos, como o acordo firmado com a França em 1951, que submetia litígios envolvendo a Representação Comercial soviética aos tribunais franceses, salvo cláusula compromissória arbitral.[524] O Professor Nicolai Ushakov, representante soviético na Comissão de Direito Internacional, argumentou em memorando de 1983 que essa prática tratadística testemunhava precisamente o oposto da teoria restritiva, pois o consentimento voluntário em tratados bilaterais para submissão de missões comerciais à jurisdição estrangeira provava que, fora desses limites estritos, tais missões gozavam de imunidade como órgãos do Estado.[525] A interpretação revela sofisticação jurídica que distinguia concessão voluntária e excepcional de jurisdição mediante tratado bilateral da aceitação de um princípio geral de imunidade restritiva, preservando o núcleo ideológico do absolutismo enquanto permitia a flexibilidade pragmática necessária à inserção comercial internacional. O colapso da União Soviética na década de 1990

---

*khoziaistvu. 25 oktiabria 1917 g.-25 oktiabra 1918 g.*, Moscou, p. 235-236, 1918. Disponível em: https://www.marxists.org/history/ussr/events/revolution/documents/1918/04/22.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

[523] CAPLAN, Lee M. *State immunity, human rights, and jus cogens: a critique of the normative hierarchy theory*. *The American Journal of International Law*, Washington, D.C., v. 97, n. 4, p. 741–781, out. 2003. p. 749. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3133679. Acesso em: 15 fev. 2026.

[524] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 33-34.

[525] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 34.

minou a base ideológica dessa posição, mas a transição foi gradual e heterogênea entre as ex-repúblicas soviéticas. A Rússia sinalizou tendência à flexibilização ao assinar a Convenção da ONU sobre Imunidades Jurisdicionais em 2006, mas só adotou legislação de imunidade relativa mediante Lei Federal sobre Imunidade Jurisdicional de Estado Estrangeiro e Propriedade de Estado Estrangeiro, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016.[526] Essa lei adota a doutrina restritiva, prevendo limitações à imunidade em disputas sobre atividades comerciais, contratos de trabalho e imóveis, mas incorpora o princípio da reciprocidade como salvaguarda, permitindo que tribunais russos condicionem a aplicação de exceções ao tratamento que a Rússia recebe em jurisdições estrangeiras.

Os Estados do bloco socialista, incluindo Polônia e Hungria, também constituíram núcleo de resistência ideológica à teoria restritiva.[527] A imunidade absoluta operava, assim, como ferramenta defensiva contra decisões judiciais ocidentais que poderiam questionar a legitimidade ou a eficácia de atos econômicos praticados por Estados de economia planificada. A jurisprudência polonesa já seguia postura absolutista no período entreguerras, como demonstram o *Czechoslovak Republic Case* (1926) e o *German Immunities Case* (1937), posição que, naquele momento, respondia menos a imperativos ideológicos e mais a necessidades defensivas concretas vinculadas às disputas pendentes sobre fronteiras e ativos estatais após a reconstituição territorial polonesa no pós-Primeira Guerra Mundial.[528] Com a integração ao bloco soviético após 1945, essa postura ganhou sustentação ideológica adicional e permaneceu inalterada por décadas. A queda do Muro de Berlim e as subsequentes transformações políticas e econômicas na Europa Oriental inauguraram período de transição gradual para a imunidade relativa. A privatização parcial de setores comerciais e a criação de empresas estatais com personalidade jurídica distinta do Estado reduziram o fundamento estrutural da posição pró-imunidade absoluta, aproximando progressivamente esses países das práticas restritivas predominantes no restante da região. Mesmo décadas após essa transição, porém, resistências pontuais persistem. No caso *Natoniewski*,[529] o Supremo Tribunal polonês manteve a imunidade da Alemanha para crimes de guerra cometidos durante a Segunda Guerra

---

[526] SHAN, Wenhua; WANG, Peng. Divergent views on state immunity in the international community. In: RUYS, Tom; ANGELET, Nicolas; FERRO, Luca (Org.). *The Cambridge handbook of immunities and international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. cap. 4, p. 61-78. p. 64.

[527] CAPLAN, Lee M. *State immunity, human rights, and jus cogens: a critique of the normative hierarchy theory*. *The American Journal of International Law*, Washington, D.C., v. 97, n. 4, p. 741–781, out. 2003. p. 749. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3133679. Acesso em: 15 fev. 2026.

[528] YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74. p. 35.

[529] POLÔNIA. Natoniewski v. República Federal da Alemanha. *Sąd Najwyższy*, IV CSK 465/09, 29 out. 2010. Disponível em: https://pl.vlex.com/vid/natoniewski-v-federal-republic-868584234. Acesso em: 15 fev. 2026.

Mundial, aplicando o princípio da proteção equivalente, segundo o qual a imunidade não constitui restrição desproporcional ao acesso à justiça se o requerente dispuser de meios alternativos razoáveis para proteger seus direitos.

A América Latina desenvolveu resistência à imunidade restritiva enraizada em experiências históricas de intervenções militares europeias para cobrança coercitiva de dívidas soberanas. O marco conceitual dessa postura defensiva foi a Doutrina Drago, articulada pelo Ministro das Relações Exteriores argentino Luis María Drago em 29 de dezembro de 1902, em resposta ao bloqueio naval imposto por Alemanha, Grã-Bretanha e Itália contra a Venezuela para cobrança de dívidas governamentais inadimplidas.[530] Drago sustentou que, embora uma nação esteja juridicamente obrigada a pagar suas dívidas, não pode ser compelida a fazê-lo mediante força militar, argumentando que a cobrança sumária e imediata por meio da força ocasionaria a ruína dessas nações e a absorção de seus governos, comprometendo a existência e a independência do Estado soberano. A Doutrina Drago expandia a Doutrina Calvo, que requeria dos investidores estrangeiros a aceitação da jurisdição e das leis do país sem recurso à proteção diplomática de seus próprios governos, acrescentando-lhe a rejeição categórica do direito de intervenção militar para cobrança de dívidas. A inovação de Drago, contudo, não foi prontamente aceita como princípio vinculante de direito internacional, pois as potências europeias e os Estados Unidos encontravam-se em plena expansão colonial e imperialista no início do século XX.[531] A Segunda Conferência da Haia, em 1907, adotou versão atenuada da doutrina, declarando ilegítima a intervenção para cobrança de dívidas apenas se a nação devedora tivesse aceito a arbitragem e as decisões dela decorrentes, condicionando assim a proteção contra o uso da força ao cumprimento de procedimentos arbitrais específicos.

As preocupações defensivas latino-americanas persistiram ao longo de todo o século XX e manifestaram-se em projetos de codificação regional na Organização dos Estados Americanos. A Comissão Jurídica Interamericana iniciou esforços de codificação por volta de 1980-1981 e apresentou Projeto de Convenção em 1983 que, embora adotasse posição restritiva, visava resguardar a imunidade estatal em relação a atos *jure imperii* ou atos praticados fora do Estado do foro, buscando proteger interesses de países em desenvolvimento concernentes à

---

[530] SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 12.

[531] Nesse sentido, ver: VEÇOSO, F. F. C; BRITO, A. S. The Monroe, Calvo, Drago, Tobar, and Estrada Doctrines as Global Ordering. In: Liliana Obregón-Tarazona; Laura Betancur-Restrepo; Juan Manuel Amaya Castro; Daniel Ricardo Quiroga-Villamarín. (Org.). *The Oxford Handbook of International Law and the Americas*. 1ed.Oxford: Oxford University Press, 2026, p. 1-13.; VEÇOSO, F. F. C.. Resisting Intervention through Sovereign Debt: A Redescription of the Drago Doctrine. *Third World Approaches to International Law Review*, v. 1, p. 74-92, 2020.

dívida externa e à imunidade de execução.[532] Esses projetos nunca prosperaram, refletindo tanto as divergências entre Estados latino-americanos quanto a falta de consenso sobre até que ponto a proteção da soberania deveria ceder a necessidades de credores privados e de certeza jurídica comercial. As práticas nacionais ilustram essa heterogeneidade. A Argentina manteve a imunidade absoluta de forma consistente em numerosos casos entre 1899 e 1990, modificando sua posição apenas em 1994 mediante o precedente jurisprudencial seguido pela promulgação da Lei nº 24.488 em 1995.[533] O Chile manteve a imunidade absoluta até a década de 1990, como ilustra o caso *Senerman v. Cuba* de 1975,[534] enquanto a Colômbia seguiu trajetória similar de resistência prolongada com adesão gradual por via jurisprudencial.[535] O Brasil, cuja trajetória já foi abordada anteriormente, aderiu à imunidade absoluta até 1989, quando o Supremo Tribunal Federal adotou a teoria restritiva no caso Genny de Oliveira, permanecendo como único grande país latino-americano a adotar a imunidade relativa exclusivamente por via jurisprudencial, sem legislação específica codificada. As razões geopolíticas subjacentes à manutenção prolongada da imunidade absoluta na região eram convergentes, ainda que não idênticas entre os países: proteção contra credores estrangeiros em contexto de vulnerabilidade econômica marcada por dependência de empréstimos soberanos e investimentos externos, assimetrias Norte-Sul que colocavam Estados periféricos em posição estruturalmente desvantajosa frente a jurisdições credoras economicamente dominantes na Europa e na América do Norte, e lógica de reciprocidade que garantia tratamento simétrico em foros estrangeiros, protegendo ativos nacionais contra judicialização de controvérsias fiscais sensíveis.

A Ásia apresentou diversidade de práticas refletindo combinação de influências coloniais herdadas, ideologias estatais distintas e momentos históricos variados de inserção na ordem econômica internacional. O Japão manteve posição de imunidade absoluta desde a decisão paradigmática do Daishin-in, predecessor da Suprema Corte, em Matsuyama v. República da China (1928), preservando essa postura até 1993, com apenas duas exceções reconhecidas, o comparecimento voluntário e os litígios sobre imóveis.[536] A modificação fundamental dessa posição ocorreu apenas em 2002, quando a Suprema Corte japonesa, no caso Tokyo Sanyo Trading Co. Ltd. v. República Islâmica do Paquistão, adotou a imunidade

[532] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 161-162.
[533] BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47. p. 100-101.
[534] YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012p. 471.
[535] TEJADA, Horácio Cruz. *Aproximación a la inmunidad de jurisdicción y de ejecución de los estados extranjeros ante los tribunales colombianos*. Revistas ICDP, v. 37, n. 37, p. 1-29, 2016.
[536] YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 470.

restritiva ao declarar que, na ausência de condições particulares como interferência com a soberania, o Estado estrangeiro não está imune da jurisdição dos tribunais japoneses em relação a atividades envolvendo direito privado ou gestão empresarial.[537] A codificação legislativa foi ainda mais tardia, com a promulgação do *Act on the Civil Jurisdiction of Japan over Foreign States* em 17 de abril de 2009, que alinhou o Japão à Convenção da ONU de 2004. A China adotou formalmente posição de imunidade irrestrita após 1949,[538] caracterizando a teoria restritiva como instrumento ideológico de Estados capitalistas destinado a subordinar economias socialistas ao controle judicial ocidental. A República Popular manteve essa postura cautelosa por décadas, mas sinalizou possível flexibilização ao assinar a Convenção da ONU em janeiro de 2005, sem, contudo, ratificá-la. A Lei chinesa de 2005 concernente a bancos centrais estrangeiros confere imunidade absoluta de medidas de restrição patrimonial, limitando sua negação a casos de renúncia escrita ou de reciprocidade, o que demonstra que mesmo a flexibilização seletiva preserva proteção especial para ativos de natureza monetária e reservas cambiais. Índia e Filipinas, por influência da herança do *common law* britânico, aderiram relativamente cedo à teoria restritiva mediante precedentes judiciais, com as Filipinas adotando a imunidade restritiva em 1958 e a Índia em 1986, no caso Harbhajan v. Índia.[539] A Coreia do Sul assumiu posição singular ao afastar a imunidade em casos de violação de *jus cogens*, particularmente em litígios envolvendo as *comfort women*, vítimas de escravidão sexual durante a ocupação japonesa na Segunda Guerra Mundial, estabelecendo exceção humanitária que transcende a distinção tradicional entre *jure imperii* e *jure gestionis*.[540] Tailândia, Indonésia e outros Estados asiáticos mantiveram práticas heterogêneas com influência de modelos ocidentais a partir da década de 1980, porém sem consolidação legislativa uniforme.[541]

A África aderiu predominantemente a imunidade absoluta, com práticas heterogêneas moldadas por legados coloniais e cálculos estratégicos pós-independência. Estados recém-independentes adotaram a imunidade absoluta como barreira defensiva contra credores e antigas metrópoles coloniais, utilizando a doutrina para resguardar autonomia política e fiscal diante de assimetrias Norte-Sul e pressões econômicas de ex-potências colonizadoras. Ex-

---

[537] SUPREMA CORTE DO JAPÃO. *Tokyo Sanyo Trading Co. Ltd. e Tokyo Sanyo Boeki K.K. v. República Islâmica do Paquistão*. 60 Minshū 2542, 21 jul. 2006.
[538] JAPÃO. Suprema Corte do Japão. *Tokyo Sanyo Trading Co. Ltd. e Tokyo Sanyo Boeki K.K. v. República Islâmica do Paquistão*. 60 Minshū 2542, 21 jul. 2006.
[539] YANG, X. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.p. 477-79.
[540] KIM, Young. Korea's Court Denies Japan's State Immunity Again**.** *The Asia-Pacific Journal: Japan Focus*, v. 22, n. 1, n. 2, 12 jan. 2024. Disponível em: https://apjjf.org/2024/1/kim. Acesso em: 25 fev. 2026.
[541] SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 152-154.

colônias britânicas constituíram exceção parcial. A África do Sul adotou o *Foreign States Immunities Act* em 1981, o Zimbábue fez o mesmo em 1983, e países como o Quênia seguiram o modelo legislativo do *State Immunity Act* britânico de 1978, demonstrando que a manutenção de estruturas jurídicas metropolitanas por décadas após a emancipação política facilitou eventual alinhamento com práticas restritivas do *common law*.[542] A maioria das nações africanas, todavia, seguiu a doutrina absoluta e carece de codificação legislativa abrangente até o presente século, refletindo limitações institucionais que incluem a ausência de sistemas de registro jurisprudencial, fator que dificultou a contribuição africana ao desenvolvimento do direito de imunidade estatal. Alguns Estados, como Senegal e Benin, tornaram-se signatários da Convenção da ONU de 2004, sinalizando eventual convergência para padrões internacionais emergentes. A prática geral africana permanece, portanto, orientada pela aplicação absoluta da imunidade de jurisdição, com Estados mantendo posições defensivas que privilegiam proteção de ativos soberanos e evitam constrangimentos judiciais externos em contextos de fragilidade institucional, dependência econômica e inserção periférica na ordem econômica global.

A trajetória percorrida entre 1952 e 1989 revela que a consolidação da imunidade relativa não constituiu progressão linear rumo a um consenso universal, mas processo heterogêneo marcado por protagonismos estratégicos, resistências geopolíticas e adesões temporalmente descompassadas que refletiram assimetrias de poder e cálculos defensivos específicos de cada bloco estatal. A *Tate Letter* de 1952, embora constitua marco simbólico da relativização, emergiu não como evolução doutrinária neutra, mas como resposta pragmática ao comércio estatal monopolizado pela União Soviética durante a Guerra Fria, inaugurando movimento que seria formalmente codificado apenas em 1976 mediante o FSIA. A onda legislativa que se seguiu, abrangendo Reino Unido, *Commonwealth* e Europa Continental, consolidou a técnica de enumeração taxativa de exceções que, ao fornecer clareza jurídica e certeza normativa, simultaneamente cristalizou o direito da imunidade em momento histórico específico. Essa codificação, contudo, permaneceu como fenômeno predominantemente ocidental e anglo-saxão, encontrando resistências estruturais em blocos periféricos que, por razões geopolíticas distintas, mas convergentes, mantiveram adesão à imunidade absoluta como escudo contra vulnerabilidades econômicas, endividamento soberano e intervenções judiciais externas. A União Soviética fundamentava essa posição na arquitetura socialista de monopólio estatal sobre o comércio exterior. A América Latina amparava-se na memória de bloqueios

[542] ALEBEEK, Rosanne van. *The Immunity of States and Their Officials in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 18.

navais e cobranças coercitivas, codificada na Doutrina Drago. A Ásia seguia trajetórias nacionais heterogêneas moldadas por ideologias estatais e heranças coloniais distintas. A África apoiava-se em pragmatismo defensivo pós-independência contra antigas metrópoles. O resultado desse processo foi um costume internacional fragmentado que, embora majoritariamente restritivo ao final da década de 1980, jamais alcançou uniformidade operacional nem consenso sobre os critérios diferenciadores entre *jure imperii* e *jure gestionis*, coexistindo múltiplas abordagens nacionais fundadas em natureza *versus* finalidade do ato, listas taxativas *versus* distinções abstratas, e graus variados de proteção para a imunidade de execução. Esse mosaico heterogêneo, como se demonstrará a seguir, seria ainda mais evidenciado pelas tentativas frustradas de codificação global nas décadas subsequentes, revelando que a imunidade relativa, mesmo quando amplamente aceita em nível retórico, permanecia contestada quanto a seus fundamentos, limites e aplicabilidade em contextos sensíveis envolvendo atos militares, crimes de guerra e violações de normas peremptórias.

### *2.2.2 Tentativas de codificação global e a persistência da fragmentação (1970-2004)*

A consolidação heterogênea da imunidade relativa durante as décadas de 1950 a 1980, embora tenha estabelecido predominância do modelo restritivo entre potências ocidentais, não gerou consenso universal capaz de sustentar codificação internacional vinculante. O reconhecimento dessa fragmentação motivou esforços multilaterais de harmonização normativa que, paradoxalmente, em vez de convergir práticas estatais divergentes, evidenciaram ainda mais a profundidade das divisões geopolíticas sobre fundamentos, critérios e limites da relativização. Se nem mesmo os projetos latino-americanos conduzidos pela Comissão Jurídica Interamericana lograram transpor o estágio de minutas preliminares, e se a própria Convenção Europeia da Basileia de 1972, conquanto pioneira como codificação regional vinculante, não alcançou adesão expressiva sequer no âmbito do Conselho da Europa, pouco animadoras se afiguravam, à época, as perspectivas de êxito no plano universal, em que as divergências quanto à extensão das exceções e à tutela dos Estados periféricos vulneráveis tenderiam a manifestar-se de modo ainda mais agudo, conformando o pano de fundo sobre o qual se ergueriam as tentativas de codificação global da imunidade jurisdicional dos Estados.[543]

[543] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 200-201.

Essa questão foi identificada como tema pendente de codificação já em 1948, quando um memorando da Secretaria da ONU assim o declarou, sem que a comunidade internacional convergisse para consenso mínimo durante as três décadas subsequentes. O amadurecimento doutrinário e jurisprudencial progressivo levou a Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas (CDI), em sua vigésima nona sessão realizada em 1977, a recomendar o início formal de estudos sobre o tópico. Recomendação acolhida pela AGNU mediante a Resolução 32/151,[544] aprovada em 19 de dezembro de 1977, que convidava a Comissão a iniciar os trabalhos sobre tema reconhecidamente maduro para codificação, mas politicamente sensível por envolver tensões estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em sua trigésima sessão, já em 1978, a CDI designou o Embaixador Sompong Sucharitkul, da Tailândia, como Relator Especial e solicitou ao Secretário-Geral o endereçamento de carta circular aos Estados Membros requerendo a submissão, até 30 de junho de 1979, de materiais relevantes, incluindo legislação nacional, decisões de tribunais domésticos e correspondência diplomática oficial. Sucharitkul apresentou oito relatórios anuais entre 1979 e 1986, sendo substituído em 1987 por Motoo Ogiso, do Japão, que preparou relatórios adicionais durante a segunda leitura do projeto. Os trabalhos culminaram em conjunto de vinte e oito artigos aprovados em primeira leitura pela CDI em 20 de junho de 1986, durante a milésima novecentésima vigésima quarta reunião, e transmitidos aos Governos para comentários e observações até 1º de janeiro de 1988.

Desde o início dos trabalhos, o projeto da CDI foi permeado por profundas tensões Norte-Sul. As divergências refletiam não apenas desacordos técnico-jurídicos sobre os critérios diferenciadores entre *jure imperii* e *jure gestionis*, mas sobretudo cálculos geopolíticos que opunham a proteção da soberania econômica de Estados periféricos aos interesses comerciais e creditícios de potências centrais. Os países desenvolvidos, liderados por Estados Unidos, Reino Unido e membros da Comunidade Europeia que já haviam codificado a imunidade restritiva mediante legislações nacionais, defendiam relativização ampla por meio de listas taxativas de exceções. Tais exceções maximizariam a jurisdição doméstica sobre atividades comerciais, contratos de trabalho, danos territoriais e transações financeiras, incluindo empréstimos soberanos. Na visão desses países, a prática jurisprudencial consolidada desde a década de 1970 em suas jurisdições representava evolução irreversível do costume internacional, e a imunidade absoluta tornara-se anacronismo incompatível com a participação crescente de Estados em atividades econômicas tradicionalmente privadas. Os países em desenvolvimento,

[544] ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 32/151, de 19 de dezembro de 1977. Report of the International Law Commission. Nova Iorque, 19 dez. 1977. A/RES/32/151.

particularmente latino-americanos, asiáticos e africanos, resistiam veementemente e caracterizavam o projeto como imposição de padrões jurídicos e culturais de um grupo limitado de países situados em centros de poder político, econômico e cultural. O Embaixador brasileiro Ruy de Lima Casaes e Silva, em sua tese do Curso de Altos Estudos, denunciou que a matriz de informação utilizada pelos Relatores Especiais apoiava-se essencialmente na experiência doutrinária, jurisprudencial, legislativa e prática governamental desse grupo restrito, que influenciava fortemente outras regiões por meio do controle, premeditado ou não, dos meios de comunicação.[545] A imposição desses padrões, inclusive de justiça, ainda que de forma subjacente, significava para Casaes pretender modificar outras culturas e outras escalas de valores, subjugando-as. Recomendou, por isso, que os trabalhos da CDI fossem revistos mediante alargamento da base de referência, de modo a torná-los mais consentâneos com o mandato recebido da Assembleia Geral. Vicente Marotta Rangel, Consultor Jurídico do Itamaraty, ecoou essa posição em parecer de 1992, concordando que o trabalho da CDI havia sido calcado em prática e doutrina vinculadas a um grupo específico de países.[546]

O Relator Especial Sucharitkul reconheceu expressamente a dicotomia Norte-Sul e buscou solução de compromisso que envolvesse medida justa e equilibrada de imunidade reconhecida para os Estados, especialmente as nações em desenvolvimento, sem sacrificar o princípio da soberania e da dignidade para assegurar a sobrevivência econômica nacional.[547] Durante a quadragésima primeira sessão da CDI, realizada em 1989, alguns membros manifestaram que as minutas de artigos aprovadas em primeira leitura favoreciam a prática de um número limitado de Estados, endossando regras de imunidade restritiva que não refletiam o direito internacional geral nem a prática da larga maioria de países.[548] Argumentaram que substituir as regras básicas da imunidade dos Estados pelos princípios da imunidade relativa criaria incertezas jurídicas, exporia os Estados excessivamente à jurisdição estrangeira, prejudicaria o desenvolvimento econômico e geraria atritos internacionais, sugerindo que as minutas deveriam ser modificadas para acomodar as diversas práticas estatais em diferentes sistemas políticos, socioeconômicos e jurídicos, bem como os distintos estágios de

[545] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 231.
[546] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. p. 183-184. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274.
[547] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 201.
[548] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 186.

desenvolvimento. Esses membros discordaram especificamente da conclusão do Relator Especial de que não se poderia mais afirmar que a teoria absoluta da imunidade constituía norma universalmente obrigatória de direito internacional costumeiro, sustentando que o princípio da imunidade estatal era mantido pela larga maioria de Estados e que a jurisprudência citada se limitava majoritariamente a países industrializados, sem uniformidade nas decisões de cortes nacionais. Sucharitkul, ao concluir os debates, reiterou a opinião de que não havia consenso na Comissão sobre se a teoria absoluta ou a relativa constituía regra do direito internacional, recomendando que o trabalho na segunda leitura deveria centrar-se particularmente na busca de acordo sobre as áreas nas quais as atividades dos Estados deveriam ser excluídas da aplicação da imunidade jurisdicional.[549]

Após vinte e seis anos de deliberações marcados por controvérsias persistentes e compromissos politicamente custosos, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 2 de dezembro de 2004, durante sua quinquagésima nona sessão, a Convenção sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens, mediante a Resolução A/59/38,[550] sem votação. Aberta à assinatura em Nova Iorque a partir de 17 de janeiro de 2005, a Convenção constitui a primeira tentativa multilateral moderna de sistematizar o regime jurídico da imunidade estatal em instrumento vinculante de alcance universal, cristalizando princípios já consolidados em áreas tradicionais e relativamente consensuais, como transações comerciais e danos territoriais. A arquitetura normativa do instrumento opera mediante lógica de regra e exceção. O artigo 5º consagra presunção geral de imunidade,[551] estabelecendo que o Estado goza, em relação a si próprio e aos seus bens, de imunidade de jurisdição junto dos tribunais de outro Estado, sujeita às disposições da própria Convenção. Essa presunção, contudo, seria imediatamente qualificada pelas exceções enumeradas taxativamente na Parte III, que delimitam as hipóteses de afastamento da imunidade, configurando fórmula de compromisso que preserva formalmente a regra geral como ponto de partida, mas a esvazia substancialmente mediante rol específico de derrogações. Os artigos 7º e 8º disciplinam, respectivamente, o consentimento expresso — manifestado por acordo internacional, contrato escrito ou declaração ante tribunal — e o consentimento tácito, deduzido da participação do Estado no processo sem invocação da

---

[549] SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990, p. 187.

[550] ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

[551] "Article 5 A State enjoys immunity, in respect of itself and its property. from the jurisdiction of the courts of another State subject to the provisions of the present Convention.". ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

imunidade.[552] O artigo 10, dedicado a transações comerciais, adota como critério primário a natureza do contrato ou da transação, embora admita que a finalidade possa igualmente ser considerada se as partes assim concordarem ou se a prática do Estado do foro o permitir.[553] Essa formulação híbrida constitui compromisso técnico entre o critério da natureza, defendido por países desenvolvidos, e o critério da finalidade, preferido por países em desenvolvimento, cuja preocupação central era evitar que atos de política econômica soberana fossem reclassificados como meras operações comerciais. O artigo 11, por fim, afasta a imunidade em matéria de contratos de trabalho, ressalvadas as hipóteses em que o empregado exerça funções estritamente relacionadas ao exercício de autoridade governamental ou ostente condição de agente diplomático ou consular.[554]

---

[552] "Article 7 Express consent to exercise of jurisdiction I. A State cannot invoke immunity from jurisdiction in a proceeding before a court of another State with regard to a matter or case if it has expressly consented to the exercise of jurisdiction by the court with regard to the matter or case: (a) (b) by international agreement; in a written contract; or (c) by a declaration before the court or by a written communication in a specific proceeding. 2. Agreement by a State for the application of the law of another State shall not be interpreted as consent to the exercise of jurisdiction by the courts of that other State." "Article 8 Effect of participation in a proceeding before a court I. A State cannot invoke immunity from jurisdiction in a proceeding before a courl of another State if it has: (a) (b) itself instituted the proceeding; or intervened in the proceeding or taken any other step relating to the merits. However, if the State satisfies the court that it could not have acquired knowledge of facts on which a claim to immunity can be based until after it took such a step, it can claim immunity based on those facts, provided it does so at the earliest possible moment. 2. A State shall not be considered to have consented to the exercise of jurisdiction by a court of another State if it intervenes in a proceeding or takes any other step for the sale purpose of: (a) (b) 3. invoking immunity; or asserting a right or interest in property at issue in the proceeding. The appearance of a representative of a State before a court of another State as a witness shall not be interprcted as consent by the former State to the exercise of jurisdiction by the court. 4. Failure on the part of a State to enter an appearance in a proceeding before a court of another State shall not be interpreted as consent by the former State to the exercise of jurisdiction by the court." AGNU. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

[553] "Article 10 Commercial transactions 1. If a State engages in a commercial transaction with a foreign natural or juridical person and, by virtue of the applicable rules of private international law, differences relating to the commercial transaction fall within the jurisdiction of a court of another State, the State cannot invoke immunity from that jurisdiction in a proceeding arising out of that commercial transaction. 2. (a) Paragraph I does not apply: in the case of a commercial transaction between States; or (b) if the parties to the commercial transaction have expressly agreed otherwise. 3. Where a State enterprise or other entity established by a State which has an independent legal personality and is capable of: (a) (b) suing or being sued; and acquiring, owning or possessing and disposing of property, including properly which that State has authorized it to operate or manage, is involved in a proceeding which relates to a commercial transaction in which that entity is engaged, the immunity from jurisdiction enjoyed by that State shall not be affected.". AGNU. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

[554] "Article 11 Contracts of employment I. Unless otherwise agreed between the States concerned, a State cannot invoke immunity from jurisdiction before a court of another State which is otherwise competent in a proceeding which relates to a contract of employment between the State and an individual for work performed or to be performed, in whole or in part, in the territory of that other State. 2. Paragraph I does not apply if: (a) the employee has been recruited to perform particular functions in th e exercise of governmental authority; (h) th e employee is: (i) a diplomatic agent, as defined In the Vienna Convention on Diplomatic Relations of 1961 ; (ii ) a consular officer, as defined In the Vienna Convention on Consular Relations of 1963; (iii ) a member of the diplomatic staff of a permanent mission to an international organization or of a special mission, or is recruited to represent a State at an international conference; or (iv) (c) any other person enjoying diplomatic immunity; the subject-matter of the proceeding is the recruitment, renewal of employment or reinstatement of an individual; (d) the subject-matter

O artigo 12 reveste-se de particular relevância para o caso Changri-lá ao estabelecer exceção territorial para ilícitos extracontratuais.[555] O dispositivo permite o afastamento da imunidade em processos relacionados a compensação pecuniária por morte, lesão corporal ou danos a bens materiais causados por ato ou omissão alegadamente atribuível ao Estado, desde que o fato tenha ocorrido no todo ou em parte no território do Estado do foro e que o autor estivesse presente naquele território no momento da sua verificação. O alcance dessa exceção, contudo, foi expressamente delimitado pela própria CDI. O comentário ao artigo 12, adotado em 1991, esclareceu que o dispositivo foi concebido primariamente para cobrir acidentes rotineiros ocorridos no território do Estado do foro, como acidentes de trânsito ou transporte, excluindo situações envolvendo conflitos armados.[556] O Presidente do Comitê *ad hoc* sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas mediante Resolução 55/150, de 12 de dezembro de 2000, no âmbito da Sexta Comissão, para elaborar instrumento de aceitação geral com base no Projeto de Artigos da CDI de 1991, o professor austríaco Gerhard Hafner, corroborou essa leitura ao afirmar que o entendimento geral sempre prevaleceu no sentido de que atividades militares não estavam cobertas pela Convenção, posição reiterada pelas declarações interpretativas formuladas por Noruega, Suécia e Itália ao ratificarem o instrumento.[557] Não obstante esse consenso restritivo quanto ao escopo do artigo 12, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal brasileiro, invocou-o para fundamentar a relativização da imunidade da Alemanha no julgamento do caso Changri-lá — aplicação que se revela controversa precisamente porque

---

of the proceeding is the dismissal or termination of employment of an individual and, as determined by the head of State, the head of Government or the Minister for Foreign Affairs of the employer State, such a proceeding would interfere with the security interests of that State; (e) the employee is a national of the employer State at the time when the proceeding is instituted, unless this person has the permanent residence in the State of the forum; or (f) the employer State and the employee have otherwise agreed in writing, subject to any considerations of public policy conferring on the courts of the State of the forum exclusive jurisdiction by reason of the subject-matter of the proceeding." ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

[555] "Article 12 Personal injuries and damage to property Unless otherwise agreed between the States concerned, a State cannot invoke immunity from jurisdiction before a court of another State which is otherwise competent in a proceeding which relates to pecuniary compensation for death or injury to the person, or damage to or loss of tangible property, caused by an act or omission which is alleged to be attributable to the State, if the act or omission occurred in whole or in part in the territory of that other State and if the author of the act or omission was present in that territory at the time of the act or omission." AGNU Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

[556] NAÇÕES UNIDAS. International Law Commission. Draft articles on jurisdictional immunities of States and their property, with commentaries *(1991)*. In: *Yearbook of the International Law Commission*, 1991, v. II, Parte Two. New York: United Nations, 1993. p. 44–46. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

[557] ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. O caso Imunidades Jurisdicionais do Estado (Alemanha c. Itália): A Corte Internacional de Justiça na Contramão da Evolução do Direito Internacional. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, v. 13, n. 13, p. 371-400, 2013. p. 398.

contraria tanto os *travaux préparatoires* quanto a prática interpretativa dos Estados signatários. A Convenção adota, por fim, postura extremamente cautelosa no que concerne à imunidade de execução, consagrando nos artigos 18 e 19 o princípio de que o consentimento para o exercício da jurisdição não implica consentimento para a adoção de medidas cautelares ou executivas.[558] A execução contra bens de Estado estrangeiro exige consentimento separado, expresso por escrito, ou demonstração de que os bens em causa foram especificamente afetados à satisfação do pedido, o que preserva autonomia completa entre as fases cognitiva e executória do processo.

A baixa adesão à Convenção constitui fenômeno revelador da persistência da fragmentação do costume internacional em matéria de imunidade estatal. Nos termos do art. 30, o instrumento entrará em vigor no trigésimo dia seguinte à data do depósito do trigésimo instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Passados vinte anos desde a abertura à assinatura, esse limiar permanece distante: até abril de 2026, a Convenção reunia vinte e oito Estados signatários, [559] dos quais apenas vinte e cinco haviam completado o processo de ratificação — entre eles Áustria (2006), Noruega (2006), Portugal (2006), Irã (2008), Suécia (2009), Japão (2010), França (2011), Itália (2013) e Suíça (2010).[560] Restam, portanto, sete ratificações para que o instrumento alcance vigência. A distância entre assinatura e ratificação é especialmente significativa no caso de Bélgica, China, Rússia e Reino Unido, cuja adesão formal aos princípios da Convenção não se converteu em vinculação jurídica a suas

---

[558] "Article 18 State immunity from pre-judgment measures of constraint No pre-judgment measures of constraint, such as attachment or arrest, against property of a State may be taken in connection with a proceeding before a court of another State unless and except to the extent that: (a) as indicated: (i) (ii) (iii) the State has expressly consented to the taking of such measures by international agreement; by an arbitration agreement or in a written contract; or by a declaration before the court or by a written communication after a dispute between the parties has arisen; or (b) the State has allocated or earmarked property for the satisfaction of the claim which is the object of that proceeding." "Article 19 State immunity from post-judgment measures of constraint No post-judgment measures of constraint, such as attachment, arrest or execution, against property of a State may be taken in connection with a proceeding before a court of another State unless and except to the extent that: (a) as indicated: (i) (ii) (iii) the State has expressly consented to the taking of such measures by international agreement; by an arbitration agreement or in a written contract; or by a declaration before the court or by a written communication after a dispute between the parties has arisen; or (b) the State has allocated or earmarked property for the satisfaction of the claim which is the object of that proceeding; or (c) it has been established that the property is specifically in use or intended for use by the State for other than government non-commercial purposes and is in the territory of the State of the forum, provided that pOS(judgment measures of constraint may only be taken against property that has a connection with the entity against which the proceeding was directed." ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

[559] Segundo dados de abril de 2026, a Convenção conta com 25 ratificações. Cf. NAÇÕES UNIDAS**.** *Status da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=III-13&chapter=3&clang=_en. Acesso em: 5 abr. 2026.

[560] NAÇÕES UNIDAS**.** *Status da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=III-13&chapter=3&clang=_en. Acesso em: 5 abr. 2026.

disposições específicas, sugerindo que o consenso alcançado, em 2004, opera antes como declaração política do que como compromisso normativo efetivo.

O Brasil não assinou nem ratificou a Convenção, mantendo a regulação da imunidade estatal sob regime de direito internacional costumeiro interpretado pelo Poder Judiciário na ausência de legislação doméstica específica. Essa posição não decorre de omissão ou desinteresse, mas de escolha estratégica informada pelas críticas que a diplomacia brasileira formulou ao longo de todo o processo de codificação. O país, historicamente dependente de normas costumeiras de proteção recíproca para resguardar seus agentes e bens no exterior, tinha razões substantivas para resistir a uma codificação cujos parâmetros haviam sido calibrados segundo a experiência de um grupo restrito de países. Quando a defesa intransigente da imunidade absoluta se revelou inviável, a atuação brasileira reorientou-se para a mitigação dos efeitos da relativização nascente. O Embaixador Carlos Calero Rodrigues liderou um dos grupos de trabalho da Comissão entre 1992 e 1998, posição que lhe permitiu influenciar, ainda que de forma limitada, os ajustes de linguagem e as salvaguardas incluídas no texto final.[561] Essa participação não reverteu a tendência geral de relativização, mas possibilitou que certas preocupações de Estados em desenvolvimento fossem incorporadas à Convenção, particularmente no art. 10, que admite a consideração da finalidade da transação comercial em determinadas circunstâncias, mecanismo concebido para evitar que atividades estatais orientadas por objetivos de desenvolvimento nacional fossem automaticamente reclassificadas como operações mercantis desprovidas de imunidade.

Razões estruturais explicam a incapacidade da Convenção de alcançar adesão suficiente para tornar-se instrumento vinculante. O texto permanece amplamente percebido como codificação de costume já existente, particularmente em matéria comercial e contratual, sem inovação normativa expressiva que justifique a vinculação formal. Estados que já adotam a doutrina restritiva mediante legislação nacional — como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Cingapura — preferem a flexibilidade do direito costumeiro, que permite evolução jurisprudencial adaptativa, a vincular-se a disposições convencionais que cristalizariam o regime em seu estágio de desenvolvimento de 2004. Para a vasta maioria dos Estados, a imunidade continua governada pelo costume internacional, o que torna a Convenção juridicamente redundante na prática. A essa redundância soma-se uma lacuna substantiva

[561] ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. p. 43.

deliberada. A CDI e a Assembleia Geral decidiram que a Convenção não cobriria processos criminais e evitaram abordar a questão das violações de direitos humanos e normas de *jus cogens*, temas considerados insuficientemente maduros para codificação em 2004, mas crescentemente abordado nas jurisprudências nacionais das décadas seguintes. O próprio preâmbulo da Convenção reconhece essa insuficiência ao afirmar que o direito internacional costumeiro continua a governar as matérias não reguladas por suas disposições, consagrando formalmente a necessidade de coexistência com o costume em permanente evolução. O resultado revela-se circular, dado que o baixo número de ratificações impede que a Convenção alcance autoridade de reflexo fidedigno do direito internacional costumeiro, especialmente perante Estados não partes, perpetuando a fragmentação que o projeto de codificação originalmente visava eliminar.

O baixo número de ratificações e a fragmentação persistente do costume internacional que o projeto de codificação visava eliminar decorrem não apenas da percepção de redundância normativa do instrumento, mas fundamentalmente da incapacidade estrutural de resolver a controvérsia conceitual que sempre permeou a distinção entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis*. A dicotomia clássica entre atos praticados no exercício da autoridade soberana e atos equivalentes aos praticados por particulares, embora teoricamente elegante, revelou-se constructo doutrinário operacionalmente instável, gerador de fragmentação profunda na prática dos tribunais nacionais e de divergências irredutíveis entre jurisdições. A própria CDI reconheceu essa dificuldade nos trabalhos preparatórios do Projeto de 1991, ao admitir que a distinção clássica, fundada ora no critério da natureza do ato, ora no critério da finalidade, padecia de ambiguidade estrutural insuperável mediante fórmulas abstratas universalmente aplicáveis.[562] Essa constatação conduziu ao progressivo abandono das tentativas de definição conceitual rígida em favor de sistema pragmático de listas enumerativas que especificavam taxativamente as situações concretas nas quais os Estados não poderiam invocar a imunidade. Estratégia adotada tanto nas legislações nacionais pioneiras quanto nos projetos de codificação regional e global, incluindo a própria Convenção de 2004. A solução pragmática, contudo, não eliminou a fragmentação. Apenas a deslocou do plano conceitual abstrato para o plano interpretativo concreto, perpetuando a heterogeneidade nas práticas judiciais nacionais.

Essa fragmentação interpretativa manifestou-se com particular intensidade na controvérsia entre o critério da natureza e o critério da finalidade, epicentro das disputas

[562] NAÇÕES UNIDAS. International Law Commission. Draft articles on jurisdictional immunities of States and their property, with commentaries *(1991)*. In: *Yearbook of the International Law Commission*, 1991, v. II, Parte Two. New York: United Nations, 1993. p. 20.

doutrinárias e jurisprudenciais sobre a aplicabilidade da imunidade relativa. O critério da natureza, adotado nos Estados Unidos pelo FSIA de 1976, na Alemanha pela decisão do Tribunal Constitucional Federal no caso *Claim against the Empire of Iran* (1963),[563] na Suíça e no Reino Unido pelo SIA de 1978, determinava que a qualificação do ato deveria basear-se exclusivamente em sua característica intrínseca, submetendo-o ao teste da pessoa privada, isto é verificar se um particular poderia, em tese, executar o mesmo ato. O FSIA consagrou essa lógica no parágrafo 1603 ao estabelecer que o caráter comercial de uma atividade deve determinar-se por referência à natureza do curso de conduta ou da transação, e não por referência ao seu propósito.[564] O Tribunal Constitucional Federal alemão adotou raciocínio convergente ao afirmar que a distinção entre atos *jure imperii* e atos *jure gestionis* somente pode fundar-se na natureza do ato ou da relação jurídica dele resultante, e não no motivo ou propósito da atividade. Acrescentou que o decisivo reside em verificar se o Estado estrangeiro agiu no exercício do poder soberano — portanto na esfera do direito público — ou se agiu como pessoa privada — portanto na esfera do direito privado. Essa qualificação, contudo, não operava em vácuo normativo, pois deveria realizar-se de acordo com a *lex fori,* subordinada à limitação decorrente do direito internacional segundo a qual o direito doméstico não pode tratar como *jure gestionis* ato que, na visão da grande maioria dos Estados, pertença à esfera do poder público em seu sentido estrito e próprio. O critério da natureza apresentava vantagem pragmática aparente ao oferecer teste objetivo de aplicação relativamente simples, que maximizava as exceções à imunidade e protegia credores e particulares domésticos contra Estados que invocassem finalidade pública para justificar qualquer atividade econômica.

O critério da finalidade ou propósito, por sua vez, sustentava que a imunidade deveria ser mantida quando o ato, mesmo que de natureza *prima facie* comercial ou contratual, fosse praticado com o objetivo de cumprir função pública ou soberana. A aquisição de material bélico para defesa nacional ilustra a lógica dessa abordagem. Ainda que formalizada mediante contrato de compra e venda típico do comércio privado, deveria ser considerada ato *jure imperii* protegido pela imunidade, porque sua finalidade essencial consistia em preservar a segurança do Estado. Esse critério encontrava particular acolhida entre países em desenvolvimento e

---

[563] ALEMANHA. Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht). Claim against the Empire of Iran. 30 abr. 1963. BVerfGE 16, 27 (1964)**.** *International Law Reports*, v. 45, p. 57–82, 1972.

**[564]** § 1603 d: " A "commercial activity" means either a regular course of commercial conduct or a particular commercial transaction or act. The commercial character of an activity shall be determined by reference to the nature of the course of conduct or particular transaction or act, rather than by reference to its purpose." ESTADOS UNIDOS. 28 U.S.C. § 1603 – Definitions. In: *United States Code*, Title 28 – Judiciary and Judicial Procedure. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/uscode/text/28/1603. Acesso em: 15 fev. 2026.

economias centralmente planificadas, que percebiam o critério da natureza como instrumento de subordinação jurídica aos interesses de Estados credores desenvolvidos. O Brasil, antes de 1989, alinhava-se a essa perspectiva. Pareceres do Itamaraty rejeitavam a distinção funcional *imperii/gestionis* como fonte de incerteza e vulnerabilidade estratégica, argumentando que praticamente toda atividade estatal possui finalidade pública, o que tornava a distinção inoperante ou politicamente manipulável pelos tribunais do Estado do foro.[565] A crítica fundamental ao critério da finalidade, todavia, residia justamente em seu potencial de esvaziar por completo a exceção à imunidade, uma vez que qualquer Estado poderia justificar qualquer atividade, mesmo essencialmente comercial, invocando propósito público genérico relacionado ao desenvolvimento nacional, à segurança econômica ou ao interesse estratégico. Essa elasticidade conceitual permitiria retrocesso disfarçado à imunidade absoluta mediante simples declaração unilateral do Estado sobre a finalidade de seus atos.

A incapacidade de alcançar consenso internacional sobre qual critério deveria prevalecer, evidenciada durante os trabalhos da CDI descritos anteriormente, conduziu à adoção progressiva de sistema pragmático de listas enumerativas que abandonava a dicotomia filosófica abstrata em favor de exceções taxativamente especificadas. A convergência técnica em torno de listas enumerativas de exceções, adotada tanto pelas legislações nacionais quanto pela Convenção da ONU de 2004, não eliminou a fragmentação do costume internacional. Antes, deslocou-a para três planos distintos. No primeiro, a própria definição de transação comercial permaneceu controversa. O art. 2 da Convenção define o conceito mediante enumeração,[566] mas o parágrafo subsequente introduz compromisso ao determinar que, para decidir se um contrato constitui transação comercial, deve-se fazer referência principalmente à natureza do contrato ou transação, embora o propósito também deva ser levado em conta quando as partes assim acordarem ou quando, na prática do Estado do foro, tal propósito for relevante para determinar o caráter não comercial da operação. Essa fórmula híbrida, que privilegia o critério da natureza sem excluir o da finalidade, reflete compromisso frágil que na prática transfere aos tribunais nacionais a decisão sobre qual critério aplicar, perpetuando a

---

[565] GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. p. 185. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274.

[566] Article 2, c: "'commercial transaction' means: any commercial contract or transaction for the sale of goods or supply of services; (ii) any contract for a loan or other transaction of a financial nature, including any obligation of guarantee or of indemnity in respect of any such loan or transaction; (iii) any other contract or transaction of a commercial, industrial, trading or professional nature, but not including a contract of employmcnt of persons.". ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

heterogeneidade das soluções judiciais. No segundo plano, as listas adotadas por diferentes jurisdições não coincidem entre si, o que gera situações nas quais o mesmo ato pode encontrar-se protegido pela imunidade em um Estado e desprovido dela em outro. No terceiro, a interpretação das próprias categorias enumeradas permanece sujeita a variações significativas, como evidenciam as controvérsias sobre contratos de trabalho de empregados locais de embaixadas, questão decidida de forma divergente por diferentes tribunais nacionais.

A geopolítica subjacente à escolha de critérios revela que a disputa conceitual entre natureza e finalidade mascarava conflito estrutural de interesses entre Estados credores desenvolvidos e Estados devedores em desenvolvimento. A própria emergência das codificações restritivas em jurisdições de *common law* respondeu, como demonstrado, à pressão concreta gerada por economias centralmente planificadas cujas agências estatais monopolizavam o comércio exterior e operavam formalmente como entidades governamentais, mas funcionalmente como comerciantes privados. O critério da natureza surgiu como resposta direta a esse desafio, pois permitia que tribunais ocidentais desconsiderassem a autoqualificação soberana desses atos e os reclassificassem como comerciais com base em suas características intrínsecas. Os países desenvolvidos, liderados por Estados Unidos e Reino Unido, defenderam consistentemente esse critério porque maximizava as exceções à imunidade, protegendo credores domésticos, investidores privados e cidadãos que celebravam contratos com Estados estrangeiros. A preferência refletia o cálculo estratégico de que economias avançadas com mercados financeiros desenvolvidos figurariam primariamente como credoras em litígios transnacionais envolvendo dívidas soberanas, contratos comerciais e empréstimos, beneficiando-se de regime que facilitasse a jurisdição doméstica sobre Estados devedores. Os países em desenvolvimento, particularmente latino-americanos, resistiram à relativização ampla e preferiram o critério da finalidade por preservar maior espaço de imunidade, protegendo a soberania econômica contra execução judicial em foros controlados por interesses de credores. A posição brasileira, já detalhada, inscrevia-se nessa lógica ao argumentar que a adoção acrítica da imunidade relativa segundo o critério da natureza representaria subordinação jurídica capaz de expor Estados periféricos vulneráveis a litígios oportunistas em foros estrangeiros, comprometendo sua autonomia em matéria de desenvolvimento econômico e política fiscal. O resultado dessa polarização foi a fragmentação persistente do costume internacional, que, ao final da década de 1990, coexistia sob o rótulo formal da imunidade relativa sem convergência material sobre seus parâmetros aplicáveis, abrigando múltiplas práticas nacionais incompatíveis entre si.

As tentativas de codificação global da imunidade relativa entre as décadas de 1970 e 2004, embora tenham produzido instrumentos juridicamente sofisticados como a Convenção Europeia de Basileia e a Convenção das Nações Unidas, fracassaram em alcançar consenso universal e entrada em vigor efetiva. Esse fracasso não decorreu de deficiências técnicas na redação dos textos convencionais, mas de três contradições estruturais insuperáveis mediante mera codificação normativa. A primeira reside na impossibilidade de resolver definitivamente a controvérsia entre os critérios da natureza e da finalidade. A fórmula híbrida adotada pelo artigo 2 da Convenção da ONU — que privilegia "principalmente" a natureza, mas admite a consideração da finalidade "se as partes acordarem" ou "se a prática do Estado do foro assim o permitir" — institucionalizou ambiguidade deliberada que, na prática, permite aos tribunais nacionais aplicar qualquer dos critérios segundo suas conveniências jurídicas e geopolíticas. A segunda contradição reside no caráter irredutivelmente político das tensões Norte-Sul que permearam os trabalhos da CDI. Conforme demonstrado, o conflito entre Estados credores desenvolvidos que buscavam maximizar exceções à imunidade e Estados devedores em desenvolvimento que resistiam à relativização para preservar a soberania econômica não constituía divergência técnica superável por negociação diplomática, mas antagonismo estrutural de interesses que a codificação poderia formalizar, porém não resolver. A terceira contradição decorre da omissão deliberada de temas crescentemente relevantes. A exclusão das violações de normas de *jus cogens* e dos processos criminais, embora politicamente necessária para viabilizar a conclusão do texto em 2004, comprometeu a relevância futura do instrumento, pois as duas décadas subsequentes testemunhariam a emergência de exceções à imunidade fundadas em graves violações de normas imperativas nas jurisprudências da Itália, da Grécia, da Coreia do Sul e, eventualmente, do Brasil.

O resultado dessa trajetória de codificação frustrada consiste em costume internacional que, embora majoritariamente restritivo ao final da década de 1990, permaneceu fragmentado em múltiplas práticas nacionais incompatíveis, abrigadas sob o rótulo formal da imunidade relativa sem convergência material sobre seus parâmetros aplicáveis. O direito projetado nas convenções de Basileia e da ONU distanciou-se do direito vivido nas práticas judiciais concretas, atravessadas pela instabilidade conceitual da distinção *jure imperii/jure gestionis*, pelas divergências persistentes entre os critérios de natureza e finalidade e pela aplicação seletiva segundo interesses geopolíticos nacionais. Essa fragmentação constitui o cenário no qual a trajetória brasileira entre 1989 e 2022 se desenvolve. O Brasil adotou tardiamente a teoria restritiva e a manteve de forma cautelosa por três décadas, alinhado ao costume dominante. Ao

final desse período, protagonizou nova inflexão mediante a formulação da Tese 944, que ultrapassa substancialmente os limites tanto da Convenção de 2004 quanto do costume consolidado, posicionando o país de maneira isolada no cenário internacional contemporâneo. A análise dessa trajetória nacional, desde a vernacularização inicial da imunidade relativa até o momento anterior à ruptura representada pela Tese 944, constitui o objeto do próximo item.

### *2.2.3 O Brasil na geopolítica da imunidade relativa (1989-2016)*

A trajetória brasileira em matéria de imunidade jurisdicional de Estados estrangeiros, entre 1989 e 2015, inscreve-se no cenário de fragmentação persistente anteriormente delineado. Caracterizou-se por cautela defensiva, que alinhou o país ao costume internacional dominante sem cristalizar a relativização em lei específica ou tratado vinculante. Tal opção confiou ao Supremo Tribunal Federal a tarefa de vernacularizar a imunidade relativa pela via jurisprudencial, cabendo à Corte interpretar o direito costumeiro conforme as circunstâncias políticas e jurídicas concretas, preservando flexibilidade que a codificação legislativa ou a adesão à Convenção da ONU de 2004 teriam comprometido. O marco inicial dessa trajetória adveio com o julgamento do caso Genny de Oliveira, em 1989, que assinalou adesão tardia, porém pragmática, à teoria restritiva. A decisão substituiu décadas de alinhamento automático à imunidade absoluta pela distinção funcional entre atos de império e atos de gestão, aplicada preponderantemente em matéria trabalhista. A guinada, contudo, não configurou ruptura abrupta nem ativismo judicial transformador, representando antes incorporação cautelosa da prática consolidada entre potências ocidentais desde a *Tate Letter* de 1952. Embora periférico nas disputas conceituais que permearam a codificação global, o Brasil posicionou-se no limiar entre a proteção da soberania estatal e a pressão crescente por acesso à justiça doméstica. As três décadas subsequentes consolidaram essa prática restritiva delimitada, na qual a imunidade permaneceu resguardada para atos de império típicos, admitindo-se exceções controladas quanto a atos de gestão. Tal equilíbrio perduraria até 2015, quando o julgamento do caso Changri-lá, no ARE nº 954.858, inauguraria processo de revisão que culminaria na formulação da Tese 944 e na ruptura com a cautela institucional precedente.

A trajetória brasileira em matéria de imunidade jurisdicional de Estados estrangeiros entre 1989 e 2015 insere-se no cenário de fragmentação persistente descrito anteriormente, caracterizando-se por cautela defensiva que alinhou o país ao costume internacional dominante sem, contudo, cristalizar a relativização em legislação específica ou tratado vinculante.

Conforme demonstrado, essa opção por uma vernacularização jurisprudencial da imunidade relativa confiou ao Supremo Tribunal Federal a função de interpretar o direito costumeiro internacional segundo as circunstâncias políticas e jurídicas concretas, preservando a flexibilidade que legislações codificadoras ou adesão à Convenção da ONU de 2004 teriam comprometido. O julgamento do caso Genny de Oliveira, em 1989, marcou a adesão tardia, mas pragmática, à teoria restritiva, substituindo décadas de alinhamento automático à imunidade absoluta por distinção funcional entre atos de império e atos de gestão aplicada predominantemente em matéria trabalhista.[567] Essa guinada, contudo, não representou ruptura abrupta nem ativismo judicial transformador. Constituiu incorporação cautelosa da prática majoritária consolidada entre potências ocidentais desde a *Tate Letter* de 1952, demonstrando que o Brasil, embora periférico nas disputas conceituais que permearam a codificação global, posicionou-se no limiar entre a proteção da soberania estatal e a pressão crescente por acesso à justiça doméstica. As três décadas subsequentes testemunharam a consolidação dessa prática restritiva limitada: imunidade preservada para atos de império típicos, exceções controladas para atos de gestão. Esse equilíbrio seria mantido até 2015, quando o julgamento do caso Changri-lá no ARE nº 954.858 inauguraria processo de revisão que culminaria na formulação da Tese 944 e na ruptura com a cautela institucional anterior.

O caso ACi 9.696/SP, julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 31 de maio de 1989, constitui o marco formal da adesão brasileira à teoria restritiva da imunidade de jurisdição. A ação fora ajuizada originalmente em 1976 por Genny de Oliveira, viúva de funcionário da Representação Comercial da República Democrática Alemã que prestara serviços entre 1970 e 1975, e pleiteava o reconhecimento de direitos trabalhistas e anotações na carteira de trabalho do falecido marido. Em primeira instância, a 16ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo rejeitou a arguição de imunidade, sob o fundamento de que a contratação para atuar em escritório comercial configurava típica atividade negocial, caracterizando ato de gestão e não de império. Entendimento esse já sedimentado na Justiça do Trabalho, segundo o qual contratos de empregados locais não envolviam exercício de soberania estatal. O Tribunal Regional do Trabalho, contudo, reformou a decisão após recurso da Alemanha, reconhecendo que a representação comercial integrava a estrutura da Embaixada, e remeteu os autos à Justiça Federal, onde o processo foi extinto sem resolução de mérito com base na imunidade absoluta.

[567] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.

Quando o caso chegou ao STF, treze anos após o ajuizamento, o país vivia o momento inaugural da Constituição Federal de 1988, cujo art. 114 incluíra os entes de direito público externo na competência da Justiça do Trabalho, criando tensão entre norma constitucional interna e costume internacional que seria explorada pelo ministro relator Sydney Sanches. A motivação para a mudança jurisprudencial, contudo, não proveio dessa tensão normativa nem de pressão externa de outros Estados, mas de contradições internas acumuladas entre a ortodoxia defendida pelo Itamaraty e a realidade processual dos tribunais trabalhistas, que enfrentavam volume crescente de reclamações ajuizadas por empregados locais de embaixadas e consulados sem qualquer possibilidade de jurisdição alternativa no país de origem do empregador.

O voto do ministro relator Sydney Sanches ancorou-se, inicialmente, no supracitado art. 14 da CFRB/88, sustentando que a nova Carta teria extinguido a imunidade em matéria trabalhista ao incluir os entes de direito público externo na jurisdição da Justiça do Trabalho. O raciocínio pressupunha que norma constitucional interna pudesse unilateralmente revogar regra costumeira internacional. O ministro Rezek rejeitou veementemente essa fundamentação, classificando-a como simplista e incorreta e esclarecendo que o artigo consistia meramente em norma de competência interna, desprovida de autoridade para revogar unilateralmente regra de imunidade emanada do Direito Internacional. Enfatizou que "o constituinte brasileiro não possui competência para fazer promessas às custas de soberanias estrangeiras",[568] visto que as regras sobre relações entre Estados soberanos somente poderiam ser produzidas no plano internacional, mediante consentimento mútuo. Diante dessa crítica, Sydney Sanches modificou sua fundamentação e aderiu aos argumentos de Rezek, consolidando entendimento unânime da Corte não pela força do argumento constitucional, mas pela necessidade de acomodar a jurisprudência brasileira à prática internacional consolidada desde a década de 1970. A retificação expõe dificuldade metodológica que se revelaria recorrente na jurisprudência do STF em matéria de imunidade, qual seja a articulação inconsistente entre direito constitucional interno e costume internacional. Como se demonstrará, esse mesmo problema reaparecerá com maior gravidade no julgamento da Tese 944, quando a Corte novamente recorrerá a argumento constitucional interno para justificar ruptura com costume internacional consolidado.

A argumentação do ministro Francisco Rezek, que prevaleceu por unanimidade e cujo voto condutor tornou-se paradigmático para os casos subsequentes, sustentou-se em três pilares. O primeiro consistiu em esclarecer que a imunidade da pessoa jurídica de direito público

[568] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12/10/1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.

externo não deriva das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) e Consulares (1963), mas de antiga e sólida regra costumeira do Direito das Gentes. A distinção entre imunidades pessoais de agentes diplomáticos, previstas nas Convenções, e imunidade estatal propriamente dita, de origem costumeira, situava a questão no domínio do costume internacional geral, não no regime especial das imunidades diplomáticas. O segundo pilar, decisivo para o desfecho, residiu na constatação de que essa regra costumeira "deixou de existir na década de 70". Rezek invocou como evidências a Convenção Europeia de Basileia (1972), o FSIA americano (1976) e o SIA britânico (1978), concluindo que "não podemos mais, neste Plenário, dizer que há uma sólida regra de direito internacional costumeiro, a partir do momento em que desertam dessa regra os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e tantos outros países do hemisfério norte". A formulação revelava hierarquia implícita segundo a qual práticas de potências centrais determinariam a configuração do costume oponível aos demais Estados. O terceiro pilar articulou a relação entre mudança externa e continuidade interna. Rezek enfatizou que o quadro interno brasileiro não havia mudado, mas sim o quadro internacional, razão pela qual "o que ruiu foi o nosso único suporte" para manter a imunidade absoluta em causas trabalhistas. Essa argumentação justificava a mudança pela evolução do costume, ao mesmo tempo em que preservava a imunidade absoluta para atos de império e mantinha intocada a imunidade de execução, cuja relativização Rezek rechaçou pela impossibilidade prática de execução forçada contra Estado estrangeiro sem recurso à força bélica, "o que repugna substancialmente ao moderno Direito Internacional".

A formulação de Rezek merece reflexão crítica. Ao condicionar a existência do costume internacional à "deserção" de Estados Unidos, Grã-Bretanha e "tantos outros países do hemisfério norte", o ministro implicitamente atribuiu às práticas dessas potências peso determinante — senão exclusivo — na configuração da norma costumeira oponível ao Brasil. Essa premissa não se configura autoevidente. Conforme demonstrado ao longo deste capítulo, a imunidade absoluta permanecia vigente, àquela altura, em parcela significativa da comunidade internacional, incluindo a quase totalidade da América Latina, a maioria dos Estados asiáticos e africanos e o bloco socialista, cuja dissolução sequer se havia completado em 1989. A opção por identificar a mudança do costume a partir da prática do hemisfério norte, desconsiderando a persistência da regra anterior entre Estados do hemisfério sul e economias periféricas cujas condições estruturais de inserção internacional mais se assemelhavam às brasileiras, revela viés seletivo na identificação da *opinio juris* relevante. A rigor, o contexto geopolítico brasileiro — marcado por vulnerabilidade fiscal, dependência de fluxos de capital

externo e limitada capacidade de *enforcement* extraterritorial — alinhava-se mais estreitamente com as razões que levavam Estados periféricos a preservar a imunidade absoluta do que com as pressões comerciais que haviam motivado a relativização nas potências centrais. A questão que o voto não enfrentou reside, portanto, em saber por que o Brasil deveria subordinar sua prática ao costume emergente de Estados cujas motivações estruturais para a relativização — proteção de credores domésticos contra inadimplemento de empresas estatais socialistas e Estados comerciantes — pouco correspondiam à realidade brasileira de 1989. A ausência dessa problematização sugere que a autoridade das potências centrais na formação do costume foi tomada como dado, não como premissa a ser justificada.

Essa seletividade no voto de Rezek torna-se ainda mais significativa quando confrontada com a trajetória institucional que o próprio ministro percorreu. A Consultoria Jurídica do Itamaraty havia fornecido, por décadas, o arcabouço intelectual que sustentava a imunidade absoluta no Brasil, desde os pareceres de Clóvis Beviláqua até os de seus sucessores, conforme amplamente documentado. O mais emblemático parecer nessa tradição foi elaborado, paradoxalmente, pelo próprio Rezek, então Procurador da República, em 1973 (Petição nº 56.466). Naquele texto, Rezek forneceu a fundamentação pragmática que cimentou a posição absolutista ao argumentar que "nenhum Estado ignora a impossibilidade de submeter outra Nação, contra sua vontade, à condição de parte perante o judiciário local, a menos que disposto [apto] a garantir pela força bélica a execução da eventual e esdrúxula sentença condenatória, o que repugna substancialmente ao moderno Direito Internacional".[569] Essa argumentação foi recorrentemente citada pelo STF nos quinze anos seguintes, solidificando a imunidade absoluta como axioma que dispensava justificação substantiva. Em 1989, Rezek mobilizaria parcialmente o mesmo raciocínio, agora para justificar a manutenção da imunidade de execução mesmo após relativizar a imunidade de jurisdição. A continuidade entre o parecer de 1973 e o voto de 1989 revela que a transição brasileira não representou ruptura com a tradição institucional do Itamaraty, mas sua reconfiguração. O pragmatismo defensivo que antes sustentava a imunidade absoluta como escudo contra vulnerabilidades estruturais passou a operar, sob nova roupagem, como fundamento de uma relativização cautelosa que preservava intactas as proteções consideradas essenciais, notadamente a imunidade de execução e a imunidade para atos de império, adaptando a posição brasileira ao costume dominante sem abandonar a lógica protetora que a havia estruturado por décadas.

---

[569] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo de Instrumento n. 56.466/DF*. Relator: Min. Bilac Pinto. Julgamento em 1973. *Revista Trimestral de Jurisprudência*, Brasília, DF, v. 66, p. 727. Parecer do Ministério Público Federal por Francisco Rezek.

Essa decisão representou ruptura não apenas jurisprudencial, mas também institucional, ao superar a doutrina estabelecida pelo próprio Itamaraty sem que houvesse pressão externa significativa de outros Estados ou necessidade de alinhamento a tratados vinculantes. O Poder Executivo absorveu a guinada mediante a Nota Circular nº 560/DJ/DPI/CJ,[570] emitida pelo Ministério das Relações Exteriores em 14 de fevereiro de 1991, que comunicou às Missões Diplomáticas acreditadas em Brasília que "os tribunais brasileiros, em sintonia com o pensamento jurídico atual [...], firmaram jurisprudência no sentido de que as pessoas jurídicas de direito público externo não gozam de imunidades no domínio dos atos de gestão, como as relações de trabalho estabelecidas localmente". A formulação da Nota merece atenção. Diferentemente da *Tate Letter* de 1952, que consistira em determinação política do Executivo aos tribunais, alterando unilateralmente a política externa em matéria de imunidade, a Nota Circular reconheceu expressamente a independência entre os Poderes (art. 2º da CF/88) e limitou-se a informar a nova jurisprudência, sem pretensão de orientar futuros julgamentos. Essa deferência ao Judiciário consolidou arranjo institucional peculiar: o Brasil passou a adotar a imunidade relativa exclusivamente por via jurisprudencial, sem legislação específica que cristalizasse a distinção *imperii/gestionis* em fórmulas rígidas. A flexibilidade interpretativa assim preservada, como se demonstrará, seria estrategicamente explorada nas décadas seguintes.

A consolidação jurisprudencial da imunidade relativa no Brasil entre as décadas de 1990 e 2010 caracterizou-se pela reafirmação cautelosa dos parâmetros estabelecidos no caso Genny de Oliveira. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça consolidaram, durante esse período, arquitetura jurisprudencial estruturada em três camadas de proteção. A primeira consistia na distinção funcional entre atos de império e atos de gestão, critério pelo qual apenas os segundos se sujeitavam à jurisdição brasileira. A segunda residia na autonomia entre imunidade de jurisdição e imunidade de execução, garantindo que mesmo condenações transitadas em julgado permanecessem inexequíveis salvo renúncia expressa do Estado estrangeiro, o que preservava a integridade patrimonial das representações diplomáticas e consulares. A terceira decorria da própria subjetividade inerente à distinção *imperii/gestionis*, ambiguidade deliberadamente não resolvida pelo legislador brasileiro. Ao manter a matéria no âmbito exclusivamente jurisprudencial, essa indefinição conferia aos tribunais superiores flexibilidade para ajustar a aplicação da imunidade conforme as circunstâncias geopolíticas e

[570] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Nota Circular n. 560/DJ/DPI/CJ*, de 14 de fevereiro de 1991. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1991.

diplomáticas de cada caso concreto. O modelo resultante alinhava o Brasil ao costume internacional sem sacrificar as salvaguardas estruturais que protegiam interesses nacionais.

A jurisprudência do STF e do STJ consolidou o entendimento inaugurado no caso Genny de Oliveira mediante precedentes que refinaram progressivamente a aplicação da teoria restritiva, expandindo-a para além do campo trabalhista e estabelecendo critérios cada vez mais precisos para delimitar o alcance da relativização sem comprometer a segurança jurídica das relações internacionais do Brasil. O primeiro desdobramento significativo ocorreu já em 1990, quando o STJ, no Agravo nº 757/DF,[571] enfrentou cobrança comercial movida pela empresa Vidros Planos Ltda. contra a República Federativa da Tchecoslováquia pelo fornecimento de vidros destinados à chancelaria daquele país em Brasília. O Tribunal aplicou a teoria restritiva ao campo das transações comerciais, consolidando o entendimento de que o Estado que atua *more privatorum*, celebrando contratos de fornecimento de bens com empresas privadas brasileiras, submete-se à jurisdição nacional nos mesmos termos que qualquer contratante particular. A decisão assumia relevância sistêmica por demonstrar que a relativização inaugurada no caso Genny não permaneceria confinada às reclamações trabalhistas, expandindo-se organicamente para abranger relações comerciais ordinárias nas quais a natureza privada da contratação dispensava qualquer conexão com o exercício de funções soberanas.

A expansão material da relativização alcançaria, quatro anos depois, o terreno da responsabilidade civil extracontratual. No Agravo nº 36.493,[572] julgado em 1994, o Superior Tribunal de Justiça apreciou ação indenizatória movida por Neusa Rigo contra o Reino Unido em decorrência de acidente de trânsito provocado por veículo diplomático britânico em território nacional. O Tribunal afastou a imunidade de jurisdição ao reconhecer que acidentes de trânsito configuravam atos desprovidos de qualquer conexão com prerrogativas soberanas, inserindo-se na categoria de fatos jurídicos que qualquer particular poderia protagonizar nas mesmas circunstâncias. O precedente demonstrava que a exceção territorial para danos pessoais e materiais ocorridos em solo nacional já operava na jurisprudência brasileira antes mesmo de sua codificação no art. 12 da Convenção da ONU, adotada uma década depois. A conexão territorial e a banalidade cotidiana do fato gerador permaneciam, contudo, como pressupostos implícitos da relativização, sinalizando que o afastamento da imunidade operava em zona de

---

[571] SOARES, Guido F. Silva. *Das Imunidades de Jurisdição e de Execução.* Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 241.
[572] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo de instrumento n. 36.493-2/DF*. Rel. Min. Pádua Ribeiro. 2ª Turma. Julgamento em 15 ago. 1994. Publicação: DJ de 19 set. 1994. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300102427&dt_publicacao=19/09/1994. Acesso em: 15 fev. 2026.

consenso internacional na qual a natureza privada do ato dispensava qualquer ponderação sobre hierarquias normativas ou proteção de direitos fundamentais.

Enquanto o Superior Tribunal de Justiça delimitava, em sua linha jurisprudencial autônoma, o alcance material da relativização nos campos comercial e de responsabilidade civil, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal permanecia substantivamente contida à seara trabalhista, sem que os casos julgados pelo STJ tenham ascendido à revisão pela Corte Constitucional. Os raros pronunciamentos do STF sobre a relativização em domínios não trabalhistas, quando ocorridos, configuraram *obiter dicta* de relatores em decisões de turma, sem força de precedente vinculante nem reflexo em orientação consolidada do plenário. Ilustrativo dessa natureza marginal é o Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 139.671-8/DF, [573] julgado em 1995 sob relatoria do ministro Celso de Mello, no qual o relator, em consideração incidental sobre o tema, afirmou que a relativização da imunidade incidiria quando o Estado estrangeiro atuasse em "matéria de ordem estritamente privada", formulação que, não obstante sua amplitude teórica, não chegou a produzir, nas décadas seguintes, jurisprudência efetivamente relativizadora do STF fora do domínio trabalhista. A orientação expressa pelo ministro Celso de Mello, embora doutrinariamente sugestiva, permaneceu isolada enquanto posição individual, sem consolidação colegiada e sem aplicação em litígios concretos de matéria comercial, locatícia ou de responsabilidade civil extracontratual envolvendo Estados estrangeiros, campos nos quais a imunidade absoluta continuou a operar na prática do STF até o julgamento do caso Changri-lá em 2021. O eventual alinhamento ao critério da natureza, em detrimento do critério da finalidade, permaneceu, no plano da Corte, conformação doutrinária sem tradução consistente em *ratio decidendi*, contrastando com a linha jurisprudencial do STJ, que efetivamente mobilizou o critério em sua atuação na seara infraconstitucional.

Os precedentes anteriores delimitaram o alcance material e os critérios conceituais da relativização; restava, contudo, enfrentar objeção processual que ameaçava esvaziar a própria utilidade prática da distinção. No Recurso Extraordinário nº 222.368-4/PE,[574] julgado entre 2002 e 2003, o STF enfrentou reclamação trabalhista movida por Iracy Ribeiro de Lima contra o Consulado Geral do Japão. O caso tornou-se paradigmático pela fundamentação do ministro Celso de Mello, que estabeleceu de forma categórica a autonomia conceitual e processual entre

---

[573] BRASIL. STF (1. Turma). *Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 139.671-8 Distrito Federal*. Agravante: EUA. Agravados: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Celso de Mello, 20 de junho de 1995. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=275004.

[574] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2ª Turma). *Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 222.368-4-PE.* Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 30 abr. 2002.

imunidade de jurisdição e imunidade de execução. O Consulado japonês havia argumentado que jurisdição sem efetividade equivaleria à ausência de jurisdição, sustentando que a impossibilidade de execução forçada contra Estado estrangeiro deveria obstar a própria instauração do processo de conhecimento. A tese buscava inviabilizar qualquer reclamação trabalhista contra Estados estrangeiros ao vincular o exercício da jurisdição cognitiva à possibilidade prática de satisfação do eventual título condenatório. Celso de Mello rechaçou esse raciocínio ao afirmar que "a dificuldade adicional de realização prática do título judicial condenatório, representada pela prerrogativa da imunidade de execução, não se revela suficiente para obstar, *per se*, a instauração, perante Tribunais brasileiros, de processos de conhecimento contra Estados estrangeiros".[575] O ministro acrescentou, ainda, que privilégios diplomáticos não poderiam servir "para coonestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em inaceitável detrimento de trabalhadores residentes no Brasil", introduzindo consideração axiológica sobre a proteção de direitos sociais que, embora circunscrita a relações trabalhistas típicas de atos de gestão, viria a ser retrospectivamente invocada como fundamento embrionário da Tese 944, a despeito da descontinuidade categorial entre proteção de créditos trabalhistas e afastamento de imunidade para atos de império. O julgamento consolidou, por conseguinte, o sistema dualista no qual a relativização da imunidade de jurisdição para atos de gestão não implicava qualquer flexibilização da imunidade de execução, que permanecia absoluta independentemente da natureza do ato gerador da condenação.

A consolidação do sistema dualista na fase de conhecimento impunha, simultaneamente, a necessidade de refinar as fronteiras entre atos de gestão e atos de império em zonas de classificação ambígua. O Recurso Ordinário nº 39/MG,[576] julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em 2005, ofereceu contribuição interpretativa singular nesse sentido. Jucelino Nóbrega da Luz ajuizou ação contra os Estados Unidos da América pleiteando o pagamento de recompensa que aquele país havia prometido publicamente pela captura ou localização de Saddam Hussein. Embora a promessa de recompensa ostentasse aparência formal de relação obrigacional privada, assemelhando-se a promessa de recompensa endereçada ao público nos termos do direito civil brasileiro, o STJ reconheceu a imunidade de jurisdição ao qualificar o ato como expressão de política externa e operação militar soberana, inesperável do contexto do conflito armado no Iraque. O Tribunal operou, assim, refinamento significativo do critério da

[575] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2ª Turma). *Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 222.368-4-PE.* Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 30 abr. 2002.
[576] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). *Recurso Ordinário nº 39/MG*. Recorrente: Jucelino Nóbrega da Luz. Recorrido: Estados Unidos da América. Relator: Min. Jorge Scartezzini. Brasília, 06 de outubro de 2005.

natureza do ato ao demonstrar que a análise não poderia limitar-se à configuração formal da relação jurídica, devendo alcançar o contexto funcional no qual o ato se inseria. A promessa de recompensa vinculada a objetivo militar estratégico conservava natureza de ato de império ainda que revestida de forma jurídica típica de relações privadas, o que impedia o afastamento da imunidade. O precedente funcionava, portanto, como contraexemplo delimitador que traçava com precisão os contornos da teoria restritiva, confirmando que a jurisprudência brasileira aplicava a relativização com rigor analítico e preservava conscientemente a imunidade absoluta para atos dotados de conexão substantiva com o exercício de funções soberanas, mesmo quando formalmente assemelhados a atos de gestão.

O rigor na preservação da imunidade para atos dotados de conexão soberana manifestava-se com igual intensidade no campo da imunidade de execução. No Agravo Regimental na Ação Cível Originária nº 543,[577] julgado em 2006, o Supremo Tribunal Federal apreciou execução fiscal movida pela própria União contra a República da Coreia. A particularidade do caso residia no fato de que o credor não configurava particular hipossuficiente, mas o próprio Estado brasileiro no exercício de sua competência tributária, circunstância que poderia, em tese, justificar tratamento diferenciado fundado na igualdade soberana entre os litigantes. O Tribunal, não obstante, manteve a imunidade de execução, reafirmando que a inviolabilidade dos bens de missões diplomáticas prevista nas Convenções de Viena constituía obstáculo intransponível à constrição patrimonial, independentemente da qualidade do credor ou da natureza do crédito perseguido. A decisão consolidava a tese de que a imunidade de execução operava em registro qualitativamente distinto da imunidade de jurisdição, não admitindo a mesma gradação entre atos de gestão e atos de império que fundamentava a relativização jurisdicional. Mesmo divergências internas que sinalizavam abertura à penhora de bens não afetados ao serviço diplomático não lograram alterar a posição majoritária, evidenciando que o Tribunal tratava a imunidade executória como garantia estrutural das relações diplomáticas, e não como prerrogativa funcional ajustável conforme a natureza do ato.

A estabilidade dessa arquitetura jurisprudencial enfrentaria, contudo, teste de natureza qualitativamente diversa quando demandas fundadas em violações de direitos humanos por atos de império passaram a alcançar os tribunais brasileiros. No Recurso Ordinário nº 57/RJ,[578]

---

[577] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Agravo Regimental na Ação Cível Originária nº 543/SP*. Agravante: União. Agravada: República da Coreia. Relator: Min. Sepúlveda Pertence. Brasília, 30 ago. 2006

[578] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). *Recurso Ordinário nº 57/RJ*. Recorrente: Maria Thereza Goulart e outros. Recorrido: Estados Unidos da América. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Relator para o acórdão: Min. Aldir Passarinho Junior. Brasília, 21 de agosto de 2008.

julgado em 2008, o Superior Tribunal de Justiça apreciou pedido indenizatório formulado por Maria Thereza Goulart e outros familiares do ex-presidente João Goulart contra os Estados Unidos da América, sob a alegação de que o governo norte-americano havia prestado apoio logístico e financeiro ao golpe militar de 1964. O caso inaugurava, na jurisprudência brasileira, a categoria de demandas que conjugavam atos de império com alegações de violação a direitos fundamentais, antecipando o tipo de pretensão que a Tese 944 posteriormente se proporia a acolher. O STJ manteve a imunidade de jurisdição, reconhecendo que eventual participação estrangeira em intervenção política nos assuntos internos de outro Estado configurava ato de império por excelência, insuscetível de relativização pelo regime então vigente. A decisão produziu, todavia, contribuição processual duradoura para além da questão material. A ministra Nancy Andrighi estabeleceu que o juiz não deveria declarar a imunidade de ofício em casos politicamente complexos, devendo realizar a citação do Estado estrangeiro para que este manifestasse se desejava renunciar ao privilégio ou invocá-lo. Esse refinamento procedimental introduzia salvaguarda processual relevante ao substituir o indeferimento liminar automático por procedimento que assegurava ao Estado estrangeiro a oportunidade de pronunciar-se, preservando simultaneamente a possibilidade de renúncia voluntária e o contraditório mínimo exigido pela complexidade política da matéria. O precedente reafirmava, contudo, resultado inequívoco quanto ao mérito, confirmando que a distinção entre atos de gestão e atos de império permanecia como linha divisória intransponível do sistema de imunidades, mesmo diante de alegações de gravidade extrema envolvendo participação em ruptura institucional e violação do regime democrático.

O conjunto dos precedentes produzidos entre 1989 e 2015 compunha, assim, quadro jurisprudencial razoavelmente estável. A imunidade de jurisdição, relativizada no âmbito trabalhista a partir de Genny de Oliveira e progressivamente reconhecida em outros domínios pela jurisprudência infraconstitucional, permanecia absoluta para atos de império, inclusive quando geradores de danos graves a particulares brasileiros. A imunidade de execução, por sua vez, mantinha caráter absoluto em regra, independentemente da natureza do ato que originara a condenação, operando como garantia autônoma fundada na inviolabilidade dos bens diplomáticos e na exigência de renúncia expressa. Os critérios interpretativos mobilizados no período privilegiavam a natureza objetiva do ato e a conexão territorial do dano, sem que se tivesse firmado orientação sobre ponderações axiológicas fundadas na gravidade da violação ou na hierarquia normativa entre imunidade processual e normas substantivas de direitos humanos. Essa contenção institucional, longe de constituir inércia jurisprudencial,

acompanhava o alinhamento brasileiro ao costume internacional dominante e a previsibilidade das relações diplomáticas do país. A estabilidade construída ao longo de quase três décadas tornaria ainda mais acentuado o contraste com a inflexão que o Supremo Tribunal Federal promoveria a partir de 2016, quando o julgamento do caso Changri-lá conduziria à formulação de exceção que ultrapassava os parâmetros até então sedimentados na jurisprudência nacional.

Comparado regionalmente, o Brasil apresentava trajetória singular que evidenciava escolhas institucionais distintas em matéria de regulamentação normativa da imunidade estatal. A Argentina protagonizou a experiência mais articulada da região, com processo de transição que combinou virada jurisprudencial e codificação legislativa em sequência notavelmente compacta. Em dezembro de 1994, cinco anos após o caso Genny de Oliveira no Brasil, a Corte *Suprema de Justicia de la Nación* julgou o caso *Manauta, Juan José y otros c. Embajada de la Federación Rusa*,[579] reclamação trabalhista e previdenciária na qual o Tribunal abandonou formalmente a doutrina da imunidade absoluta que vinha aplicando com fundamento no *Decreto-Ley* nº 1.285/58.[580] A Embaixada da Federação Russa, notificada por ofício judicial, absteve-se de qualquer manifestação, silêncio que as instâncias inferiores haviam interpretado como recusa tácita ao exercício da jurisdição argentina, declarando-se incompetentes em conformidade com a tradição absolutista. A Corte Suprema reformou essa orientação ao reconhecer que a imunidade absoluta havia deixado de constituir norma imperativa do direito internacional contemporâneo, alinhando a Argentina à prática restritiva que tribunais europeus e norte-americanos vinham consolidando desde a década de 1950. O paralelismo cronológico com a experiência brasileira revelava-se significativo, pois ambos os países operaram a transição para a imunidade relativa mediante virada jurisprudencial, sem legislação prévia que autorizasse ou disciplinasse a mudança, cabendo aos respectivos tribunais superiores a iniciativa de reconhecer a erosão do costume absolutista e de internalizar a nova prática internacional.

A convergência entre as trajetórias argentina e brasileira esgotava-se, contudo, nesse ponto de inflexão jurisprudencial. Enquanto o Brasil manteria a regulação da imunidade exclusivamente no plano da construção judicial e doutrinária, sem legislação nem tratado ratificado que disciplinasse especificamente a matéria, a Argentina caminhou diretamente do

---

[579] ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. Manauta, Juan José y otros c. Embajada de la Federación Rusa s/ daños y perjuicios. Sentencia M. 63. XXVI. Buenos Aires, 22 de dezembro de 1994. *Fallos de la Corte Suprema de Justicia de la Nación*, v. 317, p. 1880.

[580] ARGENTINA. *Decreto-Ley n. 1.285/58, de 4 de fevereiro de 1958*. Organización de la Justicia Nacional. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 7 fev. 1958. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/35000-39999/37915/texact.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

precedente Manauta para a codificação legislativa. Em 31 de maio de 1995, o Congresso argentino sancionou a Lei nº 24.488,[581] tornando a Argentina o primeiro país de tradição civilista na América Latina a disciplinar legislativamente a imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros perante tribunais nacionais. O artigo 1º consagrava a imunidade como regra geral, enquanto o artigo 2º estabelecia rol taxativo de oito hipóteses de exceção, incluindo (a) consentimento expresso manifestado por tratado, contrato escrito ou declaração em caso determinado; (b) reconvenção diretamente vinculada a demanda iniciada pelo próprio Estado estrangeiro; (c) atividades comerciais ou industriais de natureza privada; (d) questões trabalhistas envolvendo nacionais argentinos ou residentes contratados no país; (e) danos derivados de delitos ou quase-delitos cometidos em território argentino; (f) ações sobre imóveis situados na Argentina; (g) sucessões e doações de bens localizados no país; e (h) controvérsias relativas à validade ou interpretação de convenções de arbitragem comercial. A taxatividade do elenco constituía opção metodológica deliberada que privilegiava segurança jurídica e previsibilidade normativa, permitindo que tanto litigantes nacionais quanto Estados estrangeiros conhecessem previamente os limites precisos da relativização.

O aspecto mais relevante da experiência legislativa argentina para os fins desta tese não residia, porém, nas exceções efetivamente codificadas, mas naquela que o Poder Executivo deliberadamente recusou. O projeto de lei sancionado pelo Congresso continha artigo 3º que dispunha sobre demandas fundadas em violação ao direito internacional dos direitos humanos contra Estados estrangeiros, determinando que o tribunal argentino, nesses casos, limitar-se-ia a indicar ao autor o órgão de proteção internacional no âmbito regional ou universal perante o qual poderia formular sua reclamação. O Presidente Carlos Menem, mediante Decreto nº 849/95,[582] vetou integralmente esse dispositivo com fundamentação que merece transcrição analítica por sua relevância direta para a questão enfrentada pela Tese 944. O decreto reconhecia, em primeiro lugar, que a norma vetada contrariava o artigo 46, inciso 1º, alínea a, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que exige o prévio esgotamento dos recursos de jurisdição interna como condição de admissibilidade de petições perante a Comissão Interamericana; remeter o demandante diretamente ao órgão internacional sem permitir-lhe o acesso à jurisdição doméstica violaria essa exigência convencional. Em segundo

---

[581] ARGENTINA. *Ley 24.488 – Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos*. Buenos Aires: Poder Legislativo Nacional, 1995. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/22523/norma.htm.

[582] ARGENTINA. *Decreto nº 849/95, de 22 de junio de 1995.* Veto parcial a la Ley nº 24.488 sobre Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 28 jun. 1995.

lugar, o decreto registrava expressamente que o projeto de lei "distingue entre atos de império dos Estados e atos de gestão administrativa, constituindo as violações aos direitos humanos, em geral, atos de império", formulação que reconhecia a natureza soberana das condutas estatais violadoras de direitos humanos sem, contudo, extrair dessa qualificação qualquer consequência favorável à relativização da imunidade. Em terceiro lugar, o decreto invocava a hierarquia constitucional das Convenções sobre Genocídio e contra a Tortura, observando que os delitos nelas tipificados podiam gerar responsabilidade civil, razão pela qual afigurava-se "impróprio denegar o acesso à justiça para demandar a respeito de tais supostos".

O veto produzia, assim, resultado paradoxal de elevada significação normativa. Ao suprimir o artigo 3º, o Poder Executivo argentino eliminava a disposição que canalizaria demandas de direitos humanos exclusivamente para órgãos internacionais, mas não introduzia, em substituição, qualquer exceção à imunidade que autorizasse tribunais argentinos a exercer jurisdição sobre Estados estrangeiros em tais matérias. O rol taxativo do artigo 2º permanecia inalterado, sem incluir violações de direitos humanos entre as hipóteses de afastamento da imunidade. O resultado normativo consistia em lacuna deliberada que nem criava exceção para demandas fundadas em direitos humanos, nem as excluía expressamente, relegando a questão à interpretação judicial futura. A Argentina, portanto, mesmo quando confrontada legislativamente com a interface entre imunidade estatal e proteção de direitos humanos, optou por não codificar exceção que autorizasse o afastamento da imunidade nessa hipótese, preferindo a ambiguidade de uma lacuna legislativa à clareza de uma exceção taxativa. Esse dado comparativo fortalece a constatação de que a Tese 944, ao criar exceção genérica e indeterminada fundada em "violação a direitos humanos", ultrapassou não apenas o costume internacional dominante, mas também a solução normativa adotada pelo país latino-americano que mais avançou na codificação da matéria. A Lei nº 24.488 guardava, ademais, silêncio completo quanto à imunidade de execução, disciplinando exclusivamente a fase de conhecimento. Parte da doutrina e da jurisprudência argentinas extraiu desse silêncio a conclusão de que a imunidade absoluta de execução subsistia para bens destinados ao serviço público, replicando no plano executório a mesma cautela que o sistema dualista brasileiro consolidara no RE 222.368.

Chile e Colômbia seguiram trajetórias divergentes entre si e em relação tanto ao Brasil quanto à Argentina, compartilhando, porém, a ausência de legislação nacional específica sobre imunidade de Estados estrangeiros. O Chile operava sob regime de direito costumeiro complementado por instrumentos setoriais anteriores, notadamente a Convenção de Bruxelas

de 1926, que limitava a imunidade para navios mercantes estatais, e o Código de Bustamante de 1928, que admitia competência jurisdicional quando o Estado estrangeiro atuasse como particular.[583] Essa base convencional, embora não equivalesse à adoção formal da teoria restritiva, diferenciava a posição chilena da imunidade absoluta rígida que o Brasil havia praticado até 1989. A experiência chilena distinguia-se, ademais, por ter sido moldada primariamente por casos julgados em tribunais estrangeiros envolvendo o Estado chileno ou seus agentes, como o caso *Letelier v. Republic of Chile*, decidido em 1980 por tribunal norte-americano que aplicou a *tort exception* do FSIA ao assassinato político do diplomata Orlando Letelier em Washington, e o caso Pinochet, no qual a Câmara dos Lordes britânica decidiu, entre 1998 e 1999, que a imunidade *ratione materiae* de ex-chefe de Estado não alcançava atos de tortura. Esses precedentes estrangeiros, embora relativos à imunidade pessoal de agentes e não propriamente a imunidade do Estado enquanto pessoa jurídica de direito internacional, repercutiram sobre a doutrina chilena ao enfraquecer a premissa de que prerrogativas soberanas constituiriam proteção intransponível para quaisquer atos estatais. A Colômbia, por sua vez, também não dispunha de legislação sobre imunidade de Estado, conforme confirmado pela resposta ao questionário do Comitê Jurídico Interamericano de 2015, aplicando diretamente o costume internacional por intermédio de seu sistema judicial.[584] A prática colombiana desenvolveu-se sobretudo no campo das imunidades de organizações internacionais em disputas laborais, área na qual a presença de entidades como ALADI e sedes regionais de organismos das Nações Unidas gerava contencioso recorrente que exigia distinção entre imunidade funcional da organização e proteção de direitos trabalhistas de empregados locais.

Os esforços de codificação regional completavam o quadro comparativo sem alterar a fragmentação prevalecente. O Comitê Jurídico Interamericano, após mais de uma década de

---

[583] O ordenamento chileno, na ausência de legislação doméstica específica sobre imunidade de Estados estrangeiros, operava sob o direito internacional costumeiro complementado por dois instrumentos convencionais setoriais. Primeiro, a Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras Concernentes às Imunidades dos Navios de Estado (Bruxelas, 10 de abril de 1926, e Protocolo Adicional de 15 de junho de 1934), ratificada pelo Chile pelo Decreto n.º 304, de 3 de março de 1936 — a qual equipara navios mercantes estatais aos navios privados para fins de responsabilidade civil e jurisdição, consagrando no domínio marítimo a distinção entre atos soberanos e atos de gestão. Segundo o Código de Direito Internacional Privado (Código Bustamante), adotado em Havana em 20 de fevereiro de 1928, do qual o Chile é parte, cujo art. 333 consagra a imunidade de jurisdição dos Estados contratantes em ações pessoais civis ou comerciais, ressalvando a competência apenas em caso de submissão expressa ou reconvenção, enquanto os arts. 334–339 delimitam o alcance dessa proteção, excluindo atos praticados pelos Estados em caráter privado e não soberano. CHILE. *Decreto n.º 304, de 3 de março de 1936*. Santiago: Ministerio de Relaciones Exteriores y comercio, 1936. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=400741. Acesso em: 15 fev. 2026. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção de Direito Internacional Privado (Código Bustamante). Havana, 20 fev. 1928.

[584] TEJADA, Horácio Cruz. *Aproximación a la inmunidad de jurisdicción y de ejecución de los estados extranjeros ante los tribunales colombianos*. Revistas ICDP, v. 37, n. 37, p. 1-29, 2016.

trabalhos iniciados em 1971, aprovara em 1983 o Projeto de Convenção Interamericana sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados,[585] instrumento que consagrava a imunidade relativa mediante sistema de exceções taxativas e previa a citação do Estado estrangeiro por procedimentos judiciais ordinários. O Projeto, contudo, jamais alcançou ratificações suficientes para entrar em vigor, permanecendo como referência doutrinária sem força vinculante. No âmbito universal, o Paraguai e o México constituíam os únicos países latino-americanos a engajar-se formalmente com a Convenção da ONU de 2004, com o Paraguai completando a ratificação em 2005 e o México em 2015, enquanto o restante da região, incluindo o Brasil e a Argentina, abstinha-se tanto de assinar quanto de ratificar o instrumento. O questionário circulado pelo Comitê Jurídico Interamericano em 2015 confirmava que nenhum dos onze Estados americanos respondentes havia ratificado a Convenção da ONU, e que todos aplicavam a imunidade com alcance restritivo conforme a natureza da atividade estatal, operando mediante normas consuetudinárias interpretadas por seus respectivos sistemas judiciais.[586] O padrão regional que emergia desse levantamento caracterizava-se, portanto, por convergência material quanto à adoção da imunidade relativa para atos de gestão e por fragmentação formal quanto aos instrumentos normativos que a disciplinavam, com legislação específica constituindo exceção isolada, não regra continental.

O Brasil inseria-se nesse panorama regional como caso singular não por adotar a imunidade relativa exclusivamente via jurisprudência, traço compartilhado com Chile, Colômbia e a maioria dos países da região, mas pela combinação entre ausência de legislação nacional, não ratificação de qualquer convenção internacional sobre a matéria e construção jurisprudencial excepcionalmente articulada e progressiva no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Essa singularidade institucional, ao priorizar a flexibilidade interpretativa do costume em detrimento da rigidez codificadora, conferia ao Judiciário brasileiro função *quasi*-legislativa na definição dos contornos da imunidade, função

---

[585] ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. *Inter-American Draft Convention on Jurisdictional Immunity of States (1983)*. ILM, v. 22, n. 2, p. 292-297, 1983.

[586] COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO (CJI). *Inmunidades de Jurisdicción de los Estados: Alcance y Vigencia (Esquema Preliminar)*. Relator: Carlos Mata Prates. CJI/doc.480/15 rev.1. 87.º Período Ordinário de Sessões, Rio de Janeiro, 3-12 ago. 2015. Washington, D.C.: OEA, 2015. §§ 24, 29, 31, 33-35. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/cji/docs/cji-doc_480-15_rev1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026. O documento registra que os onze Estados membros respondentes ao questionário — Bolívia, México, Brasil, Panamá, Colômbia, República Dominicana, Paraguai, El Salvador, Costa Rica, Estados Unidos e Uruguai — expressaram de forma unânime que nenhum deles havia ratificado ou aderido à Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e de seus Bens (2005); todos aplicavam a imunidade com alcance restritivo conforme a natureza da atividade estatal (§§ 31 e 33); e os sistemas judiciais aplicavam as normas consuetudinárias do direito internacional na matéria (§ 35), com exceção dos Estados Unidos, México e Costa Rica, que dispõem de normas internas específicas sobre o tema (§ 29).

que operou com notável cautela e coerência durante quase três décadas, desde o caso Genny de Oliveira até a véspera do julgamento do caso Changri-lá. A experiência comparada reforça, contudo, a magnitude da inflexão posterior. Nem a Argentina, que codificou a matéria e enfrentou expressamente a questão dos direitos humanos no processo legislativo, nem o Chile, cuja trajetória fora marcada por casos de violações gravíssimas perpetradas por agentes de seu próprio Estado, produziram exceção à imunidade fundada em categoria genérica de violação a direitos humanos para atos de império praticados por Estados estrangeiros. O veto argentino ao artigo 3º da Lei nº 24.488, ao reconhecer que violações de direitos humanos configuram, em geral, atos de império, e ainda assim recusar a criação de exceção jurisdicional para essas hipóteses, fornece medida precisa do isolamento da posição que a Tese 944 viria a consagrar no cenário latino-americano.

Se o panorama regional revelava que nenhum país latino-americano, nem mesmo a Argentina com sua codificação pioneira e o enfrentamento legislativo direto da questão dos direitos humanos, havia produzido exceção à imunidade para atos de império fundada em categorias axiológicas indeterminadas, a análise da posição institucional do Poder Executivo brasileiro confirma convergência igualmente restritiva no plano doméstico. O papel institucional do Ministério das Relações Exteriores na consolidação da teoria restritiva no Brasil manifestou-se mediante atuação complementar e tecnicamente sofisticada dos Consultores Jurídicos do Itamaraty, que ocuparam os espaços normativos deixados em aberto pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A análise dessa atuação revela linha de continuidade doutrinária que percorre quatro décadas, de Antônio Augusto Cançado Trindade (1985-1990) a Vicente Marotta Rangel (1990-1992), João Grandino Rodas (1992-1994) e Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (1998-2000), consultores cujos pareceres, sistematicamente coligidos e publicados pelo próprio Cachapuz de Medeiros em nove volumes editados pelo Senado Federal e pela Fundação Alexandre de Gusmão, constituem registro privilegiado da *opinio juris* do Estado brasileiro em matéria de imunidade.

Cançado Trindade, que exerceu a Consultoria Jurídica no período imediatamente anterior e contemporâneo à virada jurisprudencial de 1989, produziu pareceres que abordavam frontalmente a interface entre imunidade jurisdicional e relações de trabalho em representações diplomáticas, analisando o alcance e os efeitos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e sobre Relações Consulares de 1963 em reclamações trabalhistas, e examinando as tendências recentes na prática dos Estados, com destaque para a Lei australiana

de imunidade de 1985.[587] Esses pareceres reconheciam a erosão progressiva da imunidade absoluta no plano internacional, sem, contudo, propor a construção de exceções fundadas em categorias axiológicas indeterminadas como "direitos humanos" ou "*jus cogens*". A circunstância de que o mesmo jurista, três décadas depois, produziria como juiz da Corte Internacional de Justiça o extenso voto dissidente no caso Alemanha v. Itália (2012) que o STF instrumentalizaria para fundamentar a Tese 944 confere à atuação do consultor Cançado Trindade dimensão retrospectiva particularmente significativa para a análise da trajetória intelectual que conduziria à ruptura posterior.

Vicente Marotta Rangel, que sucedeu Cançado Trindade na Consultoria Jurídica, assumiu o cargo no momento em que o Judiciário brasileiro acabara de operar a virada para a imunidade relativa e o Legislativo começava a mobilizar-se em torno da questão. Em parecer de 1991, Marotta Rangel analisou o impacto do artigo 114 da Constituição de 1988 sobre as reclamações trabalhistas contra entes de direito público externo, definindo que essa expressão constitucional abrangia tanto pessoas físicas (agentes diplomáticos e consulares) quanto jurídicas (missões diplomáticas, repartições consulares e organizações intergovernamentais), e reconheceu pragmaticamente que considerar a imunidade absoluta de maneira rígida acarretava inconvenientes diante da consolidação da distinção entre atos de império e atos de gestão na jurisprudência e nas convenções internacionais.[588] No ano seguinte, ao comentar o Projeto de Artigos da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre imunidades jurisdicionais, Marotta Rangel adotou postura pragmática que privilegiava preservação da soberania sem recusar inteiramente a relativização já consumada no plano jurisprudencial.[589]

A contribuição de Marotta Rangel estendeu-se, ademais, a duas frentes que demarcavam os limites intransponíveis da flexibilização na visão do Executivo brasileiro. Na primeira, o

---

[587] Cf. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A questão da imunidade de jurisdição do agente diplomático em matéria trabalhista. Parecer (1986). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. VIII (1985-1990). Brasília: Senado Federal/FUNAG, 2004. p. 254; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O Foreign States Immunities Act 1985 da Austrália, as tendências recentes e a questão da reciprocidade no domínio das imunidades do Estado. Parecer (1986). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. VIII (1985-1990). Brasília: Senado Federal/FUNAG, 2004. p. 274.

[588] RANGEL, Vicente Marotta. Questões trabalhistas relativas a funcionários do Sistema das Nações Unidas. O artigo 114 da Constituição Federal. Distinção entre "entes de direito público externo" e as imunidades de jurisdição que lhes sejam pertinentes. Alcance da Nota Circular 560. Parecer (1991). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 67.

[589] RANGEL, Vicente Marotta. Imunidade jurisdicional dos Estados e sua propriedade. Relevância e atualidade do tema. Comentários sobre o Projeto de Artigos C.D.I. Pontos positivos e negativos. Da conveniência ou não da convocação de Conferência Internacional. Parecer (1992). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 129.

consultor pronunciou-se sobre o Projeto de Lei nº 974/88, que pretendia obrigar representações diplomáticas e consulares estrangeiras ao cumprimento da legislação trabalhista brasileira. [590] Marotta Rangel identificou eventual vício de inconstitucionalidade na iniciativa legislativa, argumentando que atribuir ao Poder Executivo responsabilidades que interferissem na capacidade do Judiciário de decidir, de forma independente, sobre casos de imunidade violaria a separação de poderes. Na segunda frente, pronunciou-se de modo categórico sobre a imunidade de execução, afirmando que a invocação dessa prerrogativa pelo Estado estrangeiro não constitui um ilícito internacional, e sustentando que as Convenções de Viena, embora não tratassem diretamente de imunidade jurisdicional trabalhista, permitiam que missões invocassem a imunidade de execução com fundamento na inviolabilidade de seus locais e bens. Essa formulação estabelecia marco doutrinário preciso no âmbito do Executivo: a relativização da imunidade de jurisdição para atos de gestão, já consumada pelo Judiciário, não autorizava qualquer flexibilização correspondente da imunidade de execução, cuja natureza absoluta permanecia como garantia estrutural das relações diplomáticas.

Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros, que assumiu a Consultoria Jurídica em 1998, enfrentou questão processual que vinha gerando atrito recorrente entre o Judiciário trabalhista e as representações diplomáticas acreditadas no Brasil. Em parecer de 1999, elaborado em resposta à recusa da Embaixada da República Federal da Alemanha em aceitar intimação da Justiça do Trabalho de Porto Alegre, o consultor fundamentou que a citação de Estado estrangeiro poderia realizar-se por intermédio de sua missão diplomática no Brasil, apoiando-se nos trabalhos da Comissão de Direito Internacional da ONU, que estabeleciam que a definição de "Estado" para fins de imunidade incluía seus representantes atuando nessa qualidade.[591] A Embaixada alemã sustentava que pretensões contra Estado soberano deveriam ser apresentadas exclusivamente na sede de seu governo, tese que, se acolhida, inviabilizaria a própria efetividade da relativização jurisdicional conquistada desde 1989. Cachapuz de Medeiros rechaçou essa pretensão ao demonstrar que a transmissão do ato introdutório da instância pela via diplomática ao Ministério das Relações Exteriores do Estado demandado

[590] RANGEL, Vicente Marotta. A tramitação do Projeto de Lei nº 974/88 sobre cumprimento de legislação trabalhista pelas representações diplomáticas e consulares estrangeiras. Alteração por ele sofrida. Propósito do projeto. Possibilidade de equívocos. Eventual vício de inconstitucionalidade. Parecer (1991). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 95.

[591] CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. Ação trabalhista. Recusa da Embaixada da República Federal da Alemanha em aceitar intimação da Justiça do Trabalho. Afirmação de que pretensões contra outro Estado devem ser apresentadas na sede do Governo do mesmo Estado. Parecer (1999). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

satisfazia simultaneamente as exigências de cortesia internacional e as prerrogativas estabelecidas pelas Convenções de Viena, sem subordinar o exercício da jurisdição brasileira à aquiescência do Estado estrangeiro quanto à forma de comunicação processual. O parecer consolidava, assim, protocolo procedimental que evitava a intimação direta de representações diplomáticas, resguardando a inviolabilidade dos locais de missão, sem, contudo, converter essa cautela procedimental em obstáculo ao próprio exercício da jurisdição.

Para além da contribuição processual, Cachapuz de Medeiros legou à matéria contribuição historiográfica de magnitude singular. A organização e publicação dos pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty, cobrindo quase um século de prática (1903-2000) em nove volumes, converteu acervo disperso e parcialmente inacessível em corpus documental sistematizado que permite reconstituir, com precisão granular, a evolução da *opinio juris* do Estado brasileiro em matéria de imunidade. Essa iniciativa editorial adquire relevância analítica específica para a presente tese, pois a leitura sequencial dos pareceres revela com nitidez a linha de continuidade doutrinária do Executivo brasileiro: do absolutismo intransigente de Clóvis Bevilaqua e Levi Carneiro nas primeiras décadas do século XX, passando pela prudência cautelosa de Cançado Trindade e Marotta Rangel no período da transição, até a consolidação procedimental operada pelo próprio Cachapuz de Medeiros no final dos anos 1990, a posição do Itamaraty manteve-se invariavelmente restritiva quanto ao alcance da relativização, jamais sugerindo possibilidade de afastamento da imunidade para atos de império ou flexibilização da imunidade de execução.

À guisa de conclusão, a fotografia que emerge do ano de 1999 revela convergência notável entre os planos internacional, regional e doméstico no que concerne à consolidação da imunidade relativa para atos de gestão. No plano internacional, os trabalhos preparatórios da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados avançavam na Comissão de Direito Internacional em torno de um núcleo normativo estável, centrado na distinção jure imperii/jure gestionis e nas exceções de atividade comercial, torto territorial e contratos de trabalho, categorias que reproduziam, com variações procedimentais, o modelo consagrado pelas legislações nacionais anglo-saxãs e pela Convenção Europeia de Basileia. No plano regional, a Lei argentina nº 24.488 de 1995 representava o esforço codificador mais sofisticado da América Latina, operando inteiramente dentro desse paradigma restritivo clássico, sem formular qualquer exceção fundada em categorias axiológicas ou na gravidade das violações. No plano doméstico, a jurisprudência inaugurada pelo caso Genny de Oliveira em 1989 havia alcançado maturidade institucional, com o Superior Tribunal de Justiça e os

Tribunais Regionais do Trabalho aplicando a relativização de forma consistente em demandas trabalhistas, comerciais e de responsabilidade civil extracontratual contra missões diplomáticas e organismos internacionais, enquanto os Consultores Jurídicos do Itamaraty sustentavam, em pareceres sucessivos, a manutenção da imunidade absoluta de execução e a necessidade de cautela frente a qualquer ampliação unilateral da jurisdição brasileira.

O modelo brasileiro assim consolidado apresentava traço distintivo que o diferenciava tanto dos países que codificaram a matéria mediante legislações detalhadas quanto daqueles que ratificaram tratados internacionais vinculantes. A relativização operava inteiramente por construção jurisprudencial, sem ancoragem em diploma legislativo específico, característica que conferia ao regime flexibilidade adaptativa, mas também vulnerabilidade estrutural, na medida em que a ausência de parâmetros estatutários deixava ao Judiciário margem interpretativa desprovida das balizas objetivas que as legislações nacionais de outros países ofereciam. Essa lacuna legislativa coexistia com sistema híbrido no qual a relativização da imunidade de jurisdição para atos de gestão não se estendia à fase executória; mesmo nos casos em que a jurisdição brasileira prevalecia sobre a imunidade do Estado estrangeiro, a satisfação forçada do crédito permanecia bloqueada pela manutenção da imunidade absoluta de execução, circunstância que reduzia significativamente a efetividade prática da teoria restritiva adotada desde 1989. Essa assimetria entre jurisdição e execução, longe de constituir anomalia brasileira, reproduzia padrão amplamente observado no direito comparado, onde mesmo as legislações mais avançadas mantinham proteção reforçada para bens estatais destinados a funções soberanas, especialmente reservas de bancos centrais e propriedades diplomáticas.

A solidez funcional desse regime, apesar da ausência de codificação, decorria em grande medida da uniformidade de posicionamento entre os múltiplos órgãos estatais que interagiam com a matéria. O Superior Tribunal de Justiça consolidara jurisprudência pacífica sobre os contornos da relativização; a Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União e o Ministério das Relações Exteriores manifestavam-se sistematicamente em consonância com essa jurisprudência, sustentando os limites estabelecidos e evitando posições que pudessem gerar precedentes desfavoráveis aos interesses brasileiros em foros estrangeiros. Essa convergência institucional refletia não apenas prudência diplomática, mas também avaliação pragmática segundo a qual mudanças unilaterais na prática brasileira poderiam expor o país a tratamento assimétrico em eventual litígio contra o Brasil em jurisdições estrangeiras, consideração especialmente relevante diante da própria ausência de legislação nacional que pudesse conferir maior previsibilidade e reciprocidade ao tratamento da matéria. O cálculo

geopolítico subjacente a essa cautela mostrava-se coerente com a posição de um país que, diferentemente das potências comerciais que lideraram a codificação da teoria restritiva, não dispunha de razões econômicas prementes para expandir a jurisdição doméstica sobre Estados estrangeiros, e possuía, ao contrário, incentivos concretos para preservar o escudo protetor da imunidade em suas modalidades mais amplas.

A imunidade para atos de império, nesse contexto, não figurava sequer como objeto de controvérsia juridicamente articulada. Permanecia pressuposta, intocada e operacionalmente invisível, exatamente porque nenhuma demanda judicial relevante havia colocado em questão, até aquele momento, a sujeição de um Estado estrangeiro à jurisdição brasileira por atos praticados no exercício de funções tipicamente soberanas. A provocação dirigida ao Tribunal Marítimo em setembro de 1999, quando o historiador Elísio Gomes Filho enviou ofício à Procuradoria Especial da Marinha atribuindo o desaparecimento do barco pesqueiro Changri-lá ao submarino alemão U-199, apresentava-se, naquele momento, como evento de repercussão estritamente local, vinculado à memória da guerra submarina na costa fluminense e desprovido de articulação com qualquer agenda de revisão do regime da imunidade. A iniciativa decorreu de pesquisa historiográfica que cruzou registros navais alemães com as circunstâncias do desaparecimento da embarcação, não de mobilização jurídica ou política orientada ao questionamento de imunidades estatais. A Procuradoria acolheu a provocação e ofereceu recurso inominado ao Tribunal Marítimo, que somente em 31 de julho de 2001 proferiu acórdão atribuindo, por unanimidade, o naufrágio a ação intencional (ato de guerra) perpetrado pelo submarino alemão U-199. A natureza declaratória dessa decisão administrativa, voltada ao reconhecimento simbólico das vítimas e à concessão de certidões de óbito aos familiares, reforçava o caráter circunscrito do episódio, conforme o próprio acórdão fez questão de ressalvar ao afirmar que o processo cuidava de uma situação especial, sem formar qualquer tipo de precedente para pedidos de reabertura de feitos.

Aquele acórdão administrativo forneceria, contudo, o substrato fático sobre o qual dezenas de ações indenizatórias viriam a ser ajuizadas contra a República Federal da Alemanha perante a Justiça Federal brasileira ao longo da década seguinte. Durante o período compreendido entre o ajuizamento dessas ações e a chegada da controvérsia ao Supremo Tribunal Federal em 2016, o Superior Tribunal de Justiça aplicou consistentemente às demandas decorrentes do caso Changri-lá a mesma distinção que estruturava o regime consolidado, qualificando atos de guerra como manifestações típicas do exercício da soberania estatal e, portanto, abrangidos pela imunidade que a relativização de 1989 não havia tocado. A

Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União e o Ministério das Relações Exteriores acompanharam esse entendimento, manifestando-se pela preservação da imunidade da Alemanha em termos que reafirmavam a coerência do regime vigente. Essa resistência institucional prolongada confirma que a provocação de 1999 não inaugurou, por si só, processo de erosão da imunidade para atos de império; ao contrário, durante quase duas décadas as instituições brasileiras absorveram a demanda sem alterar os parâmetros consolidados, aplicando-lhes exatamente a lógica que o regime da imunidade relativa pressupunha. Nada no horizonte institucional do período examinado neste subcapítulo permitia antecipar que a controvérsia ultrapassaria os limites da jurisprudência pacificada pelo STJ; a análise dos desdobramentos que conduziram a essa ultrapassagem, pertencentes a dinâmica argumentativa e a contexto normativo distintos, constitui objeto da seção seguinte.

## 2.3 [2016] Tempos de ruptura: exceções incipientes, alinhamentos imaginados e o descompasso jurídico internacional

O ano de 2016 marca o terceiro e último instantâneo temporal desta análise geopolítica, momento em que o Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 ingressa no Supremo Tribunal Federal brasileiro, iniciando um processo que culminaria na formulação da Tese 944. Diferentemente dos marcos anteriores – 1943, quando a imunidade absoluta prevalecia como ortodoxia inquestionável, e 1999, quando a imunidade relativa havia se consolidado como costume para atos de gestão –, 2016 captura o Brasil em meio a uma conjuntura internacional caracterizada pela fragmentação, experimentação normativa e tentativas dispersas de relativização da imunidade de jurisdição estatal mesmo para atos de império quando vinculados a alegadas violações de direitos humanos. Se os "tempos de solidez aparente" de 1943 revelaram um sistema westfaliano já marcado por fissuras subjacentes, e os "tempos de transição" de 1999 demonstraram a consolidação heterogênea da imunidade relativa em meio a resistências periféricas e projetos de codificação fracassados, os "tempos de ruptura" de 2016 expõem um cenário ainda mais complexo: o surgimento de exceções incipientes à imunidade absoluta para atos de império, construídas de forma fragmentada por tribunais nacionais e fundamentadas em argumentos que oscilam entre *jus cogens*, direitos humanos e justiça de transição, mas que não encontram respaldo consolidado no costume internacional dominante. A expressão "tempos de ruptura" que intitula este subcapítulo não designa um momento de transformação sistêmica ou de consolidação de novo costume internacional, mas sim um período de experimentações

jurisdicionais localizadas que desafiam os fundamentos tradicionais da imunidade estatal sem, contudo, alcançar reconhecimento generalizado ou *opinio juris* suficiente para configurar nova norma consuetudinária. Trata-se de um intervalo temporal marcado por tentativas de hierarquização normativa – nas quais tribunais nacionais procuram estabelecer prevalência de direitos humanos, *jus cogens* ou reparações históricas sobre a imunidade procedimental – e por reações conservadoras de cortes internacionais, especialmente da Corte Internacional de Justiça que, em 2012, rejeitou de forma contundente as principais dessas tentativas no caso *Alemanha v. Itália*.

O marco de 2016 reveste-se de significado específico não apenas como início do julgamento do Changri-lá no STF, mas como ponto temporal em que o Brasil, tendo consolidado sua prática de imunidade relativa desde 1989 e mantido postura institucionalmente cautelosa por quase três décadas, inicia processo que o conduzirá a uma posição juridicamente isolada no cenário internacional. Diferentemente de 1989, quando o país aderiu tardiamente a costume já consolidado (imunidade relativa), ou de 1999, quando a reabertura do Changri-lá ainda se inscrevia nos parâmetros da cautela diplomática tradicional, 2016 marca o momento em que o Brasil passará a construir uma exceção que não encontra respaldo nem na jurisprudência internacional dominante, nem nas práticas estatais majoritárias, nem nas codificações multilaterais vigentes. O período analisado neste subcapítulo estende-se de 2001 a 2022, abrangendo desde os primeiros casos de tribunais nacionais que tentaram afastar a imunidade estatal com base em violações de direitos humanos – *Ferrini* (Itália, 2004), *Distomo* (Grécia, 2000), casos coreanos contra o Japão (2010s) – até a conclusão definitiva da Tese 944 pelos embargos de declaração julgados pelo STF em 2022. Essa periodização permite capturar tanto o contexto internacional no qual essas tentativas emergiram quanto as especificidades da resposta brasileira, demonstrando como o país, ao formular a Tese 944, não apenas "acompanhou" supostas tendências internacionais, mas construiu uma exceção mais ampla e indeterminada do que seus precedentes estrangeiros.

A estrutura tripartite deste subcapítulo organiza-se em torno de três movimentos analíticos complementares que revelam dimensões distintas da complexa geopolítica da imunidade estatal no século XXI. Primeiramente, examina-se a fragmentação jurisprudencial internacional (2001-2012), analisando as tentativas pioneiras de tribunais nacionais em afastar a imunidade estatal para atos de império quando vinculados a violações de *jus cogens*, a reação conservadora da CIJ no caso *Alemanha v. Itália* (2012), e as exceções legislativas pontuais adotadas por alguns países, demonstrando que essas iniciativas, longe de configurarem

tendência consolidada, representavam experimentações localizadas sem respaldo no costume internacional dominante. Em seguida, aprofunda-se a análise do voto dissidente de Cançado Trindade na CIJ e sua instrumentalização discursiva pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, revelando como a Corte utilizou de forma seletiva e descontextualizada argumentos que, no contexto original, limitavam-se a crimes internacionais e violações de *jus cogens*, ampliando-os para uma categoria genérica e indeterminada de "violação a direitos humanos". Esta seção demonstrará como votos dissidentes e minoritários foram mobilizados como se representassem costume emergente ou tendência internacional consolidada, configurando estratégia argumentativa que mascara o isolamento da posição brasileira. Por fim, procede-se à comparação sistemática entre o caso Changri-lá e os precedentes internacionais invocados pelo STF, evidenciando as especificidades e singularidades da posição brasileira – desde a indeterminação normativa da categoria "direitos humanos" até a ausência de limitação a crimes internacionais ou jus cogens, passando pela aplicação retroativa de standards contemporâneos a fatos históricos e pela construção de um "alinhamento imaginado" com precedentes que, na realidade, foram rejeitados ou permanecem isolados no cenário internacional.

O contexto geopolítico de 2016 difere radicalmente daqueles analisados nos subcapítulos anteriores. Se em 1943 a Segunda Guerra Mundial reforçava concepções tradicionais de soberania e imunidade absoluta, e em 1999 a Guerra Fria havia terminado mas a consolidação da imunidade relativa ainda operava dentro dos parâmetros clássicos da distinção *jure imperii*/*jure gestionis*, em 2016 observa-se um cenário de multipolaridade jurídica no qual diferentes tribunais nacionais experimentam exceções à imunidade baseadas em fundamentos diversos – direitos humanos, jus cogens, justiça de transição, accountability histórica – sem que se configure consenso normativo ou prática estatal generalizada. É nesse contexto fragmentado que o Brasil construirá sua própria exceção, mais ampla e indeterminada que seus precedentes internacionais. A trajetória brasileira que conduz à Tese 944 revela três momentos distintos de posicionamento geopolítico: (1) 2001-2012: período em que o país mantém alinhamento com o costume internacional dominante, resistindo a exceções e reafirmando a imunidade absoluta para atos de império; (2) 2012-2016: intervalo no qual a decisão da CIJ no caso *Alemanha v. Itália* reafirma a ortodoxia internacional, mas vozes dissidentes – especialmente de Cançado Trindade – começam a circular na doutrina e jurisprudência brasileiras como alternativas teóricas; (3) 2016-2022: ruptura com a cautela institucional anterior, quando o STF formula exceção que ultrapassa tanto os limites propostos

pelos precedentes estrangeiros quanto as restrições sugeridas pela própria PGR e AGU, consolidando posição juridicamente isolada no cenário internacional.

O objetivo central deste subcapítulo consiste em contextualizar criticamente a formulação da Tese 944, demonstrando como ela se insere em um cenário internacional caracterizado não pela consolidação de nova norma consuetudinária, mas pela fragmentação de tentativas experimentais que não encontraram respaldo no costume dominante. Ao final, o leitor disporá dos elementos contextuais necessários para compreender que a decisão brasileira representa não um alinhamento com tendências internacionais consolidadas, mas uma escolha geopolítica singular que projeta o país para uma posição discursivamente isolada, cujas consequências – objeto do Capítulo 03 – ainda estão em disputa no cenário internacional contemporâneo. Diferentemente dos subcapítulos anteriores, que analisaram períodos de relativa estabilidade normativa – ainda que marcados por tensões e transições –, este subcapítulo examina um momento de instabilidade estrutural no regime da imunidade estatal, no qual coexistem práticas estatais divergentes, tribunais nacionais experimentando exceções localizadas, cortes internacionais reafirmando ortodoxias conservadoras e Estados construindo posições jurídicas singulares sem respaldo consuetudinário consolidado. É nessa zona de indeterminação normativa que a Tese 944 emerge, não como evolução natural do direito internacional, mas como ruptura unilateral cujo significado e legitimidade permanecem contestados no cenário geopolítico contemporâneo.

### *2.3.1 ["Não mais"] A segunda inflexão inconclusa: fragmentação jurisprudencial e o veto formalista da CIJ (2001-2012)*

O contexto internacional das primeiras duas décadas do século XXI caracterizou-se pela coexistência de três fenômenos juridicamente distintos, mas temporalmente simultâneos no campo da imunidade estatal. Por um lado, a imunidade relativa consolidada nas décadas anteriores continuava operando regularmente para atos de gestão, sem contestações significativas quanto à sua legitimidade ou aplicabilidade. Por outro lado, tribunais nacionais de alguns países europeus e asiáticos iniciaram experimentações jurisdicionais pontuais visando afastar imunidade mesmo para atos de império quando vinculados a crimes de guerra e violações de *jus cogens*, gerando tensões diplomáticas e eventual reação da Corte Internacional de Justiça. Simultaneamente, alguns legisladores nacionais, notadamente nos Estados Unidos, promoveram expansões legislativas específicas das exceções à imunidade mediante criação de

categorias taxativas vinculadas a terrorismo ou danos territoriais graves, sempre operando mediante critérios rigorosamente delimitados que evitavam invocação genérica de "direitos humanos" como fundamento normativo. Este item examina primeiramente essas exceções legislativas pontuais, demonstrando sua especificidade conceitual e limitação funcional, antes de analisar, nos temas subsequentes, as tentativas jurisprudenciais fragmentadas e a resposta da CIJ que reafirmou o costume clássico.

As legislações domésticas sobre imunidade estatal promulgadas durante as décadas de 1970 e 1980, particularmente o *Foreign Sovereign Immunities Act* americano (1976) e o *State Immunity Act* britânico (1978), consolidaram a imunidade relativa mediante sistemas de exceções taxativas que permitiam afastamento da proteção jurisdicional em categorias específicas de atos estatais. Conforme demonstrado no subcapítulo 2.2, essas codificações legislativas focaram-se primordialmente em atividades comerciais, contratos de trabalho, danos territoriais rotineiros e renúncias expressas, estabelecendo listas exaustivas que delimitavam com precisão as circunstâncias nas quais Estados estrangeiros perderiam imunidade. O período analisado no presente subcapítulo, do início do século XXI até 2022, testemunhou fenômeno adicional e qualitativamente distinto. Verificou-se a criação ou ampliação de exceções legislativas específicas vinculadas a violações consideradas particularmente graves, notadamente terrorismo e delitos territoriais envolvendo morte ou lesão corporal. Essas exceções merecem análise detalhada não porque constituíssem precedentes diretos para categoria genérica de "violação a direitos humanos", como a Tese 944 brasileira viria a estabelecer, mas, precisamente, porque sua extrema especificidade conceitual e limitação funcional revelam, por contraste, o caráter indeterminado e expansivo da exceção brasileira.

A exceção de terrorismo incorporada ao FSIA americano representa o exemplo mais significativo de relativização legislativa da imunidade fundamentada explicitamente em violações graves, mas sua arquitetura normativa demonstra como mesmo essa categoria, aparentemente próxima ao universo dos "direitos humanos", foi construída mediante limitações geopolíticas e processuais que a circunscrevem rigidamente. A *terrorism exception*, codificada inicialmente em 1996 através do *Antiterrorism and Effective Death Penalty Act* e reformulada em 2008 mediante nova seção 1605a do FSIA, estabelece três requisitos cumulativos rigorosos que devem ser satisfeitos para afastamento da imunidade.[592] Primeiro, o Estado demandado deve estar designado oficialmente como "patrocinador estatal do terrorismo" pelo

[592] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Foreign Sovereign Immunities Act, 28 U.S.C. § 1605A. In: UNITED STATES CODE. Title 28. Washington, D.C.: Office of the Law Revision Counsel, 2024. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/uscode/text/28/1605A. Acesso em: 25 fev. 2026.

Departamento de Estado dos Estados Unidos no momento em que ocorreu o ato ou foi assim classificado como resultado do ato, mecanismo que transforma decisão política do Executivo americano em pré-requisito jurisdicional, subordinando aplicação judicial da exceção a determinações geopolíticas discricionárias. Segundo, as vítimas devem ser cidadãs americanas, militares americanos ou funcionários do governo dos Estados Unidos agindo dentro do escopo de suas funções oficiais, limitação que confere à exceção caráter nacionalista evidente, protegendo exclusivamente interesses e nacionais americanos sem pretensão de universalidade. Terceiro, os atos devem enquadrar-se em categorias taxativamente enumeradas, tais como tortura, assassinato extrajudicial, sabotagem de aeronaves e tomada de reféns, tipificações criminais específicas derivadas de convenções internacionais sobre terrorismo.

A natureza geopolítica dessa exceção manifesta-se inequivocamente através da lista de Estados designados e dos casos judiciais dela resultantes. O mecanismo do FSIA, ao restringir sua aplicação a Estados previamente designados pelo Secretário de Estado como patrocinadores do terrorismo, opera sobre um universo deliberadamente limitado de sujeitos passivos. Desde a criação da lista em 1979, apenas nove países receberam tal designação em momentos distintos: Síria (1979–presente), Líbia (1979–2006), Iraque (1979–1982; 1990–2004), Iêmen do Sul (1979–1990, dissolvido), Cuba (1982–2015; 2021–presente), Irã (1984–presente), Sudão (1993–2020), Coreia do Norte (1988–2008; 2017–presente) e Coreia do Norte em segunda designação. Quando da criação da exceção de terrorismo pelo Antiterrorism and Effective Death Penalty Act de 1996 (emenda ao FSIA), os países então listados eram Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria — todos adversários diplomáticos dos Estados Unidos —, revelando a seleção politicamente orientada que caracteriza o mecanismo.[593] A aplicação concentrou-se massivamente em ações judiciais contra o Irã, responsável pela vasta maioria das condenações sob a exceção de terrorismo, seguido por Síria e Sudão, enquanto aliados estratégicos americanos que eventualmente praticaram ou apoiaram atos terroristas, como Arábia Saudita ou Paquistão, jamais foram designados. Essa configuração demonstra subordinação da exceção a cálculos de interesse nacional. Casos paradigmáticos como *Peterson*

[593] A lista de Estados patrocinadores do terrorismo foi criada em 1979 pelo Departamento de Estado americano com fundamento na seção 6(j) do Export Administration Act de 1979, designando originalmente Iraque, Líbia, Iêmen do Sul e Síria. Em 1996, o Antiterrorism and Effective Death Penalty Act (Pub. L. 104-132, § 221) emendou o FSIA para criar a exceção de terrorismo da seção 1605(a)(7) — posteriormente reformulada como seção 1605A pelo National Defense Authorization Act for FY2008 —, permitindo ações cíveis de vítimas americanas de terrorismo contra Estados designados. Em 2026, a lista compreende Cuba, Irã, Coreia do Norte e Síria. U.S. DEPARTMENT OF STATE. *State Sponsors of Terrorism*. Disponível em: https://www.state.gov/state-sponsors-of-terrorism/. Acesso em: 15 dez. 2025. Cf. também: CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. *Lawsuits Against State Supporters of Terrorism:* An Overview. RS22094. Washington, D.C.: CRS, 2008.

*v. Islamic Republic of Iran*,[594] *Heiser v. Islamic Republic of Iran*,[595] e litígios relacionados a ataques contra cidadãos americanos no Oriente Médio ilustram que a exceção funciona como ferramenta de política externa destinada a pressionar adversários geopolíticos mediante responsabilização judicial coordenada com sanções econômicas e diplomáticas. Não se trata, portanto, de proteção universal de vítimas de terrorismo independentemente de sua nacionalidade ou dos interesses estratégicos americanos.

Primordialmente, a exceção de terrorismo do FSIA não se fundamenta em "direitos humanos" como categoria jurídica generalizável, mas em designação política discricionária combinada com tipificações criminais específicas derivadas de convenções antiterrorismo internacionais. Essa arquitetura revela escolha deliberada do legislador americano. Em vez de criar exceção ampla, o que tornaria potencialmente vulneráveis aliados dos Estados Unidos e abriria precedente que poderia ser invocado reciprocamente contra Washington, optou-se por mecanismo estreitamente delimitado que exige tanto decisão política prévia do Executivo quanto enquadramento em categorias definidas por tratados internacionais. A distinção é fundamental. Enquanto "direitos humanos" constitui categoria indeterminada suscetível a interpretações expansivas que poderiam abranger desde tortura até violações trabalhistas, ambientais ou econômicas, a exceção de terrorismo do FSIA opera mediante lista fechada de condutas que, embora graves, não se confundem com proteção genérica de dignidade humana. A exceção, ademais, coexiste pacificamente com manutenção da imunidade absoluta para atos de império tradicionais, incluindo operações militares convencionais, bombardeios durante conflitos armados e atos de guerra. Isso demonstra que mesmo violações letais praticadas por

---

[594] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States District Court for the District of Columbia. *Deborah D. Peterson et al. v. Islamic Republic of Iran et al. (Peterson I).* 264 F. Supp. 2d 46 (D.D.C. 2003). Civil Actions n.º 01-2094 e 01-2684 (RCL). Juiz Royce C. Lamberth. Julgamento de responsabilidade: 17-18 mar. 2003. (Peterson II): 515 F. Supp. 2d 25 (D.D.C. 2007) (julgamento de danos, sentença proferida em 7 set. 2007). Disponível em: https://casetext.com/case/peterson-v-islamic-republic-of-iran-9. Acesso em: 5 abr. 2026. O caso foi proposto por cerca de mil autores — familiares e espólios dos 241 fuzileiros navais americanos assassinados no atentado ao quartel do USMC em Beirute, Líbano, em 23 de outubro de 1983, perpetrado por um suicida do Hezbollah. Com fundamento na exceção de terrorismo patrocinado por Estado da seção 1605(a)(7) do FSIA, o tribunal concluiu que o Irã e seu Ministério de Inteligência e Segurança (MOIS) forneceram apoio material e logístico ao Hezbollah para a realização do atentado, condenando os réus ao pagamento de aproximadamente USD 2,65 bilhões em indenizações — à época, o maior julgamento individual contra um Estado estrangeiro proferido nos Estados Unidos. A cobrança do julgamento levou, em procedimento conexo perante o SDNY, ao bloqueio de aproximadamente USD 1,75 bilhão em ativos iranianos, posteriormente distribuídos aos autores.

[595] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States District Court for the District of Columbia. *Estate of Michael Heiser et al. v. Islamic Republic of Iran et al.* 466 F. Supp. 2d 229 (D.D.C. 2006). Civil Actions n.º 02-cv-01283 e outros consolidados. 21 dez. 2006. Juiz Royce C. Lamberth. O tribunal condenou o Irã, o MOIS e o IRGC ao pagamento de indenizações às famílias de 17 dos 19 militares americanos mortos no atentado às torres Khobar, com fundamento na exceção de terrorismo patrocinado por Estado da seção 1605(a)(7) do FSIA. Disponível em: https://www.casemine.com/judgement/us/5914b491add7b0493476d2a5. Acesso em: 5 abr. 2026.

forças armadas estatais permanecem protegidas pela imunidade quando não enquadradas na definição restrita de "terrorismo" estabelecida pela legislação.

A *territorial tort exception*, prevista na seção 1605(a)(5) do FSIA desde sua promulgação original em 1976, representa categoria conceitualmente distinta da exceção de terrorismo, pois afasta imunidade jurisdicional não com base na gravidade ou natureza da violação, mas exclusivamente mediante critério territorial, ou seja, localização do dano em solo americano.[596] A redação estatutária determina, de forma explícita, que a imunidade não se aplica em casos nos quais se busca compensação pecuniária contra Estado estrangeiro por dano pessoal ou morte, ou dano ou perda de propriedade, ocorridos nos Estados Unidos e causados pelo ato tortuoso ou omissão daquele Estado estrangeiro ou de qualquer funcionário ou empregado daquele Estado estrangeiro agindo dentro do escopo de seu cargo ou emprego. Essa formulação subordina aplicabilidade da exceção a dois elementos objetivos cumulativos. Primeiro, o dano deve ter ocorrido fisicamente em território americano; segundo o ato ou omissão que causou o dano deve igualmente ter-se materializado nos Estados Unidos. A jurisprudência americana consolidou interpretação rigorosa desses requisitos, exemplificada pelos casos *Letelier v. Republic of Chile* (1980),[597] envolvendo assassinato político de ex-ministro chileno mediante explosão de carro-bomba em Washington D.C., e *Liu v. Republic of*

[596] A *territorial tort exception* do direito americano está prevista na seção 1605(a)(5) do Foreign Sovereign Immunities Act de 1976 (28 U.S.C. § 1605(a)(5)), que afasta a imunidade em demandas por indenização monetária contra Estado estrangeiro por lesão à pessoa, morte ou dano à propriedade ocorridos no território dos Estados Unidos e causados por ato ilícito desse Estado ou de seus agentes. O dispositivo, contudo, contém duas exclusões expressas que blindam atividades militares: (A) qualquer pretensão fundada no exercício ou omissão de função discricionária (discretionary function), independentemente de abuso, e (B) pretensões oriundas de persecução maliciosa, difamação e interferência em relações contratuais. Os tribunais americanos qualificam de forma uniforme as decisões operacionais das forças armadas — incluindo atos de combate — como funções discricionárias excluídas do escopo da exceção territorial, de modo que ações bélicas praticadas por Estado estrangeiro não ensejam responsabilização civil perante cortes americanas com fundamento nesse dispositivo. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Foreign Sovereign Immunities Act. Public Law* 94-583, 90 Stat. 2891, de 21 de outubro de 1976. Codificado em 28 U.S.C. §§ 1602-1611. In: UNITED STATES CODE. Title 28 — Judiciary and Judicial Procedure, § 1605(a)(5). Washington, D.C.: Office of the Law Revision Counsel, 2024. Disponível em: https://uscode.house.gov/view.xhtml?req=(title:28+section:1605+edition:prelim). Acesso em: 5 abr. 2026.

[597] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States District Court for the District of Columbia. *Isabel Morel de Letelier et al. v. The Republic of Chile et al*. 488 F. Supp. 665 (D.D.C. 1980). Civil Action n.º 78-1477. 11 mar. 1980. Juíza Joyce Hens Green. Disponível em: https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/488/665/1400196/. Acesso em: 5 abr. 2026. Orlando Letelier, ex-Embaixador e ex-Ministro das Relações Exteriores do Chile, foi assassinado em 21 de setembro de 1976 em Washington D.C., junto com Ronni Karpen Moffitt, por uma bomba colocada sob o carro em que viajavam, em operação atribuída à DINA, serviço de inteligência da ditadura Pinochet. O tribunal concluiu que o Chile não podia invocar imunidade sob a seção 1605(a)(5) do FSIA, rejeitando o argumento de que o dispositivo se limitaria a ilícitos "privados" como acidentes de trânsito: a exceção alcança qualquer ato ilícito causador de morte ou lesão no território dos Estados Unidos, incluindo assassinatos politicamente motivados, desde que não configurem função discricionária nos termos da seção 1605(a)(5)(A) — e o tribunal concluiu que ordenar ou auxiliar um assassinato nunca pode ser qualificado como função discricionária protegida.

*China* (1989),[598] concernente a homicídio de escritor sino-americano em território americano. Nesses casos, tribunais afastaram imunidade chilena e taiwanesa respectivamente, mas fundamentando-se exclusivamente no nexo territorial, não na gravidade da violação de direitos humanos ou na natureza política dos assassinatos.

A distinção conceitual entre a *territorial tort exception* e exceções baseadas em direitos humanos revela-se particularmente nítida quando examinados os fundamentos e limitações estruturais do instituto. A seção 1605(a)(5) não menciona "direitos humanos", "*jus cogens*" ou "crimes internacionais" como critérios de aplicabilidade; sua *ratio* reside na proteção da integridade territorial americana e na garantia de que danos ocorridos em solo americano sejam passíveis de responsabilização judicial doméstica, independentemente de quem os tenha causado. Significativamente, a exceção aplica-se tanto a violações graves, como assassinatos políticos e atentados terroristas, quanto a danos banais, como acidentes de trânsito envolvendo veículos oficiais e quedas em propriedades de embaixadas, desde que satisfeito o requisito territorial. Inversamente, mesmo violações gravíssimas de direitos humanos, como tortura sistemática, desaparecimentos forçados e massacres de civis, permanecem protegidas pela imunidade caso ocorram fora do território americano, demonstrando que o fundamento da exceção é jurisdição territorial soberana, não proteção universal de dignidade humana. A jurisprudência consolidou adicionalmente que a *territorial tort exception* não se aplica a atos de forças armadas durante operações militares ou conflitos armados, mesmo quando estas resultem em mortes ou danos em território americano, limitação explícita que preserva imunidade absoluta para atos de guerra enquanto categoria distinta e inexpugnável. Essa salvaguarda militar explica por que, por exemplo, bombardeios hipotéticos contra alvos americanos durante guerra declarada não ensejariam responsabilização sob a seção 1605(a)(5), pois atos bélicos constituem *acta jure imperii* quintessenciais excluídos do escopo da exceção territorial por interpretação uniforme dos tribunais americanos.

---

[598] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Court of Appeals, Ninth Circuit. *Helen Liu v. The Republic of China*. 892 F.2d 1419 (9th Cir. 1989). n.º 87-2976. Decidido em 29 de dezembro de 1989. Juízes Hug, Tang e Boochever. Henry Liu, escritor sino-americano, foi assassinado em sua residência em Daly City, Califórnia, em 15 de outubro de 1984, por dois agentes enviados pelo Almirante Wong Hsi-ling, diretor do Bureau de Inteligência de Defesa da República da China (Taiwan). O Nono Circuito reverteu a decisão de primeiro grau (Liu v. Republic of China, 642 F. Supp. 297, N.D. Cal. 1986) que havia absolvido o Estado com base na doutrina do act of state, concluindo que: (i) a República da China podia ser responsabilizada sob o FSIA pela exceção territorial da seção 1605(a)(5), dado que o dano ocorreu em território americano; e (ii) a doutrina do act of state não impedia a apreciação do mérito quando o Estado estrangeiro agiu em violação do direito internacional, criando o que a jurisprudência posterior denominaria o Liu test para aplicação dessa doutrina. Disponível em: https://casetext.com/case/liu-v-republic-of-china-2. Acesso em: 5 abr. 2026.

O *State Immunity Act* britânico (1978) contém exceção estruturalmente análoga à americana em sua seção 05, mas com formulações ligeiramente distintas que merecem exame comparativo. A quinta seção estabelece que Estado não goza de imunidade quanto a procedimentos referentes a morte ou lesão pessoal de pessoa, ou dano ou perda de propriedade tangível, causados por ato ou omissão no Reino Unido. A redação britânica difere da americana em aspectos sutis, mas potencialmente relevantes. Enquanto o FSIA exige que tanto o ato quanto o dano ocorram em território americano, o SIA requer apenas que o "ato ou omissão" tenha ocorrido no Reino Unido, potencialmente abrangendo situações em que conduta praticada em solo britânico produza danos que se manifestem posteriormente em outro território. Contudo, essa diferença técnica não altera o fundamento conceitual compartilhado por ambas as exceções, qual seja, o nexo territorial como critério determinante, não gravidade da violação ou natureza da norma violada. Por conseguinte, nem a seção 05 do SIA nem seus trabalhos preparatórios ou debates parlamentares mencionam "direitos humanos", "*jus cogens*" ou "crimes internacionais" como fundamentos ou como categorias relevantes para aplicação da exceção, demonstrando que o legislador britânico, assim como o americano, estruturou a relativização em torno de critérios objetivos, como território e natureza do dano, e não em torno de hierarquias normativas axiológicas baseadas em gravidade de violações.

A Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados (Basileia, 1972), embora tenha precedido o SIA britânico e inspirado parcialmente suas disposições, contém formulação ainda mais restritiva em seu artigo 11, que merece análise comparativa detalhada. O artigo 11 estabelece exceção à imunidade jurisdicional para procedimentos concernentes a reparação por lesão à pessoa ou dano a propriedade tangível, se o fato que ocasionou a lesão ou dano ocorreu no território do Estado do foro, e se o autor do dano estava presente naquele território no momento do fato.[599] Essa redação impõe requisito adicional ausente tanto no FSIA quanto no SIA, ou seja, presença física do autor do dano no território do Estado do foro no momento dos fatos, exigência que exclui automaticamente danos causados por atos remotos, tais como

[599] O art. 11 da Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados (Basileia, 16 de maio de 1972, ETS n.º 74) dispõe: "A Contracting State cannot claim immunity from the jurisdiction of a court of another Contracting State in proceedings which relate to redress for injury to the person or damage to tangible property, if the facts which occasioned the injury or damage occurred in the territory of the State of the forum, and if the author of the injury or damage was present in that territory at the time when those facts occurred." — cuja tradução é: "Um Estado Contratante não pode invocar imunidade de jurisdição perante um tribunal de outro Estado Contratante em processos relativos à reparação por lesão à pessoa ou dano a bens tangíveis, se os fatos que ocasionaram a lesão ou o dano ocorreram no território do Estado do foro e se o autor da lesão ou do dano se encontrava nesse território no momento em que tais fatos ocorreram." CONSELHO DA EUROPA. *European Convention on State Immunity*. Basileia, 16 maio 1972. European Treaty Series, n. 74. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1. Acesso em: 12 fev. 2026.

bombardeios transfronteiriços, lançamento de mísseis e operações cibernéticas, mesmo quando seus efeitos se manifestem territorialmente no Estado do foro. Fundamentalmente, o artigo 31 da Convenção de Basileia estabelece salvaguarda expressa determinando que nada na presente Convenção afetará imunidades ou privilégios desfrutados por Estado em relação a qualquer coisa feita ou omitida pelas, ou em relação às suas forças armadas quando em território de outro Estado Contratante. Essa exclusão militar explícita, ausente nas legislações americana e britânica, mas operante mediante interpretação judicial, demonstra consenso entre Estados europeus signatários de que atos de forças armadas, independentemente de sua gravidade ou licitude, permaneceriam protegidos por imunidade absoluta, categoria inexpugnável mesmo no contexto de codificação regional da imunidade relativa.

A análise comparativa dessas três fontes normativas revela padrão estrutural consistente que distingue radicalmente exceções legislativas específicas da categoria genérica invocada, posteriormente, pela jurisprudência brasileira. Todas as exceções territoriais para danos pessoais e materiais fundamentam-se em critério territorial ou conexão espacial. Nenhuma dessas fontes menciona "direitos humanos", "*jus cogens*" ou "crimes internacionais" como fundamentos ou como categorias operativas, demonstrando escolha legislativa deliberada de evitar conceitos axiológicos indeterminados em favor de critérios objetivos, como território, natureza do ato e tipo de dano. Todas preservam imunidade absoluta para atos de forças armadas durante operações militares ou conflitos armados, categoria protegida seja por exclusão expressa (artigo 31 da Convenção de Basileia) seja por interpretação consolidada (jurisprudência americana e britânica), revelando limite estrutural intransponível da relativização mesmo para violações gravíssimas ocorridas em contextos bélicos. Quando legisladores ocidentais desejaram criar exceções vinculadas a violações específicas consideradas inaceitáveis, como terrorismo no FSIA, fizeram-no mediante tipificações taxativas combinadas com requisitos procedimentais rigorosos (designação política, nacionalidade das vítimas), evitando categorias vagas que permitissem interpretações expansivas.

Em 2016, portanto, não havia costume internacional consolidado nem legislações nacionais dominantes que reconhecessem exceção genérica à imunidade baseada em "violação a direitos humanos" como categoria ampla e indeterminada. As exceções legislativas existentes operavam mediante critérios específicos, tais como território, designação política e tipificação criminal, que, embora permitissem afastamento da imunidade em situações graves, não se confundiam conceitualmente com proteção universal de dignidade humana nem estabeleciam

hierarquia normativa segundo a qual *jus cogens* prevaleceria automaticamente sobre imunidade procedimental. A distinção crucial reside na especificidade *versus* indeterminação. Enquanto FSIA, SIA e Convenção de Basileia delimitam taxativamente as hipóteses de relativização mediante listas fechadas ou critérios objetivos, a categoria "direitos humanos", tal como empregada pela Tese 944, permanece conceitualmente aberta, potencialmente abrangendo desde tortura e genocídio até violações trabalhistas, ambientais, econômicas ou culturais, todas potencialmente qualificáveis como "violação a direitos humanos" dependendo da interpretação adotada. Essa indeterminação não constitui defeito técnico corrigível, mas característica estrutural de categoria que, precisamente por sua amplitude, permite flexibilidade interpretativa incompatível com segurança jurídica e previsibilidade que regimes de imunidade exigem para funcionamento estável das relações interestatais.

A consolidação das exceções legislativas pontuais nos Estados Unidos, Reino Unido e Europa mediante critérios territoriais ou designações políticas específicas contrastava, contudo, com fenômeno juridicamente distinto que emergia simultaneamente em alguns tribunais nacionais europeus e asiáticos. Enquanto legisladores domésticos optavam por taxatividade e delimitação rigorosa das circunstâncias excepcionais de relativização, determinadas cortes judiciais nacionais empreenderam experimentações jurisprudenciais que procuravam afastar imunidade estatal mesmo para atos de império quando vinculados a violações qualificadas como *jus cogens*, notadamente crimes de guerra e massacres de civis cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Essas tentativas, geograficamente concentradas na Europa Continental e Ásia Oriental, caracterizaram-se por fundamentação em hierarquização normativa, arguindo que normas peremptórias de direito internacional deveriam prevalecer sobre regra procedimental de imunidade, e por invocação expressa de *jus cogens* como categoria distintiva, não de "direitos humanos" genericamente considerados. A análise dessas experimentações jurisprudenciais revela padrão comum crucial para compreensão da especificidade da posição brasileira posterior. Tribunais que afastaram imunidade mediante fundamentação em *jus cogens* limitavam-se a crimes internacionais específicos, tipificados e reconhecidos como violações das normas mais fundamentais do direito internacional, não estendendo a exceção a categoria ampla e indeterminada de "violação a direitos humanos".

O caso *Ferrini v. Germany*,[600] decidido pela *Corte di Cassazione* italiana em março de 2004, representa o precedente paradigmático dessa corrente jurisprudencial. Luigi Ferrini,

[600] ITÁLIA. Corte di Cassazione (Sezioni Unite Civili). Ferrini v. Repubblica Federale di Germania. *Sentença n.º 5044*, de 6 de novembro de 2003, depositada em 11 de março de 2004. Rivista di diritto internazionale, v. 87, p. 539, 2004.

cidadão italiano capturado por tropas alemãs em território italiano em 1944 e deportado para Alemanha onde foi submetido a trabalho forçado em fábricas de munições até o término da guerra, ajuizou ação indenizatória contra a Alemanha perante tribunais italianos em 1998. Instâncias inferiores, incluindo Tribunal de Arezzo e Corte de Apelação de Florença, rejeitaram inicialmente a demanda com fundamento na imunidade de jurisdição alemã, classificando a deportação e trabalho forçado como *acta jure imperii* protegidos pela imunidade absoluta. A *Corte di Cassazione*, contudo, reverteu essas decisões em julgamento que se tornaria marco referencial, afastando imunidade alemã mediante argumentação centrada em duas premissas fundamentais. Primeiramente, sustentou hierarquia normativa segundo a qual normas de *jus cogens* ocupariam posição superior na ordem jurídica internacional, devendo prevalecer sobre regra costumeira de imunidade estatal, hierarquicamente inferior. Segundo, argumentou que crimes internacionais, como deportação para trabalho forçado, não poderiam ser classificados como exercício legítimo de poderes soberanos, pois atos que constituem violações gravíssimas de direitos não mereceriam proteção conferida pela imunidade a *acta jure imperii* legítimos. A Corte italiana explicitou que o reconhecimento da imunidade impediria a proteção de valores cuja salvaguarda é considerada essencial para toda a comunidade internacional, subordinando considerações procedimentais sobre jurisdição a imperativos materiais de proteção da pessoa.

O fundamento jurídico empregado pela *Corte di Cassazione* italiana merece análise detalhada por revelar tanto as especificidades quanto as limitações do precedente *Ferrini* em relação à categoria posteriormente invocada pela Tese 944 brasileira. A Corte italiana não fundamentou o afastamento da imunidade em "violação a direitos humanos" genericamente considerados, mas especificamente em crimes internacionais que atingiam status de *jus cogens*, estabelecendo distinção qualitativa entre violações ordinárias e aquelas que, por sua gravidade extrema e reprovação universal, constituiriam núcleo inderrogável do direito internacional. A deportação e trabalho forçado perpetrados pelo regime nazista enquadravam-se, segundo a Corte, na categoria de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, condutas tipificadas em convenções internacionais e reconhecidas pelo Tribunal de Nuremberg como violações das normas mais fundamentais da comunidade internacional. Essencialmente, a Corte italiana rejeitou explicitamente o argumento da renúncia tácita (*implied waiver*) que seria posteriormente empregado pelos tribunais gregos no caso *Distomo*, demonstrando consciência de que afastamento da imunidade mediante fundamentação em *jus cogens* exigia elaboração conceitual rigorosa que distinguisse violações qualificadas de ilícitos ordinários. A decisão italiana gerou uma série de ações subsequentes contra a Alemanha perante tribunais italianos,

todas invocando precedente *Ferrini* e buscando reparações por crimes nazistas cometidos durante ocupação italiana, configurando momento de ruptura jurisprudencial que desafiaria frontalmente costume internacional vigente.

O caso *Prefecture of Voiotia and Others v. Federal Republic of Germany*,[601] conhecido como caso *Distomo*, apresenta trajetória temporalmente anterior, mas conceitualmente convergente com *Ferrini*, embora fundamentado em argumentação jurídica distinta. O massacre de Distomo, perpetrado por tropas alemãs em junho de 1944 na vila grega homônima, resultou em assassinato brutal de 218 moradores civis, predominantemente idosos, mulheres e crianças, configurando crime de guerra de extrema gravidade reconhecido inequivocamente como violação do direito internacional humanitário. Descendentes das vítimas ajuizaram ação indenizatória contra Alemanha em 1995 perante Tribunal de Primeira Instância de Leivadia, que determinou responsabilidade alemã e condenou o Estado à reparação. A Suprema Corte Grega (Areios Pagos) confirmou essa decisão em maio de 2000, afastando imunidade alemã mediante fundamentação baseada primariamente na teoria da renúncia tácita (*implied waiver*). Segundo essa construção teórica, Estado que viola normas peremptórias de direito internacional não pode legitimamente esperar proteção do privilégio da imunidade, presumindo-se que renunciou tacitamente a essa prerrogativa ao praticar atos contrários ao *jus cogens*. Adicionalmente, tribunais gregos argumentaram que atos violadores de *jus cogens* não possuem caráter soberano, sendo nulos desde sua origem (*ex injuria ius non oritur*), de modo que não poderiam constituir fundamento para privilégios legais como invocação de imunidade. A teoria subjacente sustentava que massacres e crimes de guerra, por constituírem abusos de poder soberano contrários a normas imperativas, não poderiam ser classificados como *acta jure imperii* legítimos merecedores de proteção pela imunidade.

A convergência entre *Ferrini* e *Distomo* quanto à invocação de *jus cogens* como fundamento para afastamento da imunidade mascara, contudo, diferenças significativas nas construções argumentativas que revelam fragilidades conceituais dessas tentativas de relativização. Enquanto *Corte di Cassazione* italiana fundamentou-se em hierarquia normativa entre *jus cogens* e imunidade, rejeitando explicitamente teoria da renúncia tácita empregada pelos gregos, tribunais helênicos construíram argumentação baseada em presunção de renúncia e negação de caráter soberano aos atos violadores de *jus cogens*. Ambas as abordagens compartilhavam, todavia, premissa comum de que violações qualificadas de normas

[601] GRÉCIA. Areios Pagos (Supremo Tribunal de Cassação). *Prefecture of Voiotia and Others v. Federal Republic of Germany*. Acórdão n.º 11/2000, de 4 de maio de 2000. International Law Reports, v. 129, p. 514, 2007.

peremptórias justificariam exceção à regra geral de imunidade, não propondo relativização ampla baseada em categoria indeterminada de "direitos humanos", mas limitando-se rigorosamente a crimes internacionais especificamente identificados como *jus cogens*. Cumpre notar que ambos os casos apresentavam conexão territorial relevante, pois os crimes foram cometidos total ou parcialmente em território do Estado do foro, elemento que alguns autores identificam como fundamento adicional, senão primário, da jurisdição exercida. Essa conexão territorial distingue *Ferrini* e *Distomo* de hipotética exceção universal baseada exclusivamente em gravidade da violação, sugerindo que tribunais italiano e grego apoiavam-se também em critério territorial tradicionalmente reconhecido como fundamento jurisdicional legítimo.

As tentativas de execução das decisões *Ferrini* e *Distomo* revelaram, contudo, limites estruturais dessas experimentações jurisprudenciais e geraram tensões diplomáticas que culminariam em intervenção da Corte Internacional de Justiça. Na Grécia, apesar da condenação judicial alemã confirmada pela Suprema Corte, a execução da sentença mostrou-se impossível em território grego devido a requisito procedimental estabelecido no artigo 923 do Código de Processo Civil grego,[602] que exigia autorização do Ministro da Justiça para executar julgado contra Estado estrangeiro. Essa autorização foi negada pelo Ministro da Justiça grego, decisão considerada legítima pela própria Suprema Corte grega por visar manutenção de relações internacionais harmoniosas e promover cortesia entre Estados, demonstrando subordinação da execução judicial a considerações diplomáticas e políticas. Bloqueio ministerial da execução evidenciou contradição estrutural entre afastamento judicial da imunidade de jurisdição e manutenção política da imunidade de execução, revelando que decisões judiciais favoráveis às vítimas permaneciam simbólicas quando desprovidas de mecanismos efetivos de *enforcement*. Reclamantes gregos, diante do insucesso na Grécia e na Alemanha onde tribunais alemães naturalmente não reconheceram decisão grega, buscaram homologação e execução da sentença na Itália, onde obtiveram êxito perante tribunais italianos que, já imbuídos do precedente *Ferrini*, reconheceram exequibilidade das decisões gregas.

---

[602] O art. 923 do Código de Processo Civil grego (Kódikas Politikís Dikonomías) dispõe, em sua integralidade: "Αναγκαστική εκτέλεση κατά αλλοδαπού δημοσίου δεν μπορεί να γίνει χωρίς προηγούμενη άδεια του Υπουργού της Δικαιοσύνης" — cuja tradução é: "A execução forçada contra um Estado estrangeiro não pode ser realizada sem autorização prévia do Ministro da Justiça." O dispositivo foi central no caso *Kalogeropoulou and Others v. Greece and Germany* (CEDH, 2002), no qual o Tribunal concluiu que a recusa do Ministro da Justiça grego em conceder a autorização necessária para a execução da sentença do caso Distomo contra bens alemães na Grécia não violava o art. 6 § 1 da Convenção Europeia, por refletir regras geralmente reconhecidas de direito internacional sobre imunidade estatal. Na prática, a autorização ministerial jamais foi concedida desde a introdução da exigência pelo Dec.-Lei de 30/31 de dezembro de 1925, confirmada pelo Dec.-Lei n.º 1519/1938 — disposição que constitui, na avaliação da doutrina grega, efetiva garantia de imunidade de execução em favor de Estados estrangeiro.

Na Itália, tentativas de execução tanto das decisões domésticas (*Ferrini* e casos subsequentes) quanto das sentenças gregas homologadas geraram medidas constritivas contra bens alemães em território italiano, notadamente contra Villa Vigoni, propriedade estatal alemã situada próxima ao Lago de Como e utilizada para fins governamentais não comerciais como centro cultural germano-italiano. Essas medidas executivas contra propriedade destinada a funções soberanas não comerciais ultrapassaram limite que Alemanha considerava aceitável, desencadeando reação diplomática formal. A Alemanha, percebendo risco de proliferação de ações judiciais similares em outras jurisdições e temendo efeito dominó que poderia resultar em milhares de demandas indenizatórias por crimes nazistas perpetrados durante Segunda Guerra Mundial, acionou formalmente a Corte Internacional de Justiça em dezembro de 2008, instaurando processo contencioso contra Itália. A petição alemã solicitava declaração de que Itália havia violado direito internacional em três aspectos distintos, ao permitir ações civis baseadas em violações do direito internacional humanitário (*Ferrini* e casos correlatos), ao tomar medidas constritivas contra propriedade estatal alemã (Villa Vigoni), e ao declarar executáveis em território italiano decisões de tribunais gregos (*Distomo*).[603] A Grécia foi autorizada a intervir no processo em 2011, limitando sua participação às questões relativas à homologação e execução das sentenças gregas na Itália, demonstrando interesse direto do Estado grego na resolução da controvérsia apesar de haver bloqueado domesticamente a execução de suas próprias decisões judiciais.

O panorama internacional das tentativas de relativização da imunidade mediante fundamentação em *jus cogens* não se limitou, contudo, aos casos europeus, estendendo-se geograficamente à Ásia Oriental mediante litígios envolvendo Coreia do Sul e Japão relativos a crimes cometidos durante ocupação japonesa. Casos sul-coreanos envolvendo *comfort women* (exploração sexual sistemática de mulheres coreanas por forças japonesas) e trabalho escravo forçado durante ocupação japonesa constituíram tentativas análogas de afastar imunidade japonesa com base em violações de crimes contra humanidade.[604] O Tribunal do Distrito

[603] Em sua petição de 23 de dezembro de 2008, a Alemanha requereu à CIJ que declarasse que a Itália havia violado suas obrigações internacionais de imunidade em três frentes distintas: (1) ao permitir ações civis baseadas em violações do direito internacional humanitário perpetradas pelo Reich Alemão durante a Segunda Guerra Mundial (casos Ferrini e correlatos); (2) ao tomar medidas constritivas contra a Villa Vigoni, propriedade estatal alemã de uso governamental não comercial situada em território italiano; e (3) ao declarar executáveis em território italiano decisões proferidas por tribunais gregos com base em ocorrências análogas às descritas no pedido n.º 1 (caso Distomo). A Corte acolheu os três pedidos no dispositivo do acórdão (§ 139), com votações de doze votos a três no primeiro pedido e quatorze votos a um nos dois restantes.

[604] A jurisprudência sul-coreana sobre o tema é marcada por instabilidade. No que tange às comfort women, o Tribunal Distrital Central de Seul proferiu, em 8 de janeiro de 2021, decisão histórica afastando a imunidade do Japão e condenando-o ao pagamento de indenização a doze vítimas (Caso Lee Ok-sun e outros v. Japão,

Central de Seul, em decisão de 2021, condenou Japão a indenizar vítimas de exploração sexual, classificando atos como crimes contra humanidade ofensivos a *jus cogens*, decisão que foi posteriormente invocada pelo Ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal brasileiro como evidência de suposta tendência internacional de relativização. O Japão reagiu classificando o veredito sul-coreano como inaceitável, gerando tensões diplomáticas intensas entre os dois países e ameaças de retaliação econômica.[605] A jurisprudência sul-coreana demonstrou instabilidade e ambivalência sobre o tema com algumas decisões afastando imunidade japonesa e outras a reconhecendo, sem consolidação de precedente definitivo ou linha jurisprudencial estável. Pressões diplomáticas e acordos bilaterais entre Coreia do Sul e Japão, notadamente Tratado de Normalização de 1965 que supostamente havia resolvido questões de reparações de guerra, interferiram constantemente na jurisprudência, demonstrando tensão permanente entre reivindicações judiciais de vítimas e considerações geopolíticas.

A característica comum mais significativa dessas tentativas de relativização reside em sua fragmentação geográfica e ausência de *opinio juris* generalizada, elemento que se tornaria central na decisão posterior da Corte Internacional de Justiça. Experimentações jurisprudenciais concentraram-se primariamente em tribunais de Itália e Grécia na Europa e, de forma instável, na Coreia do Sul na Ásia, não encontrando respaldo em práticas judiciais majoritárias de outros Estados. Tribunais nacionais mantiveram reconhecimento da imunidade estatal mesmo para atos envolvendo violações de *jus cogens*, fundamentando-se na ausência de exceções estatutárias expressas em legislações domésticas e na manutenção do costume internacional tradicional.[606] A Corte Europeia de Direitos Humanos, em casos como *Al-Adsani v. The United*

---

procedimento convertido em processo ordinário em 28 jan. 2016), entendimento que foi confirmado, em sede recursal, pelo Tribunal Superior de Seul em 23 de novembro de 2023; paradoxalmente, o mesmo Tribunal Distrital Central, em 21 de abril de 2021, julgou improcedente ação análoga proposta por outro grupo de vinte vítimas, reconhecendo a imunidade japonesa. No que tange ao trabalho forçado, o Supremo Tribunal sul-coreano decidiu, em 2018 e novamente em dezembro de 2023, que acordos interestatais de 1965 não extinguem os direitos individuais de reparação das vítimas, condenando a Nippon Steel Corporation e a Mitsubishi Heavy Industries ao pagamento de indenizações — decisões igualmente classificadas pelo Japão como "extremely regrettable and totally unacceptable". A fragmentação interna da jurisprudência sul-coreana evidencia a ausência de consenso mesmo nos países que pioneiramente ventilaram a exceção à imunidade por violações de jus cogens.

[605] JAPÃO. Declarações do Secretário-Chefe do Gabinete Katsunobu Kato, 8 jan. 2021. apud *CBS NEWS*. South Korean court orders Japan to pay "comfort women," WWII sex slave reparations. 8 jan. 2021. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/comfort-women-korea-japan-court-order-wwii-sex-slave-reparations/. Acesso em: 5 abr. 2026.; THE DIPLOMAT. *Conflict Between South Korea and Japan Surges Again With Court's 'Comfort Women' Decision*. 25 jan. 2021. Disponível em: https://thediplomat.com/2021/01/conflict-between-south-korea-and-japan-surges-again-with-courts-comfort-women-decision/. Acesso em: 5 abr. 2026.

[606] A manutenção da imunidade por tribunais nacionais em casos envolvendo alegadas violações de jus cogens foi documentada pela própria CIJ nos §§ 82–91 do julgamento Germany v. Italy. Entre os casos mais relevantes: no Reino Unido, Jones v. Ministry of the Interior of the Kingdom of Saudi Arabia UKHL 26, em que Lord Bingham concluiu que a ausência de exceção por tortura ou jus cogens na Convenção ONU de 2004 é "wholly inimical to the claimants' contention" (§ 26); no Canadá, Bouzari v. Islamic Republic of Iran, Ontario Court of Appeal, 2004

*Kingdom* (2001)[607] e *Kalogeropoulou v. Greece and Germany* (2002)[608], rejeitou argumentos de que violações de *jus cogens* afastariam imunidade estatal, adotando distinção entre normas procedimentais (imunidade) e substantivas (*jus cogens*) que seria posteriormente endossada pela Corte Internacional de Justiça. Mesmo na Grécia, o precedente *Distomo* foi superado internamente pelo caso *Margellos* (2002),[609] no qual Suprema Corte Especial grega decidiu, por maioria de 06 votos a 05, que Alemanha possuía direito à imunidade de jurisdição conforme direito internacional contemporâneo, revertendo orientação anterior e demonstrando instabilidade jurisprudencial até mesmo nos países que pioneiramente haviam afastado imunidade.

As tentativas fragmentadas de tribunais nacionais europeus e asiáticos em afastar imunidade estatal mediante fundamentação em *jus cogens* e crimes internacionais culminaram em resposta da Corte Internacional de Justiça que consolidaria, pelo menos temporariamente, os limites do costume internacional vigente quanto à imunidade de Estados para atos de império. O acionamento da Alemanha contra a Itália perante a CIJ em dezembro de 2008, motivado pela multiplicação de decisões judiciais italianas que negavam imunidade alemã e, especialmente, por medidas executivas contra propriedade estatal alemã em território italiano (Villa Vigoni), resultou em julgamento proferido em 3 de fevereiro de 2012 que reafirmaria ortodoxia jurídica tradicional mediante rejeição contundente das tentativas de hierarquização normativa propostas por tribunais italianos e gregos. A decisão da CIJ, aprovada por maioria expressiva de doze votos a três, declarou que Itália havia violado obrigações internacionais ao permitir ações civis contra Alemanha baseadas em violações do direito internacional humanitário cometidas pelo Reich alemão entre 1943 e 1945, ao tomar medidas constritivas contra propriedade estatal alemã,

---

ONCA 271, que manteve a imunidade do Irã com base na ausência de exceção expressa no State Immunity Act; na Polônia, Natoniewski v. Federal Republic of Germany, Supremo Tribunal Polonês, 29 out. 2010, File ref. IV CSK 465/09; e na Nova Zelândia, Fang and Others v. Jiang Zemin and Others, High Court, que, seguindo Jones v. Saudi Arabia, observou que a ausência de exceção por jus cogens na Convenção ONU de 2004 "speaks powerfully against the plaintiffs' argument". CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Haia: CIJ, 2012. §§ 82-91.

[607] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Case of Al-Adsani v. The United Kingdom*. Application n. 35763/97. Judgment of 21 November 2001. *International Law Reports*, v. 123, p. 24-53, 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59885. Acesso em: 13 set. 2025.

[608] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Kalogeropoulou and Others v. Greece and Germany*. Requerimentos nº 59013/00 e 61403/00. Decisão de inadmissibilidade de 12 de dezembro de 2002. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-23539. Acesso em: 5 abr. 2026.

[609] GRÉCIA. Special Supreme Court (Anotato Eidiko Dikastirio). *Margellos and Others v. Federal Republic of Germany*. Acórdão n.º 6/2002, de 17 de setembro de 2002. International Law Reports, v. 129, p. 525. O tribunal, por seis votos a cinco, concluiu que o direito internacional costumeiro vigente não reconhecia exceção à imunidade estatal para atos de forças armadas praticados durante conflito armado, mesmo em casos de alegadas violações de jus cogens, revertendo assim a orientação estabelecida pelo Areios Pagos no caso Distomo (acórdão n.º 11/2000, de 4 de maio de 2000).

e ao declarar executáveis em território italiano decisões de tribunais gregos baseadas em condutas similares. O julgamento representou momento decisivo no debate sobre relativização da imunidade, consolidando interpretação segundo a qual o costume internacional vigente não reconhecia exceção à imunidade baseada em violações de *jus cogens*, demarcando com precisão os contornos normativos que deveriam prevalecer nas jurisdições domésticas.

A fundamentação da decisão majoritária estruturou-se em torno de três pilares argumentativos que, conjugados, estabeleciam defesa robusta da manutenção da imunidade estatal absoluta para atos de império, independentemente da gravidade das violações perpetradas. O primeiro pilar, conceitualmente central para todo o raciocínio da Corte, consistiu na separação rigorosa entre esferas procedimental e substantiva do direito internacional. A CIJ aceitou expressamente a premissa italiana de que as condutas do Reich alemão, incluindo deportação para trabalho forçado, massacres de civis e outras atrocidades, constituíam violações de normas de *jus cogens*, reconhecendo, portanto, a ilicitude substantiva gravíssima dos atos em questão. Contudo, a Corte sustentou que imunidade de jurisdição opera exclusivamente na esfera procedimental, determinando apenas se tribunais de um Estado podem exercer jurisdição sobre outro Estado, sem adentrar questão da licitude ou ilicitude material da conduta subjacente. Segundo essa construção, normas de *jus cogens* seriam substantivas, definindo quais condutas constituem violações inderrogáveis do direito internacional, enquanto imunidade seria regra procedimental concernente a prerrequisitos para exercício de jurisdição, operando em planos distintos e não conflitantes. A Corte concluiu que, uma vez que os dois conjuntos normativos tratam de matérias diferentes, não existiria conflito entre eles, de modo que aplicação da regra procedimental de imunidade não equivaleria a validar ou aprovar condutas ilícitas subjacentes, mas meramente a desviar disputas relativas a essas condutas para outros métodos de solução, como negociações interestatais ou arranjos diplomáticos.[610]

O segundo pilar argumentativo centrou-se na demonstração empírica da ausência de exceção consuetudinária reconhecida na prática estatal majoritária. A CIJ empreendeu exame

[610] A CIJ concluiu, nos §§ 93 e 95 do julgamento, que normas de jus cogens e normas de imunidade estatal tratam de matérias distintas — as primeiras regulam a licitude de determinadas condutas, as segundas determinam se tribunais nacionais são competentes para apreciar disputas delas decorrentes —, de modo que não existiria conflito entre elas, e a concessão de imunidade não equivaleria a validar ou aprovar os atos ilícitos subjacentes. O raciocínio implica que as vítimas deveriam buscar tutela por outros meios, como negociações interestatais ou arranjos diplomáticos. Trindade rejeitou essa premissa por inteiro, sustentando que a separação entre direito processual e material "is not ontologically nor deontologically viable: la forme conforme le fond" (§ 295), e que a suposição de ausência de conflito é equivocada, pois "there is a material conflict, even though a formalist one may not be discernible" — conflito cuja desconsideração resulta em "a groundless deconstruction of jus cogens, depriving this latter of its effects and legal consequences" (§ 296). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Haia: CIJ, 2012. §§ 93, 95 (julgamento); §§ 295-296 (opinião dissidente de Cançado Trindade).

extensivo da jurisprudência e legislação de múltiplas jurisdições nacionais, identificando que países como Canadá, Reino Unido, Austrália, Estados Unidos, Argentina, Israel, Japão e Singapura haviam rejeitado argumentos análogos aos apresentados pela Itália, mantendo o reconhecimento da imunidade estatal mesmo em casos envolvendo alegadas violações de jus cogens. [611] Adicionalmente, a Corte examinou codificações multilaterais recentes, particularmente a Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens, constatando que esse instrumento não previa exceção à imunidade baseada em violações de direitos humanos ou direito internacional humanitário. A ausência de tal exceção em convenção recentemente negociada e amplamente debatida foi interpretada pela CIJ como evidência de que Estados não estavam dispostos a limitar adicionalmente imunidade nesse contexto, confirmando inexistência de *opinio juris* generalizada que reconhecesse exceção baseada em *jus cogens*. A Corte concluiu, portanto, que direito internacional costumeiro, tal como efetivamente praticado pelos Estados no momento da decisão, não privava Estado de imunidade meramente porque era acusado de violações graves de direitos humanos ou direito internacional humanitário, rejeitando argumentação italiana segundo a qual precedentes isolados de *Ferrini*, *Distomo* e casos similares constituiriam evidência de costume emergente ou em formação.

O terceiro pilar da fundamentação majoritária consistiu na rejeição específica da exceção territorial de delitos invocada pela Itália como fundamento adicional para afastamento da imunidade. A Itália havia argumentado que, independentemente da discussão sobre *jus cogens*, o direito internacional costumeiro reconheceria exceção à imunidade para atos causadores de morte, lesão pessoal ou danos a propriedade ocorridos no território do Estado do foro, análoga à *territorial tort exception* prevista no FSIA americano e no SIA britânico. A CIJ, contudo, rejeitou extensão dessa exceção aos fatos em análise, determinando que ela não se aplicava a atividades militares ou atos de forças armadas praticados durante conflito armado.[612] A Corte fundamentou essa conclusão parcialmente mediante referência ao artigo 31 da

[611] A CIJ examinou nos §§ 65–95 do julgamento a prática de múltiplos Estados, incluindo as legislações de imunidade da Argentina, Austrália, Canadá, Israel, Japão, Singapura, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, concluindo que nenhuma delas previa exceção à imunidade para atos de forças armadas praticados durante conflito armado, nem para atos que configurassem violações de jus cogens. O mesmo levantamento foi objeto de crítica direta por Trindade, que o qualificou como mero "empirical factual exercise [...] characteristic of the methodology of legal positivism, over-attentive to facts and oblivious of values" (§ 293 da opinião dissidente). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Haia: CIJ, 2012. §§ 65-95. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-00-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

[612] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening)*. Judgment of 3 February 2012. Haia: CIJ, 2012. §§ 65-67. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-00-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados (Basileia, 1972), que estabelecia salvaguarda expressa para atos de forças armadas, bem como mediante interpretação de que a Convenção da ONU de 2004, embora não contendo exclusão militar textual, seria compreendida pelos Estados negociadores como não abrangente de ações militares durante conflitos. Essa rejeição revelou limite estrutural fundamental que tribunais internacionais e nacionais reconheciam implícita ou explicitamente, qual seja, categoria de atos de guerra e operações militares permanecia protegida por imunidade absoluta mesmo quando resultasse em danos territoriais ao Estado do foro, distinguindo-se radicalmente de danos territoriais em contextos não bélicos, como acidentes de trânsito envolvendo veículos diplomáticos ou quedas em propriedades de embaixadas.

A decisão da CIJ adotou, conforme críticos contemporâneos identificaram, postura formalista que priorizava estabilidade das relações interestatais e previsibilidade do regime de imunidade sobre considerações substantivas relativas à reparação individual de vítimas de violações gravíssimas. A Corte rejeitou explicitamente argumento italiano segundo o qual imunidade deveria ser condicionada à existência de meios alternativos eficazes de reparação para vítimas, sustentando que direito internacional não estabelecia tal condicionalidade. Essa rejeição evidenciou escolha estrutural da CIJ em favor de sistema que confia primariamente aos próprios Estados a responsabilidade por garantir reparações mediante arranjos diplomáticos, tratados bilaterais ou programas voluntários de compensação, em detrimento de sistemas que permitiriam ações judiciais individuais contra Estados estrangeiros perante tribunais domésticos. O fundamento último invocado pela Corte remetia ao princípio *par in parem non habet imperium*, máxima latina que expressa igualdade soberana dos Estados enquanto axioma fundamental do direito internacional, segundo o qual nenhum soberano possui autoridade para julgar atos soberanos de outro soberano igual. A aplicação rigorosa desse princípio implicava que mesmo atos manifestamente ilícitos, quando praticados no exercício de poderes soberanos, permaneceriam protegidos pela imunidade de jurisdição, mantendo classificação como *acta jure imperii* apesar de seu flagrante violação de normas substantivas internacionais.

A dimensão geopolítica subjacente à decisão da CIJ não escapou à análise crítica de observadores contemporâneos, que identificaram alinhamento estrutural entre posição majoritária e interesses de grandes potências com histórico militar e colonial extenso.[613] A

[613] A dimensão geopolítica subjacente à decisão não escapou à análise doutrinária. Para identificar o costume internacional em matéria de imunidade, a CIJ recorreu ao critério de "settled practice" formulado em North Sea Continental Shelf (§ 55), que pressupõe a participação de specially-affected states. Kevin Jon Heller demonstrou

Alemanha, embora reconhecesse responsabilidade histórica pelos crimes do regime nazista e mantivesse programas voluntários de compensação para diversas categorias de vítimas, buscava explicitamente evitar proliferação de ações judiciais individuais em jurisdições domésticas estrangeiras, temendo efeito dominó ou cenário de comportas abertas que poderia resultar em milhares de demandas similares em tribunais de toda Europa. Esse temor não era meramente financeiro, mas refletia preocupação mais ampla com judicialização de questões históricas que haviam sido tratadas, na perspectiva alemã, mediante tratados bilaterais de paz e acordos interestatais de reparação concluídos décadas anteriores. A composição da maioria de doze juízes incluía representantes de Estados com interesses convergentes na manutenção da imunidade absoluta para atos de império, incluindo membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia, China) e Japão, todos países com passados coloniais ou militares que poderiam potencialmente enfrentar litígios similares caso precedente italiano fosse validado. A rejeição das argumentações italiana e grega pela CIJ representou, portanto, escolha institucional em favor da estabilidade sistêmica e previsibilidade das relações interestatais, preferindo sistema no qual reparações por danos de guerra permanecem primariamente no domínio das negociações diplomáticas e acordos políticos bilaterais ou multilaterais, em detrimento de jurisdicialização via tribunais domésticos.

A reafirmação pela CIJ do costume internacional tradicional revelou, ademais, um limite estrutural para as tentativas de fragmentação da imunidade soberana. Os casos analisados anteriormente, longe de representarem costume emergente ou tendência consolidada, configuravam experimentações jurisdicionais isoladas geograficamente e rejeitadas pela prática estatal majoritária. A decisão de 2012 estabeleceu marco temporal definido a partir do qual tornou-se possível afirmar com segurança que, naquele momento histórico, não havia costume internacional que reconhecesse exceção genérica à imunidade baseada em violações de *jus cogens*, direitos humanos ou crimes internacionais. Tribunais nacionais que haviam adotado posições divergentes enfrentariam, doravante, não apenas resistência diplomática dos Estados demandados, mas também precedente explícito da principal corte internacional determinando

---

que a concepção dominante dessa doutrina — formalmente invocada apenas por Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha — privilegia estruturalmente Estados do Norte Global, por identificar specially-affected status com o engajamento em determinadas práticas (mormente militares), o que confere poder decisivo sobre a formação do costume precisamente aos Estados com maior histórico de operações militares: "the U.S. conception [...] not only effectively limits specially-affected status to powerful states in the Global North, but also gives specially-affected states almost complete control over custom formation". HELLER, Kevin Jon. Specially-Affected States and the Formation of Custom. *American Journal of International Law*, v. 112, n. 2, p. 191-243, 2018. p. 192. Disponível em:https://cari.org.ar/archivo_historico_digital/pdf/Heller_Speciallyaffected_states_and_the_formation_of_custom_2018.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

que suas práticas violavam direito internacional vigente. Essa consolidação do costume pela CIJ em 2012 configura elemento contextual fundamental para análise posterior da Tese 944 brasileira, formulada entre 2016 e 2022, pois demonstra que, no período imediatamente anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal, o costume internacional havia sido explicitamente reafirmado pela CIJ em sentido contrário à exceção posteriormente estabelecida pelo Brasil.

A análise conjugada das exceções legislativas pontuais, das experimentações jurisprudenciais fragmentadas e da decisão da Corte Internacional de Justiça em 2012 revela quadro inequívoco quanto ao estado do costume internacional no período que precede a formulação da Tese 944 brasileira. Exceções legislativas, quando criadas por Estados Unidos, Reino Unido e países europeus, operavam mediante critérios taxativos e rigorosamente delimitados, como território, designação política de Estados patrocinadores do terrorismo ou tipificações criminais específicas, jamais invocando "direitos humanos" como categoria genérica ou indeterminada. Tentativas de tribunais nacionais italiano, grego e sul-coreano em afastar imunidade mediante fundamentação em *jus cogens* permaneceram geograficamente isoladas, rejeitadas pela maioria dos tribunais nacionais de outras jurisdições e, substancialmente, condenadas pela CIJ como violações do direito internacional vigente. A decisão majoritária da CIJ, aprovada por doze votos a três, consolidou interpretação segundo a qual costume internacional em 2012 não reconhecia exceção à imunidade baseada em violações de *jus cogens*, direitos humanos ou crimes internacionais, estabelecendo marco temporal definido a partir do qual qualquer relativização adicional representaria ruptura com costume consolidado, não adesão a tendência emergente. Contudo, os três votos dissidentes proferidos no julgamento, particularmente o extenso voto de Cançado Trindade, articulariam visão alternativa que, embora minoritária e explicitamente rejeitada pela Corte, viria a ser mobilizada anos depois como fundamento para construção discursiva que apresentaria exceção brasileira como alinhamento com suposta tendência internacional.

### *2.3.2 ["Ainda não"] O voto dissidente de Cançado Trindade e a instrumentalização discursiva: do contexto à descontextualização (2012-2022)*

A decisão majoritária da Corte Internacional de Justiça em *Alemanha v. Itália*, proferida em 3 de fevereiro de 2012, não foi unânime. Três juízes, de um colegiado de quinze, manifestaram dissidência em relação ao julgamento que rejeitou tentativas italiana e grega de afastar imunidade alemã com base em violações de *jus cogens*. Entre esses votos minoritários,

o voto dissidente do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade,[614] brasileiro então membro da Corte, destacou-se pela extensão, profundidade argumentativa e influência posterior sobre tribunais nacionais, especialmente sobre o Supremo Tribunal Federal brasileiro no julgamento do caso Changri-lá. Estendendo-se por 112 páginas, substancialmente mais longo que as 61 páginas da decisão majoritária, o voto de Trindade articulou crítica fundamental aos pressupostos da maioria, rejeitando separação rígida entre esferas procedimental e substantiva, propondo categoria conceitual de *delicta imperii* para crimes internacionais que não mereceriam proteção da imunidade, e adotando fundamento *pro homine* segundo o qual direito internacional deveria centrar-se na pessoa humana, não no Estado. A força retórica e a convicção normativa do voto dissidente, contudo, não alteraram o fato jurídico essencial de que Trindade foi vencido por maioria expressiva de doze a três, representando posição minoritária explicitamente rejeitada pela Corte que continua sendo tribunal responsável pela declaração autorizada do costume internacional.

Este item examina o voto dissidente de Cançado Trindade em três movimentos analíticos complementares que revelam dimensões distintas de sua posterior instrumentalização pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro. Primeiramente, contextualiza-se a geopolítica da decisão da CIJ em 2012, analisando composição do julgamento, interesses em disputa e dinâmica que produziu alinhamento de doze juízes em defesa da imunidade absoluta para atos de império *versus* três juízes dissidentes que propunham relativização baseada em *jus cogens*. Em seguida, procede-se análise textual detalhada do voto de Trindade, examinando suas premissas conceituais, argumentos centrais e, essencialmente, limites e especificidades de sua proposta, demonstrando que o juiz brasileiro restringiu explicitamente sua argumentação a crimes internacionais e graves violações de direitos humanos, não propondo exceção genérica para "direitos humanos" de forma indeterminada. Por fim, analisa-se a instrumentalização discursiva operada pelo STF no julgamento do caso Changri-lá, revelando como o voto dissidente minoritário foi mobilizado como se representasse costume consolidado ou tendência emergente, como a proposta limitada a *jus cogens* foi expandida para categoria genérica de "direitos humanos", e como a natureza minoritária da posição foi deliberadamente omitida na construção argumentativa da Tese 944. Essa análise demonstrará que a distância entre o que Cançado Trindade efetivamente propôs em 2012 e o que o STF afirmou que ele havia proposto

[614] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 189, §§ 293-294. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

em 2021 constitui elemento central para compreensão do isolamento discursivo brasileiro no cenário internacional contemporâneo.

A compreensão adequada do voto dissidente de Cançado Trindade e de sua posterior instrumentalização pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro exige análise preliminar do contexto institucional e geopolítico no qual esse voto foi proferido. A decisão da Corte Internacional de Justiça em *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening)*, proferida em 3 de fevereiro de 2012, não constituiu deliberação próxima ou dividida, mas julgamento caracterizado por maioria expressiva e geograficamente diversificada que consolidou interpretação conservadora do costume internacional vigente. A votação principal, concernente à violação italiana das obrigações de respeitar imunidade jurisdicional alemã ao permitir ações civis baseadas em violações do direito internacional humanitário cometidas durante Segunda Guerra Mundial, resultou em doze votos favoráveis à Alemanha contra apenas três dissidentes. Votação ainda mais expressiva, de catorze votos a um, condenou Itália por adotar medidas executivas contra propriedade estatal alemã, especificamente Villa Vigoni, utilizada para fins governamentais não comerciais. Essa distribuição numérica revela não apenas consenso majoritário robusto, mas configuração geopolítica específica na qual representantes de grandes potências com interesses convergentes na manutenção da imunidade absoluta para atos de império alinharam-se decisivamente contra tentativas de relativização propostas por Itália e Grécia.

A composição da maioria de doze juízes incluía representantes de Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia, China e Japão, configuração que reflete alinhamento estrutural entre membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e potências econômicas com históricos militares e coloniais extensos.[615] Essa convergência não constitui mera coincidência estatística, mas expressa interesse comum compartilhado por Estados que enfrentariam riscos significativos caso precedente italiano fosse validado pela CIJ. Estados Unidos, Reino Unido e França, potências coloniais que mantiveram presença militar global durante séculos e participaram de múltiplos conflitos armados no século XX, possuíam interesse evidente em prevenir criação de exceção à imunidade que permitisse

[615] No acórdão de 3 de fevereiro de 2012 no caso Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece Intervening), a Corte Internacional de Justiça estava composta pelo Presidente Hisashi Owada (Japão), pelo Vice-Presidente Peter Tomka (Eslováquia) e pelos juízes Abdul G. Koroma (Serra Leoa), Bruno Simma (Alemanha), Ronny Abraham (França), Kenneth Keith (Nova Zelândia), Bernardo Sepúlveda-Amor (México), Mohamed Bennouna (Marrocos), Leonid Skotnikov (Rússia), Antônio Augusto Cançado Trindade (Brasil), Abdulqawi Ahmed Yusuf (Somália), Christopher Greenwood (Reino Unido), Xue Hanqin (China) e Joan Donoghue (EUA). Como não havia juiz de nacionalidade italiana no banco, a Itália designou Giorgio Gaja como juiz ad hoc, nos termos do artigo 31, §2, do Estatuto da CIJ. O Secretário (Registrar) era Philippe Couvreur.

responsabilização judicial em tribunais domésticos estrangeiros por atos militares históricos. Rússia e China, sucessores de União Soviética e República Popular da China respectivamente, herdaram legados de ações militares e políticas repressivas que poderiam potencialmente ensejar demandas indenizatórias caso a imunidade fosse relativizada com base em violações de direitos humanos. Japão, especificamente mencionado em litígios sul-coreanos relativos à exploração sexual de *comfort women* e trabalho escravo durante ocupação japonesa na Ásia Oriental, possuía interesse direto em manter imunidade absoluta para atos de império, evitando proliferação de ações judiciais similares às enfrentadas pela Alemanha.

A minoria dissidente compôs-se de três juízes que, embora derrotados numericamente, articularam críticas substantivas aos fundamentos da maioria mediante votos separados de extensão e profundidade variáveis. O Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, brasileiro e único juiz a votar consistentemente contra todos os pedidos alemães, proferiu voto dissidente monumental, constituindo crítica coerente e fundamentada em valores humanistas à abordagem formalista da maioria. O Juiz Abdulqawi Ahmed Yusuf, somali e posteriormente eleito Presidente da CIJ, também proferiu dissidência, embora menos extensa que a de Trindade, enfatizando particularmente questões relacionadas ao acesso à justiça para vítimas e críticas à separação rígida entre esferas procedimental e substantiva. Adicionalmente, Juiz ad hoc Giorgio Gaja, indicado pela Itália conforme permitido pelo Estatuto da Corte, apresentou voto dissidente defendendo posição italiana, circunstância que reduz parcialmente significado dessa dissidência dado alinhamento esperado entre juiz ad hoc e Estado que o indicou. Estruturalmente, o Juiz Mohamed Bennouna, marroquino, proferiu Opinião em Separado que concordava com parte dispositiva da decisão, mas divergia parcialmente da fundamentação adotada pela maioria, não constituindo tecnicamente voto dissidente, e sim demonstrando desconforto com certos aspectos do raciocínio majoritário.

A dimensão geopolítica subjacente ao julgamento revela-se particularmente nítida quando examinados interesses específicos da Alemanha em acionar CIJ e motivações compartilhadas pelos Estados representados na maioria. A Alemanha, enfrentando multiplicação de decisões judiciais italianas que negavam imunidade desde caso *Ferrini* em 2004, procurava explicitamente invalidar o precedente judicial italiano e restaurar o *status quo* de imunidade absoluta para *acta jure imperii*, temendo disseminação de litígios similares para outras jurisdições cujos cidadãos sofreram violações durante Segunda Guerra Mundial. Esse temor não era meramente teórico, considerando que a Grécia havia adotado decisões análogas no caso *Distomo* e vítimas polonesas haviam iniciado processos similares. Assim, o precedente

italiano poderia potencialmente encorajar demandas em dezenas de países afetados por ocupação nazista. A perspectiva de "efeito dominó" ou "comportas abertas" permeava argumentação alemã e encontrava ressonância entre juízes representantes de Estados que poderiam enfrentar consequências análogas caso a exceção baseada em violações de *jus cogens* fosse reconhecida como costume emergente. Cumpre destacar que a Alemanha já havia estabelecido programas voluntários de compensação para diversas categorias de vítimas mediante acordos bilaterais e fundos de reparação, mas excluíra deliberadamente certos grupos, notadamente internados militares italianos que haviam sido submetidos a trabalho forçado, argumentando que prisioneiros de guerra não possuíam direito à compensação segundo interpretação alemã do direito internacional humanitário vigente durante guerra.

O julgamento de 2012 inseriu-se em momento de debates intensos sobre justiça de transição, reparações históricas e responsabilização por violações massivas de direitos humanos, período no qual pressões de organizações de vítimas e ONGs confrontavam resistências estruturais de Estados desenvolvidos preocupados com a judicialização excessiva das relações internacionais. A década de 2000 e o início dos anos 2010 testemunharam a proliferação de comissões de verdade, tribunais internacionais *ad hoc* e esforços de reconciliação em sociedades pós-conflito, gerando expectativas renovadas quanto à possibilidade de responsabilização judicial por crimes históricos. A título de exemplo, o caso Pinochet (1999),[616] julgado pela Câmara dos Lordes britânica, negou imunidade *ratione materiae* a ex-chefe de Estado acusado de tortura e, embora circunscrito à imunidade pessoal e não diretamente transponível ao regime da imunidade estatal *ratione personae*, alimentou expectativas de que o direito internacional caminharia rumo a restrições adicionais à impunidade. Simultaneamente, o Tribunal Penal Internacional, estabelecido pelo Estatuto de Roma em 2002,[617] sinalizava compromisso com *accountability* individual por crimes internacionais mais graves, ainda que sua jurisdição complementar e limitações *ratione personae* não abrangessem responsabilidade civil dos Estados. Nesse ambiente, decisão da *Corte di Cassazione* italiana em *Ferrini* (2004) foi saudada por segmentos da sociedade civil e doutrina humanista como potencial ponto de inflexão, sugerindo emergência de costume que subordinaria imunidade estatal a considerações substantivas de proteção de direitos fundamentais.

---

[616] REINO UNIDO. House of Lords. *Regina v. Bow Street Metropolitan Stipendiary Magistrate and Others, ex parte Pinochet Ugarte* (No. 3). 1 AC 147; 2 WLR 827. Julgamento: 24 mar. 1999. Lords Browne-Wilkinson, Hope, Hutton, Saville, Millett e Phillips (maioria de 6 a 1).

[617] BRASIL. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

A reação da CIJ em 2012, contudo, constituiu rejeição categórica dessas expectativas, consolidando interpretação segundo a qual o direito internacional vigente não reconhecia nenhuma exceção à imunidade baseada em violações de *jus cogens*, interrompendo o desenvolvimento de suposto costume emergente e reafirmando ortodoxia estadocêntrica tradicional. A Corte rejeitou sistematicamente todos os três pilares da argumentação italiana. Primeiro, negou hierarquia entre *jus cogens* e imunidade mediante distinção entre normas substantivas e procedimentais, afirmando que reconhecimento da ilicitude gravíssima dos atos nazistas não implica necessariamente afastamento de regra procedimental que impede exercício de jurisdição por tribunais de outro Estado. Segundo, rejeitou aplicação da exceção territorial de delitos (*territorial tort exception*) a atos de forças armadas durante conflito armado, estabelecendo que mesmo danos territoriais graves causados por operações militares permanecem protegidos pela imunidade, distinguindo-se radicalmente de danos territoriais em contextos não bélicos como acidentes de trânsito ou quedas em propriedades diplomáticas. Terceiro, descartou argumento de denegação de justiça (*denial of justice*), segundo o qual ausência de meios alternativos eficazes de reparação justificaria afastamento da imunidade como último recurso, sustentando que não há base no direito internacional costumeiro para condicionar imunidade à existência de vias alternativas de compensação. Embora CIJ tenha expressado lamento pela exclusão de certos grupos de vítimas dos programas de reparação alemães e sugerido que a questão poderia ser resolvida mediante negociações diplomáticas futuras entre Alemanha e Itália, a Corte enfatizou que decisão sobre imunidade não afetava eventual responsabilidade alemã no plano substantivo, apenas determinava que tribunais italianos não constituíam foro apropriado para adjudicação dessas reivindicações.

A fundamentação da maioria revelou escolhas metodológicas e axiológicas que atraíram críticas veementes dos dissidentes, particularmente quanto à abordagem positivista rigorosa que priorizou aplicação do direito internacional existente (*de lege lata*) em detrimento de considerações sobre evolução progressiva do direito (*de lege ferenda*). A CIJ optou explicitamente por não promover novo direito internacional, mas aplicar costume vigente conforme demonstrado pela prática estatal majoritária e *opinio juris* consolidada, abordagem que dissidentes caracterizaram como excessivamente conservadora e insensível ao sofrimento concreto das vítimas. A maioria estruturou decisão em torno de análise supostamente técnica e neutra da prática estatal, examinando legislações nacionais sobre imunidade, jurisprudência de diversos Estados e codificações multilaterais recentes como Convenção da ONU sobre Imunidades Jurisdicionais (2004), concluindo que evidências empíricas não sustentavam

alegação italiana de costume emergente. Críticos, contudo, acusaram maioria de seletividade na análise da prática estatal, priorizando jurisdições que mantiveram imunidade e minimizando significado de decisões como *Ferrini* e *Distomo*, tratando-as como episódios isolados em vez de indicadores de possível transição normativa. Adicionalmente, a abordagem formalista da maioria foi caracterizada como manifestação de visão estadocêntrica ultrapassada que privilegiava estabilidade das relações interestatais e previsibilidade do regime de imunidade sobre justiça individual e reparação para vítimas de crimes internacionais, subordinando proteção de direitos humanos a considerações de cortesia diplomática e conveniência política.

A análise detalhada da estrutura argumentativa do voto de Trindade revela sofisticação metodológica que ultrapassa mera discordância pontual, constituindo proposta coerente de reorientação filosófica e normativa do direito internacional. As 27 seções em que o voto foi organizado seguem progressão lógica que parte de crítica metodológica ao formalismo da maioria (Seções I-VIII), desenvolve fundamentos humanistas alternativos baseados em recuperação histórica do *droit des gens* centrado na pessoa humana (Seções IX-XVI), examina precedentes históricos e jurisprudenciais que indicariam evolução progressiva do direito (Seções XVII-XXIII), e culmina em síntese das objeções fundamentais à decisão majoritária (Seções XXIV-XXVII).[618] Essa arquitetura revela ambição teórica que transcende o caso concreto, buscando estabelecer fundamentos para uma transformação paradigmática do direito internacional em direção a um sistema verdadeiramente humanizado. Trindade explicitou que não poderia aceitar que o direito internacional contemporâneo fosse congelado nesse estágio de desenvolvimento, manifestando entendimento de que seu voto constituía não apenas resposta ao caso específico *Alemanha v. Itália*, mas contribuição para evolução progressiva da disciplina (*de lege ferenda*), advertindo que a fossilização do direito mediante apego rígido a práticas estatais passadas resultaria em subdesenvolvimento permanente da ordem jurídica internacional.

A crítica de Trindade ao positivismo voluntarista adotado pela maioria da CIJ revelava dimensão filosófica profunda que conectava o debate sobre imunidade estatal às questões fundamentais sobre a natureza e as fontes do direito internacional. Ele acusou a maioria de ter conduzido "exercício empírico factual" de identificação de prática estatal mediante catalogação de jurisprudência incongruente de tribunais nacionais, método que, segundo Trindade, conduzia à fossilização do direito internacional e revelava subdesenvolvimento no qual a disciplina

[618] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 189, §§ 293-294. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

permanecia aprisionada.[619] Ao privilegiar a abordagem positivista que buscava identificar o costume mediante observação empírica da prática majoritária dos Estados, a CIJ teria abdicado de função normativa fundamental de promover valores universais e princípios fundamentais que transcendem vontade particular de Estados individuais. Trindade resgatou a importância dos princípios gerais do direito, que emanam da consciência humana universal, argumentando que esses princípios resgatam o direito internacional das armadilhas do voluntarismo e unilateralismo estatal,[620] evitando que a ordem jurídica internacional se reduza a mero registro de práticas estatais historicamente consolidadas. Essa crítica adquiria urgência particular no contexto de crimes nazistas, pois a abordagem estritamente positivista-voluntarista teria sido incapaz de condenar atrocidades do regime nazista, dado que Alemanha não havia violado normas de direito internacional reconhecidas como vinculantes no período em que cometeu os crimes, demonstrando a inadequação estrutural de sistema jurídico que depende exclusivamente de consentimento estatal para validar normas.

A elaboração do conceito de *delicta imperii* por Trindade constituía contribuição teórica original destinada a superar limitações da dicotomia tradicional *acta jure imperii/acta jure gestionis*, demonstrando que essa classificação binária, reminiscência de doutrinas tradicionais formuladas no contexto de Estados monárquicos absolutistas, era completamente inadequada

---

[619] Ao criticar o método empregado pela maioria, Trindade afirma que o Tribunal conduz um "empirical factual exercise of identifying the incongruous case law of national courts and the inconsistent practice of national legislations" — exercício que, na sua avaliação, é "characteristic of the methodology of legal positivism, over-attentive to facts and oblivious of values" (§ 293). A catalogação de legislações esparsas de um punhado de Estados seria igualmente inconclusa; e tais exercícios positivistas estariam levando à "fossilization of international law, and disclosing its persistent underdevelopment, rather than its progressive development" (§ 294) — um subdesenvolvimento no qual a disciplina permanece aprisionada enquanto a metodologia privilegia palavras e conceitos em detrimento dos valores: "Words, words, words... Where are the values?" (§ 294). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 189, §§ 293-294. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

[620] Trindade identifica no positivismo voluntarista a raiz teórica das limitações que a doutrina clássica de imunidades projeta sobre casos de crimes internacionais. Na sua análise, a concepção positivista-voluntarista — que ele qualifica como "surpassed" — privilegiou o método de observação da prática estatal e minimizou indevidamente os princípios do direito internacional (§ 13), ao mesmo tempo em que erigiu o consentimento da "vontade" dos Estados em critério predominante, negando jus standi aos indivíduos e reduzindo o direito internacional à dimensão de uma ordem estritamente interestatal: "this rendered difficult a proper understanding of the international community, and undermined international law itself" (§ 174). O unilateralismo estatal daí decorrente — a insistência numa perspectiva exclusivamente interestatal nas relações de responsabilidade — conduz, nas suas palavras, a "manifest injustice" (§ 179). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 185, § 13; p. 148, §§ 174 e 179. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

para análise de casos envolvendo crimes internacionais.[621] Trindade argumentou que crimes internacionais, especificamente crimes de guerra e crimes contra a humanidade, não poderiam ser classificados em nenhuma das duas categorias tradicionais, pois não constituíam nem exercício legítimo de poderes soberanos (*acta jure imperii*) nem atividades de natureza privada ou comercial do Estado (*acta jure gestionis*), mas terceira categoria distinta de atos antijurídicos que violam normas imperativas e são ilícitos desde sua origem (*ab initio*). O massacre de civis perpetrado em Distomo e a deportação para trabalho escravo que vitimou Luigi Ferrini não poderiam, segundo Trindade, ser caracterizados como funções governamentais ou soberanas merecedoras de respeito no direito internacional, mas constituíam transgressões que negavam a própria essência da soberania legitimamente concebida. O Estado que invoca soberania para escravizar ou exterminar seres humanos perverte o conceito de soberania, transformando-o em instrumento de opressão que contradiz fundamentos normativos sobre os quais a soberania estatal foi historicamente construída. A frase "um crime é um crime, independentemente de quem o comete", [622] que sintetiza essa posição, expressa uma premissa fundamental de universalidade da responsabilidade por crimes internacionais, rejeitando qualquer forma de *double standard* segundo o qual as condutas criminosas receberiam tratamento jurídico diferenciado dependendo da identidade de seu perpetrador.

A proposição de que o acesso à justiça assumiria caráter de norma imperativa em face de crimes graves de um Estado constitui elemento central, embora frequentemente negligenciado, da argumentação de Trindade. Essa formulação revela que o juiz não se limitava a afirmar a hierarquia entre normas substantivas de *jus cogens* e a regra procedimental de imunidade. Sustentava, de modo mais ambicioso, que o próprio acesso à justiça deveria obter

---

[621] A elaboração do conceito de delicta imperii por Trindade parte da premissa de que a dicotomia clássica acta jure imperii / acta jure gestionis é um "remnant of traditional doctrines which are wholly inadequate" à análise de casos envolvendo crimes internacionais (§ 178) — categoria que não se enquadra em nenhum dos dois polos da classificação binária: "War crimes and crimes against humanity are not to be considered acta jure gestionis, or else 'private acts'; they are crimes. They are not to be considered acta jure imperii either; they are grave delicta, crimes" (§ 178). Essa inadequação é genealógica: a dicotomia foi concebida para o domínio das relações comerciais e transações, não para o tratamento dispensado pelo Estado a seres humanos (§ 171); e a própria noção de imunidade absoluta que lhe subjaz era, na caracterização de Lauterpacht endossada por Trindade, uma manifestação da concepção hobbesiana e absolutista do Estado (§ 170). Daí a conclusão de que a invocação de imunidade diante de crimes internacionais equivale, nas palavras do autor, a "manifest injustice" (§ 179). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 147, § 171; p. 148, § 170; p. 149, §§ 177-179. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

[622] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 150, §§ 181-183. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

reconhecimento como norma peremptória em contextos criminais específicos. Trindade concebeu o acesso à justiça em sentido amplo, abrangendo não apenas o ingresso formal em tribunais, mas a prestação jurisdicional efetiva e sua execução, ou seja, o remédio efetivo, o devido processo e a reparação integral. Esse "verdadeiro direito ao Direito" (*vrai droit au Droit*),[623] expressão que mobilizou para capturar a dimensão existencial do acesso à justiça, salvaguardaria os direitos fundamentais da pessoa humana contra tentativas estatais de bloquear a adjudicação mediante invocação da imunidade soberana. A recusa sistemática em permitir o acesso à justiça para vítimas de crimes de Estado não configuraria, nessa leitura, mera lacuna procedimental ou inconveniência técnica, mas produziria anomia, situação de ausência de direito (*non-law*) fundamentalmente incompatível com os propósitos do direito internacional contemporâneo. Permitir que a imunidade bloqueie sistematicamente a adjudicação de pretensões fundadas em violações de *jus cogens* equivaleria, segundo Trindade, a condenar as vítimas ao não-direito, negando-lhes a qualidade de sujeitos de direito internacional e reduzindo-as a objetos de transações diplomáticas interestatais.[624]

A argumentação de Trindade sobre inalienabilidade dos direitos de reparação das vítimas individuais introduzia dimensão adicional crucial que desafiava a prática histórica de resolução de questões de reparações por danos de guerra mediante acordos diplomáticos bilaterais ou multilaterais. Ele sustentou que o direito à reparação pertence às vítimas individuais, não aos Estados, de modo que Estados não podem renunciar validamente a direitos que não lhes pertencem, pois qualquer suposta renúncia estatal seria contrária à ordem pública

---

[623] O conceito de *droit au Droit* — forjado na jurisprudência da Corte Interamericana e incorporado por Trindade à sua opinião dissidente — designa um direito de acesso à justiça em sentido amplo (lato sensu) que abrange não apenas o acesso formal à jurisdição, mas também as garantias do devido processo e a efetiva reparação do dano sofrido: "those victimized by oppression have their right to the law (droit au Droit) duly vindicated" (§ 221). Esse direito assume, segundo Trindade, caráter imperativo diante de crimes de Estado, integrando o domínio do jus cogens — "it is a true droit au Droit, a right to a legal order which effectively protects the fundamental rights of the human person [...]. We are here, in sum, in the domain of jus cogens" (§ 217). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 162, § 217; p. 163, § 221. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

[624] O Juiz articula dois planos complementares desse argumento. No plano do acesso à justiça, sustenta que permitir que a imunidade bloqueie pretensões fundadas em violações de jus cogens equivale a "block the access to justice, and impose impunity" (§ 129). No plano da subjetividade internacional, afirma que as vítimas são titulares do direito à reparação como sujeitos do direito das gentes — "subjects of the law of nations" —, podendo invocar a responsabilidade do Estado "on their own initiative, and without the intermediation of any State" (§ 69). Consequentemente, qualquer interpretação que confinasse as reparações ao plano exclusivamente interestatal "would equate to a complete misconception of the position of the individual in the international legal order", reduzindo-o a objeto de acordos diplomáticos bilaterais e deixando-o "at the end without any reparation at all" (§ 252). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 91, § 129; p. 110, § 69; p. 178, § 252. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

internacional e desprovida de efeito jurídico quando implicasse extinção de direitos individuais sem consentimento das vítimas.[625] Essa posição desafiava frontalmente a prática consolidada segundo a qual tratados de paz e acordos de reparações, como aqueles concluídos após Segunda Guerra Mundial, estabeleciam compensações globais pagas por Estados derrotados a Estados vencedores, com esses últimos assumindo responsabilidade por distribuir recursos conforme considerassem apropriado, frequentemente excluindo certas categorias de vítimas de qualquer compensação. No caso específico *Alemanha v. Itália*, a Alemanha havia estabelecido programas voluntários de compensação que beneficiaram diversas categorias de vítimas, mas excluíra deliberadamente internados militares italianos submetidos a trabalho forçado, grupo que incluía Luigi Ferrini, argumentando que prisioneiros de guerra não possuíam direito à compensação segundo interpretação alemã do direito internacional humanitário vigente durante guerra. Trindade rejeitou a legitimidade dessa exclusão, argumentando que Estados não podem determinar unilateralmente quais vítimas merecem reparação e quais podem ser excluídas, pois tal poder equivaleria a permitir que perpetradores definissem extensão de sua própria responsabilidade.

A crítica de Trindade à inversão de hierarquia de valores evidenciada pelo regime de imunidade constitui elemento retoricamente poderoso que expunha as contradições estruturais do sistema vigente. Ele identificou como um "absurdo jurídico" (*juridical absurdity*) as situações nas quais o direito internacional reconhecia exceções à imunidade para questões mundanas do domínio comercial ou danos pessoais locais, mas insistia em manter imunidade absoluta para crimes contra a humanidade, massacres de civis e outras violações gravíssimas de direitos humanos.[626] Essa incongruência revelava, segundo ele, que o sistema jurídico

---

[625] Trindade sustenta que o direito à reparação pertence às vítimas individualmente, não aos Estados, razão pela qual estes não detêm legitimidade para renunciá-lo: "States may, if they so wish, waive claims as to their own rights. But they cannot waive claims for reparation of serious breaches of rights that are not theirs, rights that are inherent to the human person" (§ 72). Qualquer renúncia estatal nesse sentido seria, na sua formulação, "against the international ordre public, and would be deprived of any juridical effects" (§ 71), por implicar a extinção de direitos inerentes à pessoa humana sem o consentimento das próprias vítimas e em violação ao jus cogens. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 111-112, §§ 71-72. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

[626] Nas suas palavras: "to admit the removal of State immunity in the realm of trade relations, or in respect of local personal tort (e.g., in traffic accidents), and at the same time to insist on shielding States with immunity, in cases of international crimes — marked by grave violations of human rights and of international humanitarian law — in pursuance of State (criminal) policies, in my perception amounts to a juridical absurdity". CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. Haia: CIJ, 2012. p. 169, § 239. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 5 fev. 2026.

internacional havia invertido completamente a hierarquia de valores que deveria prevalecer, tratando transações comerciais rotineiras como merecedoras de maior atenção jurisdicional que violações das normas mais fundamentais da humanidade. A *territorial tort exception*, amplamente reconhecida em legislações nacionais e codificações regionais como Convenção Europeia de Basileia, permitia que indivíduo que sofresse acidente de trânsito causado por motorista de embaixada processasse Estado estrangeiro em tribunais do Estado territorial, mas vítimas de deportação para trabalho escravo ou sobreviventes de massacres de civis permaneceriam impedidas de buscar reparação judicial porque seus sofrimentos resultaram de *acta jure imperii*. Trindade questionou a coerência normativa de sistema que privilegia proteção de interesses econômicos e patrimoniais relativamente triviais em detrimento de valores existenciais fundamentais como vida, integridade física e dignidade humana.[627]

Os limites rigorosos e as especificidades conceituais do voto de Trindade constituem elementos absolutamente essenciais para análise de sua posterior instrumentalização, pois revelam que a proposta foi cuidadosa e consistentemente circunscrita a uma categoria específica de violações. A linguagem empregada por Trindade ao longo de seu voto foi explícita e inequívoca ao referir-se a "graves violações de direitos humanos e direito internacional humanitário" (*grave violations of human rights and international humanitarian law*) e "crimes internacionais" (*international crimes*), especificamente crimes de guerra (*war crimes*) e crimes contra a humanidade (*crimes against humanity*).[628] O qualificativo "graves" não foi casual ou

---

[627] Trindade explicita a incoerência normativa subjacente ao sistema de imunidade estatal restritiva ao observar que a distinção entre acta jure imperii e acta jure gestionis foi historicamente forjada com preocupações exclusivamente comerciais: "those responsible for it did not have in mind international crimes: concern was rather turned to commercial transactions mainly" (§ 168); "the underlying major concern, and the main motivation, were with commerce, essentially with commercial relations and transactions" (§ 169). O juiz conclui que transpor essa lógica construída para relações mercantis ao domínio do tratamento dispensado pelo Estado a seres humanos torna a distinção "even more insufficient and inadequate" (§ 171), revelando a contradição de um sistema que afasta a imunidade para proteger interesses patrimoniais e comerciais, mas a mantém diante de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. *Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade*. Haia: CIJ, 2012. p. 146-147, §§ 167-171. Disponível em: https://icj-web.leman.un-icc.cloud/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

[628] Em sua opinião dissidente, Trindade delimita com precisão o critério de gravidade que afasta a imunidade estatal, rejeitando qualquer extensão a violações genéricas de direitos humanos. No § 129, afirma: "Grave breaches of human rights and of international humanitarian law, amounting to international crimes, are not at all acts jure imperii. They are antijuridical acts, they are breaches of jus cogens". Reiterando o critério nos §§ 179–181, sustenta que "There is no immunity for grave violations of human rights and of international humanitarian law, for war crimes and crimes against humanity", concluindo que "[i]nternational crimes are not acts of State, nor are they private acts either — a crime is a crime, irrespective of who committed it". A recorrência do adjetivo grave e a especificação em war crimes e crimes against humanity evidenciam que o juiz deliberadamente excluiu violações ordinárias de direitos humanos do âmbito de sua tese. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening). Judgment of 3 February 2012. *Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade*. Haia: CIJ, 2012. p. 133, § 129; p. 150, §§ 179-181. Disponível em: https://icj-

meramente retórico, mas refletiu delimitação conceitual segundo a qual apenas violações que atingissem patamar de gravidade e transcendência característico de crimes internacionais justificariam afastamento da imunidade. Trindade enfatizou repetidamente que a gravidade e transcendência do crime perpetrado é que o caracterizavam como crime internacional, estabelecendo critério de seleção que excluía violações ordinárias ou menos graves de direitos humanos. O voto não defendeu, em momento algum, a relativização da imunidade para "violação de direitos humanos" de forma indeterminada, genérica ou abrangente, não propondo que qualquer ilícito internacional envolvendo direitos humanos, independentemente de sua gravidade ou natureza, devesse ensejar perda da imunidade.

Trindade manteve como critério central e inderrogável, por conseguinte, a violação de normas de *jus cogens*, não direitos humanos genericamente considerados, enfatizando que caráter peremptório e inderrogável dessas normas é que exigiria prevalência sobre regra procedimental de imunidade. Adicionalmente, argumentou que *jus cogens* possui efeito *erga omnes* e natureza imperativa que perpassa todas as esferas jurídicas, de modo que violações de *jus cogens* "não podem simplesmente ser removidas ou relegadas ao esquecimento pela confiança na imunidade de Estado".[629] A proposta limitava-se, portanto, a um núcleo duro de violações reconhecidas pela comunidade internacional como ofensivas aos valores mais fundamentais da humanidade, correspondendo àquelas violações que Comissão de Direito Internacional e doutrina consolidada identificavam como violações de normas peremptórias, categoria que incluía proibição de tortura, genocídio, escravidão, crimes de guerra e crimes contra humanidade. Trindade não propôs expansão da categoria de *jus cogens* para abranger espectro amplo e indeterminado de direitos humanos, mas trabalhou dentro de entendimento consolidado sobre quais normas possuíam status peremptório segundo direito internacional

---

web.leman.un-icc.cloud/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

[629] Trecho original: "129. In my understanding, what jeopardizes or destabilizes the international legal order are the international crimes and not individual suits for reparation in the search for justice. In my perception, what troubles the international legal order, are the coverup of such international crimes accompanied by the impunity of the perpetrators, and not the victims' search for justice. When a State pursues a criminal policy of murdering segments of its own population, and of the population of other States, it cannot, later on, place itself behind the shield of sovereign immunities, as these latter were never conceived for that purpose. Grave breaches of human rights and of international humanitarian law, amounting to international crimes, are not at all acts *jure imperii*. They are antijuridical acts, they are breaches of jus cogens, that cannot simply be removed or thrown into oblivion by reliance on State immunity. This would block the access to justice, and impose impunity. It is, in fact, the opposite that should take place: breaches of jus cogens bring about the removal of claims of State immunity, so that justice can be done". CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade*. Haia: CIJ, 2012. p. 133. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

vigente. Portanto, quando criticou a decisão da maioria por conduzir à "desconstrução do *jus cogens*", privando-o de seus efeitos e consequências legais, Trindade estava defendendo aplicação rigorosa de um conceito tecnicamente definido, não propondo sua diluição mediante extensão a categorias mais amplas.

A mobilização do voto dissidente de Cançado Trindade pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 954.858, que originou a Tese 944, constitui operação discursiva que distanciou significativamente a proposta original formulada pelo juiz brasileiro em 2012 da exceção efetivamente estabelecida pela Corte brasileira em 2021-2022. O voto condutor do Ministro Edson Fachin, relator do caso, adotou explicitamente argumentação de Trindade mediante citações diretas e paráfrases extensas, recuperando a tese de *delicta imperii*, fundamento *pro homine* e crítica à separação procedimental/substantiva mantida pela maioria da CIJ. Fachin qualificou decisão majoritária da CIJ como "demasiadamente formalista e conservadora", caracterização que reproduzia exatamente crítica formulada por Trindade e segmentos da doutrina humanista. Adicionalmente, a expressão emblemática "um crime é um crime, independentemente de quem o comete", cunhada por Trindade para sintetizar premissa de universalidade da responsabilidade por crimes internacionais, foi mobilizada por Fachin como fundamento retórico central para afirmar que imunidade deve ceder diante de atos atentatórios a direitos humanos. Essa adoção não foi meramente ornamental ou subsidiária, mas constituiu estrutura argumentativa principal mediante a qual o STF justificou ruptura com o costume internacional vigente e precedentes domésticos anteriores que haviam reconhecido imunidade absoluta para *acta jure imperii*.

A descontextualização crítica operada pelo STF manifesta-se em três dimensões fundamentais que revelam a distância entre proposta de Trindade e a exceção estabelecida pela Tese 944. A primeira dimensão concerne à omissão deliberada do caráter minoritário e explicitamente rejeitado da posição de Trindade. O STF não enfatizou que Trindade foi vencido por maioria expressiva de doze votos a três, nem explicitou que decisão majoritária da CIJ, aprovada por representantes de quinze Estados incluindo membros permanentes do Conselho de Segurança e potências econômicas globais, constituía declaração autorizada do costume internacional vigente em 2012. Ao contrário, a maioria do STF apresentou voto dissidente como se refletisse a tendência consolidada ou o costume emergente, construindo narrativa segundo a qual Brasil estaria "acompanhando evolução internacional" ao adotar posição de Trindade. O Ministro Fachin argumentou, ademais, que o voto dissidente de Trindade estava mais consonante com diretrizes constitucionais brasileiras, especialmente o princípio da prevalência

dos direitos humanos, estabelecido no artigo 4º, inciso II, da Constituição Federal, mas essa compatibilidade constitucional doméstica não transformava a posição minoritária rejeitada internacionalmente em costume consolidado. Os ministros vencidos, notadamente Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Nunes Marques, alertaram repetidamente que tese vencedora não refletia pensamento majoritário da comunidade internacional e que não caberia ao STF adotar unilateralmente decisões de tal envergadura, violando costume consolidado mediante construção jurisprudencial isolada.

A segunda dimensão da descontextualização, mais substantiva e tecnicamente problemática, refere-se à ampliação dramática do escopo normativo proposto por Trindade. Enquanto Trindade limitou explícita e consistentemente sua proposta a graves violações de direitos humanos e direito internacional humanitário que constituíssem crimes internacionais violadores de normas de *jus cogens*, a Tese 944 em sua versão inicial, proposta por Fachin, estabelecia que "os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição", formulação que omitia completamente qualificadores "graves", "*jus cogens*" ou "crimes internacionais". A redação final, fixada após o julgamento de Embargos de Declaração em 2022, manteve o termo amplo "violação a direitos humanos" apesar de críticas veementes do Ministério Público Federal e Advocacia-Geral da União. Essa ausência do critério de gravidade produziu uma categoria excessivamente ampla e indeterminada, potencialmente abrangendo desde violações reconhecidas como *jus cogens*, como tortura, genocídio e escravidão, até violações trabalhistas, ambientais, econômicas ou outras que poderiam ser caracterizadas como ofensivas a direitos humanos genericamente considerados. O Ministério Público Federal, em pareceres técnicos apresentados durante julgamento de Embargos de Declaração, criticou explicitamente a amplitude da tese, propondo redação alternativa que limitasse exceção a "crimes internacionais que impliquem grave violação aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário", terminologia alinhada com proposta de Trindade e com precedentes internacionais citados pelo próprio STF. O MPF alertou que adoção de formulação mais ampla que "crimes internacionais" seria prejudicial à segurança jurídica, potencialmente causando conflitos diplomáticos e sujeitando Brasil a retaliação internacional mediante aplicação recíproca de exceção igualmente ampla.

O Ministro Fachin, ao responder aos Embargos de Declaração, rejeitou proposta de limitação material, argumentando que "a posição do Plenário da Corte não se restringiu apenas aos crimes de guerra" e que "a alteração do tipo de ilícito causaria maiores dificuldades à aplicação futura e elevaria o nível de insegurança jurídica, por ser o conceito de crime

internacional demasiadamente amplo e divergente na doutrina".[630] Essa justificativa, contudo, invertia a lógica da precisão normativa, pois argumentava que o conceito tecnicamente mais restrito e definido ("crimes internacionais" ou "*jus cogens*") seria mais problemático que categoria genérica e indeterminada ("direitos humanos"), quando a doutrina consolidada e codificações internacionais identificam com razoável precisão quais condutas constituem crimes internacionais ou violações de *jus cogens*. O resultado dessa escolha foi uma exceção substancialmente mais ampla em escopo material que aquela proposta por Trindade, embora limitada territorialmente mediante requisito "dentro do território nacional", adicionado nos Embargos de Declaração para evitar transformação do Brasil em foro universal para litígios baseados em atos cometidos em locais diversos do planeta. Paradoxalmente, a limitação territorial não constava da proposta de Trindade, que enfatizava efeito *erga omnes* das normas de *jus cogens* e não considerava territorialidade requisito central, mas foi incorporada pragmaticamente pelo STF para mitigar riscos de insegurança jurídica gerados pela amplitude material da tese.

A terceira dimensão da descontextualização manifesta-se no uso seletivo de outros precedentes internacionais mobilizados pelo STF para construir narrativa de suposta tendência internacional de relativização. O voto do Ministro Fachin citou casos *Ferrini* e *Distomo* como exemplos paradigmáticos de tribunais nacionais que haviam afastado imunidade estatal com base em violações de *jus cogens*, mas omitiu deliberadamente que essas decisões haviam sido objeto específico do julgamento da CIJ em *Alemanha v. Itália*, no qual Corte Internacional condenou expressamente práticas italiana e grega como violações do direito internacional vigente. A CIJ determinou, por maioria expressiva, que apenas tribunais italianos e gregos haviam mantido esse entendimento, e que precedente grego (*Distomo*) havia sido posteriormente revertido pela própria Suprema Corte Especial grega no caso *Margellos* (2002), demonstrando instabilidade e isolamento dessas tentativas de relativização. Adicionalmente, o STF referiu-se à *Sentenza* 238/2014 da Corte Constitucional Italiana,[631] que recusou cumprir decisão da CIJ alegando conflito com princípios constitucionais fundamentais italianos, como exemplo de "resistência constitucional" que respaldaria posição brasileira. Contudo, a análise

---

[630] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro. Embargante*: Ministério Público Federal. Interpelados: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros; República Federal da Alemanha; União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf.

[631] ITALIA. *Corte Costituzionale*. Sentenza n. 238/2014. Roma, 22 out. 2014. Disponível em: https://www.cortecostituzionale.it/actionSchedaPronuncia.do?anno=2014&numero=238. Acesso em: 10 jan. 2026.

do STF não abordou criticamente as consequências geopolíticas dessa resistência italiana, notadamente fato de que Alemanha voltou a acionar Itália perante CIJ em 2022 precisamente devido à persistência italiana em violar costume internacional, e que Itália enfrenta isolamento diplomático e pressões internacionais significativas resultantes de sua posição.

O voto dissidente de Cançado Trindade na Corte Internacional de Justiça não constitui excepcionalidade isolada no panorama jurisprudencial internacional, mas insere-se em padrão recorrente segundo o qual juízes minoritários em tribunais internacionais e regionais têm defendido prevalência de normas de *jus cogens* sobre imunidade estatal, posições consistentemente rejeitadas pelas respectivas maiorias. A Corte Europeia de Direitos Humanos enfrentou controvérsia análoga em casos *Al-Adsani v. Kuwait* (2001)[632] e *Jones v. United Kingdom* (2014)[633], nos quais os votos dissidentes articularam argumentação baseada em hierarquia normativa similar àquela posteriormente desenvolvida por Trindade, mas foram igualmente derrotados por maiorias que mantiveram a imunidade estatal mesmo em face de alegações de tortura. Essa recorrência de votos minoritários defendendo a relativização da imunidade, confrontados com decisões majoritárias que preservam costume tradicional, revela não emergência de costume novo, mas a persistência de uma tensão não resolvida entre visões estadocêntricas tradicionais e perspectivas humanistas progressistas do direito internacional. A análise dessas dissidências paralelas e das razões pelas quais não constituem costume consolidado é essencial para compreensão adequada das limitações metodológicas da abordagem adotada pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro.

O caso *Al-Adsani v. Kuwait*, decidido pela Corte Europeia de Direitos Humanos em 21 de novembro de 2001,[634] apresenta votação extremamente dividida (nove votos a oito) que demonstra a profundidade da divergência sobre questão no âmbito europeu. O demandante, cidadão britânico-kuwaitiano, alegava ter sido submetido a tortura por agentes estatais kuwaitianos, buscando reparação civil perante tribunais britânicos, que reconheceram imunidade absoluta do Kuwait como Estado estrangeiro. A maioria da Corte Europeia concluiu que Reino Unido, ao garantir imunidade ao Kuwait, não havia violado direito de acesso à justiça

---

[632] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Case of Al-Adsani v. The United Kingdom. Application n. 35763/97. Judgment of 21 November 2001. *International Law Reports*, v. 123, p. 24-53, 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59885. Acesso em: 13 set. 2025.

[633] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Case of Jones and Others v. The United Kingdom*. Applications nos. 34356/06 and 40528/06. Judgment of 14 January 2014. Estrasburgo: ECHR, 2014. Voto dissidente da Juíza Kalaydjieva. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-140005. Acesso em: 5 abr. 2026.

[634] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Case of Al-Adsani v. The United Kingdom. Application n. 35763/97. Judgment of 21 November 2001. *International Law Reports*, v. 123, p. 24-53, 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59885. Acesso em: 13 set. 2025.

protegido pelo artigo 6º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, fundamentando-se na ausência de base sólida no direito internacional para concluir que o Estado perde imunidade em ações civis por tortura cometida fora do território do Estado do foro. A Corte reconheceu unanimemente status de *jus cogens* da proibição de tortura, mas determinou que esse reconhecimento não implicava necessariamente afastamento da imunidade procedimental, construção que antecipou argumentação posteriormente adotada pela CIJ em 2012. O voto dissidente conjunto dos Juízes Rozakis e Caflisch, acompanhados pelos Juízes Wildhaber, Costa, Cabral Barreto e Vajić, articulou defesa enfática da teoria da hierarquia normativa, argumentando que aceitação da natureza *jus cogens* da proibição de tortura implica necessariamente que Estado não pode invocar regras hierarquicamente inferiores (imunidade) para evitar consequências de seus atos ilícitos. Segundo essa visão, a regra de imunidade, ao colidir com norma peremptória, torna-se nula e desprovida de efeitos legais, sendo bloqueio procedimental automaticamente suspenso diante da hierarquia superior da norma de *jus cogens*. Os dissidentes criticaram distinção entre procedimentos civis e criminais mantida pela maioria, afirmando que não é natureza do procedimento que determina efeitos de norma *jus cogens*, mas seu caráter peremptório e interação com regras inferiores.

O caso *Jones v. United Kingdom*, decidido pela Corte Europeia em 14 de janeiro de 2014,[635] reafirmou a posição majoritária adotada em *Al-Adsani*, mas em contexto pós-decisão da CIJ em *Alemanha v. Itália,* em que a interpretação conservadora do costume internacional já estava consolidada. Os demandantes buscavam indenização contra a Arábia Saudita e seus agentes por tortura e detenção ilegal, e os tribunais britânicos haviam reconhecido a imunidade tanto do Estado quanto dos agentes estatais. A Corte Europeia, por seis votos a um, utilizou o julgamento da CIJ como autoridade para reafirmar que nenhuma exceção de *jus cogens* à imunidade havia se cristalizado no direito internacional consuetudinário, determinando que Reino Unido não violara direito de acesso à justiça ao conceder imunidade. A Corte reconheceu, assim, a existência de um "estado de fluxo" (*state of flux*) na prática estatal, admitindo tendência ao desenvolvimento de exceção à imunidade de agentes estatais em casos de tortura, mas concluiu que essa tendência não era suficiente para configurar regra de direito internacional vigente. A Juíza dissidente Kalaydjieva questionou a incongruência segundo a qual imunidade é afastada para atividades comerciais, mas mantida firmemente para tortura, estendendo assim

[635] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Case of Jones and Others v. The United Kingdom*. Applications nos. 34356/06 and 40528/06. Judgment of 14 January 2014. Estrasburgo: ECHR, 2014. Voto dissidente da Juíza Kalaydjieva. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-140005. Acesso em: 5 abr. 2026.

a impunidade para violações gravíssimas. Essa crítica minoritária não alterou, contudo, o fato de que a maioria considerava a decisão da CIJ de 2012 como declaração autoritativa do costume internacional, vinculando a interpretação da Convenção Europeia a esse parâmetro.

A natureza jurídica dos votos dissidentes e suas limitações enquanto fontes de direito internacional exigem esclarecimento conceitual rigoroso que desmistifique uso inadequado dessas manifestações minoritárias como fundamento para exceções ao costume vigente. Votos minoritários expressam posições individuais de juízes que, por mais fundamentadas e persuasivas que sejam, não constituem jurisprudência oficial de tribunais nem evidência de costume internacional. A jurisprudência formal de Cortes como CIJ ou Corte Europeia compreende exclusivamente acórdãos e ordens apoiados na fundamentação da maioria, não incluindo opiniões separadas, votos dissidentes ou declarações, que possuem valor interpretativo e crítico, mas não determinam conteúdo da decisão. O ministro Francisco Rezek advertiu que juízes não possuem vocação legislativa, cabendo-lhes somente aplicar normas ao caso concreto, distinção que alcança tanto tribunais domésticos quanto internacionais. O costume internacional, conforme a doutrina dos dois elementos consolidada pela própria CIJ, exige prática estatal generalizada, reiterada, uniforme e duradoura (elemento material) acompanhada de convicção de obrigatoriedade jurídica, a *opinio juris* (elemento psicológico), requisitos que votos dissidentes, por definição, não satisfazem.[636] A prática estatal relevante para formação de costume não é prática de juízes individuais proferindo votos minoritários, mas prática de Estados mediante ações, legislações, posições diplomáticas e aquiescência comportamental, demonstrando consentimento comum das nações.

A função dos votos dissidentes no desenvolvimento do direito internacional situa-se no domínio da evolução progressiva (*de lege ferenda*), não da declaração do direito vigente (*de lege lata*), distinção metodológica fundamental frequentemente negligenciada quando essas manifestações minoritárias são mobilizadas como fundamento para rupturas jurisprudenciais.[637] Juízes dissidentes em tribunais internacionais frequentemente adotam postura de críticos humanistas, defendendo que as Cortes deveriam promover desenvolvimento progressivo do direito internacional em direção a maior proteção de direitos humanos, mesmo quando prática

---

[636] Cf. SENDER, Omri; WOOD, Michael. *Identification of Customary International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2024. DOI: https://doi.org/10.1093/law/9780198848226.001.0001; BESSON, Samantha; D'ASPREMONT, Jean (eds.). *The Oxford Handbook on the Sources of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

[637] Cf. SARMIENTO LAMUS, Andrés Dario. *The proliferation of dissenting opinions in international law*: a comparative analysis of the exercise of the right to dissent at the ICJ and IACtHR. 2020. Tese (Doutorado em Direito Internacional) — Universiteit Leiden, Leiden, 2020. Disponível em: https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/handle/1887/123230. Acesso em: 5 fev. 2026.

estatal majoritária ainda não consolidou essa evolução. O Juiz Ferrari Bravo, dissidente em *Al-Adsani*, lamentou que Corte Europeia havia "perdido grande oportunidade de emitir julgamento corajoso", expressão que revela expectativa frustrada de que tribunal promovesse avanço normativo não respaldado por costume consolidado.[638] Contudo, a Corte Internacional de Justiça e a Corte Europeia adotam consistentemente postura conservadora sobre validade de normas jurídicas, priorizando aplicação do direito existente sobre a promoção do direito desejável, abordagem destinada a reforçar legitimidade institucional mediante respeito ao princípio da legalidade. Argumentos baseados no direito como deveria ser ou em fundamentos morais, por mais persuasivos eticamente, não podem prevalecer sobre direito positivo vigente quando função de tribunal é a adjudicação de disputas segundo normas aplicáveis, não legislação internacional progressiva.

A mobilização pelo Supremo Tribunal Federal do voto dissidente de Trindade como fundamento principal para afastamento da imunidade alemã viola princípios metodológicos fundamentais de determinação de costume internacional e incorre em risco de *cherry-picking*, isto é, a seleção seletiva de precedentes favoráveis mediante omissão deliberada de contexto e de posições majoritárias consolidadas.[639] A identificação de costume internacional exige exame completo de evidências de prática geral e *opinio juris*, processo rigoroso no qual tribunais internacionais tendem a adotar postura conservadora para evitar criação judicial de novas normas não respaldadas por consenso estatal. Confiar exclusivamente em votos dissidentes ou decisões isoladas de tribunais nacionais, como aqueles da Itália e da Grécia condenados pela CIJ, constitui metodologia que seleciona precedentes favoráveis enquanto ignora posição consolidada da comunidade internacional. Os ministros vencidos no STF, particularmente Gilmar Mendes e Marco Aurélio, alertaram que decisões favoráveis à relativização citadas pelo relator expressavam uma opinião de minoria doutrinária e jurisprudencial, insuficiente para estabelecer novo costume internacional. A própria votação apertada no STF (seis votos a cinco) evidenciou a falta de consenso na ordem jurídica nacional, refletindo e amplificando divergência ainda mais pronunciada na esfera internacional.

---

[638] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Case of Al-Adsani v. The United Kingdom. Application n. 35763/97. Judgment of 21 November 2001. *International Law Reports*, v. 123, p. 24-53, 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59885. Acesso em: 13 set. 2025. p. 52

[639] SITARAMAN, Ganesh. *The use and abuse of foreign law in constitutional interpretation*. Harvard Journal of Law & Public Policy, v. 32, n. 2, p. 653–693, 2009. p. 663. Disponível em: https://journals.law.harvard.edu/jlpp/wp-content/uploads/sites/90/2009/03/sitaraman_final.pdf. Acesso em: 05 mar. 2026.

A análise conjugada do contexto geopolítico da decisão da CIJ em 2012, dos limites rigorosos do voto dissidente de Cançado Trindade e das operações de descontextualização empreendidas pelo Supremo Tribunal Federal revela distância estrutural entre a proposta minoritária formulada pelo juiz brasileiro e a exceção efetivamente consagrada pela Tese 944. Trindade, derrotado por maioria expressiva de doze votos a três, articulou proposta de evolução progressiva do direito internacional rigorosamente circunscrita a crimes internacionais e graves violações de direitos humanos que configurassem transgressões de normas de jus cogens, propondo a categoria conceitual de delicta imperii para excluir do alcance da imunidade condutas manifestamente criminosas à luz do direito internacional. O STF, contudo, mobilizou esse voto dissidente mediante tripla operação de descontextualização. Omitiu o caráter minoritário e explicitamente rejeitado da posição de Trindade, apresentando-a como tendência consolidada ou costume emergente. Ampliou dramaticamente o escopo normativo proposto, substituindo a categoria tecnicamente delimitada de "crimes internacionais" e "violações de jus cogens" por formulação genérica e indeterminada de "violação a direitos humanos." Selecionou, ademais, precedentes internacionais favoráveis, como Ferrini, Distomo e a resistência legislativa italiana, sem mencionar que permaneciam geopoliticamente isolados.

Essa instrumentalização discursiva não configurou mera adaptação interpretativa de precedente internacional ao contexto constitucional brasileiro, mas transformação substancial que produziu exceção mais ampla em escopo material que qualquer precedente citado, ainda que limitada territorialmente pelo requisito "dentro do território nacional," adicionado de modo pragmático para mitigar riscos de insegurança jurídica. A recorrência de votos dissidentes em outros tribunais internacionais reforça essa constatação. Na Corte Europeia de Direitos Humanos, os casos *Al-Adsani* e *Jones* registraram opiniões minoritárias que defenderam a hierarquia normativa entre *jus cogens* e imunidade, mas foram igualmente rejeitadas por maiorias que preservaram o costume tradicional. A tensão entre visões humanistas progressistas e a ortodoxia estadocêntrica permanece, portanto, não resolvida, e pertence ao domínio do debate sobre a evolução desejável do direito internacional (*de lege ferenda*), não ao da descrição do costume consolidado (*de lege lata*). A mobilização metodologicamente inadequada de votos minoritários como fundamento principal para ruptura jurisprudencial doméstica, mediante seleção orientada (*cherry-picking*) de precedentes favoráveis em detrimento dos princípios estabelecidos de determinação do costume internacional, consolida isolamento discursivo brasileiro cuja compreensão exige comparação sistemática entre o caso Changri-lá e os

precedentes internacionais invocados pelo STF, análise que revelará as especificidades e singularidades da posição brasileira no cenário geopolítico contemporâneo.

### *2.3.3 ["Terra de ninguém histórica"] Entre o caso Changri-lá e os precedentes internacionais: especificidades, distinções e o isolamento discursivo brasileiro (2001-2022)*

A narrativa construída pelo Supremo Tribunal Federal segundo a qual a decisão brasileira acompanharia tendência internacional de relativização da imunidade estatal exige confrontação sistemática entre o caso Changri-lá e os precedentes efetivamente invocados como fundamento para a Tese 944. Embora o Ministro Fachin tenha mobilizado decisões de tribunais italianos (Ferrini), gregos (Distomo) e sul-coreanos como evidência de suposto movimento global em direção a uma exceção fundada em violações de direitos humanos, a análise detalhada desses precedentes revela diferenças substantivas em relação à posição brasileira quanto aos fundamentos jurídicos invocados, aos critérios de gravidade estabelecidos, aos requisitos territoriais e, fundamentalmente, às reações internacionais que provocaram. Todos os casos citados pelo STF, sem exceção, referem-se a condutas ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial que os respectivos tribunais nacionais caracterizaram como crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, demonstrando padrão comum de circunscrição a violações gravíssimas tecnicamente qualificadas como crimes internacionais. Os precedentes italiano e grego, ademais, receberam condenação expressa da Corte Internacional de Justiça em 2012, enquanto os casos sul-coreanos provocaram tensões diplomáticas severas com o Japão e instabilidade jurisprudencial doméstica, revelando que essas experimentações jurisdicionais permaneceram geograficamente isoladas e politicamente contestadas, sem configurar costume consolidado ou tendência irreversível.

Este item examina as especificidades e singularidades da posição brasileira mediante três movimentos analíticos complementares que evidenciam a natureza distinta da exceção estabelecida pela Tese 944. O primeiro movimento procede à comparação sistemática multidimensional entre o caso Changri-lá e os precedentes internacionais invocados pelo STF, examinando a natureza dos atos de império envolvidos, o perfil das vítimas, os fundamentos jurídicos mobilizados, os critérios de gravidade estabelecidos, os requisitos territoriais, o status processual, as reações internacionais e a imunidade de execução, análise que revelará como a posição brasileira se apresenta simultaneamente mais ampla em escopo material, ao substituir a categoria técnica de "crimes internacionais" pela formulação genérica "violação a direitos

humanos," e mais restritiva territorialmente, ao condicionar o afastamento da imunidade à ocorrência dos fatos "dentro do território nacional." O segundo movimento volta-se às especificidades técnicas do caso Changri-lá que o distinguem estruturalmente dos precedentes invocados, particularmente a indeterminação normativa resultante da ausência de critério de gravidade, a incerteza probatória quanto à responsabilidade alemã pelo torpedeamento, o anacronismo normativo envolvido na aplicação retroativa de conceitos de direitos humanos consolidados décadas após os fatos de 1943, e a fase processual na qual o STF afastou a imunidade antes de qualquer confirmação de mérito, diferentemente de *Ferrini* e *Distomo*, nos quais condenações definitivas já haviam sido proferidas quando a CIJ apreciou a controvérsia. O terceiro movimento examina o desalinhamento geopolítico brasileiro, demonstrando que a narrativa de "alinhamento imaginado" construída pelo STF contrasta radicalmente com a realidade de isolamento discursivo na qual o Brasil figura como única jurisdição do continente americano a formular exceção tão ampla, adotando posição mais expansiva que a da própria Itália e da Grécia, ambas condenadas pela CIJ, e expondo-se a riscos de reciprocidade negativa, possível ação alemã perante a Corte Internacional de Justiça e isolamento diplomático decorrente de ruptura unilateral com o costume consolidado. Essa análise demonstrará que a distância entre a construção discursiva do STF e a realidade geopolítica internacional constitui elemento central para a compreensão das fragilidades estruturais da Tese 944 e dos desafios que sua implementação enfrentará no cenário internacional contemporâneo.

A comparação multidimensional entre o caso Changri-lá e os precedentes internacionais invocados pelo Supremo Tribunal Federal revela padrão sistemático de divergências que desafiam a narrativa de suposto alinhamento com tendência internacional consolidada. A análise mediante matriz comparativa evidencia que o caso brasileiro, embora tenha mobilizado os precedentes italiano (*Ferrini*), grego (*Distomo*) e sul-coreano como fundamento legitimador, distingue-se estruturalmente de todos eles em dimensões materiais e procedimentais que comprometem a alegada convergência normativa. Quanto à natureza do ato de império, todos os precedentes citados pelo STF referem-se inequivocamente a condutas que os respectivos tribunais nacionais qualificaram tecnicamente como crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, categorias juridicamente definidas segundo o direito internacional humanitário e o Estatuto de Nuremberg. *Ferrini* envolveu a deportação de civil italiano e sua submissão a trabalho forçado em fábricas de munições alemãs, conduta que a *Corte di Cassazione* caracterizou como crime de guerra mediante violação da proibição de trabalho escravo, reconhecida como norma de *jus cogens*. *Distomo* concerniu ao massacre intencional de 218

civis gregos, incluindo idosos, mulheres e crianças, perpetrado como represália por forças de ocupação alemãs e qualificado pelos tribunais gregos como crime de guerra gravíssimo contra população civil protegida. Os casos sul-coreanos referiram-se à exploração sexual sistemática (*comfort women*) e ao trabalho escravo forçado durante a ocupação japonesa, classificados pelo Tribunal do Distrito Central de Seul como crimes contra a humanidade. O torpedeamento do Changri-lá, conquanto tenha resultado na morte de pescadores civis, recebeu do STF caracterização consideravelmente mais ambígua, que oscilou entre as formulações "delito contra o direito internacional da pessoa humana," "violação de direitos humanos" e "ato ilícito," sem especificar com precisão técnica se a conduta configurava crime de guerra segundo os parâmetros do direito internacional humanitário ou violação de norma de *jus cogens*.

No que tange ao fundamento jurídico mobilizado para afastar a imunidade, os precedentes internacionais demonstraram rigor técnico ausente na formulação brasileira. A *Corte di Cassazione* italiana fundamentou o afastamento da imunidade na hierarquia normativa explícita entre normas de *jus cogens* e a regra costumeira de imunidade, sustentando que a deportação e o trabalho forçado violavam o núcleo peremptório do direito internacional, insuscetível de superação por prerrogativa procedimental hierarquicamente inferior. Os tribunais gregos empregaram a teoria da renúncia tácita (*implied waiver*), argumentando que o Estado que viola normas peremptórias presume-se ter renunciado à imunidade, combinada com a tese segundo a qual atos contrários ao *jus cogens* não configurariam exercício legítimo de soberania merecedor de proteção. Os casos sul-coreanos invocaram graves violações de direitos humanos qualificadas como crimes contra a humanidade, mantendo referência específica a categorias reconhecidas de crimes internacionais. A Tese 944, de modo contrastante, estabeleceu fundamento assentado em "violação a direitos humanos," formulação genérica e indeterminada que não especifica quais direitos, qual grau de violação, nem circunscreve o afastamento da imunidade a normas de *jus cogens* ou a crimes internacionais tecnicamente reconhecidos. Essa amplitude terminológica produziu categoria potencialmente expansível, capaz de abranger desde violações reconhecidas como *jus cogens*, como tortura, genocídio e escravidão, até violações de natureza trabalhista, ambiental ou econômica passíveis de caracterização como ofensivas a direitos humanos genericamente considerados.

A dimensão do critério de gravidade revela divergência ainda mais substantiva. Os precedentes *Ferrini*, *Distomo* e sul-coreanos explicitaram que a gravidade extrema e a qualificação técnica como crimes internacionais constituíam requisitos essenciais para o afastamento da imunidade, estabelecendo patamar elevado que distinguia violações gravíssimas

de ilícitos ordinários. A Tese 944, conforme formulada na redação final após os Embargos de Declaração em 2022, não especificou critério de gravidade, rejeitando expressamente a proposta do Ministério Público Federal de limitar a exceção a "crimes internacionais que impliquem grave violação aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário." O Ministro Fachin, ao responder aos Embargos, argumentou que a "posição do Plenário da Corte não se restringiu apenas aos crimes de guerra" e que a limitação material "causaria maiores dificuldades à aplicação futura e elevaria o nível de insegurança jurídica," justificativa que inverteu a lógica da precisão normativa ao sugerir que categoria tecnicamente mais restrita ("crimes internacionais") geraria mais problemas que formulação genérica ("direitos humanos").

A dimensão da territorialidade revela divergência paradoxal que distingue radicalmente a posição brasileira dos precedentes citados. Os casos *Ferrini*, *Distomo* e sul-coreanos não estabeleceram a territorialidade como requisito obrigatório para o afastamento da imunidade, fundamentando-se primariamente na natureza do ato, vale dizer, crime internacional violador de *jus cogens*, independentemente do local de ocorrência. *Ferrini* envolveu captura inicial em território italiano seguida de deportação para a Alemanha, onde o trabalho forçado foi efetivamente executado, sem que a *Corte di Cassazione* restringisse a exceção à imunidade a atos praticados exclusivamente em solo italiano. Os casos sul-coreanos concerniram a atos cometidos durante a ocupação japonesa em território que posteriormente viria a constituir a Coreia do Sul, tampouco condicionando a aplicabilidade da exceção a requisito territorial estrito. A Tese 944, de modo contrastante, incorporou como elemento obrigatório a exigência de que a violação de direitos humanos tenha ocorrido "dentro do território nacional," condição acrescentada mediante Embargos de Declaração em 2022 após críticas do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União sobre o risco de o Brasil converter-se em foro universal para litígios fundados em atos praticados em qualquer parte do mundo. Essa limitação territorial opera como restrição pragmática destinada a mitigar a insegurança jurídica gerada pela amplitude material da tese, mas engendra contradição interna: enquanto o escopo material se apresenta mais amplo que o dos precedentes internacionais, ao abranger qualquer "violação de direitos humanos" em vez de circunscrever-se a crimes internacionais, o escopo territorial revela-se mais restrito, condicionado obrigatoriamente à ocorrência dos fatos em solo nacional, produzindo configuração híbrida sem paralelo direto nos precedentes invocados.

Quanto ao *status* processual, o caso brasileiro apresenta particularidade estrutural que o diferencia substancialmente dos precedentes *Ferrini* e *Distomo*. Os tribunais italianos e gregos já haviam proferido condenações definitivas de mérito contra a Alemanha quando a Corte

Internacional de Justiça apreciou a controvérsia em 2012, de modo que o litígio perante a CIJ concernia à validade dessas condenações à luz do costume internacional sobre imunidade estatal. Luigi Ferrini havia obtido sentença condenatória final determinando o pagamento de indenização pela Alemanha, e as vítimas gregas do massacre de Distomo similarmente dispunham de decisões judiciais transitadas em julgado que reconheciam a responsabilidade alemã e fixavam montantes indenizatórios. O STF, de modo contrastante, afastou a imunidade jurisdicional alemã ainda na fase de conhecimento, antes de qualquer instrução probatória sobre o mérito da responsabilidade pelo torpedeamento do Changri-lá. A decisão brasileira determinou o retorno dos autos à primeira instância para processamento regular, incluindo citação da Alemanha, produção de provas sobre autoria e circunstâncias do torpedeamento e eventual julgamento de mérito quanto à responsabilidade civil. Essa distinção processual carrega implicações substantivas, pois o STF removeu a barreira preliminar da imunidade sem que houvesse confirmação judicial definitiva sobre os fatos alegados, a responsabilidade alemã ou a existência de danos indenizáveis, ao passo que os precedentes italiano e grego já haviam percorrido integralmente a fase cognitiva antes de alcançarem a CIJ.

A dimensão da reação internacional evidencia consequências geopolíticas radicalmente distintas que expõem o isolamento brasileiro. As decisões italianas e gregas provocaram resposta imediata e assertiva da Alemanha, que acionou a Corte Internacional de Justiça em 2008 buscando declaração de que Itália e Grécia haviam violado suas obrigações de respeitar a imunidade jurisdicional alemã. A CIJ, em julgamento proferido em 2012, condenou expressamente as práticas italiana e grega como contrárias ao costume internacional vigente, determinando que a Itália assegurasse o respeito às decisões de seus tribunais que reconhecessem a imunidade alemã e impedisse o ajuizamento de ações judiciais similares no futuro. A Itália, mediante a *Sentenza* 238/2014 de sua Corte Constitucional, desafiou a decisão da CIJ invocando conflito com princípios constitucionais fundamentais, mas essa resistência provocou novo acionamento pela Alemanha perante a Corte em 2022, demonstrando a persistência das tensões diplomáticas e os custos políticos inerentes à manutenção de posição isolada. Os casos sul-coreanos geraram severas tensões diplomáticas com o Japão, incluindo ameaças de retaliação econômica, restrições comerciais e deterioração das relações bilaterais, pressionando os tribunais sul-coreanos a reverterem ou limitarem decisões inicialmente favoráveis às vítimas. O caso Changri-lá, até o presente momento, não provocou reação formal da Alemanha, mas essa ausência não autoriza interpretação de aquiescência ou reconhecimento

da legitimidade da posição brasileira, podendo refletir cálculo estratégico alemão de aguardar eventual condenação de mérito antes de acionar mecanismos de contestação internacional.

A questão da imunidade de execução, frequentemente negligenciada pela literatura, revela-se estruturalmente determinante para a efetividade prática das exceções estabelecidas. Todos os precedentes invocados pelo STF confrontaram o obstáculo da imunidade absoluta de execução, evidenciando que o afastamento da imunidade jurisdicional não assegura a satisfação efetiva de créditos reconhecidos judicialmente. O caso *Ferrini* alcançou a fase executória em território italiano, tendo os tribunais autorizado o registro de hipoteca judicial e medidas de constrição contra a Villa Vigoni, propriedade do Estado alemão situada na Itália; foi precisamente a adoção dessas medidas que levou a Alemanha a acionar a CIJ, a qual, em 2012, declarou que a Itália violara a imunidade alemã ao permitir atos de execução contra bens destinados a funções não comerciais, revertendo as constrições inicialmente autorizadas. As vítimas gregas de Distomo enfrentaram bloqueio em estágio ainda anterior, pois a execução da sentença condenatória exigia, nos termos do artigo 923 do Código de Processo Civil grego, autorização prévia do Ministro da Justiça, que o governo grego recusou por considerações de política externa, tornando a decisão inexequível em solo helênico. Os casos sul-coreanos resultaram igualmente em condenações desprovidas de eficácia executória, com o Japão recusando pagamento voluntário e os tribunais sul-coreanos reconhecendo a impossibilidade de executar sentenças contra propriedade japonesa protegida pela imunidade. A Tese 944 não enfrentou a questão da imunidade de execução, que permanece absoluta no Brasil segundo jurisprudência consolidada do próprio STF, de modo que eventual condenação futura da Alemanha no caso Changri-lá encontrará obstáculo idêntico ao dos precedentes internacionais, qual seja, a impossibilidade de satisfação coercitiva mediante execução patrimonial.

A dimensão da resposta doméstica pós-CIJ revela divergência fundamental entre as trajetórias italiana, grega, sul-coreana e brasileira, contraste que evidencia a singularidade temporal e estratégica da posição adotada pelo Brasil. A Itália, após a condenação pela CIJ em 2012, adotou postura de resistência constitucional mediante a *Sentenza* 238/2014 da Corte Constitucional, que declarou incompatível com a ordem constitucional italiana a norma costumeira internacional de imunidade absoluta quando conflitante com o direito fundamental de acesso à justiça protegido pelos artigos 2º e 24 da Constituição.[640] A Corte argumentou que

[640] Art. 2: "*La Repubblica riconosce e garantisce i diritti inviolabili dell'uomo, sia come singolo, sia nelle formazioni sociali ove si svolge la sua personalità, e richiede l'adempimento dei doveri inderogabili di solidarietà politica, economica e sociale*" (Tradução livre: "A República reconhece e garante os direitos invioláveis do homem,

o reconhecimento da imunidade alemã em casos de crimes de guerra e crimes contra a humanidade perpetrados em território italiano violaria o núcleo essencial dos princípios supremos da ordem constitucional, configurando hipótese de aplicação dos *controlimiti*, barreira intransponível mesmo por normas de direito internacional. Essa decisão não revogou o julgamento da CIJ, que permanece válido no plano internacional, mas estabeleceu que os tribunais italianos, vinculados primariamente à Constituição nacional, deveriam continuar negando a imunidade alemã em casos futuros de natureza similar. A persistência italiana em desafiar a declaração da CIJ provocou novo acionamento pela Alemanha em 2022, demonstrando os custos diplomáticos e jurídicos elevados dessa estratégia de resistência, mas também revelando a determinação de manter a exceção estabelecida domesticamente a despeito da condenação internacional.

A Grécia e a Coreia do Sul percorreram caminhos distintos do italiano, mas igualmente reveladores da fragilidade de exceções estabelecidas unilateralmente por tribunais nacionais. O governo grego, mediante intervenção ministerial, bloqueou a execução das sentenças favoráveis às vítimas do massacre de Distomo, impedindo que as tentativas de penhora de propriedade alemã prosseguissem, postura que a Suprema Corte Especial helênica já sinalizara no caso *Margellos* (2002), ao reverter decisão inferior que negara a imunidade alemã. Após 2012, o alinhamento grego com a posição da CIJ consolidou-se, refletindo cálculo geopolítico segundo o qual a Grécia, como Estado membro da União Europeia e altamente dependente da cooperação econômica europeia, não poderia sustentar confronto prolongado com a Alemanha sobre questão jurídica já decidida por tribunal internacional. Os casos sul-coreanos percorreram trajetória ainda mais instável: o Tribunal do Distrito Central de Seul proferiu decisões iniciais negando a imunidade japonesa em ações movidas por vítimas de exploração sexual e trabalho forçado, provocando reação severa do Japão, que incluiu ameaças de retaliação econômica, restrições comerciais sobre exportações de semicondutores e materiais estratégicos e deterioração generalizada de relações bilaterais já tensas em virtude de disputas históricas sobre a colonização. As pressões diplomáticas e econômicas resultaram em reversões parciais, com alguns tribunais sul-coreanos recuando e reconhecendo a imunidade japonesa em casos

---

seja como indivíduo, seja nas formações sociais em que se desenvolve a sua personalidade, e exige o cumprimento dos deveres inderrogáveis de solidariedade política, econômica e social"). Art. 24: "*Tutti possono agire in giudizio per la tutela dei propri diritti e interessi legittimi. La difesa è diritto inviolabile in ogni stato e grado del procedimento*" (Tradução livre: "Todos podem recorrer à justiça para a tutela dos seus direitos e interesses legítimos. A defesa é direito inviolável em qualquer estado e grau do processo"). Tradução livre. ITÁLIA. *Costituzione della Repubblica Italiana*. Promulgada em 27 dez. 1947. Disponível em: https://www.quirinale.it/allegati_statici/costituzione/costituzione.pdf. Acesso em: 5 mar. 2026.

subsequentes, enquanto outros mantiveram a posição inicial, produzindo jurisprudência contraditória e imprevisível. A divergência entre as respostas italiana, grega e sul-coreana demonstra que mesmo Estados que compartilharam, em momentos distintos, a estratégia de afastamento da imunidade fundada em *jus cogens* reagiram de forma heterogênea à pressão internacional, evidenciando ausência de consenso consolidado sobre a legitimidade da resistência.

A posição brasileira distingue-se fundamentalmente dessas trajetórias em razão de coordenada temporal que inverte a lógica das demais experiências. A Itália, a Grécia e a Coreia do Sul desenvolveram suas respectivas jurisprudências de afastamento da imunidade entre 2000 e 2010, período anterior à decisão definitiva da CIJ que consolidou a interpretação conservadora do costume internacional, e confrontaram-se, a partir de 2012, com o dilema de acatar a condenação superveniente ou preservar a posição doméstica previamente estabelecida, optando por estratégias distintas de resistência, alinhamento ou instabilidade. O STF, de modo contrastante, formulou a exceção à imunidade nove anos depois de a CIJ haver declarado autoritativamente que o costume internacional não reconhecia exceção fundada em violações de *jus cogens* ou direitos humanos, e o fez com pleno conhecimento da condenação das práticas italiana e grega, o que confere à decisão brasileira natureza qualitativamente diversa: não se trata de desafio a pronunciamento internacional superveniente, mas de criação deliberada de exceção em contexto no qual o costume já havia sido consolidado em sentido contrário pelo tribunal competente para declará-lo. Essa ruptura contrasta, ademais, com o próprio comportamento histórico do Brasil em matéria de imunidade. Ao aderir tardiamente em 1989, mediante a decisão no caso Genny de Oliveira, ao costume já consolidado da imunidade relativa para atos de gestão, o país comportou-se como Estado que reconhece e acata prática internacional majoritária, aguardando maturação consuetudinária antes de modificar posição doméstica. A decisão no caso Changri-lá percorreu caminho oposto, adotando posição supostamente vanguardista desprovida de respaldo em prática estatal generalizada ou *opinio juris* consolidada, e cuja narrativa legitimadora, construída mediante citação seletiva dos precedentes *Ferrini*, *Distomo* e sul-coreanos com omissão sistemática dos contextos de rejeição e condenação internacional que os cercam, produz "alinhamento imaginado" que a comparação com os estágios percorridos pelo costume da imunidade relativa, processo que se estendeu ao longo de décadas mediante prática generalizada de dezenas de Estados, codificação em legislações nacionais e cristalização em convenções regionais e multilaterais, revela não encontrar correspondência na realidade normativa contemporânea.

**TABELA 01**

*Dimensões comparativas entre os precedentes internacionais e o caso Changri-lá*

| Dimensão | *Ferrini* (Itália, 2004) | *Distomo* (Grécia, 2000) | Casos sul-coreanos (2021) | Changri-lá (Brasil, 2021–2022) |
|---|---|---|---|---|
| **Natureza do ato** | Deportação e trabalho forçado (crime de guerra) | Massacre de 218 civis (crime de guerra) | Escravidão sexual e trabalho forçado (crime contra a humanidade) | Torpedeamento de barco pesqueiro (qualificação ambígua pelo STF) |
| **Fundamento jurídico** | Hierarquia normativa *jus cogens* sobre imunidade | Renúncia tácita + *jus cogens* | Crimes contra a humanidade (categorias reconhecidas) | "Violação a direitos humanos" (formulação genérica e indeterminada) |
| **Critério de gravidade** | Gravidade extrema exigida: crime internacional | Gravidade extrema exigida: crime internacional | Gravidade extrema exigida: crime internacional | Sem critério de gravidade especificado; proposta restritiva do MPF rejeitada |
| **Territorialidade** | Sem requisito territorial obrigatório (deportação para a Alemanha) | Sem requisito territorial obrigatório | Sem requisito territorial obrigatório | Obrigatório: "dentro do território nacional" (acrescentado em 2022) |
| ***Status* processual** | Condenação definitiva de mérito transitada em julgado | Condenação definitiva de mérito transitada em julgado | Condenações de mérito proferidas | Imunidade afastada antes de instrução probatória sobre o mérito |
| **Reação internacional** | Condenação pela CIJ (2012); novo acionamento alemão (2022) | Condenação pela CIJ (2012) | Tensões diplomáticas severas com o Japão; reversões parciais | Sem reação formal da Alemanha até o momento |
| **Imunidade de execução** | Hipoteca sobre Villa Vigoni autorizada e revertida pela CIJ | Bloqueio ministerial (art. 923 CPC grego) | Condenações inexequíveis; Japão recusa pagamento | Não enfrentada pela Tese 944; permanece absoluta no Brasil |
| **Resposta doméstica pós-CIJ** | Resistência constitucional (*Sentenza* 238/2014; *controlimiti*) | Alinhamento pragmático com a CIJ | Instabilidade: reversões parciais sob pressão diplomática e econômica | Exceção criada 9 anos após a CIJ consolidar costume contrário |

Fonte: produção própria.

Os riscos geopolíticos dessa posição isolada manifestam-se, em primeiro plano, na exposição concreta do Brasil à reciprocidade negativa e à contestação internacional direta. A formulação genérica da Tese 944, ao prescindir de critério de gravidade ou de vinculação a categorias reconhecidas de crimes internacionais, conforme demonstrado na análise comparativa precedente, fornece a qualquer Estado base argumentativa para processar o Brasil por violações de direitos humanos cometidas por agentes estatais brasileiros em seus

respectivos territórios. A ditadura militar brasileira (1964–1985) produziu extensa documentação sobre tortura sistemática, desaparecimentos forçados e repressão violenta praticados tanto em território nacional quanto mediante cooperação com ditaduras vizinhas no contexto da Operação Condor, condutas que inequivocamente configuram violações de direitos humanos segundo standards contemporâneos; atos de forças policiais e militares brasileiras em período recente, incluindo operações com letalidade desproporcional e violência institucional documentada por organismos internacionais, ampliam essa superfície de exposição.[641] A dimensão mais previsível desse risco reside na possibilidade de a Alemanha acionar o Brasil perante a CIJ caso venha a transitar em julgado condenação de mérito no caso Changri-lá, hipótese que o precedente de 2008, quando a Alemanha não hesitou em demandar a Itália em circunstâncias análogas, torna plausível em termos de disposição política, ainda que sua concretização dependa, em termos jurídico-processuais, da superação das conhecidas restrições à jurisdição contenciosa da CIJ em relação ao Brasil,[642] e cujo desfecho, uma vez superada essa barreira, apresenta-se, à luz da decisão de 2012 que permanece como declaração autorizada do costume vigente, previsível em desfavor da posição brasileira. Uma condenação pela CIJ colocaria o Brasil diante do dilema que a Itália já enfrenta desde 2014, obrigando-o a escolher entre acatar a decisão internacional, revertendo a Tese 944, ou adotar estratégia de resistência

[641] Nesse sentido, ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília: CNV, 2014. 3 v. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br. Acesso em: 05 mar. 2026; FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Grupo de Trabalho Operação Condor. *Operação Condor e a Ditadura no Brasil*: análise de documentos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados. Acesso em: 05 mar. 2026; McSHERRY, J. Patrice. *Predatory States*: Operation Condor and Covert War in Latin America. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005; PEREIRA, Anthony W. *Political (In)Justice*: Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

[642] A base jurisdicional para acionamento direto do Brasil pela Alemanha perante a Corte Internacional de Justiça comporta obstáculos específicos que a distinguem substantivamente do caso Alemanha v. Itália. Naquela controvérsia, a jurisdição da Corte fundamentou-se na Convenção Europeia para a Solução Pacífica de Controvérsias, de 29 de abril de 1957, instrumento regional restrito a Estados-membros do Conselho da Europa do qual o Brasil não é parte. O Brasil, por sua vez, não aceitou a jurisdição obrigatória da Corte nos termos do artigo 36, parágrafo 2, de seu Estatuto, tendo denunciado em 1926 a declaração feita em 1921 e jamais renovado tal aceitação. Inexiste, ademais, tratado bilateral ou multilateral em vigor entre Brasil e Alemanha que contenha cláusula compromissória aplicável especificamente a controvérsias sobre imunidade de jurisdição. O acionamento efetivo do Brasil perante a CIJ dependeria, portanto, de celebração de compromisso ad hoc, de aceitação da competência por *forum prorogatum* ou de invocação de cláusula compromissória de tratado multilateral do qual ambos sejam partes e cuja matéria abranja a controvérsia em causa, hipóteses cuja concretização exige concorrência de circunstâncias processuais específicas. A ausência de base jurisdicional manifesta não elimina a dimensão de risco geopolítico examinada, mas desloca sua materialização para vias alternativas de contestação internacional, notadamente o protesto diplomático formal, a pressão multilateral no âmbito de organismos internacionais e a consolidação do caso como precedente negativo na prática estatal, vias que produzem custos diplomáticos e reputacionais significativos ainda que distintos daqueles resultantes de condenação pela Corte Internacional de Justiça.

constitucional com custos políticos e reputacionais cuja magnitude a experiência italiana permite dimensionar.

Em segundo plano, a posição brasileira engendra riscos estruturais e difusos de isolamento diplomático potencializados pela indeterminação normativa da própria tese. Os principais parceiros comerciais e políticos do Brasil, notadamente Estados Unidos, União Europeia e China, mantêm regimes de imunidade relativa que não reconhecem exceção ampla fundada em violações genéricas de direitos humanos, de modo que a divergência brasileira projeta percepção de imprevisibilidade jurídica capaz de afetar a confiança de investidores estrangeiros e governos parceiros quanto à confiabilidade do país como ator previsível no sistema internacional. Essa percepção agrava-se pela ausência de lista taxativa ou critério objetivo de gravidade na formulação da Tese 944, lacuna que contrasta radicalmente com as abordagens adotadas pelas legislações nacionais examinadas neste capítulo, as quais enumeram exceções específicas e tecnicamente delimitadas, e com a própria Convenção da ONU de 2004, que, embora não tenha incorporado exceção para *jus cogens*, estabeleceu exceções precisamente definidas. Os ministros vencidos no STF, particularmente Gilmar Mendes, alertaram para o risco de "banzeiro jurídico" resultante da adoção de tese indeterminada mediante construção jurisprudencial unilateral, argumentando que o Brasil não detém competência para criar costume internacional mediante decisão doméstica isolada, advertência que as manifestações da Advocacia-Geral da União e do Itamaraty durante o julgamento, favoráveis à manutenção da imunidade para atos de império, haviam antecipado em termos convergentes.

A construção discursiva operada pelo Supremo Tribunal Federal em torno da Tese 944 articula narrativa que apresenta a decisão como alinhamento natural com a evolução progressiva do direito internacional em direção à centralidade da pessoa humana. O Ministro Edson Fachin fundamentou o voto condutor na dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal), no direito fundamental de acesso à justiça (artigo 5º, inciso XXXV) e no princípio da prevalência dos direitos humanos como vetor das relações internacionais brasileiras (artigo 4º, inciso II), argumentando que o Brasil possuiria compromisso constitucional ativo de defender valores humanistas mediante exercício jurisdicional que provesse reparações justas a vítimas de atrocidades. Essa narrativa conectou a Tese 944 a suposta tradição brasileira pró-direitos humanos, evidenciada pela proposta de criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos formulada pela delegação brasileira na Conferência de Bogotá em 1948, pela ratificação de tratados internacionais de proteção e pela participação ativa

na elaboração do Estatuto de Roma, apresentando a decisão como retorno à "verdadeira tradição jurídico-diplomática brasileira," temporariamente interrompida durante o ciclo autoritário da década de 1970, e como superação definitiva de resquícios do período ditatorial mediante afirmação do compromisso humanista da ordem constitucional vigente.

A contranarrativa articulada pelos cinco ministros vencidos, pelas petições da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República, e por segmentos significativos da doutrina especializada contestou cada um desses pilares. O Ministro Gilmar Mendes alertou que a submissão coercitiva de Estado estrangeiro à jurisdição brasileira violaria os princípios constitucionais da igualdade entre Estados e da defesa da paz (artigo 4º, incisos V e VI), comprometendo potencialmente a independência nacional ao provocar retaliações de Estados afetados. O Ministro Alexandre de Moraes advertiu que a criação de exceções mediante construção jurisprudencial configuraria usurpação de função legislativa, em violação da separação de poderes estabelecida no artigo 2º da Constituição, e o Ministro Marco Aurélio criticou o afastamento da imunidade fundado em "razões de ordem emocional," alertando que "inventar nova roda" produziria "desordem descoordenada de fatos individuais" prejudicial à estabilidade do sistema jurídico. A AGU e a PGR convergiram com os ministros dissidentes, manifestando-se pela manutenção da imunidade absoluta para atos de império; a PGR opinou que a "imunidade de jurisdição do Estado soberano não comporta exceção quando se trata de atos praticados em ofensiva militar em período de guerra," e a AGU expressou preocupação específica de que o Brasil pudesse enfrentar ação perante a CIJ em moldes análogos àquela movida contra a Itália, advertência cujas implicações concretas a análise dos riscos geopolíticos, desenvolvida acima, permitiu dimensionar. A convergência entre ministros vencidos, órgãos do Poder Executivo e doutrina especializada em torno da ausência de respaldo consuetudinário e dos riscos de reciprocidade negativa contrasta com a estreiteza da maioria de seis votos a cinco, circunstância que, somada à indeterminação normativa da formulação aprovada, conforme examinada nas seções sobre critério de gravidade e territorialidade, fragiliza a pretensão de estabilidade da Tese 944 e realça a distância entre a autoproclamação de vanguarda humanista e as condições efetivas de sustentação da exceção no plano internacional.

A comparação com outras decisões progressistas proferidas pelo STF ilumina distinção fundamental negligenciada na análise da Tese 944. O Supremo possui histórico de decisões transformadoras na proteção de direitos fundamentais, entre as quais o reconhecimento da união homoafetiva, a interrupção da gestação de fetos anencéfalos, a descriminalização do uso pessoal de drogas e a proteção de comunidades quilombolas. Essas decisões, controversas e objeto de

intenso debate político, compartilham característica comum, qual seja, todas configuraram rupturas no direito interno, modificando a interpretação de normas constitucionais ou ordinárias brasileiras sem afetar relações interestatais ou costume consolidado no plano externo. A decisão no caso Changri-lá operou em registro qualitativamente diverso, pois a ruptura incidiu sobre norma de direito internacional público com consequências geopolíticas imediatas, afetando a soberania de Estado estrangeiro e compelindo o Poder Executivo a administrar no plano externo os efeitos de interpretação judicial cuja formulação lhe escapou. Essa tensão estrutural entre Judiciário e Executivo revela dimensão frequentemente subestimada da Tese 944: o Itamaraty, tradicionalmente responsável pela condução das relações internacionais, encontra-se obrigado a sustentar posição estabelecida unilateralmente pelo STF sem haver participado de sua formulação nem podido avaliar adequadamente os custos diplomáticos dessa ruptura, circunstância que inverte a lógica institucional observada em 1989, quando a adesão do STF à imunidade relativa no caso Genny de Oliveira, fundamentada em leitura sobre a evolução do costume internacional, convergiu de espontaneamente com a orientação adotada pelo Itamaraty, produzindo alinhamento institucional entre Judiciário e Executivo na mesma direção do costume internacional então majoritário. As implicações teóricas e práticas dessa inversão, bem como os instrumentos de contenção disponíveis para mitigar a indeterminação normativa da Tese 944, constituem objeto do capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 03. ALÉM DA FRONTEIRA: O QUE RESTA DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO NO BRASIL?

Os dois capítulos anteriores percorreram caminhos complementares que, juntos, constituem o substrato empírico e contextual sobre o qual se ergue a análise crítica ora proposta. O primeiro reconstruiu o percurso histórico e jurídico do Caso Changri-lá, desde a narrativa imprecisa produzida pelo Tribunal Marítimo — marcada por lacunas probatórias, inconsistências cronológicas e uma explicação predominantemente conjetural — até a fixação da Tese 944 pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, estabelecendo que "os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição. A análise dos votos proferidos revelou não apenas as ambivalências internas do acórdão — a votação apertada de seis a cinco, as assimetrias entre os votos vencedores e vencidos, a confusão recorrente entre categorias como *jus cogens* e direitos humanos —, mas, sobretudo, a abertura semântica radical da tese firmada, cuja redação não circunscreveu a exceção a graves violações, a crimes internacionais ou a normas imperativas, optando por fórmula genérica cujos efeitos ainda permanecem em disputa. O segundo capítulo, por sua vez, deslocou a unidade de análise do caso concreto para o contexto geopolítico mais amplo no qual ele se insere. Ao localizar o Brasil na dinâmica histórica da imunidade estatal, examinou-se, a partir dos marcos temporais de 1943, 1999 e 2016, como a prática brasileira transitou da adesão tardia à imunidade relativa para atos de gestão — em estrita conformidade com o costume internacional majoritário — a uma ruptura unilateral com esse mesmo costume para atos de império, sem respaldo consolidado na jurisprudência dominante, nas codificações multilaterais ou na prática estatal generalizada. A contextualização demonstrou que as exceções legislativas existentes operavam mediante critérios taxativos e rigorosamente delimitados, jamais invocando "direitos humanos" como categoria genérica ou indeterminada, e que as tentativas jurisprudenciais fragmentadas de tribunais italianos, gregos e sul-coreanos não apenas permaneceram geograficamente isoladas, como foram substancialmente rejeitadas pela Corte Internacional de Justiça no caso *Alemanha v. Itália* (2012), por maioria expressiva de doze votos a três.

Estabelecidos, portanto, o percurso argumentativo interno ao caso e o contexto geopolítico externo no qual a Tese 944 se inscreve, o presente capítulo volta-se ao terceiro e último objetivo específico desta pesquisa: interpretar criticamente as consequências jurídicas e geopolíticas da decisão, sobretudo no que tange aos efeitos da indeterminação dos "direitos

humanos" como fundamento normativo, bem como apontar possíveis caminhos de contenção. Se, nos capítulos precedentes, a tarefa consistiu em demonstrar *o que* o STF decidiu e *em contexto* o fez, cumpre agora enfrentar a questão que organiza todo este capítulo e que, a meu ver, constitui o núcleo problemático de toda a tese: *o que resta da imunidade de jurisdição no Brasil após a Tese 944?* Trata-se de uma pergunta que não se esgota no plano dogmático — embora o pressuponha —, pois se projeta sobre o campo das relações internacionais do país, sobre a segurança jurídica nas interações com Estados estrangeiros e sobre a própria coerência do ordenamento jurídico brasileiro, que passa a abrigar, no âmbito da repercussão geral, uma exceção cujos contornos nenhum intérprete será capaz de antecipar com segurança mínima. Não me parece exagero afirmar que, ao fixar a Tese 944, o Supremo Tribunal Federal produziu menos uma norma do que uma promessa. Uma fórmula que simula densidade jurídica, mas cuja operatividade depende inteiramente de valorações casuísticas futuras, realizadas por instâncias inferiores que não participaram da construção do precedente e que terão diante de si um enunciado semanticamente aberto sem o acervo interpretativo que o sustentaria.

Para enfrentar essa questão, o capítulo articula, de modo convergente, as categorias teóricas que orientam esta pesquisa com o material empírico reconstituído nos capítulos precedentes. O referencial de Martti Koskenniemi — notadamente as noções de apologia, utopia e indeterminação estrutural, formuladas em *From Apology to Utopia* (1989) e desenvolvidas em *The Politics of International Law* (2011) — deixa de operar como moldura de fundo e passa a funcionar como instrumento analítico aplicado diretamente à fórmula normativa fixada pelo STF, aos seus fundamentos, às suas lacunas e às suas consequências. A essa perspectiva soma-se a noção de vernacularização do direito internacional, desenvolvida por Sally Engle Merry e Peggy Levitt, que permite compreender como discursos jurídicos globais — no caso, o vocabulário dos direitos humanos — são recepcionados, traduzidos e, por vezes, instrumentalizados por atores locais, adquirindo significados distintos daqueles que possuíam nos contextos originais de produção. A combinação dessas duas lentes teóricas não é arbitrária; ao contrário, responde a uma exigência do próprio objeto. A Tese 944 só pode ser adequadamente compreendida se examinada, a um só tempo, pela gramática interna do discurso jurídico internacional — que revela sua oscilação entre concretabilidade e normatividade — e pelo processo de tradução cultural mediante o qual o Brasil importou categorias globais para legitimar uma decisão cuja singularidade o cenário internacional não ampara. O terceiro capítulo é, por conseguinte, o momento em que a tese assume com maior clareza a sua dimensão autoral. Se nos capítulos anteriores a reconstrução histórica e a contextualização geopolítica

exigiam, predominantemente, uma postura descritiva e analítica — ainda que permeada por reflexões críticas —, aqui a análise avança para o terreno da interpretação teórica e da proposição, espaço em que as escolhas conceituais e os posicionamentos desta pesquisadora tornam-se inevitavelmente mais visíveis.

A estrutura do terceiro capítulo desdobra-se em três subcapítulos, organizados segundo uma progressão argumentativa deliberada. O primeiro — *Nem apologia, nem utopia: a exceção como ficção normativa* (3.1) — constitui o núcleo teórico-analítico de toda a tese. A partir das categorias de Koskenniemi, submeto a Tese 944 a um duplo teste de validade discursiva, verificando, inicialmente, se a decisão satisfaz o requisito de *concretabilidade* — próprio do padrão ascendente de justificação, que Koskenniemi denomina apologia — e, em seguida, se satisfaz o requisito de normatividade — próprio do padrão descendente, a utopia. A progressão argumentativa opera como um silogismo negativo por eliminação: demonstra-se, em primeiro lugar, que a Tese 944 não se ancora no direito como ele *é (lex lata)*, pois rompe deliberadamente com o costume internacional vigente, com a decisão da CIJ de 2012 e com a prática estatal majoritária que ainda preserva a imunidade absoluta para atos de império — o que significa dizer que a decisão não satisfaz o requisito de concretabilidade e, portanto, não opera no registro apologético. Demonstra-se, em segundo lugar, que a tese tampouco projeta coerentemente o direito como ele *deveria ser (lex ferenda)*, pois carece de três condições essenciais a qualquer projeto utópico genuíno: (a) coerência interna: ao substituir categorias densas como *jus cogens* e crimes internacionais pela expressão genérica "violação a direitos humanos", dissolve o núcleo normativo da exceção; (b) universalizabilidade:[643] a inclusão pragmática do requisito territorial nos embargos de declaração revela que o próprio STF reconheceu, implicitamente, que a tese não resiste ao teste de reciprocidade; e (c) efetividade prospectiva: a barreira estrutural da imunidade absoluta de execução transforma a promessa de reparação em gesto simbólico desprovido de consequência material. Dessa dupla insuficiência emerge a categoria de *ficção normativa*, contribuição analítica central deste subcapítulo: uma construção que se apresenta com a forma linguística de norma — estrutura sintática imperativa, efeito vinculante *erga omnes* em sede de repercussão geral —, mas que carece do conteúdo semântico

[643] A universalizabilidade, enquanto princípio moral, exige que uma máxima de conduta só seja considerada válida se puder ser racionalmente desejada como lei universal aplicável a todos os agentes em circunstâncias semelhantes. O conceito foi originalmente formulado por Kant e, posteriormente, desenvolvido por R.M. Hare. Cf. KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 59 e ss.; HARE, Richard Mervyn. *Freedom and Reason*. Oxford: Clarendon Press, 1963, p. 10-30. Para uma análise aprofundada do princípio no contexto da filosofia moral contemporânea, ver também: HARE, R.M. *Moral Thinking: Its Levels, Method, and Point*. Oxford: Clarendon Press, 1981; e ALEXY, Robert. *Teoria da Argumentação Jurídica*. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001, p. 83-91.

mínimo que permitiria sua aplicação previsível, operando por simulação de precisão, de vinculação e de fechamento argumentativo.

O segundo subcapítulo — Fora do tabuleiro: quando a exceção não encontra seus pares (3.2) — desloca a análise para o plano comparativo e geopolítico. Se o subcapítulo anterior examinou a Tese 944 à luz da gramática interna do discurso jurídico internacional, revelando sua indeterminação estrutural, este a confronta com o contexto externo: a posição dos demais Estados, as respostas das cortes internacionais e as implicações diplomáticas de uma exceção que não encontra correspondência na prática estatal contemporânea. Trata-se de avaliar, com o auxílio da noção de vernacularização, o grau de isolamento discursivo do Brasil e as consequências de sustentar, unilateralmente, uma posição que o costume internacional não ampara e que, como demonstrado no segundo capítulo, os próprios precedentes estrangeiros invocados pelo STF não sustentam nos termos em que a Corte brasileira os mobilizou. A indagação que atravessa este subcapítulo consiste, em última instância, em uma indagação sobre legitimidade. Pode o Brasil, por meio de decisão judicial doméstica, redesenhar os limites do regime internacional da imunidade estatal sem que os demais atores do sistema reconheçam essa pretensão? E, caso possa, a que custo?

O terceiro e último subcapítulo — *Ao vencedor, as batatas: o fim não declarado da imunidade de jurisdição* (3.3) — enfrenta as consequências práticas, institucionais e sistêmicas da indeterminação normativa constitutiva da Tese 944, projetando seus efeitos sobre o ordenamento jurídico brasileiro e sobre as relações internacionais do país. O título, tomado emprestado da célebre expressão machadiana, sugere que a vitória argumentativa da corrente vencedora no STF — aquela que logrou fixar a exceção à imunidade com base em "direitos humanos" — pode revelar-se, na prática, uma vitória de Pirro.[644] Ao adotar categoria radicalmente aberta e semanticamente indeterminada como fundamento da exceção, a Corte pode ter produzido, ainda que involuntariamente, o esvaziamento funcional do próprio instituto da imunidade de jurisdição no ordenamento brasileiro. Se "violação a direitos humanos" constitui fundamento suficiente para afastar a imunidade de jurisdição mesmo para atos de império, o que resta, funcionalmente, dessa prerrogativa no direito brasileiro? Este subcapítulo examina o risco de dissolução da imunidade como instituto operativo, os efeitos dessa dissolução sobre a segurança jurídica nas relações exteriores do país e sobre a distribuição

[644] A expressão "vitória de Pirro" alude ao Rei Pirro do Épiro (318–272 a.C.), que, após derrotar os romanos na Batalha de Ásculo (279 a.C.), declarou, conforme relato de Plutarco: "mais uma vitória como esta e estaremos completamente perdidos". A frase designa, desde então, uma conquista cujo custo é tão elevado que equivale, na prática, a uma derrota. Cf. PLUTARCO. Vidas paralelas: Alexandre e César; Pirro e Mário. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edipro, 2015. (Vida de Pirro, 21, 9).

constitucional de competências entre Executivo e Judiciário em matéria de política externa, bem como as possíveis vias de contenção normativa — legislativas, jurisprudenciais ou interpretativas — que permitiriam reequilibrar a equação entre proteção de direitos humanos, de um lado, e estabilidade do regime de imunidade estatal, de outro.

Ao final deste capítulo, espera-se ter demonstrado que a Tese 944 não constitui, como frequentemente se afirma nos votos vencedores e em parte da doutrina que a acolheu de forma acrítica, mera evolução progressiva do direito internacional recepcionada de forma pioneira pelo Brasil, tampouco representa alinhamento com suposta tendência internacional emergente de subordinação da imunidade estatal a considerações substantivas de proteção de direitos humanos. Sustentarei, ao contrário, que se trata de ruptura discursiva singular, cujas implicações jurídicas, institucionais e geopolíticas exigem enfrentamento crítico rigoroso, sob pena de que a pretensa vanguarda brasileira em matéria de direitos humanos se converta, paradoxalmente, no esvaziamento do próprio instituto que se pretendia apenas relativizar, com consequências imprevisíveis para a inserção do país no sistema internacional e para a proteção efetiva das vítimas que a decisão afirma tutelar.

## 3.1 Nem apologia, nem utopia: a exceção como ficção normativa

A análise aqui proposta submete a Tese 944 a um duplo teste de verificação normativa a partir das categorias de Koskenniemi. A progressão argumentativa opera como silogismo negativo por eliminação. Demonstro que a decisão não satisfaz o requisito de *concretabilidade* porque rompe com o costume internacional consolidado. Ao mesmo tempo, sustento que tampouco atende ao requisito de normatividade porque carece de densidade conceitual e delimitação categorial suficientes. Dessa dupla insuficiência emerge a noção de ficção normativa como categoria explicativa da exceção brasileira. O subcapítulo desdobra-se em três seções: (a) a primeira examina a ruptura com o padrão ascendente de justificação; (b) a segunda analisa a promessa normativa sem densidade conceitual; e (c) a terceira articula os resultados anteriores para desenvolver o conceito de ficção normativa aplicado à Tese 944.

### *3.1.1 "Nem apologia": a ruptura com o padrão ascendente de justificação*

O argumento central desta seção consiste em demonstrar que a Tese 944 não opera no registro apologético. Isso significa que a decisão do Supremo Tribunal Federal rompeu

deliberadamente com o padrão ascendente de justificação jurídica, afastando-se da derivação da norma a partir do comportamento, da vontade e dos interesses efetivos dos Estados. Para demonstrá-lo, procedo em cinco movimentos analíticos. Inicio pela reconstrução conceitual do polo apologético em Koskenniemi, situando-o como categoria teórica antes de aplicá-lo ao caso concreto. Em seguida, recupero a tradição apologética que orientou a prática brasileira no campo da imunidade de jurisdição, evidenciando a postura de deferência cautelosa ao costume internacional que prevaleceu desde o início do século XX até a véspera do julgamento do ARE 954.858. Na terceira parte, examino como o voto condutor do Ministro Fachin abandona esse padrão ao fixar a exceção à imunidade sem ancorá-la em tratado, prática estatal generalizada ou *opinio juris* consolidada. A quarta parte analisa os votos vencidos como expressão de resistência ao abandono do requisito de *concretabilidade*. Por fim, problematizo a natureza da ruptura promovida pela Tese 944, indagando se o STF efetivamente transcendeu o registro apologético ou se apenas substituiu uma apologia por outra, trocando a deferência ao costume internacional pela instrumentalização do texto constitucional doméstico.

A reconstrução conceitual do polo apologético na obra de Martti Koskenniemi exige que se compreenda, antes de tudo, a arquitetura binária que sustenta todo o argumento jurídico internacional moderno. Em *From Apology to Utopia*,[645] Koskenniemi propõe que o direito internacional, para reivindicar uma identidade distinta da política e da moralidade natural, precisa satisfazer simultaneamente dois requisitos contraditórios. De um lado, deve apresentar-se como *normativo*, capaz de vincular os Estados independentemente de suas preferências políticas imediatas, de modo a não se confundir com mera descrição sociológica do poder. De outro, deve revelar-se *concreto*, ou seja, verificável por referência ao comportamento, à vontade e aos interesses efetivos dos Estados, a fim de não se converter em moralidade especulativa. Um direito que carecesse de distância em relação à conduta estatal equivaleria a uma apologia não normativa, mera descrição sociológica. Um direito que se fundasse em princípios desvinculados da prática pareceria utópico, incapaz de demonstrar seu conteúdo de forma confiável. A identidade do direito internacional depende, portanto, da manutenção simultânea desses dois requisitos que, como demonstra Koskenniemi, tendem a anular-se reciprocamente.[646]

---

[645] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17.

[646] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17.

A apologia corresponde ao que Koskenniemi denomina *ascending pattern of justification*, o padrão ascendente de justificação jurídica.[647] Nesse registro, a ordem e a obrigação internacionais derivam-se do comportamento, da vontade ou do interesse concreto dos Estados. Trata-se do direito como ele "é" (*lex lata*), cuja validade se verifica pela proximidade com a prática estatal efetiva. O jurista que opera nesse polo busca a *concretude* do direito, procurando demonstrar que as normas internacionais não constituem abstrações morais, mas criações artificiais, socialmente verificáveis e enraizadas na realidade factual das relações interestatais. O ponto de partida reside na existência dada dos Estados soberanos, cujos atos legislativos, tratados e costumes formam o conteúdo do sistema jurídico. A soberania, sob esse prisma, funciona como um fato que se impõe ao direito pelo mundo dos fatos, algo que o direito deve reconhecer, mas não consegue controlar.[648] O padrão ascendente funda-se, portanto, em uma leitura empirista e voluntarista do fenômeno jurídico, segundo a qual não há norma anterior ao sujeito, e a norma só existe porque foi criada, aceita ou praticada pelos próprios destinatários.

Esse padrão ascendente não constitui mero acidente argumentativo. Configura uma exigência do princípio liberal da subjetividade do valor,[649] pilar do pensamento moderno que Koskenniemi situa historicamente na tradição que vai de Thomas Hobbes a Emer de Vattel. Segundo esse princípio, não existe ordem moral natural pré-existente aos sujeitos. Os valores mostram-se subjetivos e não há consenso objetivo sobre o que se pode considerar "bom" ou "justo" em termos universais. O direito, portanto, não se deixa deduzir de ideais morais superiores ou de uma razão natural transcendente. Em um mundo de valores subjetivos, os Estados, como indivíduos na analogia doméstica liberal, devem presumir-se livres e iguais. Disso decorre que nenhuma norma se revela legítima se não puder rastrear-se até o consentimento ou a prática dos sujeitos aos quais se aplica. A igualdade soberana não representa, nesse quadro, apenas mais uma norma passível de ponderação com outras considerações. Apresenta-se como consequência estrutural da premissa liberal de que, sendo os valores subjetivos, não existe justificativa objetiva para estabelecer distinções entre Estados ou para impor a vontade de uns sobre a de outros. Qualquer tentativa de fazê-lo parecerá, inevitavelmente, coerção injustificada. A busca pela concretabilidade funciona, assim, como mecanismo de proteção contra o arbítrio interpretativo. Ao ancorar o direito no que os Estados

---

[647] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 58-60.
[648] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 228-232.
[649] KOSKENNIEMI, Martti. The Politics of International Law. *European Journal of International Law*, v. 1, n. 1, p. 4-32, 1990. p. 7.

efetivamente fazem e querem, o jurista procura apresentar-se como objetivo e neutro, evitando que suas próprias preferências políticas contaminem a identificação do conteúdo normativo.[650]

O risco constitutivo da apologia reside, todavia, precisamente no que constitui sua promessa. Ao tentar apresentar-se como o mais concreto possível para evitar a utopia, o discurso apologético acaba por sacrificar a dimensão normativa do direito. Para que o direito funcione propriamente como "direito", ele precisa mostrar-se capaz de opor-se à vontade do Estado, servindo de base para a crítica de condutas e para o constrangimento do exercício do poder soberano. O requisito de normatividade exige que as normas jurídicas possam invocar-se independentemente das preferências políticas do sujeito ao qual se aplicam. Koskenniemi formula essa exigência em termos precisos ao afirmar que "*legal rules whose content or application depends on the will of the legal subject for whom they are valid are not proper legal rules at all but apologies for the legal subject's political interest*".[651] A formulação revela-se crucial para a análise que empreendo nesta seção. Se o conteúdo da regra depende inteiramente da vontade do Estado ao qual ela se aplica, a regra deixa de funcionar como "direito" e converte-se em mera legitimação dos interesses políticos do sujeito. O direito dissolve-se na política e torna-se, nas palavras do autor, "*singularly useless as a means for justifying or criticizing international behaviour*".[652] Levado ao extremo, o polo apologético produz um sistema simultaneamente "sobrelegitimador" e "sublegitimador".[653] Apresenta-se como *sobrelegitimador* porque pode invocar-se para justificar qualquer comportamento estatal. Revela-se *sublegitimador* porque se mostra incapaz de fornecer argumento convincente sobre a legitimidade de qualquer prática. Nesse limite, o direito internacional perde sua função crítica e transforma-se em fachada manipulável para a política de poder.[654]

Importa destacar que a apologia não representa, para Koskenniemi, um defeito externo ou um erro retórico passível de correção por técnica argumentativa mais sofisticada.[655] Configura um dos dois requisitos constitutivos da gramática jurídica internacional moderna.

---

[650] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17, 513.
[651] KOSKENNIEMI, Martti. The Politics of International Law. *European Journal of International Law*, v. 1, n. 1, p. 4-32, 1990. p. 8; KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17, 574-575.
[652] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 67.
[653] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 48.
[654] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 67.

[655] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 44.

Não se pode simplesmente abandonar o polo apologético sem abandonar, ao mesmo tempo, a pretensão de que o direito internacional se distingue da moralidade natural. A *concretabilidade* diferencia o direito de uma utopia especulativa. Sem ela, perdem-se a verificabilidade empírica, a ancoragem na prática e a conexão com o consentimento estatal, elementos que conferem ao sistema jurídico sua credibilidade como disciplina autônoma. [656] O problema, como demonstrarei nas seções seguintes, reside no fato de que essa exigência de *concretabilidade*, quando levada às últimas consequências, destrói precisamente aquilo que o direito promete oferecer, a saber, um padrão normativo capaz de opor-se ao poder. A circularidade revela-se inevitável. O direito baseia-se no fato, mas o fato só recebe significado jurídico por meio do direito. Olhamos para a prática material porque não conseguimos conhecer a *opinio juris* de forma independente, mas só conseguimos identificar a prática normativamente relevante se pressupusermos que ela reflete uma *opinio juris*. Essa oscilação perpétua entre fato e norma, entre *concretabilidade* e normatividade, entre apologia e utopia, constitui a dinâmica estrutural do argumento jurídico internacional e explica por que as controvérsias doutrinárias continuam a reemergir sem que haja forma de resolvê-las de modo permanente.[657]

Compreendido o polo apologético em seus fundamentos filosóficos e em seus riscos constitutivos, disponho dos parâmetros necessários para demonstrar, nos parágrafos subsequentes, que a tradição brasileira em matéria de imunidade de jurisdição operou consistentemente nesse registro desde o início do século XX até 2016. Essa continuidade revela menos inércia institucional do que fidelidade metodológica a um padrão de justificação que ancora a validade da norma no comportamento efetivo dos Estados. Para reconstituí-la, parto dos pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty, percorro a virada jurisprudencial de 1989, bem como a ancoragem máxima do padrão ascendente na decisão da CIJ de 2012, e avanço até a argumentação disposta no ARE 954.858.

Interpreto essa formulação de Koskenniemi como a descrição mais precisa da gramática que estruturou, durante quase um século, a posição brasileira em matéria de imunidade de jurisdição. Conforme demonstrei no segundo capítulo, os pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty operaram consistentemente no registro ascendente. A validade da imunidade não se justificava por um ideal de justiça transcendente, mas pela verificação empírica do comportamento efetivo dos demais Estados. O Brasil não criava normas sobre imunidade.

---

[656] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17.
[657] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 64-65

Limitava-se a constatar o que a comunidade internacional praticava e a orientar sua conduta por essa constatação. Essa cadeia de pareceres, tomada em conjunto, configura o que Koskenniemi descreveria como a operação típica do jurista que atua no polo apologético: o "órgão da consciência jurídica" que verifica comportamentos e deles extrai normas, apresentando-se como objetivo e neutro precisamente porque não invoca valores próprios, mas registra fatos alheios.

Clóvis Beviláqua, durante sua longa atuação como consultor jurídico (1906–1934), fundamentava a imunidade absoluta em tripla base: respeito à soberania e igualdade entre Estados, impossibilidade prática de execução forçada contra bens soberanos, e risco de que questões privadas desencadeassem conflitos entre nações. O elemento unificador dessas três dimensões consistia na subordinação do direito ao fato. A imunidade não decorria de um princípio moral transcendente, mas da constatação de que, em um sistema internacional de coordenação horizontal, nenhum Estado submetia outro à jurisdição alheia sem consentimento. Beviláqua rejeitava a distinção jure imperii e jure gestionis precisamente porque introduziria subjetividade na classificação dos atos estatais, risco que o padrão ascendente procura evitar a todo custo, já que a objetividade do direito, nesse registro, depende de sua proximidade com fatos verificáveis, não com juízos valorativos.

Gilberto Amado (1935), ademais, recomendava a inclusão de cláusulas de solução diplomática em contratos trabalhistas, não por convicção ideológica sobre a superioridade do foro diplomático, mas por cálculo pragmático sobre a ineficácia de soluções judiciais contra soberanos. Sebastião do Rêgo Barros (1942–1944) sequer considerava necessário fundamentar a imunidade, tratava-a como dado tão evidente que dispensava demonstração elaborada. Rezende Rocha (1973), por sua vez, explicitava a dimensão política subjacente ao urgir que questões sobre privilégios e imunidades fossem tratadas "a partir de um planejamento político", reconhecendo que decisões jurisdicionais sobre imunidade envolviam necessariamente considerações sobre interesse nacional e reciprocidade. Em cada uma dessas manifestações, o método permanecia inalterado: verificar o que os demais Estados praticavam para, a partir dessa verificação, orientar a conduta brasileira.

A cortesia internacional, conceito recorrente nos pareceres, não constituía gentileza dispensável, mas funcionava como moeda de troca institucionalizada, um sistema de proteções recíprocas que substituía hierarquia jurisdicional vertical por coordenação horizontal entre soberanias formalmente iguais. Ao conceder imunidade plena a Estados estrangeiros perante tribunais brasileiros, o país estabelecia precedente e expectativa de tratamento simétrico para suas representações, agentes e ativos no exterior. Essa reciprocidade defensiva adquiria

relevância especial para um Estado de inserção periférica, carente de capacidade de *enforcement* extraterritorial, que dependia estruturalmente de normas costumeiras multilaterais para proteção de seus interesses. Abandonar unilateralmente a imunidade sem garantias robustas de reciprocidade equivaleria a desarmar-se defensivamente, expondo vulnerabilidades sem obter contrapartidas.

Conforme reconstituí ao longo do item 2.1.3, a adoção da imunidade absoluta pelo Brasil entre 1903 e 1989 não decorreu de ignorância sobre os desenvolvimentos internacionais, nem refletiu simples atraso periférico. Tratou-se de uma escolha estratégica consciente, orientada pelo princípio liberal da subjetividade do valor traduzido em termos diplomáticos: na ausência de consenso verificável sobre a relativização, o Brasil permanecia vinculado ao que os Estados efetivamente praticavam. Essa postura configurava, em termos koskenniemianos, uma apologia levada às últimas consequências, o direito como reflexo das circunstâncias sociais, verificado pelo comportamento concreto dos sujeitos que o produzem.

A tradição apologética brasileira no campo da imunidade de jurisdição, no período compreendido entre 1989 e 2016, não constitui mero prolongamento inercial da postura absolutista. Configura, antes, uma atualização sofisticada do mesmo padrão ascendente, operada mediante a substituição do conteúdo empírico que alimentava a deferência ao costume, da imunidade absoluta como prática generalizada à imunidade relativa como novo consenso verificável, sem que se alterasse a gramática subjacente. A distinção revela-se fundamental para a análise que empreendo nesta seção. Enquanto a ruptura de 1989 frequentemente aparece na literatura como momento de modernização ou de alinhamento com valores constitucionais emergentes, a reconstrução que proponho demonstra que o caso Genny de Oliveira (ACi 9.696/1990) operou inteiramente dentro do registro apologético. A Suprema Corte não projetou uma norma derivada de ideais abstratos de justiça, mas constatou que o comportamento efetivo dos demais Estados havia mudado irreversivelmente, extraindo dessa constatação factual o novo conteúdo da regra aplicável.

O julgamento de maio de 1989 concentra, em suas fraturas internas, a tensão constitutiva entre os dois polos da gramática jurídica internacional. O Ministro Sydney Sanches, relator do caso, tentou fundamentar a relativização da imunidade no artigo 114 da Constituição de 1988, que atribuía à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar litígios trabalhistas. Tratava-se de argumento tipicamente descendente: a validade da exceção derivar-se-ia de um princípio constitucional doméstico, projetado sobre a relação internacional independentemente do consentimento do Estado estrangeiro. A norma constitucional funcionaria, nessa chave,

como parâmetro autossuficiente, capaz de vincular o soberano estrangeiro por força de sua superioridade hierárquica no ordenamento interno. Prevaleceu, contudo, a crítica formulada pelo Ministro Francisco Rezek, que alertou para a impossibilidade lógica de uma Constituição nacional criar obrigações para soberanias estrangeiras. Rezek não contestou a orientação material do relator, concordava com a necessidade de relativizar a imunidade em causas trabalhistas, mas rejeitou o fundamento invocado. A Constituição de 1988, por mais avançada que fosse em matéria de direitos fundamentais, não possuía autoridade normativa sobre Estados que não haviam consentido com ela. Invocar o texto constitucional doméstico como fonte autônoma da exceção equivaleria a impor unilateralmente uma norma àqueles que permaneciam fora de sua esfera de aplicação, precisamente o tipo de utopia descendente que o polo apologético denuncia como moralismo disfarçado de direito.[658]

A correção operada por Rezek merece atenção detida, pois nela se revela, com nitidez paradigmática, o mecanismo de funcionamento do padrão ascendente. O Ministro não invocou a dignidade da pessoa humana, nem a prevalência dos direitos humanos, nem qualquer princípio constitucional como fundamento da relativização. Argumentou, em sentido diametralmente oposto, que o "suporte único" da imunidade absoluta, o costume internacional, havia "ruído" na década de 1970, quando potências centrais como Estados Unidos (Tate Letter, 1952; Foreign Sovereign Immunities Act, 1976), Reino Unido (State Immunity Act, 1978) e os signatários da Convenção Europeia de Basileia (1972) desertaram dessa prática. A mudança na jurisprudência brasileira decorria, portanto, não de uma aspiração normativa projetada pelo texto constitucional, mas da verificação empírica de que os Estados efetivamente já não se comportavam segundo a regra anterior. O Brasil limitava-se a constatar uma transformação factual e a ajustar sua prática em conformidade com ela. Trata-se do *ascending pattern* em sua expressão mais pura: a norma não precede o fato, mas deriva dele; o jurista não legisla, verifica.[659]

Interpreto essa dinâmica como reveladora de uma constante estrutural que percorre toda a trajetória brasileira analisada nos dois primeiros capítulos desta tese. Quando Rezek, dezesseis anos após sustentar a imunidade absoluta como Procurador da República no Agravo n.º 56.466 (1973), mudou de posição para afirmá-la relativa, não operou contradição intelectual. Atualizou o conteúdo da mesma premissa metodológica: em 1973, a prática generalizada apontava para a

[658] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 58-61.
[659] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 58-60.

imunidade absoluta, e Rezek a constatou; em 1989, a prática majoritária já consolidara a distinção entre atos de império e atos de gestão, e Rezek igualmente a constatou. O que permaneceu inalterado, em ambos os momentos, foi o método, a deferência ao comportamento efetivo dos pares como critério determinante da norma aplicável. A coerência não residia no conteúdo da regra, mas na fidelidade ao padrão ascendente de justificação.

Essa leitura encontra corroboração na Nota Circular emitida pelo Itamaraty após a virada de 1989, por meio da qual o Ministério das Relações Exteriores informou às missões diplomáticas acreditadas no Brasil que os tribunais nacionais passavam a operar "em sintonia com o pensamento jurídico atual".[660] A formulação merece escrutínio analítico. O Itamaraty não afirmou que os tribunais brasileiros haviam aplicado a Constituição de 1988, nem que haviam reconhecido a primazia dos direitos trabalhistas sobre a soberania estrangeira. Afirmou que os tribunais estavam "em sintonia", expressão que denota alinhamento, correspondência, adequação a uma realidade externa preexistente. O "pensamento jurídico atual" funcionava, na linguagem diplomática, como eufemismo para o costume internacional transformado. A nota traduzia, com precisão involuntária, a essência do registro apologético. O Brasil não criava normas, mas ajustava-se àquelas que a comunidade internacional já havia validado por meio de comportamento reiterado e uniforme.

Entre 1989 e 2016, a jurisprudência brasileira manteve a distinção entre atos de império e atos de gestão de forma monolítica, precisamente nos termos em que o costume internacional a consagrava. A relativização restringia-se a causas trabalhistas, comerciais e civis (*acta jure gestionis*), enquanto atos de soberania permaneciam blindados por imunidade absoluta (*acta jure imperii*). O STJ, ao rejeitar sistematicamente os recursos do caso Changri-lá entre 2006 e 2014, operou nesse registro com clareza exemplar. O Ministro Marco Buzzi sintetizou a posição ao afirmar que "a relativização da imunidade da jurisdição conta com o assentimento desta Corte Superior, mas, tão-somente, quando envolve relações de natureza civil, comercial ou trabalhista, restando prevalente a imunidade ao se tratar de ato de império".[661] Essa formulação traduz, em linguagem jurisprudencial, a essência do padrão ascendente, dado que a relativização

---

[660] FRANCO FILHO, Georgenor de Souza (coordenador). Direito do trabalho e a nova ordem constitucional. São Paulo: LTr, 1991. 219 p. p. 34-35.

[661] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 15 de outubro de 2014. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1352810&tipo=0&nreg=201200100780&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20141015&formato=PDF&salvar=false.

"conta com o assentimento", expressão que remete a reconhecimento, não a criação, e opera apenas nas hipóteses em que a prática estatal efetiva a sustenta.

Essa continuidade apologética, mantida pelo STJ e pelo STF por quase três décadas, encontrou sua ancoragem máxima na decisão da Corte Internacional de Justiça no caso *Jurisdictional Immunities of the State (Alemanha c. Itália, com intervenção da Grécia)*, proferida em fevereiro de 2012. A CIJ operou, nesse julgamento, no mais puro registro do padrão ascendente de justificação. Rejeitou o argumento italiano de que a hierarquia normativa do *jus cogens* (polo substantivo) deveria prevalecer sobre a regra procedimental da imunidade. Em vez de examinar se existia conflito entre normas de diferentes hierarquias, a Corte realizou um exame extensivo da prática estatal e da *opinio juris*, verificando legislações nacionais, decisões judiciais domésticas e codificações internacionais para concluir que a imunidade absoluta para atos de império, incluindo atos militares, permanecia como norma costumeira vigente. A separação entre forma procedimental e substância normativa, que estruturou o raciocínio majoritário, constitui operação tipicamente apologética. Ao declarar que a regra de imunidade não "julga" a licitude do ato subjacente, a CIJ preservou a estabilidade sistêmica das relações interestatais, priorizando o "fato" do consenso estabelecido sobre o "ideal" da justiça reparatória individual.

A manifestação do Procurador-Geral da República Rodrigo Janot, no ARE 954.858, reproduziu essa mesma lógica ascendente com fidelidade quase didática. Janot, após compilar argumentos favoráveis e desfavoráveis ao afastamento da imunidade, exercício que, conforme analisei no item 1.2, revelou ambivalência estrutural na própria PGR, concluiu pelo desprovimento do recurso extraordinário, propondo tese segundo a qual permaneceria "absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro por ato de império do qual resulte dano reparável, praticado no exercício do direito de soberania em contexto de guerra, ainda que o ato praticado seja ofensivo ao direito internacional da pessoa humana".[662] O fundamento central dessa conclusão residia na verificação de que não existia, no plano internacional, prática generalizada e uniforme que autorizasse exceção à imunidade para atos de império vinculados a violações de direitos humanos. Janot invocou expressamente a decisão da CIJ como evidência dessa prática, além de citar a Convenção das Nações Unidas de 2004, cujo texto final não acolheu as propostas de inclusão de exceções baseadas em *jus cogens*. Trata-se do padrão

[662] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf.

ascendente operando em dupla instância, pois a CIJ verificou o comportamento dos Estados e Janot verificou a posição da CIJ como expressão desse comportamento, em uma cadeia de deferências que ancora a norma, em cada nível, na constatação factual do nível precedente.

Essa cadeia de deferências revela, contudo, o risco constitutivo que Koskenniemi identifica no polo apologético. Ao registrar que a imunidade permanece vigente porque os Estados assim a praticam, a CIJ, e por extensão a tradição apologética brasileira que nela se ancorava, sacrificou a possibilidade de opor o direito à vontade estatal precisamente nas situações em que essa oposição mais se fazia necessária. Conforme demonstrei no item 2.3.1, o tratamento dispensado pela Corte de Haia ao argumento italiano sobre *jus cogens* traduziu uma recusa deliberada de examinar se normas imperativas poderiam prevalecer sobre regras procedimentais, recusa que Cançado Trindade, em voto dissidente de 112 páginas, qualificou como "formalismo insustentável".[663] A crítica possui fundamento teórico preciso: quando a validade da norma depende inteiramente da vontade do sujeito ao qual ela se aplica, a norma deixa de funcionar como "direito" e converte-se naquilo que Koskenniemi denomina "apologia dos interesses políticos do sujeito jurídico".[664] O direito dissolve-se na política e torna-se, nas palavras do autor, "singularmente inútil como instrumento de justificação ou crítica do comportamento internacional".[665] A imunidade absoluta para atos de império, nesse registro, funciona como escudo que torna a soberania inexpugnável diante de qualquer pretensão de universalidade moral, inclusive daquela formulada em nome das vítimas de graves violações.

A consciência desse risco permeava, ainda que de forma não teorizada, a própria manifestação de Janot, cuja ambivalência argumentativa, ao reunir num mesmo parecer fundamentos robustos para ambas as posições antes de concluir pela manutenção da imunidade, refletia o desconforto institucional de um jurista aprisionado no polo apologético. A apologia oferece segurança metodológica, ancoragem no fato, verificabilidade empírica, distância da especulação moral, mas ao custo de uma incapacidade estrutural de responder às demandas de justiça que não encontram respaldo no comportamento efetivo de outros Estados. Para as famílias dos tripulantes do Changri-lá, conforme reconstituí no item 1.1, a constatação de que a imunidade prevalecia porque a maioria dos Estados assim a praticava não oferecia nenhuma

---

[663] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. In: *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening),* Judgment, I.C.J. Reports 2012, p. 179-290

[664] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17; 591.

[665] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 67.

resposta normativamente satisfatória, apenas registrava, com precisão técnica, a distância entre o direito como ele existia e o direito como elas acreditavam que deveria existir.

A reconstrução empreendida nas páginas anteriores demonstrou que a tradição brasileira em matéria de imunidade de jurisdição operou, durante mais de um século, no registro apologético que Koskenniemi identifica como padrão ascendente de justificação. De Clóvis Beviláqua a Francisco Rezek, do Itamaraty ao STJ, da decisão da CIJ de 2012 ao parecer de Janot, a cadeia de deferências ancorava cada nível argumentativo na constatação factual do nível precedente, preservando a coerência metodológica de um sistema que verificava antes de prescrever. O voto condutor do Ministro Edson Fachin, no ARE 954.858, rompe deliberadamente com essa cadeia. Não se trata de ruptura acidental ou de mera divergência interpretativa sobre o alcance do costume vigente, como ocorrera em 1989 com o caso *Genny de Oliveira*. Trata-se de abandono consciente do requisito de concretabilidade, operado mediante a rejeição explícita da verificação empírica que sustentava a norma costumeira, a invocação de fundamento normativo doméstico como fonte autônoma de exceção ao costume internacional, e a fixação de fórmula cuja amplitude semântica não encontra correspondência em nenhum precedente, legislação ou codificação existente no plano internacional.

O primeiro indício dessa ruptura manifesta-se na postura que Fachin adota perante a decisão da Corte Internacional de Justiça no caso *Jurisdictional Immunities of the State* (2012). Conforme analisei nos parágrafos antecedentes, a CIJ operou naquele julgamento no mais puro registro do padrão ascendente, realizando exame extensivo da prática estatal e da *opinio juris* para concluir que a imunidade absoluta para atos de império, incluindo atos militares, permanecia como norma costumeira vigente. Fachin qualifica essa conclusão como "demasiadamente formalista e conservadora",[666] desautorizando-a como parâmetro orientador da decisão brasileira. A crítica merece escrutínio analítico preciso, pois revela não apenas uma divergência pontual sobre o resultado do julgamento de 2012, mas uma rejeição de método. Ao rotular como "formalista" a adesão da CIJ à *lex lata*, o Ministro desqualifica o procedimento de verificação empírica que constitui o núcleo operativo do padrão ascendente. O problema não residia, para Fachin, no fato de a CIJ ter examinado a prática estatal de modo incompleto ou enviesado, mas no fato de a prática estatal efetiva apontar para conclusão que o Ministro

[666] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

considerava moralmente insatisfatória. A rejeição dirige-se, portanto, menos ao resultado do que à premissa metodológica que o produziu.

Essa rejeição adquire significado teórico mais profundo quando situada no quadro conceitual que estrutura esta análise. No esquema de Koskenniemi, o polo apologético exige que a validade da norma derive do comportamento verificável dos Estados, de modo que o jurista funcione como verificador de fatos, não como legislador de valores. Ao descartar a conclusão da CIJ precisamente porque ela refletia o estado da prática internacional, Fachin abandona a posição de verificador e assume a de projetor normativo, deslocando o fundamento da decisão do plano do "direito como ele existe" para o plano do "direito como ele deveria existir". O gesto configura, em termos estruturais, a passagem do padrão ascendente ao descendente. Ocorre que essa passagem não se apresenta como tal no voto condutor. Fachin não reconhece explicitamente que opera *contra legem* em relação ao costume vigente. Ao contrário, mobiliza uma retórica de continuidade e de evolução progressiva, sugerindo que a relativização da imunidade para atos de império violadores de direitos humanos constitui desdobramento natural do movimento iniciado em 1989. A diferença estrutural entre os dois momentos permanece, contudo, irredutível. Em 1989, Rezek verificou que a prática majoritária havia mudado e ajustou a posição brasileira em conformidade com essa mudança. Em 2016, Fachin constatou que a prática majoritária *não* havia mudado, e decidiu, ainda assim, afastar-se dela.

A ausência de ancoragem normativa no plano internacional reforça esse diagnóstico. O voto condutor não fundamenta a exceção à imunidade em tratado ratificado pelo Brasil, dado que o país sequer aderiu à Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens (2004), cujo texto final, aliás, não acolheu as propostas de inclusão de exceções baseadas em *jus cogens* ou em violações de direitos humanos. Tampouco a ancora em prática estatal generalizada e uniforme, visto que as potências centrais que moldaram o regime contemporâneo da imunidade, notadamente Estados Unidos, Reino Unido, França e Canadá, preservam a imunidade absoluta para atos militares e atos de guerra, sem exceções fundadas em categorias genéricas de direitos humanos. E não a ancora em *opinio juris* consolidada, uma vez que os precedentes estrangeiros invocados ao longo do julgamento, como as decisões italianas no caso *Ferrini* e as gregas no caso *Distomo*, circunscreviam-se a crimes internacionais específicos e normas de *jus cogens*, jamais empregando a expressão ampla "violação a direitos humanos" como critério autônomo de afastamento da imunidade. Essa tríplice ausência, de suporte convencional, consuetudinário e jurisprudencial comparado, situa

a Tese 944 naquilo que denomino vácuo de concretabilidade. A decisão não se sustenta em nenhuma das fontes formais que o padrão ascendente reconhece como legítimas para a identificação do direito vigente.

A gravidade dessa lacuna torna-se mais nítida quando se examina a distorção operada sobre o voto dissidente do Juiz Cançado Trindade na CIJ. Fachin incorpora amplamente a crítica que Cançado Trindade dirigiu à maioria da Corte de Haia, apropriando-se do projeto declaradamente humanista daquele voto para fundamentar a ruptura com a imunidade absoluta. Essa apropriação, contudo, omite uma diferença qualitativa que se revela decisiva para os fins desta análise. A proposta de Cançado Trindade, por mais ambiciosa que fosse, circunscrevia rigorosamente a exceção à imunidade a categorias dotadas de densidade conceitual consolidada, notadamente crimes contra a humanidade, crimes de guerra e violações de *jus cogens*, expressões cuja delimitação conta com décadas de elaboração doutrinária, codificação convencional e jurisprudência internacional. Ao substituir essas categorias pela fórmula genérica "violação a direitos humanos", sem qualificadores de gravidade ou remissão a catálogos normativos específicos, o STF expandiu a exceção para além de qualquer patamar existente ou mesmo proposto no cenário internacional, incluindo o do próprio Cançado Trindade. O voto que se pretendia tributário da dissidência humanista na CIJ ultrapassou-a, paradoxalmente, em amplitude e indeterminação, produzindo fórmula que nem mesmo seu inspirador declarado havia propugnado.

A fundação normativa que o voto condutor oferece para substituir a ancoragem costumeira ausente concentra-se no artigo 4º, inciso II, da Constituição de 1988, que consagra a "prevalência dos direitos humanos" como princípio regente das relações internacionais do Brasil. Fachin trata essa disposição constitucional como fonte autônoma e autossuficiente para criar exceção ao costume internacional, operação que reproduz, em escala ampliada, precisamente o gesto que Francisco Rezek rechaçou em 1989 quando o Ministro Sydney Sanches tentou fundamentar a relativização da imunidade no artigo 114 da mesma Constituição. Rezek advertira, naquela ocasião, que uma Constituição nacional não possui autoridade normativa sobre Estados que não consentiram com ela, e que invocar o texto constitucional doméstico como fonte da exceção equivaleria a impor unilateralmente uma norma àqueles que permaneciam fora de sua esfera de aplicação. Fachin repete a estrutura argumentativa de Sanches com fundamento constitucional diverso, sem enfrentar a objeção metodológica que Rezek formulara décadas antes. A diferença reside no dispositivo invocado, não na lógica subjacente: em ambos os casos, pretende-se que uma norma constitucional interna vincule

soberanias estrangeiras que não participaram de sua elaboração e não consentiram com seus efeitos.

Essa operação configura o que interpreto como uma inversão paradoxal do padrão ascendente, não sua superação. Se a apologia clássica, conforme analisada nas seções anteriores, derivava a norma da prática efetiva dos Estados, ancorando o direito no comportamento verificável da comunidade internacional, o voto de Fachin deriva a norma de duas fontes que, embora distintas em natureza, compartilham a mesma insuficiência estrutural perante o requisito de concretabilidade. De um lado, ancora a exceção no artigo 4º, inciso II, da Constituição brasileira, como se um dispositivo doméstico pudesse, por si só, redesenhar os limites do regime internacional da imunidade. De outro, mobiliza decisões estrangeiras pontuais, notadamente os precedentes italianos e gregos, como se a existência de manifestações jurisdicionais isoladas, geograficamente concentradas e substancialmente rejeitadas pela CIJ em 2012, equivalesse à prática generalizada e uniforme que o padrão ascendente exige para a identificação de norma costumeira. O resultado não consiste na transição do registro apologético para o utópico, como a retórica humanista do voto poderia sugerir, mas na substituição da base empírica que alimenta a apologia. Onde antes se verificava o costume internacional consolidado, agora se combinam a Constituição de um único Estado e fragmentos jurisprudenciais dispersos que a própria comunidade internacional, por meio de seu órgão judicial principal, recusou reconhecer como expressão de costume emergente. A norma continua dependente da vontade de sujeitos estatais específicos, apenas os sujeitos mudaram, e seu número permanece insuficiente para satisfazer o limiar de generalidade que o direito costumeiro demanda. A decisão permanece, nesse sentido, prisioneira da mesma gramática que pretendia transcender, pois projeta como universal uma preferência que, em rigor, reflete a convergência circunstancial entre a posição política de um ordenamento jurídico doméstico e a de tribunais estrangeiros cuja autoridade para falar em nome do costume internacional a Corte de Haia expressamente desautorizou.

A votação apertada de seis votos a cinco no Plenário do STF oferece evidência adicional da fragilidade do fundamento apologético que sustenta a Tese 944. Se quase metade dos Ministros da mais alta corte do país, incluindo juristas com reconhecida expertise em direito internacional e direito constitucional, concluiu que a decisão carece de amparo no costume vigente e viola obrigações internacionais do Brasil, torna-se logicamente difícil sustentar que a posição adotada reflete consenso jurídico, ainda que doméstico. A fratura interna do tribunal espelha, em escala reduzida, a fratura que marca a comunidade internacional sobre o tema.

Assim como não existe, no plano externo, prática generalizada e uniforme que sustente uma exceção genérica à imunidade para atos de império fundada em "violação a direitos humanos", tampouco existiu, no plano interno, a convergência interpretativa que conferiria ao precedente a solidez necessária para operar como marco de transformação normativa. A margem de um único voto, num tribunal de onze membros, revela que a Tese 944 não se ancora nem no "direito como ele existe" no plano internacional, nem numa convicção jurídica estável no plano doméstico, situando-se, antes, na zona de indeterminação em que a decisão depende menos da estrutura normativa do que da composição contingente do órgão julgador.

Convém registrar, por fim, que a ruptura operada pelo voto de Fachin não se limitou a afastar a imunidade em circunstâncias excepcionais e rigorosamente delimitadas. A fórmula fixada em repercussão geral, "atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição", institui exceção cuja amplitude material não encontra paralelo em nenhuma jurisdição contemporânea. Os sistemas legislativos que admitiram exceções à imunidade para atos de império fizeram-no mediante critérios taxativos e rigorosamente circunscritos, como a *terrorism exception* do FSIA norte-americano, que exige designação prévia do Estado como patrocinador do terrorismo pelo Departamento de Estado, ou a *territorial tort exception* do SIA britânico, restrita a danos pessoais ou materiais causados no território do foro. Nenhum desses modelos emprega "direitos humanos" como categoria genérica de afastamento da imunidade. Ao optar pela fórmula mais ampla dentre todas as alternativas disponíveis, inclusive mais ampla do que a proposta pelo próprio Ministério Público Federal nos embargos de declaração, que sugeria a restrição a "crimes internacionais que impliquem grave violação aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário", o STF produziu enunciado que maximiza a abertura semântica e minimiza a previsibilidade normativa, invertendo a lógica que orienta a fixação de teses em sede de repercussão geral, cuja função consiste precisamente em uniformizar a interpretação constitucional e reduzir a litigiosidade.

Se o voto condutor do Ministro Fachin operou, conforme demonstrado, uma ruptura deliberada com o padrão ascendente de justificação, os cinco votos dissidentes no ARE 954.858 articulam, por caminhos parcialmente distintos, uma defesa convergente do requisito de concretabilidade que aquele padrão impõe. Os Ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Nunes Marques não formaram bloco monolítico em termos de fundamentação, pois cada um enfatizou dimensões diferentes do problema. A unidade que os vincula reside, contudo, em uma exigência metodológica comum: a de que qualquer exceção

à imunidade de jurisdição para atos de império derive de comportamento estatal efetivo, verificável por meio das fontes formais reconhecidas pelo direito internacional, e não de construção judicial autônoma fundada em categorias normativas cuja densidade conceitual o próprio tribunal não logrou delimitar. Interpreto esses votos, portanto, não como manifestação de conservadorismo político ou de insensibilidade perante as vítimas do Changri-lá, mas como expressão de fidelidade ao método que estruturou a tradição brasileira em matéria de imunidade ao longo de mais de um século.

O voto do Ministro Gilmar Mendes constitui a peça tecnicamente mais articulada da dissidência e merece análise detida. Mendes ancora sua resistência em duas evidências factuais que, no registro do padrão ascendente, possuem peso determinante. A primeira consiste na decisão da CIJ de 2012, que o Ministro invoca não como precedente vinculante em sentido estrito, mas como a constatação mais autorizada disponível sobre o estado da prática estatal e da *opinio juris* em matéria de imunidade para atos de império. Se o principal órgão judicial das Nações Unidas, após exame extensivo de legislações nacionais, decisões domésticas e codificações internacionais, concluiu pela inexistência de exceção costumeira à imunidade fundada em violações de direitos humanos ou de *jus cogens*, ignorar essa conclusão equivale, para Mendes, a romper o "diálogo necessário" entre ordens jurídicas e a substituir verificação empírica por intuição moral. A segunda evidência reside na Convenção das Nações Unidas de 2004, cujo processo de elaboração, que se estendeu por décadas no âmbito da Comissão de Direito Internacional, deliberadamente excluiu propostas de exceção baseadas em normas imperativas ou em violações de direitos humanos. O silêncio da Convenção não configura lacuna involuntária, mas escolha negociada entre Estados que, confrontados com a possibilidade de incluir tal exceção, optaram por rejeitá-la. Para Mendes, esse duplo registro, jurisdicional e convencional, demonstra que a prática majoritária preserva a imunidade absoluta para atos de império e que nenhum consenso emergente autoriza a exceção fixada pela Tese 944.[667]

O Ministro articula, a partir dessas evidências, um argumento sobre os custos sistêmicos da ruptura unilateral que merece destaque nesta análise. Mendes alerta para os riscos de uma

[667] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 43 de 106 (voto vogal – min. Gilmar Mendes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

construção jurisprudencial isolada,[668] formulação que traduz, em linguagem institucional, o núcleo da preocupação apologética sobre as consequências de desconsiderar a prática consolidada. O regime de imunidade opera, conforme reconstituí nas seções anteriores, como sistema de proteções recíprocas cuja estabilidade depende da adesão generalizada dos participantes. Quando um Estado rompe unilateralmente com o padrão vigente sem que os demais reconheçam essa ruptura como legítima, ele não transforma o costume; apenas se posiciona fora dele, expondo-se a consequências diplomáticas e jurídicas que a cadeia de deferências costumeiras até então neutralizava. Para Mendes, a imunidade funciona como corolário direto da soberania e da igualdade entre Estados, princípios que o próprio artigo 4º da Constituição consagra em seu inciso V, e que não podem sofrer derrogação por construção judicial desprovida de lastro no comportamento efetivo dos demais sujeitos do sistema internacional. A advertência possui, assim, dupla valência: dirige-se tanto ao plano externo, ao sinalizar o risco de retaliações e de perda de proteção para ativos e agentes brasileiros no exterior, quanto ao plano interno, ao questionar a legitimidade de um tribunal doméstico para redesenhar, por maioria apertada, os contornos de um regime que a comunidade internacional mantém por prática centenária.

O voto do Ministro Marco Aurélio representa, no espectro da dissidência, a expressão mais radical do polo apologético. Sua proposta de tese, "absoluta a imunidade de jurisdição (...) ainda que em jogo violação de direitos humanos",[669] enuncia com clareza máxima a premissa de que a norma procedimental da imunidade prevalece independentemente da gravidade da conduta subjacente, porque assim a reconhecem os Estados na sua prática efetiva. A formulação recusa qualquer gradação valorativa na aplicação do instituto. Marco Aurélio rejeita a existência de um "terceiro gênero" de atos estatais, categoria intermediária entre atos de império e atos de gestão que permitiria reclassificar condutas soberanas como violações de direitos humanos para fins de afastamento da imunidade. Para o Ministro, referenciando Jacob Dolinger, a classificação dos atos estatais deve operar por categorias objetivas e mutuamente excludentes:

---

[668] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 43 de 106 (voto vogal – min. Gilmar Mendes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

[669] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 82 de 106 (voto min. Marco Aurélio). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

"ou bem se tem imunidade absoluta considerado ato de império, ou não se tem".[670] A introdução de critérios valorativos nessa classificação comprometeria a verificabilidade empírica que o padrão ascendente exige, substituindo a objetividade de categorias formais pela subjetividade de juízos morais sobre a gravidade do ato, juízos que diferentes intérpretes formulariam de maneiras divergentes e cuja resolução o sistema jurídico não consegue fornecer de modo previsível.

Marco Aurélio reforça essa posição mediante recurso a Christian Tomuschat, cuja advertência de que "antes de inventar uma nova roda, deve-se examinar a funcionalidade da roda velha" o Ministro incorpora como síntese de sua resistência.[671] A metáfora merece leitura atenta, pois condensa o argumento apologético sobre a relação entre estabilidade e mudança no direito internacional. O regime vigente de imunidade, embora imperfeito na perspectiva da justiça reparatória individual, garante previsibilidade mínima nas relações interestatais e funciona como mecanismo de contenção de conflitos jurisdicionais entre soberanias formalmente iguais. Substituí-lo por construção jurisprudencial doméstica, sem que um novo consenso internacional tenha amadurecido para ocupar o lugar do anterior, equivale a desmontar o mecanismo existente sem dispor de peça de reposição. O voto reconhece, implicitamente, que a imunidade absoluta para atos de império produz resultados moralmente insatisfatórios em casos como o Changri-lá, mas sustenta que a resposta a essa insatisfação não pode provir de decisão judicial unilateral, devendo emergir, antes, do processo político e diplomático mediante o qual os Estados constroem novos consensos normativos. A funcionalidade da "roda velha" reside, nessa leitura, menos na justiça de seus resultados do que na previsibilidade de seu funcionamento.

O voto do Ministro Alexandre de Moraes introduz dimensão argumentativa parcialmente diversa, que merece atenção específica por sua originalidade no contexto do julgamento. Moraes ancora sua resistência na exigência de fonte formal verificável, construindo raciocínio analógico a partir do regime de imunidade das organizações internacionais.[672] Se

---

[670] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 86 de 106 (voto min. Marco Aurélio). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

[671] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 85 de 106 (voto min. Marco Aurélio). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

[672] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 88 de 106 (voto min. Alexandre de Moraes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

organismos internacionais, argumenta o Ministro, gozam de imunidade absoluta perante tribunais brasileiros por força de tratados expressamente ratificados pelo país, revelaria assimetria lógica negar a mesma proteção a Estados soberanos, sujeitos originários do direito internacional, na ausência de norma convencional ou costumeira que autorizasse tal exceção. O argumento opera em dois níveis simultaneamente. No primeiro nível, técnico, demonstra que o ordenamento brasileiro já dispõe de mecanismo para relativizar imunidades quando existe base normativa expressa, como ocorre nos acordos de sede com organizações internacionais que preveem renúncia parcial à imunidade em determinadas hipóteses. A ausência de mecanismo equivalente para a imunidade estatal não configura lacuna a ser colmatada pelo intérprete, mas silêncio normativo que reflete a escolha da comunidade internacional de preservar a imunidade para atos de império sem exceções genéricas baseadas em direitos humanos. No segundo nível, institucional, Moraes adverte que a criação judicial de exceções à imunidade configura atuação do Judiciário como "legislador positivo" no plano internacional, transformando o tribunal em instância produtora de normas cuja elaboração pertence, por competência constitucional, ao Poder Executivo nas relações internacionais e ao Poder Legislativo na incorporação de tratados.[673]

Os votos dos Ministros Luiz Fux e Nunes Marques complementam o bloco dissidente com ênfases próprias que reforçam a exigência de concretabilidade. Fux endossa a posição de que a imunidade para atos de império permanece como norma costumeira vigente e que o STF carece de competência para criar, por via jurisprudencial, exceção que a própria comunidade internacional, por meio da CIJ e das negociações da Convenção de 2004, recusou consagrar. Nunes Marques, por sua vez, merece destaque pela proposta formulada em sede de embargos de declaração, na qual sugeriu restringir a tese a "crimes de guerra reconhecidos por tribunal internacional",[674] buscando conferir à exceção brasileira o mínimo de objetividade técnica que a formulação genérica da maioria não possuía. A proposta de Nunes Marques revela consciência de que, mesmo admitindo-se a possibilidade teórica de uma exceção à imunidade para atos de império, sua operatividade dependeria de contornos precisos que permitissem distinguir, com

---

[673] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 88 de 106 (voto min. Alexandre de Moraes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

[674] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Segundos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: União. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 10 de 12 (voto vogal do min. Nunes Marques). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954687&ext=.pdf.

segurança mínima, os casos de incidência dos de não incidência. Ao vincular a exceção ao reconhecimento prévio por tribunal internacional e à categoria técnica de "crimes de guerra", o Ministro procurava ancorar a norma em parâmetros verificáveis, preservando, ainda que parcialmente, a lógica do padrão ascendente mesmo no interior de uma eventual ruptura com a imunidade absoluta.

Tomados em conjunto, esses cinco votos não exprimem posição política contingente, mas fidelidade ao requisito de concretabilidade que, conforme analisei na primeira parte desta seção, constitui um dos dois pilares da gramática jurídica internacional moderna na formulação de Koskenniemi. Cada um deles, por caminhos argumentativos parcialmente diversos, exige que a exceção à imunidade derive de comportamento estatal efetivo, de prática generalizada e uniforme acompanhada de *opinio juris*, não de construção judicial autônoma fundada em categorias indeterminadas. A força retórica da dissidência reside precisamente no fato de que a tradição brasileira, conforme reconstituída ao longo do segundo capítulo e nas seções anteriores desta análise, sempre operou no registro que os vencidos defendem. De Beviláqua a Rezek, do Itamaraty ao STJ, do absolutismo pré-1989 à relativização pós-*Genny de Oliveira*, o Brasil verificou e seguiu, constatou e alinhou-se. Os dissidentes não propunham novidade; defendiam a manutenção de uma gramática institucional consolidada por mais de um século de prática ininterrupta. A circunstância de que essa defesa tenha resultado vencida por margem pequena, reforça, paradoxalmente, a consistência do argumento apologético: se quase metade da mais alta corte do país considerou que a decisão carece de amparo no costume vigente, a pretensão de que ela reflete o "direito como ele existe" torna-se, no mínimo, logicamente problemática.

A reconstrução empreendida ao longo desta seção percorreu quatro movimentos analíticos convergentes. Reconstituí o polo apologético na formulação de Koskenniemi, demonstrei que a tradição brasileira operou nesse registro durante mais de um século, analisei como o voto condutor do Ministro Fachin rompeu com o padrão ascendente ao fixar exceção desprovida de ancoragem costumeira, convencional ou jurisprudencial comparada, e examinei os votos dissidentes como expressão de fidelidade ao requisito de concretabilidade. Resta, agora, enfrentar a questão que subjaz a toda essa trajetória argumentativa e que, a meu ver, condiciona a compreensão adequada do que a Tese 944 efetivamente produziu no plano da gramática jurídica internacional: o Supremo Tribunal Federal transcendeu o registro apologético ou apenas substituiu uma apologia por outra?

A pergunta não comporta resposta simples, e nela reside, precisamente, o núcleo problemático que esta seção procura iluminar. Se transcendência significasse a passagem

completa do polo da apologia para o polo da utopia, o voto de Fachin deveria ter fundamentado a exceção à imunidade em ideal de justiça universal, autossuficiente e independente de qualquer texto estatal, doméstico ou internacional. Um argumento genuinamente utópico dispensaria a invocação de dispositivo constitucional específico, sustentando-se na força normativa intrínseca do princípio invocado, capaz de vincular Estados independentemente de sua adesão formal. Não foi, contudo, o que ocorreu. Fachin sentiu a necessidade de ancorar a ruptura em base textual, recorrendo ao artigo 4º, inciso II, da Constituição de 1988 como fundamento positivo da exceção. Esse recurso ao texto constitucional doméstico revela que o voto condutor não operou a passagem para uma normatividade pura, desvinculada de qualquer vontade estatal. Operou, antes, a substituição do referente empírico que alimentava o padrão ascendente, trocando o costume internacional, verificado pelo comportamento dos demais Estados, pela norma constitucional brasileira, expressão da vontade soberana de um único Estado.

A substituição merece escrutínio analítico cuidadoso, pois nela se esconde o paradoxo que considero mais revelador de todo o julgamento. Na apologia clássica, conforme reconstruída nas parágrafos precedentes, a norma derivava do comportamento coletivo dos Estados soberanos, e sua legitimidade repousava na verificabilidade empírica dessa derivação. O jurista apresentava-se como neutro porque não invocava valores próprios, limitando-se a registrar fatos alheios. Na operação realizada por Fachin, a norma passa a derivar da vontade constitucional de um único Estado, e sua legitimidade repousa na autoridade hierárquica que o ordenamento interno confere ao dispositivo invocado. O jurista já não verifica o comportamento da comunidade internacional; consulta o texto doméstico e dele extrai consequências que projeta sobre relações jurídicas envolvendo soberanias estrangeiras que não participaram da elaboração desse texto e não consentiram com seus efeitos. A estrutura lógica da operação permanece, contudo, rigorosamente apologética na acepção de Koskenniemi, pois a validade da regra continua dependente da vontade do sujeito que a invoca. Mudou o sujeito, do consenso internacional para o Estado brasileiro; mudou a fonte, do costume para a Constituição; mas não mudou a gramática, que segue ancorando a norma na vontade soberana, agora singular em vez de coletiva.

Essa leitura encontra reforço quando se examina a seletividade com que o voto condutor mobiliza o artigo 4º da Constituição. O dispositivo consagra, em seus dez incisos, os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. O inciso II, "prevalência dos direitos humanos", convive no mesmo artigo com o inciso V, "igualdade entre

os Estados", e com o inciso III, "autodeterminação dos povos",[675] princípios que, tomados em conjunto, compõem um sistema normativo de equilíbrio, não de hierarquia unidirecional. Ao elevar o inciso II a fundamento autossuficiente da exceção à imunidade, sem ponderar sua relação com os demais princípios do mesmo dispositivo, o STF realizou escolha interpretativa que privilegiou um vetor axiológico em detrimento de outros igualmente consagrados pelo constituinte. Essa escolha não decorre da estrutura normativa do artigo 4º, que não estabelece hierarquia entre seus incisos, mas da preferência política do intérprete, que encontrou no texto constitucional o suporte formal para uma posição que o costume internacional não autorizava. A "prevalência dos direitos humanos" funcionou, nesse contexto, menos como princípio orientador de uma política externa equilibrada do que como instrumento de legitimação de decisão judicial cuja sustentação no plano internacional se revelava insuficiente.

O paradoxo aprofunda-se quando se considera que a tradição brasileira, ao longo de todo o período reconstituído nesta tese, resistiu precisamente a esse tipo de operação. Conforme demonstrei ao analisar o caso *Genny de Oliveira*, Francisco Rezek rechaçou a tentativa do Ministro Sydney Sanches de fundamentar a relativização da imunidade em dispositivo constitucional doméstico, advertindo que a Constituição brasileira não possui autoridade normativa sobre Estados que não consentiram com ela. A correção operada por Rezek em 1989 baseava-se na constatação de que o direito internacional não se deixa definir unilateralmente por normas internas, por mais hierarquicamente superiores que estas se apresentem no ordenamento doméstico. O voto de Fachin, ao retomar a lógica que Rezek refutara, com dispositivo constitucional diverso, mas com estrutura argumentativa equivalente, reabriu uma fratura metodológica que a tradição brasileira havia selado três décadas antes. A ironia reside no fato de que Rezek corrigiu Sanches em nome do padrão ascendente, demonstrando que a fonte legítima da relativização residia na mudança verificável do costume internacional, não na projeção do texto constitucional. Fachin, ao invocar o artigo 4º, inciso II, reproduz o gesto de Sanches em contexto no qual o costume, diferentemente de 1989, sequer havia mudado.

A consequência mais imediata dessa substituição de apologias manifesta-se no plano da reciprocidade, dimensão que a dissidência explorou com insistência e que merece registro nesta problematização. O regime de imunidade opera, conforme reconstituí ao longo desta seção e do segundo capítulo, como sistema de proteções mútuas cuja estabilidade depende da expectativa

---

[675] BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2026.

de tratamento simétrico. Quando o Brasil, por decisão judicial doméstica, afasta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro para atos de império praticados em território nacional, cria precedente que outros Estados poderão invocar para submeter o Brasil à jurisdição de seus tribunais em circunstâncias análogas. A vulnerabilidade resultante não permanece abstrata. O país possui histórico de condutas estatais passíveis de qualificação como violações de direitos humanos, desde os atos praticados durante o regime militar até episódios contemporâneos de violência institucional, que poderiam fundamentar pretensões jurisdicionais estrangeiras caso a lógica da Tese 944 fosse adotada por outros tribunais. A apologia doméstica, ao projetar a Constituição brasileira como fonte de exceção ao costume, desconsidera que outros Estados dispõem de constituições igualmente comprometidas com direitos fundamentais e poderiam, pela mesma lógica, instrumentalizar seus próprios textos constitucionais para exercer jurisdição sobre o Brasil. A reciprocidade defensiva que o padrão ascendente proporcionava dissolve-se quando o fundamento da norma deixa de residir no comportamento coletivo e passa a repousar na vontade unilateral do Estado do foro.

A problematização que empreendo nesta seção não pretende, contudo, reduzir o voto de Fachin a mero erro de método ou a gesto de voluntarismo judicial desprovido de fundamento. A tensão que o julgamento do ARE 954.858 expôs, entre o imperativo moral de reparação às vítimas de graves violações e a exigência estrutural de ancoragem costumeira da norma internacional, não admite resolução confortável em nenhum dos polos da gramática que Koskenniemi identifica. A apologia, levada às suas consequências últimas, sacrifica a normatividade do direito e converte a imunidade em escudo impenetrável contra qualquer pretensão de justiça, como demonstrou a insatisfação normativa que permeava o próprio parecer de Janot. A ruptura com a apologia, por sua vez, arrisca dissolver a concretabilidade que confere ao direito internacional sua credibilidade como disciplina distinta da moralidade especulativa. O gesto de Fachin situa-se, portanto, nessa zona intermediária em que a decisão não se sustenta inteiramente como apologia, pois rompeu deliberadamente com o costume vigente, mas tampouco se apresenta como pura projeção utópica, pois recorreu a texto positivo doméstico como fundamento. Essa ambiguidade estrutural, longe de constituir mera imprecisão argumentativa, revela a dinâmica que Koskenniemi identifica como constitutiva do discurso jurídico internacional: a oscilação perpétua entre concretabilidade e normatividade, entre o fato e o ideal, que nenhuma decisão consegue resolver de modo definitivo.[676]

[676] KOSKENNIEMI, Martti. **F***rom Apology to Utopia:* The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17; 64-65.

Demonstrado que a Tese 944 não satisfaz o requisito de concretabilidade, pois rompe com o costume internacional vigente, com a decisão da CIJ de 2012 e com a prática estatal majoritária que preserva a imunidade absoluta para atos de império, resta examinar se a decisão encontra sustentação no outro polo da gramática jurídica internacional. Se o STF abandonou o "direito como ele existe", cumpre verificar se o fez em nome de uma projeção coerente do "direito como ele deveria existir", ou seja, se a Tese 944 satisfaz o requisito de normatividade que o padrão descendente impõe. Essa indagação orienta a análise que empreendo na seção seguinte.

### *3.1.2 "Nem utopia": a promessa normativa sem densidade conceitual*

A seção precedente demonstrou que a Tese 944 não satisfaz o requisito de concretabilidade. Resta, contudo, examinar o outro polo da gramática jurídica internacional na formulação de Koskenniemi. Se o STF abandonou o "direito como ele é", cumpre verificar se o fez em nome de uma projeção coerente do "direito como ele deveria ser", ou seja, se a Tese 944 satisfaz o requisito de normatividade que o padrão descendente impõe.[677] A hipótese que sustento nesta seção aponta em sentido negativo. Embora o voto condutor do Ministro Fachin mobilize vocabulário moral-principiológico característico do registro utópico, invocando a prevalência dos direitos humanos, a primazia da dignidade humana e a força simbólica da reparação, a decisão fracassa em conferir a esses valores a densidade conceitual, a coerência interna e a universalizabilidade necessárias para que funcionem como padrão normativo autônomo. A Tese 944 promete normatividade, mas entrega indeterminação. Para demonstrá-lo, percorrerei quatro movimentos analíticos. Inicio pela reconstrução conceitual do polo utópico em Koskenniemi, situando-o como requisito teórico antes de aplicá-lo ao caso concreto. Em seguida, identifico os traços explicitamente utópicos na argumentação do STF. Na terceira etapa, examino três dimensões de incoerência que impedem a Tese 944 de funcionar como utopia normativa genuína: a dissolução do núcleo normativo pela amplitude semântica da expressão "violação a direitos humanos", a incapacidade de a tese sobreviver ao teste de universalizabilidade, e a barreira estrutural da imunidade de execução que esvazia sua promessa de efetividade. Analiso, por fim, a rejeição deliberada das propostas de contenção normativa apresentadas durante o julgamento, demonstrando que a escolha pela indeterminação não

[677] Cf. KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 16-17; 58-60.

resultou de imprecisão técnica, mas de preferência institucional consciente pela abertura interpretativa.

A compreensão do polo utópico na teoria de Martti Koskenniemi exige situá-lo no interior da arquitetura binária que estrutura todo o argumento jurídico internacional. Em *From Apology to Utopia*, Koskenniemi demonstra que o discurso jurídico internacional não opera como sistema de regras lógicas conducentes a soluções únicas, mas como uma gramática argumentativa organizada em torno de dois padrões de justificação mutuamente excludentes, o padrão ascendente (*ascending pattern*) e o padrão descendente (*descending pattern*).[678] Enquanto o padrão ascendente extrai a validade da norma a partir da vontade, do comportamento e dos interesses factuais dos Estados, conferindo-lhe concretude, o padrão descendente deriva a obrigatoriedade jurídica de uma fonte anterior e superior à vontade estatal específica, como a justiça, a razão natural, os interesses comuns da humanidade ou valores morais universais.[679] Esse segundo padrão constitui o polo utópico da estrutura koskenniemiana, e sua reconstrução conceitual funciona como requisito teórico indispensável antes de qualquer aplicação ao caso concreto.

O polo utópico se define, antes de tudo, por sua função dentro do sistema: garantir a normatividade do direito internacional, assegurando a distância entre o direito e o poder político bruto. Sem essa distância, o direito se reduziria a uma descrição sociológica daquilo que os Estados efetivamente fazem, perdendo qualquer capacidade de opor prescrições ao comportamento soberano. Koskenniemi denomina essa redução, conforme explicado na seção anterior, de *apologia*. Em termos estruturais, o polo utópico permite que o direito opere como conjunto de prescrições que transcendem a factualidade, habilitando a crítica jurídica e moral das ações estatais. A doutrina de fontes, por exemplo, tenta justamente reconciliar essas duas exigências. De um lado, a concretude, que consiste em recusar aceitar quaisquer normas como simplesmente dadas, seja por virtude da condição estatal ou de algum código normativo anterior. De outro, a normatividade, que consiste em desvincula[r] o direito das visões e interpretações momentâneas que os Estados possam ter de seu conteúdo.[680]

Historicamente, o polo utópico se ancora nas tradições do direito natural e nas teorias morais clássicas que postulam a existência de princípios vinculantes independentemente do

---

[678] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 58-60.
[679] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 58-60.
[680] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 17-23.

consentimento estatal. Koskenniemi identifica que, para os juristas primitivos, como Vitoria e Suárez, a normatividade consistia em questão de origens no sentido mais óbvio: "todo o direito derivava de Deus ou da natureza", e encontrar o direito tornava-se uma questão de análise de conteúdo, verificando se o padrão potencial correspondia à "vontade de Deus ou à razão natural".[681] No esquema moderno, o polo descendente preserva essa lógica estrutural. A obrigatoriedade da norma não repousa no que os Estados consentiram, mas naquilo que a justiça, o bem comum ou as necessidades sociais objetivas exigem, em um "código normativo preexistente que dita como o Estado *deve* se comportar, em vez de apenas registrar como ele *efetivamente* se comporta".[682] O traço decisivo reside no fato de que o polo utópico postula obrigações capazes de vincular o soberano ainda que ele se oponha à sua aplicação. Precisamente porque o liberalismo moderno assumiu que "questões de justiça, necessidades normativas, interesses objetivos, consistem, em última instância, em matéria de opinião subjetiva",[683] o polo utópico permanece como presença incômoda, porém indispensável, dentro do discurso jurídico — o sistema não consegue justificá-lo plenamente, mas tampouco pode descartá-lo sem colapsar em pura política de poder.

O risco constitutivo desse polo, entretanto, guarda simetria com sua função. Ao desvincular-se da prática e do consentimento estatal para preservar sua pureza normativa, o argumento utópico falha no requisito de concretabilidade. Uma norma que não pode apontar para um comportamento factual que a sustente torna-se inverificável; e, do ponto de vista do soberano compelido, ela se revela como imposição de preferências subjetivas disfarçadas de universalidade. Koskenniemi demonstra que esse risco possui caráter estrutural, não circunstancial. A doutrina de fontes, se fosse "inteiramente fundacional", pareceria "um conjunto totalmente descendente e apriorístico de demandas normativas e seria vulnerável à acusação de ser utópica".[684] O *jus cogens* ilustra com precisão o problema. Precisamente porque "não faz referência ao que os Estados consentiram", ele "pareceria colapsar em uma moralidade natural" e "apareceria como uma utopia indemonstrável, uma questão de opinião política subjetiva".[685] No limite, o discurso utópico perde sua conexão com a realidade política

[681] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 305, nota 1.
[682] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 59.
[683] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 315.
[684] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 305.
[685] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 322-325.

e se transforma na "utopia especulativa de uma elite acadêmica", ou, nos termos de Koskenniemi, em uma forma de "naturalismo" que, "desde o Iluminismo, todos têm boas razões para rejeitar".[686]

A síntese do impasse reside na constatação de que concretude e normatividade se anulam reciprocamente. Koskenniemi demonstra que o argumento utópico carrega fragilidade constitutiva. Ao fundar a validade da norma em princípios morais ou axiológicos desvinculados da prática estatal, esse argumento não consegue explicar como o direito assim concebido vincula Estados que jamais consentiram com seu conteúdo. Normas cuja validade não pode verificar-se por referência ao comportamento, à vontade ou ao interesse concreto dos sujeitos aos quais se aplicam acabam por assemelhar-se a regras de direito natural, perdendo a concretude que distingue o direito internacional da moralidade especulativa.[687] A consequência estrutural dessa formulação condena o argumento jurídico internacional a um "diálogo interminável" entre os dois polos, sem jamais poder repousar estavelmente em nenhum deles. Quanto mais "normativo", mais distante da prática estatal, o argumento se torna, mais ele parecerá utópico e, portanto, "manipulável ao sabor das convicções morais do intérprete", perdendo sua autoridade perante Estados soberanos que guardam ciosamente sua independência.[688] O polo utópico, assim reconstruído, não se confunde com mero idealismo. Trata-se de um requisito funcional do sistema jurídico internacional, cuja presença se mostra indispensável para que o direito não se dissolva em apologia, mas cuja realização plena permanece estruturalmente impossível sem recair na arbitrariedade que o próprio sistema se propõe a neutralizar.

Reconstruído o polo utópico como categoria teórica, cabe agora identificar os traços utópicos que vinculam a argumentação do STF no ARE 954.858 ao padrão descendente de justificação. O voto condutor do Ministro Edson Fachin buscar deslocar o eixo de validade jurídica da concreção para a normatividade, operando uma ruptura deliberada com o direito internacional tal como verificado na prática estatal majoritária em favor de um projeto sobre como ele deveria funcionar. Essa ruptura não se apresenta de modo acidental ou residual, mas permeia a estrutura inteira do voto, manifestando-se em quatro dimensões complementares que, lidas em conjunto, configuram uma performance argumentativa tipicamente utópica no sentido koskenniemiano do termo.

---

[686] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 61.
[687] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 39.
[688] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 39.

A primeira dimensão reside no vocabulário moral-principiológico que satura a fundamentação. Fachin organiza o voto em torno de expressões como "prevalência dos direitos humanos" (art. 4º, II, da CRFB/88), "primazia da dignidade humana" (art. 1º, III), "força simbólica da reparação" e "proteção internacional da pessoa natural". Esse léxico não extrai a validade da norma a partir do comportamento concreto dos Estados, mas a faz descender de um código axiológico assumido como anterior e superior à vontade soberana. Quando o relator afirma que a Carta Magna apresentou um novo paradigma nas relações internacionais, em que não mais preponderaria a soberania dos Estados, mas os seres humanos, ele opera no registro descendente em estado puro: a norma constitucional doméstica assume o lugar que, na tradição jusnaturalista, cabia à razão divina ou à *recta ratio*. A consequência estrutural dessa escolha consiste em subordinar a fonte formal da obrigação (tratado, costume, prática generalizada) ao conteúdo moral que o intérprete atribui ao princípio invocado, invertendo a lógica ascendente que sustentava toda a jurisprudência anterior do próprio Tribunal.

A segunda dimensão manifesta-se na invocação do princípio *pro homine* como vetor de hierarquização normativa. Fachin realiza uma ponderação direta entre os incisos II ("prevalência dos direitos humanos") e V ("igualdade entre os Estados") do art. 4º da Constituição, concluindo pela prevalência do primeiro sem explicitar o critério dogmático dessa escolha. Sob a gramática koskenniemiana, essa operação reproduz a lógica do padrão descendente em sua forma mais característica, uma vez que a autoridade de uma norma passa a depender de seu conteúdo axiológico, e não de seu fundamento de validade formal. A própria tese recorda, em seus termos iniciais, que o dispositivo constitucional posiciona ambos os princípios lado a lado, sem indicar qual deveria predominar no caso concreto. A resolução desse conflito, portanto, não provém do sistema de fontes — que permanece silente sobre a hierarquia entre os dois incisos — mas de uma intuição de justiça superior que o julgador assume como autoevidente, gesto que Koskenniemi identifica como o momento em que o argumento jurídico deixa de verificar o direito para passar a postulá-lo.[689]

A terceira dimensão aparece na rejeição explícita da separação entre norma procedimental e norma material. A Corte Internacional de Justiça, no caso *Alemanha v. Itália* (2012), havia mantido uma distinção rigorosa entre a regra de imunidade (procedimental) e a licitude do ato subjacente (substantiva), sustentando que o reconhecimento da ilicitude gravíssima dos atos nazistas não implicava, por si só, o afastamento de regra procedimental que impede o exercício de jurisdição por tribunais de outro Estado. Fachin classifica essa

[689] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 40.

abordagem como "demasiadamente formalista e conservadora" e a recusa em bloco.[690] Para a maioria do STF, se o ato configura "delito contra o direito internacional da pessoa humana", a regra procedimental de imunidade perde automaticamente sua validade, por conseguinte a forma cede diante da substância moral. Essa postura reproduz com exatidão o que Koskenniemi descreve como o movimento característico das teorias que subordinam a técnica jurídica à moralidade.[691] Ao recusar que a imunidade possa operar como barreira "indiferente" à gravidade da violação, o Tribunal dissolve a fronteira entre procedimento e mérito, fazendo o resultado normativo depender inteiramente do juízo moral do intérprete sobre a natureza do ato.

A quarta dimensão, e a mais reveladora, consiste na adesão ao voto dissidente do Juiz Cançado Trindade na CIJ. Fachin adota a tese de que crimes internacionais constituem *delicta imperii* — atos antijurídicos que "não podem ser acobertados pelo manto da imunidade" — e reproduz a máxima trindadiana de que "um crime é um crime, independentemente de quem o comete".[692] Trindade, contudo, havia circunscrito explicitamente sua proposta a "graves violações de direitos humanos e direito internacional humanitário" que constituíssem crimes internacionais violadores de normas de *jus cogens*,[693] não propondo, em momento algum, relativização da imunidade para "violação de direitos humanos" de forma genérica ou indeterminada. Ao apropriar-se de um projeto declaradamente *de lege ferenda* — derrotado por doze votos a três na CIJ — e apresentá-lo como se refletisse tendência consolidada ou costume emergente, o STF executa o gesto utópico em sua expressão mais acabada, uma vez que trata como direito vigente aquilo que, no contexto original, limitava-se a uma aspiração normativa minoritária, convertendo a exceção imaginada em regra aplicável. Lidos em conjunto, esses quatro traços confirmam que a argumentação da maioria no ARE 954.858 busca operar integralmente no registro do padrão descendente de justificação, derivando a validade da exceção não da prática estatal verificável, mas de valores morais que o Tribunal assume como superiores ao consentimento soberano.

---

[690] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf.

[691] KOSKENNIEMI, Martti. The Politics of International Law. *European Journal of International Law*, Florença, v. 1, n. 1, p. 4-32, 1990. p. 8.

[692] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf.

[693] CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. In: *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening),* Judgment, I.C.J. Reports 2012, p. 179-290.

A identificação dos traços utópicos que permeiam a argumentação da maioria não autoriza concluir, todavia, que a Tese 944 constitua utopia normativa genuína no sentido que Koskenniemi atribui ao termo. Cumpre, pois, examinar se essa performance argumentativa satisfaz as exigências mínimas que o próprio polo descendente impõe a quem nele opera. A primeira dessas exigências consiste na coerência interna do projeto normativo.[694] Para que uma proposta funcione como utopia no sentido koskenniemiano, ela precisa articular um *dever ser* dotado de contornos identificáveis, capaz de orientar a conduta dos destinatários e de distinguir os casos de incidência dos de não incidência. Koskenniemi formula esse requisito ao advertir que o discurso utópico perde sua conexão com a realidade política quando se transforma na utopia especulativa de uma elite acadêmica,[695] uma forma de naturalismo que carece da densidade necessária para vincular soberanias que não consentiram com ela. Essa exigência adquire relevância decisiva quando aplicada à expressão "violação a direitos humanos", núcleo semântico sobre o qual repousa toda a Tese 944.

O ponto de partida dessa análise reside na comparação entre o projeto utópico do qual a Tese 944 declaradamente descende e a fórmula que o Supremo Tribunal Federal efetivamente fixou. Conforme demonstrei nos parágrafos precedentes, o voto condutor do Ministro Fachin apropriou-se amplamente da dissidência humanista formulada por Antônio Augusto Cançado Trindade na Corte Internacional de Justiça, reproduzindo a tese dos *delicta imperii* e a máxima de que "um crime é um crime, independentemente de quem o comete". A proposta de Trindade, contudo, circunscrevia rigorosamente o campo de incidência da exceção à imunidade. O juiz brasileiro trabalhou exclusivamente com categorias dotadas de alta densidade técnica consolidada: graves violações de direitos humanos e direito internacional humanitário que constituíssem crimes internacionais violadores de normas de *jus cogens*. Tratava-se de condutas cujo reconhecimento conta com décadas de elaboração doutrinária, codificação convencional e jurisprudência reiterada: tortura, genocídio, escravidão, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O qualificativo "graves" não cumpria função retórica, mas operava como critério de seleção destinado a excluir violações ordinárias ou de menor gravidade do âmbito da exceção.

A Tese 944 dissolve esse cuidadoso edifício categorial. Ao substituir "crimes internacionais violadores de *jus cogens*" pela fórmula genérica "violação a direitos humanos", sem qualificadores de gravidade, sem remissão a catálogos normativos específicos e sem

---

[694] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 61-67.
[695] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia*: The Structure of International Legal Argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 24.

limitação a categorias reconhecidas pelo direito internacional penal, o Supremo expandiu a exceção para além de qualquer patamar existente ou mesmo proposto no cenário internacional, incluindo o do próprio Cançado Trindade. O voto que se pretendia tributário da dissidência humanista ultrapassou-a, paradoxalmente, em amplitude e indeterminação, produzindo enunciado que nem mesmo seu inspirador declarado havia propugnado. A fórmula resultante não especifica se a exceção alcança apenas direitos civis e políticos ou se abrange direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e trabalhistas. Tampouco delimita qual catálogo normativo funciona como referência: a Declaração Universal de 1948? Os Pactos de 1966? Convenções regionais? A própria Constituição brasileira? Esse silêncio categórico converte o enunciado vinculante da repercussão geral em uma abertura semântica cuja extensão nenhum intérprete consegue antecipar com segurança mínima.

A análise de Koskenniemi sobre a cultura jurídica contemporânea ilumina o problema com precisão cirúrgica. Ao mobilizar a noção de *rights-talk*[696]*,* o autor examina a tendência de traduzir praticamente qualquer interesse ou preferência política na linguagem dos "direitos", conferindo-lhe aparência de inegociabilidade.[697] Na cultura política ocidental, o primado do direito sobre o bem conduziu a uma colonização do discurso pelo paradigma jurídico, de modo que conflitos sociais de toda ordem passaram a formular-se como conflitos de direitos. O resultado consiste numa inflação permanente de pretensões que reivindicam status de "direito humano", sem que o sistema disponha de mecanismo interno capaz de distinguir, com segurança, as pretensões normativamente fundadas daquelas que apenas se revestem da gramática dos direitos para escapar ao jogo ordinário da política.[698] Koskenniemi identifica quatro modalidades pelas quais essa indeterminação se manifesta, quais sejam: a escolha inicial de enquadrar um conflito social como problema de direitos humanos constitui decisão política que o direito não consegue resolver; em quase toda controvérsia séria, ambos os lados podem invocar direitos concorrentes; os esquemas de direito-exceção tornam a fronteira entre o conteúdo do direito e suas limitações dependente de avaliações contextuais; e a abertura

[696] A expressão, amplamente difundida na teoria jurídica e política anglo-americana desde o final do século XX, tornou-se referência central na crítica à hipertrofia do discurso dos direitos. Sobre sua consolidação no debate contemporâneo, ver, entre outros, GLENDON, Mary Ann. *Rights talk*: the impoverishment of political discourse. New York: Free Press, 1991; KENNEDY, Duncan. The critique of rights in critical legal studies. In: BROWN, Wendy; HALLEY, Janet (ed.). *Left legalism / left critique*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 178-227. Koskenniemi incorpora o termo em articulação com sua própria moldura teórica, examinando-o como expressão da indeterminação estrutural do raciocínio jurídico internacional.

[697] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 133.

[698] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 133.

semântica permite que a razão subjacente à regra sempre prevaleça sobre sua forma, mantendo permanentemente aberta a porta da discricionariedade.[699]

Aplicada à Tese 944, essa moldura teórica revela que a expressão "violação a direitos humanos" padece de indeterminação disfuncional, qualitativamente distinta da abertura semântica que caracteriza cláusulas gerais legítimas no direito doméstico. Conceitos como boa-fé, função social da propriedade ou abuso de direito, por exemplo, embora semanticamente abertos, possuem acervo interpretativo consolidado por décadas de doutrina e jurisprudência que lhes conferem densidade operativa. Quando um magistrado aplica a boa-fé contratual, ele dispõe de tradição hermenêutica que guia sua valoração, permitindo distinguir, com razoável previsibilidade, os casos de incidência dos de não incidência. A expressão "violação a direitos humanos", no contexto específico da imunidade de jurisdição para atos de império, constitui importação descontextualizada para o campo do direito internacional, desprovida do acervo interpretativo que a sustentaria. Não se trata de amplitude funcional que delega ao julgador a concretização de princípio reconhecível, mas de amplitude disfuncional que impede a própria identificação do critério de decisão. A Tese 944 não fornece ao magistrado ordinário os parâmetros necessários para determinar quando a imunidade deve prevalecer e quando deve ceder, transferindo-lhe a responsabilidade de construir, caso a caso, uma definição de "direitos humanos" que o próprio Supremo Tribunal Federal se recusou a fixar.

Essa dissolução do núcleo normativo adquire significado ainda mais grave quando confrontada com o que Koskenniemi identifica como técnica hegemônica no uso da linguagem dos direitos.[700] Para o autor, quem detém o poder de definir o que constitui uma "violação" acaba impondo sua própria visão de mundo como verdade universal. A indeterminação permite que problemas estruturais complexos, como reparações de guerra e responsabilidade histórica, recebam reconfiguração como "problemas de direitos humanos" para serem geridos por burocratas e especialistas, operação que frequentemente obscurece as causas estruturais da injustiça ao reduzir tragédias coletivas à gramática individualista da indenização cível. No caso brasileiro, essa reconfiguração produziu efeito adicional: ao transformar a questão da imunidade soberana em questão de "direitos humanos", o Supremo deslocou a autoridade decisória do Executivo, constitucionalmente competente para conduzir as relações internacionais do país, para o Judiciário, constitucionalmente competente para proteger direitos fundamentais, sem que esse deslocamento repousasse sobre critério normativo capaz de conter

[699] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 157-159.
[700] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 221-223.

a expansão interpretativa futura. O viés estrutural que Koskenniemi identifica nas instituições, a tendência de preferir previsivelmente certos resultados enquanto se utiliza a máscara do direito para apresentá-los como neutros ou necessários, manifesta-se precisamente nessa translação de poder da diplomacia para a jurisdição, operada sob a invocação de valores cuja indeterminação impede qualquer controle sobre seu alcance.

A incoerência interna da Tese 944, assim examinada, distingue-se qualitativamente da imprecisão ordinária que acompanha qualquer enunciado normativo. Toda norma jurídica comporta margem interpretativa, e o reconhecimento dessa margem não equivale à afirmação de que a norma carece de sentido. O problema específico da fórmula fixada pelo Supremo reside na ausência de núcleo semântico minimamente estável que permitisse ao intérprete orientar-se na aplicação do enunciado. Enquanto Cançado Trindade havia construído um projeto utópico circunscrito, delimitado por categorias cujo conteúdo conta com amplo consenso internacional, o Supremo Tribunal Federal produziu, no afã de ampliar a proteção, uma fórmula cuja extensão absorve virtualmente qualquer pretensão indenizatória que o demandante consiga traduzir na linguagem dos direitos humanos. A utopia normativa genuína projeta um *dever ser* coerente, capaz de distinguir o que se inclui do que se exclui de seu campo de incidência. A Tese 944 projeta uma promessa cuja amplitude destrói a própria possibilidade de distinção, convertendo a exceção à imunidade, na prática, em regra potencialmente aplicável a qualquer ilícito estatal praticado em território brasileiro.

A segunda condição que o polo utópico impõe a qualquer projeto normativo que aspire à consistência consiste na universalizabilidade. [701] Uma norma que aspire ao padrão descendente de justificação precisa apresentar-se como regra que o proponente aceitaria ver aplicada universalmente, inclusive contra si próprio. Koskenniemi recupera o projeto cosmopolita kantiano como exercício de razão crítica que mede a realidade vigente a partir de um ideal de universalidade, de modo que a normatividade exige que a lei possa invocar-se independentemente das preferências políticas dos sujeitos aos quais se aplica. Se o Supremo Tribunal Federal afirma que a "prevalência dos direitos humanos" funciona como princípio capaz de derrogar o costume internacional da imunidade, a proposição subjacente deveria sustentar-se como padrão global: *qualquer Estado pode exercer jurisdição sobre outro Estado estrangeiro quando este último praticar atos ilícitos em violação a direitos humanos dentro do território do Estado do foro*. Para que a Tese 944 integre o polo utópico sem colapsar em

[701] KOSKENNIEMI, Martti. The Politics of International Law. *European Journal of International Law*, v. 1, n. 1, p. 4-32, 1990. p. 8.

particularismo, essa regra necessitaria resistir à universalização sem produzir contradições que o próprio proponente recusaria enfrentar.

A primeira contradição que a universalização revela opera no plano da reciprocidade negativa.[702] Aplicada ao caso concreto — a Alemanha praticando atos de guerra contra civis brasileiros em território nacional durante a Segunda Guerra Mundial —, a Tese 944 parece moralmente intuitiva. Universalizada, porém, a questão transforma-se radicalmente: o Brasil aceitaria que tribunais de outros Estados invocassem essa mesma regra para afastar a imunidade brasileira por violações históricas ou contemporâneas a direitos humanos? Conforme reconstitui no segundo capítulo, a imunidade de jurisdição funcionou historicamente como mecanismo de reciprocidade institucionalizada, sistema de proteções recíprocas no qual a concessão de imunidade ao soberano estrangeiro fundava expectativa de tratamento simétrico para representações, agentes e ativos brasileiros no exterior. Se a regra fosse universalizada, o Brasil se tornaria vulnerável a processos em dezenas de jurisdições estrangeiras, sendo exatamente o tipo de consequência que a AGU e o Itamaraty sinalizaram ao longo do julgamento. A título de exemplo, liderança brasileira na MINUSTAH no Haiti, entre 2004 e 2017, acumulou alegações documentadas de uso excessivo de força, mortes de civis e exploração sexual por parte de tropas sob comando brasileiro.[703] Sob a lógica da Tese 944, tribunais haitianos poderiam negar imunidade ao Brasil por atos praticados em território haitiano, invocando precisamente a fórmula genérica "violação a direitos humanos" sem necessidade de demonstrar crime internacional tipificado ou norma de *jus cogens* violada. Koskenniemi dedica atenção central ao problema de que argumentos descendentes universalizantes frequentemente mascaram projetos hegemônicos — a universalização das preferências de um ator particular sob linguagem normativa aparentemente neutra.[704] Jouannet sintetiza essa crítica ao afirmar que "*the only universalisation that he envisages is that which results from a policy of hegemony*".[705] O teste mais incisivo da universalizabilidade reside

[702] A noção de reciprocidade negativa não corresponde a um conceito expressamente cunhado por Koskenniemi, mas decorre da aplicação do seu teste de universalizabilidade ao campo da imunidade soberana: um argumento utpico-descendente só é normativamente legítimo se o seu proponente aceitaria submeter-se à mesma regra quando na posição de réu. Cf. KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 59–69; p. 305–312. Para a dimensão hegemônica dos argumentos descendentes universalizantes, ver também KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 2011, p. 17–26.

[703] HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS; CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, *Mantendo a paz no Haiti? Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu mandato como parâmetro de sucesso*, Cambridge/Rio de Janeiro/São Paulo, Harvard Law School/Centro de Justiça Global, mar. 2005

[704] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 67-68.

[705] JOUANNET, Emmanuelle. Koskenniemi: A Critical Introduction. *In*: KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 23.

precisamente nessa verificação: um argumento descendente só resiste ao escrutínio se o seu proponente aceitaria submeter-se à mesma norma que propõe para outros. Se a resposta oscila, o argumento revela-se como particularismo hegemônico disfarçado de universalismo normativo.

A essa contradição por reciprocidade soma-se a indeterminação que inviabiliza a aplicação uniforme da regra proposta. O teste da universalizabilidade exige que a norma possua contornos suficientemente definidos para operar de maneira consistente em qualquer jurisdição que a adotasse.[706] A Tese 944 utiliza a categoria genérica "violação a direitos humanos" sem especificar critérios de gravidade, sem circunscrever-se a crimes internacionais ou normas de *jus cogens*, e sem estabelecer lista taxativa de violações aptas a afastar a imunidade. Essa amplitude contrasta radicalmente com as abordagens adotadas por legislações nacionais que efetivamente regulam a matéria: o *Foreign Sovereign Immunities Act* norte-americano enumera exceções específicas e tecnicamente delimitadas; o *State Immunity Act* britânico restringe a *territorial tort exception* a danos pessoais ou materiais causados no território do foro; a lei argentina limita-se a delitos ou quase-delitos cometidos em território. Nenhum desses instrumentos emprega "direitos humanos" como categoria genérica de afastamento da imunidade, e todos operam mediante enumeração taxativa que confere previsibilidade à aplicação. Uma regra universal formulada nos termos indeterminados da Tese 944 permitiria que cada Estado definisse unilateralmente o que constitui "violação de direitos humanos", transformando o critério de exceção em instrumento de política externa discricionária — o que colapsaria a pretensão de universalidade normativa e recairia precisamente na apologia que o polo utópico pretendia superar. Koskenniemi adverte com precisão: "*From the ascending perspective, the descending model falls into subjectivism as it cannot demonstrate the content of its aprioristic norms in a reliable manner — i.e., it is vulnerable to the objection of utopianism*".[707]

O problema agrava-se quando se examina a arquitetura interna da regra proposta em contraste com os precedentes invocados como fundamento. A Tese 944 produz configuração paradoxal: apresenta-se simultaneamente mais ampla em escopo material que qualquer precedente internacional citado pelo Supremo — ao utilizar "direitos humanos" em vez de "crimes internacionais" ou "*jus cogens*" — e mais restritiva territorialmente — ao exigir que a violação ocorra "dentro do território nacional". Essa combinação gera regra que, se

[706] KOSKENNIEMI, Martti. *The Gentle Civilizer of Nations*: The Rise and Fall of International Law 1870-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 490-495.
[707] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 59.

universalizada, não coincide com nenhum dos precedentes mobilizados. A *Corte di Cassazione* italiana, no caso Ferrini, circunscreveu a exceção a violações de normas de *jus cogens* praticadas contra nacional italiano. Os tribunais gregos, no caso Distomo, ancoraram o afastamento da imunidade na mesma categoria de normas imperativas. Os casos sul-coreanos envolveram crimes contra a humanidade tipificados. Nenhum operou com a arquitetura híbrida que o Supremo fixou, conjugando amplitude material máxima com restrição territorial. A universalização de uma regra com essas características produziria não um sistema normativo coerente, mas um mosaico de exceções unilaterais cujas geometrias difeririam de Estado para Estado, cada qual definindo sua própria versão da exceção humanitária segundo a amplitude semântica que seu ordenamento doméstico atribuísse à expressão "direitos humanos", resultado diametralmente oposto ao que o polo normativo-utópico pretende alcançar.

A fragilidade torna-se ainda mais evidente quando a proposição confronta a declaração autoritativa do costume vigente. A Corte Internacional de Justiça, no caso *Jurisdictional Immunities of the State* (2012), realizou exame extensivo de legislações nacionais, decisões judiciais domésticas e codificações internacionais para concluir, por maioria de doze votos a três, que a imunidade absoluta para atos de império permanecia como norma costumeira vigente, inclusive diante de alegações de violação de *jus cogens*. A Convenção das Nações Unidas de 2004, elaborada ao longo de décadas no âmbito da Comissão de Direito Internacional, deliberadamente excluiu propostas de exceção baseadas em normas imperativas ou em violações de direitos humanos. O processo de elaboração não deixou lacuna involuntária, mas produziu silêncio negociado entre Estados que, confrontados com a possibilidade de incluir tal exceção, optaram por rejeitá-la. Uma norma que se pretende universalizável precisa demonstrar como vincula Estados que não consentiram com ela. A Tese 944 não oferece essa demonstração; ao contrário, a existência de pronunciamento recente da CIJ em sentido diametralmente oposto evidencia que a proposição do Supremo, se universalizada, geraria não convergência normativa, mas fragmentação entre Estados que adotassem a regra brasileira e aqueles que seguissem a orientação da Corte de Haia.

Por fim, a universalização da regra esbarra na reversibilidade argumentativa que Koskenniemi identifica como propriedade constitutiva do par jurisdição-imunidade.[708] O autor demonstra extensamente que cada conceito jurídico internacional pode projetar-se tanto no polo ascendente quanto no descendente, tornando o argumento jurídico intrinsecamente instável, e

[708] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 503-506.

ilustra essa propriedade precisamente com o binômio em disputa: "*A State invoking jurisdiction might be opposed by an argument about the other State's immunity from such jurisdiction*".[709] No caso da Tese 944, o Brasil afirma que direitos humanos constituem norma superior capaz de derrotar a imunidade — argumento comunitário-descendente que subordina a soberania individual a valores suprapositivos. A Alemanha, ou qualquer Estado réu, invoca a imunidade como expressão de sua soberania e igualdade — argumento individualista-ascendente que ancora o instituto na prática consolidada. Ocorre que, como Koskenniemi demonstra, os argumentos admitem inversão: a imunidade também pode apresentar-se como princípio comunitário, pois sustenta a igualdade soberana e a estabilidade da ordem internacional; a jurisdição doméstica, por sua vez, também pode ler-se como exercício unilateral de poder — um Estado impondo sua visão sobre outro mediante categorias indeterminadas cujo conteúdo ele próprio define. Universalizada, a Tese 944 não resolve essa reversibilidade; simplesmente a ignora, fixando-se em um dos polos sem enfrentar a objeção estrutural do oposto. A universalização de uma norma que não enfrenta a reversibilidade produz sistema no qual cada Estado poderia invocar jurisdição e imunidade conforme sua conveniência, alternando entre os polos descendente e ascendente segundo a posição processual que ocupasse — cenário que equivale ao que Koskenniemi descreve como a condição de indeterminação estrutural em que argumentos profissionalmente impecáveis sustentam virtualmente qualquer posição, tornando o direito "*singularmente inútil como árbitro imparcial*".[710]

Tomadas em conjunto, essas dimensões convergem para demonstrar que a norma proposta pela Tese 944, se generalizada, produziria consequências que o próprio sistema internacional — e potencialmente o Brasil — não poderia aceitar: a submissão de todos os Estados à jurisdição de todos os outros tribunais domésticos sempre que "direitos humanos" fossem invocados, sem critérios estáveis, sem hierarquia entre tribunais e sem mecanismo de controle. O argumento utópico-normativo do Supremo, ao descer do princípio abstrato da prevalência dos direitos humanos para a regra concreta de afastamento da imunidade, não consegue sustentar sua pretensão de universalidade, evidenciando que a decisão, sob linguagem normativa, opera como gesto geopolítico particular que mobiliza categorias universalizantes para fins estratégicos específicos, configurando precisamente a instrumentalização que a

[709] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 505.
[710] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 591.

indeterminação estrutural do direito internacional, tal como descrita por Koskenniemi, torna permanentemente possível.

A terceira e última dimensão de incoerência que impede a Tese 944 de funcionar como utopia normativa genuína reside na ausência de efetividade prospectiva. Uma norma que aspire ao polo utópico precisa minimamente demonstrar como "vincula Estados que não consentiram com ela". A promessa de reparação dirigida às vítimas de violações graves constitui o fundamento axiológico mais poderoso da argumentação da maioria no ARE 954.858. Fachin invocou a "força simbólica da reparação" e a "proteção internacional da pessoa natural" como pilares do afastamento da imunidade. Ocorre que essa promessa colide com barreira estrutural que a decisão sequer enfrentou: a imunidade absoluta de execução, que permanece intacta no ordenamento brasileiro e no direito internacional.

O ordenamento jurídico brasileiro, tal como interpretado pelo próprio Supremo Tribunal Federal e pelo Itamaraty, adota sistema de autonomia radical entre as fases de conhecimento e execução. A ementa do RE-AgR 222.368, de relatoria do Ministro Celso de Mello, explicita essa dualidade ao afirmar que "a eventual impossibilidade jurídica de ulterior realização prática do título judicial condenatório, em decorrência da prerrogativa da imunidade de execução, não se revela suficiente para obstar, só por si, a instauração, perante Tribunais brasileiros, de processos de conhecimento contra Estados estrangeiros".[711] A formulação merece escrutínio cuidadoso, pois nela se esconde a confissão institucional de que o direito reconhecido na fase de conhecimento não encontrará, necessariamente, meios coercitivos de realização na fase executória. Enquanto a imunidade de jurisdição recebeu relativização em 1989 para atos de gestão, a imunidade de execução permanece protegida por normas convencionais, notadamente as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e sobre Relações Consulares de 1963, e pelo costume internacional que veda a adoção de medidas cautelares ou executórias, como arresto, penhora ou expropriação, sobre bens estatais estrangeiros situados fora de seu território de origem. Para que um bem estatal estrangeiro fosse penhorado, o Estado réu precisaria renunciar especificamente à imunidade executória, ato de submissão voluntária que raramente ocorre na prática internacional.

O rastro internacional de inefetividade que acompanha os precedentes invocados pelo Supremo confirma que a barreira estrutural da execução não constitui hipótese teórica, mas

[711] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 222.368-4 – PE – Pernambuco*. Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello, 30 de abril de 2002. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=331821.

constatação empiricamente verificável. No caso Ferrini, a Corte de Cassação italiana proferiu condenação definitiva contra a Alemanha, mas as tentativas de execução esbarraram na impossibilidade de penhora de bens alemães em território italiano, notadamente a Villa Vigoni, propriedade cultural destinada a funções diplomáticas e acadêmicas no Lago de Como. A Corte Internacional de Justiça, em 2012, condenou a Itália precisamente por permitir medidas constritivas contra bens alemães protegidos pela imunidade de execução, reafirmando que propriedade estatal destinada a funções soberanas não comerciais permanece absolutamente imune. No caso Distomo, as sentenças gregas favoráveis às vítimas do massacre nazista de 1944 enfrentaram obstáculo ainda mais revelador: o próprio governo grego, por meio de prerrogativa ministerial prevista no artigo 923 do Código de Processo Civil helênico, bloqueou a execução contra bens da Alemanha, priorizando a estabilidade diplomática e a cortesia internacional sobre o direito das vítimas à reparação efetiva. A intervenção do Executivo grego para impedir a execução judicial demonstra que, mesmo quando tribunais nacionais logram afastar a imunidade de jurisdição, a máquina estatal do próprio Estado do foro pode reverter os efeitos práticos da decisão em nome de considerações geopolíticas. Os casos sul-coreanos relativos às *comfort women*, nos quais o Tribunal Distrital Central de Seul condenou o Japão por crimes contra a humanidade cometidos durante a ocupação japonesa, reproduzem o mesmo padrão. O Japão recusou pagamento voluntário e os tribunais coreanos acabaram por reconhecer a impossibilidade prática de executar sentenças contra ativos japoneses protegidos. Nenhum dos precedentes que o Supremo invocou como evidência de "tendência internacional" logrou entregar às vítimas a reparação material prometida pela decisão judicial.

Essa constatação revela a natureza da promessa que a Tese 944 veicula. Uma sentença condenatória contra Estado estrangeiro que não pode ser cumprida coercitivamente equivale, na prática, a uma declaração moral desprovida de consequência jurídica tangível. O título judicial produzido pela fase de conhecimento adquire existência formal no ordenamento, mas permanece juridicamente inócuo na ausência de bens penhoráveis ou de renúncia voluntária do Estado condenado. A Tese 944 promete às vítimas de violações de direitos humanos algo que o sistema jurídico internacional, em seu estado atual, não possui meios de entregar. Essa promessa não cumprida reproduz o que Koskenniemi descreve como a estrutura messiânica do direito internacional.[712] O anúncio de uma justiça que permanece eternamente postergada, convertida em horizonte normativo cuja realização se adia indefinidamente sem que o adiamento comprometa a autoridade retórica da promessa. O gesto do Supremo oferece às

[712] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 265-267.

famílias dos tripulantes do Changri-lá uma vitória simbólica cuja tradução material depende inteiramente da disposição voluntária da Alemanha em cumprir eventual condenação, disposição que nenhum mecanismo jurídico doméstico ou internacional pode coagir.

A dimensão mais grave da ausência de efetividade prospectiva não reside, contudo, na mera impossibilidade prática de execução, mas na despolitização que a promessa judicial opera sobre o sofrimento das vítimas. Koskenniemi alerta para o fenômeno que denomina de *neoliberal reframing*, isto é, a tendência contemporânea de reduzir tragédias estruturais, como crimes de guerra e reparações históricas, a litígios individuais geridos por especialistas, esvaziando o potencial transformador do debate político em favor de uma gramática de gestão burocrática de conflitos.[713] Ao transformar o horror de 1943 em disputa cível de danos morais regida pela fórmula indeterminada da Tese 944, o Supremo praticou *desformalização* que,[714] em vez de empoderar as vítimas, aprisionou-as em rito judiciário cuja eficácia material depende de ato voluntário do Estado condenado. A responsabilidade política de negociar reparações em âmbito diplomático, processo que exigiria enfrentamento das consequências geopolíticas da demanda brasileira, transmuda-se em responsabilidade judicial de produzir título condenatório cuja força coercitiva termina precisamente na fronteira entre jurisdição e execução. O resultado configura o que interpreto como substituição da justiça pela sua simulação. A Tese 944 entrega às vítimas a forma linguística da reparação sem entregar-lhes a substância material que a reparação pressupõe, convertendo a utopia normativa em ficção que simula efetividade para preservar a autoafirmação da autoridade judicial em um campo em que essa autoridade não possui meios de se concretizar.

A análise conjugada das três dimensões de incoerência examinadas nesta seção — dissolução do núcleo normativo, incapacidade de universalização e ausência de efetividade prospectiva — demonstra que a Tese 944 não satisfaz o requisito de normatividade que o padrão descendente impõe. Carece de coerência interna porque a expressão "violação a direitos humanos", sem qualificadores, dissolve o núcleo normativo da exceção em uma abertura semântica que o próprio sistema não consegue delimitar. Carece, igualmente, de universalizabilidade porque a proposição subjacente à tese — a de que qualquer Estado pode exercer jurisdição sobre outro quando este praticar atos ilícitos em violação a direitos humanos dentro do território do Estado do foro — não resiste à generalização. Carece, por fim, de

---

[713] KOSKENNIEMI, Martti; KENNEDY, David. *Of Law and the World*: Critical Conversations on Power. Chicago: University of Chicago Press, 2023, p. 36.

[714] KOSKENNIEMI, Martti; KENNEDY, David. *Of Law and the World*: Critical Conversations on Power. Chicago: University of Chicago Press, 2023, p. 36; KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 339.

efetividade prospectiva porque a barreira intransponível da imunidade absoluta de execução transforma a promessa de reparação em gesto simbólico sem consequência material, condenando as vítimas a uma vitória judicial cuja realização depende inteiramente da vontade do Estado condenado, vontade que nenhuma construção jurisprudencial doméstica possui o poder de compelir. Essa tríplice insuficiência impede que a Tese 944 integre legitimamente o polo utópico da gramática koskenniemiana, esvaziando a pretensão normativa que justificara o abandono do registro apologético examinado na seção anterior.

Essas três dimensões poderiam, em tese, ter conduzido a diagnósticos distintos caso fossem interpretadas como imprecisões técnicas corrigíveis. Se a Tese 944 padecesse apenas de vagueza involuntária, o julgamento dos embargos de declaração teria oferecido oportunidade institucional adequada para sanar as lacunas, circunscrever a exceção a categorias dotadas de densidade conceitual e devolver ao enunciado a previsibilidade que um precedente vinculante em sede de repercussão geral requer. A reconstrução do percurso processual revela, contudo, que essa oportunidade não apenas existiu, como foi expressamente recusada. Propostas concretas de contenção normativa, formuladas por órgãos com legitimidade institucional para tanto, apresentaram-se ao Tribunal durante e após o julgamento do ARE 954.858. A rejeição deliberada de cada uma delas fornece o elemento analítico que faltava para completar o quadro esboçado nas etapas anteriores, dado que demonstra que a indeterminação constitutiva da Tese 944 não resultou de descuido redacional, mas de preferência institucional consciente pela abertura interpretativa.

A primeira proposta de contenção emanou da Procuradoria-Geral da República, ainda na fase que antecedeu o julgamento de mérito. O então Procurador-Geral Rodrigo Janot, após compilar argumentos favoráveis e contrários ao afastamento da imunidade, concluiu pelo desprovimento do recurso extraordinário e propôs tese segundo a qual permaneceria "absoluta a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro por ato de império do qual resulte dano reparável, praticado no exercício do direito de soberania em contexto de guerra, ainda que o ato praticado seja ofensivo ao direito internacional da pessoa humana".[715] Conforme analisei na seção 3.1.1, essa formulação operava inteiramente no registro do padrão ascendente, ancorando a preservação da imunidade na verificação empírica de que nenhuma prática estatal generalizada autorizava exceção para atos de império vinculados a violações de direitos

[715] BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf.

humanos. Para os fins desta análise, o elemento relevante reside menos na conclusão pela manutenção da imunidade, dimensão já examinada, do que na função que a proposta cumpriria no interior da gramática utópica caso a maioria optasse por afastar a prerrogativa soberana. Se o Plenário decidisse romper com o costume vigente, a formulação de Janot representava o caminho apologético de contenção, ao manter a imunidade como regra geral e reconhecer explicitamente o caráter ofensivo do ato, sem extrair dessa qualificação consequência jurisdicional. A apologia permaneceria intacta, porém acompanhada de declaração moral que registraria a reprovabilidade da conduta sem comprometer a estabilidade do regime.

A segunda proposta, qualitativamente diversa, surgiu em sede de embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Federal após a fixação da tese original.[716] Já confrontado com a amplitude semântica do enunciado aprovado pela maioria, o MPF buscou circunscrever a exceção mediante reformulação que substituísse a expressão genérica "atos ilícitos em violação a direitos humanos" pela categoria "crimes internacionais que impliquem grave violação aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário, praticados em território nacional por Estados estrangeiros". Essa proposta combinava três filtros de incidência distintos, a natureza do ilícito enquadrado como crime internacional, a intensidade da violação qualificada pelo adjetivo "grave" e o recorte territorial limitado ao território brasileiro. Diferentemente da formulação de Janot, que preservava a apologia, a proposta do MPF aceitava a premissa utópica da maioria e tentava dotá-la de operatividade. Representava, nos termos da gramática koskenniemiana, uma tentativa de conferir concretude ao projeto descendente, ancorando a aspiração normativa em marcos jurídicos reconhecíveis pelo direito internacional penal, como o Estatuto de Roma, o Estatuto de Nuremberg e a jurisprudência consolidada dos tribunais penais internacionais. Aproximava-se, ademais, da proposta do próprio Cançado Trindade na CIJ, que limitava o afastamento da imunidade aos *delicta imperii* e às violações de *jus cogens*, categorias cuja delimitação conta com -elaboração doutrinária e codificação convencional.

Considero necessário registrar que ambas as propostas, embora situadas em polos opostos da gramática, compartilhavam um atributo estrutural comum, a coerência interna. A proposta de Janot conferia coerência ao preservar a apologia com transparência, reconhecendo que o ato praticado ofendia o direito internacional da pessoa humana, sem extrair dessa

[716] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro. Embargante*: Ministério Público Federal. Interpelados: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros; República Federal da Alemanha; União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf.

constatação o afastamento da imunidade. A proposta do MPF conferia coerência ao aceitar a ruptura utópica, porém circunscrevendo-a a categorias dotadas de categorias normativas consolidadas, de modo que o intérprete futuro dispusesse de critérios técnicos verificáveis para distinguir as hipóteses de incidência daquelas de não incidência. Entre a contenção pela manutenção da regra e a contenção pela precisão da exceção, existia um espectro de soluções que permitiria ao Tribunal produzir resultado normativamente sustentável, capaz de responder à insatisfação moral diante da imunidade absoluta sem mergulhar na indeterminação radical que a Tese 944 inaugurou. Não se tratava, portanto, de falta de alternativas. O Plenário dispunha de caminhos tecnicamente viáveis para conferir à exceção o mínimo de previsibilidade que sua função de precedente vinculante demandava.

A Advocacia-Geral da União apresentou, em seus embargos, uma terceira via de contenção que merece menção complementar. A AGU propôs limitar a exceção à imunidade a "crimes de guerra" quando houvesse "violação, especificamente, ao direito humano da vida",[717] condicionando ainda o enquadramento a parâmetros estabelecidos em instrumentos como o Estatuto de Roma. O Ministro Nunes Marques, por sua vez, incorporou elementos de ambas as propostas ao sugerir redação que restringia a tese a "crimes de guerra, reconhecidos pelo Tribunal Internacional, praticados por Estados estrangeiros em território nacional e mediante grave violação ao direito humano contra a vida".[718] Essa formulação agregava quatro filtros cumulativos, a tipificação como crime de guerra, o reconhecimento por tribunal internacional, a ocorrência em território nacional e a violação específica do direito à vida. Lidas em conjunto, as propostas da PGR, do MPF, da AGU e de Nunes Marques configuravam um gradiente de contenção normativa que ia da preservação integral da imunidade até a relativização rigorosamente parametrizada, percorrendo todas as faixas intermediárias de delimitação técnica. Em nenhuma dessas alternativas a exceção operaria mediante categoria genérica e indeterminada.

Ao rejeitar cada uma dessas propostas, o Ministro Fachin articulou justificativa que merece escrutínio analítico detido, pois nela se revela, com clareza involuntária, a inversão

---

[717] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Segundos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: União. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954687&ext=.pdf.

[718] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Segundos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: União. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. p. 10 de 12 (voto vogal do min. Nunes Marques). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954687&ext=.pdf.

lógica que sustenta a escolha pela indeterminação. Quanto à substituição de "atos ilícitos" por "crimes internacionais", o relator argumentou que o acórdão não condicionara o afastamento da imunidade à caracterização de crime internacional, "nem à exigência de tipificação penal", uma vez que a discussão se concentrara no âmbito da responsabilidade civil. Embora a referência ao Estatuto de Nuremberg tenha permeado o próprio voto condutor, Fachin classificou essa menção como recurso meramente argumentativo, desprovido de pretensão de fixar critérios normativos. Quanto à inclusão do qualificador "grave" e da remissão ao direito humanitário, sustentou que a "posição do Plenário não se restringiu apenas aos crimes de guerra" e que limitar a exceção a "crimes internacionais" provocaria "maiores dificuldades" e "elevaria o nível de insegurança jurídica", dada a "ausência de consenso doutrinário e de definições consolidadas, tanto no plano convencional quanto no costumeiro, acerca do que se entende por crime internacional, bem como por direito humanitário".[719]

Essa justificativa contém o que identifico como uma falácia técnica cuja problematização se torna indispensável para a compreensão do fenômeno em análise. Fachin sustenta que uma categoria tecnicamente tipificada produz mais insegurança jurídica do que uma categoria genérica e semanticamente aberta. Contudo, o conceito de "crime internacional" possui tipificações exaustivas no direito internacional contemporâneo, compreendendo genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão, cujas definições constam em instrumentos como o Estatuto de Roma, os Estatutos dos Tribunais para a ex-Iugoslávia e Ruanda, e as Convenções de Genebra. A aplicação dessas categorias conta com décadas de jurisprudência internacional, desde Nuremberg até o Tribunal Penal Internacional, oferecendo testes de subsunção muito mais objetivos do que aqueles disponíveis para a expressão "violação a direitos humanos". Em contrapartida, conforme analisei nesta seção, o termo "direitos humanos" abrange desde direitos civis e políticos até direitos sociais, econômicos, culturais e de terceira geração, permitindo que qualquer ilícito praticado em território nacional venha a receber, mediante esforço retórico suficiente, a qualificação de violação de direitos humanos para fins de afastamento da imunidade. A conclusão de que a precisão produz mais insegurança do que a generalidade inverte a lógica que orienta qualquer sistema de tipificação normativa.

---

[719] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro. Embargante*: Ministério Público Federal. Interpelados: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros; República Federal da Alemanha; União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf.

A inversão não me parece acidental. Quando se examina a justificativa de Fachin à luz da trajetória argumentativa reconstituída ao longo desta seção, percebe-se que o relator não buscava resolver um problema de segurança jurídica, mas preservar a amplitude que confere à Tese 944 sua função política singular. Adotar "crimes internacionais" significaria submeter o afastamento da imunidade a crivos de tipicidade já consolidados no direito internacional penal, o que restringiria drasticamente o campo de incidência da exceção a hipóteses de gravidade extrema e reconhecimento universal. A exceção passaria a operar como instrumento técnico, previsível e circunscrito, perdendo a elasticidade que permite ao juiz do foro avaliar, caso a caso, se determinada conduta estatal configura "violação a direitos humanos" suficiente para afastar a prerrogativa soberana. Fachin optou, portanto, pelo que Koskenniemi descreve como *deformalização*, a transição de regras fixas para um balanceamento de interesses *ad hoc* realizado pelo intérprete investido de autoridade jurisdicional.[720] A recusa da precisão em favor da generalidade confirma que a Tese 944 não almejava produzir norma de aplicação previsível, mas mecanismo de abertura que transfere ao Judiciário brasileiro a competência para determinar, retroativamente e sem parâmetros previamente delimitados, quais condutas de Estados estrangeiros merecem ou não a proteção da imunidade.

O contraste com os precedentes estrangeiros que o próprio Tribunal invocou durante o julgamento reforça o diagnóstico. Conforme reconstituí no segundo capítulo, os sistemas legislativos que admitiram exceções à imunidade para atos de império fizeram-no mediante critérios taxativos e rigorosamente circunscritos. A título de exemplo, a *terrorism exception* do FSIA norte-americano exige designação prévia do Estado como patrocinador do terrorismo pelo Departamento de Estado. A *territorial tort exception* do SIA britânico restringe-se a danos pessoais ou materiais causados no território do foro. Os tribunais italianos e gregos, nos casos Ferrini e Distomo, fundamentaram o afastamento da imunidade em violações qualificadas de *jus cogens* e crimes internacionais específicos, não em categoria ampla de "direitos humanos". Nenhum desses modelos empregou a expressão genérica que a Tese 944 consagrou. Ao rejeitar a proposta do MPF, que buscava alinhar a exceção brasileira a esses parâmetros de contenção, a Corte produziu enunciado que ultrapassou, em amplitude e indeterminação, todos os precedentes que mobilizou como fundamento, incluindo a proposta do próprio Cançado Trindade, cuja dissidência na CIJ circunscrevia-se rigorosamente a crimes internacionais e normas de *jus cogens*.

[720] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 339.

A opção pela fórmula mais aberta e indeterminada, acompanhada de justificativa que inverte a relação entre precisão e segurança jurídica, confirma que a abertura semântica da Tese 944 não constitui defeito involuntário do enunciado, mas sua função deliberada. O Supremo Tribunal Federal dispunha de formulações alternativas que teriam conferido à exceção contornos identificáveis, alinhando-a tanto com os precedentes estrangeiros invocados pelo voto condutor quanto com a proposta de Cançado Trindade que o inspirou declaradamente. Ao recusá-las, a Corte revelou que a indeterminação serve menos à proteção universal dos direitos humanos do que à ampliação do espaço de valoração casuística do Judiciário sobre matéria que o costume internacional e a distribuição constitucional de competências reservariam, primordialmente, à esfera diplomática. A recusa da precisão em favor da generalidade não produz vácuo normativo; produz transferência de autoridade decisória, deslocando do Plenário para gabinetes de juízes singulares a tarefa de definir, sem balizas fornecidas pelo precedente vinculante, o que configura "violação a direitos humanos" para fins de afastamento de prerrogativa soberana que o costume internacional ainda preserva.

A análise conduzida, até o presente momento, percorreu um arco demonstrativo cujas conclusões parciais convergem para um diagnóstico unitário. Reconstituí o polo utópico como requisito teórico, identifiquei os traços descendentes na argumentação do Supremo, examinei três dimensões de incoerência que impedem a Tese 944 de funcionar como utopia normativa genuína e demonstrei que a rejeição das propostas de contenção não resultou de imprecisão técnica, mas de preferência institucional consciente pela abertura semântica. Resta, agora, articular essas conclusões parciais com a categoria que, a meu ver, confere inteligibilidade ao conjunto e permite compreender *por que* o Supremo preferiu a indeterminação à precisão. Refiro-me ao conceito koskenniemiano de *structural bias*,[721] viés estrutural, cuja mobilização revela que o fracasso utópico da Tese 944 não configura defeito acidental de uma decisão bem-intencionada, mas produto previsível de uma dinâmica institucional que opera segundo lógica própria, parcialmente independente das intenções declaradas pelos julgadores.

Koskenniemi desenvolve o conceito de *structural bias* a partir de uma constatação que permeia toda a sua obra. A gramática argumentativa do direito internacional, estruturada pela oscilação perene entre apologia e utopia, permanece constitutivamente incapaz de fornecer fechamento lógico a qualquer controvérsia normativa. Argumentos profissionalmente impecáveis sustentam posições diametralmente opostas com igual rigor técnico, de modo que

[721] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 600-615.

a estrutura formal do direito, por si, não determina o resultado. A decisão final, o encerramento efetivo da disputa, provém necessariamente de fora da estrutura jurídica, configurando aquilo que Koskenniemi denomina ato genuinamente político, "uma escolha entre alternativas não inteiramente ditada por critérios externos". [722] O conceito de viés estrutural designa precisamente o mecanismo pelo qual essa indeterminação, que em tese abriria o campo a qualquer resultado, acaba produzindo resultados institucionalmente previsíveis. As instituições não decidem ao acaso. Possuem preferências sedimentadas, pressupostos de fundo, hierarquias internas de valores e padrões de carreira que orientam, de forma não declarada, mas empiricamente verificável, a direção em que a indeterminação normativa tende a resolver-se. O viés estrutural funciona, portanto, como *falsa contingência*: embora a linguagem jurídica permaneça formalmente aberta a múltiplas interpretações, a instituição que a maneja tende previsivelmente a certos resultados, frequentemente aqueles que consolidam ou expandem o poder dos atores que ocupam posições dominantes no interior do regime.[723]

A operatividade desse conceito manifesta-se com clareza quando Koskenniemi analisa o fenômeno que denomina *politics of redefinition*.[724] Trata-se da estratégia discursiva mediante a qual um problema originalmente situado em determinado campo normativo, como a diplomacia interestatal, o comércio internacional ou a segurança coletiva, passa a receber caracterização diferente, por exemplo como "problema de direitos humanos", abrindo caminho para que o vocabulário técnico associado a essa nova definição assuma jurisdição sobre a matéria, acompanhado do viés estrutural que lhe corresponde. Koskenniemi adverte que cada vocabulário especializado "tende a destacar certas soluções, certos atores, certos interesses", empurrando outros "para a escuridão", e que "essa escolha normalmente não aparece como tal pelos vocabulários, mas como algo natural",[725] o que lhes confere caráter ideológico na acepção técnica do termo, "fazendo parecer necessário ou neutro algo que, na verdade, permanece parcial e contestado".[726] A análise aplica-se ao caso em exame com precisão quase descritiva. O regime de imunidade de jurisdição para atos de império pertencia, historicamente, ao campo do direito internacional público e da diplomacia interestatal, regido por costume consolidado e por mecanismos de reciprocidade cuja administração cabia primordialmente ao Poder Executivo. Ao redefinir a controvérsia como "problema de direitos humanos", o Supremo Tribunal Federal operou deslocamento de jurisdição que transferiu a competência decisória do

[722] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 258-260.
[723] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 65-68.
[724] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 67.
[725] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 67.
[726] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 68.

campo diplomático para o campo judicial, acompanhado do viés estrutural próprio deste último: a preferência pela expansão do controle jurisdicional, pela abertura interpretativa e pela subordinação de categorias formais a juízos de valor que o magistrado formula caso a caso.

Interpreto esse deslocamento como a chave explicativa para a inversão lógica que analisei nos parágrafos anteriores. Quando o Ministro Fachin sustentou que a categoria tecnicamente mais restrita, "crimes internacionais", produziria maior insegurança jurídica do que a categoria genérica "violação a direitos humanos", o argumento parece paradoxal apenas se lido na perspectiva da previsibilidade normativa. Na perspectiva do viés estrutural, a inversão torna-se perfeitamente inteligível. Categorias precisas como "crimes internacionais" ou "violações de *jus cogens*" possuem acervo interpretativo consolidado que constrange o intérprete, reduzindo a margem de valoração casuística ao vincular o magistrado a tipificações exaustivas e a jurisprudência internacional reiterada. Categorias genéricas como "violação a direitos humanos", ao contrário, maximizam o espaço de discricionariedade judicial, permitindo que cada julgador defina, segundo suas convicções pessoais e seu repertório doutrinário, o conteúdo operativo da expressão em cada caso concreto. A rejeição da precisão em favor da generalidade não contraria, portanto, a lógica institucional do Judiciário; realiza-a. A instituição preferiu o resultado que amplia seu próprio campo de atuação, utilizando a linguagem universalista dos direitos humanos para apresentar essa preferência como necessidade constitucional inescapável derivada do art. 4º, inciso II, não como escolha política sobre a distribuição de competências entre Poderes.

Essa dinâmica encontra expressão adicional no que Koskenniemi identifica como transição da *cultura do formalismo* para a *managerial mindset*, mentalidade gerencial.[727] A cultura do formalismo, que o autor defende como ideal regulativo, opera mediante regras fixas, categorias objetivas e procedimentos aplicáveis independentemente do conteúdo moral da conduta examinada. Sua virtude reside na capacidade de tratar adversários políticos como iguais, submetidos a parâmetros previsíveis que nenhum ator isolado pode manipular em benefício próprio. A mentalidade gerencial, por sua vez, substitui regras por ponderação de interesses, categorias formais por juízos de valor contextuais e procedimentos fixos por gestão técnica *ad hoc* realizada por especialistas que, por ocuparem posição institucional privilegiada, possuem o poder de definir quais valores prevalecem em cada situação concreta. A Tese 944, ao recusar os filtros de gravidade e de tipicidade que as propostas alternativas ofereciam, operou precisamente essa transição. A imunidade de jurisdição deixou de funcionar como regra

[727] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 71-75.

processual de aplicação objetiva, cuja incidência dependia da verificação formal da natureza do ato, para converter-se em objeto de ponderação moral realizada *ad hoc* pelo juiz do foro, que decidirá, sem balizas predeterminadas, se a conduta alegada configura "violação a direitos humanos" suficientemente grave para justificar o exercício de jurisdição sobre Estado soberano estrangeiro.

A consequência institucional desse deslocamento merece registro preciso, pois nela se revela a dimensão propriamente política do fracasso utópico. A repercussão geral vincula todas as instâncias do Judiciário brasileiro. Ao fixar fórmula cuja operatividade depende inteiramente de valorações futuras, o Supremo transferiu para juízes federais de primeiro grau, que não participaram da construção do precedente e que não dispõem do acervo deliberativo que acompanhou o julgamento, a responsabilidade de definir o alcance concreto da exceção. Cada magistrado ordinário, confrontado com demanda indenizatória contra Estado estrangeiro por ato de império, precisará determinar isoladamente se a conduta alegada preenche o requisito de "violação a direitos humanos" para fins de afastamento de prerrogativa soberana. A ausência de qualificadores de gravidade, de remissão a catálogos normativos específicos e de critérios objetivos de verificação garante que essa determinação varie conforme a formação, a sensibilidade e as convicções de cada julgador, produzindo potencialmente tantas definições de "direitos humanos" quantos juízos federais existirem no país. O viés estrutural pela abertura interpretativa, longe de resolver o problema normativo que o caso Changri-lá colocava, institucionalizou a fragmentação decisória como método de governança judicial em matéria de imunidade, transformando a incerteza que a repercussão geral deveria eliminar em incerteza que a repercussão geral paradoxalmente consagrou.

Essa constatação permite requalificar o diagnóstico que sustento ao longo desta seção. O fracasso da Tese 944 como utopia normativa não resulta de insuficiência teórica do projeto humanista que a inspirou, nem de limitação inerente ao discurso dos direitos humanos enquanto vocabulário de resistência ao poder. O projeto de Cançado Trindade, que Fachin declarou adotar, possuía coerência interna, densidade conceitual e potencial transformador genuíno, ainda que como proposta de *lege ferenda*. As propostas do MPF e de Nunes Marques ofereciam caminhos viáveis para traduzir esse projeto em enunciado normativo operacionalizável. O fracasso reside na *escolha política* de recusar todas as formas de contenção que confeririam à exceção os contornos necessários para funcionar como norma, escolha cuja racionalidade torna-se compreensível apenas quando lida à luz do viés estrutural que a determinou. O Supremo não desejava uma norma de aplicação previsível, desejava uma tecnologia de jurisdição expansível.

E a indeterminação, conforme Koskenniemi demonstra em contextos análogos, constitui precisamente o instrumento pelo qual instituições ampliam sua autoridade sem assumir explicitamente a decisão política que essa ampliação pressupõe.

O resultado configura aquilo que denomino fracasso político da utopia: a pretensão de justiça universal, que animava a ruptura com a apologia, acabou por servir de veículo para uma redistribuição de poder institucional que beneficia o próprio órgão prolator da decisão e seus agentes delegados, os juízes ordinários, em detrimento dos atores que o regime de imunidade tradicionalmente protegia, notadamente o Poder Executivo na condução das relações internacionais e os Estados estrangeiros na preservação de suas prerrogativas soberanas. A linguagem dos direitos humanos, que Koskenniemi reconhece como simultaneamente necessária e impossível, funcionou nesse contexto menos como horizonte emancipatório e mais como técnica hegemônica, na acepção precisa que o autor confere ao termo: a universalização de uma preferência particular, apresentada como se emanasse de "alguma lógica externa ou método neutro entre os participantes" quando, na verdade, traduz o viés específico da instituição que a formula.[728] A Tese 944 apresenta-se como imperativo constitucional derivado da prevalência dos direitos humanos. Lida, contudo, através da gramática koskenniemiana, revela-se como ato hegemônico que, "embora parcial e subjetivo, reivindica ser universal e objetivo".[729]

A consciência dessa dinâmica conduz à constatação final que encerra esta seção e orienta a transição para a análise subsequente. A Tese 944 fracassou como apologia, conforme demonstrei na seção 3.1.1, porque rompeu deliberadamente com o costume vigente, com a decisão da CIJ de 2012 e com a prática estatal majoritária. Fracassou igualmente como utopia, conforme demonstrei ao longo desta seção 3.1.2, porque carece de densidade conceitual, de universalizabilidade, de efetividade prospectiva e de contenção normativa, deficiências que não resultaram de acidente, mas de escolha institucional determinada pelo viés estrutural pela abertura interpretativa. Se a decisão não se sustenta em nenhum dos dois polos que a gramática jurídica internacional reconhece como legítimos, permanece a interrogação que venho construindo desde o início deste subcapítulo e que, a esta altura, se impõe como exigência incontornável da análise: como classificar teoricamente uma decisão que nem verifica o direito existente nem projeta coerentemente o direito desejável? A resposta que proponho reside na categoria central de Koskenniemi que até aqui mobilizei como moldura analítica, mas que ainda

[728] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 68.
[729] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 222.

não apliquei como instrumento explicativo autônomo: a *indeterminação estrutural*. Da impossibilidade de fechamento lógico que essa indeterminação produz emerge o conceito que desenvolverei na seção seguinte e que considero a contribuição analítica central desta tese: a *ficção normativa*, construção que simula densidade jurídica por meio de fórmula semanticamente aberta, cuja operatividade depende inteiramente de valorações casuísticas futuras, sem que se possa antecipar com segurança mínima o seu alcance.

### *3.1.3 "A exceção como ficção normativa": a indeterminação como produto e como método*

Se a Tese 944 não satisfaz o requisito de concretabilidade porque rompe com o costume internacional consolidado, nem o requisito de normatividade porque carece da densidade conceitual, da universalizabilidade e da efetividade prospectiva que qualquer projeto utópico genuíno exige, como classificá-la teoricamente? A resposta reside na categoria central de Koskenniemi mobilizada ao longo de todo este subcapítulo, a indeterminação estrutural, embora operando de modo que excede a formulação original do autor. Proponho que a Tese 944 seja mais bem compreendida como ficção normativa, expressão cuja dupla valência dialoga deliberadamente com as categorias koskenniemianas que orientam esta análise. Ficção, porque simula aquilo que não possui, apresentando-se com a estrutura sintática de norma sem o conteúdo semântico mínimo que permitiria sua aplicação previsível. Ficção especificamente *normativa*, porém, não apenas porque assume a forma de norma, mas porque *aspirou* à normatividade no sentido preciso que Koskenniemi confere ao termo, isto é, pretendeu projetar um *dever ser* autônomo, capaz de opor-se à prática estatal e de vincular soberanos que não consentiram. A Tese 944 quis ser utopia e não logrou sê-lo. Contudo, tampouco recuou à apologia, permanecendo como promessa cujo cumprimento o próprio sistema jurídico não tem condições de garantir. Dessa dupla impossibilidade emerge a ficção normativa como categoria analítica: não a indeterminação produtiva que Koskenniemi identifica como constitutiva de todo argumento jurídico internacional, mas uma forma mais radical de indeterminação, na qual a construção normativa já não consegue sustentar-se convincentemente a partir de nenhum dos dois polos que a gramática do direito internacional reconhece como legítimos. Demonstrar essa tese e desdobrar suas consequências constitui o objeto desta seção

As seções precedentes reconstituíram, de forma independente, os dois polos da gramática jurídica internacional na formulação de Koskenniemi e demonstraram que a Tese

944 não satisfaz nem o requisito de concretabilidade nem o de normatividade. Essa dupla insuficiência, contudo, não configura mero saldo negativo de duas análises paralelas. Compreendida à luz da arquitetura teórica de *From Apology to Utopia*, ela revela algo mais profundo. A indeterminação não funciona como defeito residual do sistema, como lacuna que melhor técnica legislativa ou interpretativa poderia colmatar, mas opera como condição constitutiva do discurso jurídico internacional, a propriedade interna que torna possível a própria existência de uma linguagem profissional distinta da política e da moralidade natural.[730] Koskenniemi trata o direito internacional como sistema linguístico, uma *gramática gerativa* que organiza a produção de argumentos profissionalmente competentes segundo padrões formais rigorosamente definidos, sem que essa formalidade garanta qualquer resultado substantivo determinado.[731] A gramática não constitui acervo de regras cujo conteúdo o intérprete descobriria mediante operação lógica. Funciona, antes, como máquina de produção de argumentos cuja estrutura permanece altamente previsível, mas cujo conteúdo permanece radicalmente aberto. Sem as contradições internas que a habitam, essa linguagem perderia a capacidade de acomodar conflitos entre atores soberanos com interesses divergentes e, portanto, deixaria de funcionar como projeto universalizante em um mundo de vontades particulares.

A dimensão propriamente linguística dessa gramática exige atenção analítica específica, pois nela reside o mecanismo que produz a indeterminação como efeito sistêmico, não como acidente. Koskenniemi opera com a distinção saussuriana entre *langue* e *parole* para desvelar a estrutura profunda do discurso jurídico internacional.[732] A *parole* designa os atos individuais de fala jurídica, as doutrinas expressas, os arrazoados em cortes internacionais, os textos de tratados, as reivindicações diplomáticas formuladas em situações concretas de conflito. A *langue* designa o código socialmente constituído, o sistema de diferenças e pressupostos subjacentes dentro do qual cada argumento individual recebe significado. Os conceitos jurídicos, nessa perspectiva, não possuem essência inteligível própria. Assemelham-se a buracos em uma rede, definidos apenas pelos fios de diferença formal que os separam dos conceitos vizinhos. Soberania só adquire significado por oposição a comunidade; regra, por oposição a exceção; jurisdição, por oposição a imunidade. Essa natureza relacional implica circularidade constitutiva, pois cada termo do par depende do oposto para definir-se, sem que

[730] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 565.
[731] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 563-567.
[732] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 6-14.

nenhum deles possua prioridade lógica sobre o outro. A competência profissional do jusinternacionalista não reside, portanto, na memorização de regras, mas no domínio dessa *langue* subjacente, na habilidade retórica de conectar regras em diferentes níveis de abstração para gerar argumentos reconhecidos como juridicamente plausíveis pela comunidade de pares.

Dessa estrutura relacional decorre a propriedade que Koskenniemi identifica como reversibilidade: cada conceito jurídico fundamental admite projeção simultânea em chave ascendente e em chave descendente, tornando o argumento intrinsecamente instável.[733] As seções anteriores demonstraram essa propriedade em operação no campo da imunidade de jurisdição, onde o mesmo instituto pôde funcionar como expressão da igualdade soberana (argumento ascendente) e como obstáculo à justiça reparatória (argumento descendente). O fenômeno, contudo, não se limita ao caso em análise. Constitui traço estrutural de toda a gramática. Na doutrina da soberania, a abordagem pelo "fato puro" (poder efetivo) e a abordagem pelo "critério jurídico" (reconhecimento normativo) dissolvem-se uma na outra, pois a primeira necessita de regra anterior que defina os limites do poder, enquanto a segunda necessita de fato verificável que demonstre a aplicação da regra. No direito costumeiro, comportamento funciona como evidência de intenção (*opinio juris*), e intenção determina qual comportamento possui relevância normativa, gerando circularidade que o sistema não consegue resolver por seus próprios meios. Na doutrina de fontes, disputas oscilam entre consentimento (ascendente) e justiça (descendente), sem que um argumento puramente consensual consiga justificar obrigação contra Estados não consentintes, nem um argumento puramente moral consiga demonstrar seu conteúdo de forma confiável. A reversibilidade assegura que um jurista competente consiga "inverter" qualquer conceito para sustentar resultado contraditório, o que significa, em termos práticos, que os materiais jurídicos disponíveis permitem a defesa de virtualmente qualquer posição dentro de linguagem jurídica.[734]

Quando essa impasse lógico se torna aparente, o argumento jurídico atinge o que Koskenniemi denomina *fechadura* (*lock*): o ponto em que a estrutura linguística do direito esgota sua capacidade de fornecer solução e o encerramento da disputa passa a depender inteiramente de ato de vontade política ou de escolha fundada em teoria da justiça que o próprio

[733] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 503.
[734] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 503-506.

sistema não consegue fundamentar.[735] A prática jurídica dissimula esse momento mediante estratégias de evasão, como fórmulas de equidade, proporcionalidade ou ponderação de interesses, técnicas que deslocam a decisão do plano das regras formais para um terreno impressionístico, onde valorações contextuais substituem dedução lógica. Koskenniemi sintetiza essa dinâmica em formulação que atravessa toda a sua obra: o discurso jurídico internacional encontra-se "*condemned to a spiral-like movement*" entre os polos da apologia e da utopia, movimento que torna o direito "*singularly useless as an impartial arbiter*".[736] A formulação não exprime ceticismo radical sobre o direito, nem convite ao abandono da linguagem jurídica. Exprime, antes, diagnóstico sobre a natureza do fechamento. Toda decisão que encerra uma controvérsia jurídica internacional constitui, em última instância, ato contingente de autoridade institucional, não consequência necessária da lógica normativa. O "sutil segredo do sucesso" do direito internacional reside, paradoxalmente, nessa própria interminabilidade, que garante a continuidade da disciplina ao fornecer idioma universal para a disputa política sem jamais resolver definitivamente os conflitos que traduz.[737]

Reconstituída a indeterminação como condição constitutiva do discurso jurídico internacional, cumpre precisar que reconhecer essa propriedade como universal não equivale a afirmar que todas as normas a experimentam do mesmo modo ou na mesma intensidade. A gramática koskenniemiana descreve um jogo argumentativo em que a oscilação entre apologia e utopia permanece *operável*, isto é, em que argumentos profissionalmente competentes conseguem articular-se em ambas as direções, ainda que nenhuma posição alcance fechamento lógico definitivo. A questão que se impõe, a partir das demonstrações realizadas nas seções precedentes, consiste em saber o que ocorre quando uma construção normativa não consegue sequer ingressar nesse jogo de modo consistente, quando falha simultaneamente nos dois polos sem que a oscilação produtiva entre eles chegue a instalar-se.

Retomo, para esta análise, a fórmula fixada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral enuncia que "os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição". Tomada em sua superfície sintática, a construção apresenta todos os elementos que a gramática jurídica reconhece como constitutivos de uma proposição normativa completa: (a) identifica

---

[735] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 600-601.
[736] KOSKENNIEMI, Martti. *From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument*. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 569-573.
[737] KENNEDY, David; KOSKENNIEMI, Martti. *Of law and the world:* critical conversations on power. Cambridge: Harvard University Press, 2023. p. 45.

um sujeito (atos ilícitos de Estados estrangeiros), (b) delimita uma condição fático-jurídica (violação a direitos humanos no território nacional) e (c) estipula uma consequência imperativa (perda da imunidade de jurisdição). Essa higidez formal confere ao enunciado a aparência de regra técnica dotada de hipótese de incidência e consequência jurídica minimamente definidas. A completude sintática, contudo, dissimula uma vacuidade semântica radical. O termo sobre o qual repousa toda a operatividade da fórmula, "violação a direitos humanos", funciona como significante de carga simbólica elevada, porém desprovido da densidade conceitual mínima que permitiria distinguir, *ex ante* os casos de incidência dos de não incidência. A frase parece enunciar uma regra; na prática, enuncia um recipiente cuja forma permanece estável enquanto o conteúdo permanece radicalmente aberto à valoração do intérprete que a ela recorrer em cada caso concreto.

Essa abertura não se manifesta em uma única dimensão, mas atravessa quatro eixos complementares que, tomados em conjunto, configuram o que a parte precedente identificou como possibilidade extrema de indeterminação: uma construção que não consegue sustentar-se convincentemente a partir de nenhum dos dois polos da gramática jurídica internacional. O primeiro eixo concerne à *indeterminação material*: a Tese 944 silencia sobre quais direitos compõem o universo de referência da exceção. O segundo eixo concerne à *indeterminação de gravidade*: ao rejeitar qualificadores como "graves violações" ou "crimes internacionais", o STF equiparou, para fins de afastamento da imunidade, condutas de natureza radicalmente diversa, desde crimes de guerra até ilícitos civis ordinários que possam, mediante esforço argumentativo, revestir-se de linguagem de direitos humanos. O terceiro eixo refere-se à *indeterminação de catálogo*: a fórmula não indica qual corpo normativo serve de referência para aferir a ocorrência da violação, deixando em aberto em qual parâmetro reside a sua interpretação, se, por exemplo, na Declaração Universal de 1948, nos Pactos de 1966, em convenções específicas ou na própria Constituição brasileira, escolha que altera substancialmente o universo de condutas abrangidas pela exceção. O quarto eixo concerne à *indeterminação orgânica*: a Tese 944 não estabelece qual instância, em que momento processual e segundo quais critérios probatórios define-se a ocorrência da violação para fins de afastamento da imunidade, omissão que transfere ao juízo de primeiro grau, já na fase de conhecimento, a valoração integral de um conceito que o próprio Tribunal fixador não delimitou.

A convergência desses quatro eixos impede que a fórmula opere como regra jurídica no sentido funcional do termo, pois não fornece ao destinatário, seja ele o Estado estrangeiro que precisa antecipar a exposição jurisdicional de seus atos, seja o jurisdicionado que avalia a

viabilidade de sua pretensão, seja o magistrado que aplica o precedente, parâmetro estável a partir do qual orientar conduta ou fundamentar decisão. Importa sublinhar que essa abertura não se confunde com a técnica legislativa legítima das cláusulas gerais. Institutos como a boa-fé objetiva ou a função social da propriedade operam mediante conceitos juridicamente indeterminados, porém sustentados por acervo doutrinário e jurisprudencial consolidado ao longo de décadas, acervo que confere a essas cláusulas um núcleo de significado reconhecível e uma periferia de casos-limite cuja resolução obedece a critérios metodologicamente compartilhados pela comunidade interpretativa. "Violação a direitos humanos", no contexto específico da imunidade de jurisdição estatal, não dispõe de acervo equivalente. Nenhuma tradição hermenêutica consolidada orienta o aplicador sobre o que a expressão abrange ou exclui nesse campo normativo particular, porque a própria combinação entre a categoria genérica de direitos humanos e o instituto da imunidade de jurisdição para atos de império carece de precedentes interpretativos que lhe confiram densidade operacional.

Essa ausência de acervo interpretativo decorre de circunstância que a análise não pode eludir. Embora "direitos humanos" constitua categoria consolidada no vocabulário do direito internacional, com presença em tratados multilaterais, convenções regionais e jurisprudência de cortes internacionais, essa consolidação não se reproduz de modo uniforme em todos os sub-regimes do ordenamento. No campo do direito internacional dos direitos humanos propriamente dito, a expressão opera sustentada por catálogos normativos específicos, órgãos de supervisão, jurisprudência acumulada e técnicas interpretativas sedimentadas que lhe conferem graus variáveis de densidade conforme o instrumento e o direito invocado. No campo da imunidade de jurisdição estatal, contudo, essa infraestrutura interpretativa não existe. Não há normas em vigor que prevejam a exceção à imunidade fundada em "violação a direitos humanos" como categoria genérica, conforme discutido nos capítulos e nas seções anteriores. A amplitude da expressão "direitos humanos", que já representa desafio interpretativo considerável nos sub-regimes onde dispõe de acervo consolidado, torna-se radicalmente mais problemática quando transplantada para campo normativo que não desenvolveu os mecanismos de delimitação necessários à sua operacionalização. Ao eleger essa categoria como fundamento da exceção à imunidade para atos de império, a Tese 944 produziu fórmula que carrega a força retórica do vocabulário de origem, mas não dispõe da infraestrutura interpretativa do campo de destino. O resultado consiste em enunciado que comunica imperatividade moral sem fornecer operatividade jurídica, projetando sobre cada juízo de primeiro grau a tarefa de conferir, caso a caso, o conteúdo que o Tribunal fixador deixou em aberto.

A análise precedente expôs a abertura semântica radical da fórmula fixada pelo STF e identificou os quatro eixos de indeterminação que a atravessam. Diagnosticar essa abertura como mera imprecisão técnica, contudo, reduziria o problema a defeito de redação corrigível por emenda ou interpretação restritiva. A tarefa que se impõe nesta altura do argumento consiste em desenvolver uma categoria conceitual capaz de capturar a natureza específica de uma construção que combina completude sintática com vacuidade semântica, autoridade institucional com ausência de parâmetros operacionais. A teoria jurídica oferece duas categorias primárias para classificar proposições prescritivas: a norma, no sentido estrito de regra, e o princípio.[738] A norma possui hipótese de incidência e consequência jurídica minimamente definidas; mesmo quando a interpretação opera nas margens, o núcleo identificável da regra orienta a conduta dos destinatários e constrange a margem de apreciação do julgador. O princípio, por sua vez, não determina de modo exaustivo a solução de um caso, mas possui núcleo axiológico reconhecível, sustentado por tradição hermenêutica consolidada, e opera mediante ponderação com princípios concorrentes segundo critérios metodológicos compartilhados pela comunidade interpretativa. Ambas as categorias, no quadro teórico de Koskenniemi, habitam a oscilação constitutiva entre apologia e utopia. Uma regra como a proibição do uso da força admite argumentação apologética (os Estados geralmente a observam) e argumentação utópica (vincula mesmo os que a transgridam). Um princípio como a igualdade soberana admite projeção ascendente (ancorada na prática) e descendente (ancorada em ideais). Essa oscilação, porém, permanece *produtiva*: argumentos articulam-se em ambas as direções, a reversibilidade dos conceitos assegura que o discurso jurídico continue a funcionar, e a *fechadura* resolve-se mediante o que Koskenniemi denomina prudência contextual ou viés estrutural institucional.[739] A indeterminação que essa oscilação gera configura, conforme reconstituído ao longo desta seção, a condição de possibilidade para que o direito internacional exista como linguagem distinta.

O que as demonstrações realizadas nas seções 3.1.1 e 3.1.2 estabeleceram, e o que a análise da fórmula normativa cristalizou nos parágrafos anteriores, aponta para fenômeno qualitativamente distinto dessa oscilação constitutiva. A Tese 944 não oscila entre os polos da gramática jurídica internacional; colapsa em ambos simultaneamente. Não consegue ancorar-se na prática estatal porque rompeu deliberadamente com o costume consolidado. Não consegue projetar coerentemente um direito desejável porque dissolveu o núcleo conceitual da exceção

[738] DWORKIN, Ronald. The model of rules. *University of Chicago Law Review*, Chicago, v. 35, n. 1, p. 14-46, 1967.
[739] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 252-254.

que pretendia criar. A distinção reside não no grau de indeterminação, mas em sua natureza. Na indeterminação constitutiva que Koskenniemi descreve, o jogo argumentativo opera: o jurista competente mobiliza argumentos em ambas as direções, a reversibilidade garante que o discurso funcione profissionalmente mesmo sem fechamento lógico, e a resolução depende de escolha política consciente dentro de um campo de possibilidades reconhecíveis. Na indeterminação que a Tese 944 materializa, esse jogo já não funciona nos termos em que a gramática o prevê: não apenas os argumentos permanecem reversíveis (o que caracterizaria indeterminação normal), mas não existem argumentos estáveis em nenhuma das duas direções a partir dos quais a reversão característica do discurso jurídico possa sequer começar a operar. A fórmula não oscila entre apologia e utopia, e sim flutua sem ancoragem em nenhum dos polos, desprovida dos pontos de apoio que permitiriam ao intérprete articular posição competente em qualquer das direções. Essa diferença qualitativa exige categoria conceitual que nem a noção de norma nem a de princípio capturam adequadamente.

Dessa diferença qualitativa emerge o conceito de *ficção normativa* como categoria analítica proposta por esta pesquisa. A ficção normativa designa construção que existe formalmente como norma – editada por autoridade competente, em procedimento próprio, com efeito vinculante *erga omnes* –, mas cuja ancoragem argumentativa permanece vazia nos dois polos que a gramática do direito internacional reconhece como legítimos. A dupla valência do termo, antecipada na introdução desta seção, revela agora seu significado pleno. A construção configura *ficção* porque simula aquilo que não possui, uma vez que projeta imagem de densidade jurídica por meio de linguagem assertiva e estrutura sintática imperativa, sem o conteúdo semântico mínimo que permitiria aplicação previsível. Configura ficção especificamente *normativa*, porém, porque o que ela simula não se esgota na forma exterior da norma, mas alcança a *normatividade* mesma no sentido que Koskenniemi confere ao termo, ou seja, a capacidade de projetar um *dever ser* autônomo, de opor-se à vontade estatal, de vincular soberanos que não consentiram. A Tese 944 aspirou a exatamente isso. Quis afirmar-se como projeto utópico-normativo capaz de subordinar a imunidade soberana à prevalência dos direitos humanos. O fracasso dessa aspiração não anula a existência formal da construção, mas transforma-a em algo que as categorias tradicionais não descrevem com precisão suficiente. A ficção normativa ocupa, portanto, espaço conceitual distinto tanto da norma quanto do princípio. Possui a autoridade institucional da primeira e invoca o vocabulário axiológico do segundo, sem satisfazer os requisitos funcionais de nenhum dos dois

Concretamente, proponho que a ficção normativa opera mediante tripla simulação. Simula, em primeiro lugar, *precisão*: a linguagem assertiva ("não gozam de imunidade") e a estrutura sintática imperativa projetam a imagem de regra técnica definitiva, como se a aplicação da tese pudesse seguir com a automaticidade de uma norma clássica, quando a condição de incidência (o que constitui "violação a direitos humanos" apta a afastar a imunidade) permanece radicalmente aberta à valoração de cada intérprete. Simula, em segundo lugar, *vinculação*: o mecanismo da repercussão geral assegura a obrigatoriedade formal para todas as instâncias do Judiciário, mas aquilo a que as vincula consiste em fórmula cujo conteúdo o próprio Tribunal fixador não definiu, o que significa que cada magistrado terá de preencher, sozinho, o vazio semântico que a Corte deixou em aberto. Simula, em terceiro lugar, *fechamento argumentativo*: a tese aparenta ter resolvido a tensão secular entre soberania e direitos humanos ao "decidir" em favor dos últimos, quando na verdade transfere a decisão substantiva para momento posterior e instância inferior, sem fornecer os parâmetros dentro dos quais essa decisão deveria mover-se. Essa tripla simulação permite distinguir a ficção normativa da técnica legítima das cláusulas gerais, cuja abertura semântica já se analisou nos parágrafos anteriores. Enquanto a cláusula geral transfere ao intérprete futuro uma decisão *delimitada*, inserida em tradição hermenêutica consolidada que fornece núcleo reconhecível e critérios metodológicos compartilhados, a ficção normativa transfere uma decisão *ilimitada*, desprovida de acervo, de balizas e de critérios que o sistema jurídico, por suas propriedades estruturais, possa garantir. A ficção normativa designa, em síntese, uma construção que existe formalmente como norma vinculante e que aspirou à normatividade no sentido koskenniemiano do termo — pretendeu projetar um *dever ser* autônomo capaz de opor-se à prática estatal e vincular soberanos que não consentiram —, mas que, tendo falhado nessa aspiração sem recuar à apologia, permanece com a ancoragem argumentativa vazia nos dois polos da gramática jurídica internacional, operando por simulação de precisão, de vinculação e de fechamento argumentativo sem possuir o conteúdo semântico mínimo que permitiria sua aplicação previsível.

Compreender por que essa vacuidade se agrava quando o significante mobilizado pertence ao campo dos direitos humanos exige atenção a uma dimensão específica da indeterminação que Koskenniemi examina em *The Politics of International Law*.[740] O autor identifica no vocabulário dos direitos humanos um fenômeno que denomina *inflação de direitos*, consistente na tradução massiva de interesses, preferências e reivindicações políticas

[740] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 153.

heterogêneas na linguagem de direitos (*rights-talk*) para conferir-lhes aparência de inegociabilidade.[741] Pretensões de natureza trabalhista, ambiental, econômica ou contratual, ao revestirem-se com esse vocabulário moralmente prestigioso, elevam-se ao patamar do eticamente absoluto, subtraindo-se ao compromisso político negociável e apresentando-se como exigências anteriores e superiores a qualquer cálculo de conveniência. A consequência estrutural dessa tradução generalizada consiste na dissolução progressiva das fronteiras entre o núcleo duro de proteção e a periferia difusa de reivindicações que, embora legítimas em seus próprios termos, operam sob lógica e com instrumentos normativos distintos. Dessa dissolução decorre efeito colateral que Koskenniemi trata como estruturalmente inevitável, o conflito de direitos. Se praticamente qualquer interesse pode revestir-se da linguagem de direitos para parecer inegociável, em quase todo conflito social de relevância ambos os lados conseguirão invocar "direitos" com plausibilidade argumentativa comparável. Direito à reparação contra igualdade soberana, acesso à justiça contra segurança jurídica nas relações internacionais, prevalência dos direitos humanos contra cooperação entre os povos. A gramática jurídica não fornece hierarquia interna entre essas pretensões concorrentes, porque todas derivam do mesmo vocabulário e reivindicam o mesmo estatuto de inegociabilidade. A resolução desses conflitos, adverte Koskenniemi, não provém da "essência" dos direitos invocados, mas de escolha política que o sistema dissimula mediante técnicas de balanceamento e proporcionalidade, projetando imagem de operação racional e metodologicamente controlada quando, na prática, confere aparência técnica ao que constitui decisão sobre a distribuição de poder entre os atores envolvidos.[742]

Essa dinâmica articula-se com o que Koskenniemi denomina *técnica hegemônica*, a operação mediante a qual interesses particulares ocupam o espaço do universal por meio da linguagem jurídica.[743] Quem detém o poder institucional de definir o que constitui "violação a direitos humanos" em um caso concreto acaba por impor sua própria visão de mundo como se representasse verdade universal, porque a linguagem dos direitos não admite, por definição, que a posição contrária se apresente como igualmente legítima. A indeterminação do significante não neutraliza essa operação, antes a potencializa, pois quanto mais aberto o conceito, maior o espaço disponível para que o intérprete projete suas preferências substantivas sob o manto de uma categoria moralmente inquestionável. Aplicada à Tese 944, essa análise

[741] KOSKENNIEMI, Martti. Rights, History, Critique. *In*: ETINSON, Adam (ed.). *Human rights*: moral or political? Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 54-55.
[742] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 254-260.
[743] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 221-222.

revela dimensão que a mera identificação da abertura semântica não captura integralmente. Ao recusar a restrição da exceção a categorias dotadas de densidade conceitual consolidada, como *jus cogens*, crimes internacionais ou graves violações, o STF não apenas ampliou o espectro de condutas potencialmente abarcadas, mas conferiu a cada magistrado de primeira instância a prerrogativa de *constituir* o próprio campo de incidência da norma, decidindo se um inadimplemento trabalhista, uma controvérsia ambiental ou um litígio contratual configuram "violação a direitos humanos" apta a submeter um Estado soberano à jurisdição brasileira. A amplitude da categoria transforma a exceção em convite permanente à redefinição, pois qualquer pretensão contra Estado estrangeiro poderá, mediante esforço argumentativo relativamente modesto, apresentar-se como reivindicação de direitos humanos e, com isso, transpor a barreira da imunidade que o costume internacional preserva para atos de império.

A essa dinâmica soma-se um último eixo da crítica koskenniemiana que ilumina com precisão particular o deslocamento operado pela Tese 944, a *política de redefinição* (*politics of redefinition*).[744] Koskenniemi observa que problemas complexos, cuja natureza envolve dimensões de segurança, política externa, distribuição de recursos e equilíbrio geopolítico, passam frequentemente por operação de redefinição mediante a qual peritos os traduzem na linguagem de direitos humanos, transferindo autoridade decisória para as instituições que dominam esse vocabulário específico. A redefinição não constitui operação neutra de enquadramento, mas reconfigura a distribuição de poder institucional ao determinar quais atores possuem competência legítima para gerir o problema redesignado. No caso brasileiro, a imunidade de jurisdição estatal configurava, até a fixação da Tese 944, questão situada na confluência entre direito internacional e política externa, cuja gestão competia primariamente ao Poder Executivo por meio do Itamaraty, segundo lógica de reciprocidade, cortesia internacional e ponderação dos custos diplomáticos de cada posição adotada. Ao redefinir a imunidade como problema de "direitos humanos" e "acesso à justiça", o STF realizou precisamente a operação que Koskenniemi descreve, transferindo a autoridade decisória de atores institucionalmente responsáveis pelas consequências diplomáticas de suas escolhas para atores que operam sob a lógica da proteção de direitos fundamentais, sem que essa transferência tenha sido acompanhada de mecanismos que obriguem a instância receptora a internalizar os custos geopolíticos da nova competência que reivindicou.

A redefinição da imunidade como problema de direitos humanos não produz efeitos apenas no plano da gramática argumentativa, mas alcança a arquitetura institucional do sistema

[744] KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 67-68.

jurídico brasileiro. A mais imediata dessas consequências incide sobre a função uniformizadora que o mecanismo da repercussão geral desempenha no desenho constitucional, função que consiste em evitar a multiplicidade de decisões conflitantes sobre idêntica matéria mediante a fixação de orientação interpretativa estável vinculante para todas as instâncias do Judiciário.[745] A Tese 944 produz, contudo, o efeito pragmático inverso. Ao fixar fórmula cujo termo central carece de densidade conceitual mínima, o Tribunal não uniformizou a interpretação da exceção à imunidade, mas institucionalizou a divergência, transferindo a cada juízo de primeiro grau a tarefa de definir, segundo valoração própria, o que constitui "violação a direitos humanos" apta a afastar a prerrogativa soberana de um Estado estrangeiro. O mecanismo que o constituinte concebeu para reduzir a litigiosidade converte-se, assim, em vetor de multiplicação de controvérsias, pois a ausência de balizas, de catálogo normativo de referência e de patamar de gravidade garante que a determinação do alcance da exceção varie conforme a formação, a sensibilidade e as convicções de cada julgador. Essa transferência não configura delegação legítima de concretização normativa, mas abdicação de responsabilidade decisória pelo órgão constitucionalmente incumbido de exercê-la.

A indeterminação projeta, ademais, insegurança jurídica sobre três dimensões institucionais complementares. Para os Estados estrangeiros, a ausência de taxatividade torna impossível antecipar quais condutas poderão ensejar submissão à jurisdição brasileira, pois, diferentemente das legislações que regulam a matéria mediante hipóteses verificáveis e tecnicamente delimitadas, a Tese 944 não oferece parâmetro objetivo que permita ao soberano estrangeiro ajustar preventivamente sua conduta, de modo que qualquer atividade estatal com repercussão sobre nacionais brasileiros torna-se potencialmente judicializável mediante redefinição na linguagem dos direitos humanos. Para o Poder Executivo, a indeterminação compromete o exercício da competência constitucional em matéria de relações internacionais prevista nos artigos 21, I e II, e 84, VII e VIII, da Constituição Federal de 1988, [746] na medida em que o Itamaraty perde a capacidade de antecipar os efeitos diplomáticos de decisões judiciais

---

[745] Cf. ANDRADE, Milso Nunes Veloso de. A repercussão geral como pressuposto de apreciação de recurso extraordinário: algumas considerações. *Direito Público*, Porto Alegre, ano 5, n. 22, p. 24-52, jul./ago. 2008; ANDRADE, Simone Tavares de; BUGALHO, Andréia Chiquini; FAVARETTO, Sandra Helena. Recurso extraordinário: efetividade das decisões com repercussão geral. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, n. 10, p. 1180-1200, out. 2022.

[746] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 21: "Compete à União: I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais; II – declarar a guerra e celebrar a paz". Art. 84: "Compete privativamente ao Presidente da República: VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional".

cujo conteúdo nenhum ator institucional consegue prever, subordinando a gestão da política externa a valorações difusas que o Executivo não formulou e sobre as quais não dispõe de controle. Para os jurisdicionados, por fim, a fluidez do conceito fomenta litigiosidade especulativa, pois a ausência de filtro de gravidade impede a avaliação da viabilidade real das pretensões, gerando expectativas de reparação que, diante da manutenção da imunidade absoluta de execução, culminarão predominantemente em títulos condenatórios desprovidos de eficácia material.

A convergência dessas consequências conduz ao risco de aplicação expansiva descontrolada. Se "violação a direitos humanos" abrange, sem qualificadores de gravidade, desde tortura e genocídio até inadimplemento trabalhista ou controvérsia contratual passível de revestimento na linguagem de direitos humanos, a imunidade de jurisdição para atos de império converte-se, funcionalmente, em letra morta no ordenamento brasileiro. Essa consequência não configura relativização da imunidade, categoria que pressupõe critérios definidos de exceção operando dentro de moldura normativa estável, mas seu esvaziamento funcional. A distinção adquire relevância decisiva porque a relativização preserva o instituto ao delimitar as hipóteses em que ele cede, ao passo que o esvaziamento dissolve o instituto ao tornar virtualmente ilimitadas as hipóteses de exceção. A própria tramitação processual dos embargos de declaração documenta que esse risco não escapou aos atores institucionais envolvidos, pois tanto a Procuradoria-Geral da República quanto a Advocacia-Geral da União propuseram instrumentos de contenção destinados precisamente a circunscrever a exceção a categorias dotadas de tipificação consolidada no direito internacional penal. A rejeição dessas propostas pelo relator não apenas confirmou a opção pela indeterminação, mas revelou assunção consciente do risco de que a exceção à imunidade se convertesse, na prática, na regra do ordenamento brasileiro em matéria de jurisdição sobre Estados estrangeiros.

A metáfora da "fronteira porosa", introduzida no item 1.3, descreveu a condição do regime de imunidade após a fixação da Tese 944 como a de uma barreira cuja permeabilidade havia se ampliado a ponto de comprometer a própria função do instituto. A análise teórica empreendida ao longo desta seção permite agora reler essa imagem com instrumental mais preciso. A exceção sem contornos que identifiquei no item 1.2 adquire, sob a gramática koskenniemiana, significado que transcende a constatação de abertura semântica excessiva, pois revela uma construção que, ao falhar simultaneamente como apologia e como utopia, não apenas deixou de delimitar o campo de incidência da exceção, mas suprimiu o mecanismo mediante o qual a natureza política da decisão sobre imunidade poderia tornar-se visível e,

portanto, controlável. A porosidade da fronteira, relida à luz da ficção normativa, não diz respeito apenas à amplitude do conceito de "violação a direitos humanos", dimensão já examinada nos parágrafos precedentes, mas à opacidade que essa amplitude impõe sobre a relação entre decisão jurídica e responsabilidade política, dimensão que a análise ainda não enfrentou e que a "cultura do formalismo" proposta por Koskenniemi permite iluminar com precisão.

Koskenniemi desenvolve a noção de *culture of formalism* – no epílogo de *From Apology to Utopia* e em escritos posteriores reunidos em *The Politics of International Law* – como resposta construtiva à indeterminação estrutural que a própria obra demonstrou.[747] O autor não propõe que o formalismo elimine a indeterminação, pretensão que toda a arquitetura de *From Apology to Utopia* desconstrói ao revelar a oscilação irredutível entre apologia e utopia. Propõe, em vez disso, que a insistência em categorias formais, em procedimentos reconhecidos e em constrangimentos institucionais explícitos cumpra função distinta, a de tornar a escolha política inerente a toda decisão jurídica mais visível e, consequentemente, mais suscetível de escrutínio, contestação e responsabilização.[748] A "cultura do formalismo" opera, nessa leitura, como mecanismo de atribuição de responsabilidade, não como garantia de correção substantiva. Quando o jurista decide dentro de categorias cujos contornos a comunidade interpretativa reconhece, os desvios tornam-se identificáveis, as razões precisam ser explicitadas e o decisor responde pelas escolhas que realizou perante uma comunidade profissional capaz de avaliá-las. O formalismo funciona, paradoxalmente, como instrumento de transparência política, pois ao constranger a linguagem em que a decisão se formula, revela o espaço em que a vontade do intérprete efetivamente operou. Essa proposta adquire relevância particular no campo da imunidade de jurisdição, no qual a decisão sobre submeter ou não um Estado estrangeiro a tribunal doméstico carrega inevitavelmente consequências diplomáticas, geopolíticas e distributivas que a linguagem técnica do direito tende a encobrir. A "cultura do formalismo" não pretende negar essas consequências, mas impedir que se dissolvam sob fórmulas cuja generalidade as torne invisíveis.

A ficção normativa da Tese 944 opera na direção inversa dessa proposta. Ao apresentar ruptura política com o costume internacional consolidado como derivação natural da "prevalência dos direitos humanos" inscrita no artigo 4, inciso II, da Constituição, o STF

---

[747] Cf. KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia*: the structure of international legal argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 616; KOSKENNIEMI, Martti. *The politics of international law*. Oxford: Hart Publishing, 2011. p. 128.

[748] KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia*: the structure of international legal argument. Reissue with a new epilogue. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 616.

dissimulou a natureza política de sua escolha sob linguagem moral que reivindica universalidade e autoevidência. A categoria mobilizada para fundamentar a exceção pertence, conforme demonstrado anteriormente, ao campo semântico que Koskenniemi identifica como maximamente disponível para projeção de preferências substantivas do intérprete, precisamente porque sua extensão conceitual abrange virtualmente qualquer pretensão formulável na gramática dos direitos. Essa disponibilidade semântica não apenas amplia o campo de incidência da exceção, mas dissolve o constrangimento formal que permitiria identificar *onde* e *por quem* a escolha política sobre os limites da soberania estrangeira efetivamente se realizou. A ficção normativa permite à Corte projetar a imagem de quem aplicou norma preexistente, derivada da Constituição e supostamente alinhada com tendência internacional emergente, quando na realidade constituiu exceção sem precedente na prática estatal. O formalismo que Koskenniemi defende como veículo de responsabilidade cede lugar a um gerencialismo casuístico que a própria obra identifica como risco, no qual a decisão apresenta-se em cada instância como constatação técnica revestida de inevitabilidade normativa, subtraindo-se ao tipo de controle que categorias formais mais densas possibilitariam.

O mecanismo de dissimulação prolonga-se para além do Supremo, inaugurando cadeia de responsabilidade diferida que percorre todos os níveis do sistema judicial. A consciência da indeterminação, que segundo Koskenniemi deveria concentrar a responsabilidade moral no decisor, opera aqui em sentido inverso, pois dispersa essa responsabilidade por número indefinido de decisões futuras. Cada magistrado de primeira instância que determinar, em caso concreto, se determinada pretensão configura "violação a direitos humanos" suficiente para afastar a imunidade soberana poderá apresentar sua escolha como mera aplicação da tese firmada pelo Supremo, e não como decisão política autônoma sobre os limites da soberania estrangeira. O STF, por sua vez, transferiu a decisão ao fixar fórmula desprovida de conteúdo operativo. O resultado configura o que denomino *irresponsabilidade circular*, sistema no qual cada ator institucional aponta para outro como fonte da decisão, enquanto a decisão mesma, sempre política e sempre discricionária, apresenta-se em cada nível como aplicação técnica de norma alheia. A fronteira porosa do regime de imunidade brasileiro não apenas deixou de funcionar como barreira jurisdicional previsível, mas perdeu a condição de superfície na qual a responsabilidade pela escolha política pudesse inscrever-se de modo legível, convertendo-se em zona opaca onde a decisão circula sem titular e o poder se exerce sem endereço.

A análise empreendida ao longo desta seção permite formular proposição que considero central para a compreensão da Tese 944 e que organiza retrospectivamente o conjunto das

categorias analíticas aqui desenvolvidas. A decisão do Supremo Tribunal Federal não configura falha de técnica jurídica que melhor redação ou maior rigor conceitual teriam evitado. Configura, antes, a materialização empírica da tese de Koskenniemi sobre a indeterminação estrutural do direito internacional. O Tribunal recusou simultaneamente as duas ancoragens que a gramática jurídica internacional disponibiliza. Abandonou o padrão ascendente ao romper com o costume consolidado, com a decisão da CIJ de 2012 e com a prática estatal majoritária que preserva a imunidade absoluta para atos de império. Recusou, ao mesmo tempo, ancorar a exceção no padrão descendente mediante categorias dotadas de densidade conceitual consolidada, como *jus cogens*, crimes internacionais ou graves violações de direito humanitário, categorias que confeririam à exceção os contornos mínimos que um projeto utópico genuíno exigiria. Ao rejeitar ambos os polos, o STF permaneceu suspenso na zona de indeterminação que Koskenniemi descreve como constitutiva do argumento jurídico internacional, zona na qual, recusando-se a escolher e a assumir os custos de qualquer das escolhas disponíveis, o Tribunal encontrou na ficção normativa a única saída discursiva que lhe permitia simular decisão sem efetivamente decidir. A ficção emergiu, portanto, não como acidente, mas como produto estrutural da recusa simultânea de concretabilidade e de normatividade delimitada.

Essa ficção cumpre função política que a análise não pode ignorar. Ao recusar a apologia, o Tribunal posiciona-se como progressista em matéria de direitos humanos, ocupando espaço retórico de denúncia da deferência ao poder estatal como insuficiente diante das exigências de justiça. Ao recusar, contudo, uma utopia consistente, dotada de critérios delimitáveis, universalizáveis e cujas consequências geopolíticas pudessem antecipar-se e assumir-se, o Tribunal evita os custos que qualquer posição utópica genuína imporia. Uma exceção circunscrita a crimes internacionais violadores de *jus cogens* exigiria enfrentamento dos efeitos de reciprocidade, definição de limiares de gravidade e aceitação de que a fórmula adotada pudesse aplicar-se reflexivamente ao próprio Estado brasileiro. A ficção normativa dispensa cada uma dessas exigências. Preserva o ganho simbólico da posição progressista enquanto transfere os custos materiais, diplomáticos e interpretativos para instâncias que não participaram da construção do precedente e que decidirão sob a aparência de aplicação técnica de norma alheia. A inversão da "cultura do formalismo" identificada nos parágrafos precedentes adquire aqui sua dimensão mais completa, pois o abandono do constrangimento formal não liberta o direito para a justiça, mas liberta o decisor para a irresponsabilidade.

As categorias analíticas desenvolvidas ao longo desta seção articulam-se, assim, em moldura teórica coerente que proponho como contribuição desta pesquisa para a compreensão

da exceção brasileira. A *ficção normativa*, conceito central, designa construção que opera por *tripla simulação*, de precisão, de vinculação e de fechamento argumentativo, mantendo a forma linguística de norma enquanto carece do conteúdo semântico mínimo que permitiria sua aplicação previsível. A *inflação de direitos* e a *técnica hegemônica* explicam por que a escolha do significante "direitos humanos" potencializou a indeterminação constitutiva da fórmula, conferindo ao intérprete futuro espaço virtualmente ilimitado para projetar preferências substantivas sob o manto de categoria moralmente inquestionável. A *política de redefinição* descreve o deslocamento de competência do Executivo para o Judiciário operado pela redescrição do problema da imunidade como questão de direitos humanos. A distinção entre *relativização* e *esvaziamento* captura a diferença qualitativa entre exceção delimitada que preserva o instituto e abertura ilimitada que o dissolve funcionalmente. A *abdicação da função uniformizadora* identifica a inversão funcional do mecanismo de repercussão geral, convertido de instrumento de estabilização em vetor de dispersão interpretativa. A *irresponsabilidade circular* descreve a cadeia de diferimento mediante a qual a decisão política fundamental sobre os limites da soberania estrangeira percorre o sistema sem jamais encontrar titular explícito. Lidas em conjunto, essas categorias compõem diagnóstico segundo o qual a fronteira porosa do regime de imunidade brasileiro não configura abertura controlada que preserve a função do instituto, mas zona de opacidade em que a decisão se exerce sem constrangimento formal e o poder opera sem endereço identificável.

### 3.2 Fora do tabuleiro: quando a exceção não encontra seus pares

O subcapítulo precedente diagnosticou o *produto* da decisão do Supremo Tribunal Federal. Ao submeter a Tese 944 ao duplo teste de verificação da gramática koskenniemiana, demonstrou-se que a fórmula fixada pelo STF não satisfaz o requisito de concretabilidade, pois rompeu deliberadamente com o costume internacional consolidado, e tampouco atende ao requisito de normatividade, pois carece de coerência interna, de universalizabilidade e de efetividade prospectiva. Dessa dupla insuficiência emergiu a categoria de ficção normativa, construção que aspirou à *normatividade* no sentido preciso que Koskenniemi confere ao termo, pretendeu projetar um dever ser autônomo capaz de opor-se à prática estatal e de vincular soberanos que não consentiram, mas que, tendo falhado nessa aspiração sem recuar à apologia, permanece com a ancoragem argumentativa vazia nos dois polos da gramática jurídica internacional, operando por tripla simulação de precisão, de vinculação e de fechamento

argumentativo. O diagnóstico, contudo, não esgota a tarefa analítica. Demonstrar *o que* a Tese 944 produziu não equivale a explicar *como* ela veio a produzi-lo.

A indeterminação estrutural identificada por Koskenniemi fornece o quadro teórico que permite classificar a ficção normativa, mas não oferece, por si só, o instrumental necessário para reconstruir o *processo de fabricação* pelo qual categorias globais dotadas de densidade conceitual reconhecível transformaram-se, ao longo de uma cadeia de operações discursivas rastreável nos votos e nos embargos de declaração do ARE 954.858, em fórmula genérica desprovida dos contornos que as fontes originais possuíam. Normas imperativas de *jus cogens*, *delicta imperii*, crimes internacionais tipificados, propostas de contenção formuladas pela PGR, pelo MPF, pela AGU e pelo Ministro Nunes Marques: todas essas categorias percorreram um trajeto de tradução cujo resultado final não preserva nenhuma delas em forma reconhecível. O presente subcapítulo desloca, portanto, a unidade de análise do resultado para a genealogia, interrogando não mais a natureza da exceção brasileira, mas o mecanismo de tradução cultural que a fabricou.

A ferramenta analítica que orienta essa reconstrução genealógica reside na noção de *vernacularização*, desenvolvida por Sally Engle Merry e Peggy Levitt, que designa a cadeia de operações de viagem, tradução e transformação pelas quais discursos jurídicos globais transitam do contexto de origem para contextos domésticos, onde atores locais os recodificam em gramáticas próprias, conferindo-lhes significados que podem diferir substancialmente daqueles que possuíam na esfera global. Essa segunda lente teórica não substitui a análise koskenniemiana empreendida no subcapítulo anterior; complementa-a, respondendo a uma exigência do próprio objeto. A Tese 944 só pode compreender-se plenamente se examinada, a um só tempo, pela gramática interna do discurso jurídico internacional, que revela a oscilação entre concretabilidade e normatividade, e pelo processo de tradução cultural que permitiu ao STF importar vocabulário global de direitos humanos para legitimar exceção cuja singularidade o cenário internacional não ampara. Koskenniemi explica *por que* a indeterminação serve ao poder institucional; Merry e Levitt explicam *como* a tradução cultural torna essa instrumentalização possível e socialmente aceitável.

A análise desdobra-se em três seções. A primeira, *A gramática da tradução: vernacularização como processo de fabricação normativa* (3.2.1), reconstrói conceitualmente a vernacularização como ferramenta de processo, apresentando as categorias de Merry e Levitt antes de aplicá-las ao caso concreto, em operação que espelha, no plano metodológico, o que a seção 3.1.1 realizou com Koskenniemi. A segunda, *A cadeia de traduções: rastreando as*

*mutações da Tese 944* (3.2.2), rastreia empiricamente quatro traduções sucessivas que amplificaram, a cada estágio, a indeterminação do enunciado: de normas imperativas de *jus cogens* a *violação a direitos humanos*, de *delicta imperii* a *atos ilícitos*, de precedentes fragmentados a *tendência internacional* imaginada, de propostas de contenção rejeitadas a exceção sem contornos. A terceira, *O cunning court e o paradoxo da vanguarda periférica* (3.2.3), articula os resultados das seções anteriores para propor que o Supremo operou como *cunning court*, mobilizando o vocabulário global de direitos humanos para colher dividendos simbólicos de vanguarda humanista sem arcar com os custos materiais que uma exceção efetivamente operativa imporia, e que essa operação produziu o que denomino *paradoxo da vanguarda periférica*: a pretensão de liderar a evolução normativa, desde posição periférica e sem os meios de projetar a tradução doméstica como novo padrão global, não produziu pioneirismo, mas exposição.

### *3.2.1 A gramática da tradução: vernacularização como processo de fabricação normativa*

A teoria da vernacularização, tal como desenvolvida por Sally Engle Merry em *Human Rights and Gender Violence* e ampliada em colaboração com Peggy Levitt em *Vernacularization on the Ground*,[749] fornece instrumental analítico de natureza distinta daquele que Koskenniemi oferece para examinar a indeterminação estrutural do discurso jurídico internacional. Enquanto Koskenniemi diagnostica a oscilação constitutiva entre concretabilidade e normatividade como propriedade interna da gramática jurídica, Merry e Levitt investigam o percurso externo pelo qual ideias jurídicas globais viajam, transitam entre contextos e adquirem significados novos ao serem recodificadas por atores locais. A vernacularização não designa o momento pontual da recepção de uma norma estrangeira, nem funciona como sinônimo de importação jurídica. Designa a cadeia completa de operações discursivas — *travel*, *translation* e *transformation* — que pode ser rastreada empiricamente em qualquer processo de tradução cultural de direitos humanos. A presente seção reconstrói conceitualmente esse referencial antes de aplicá-lo ao caso concreto, espelhando, no plano metodológico, a operação que a seção 3.1.1 realizou com Koskenniemi ao apresentar o polo apologético como categoria teórica previamente à sua mobilização analítica.

[749] MERRY, Sally Engle. *Human rights and gender violence*: translating international law into local justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006; LEVITT, Peggy; MERRY, Sally Engle. Vernacularization on the ground: local uses of global women's rights in Peru, China, India, and the United States. *Global Networks*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 441-461, 2009.

A vernacularização, na formulação que Merry desenvolve a partir de pesquisa empírica sobre a circulação transnacional de direitos humanos, designa a extração de ideias e práticas da esfera universal das organizações internacionais e sua tradução em termos que ressoam com os valores e modos de fazer das comunidades locais.[750] A definição carrega implicação metodológica imediata. Ao empregar o verbo *extrair* e o substantivo *tradução*, Merry recusa a metáfora do transplante jurídico, que pressupõe transferência integral de um ordenamento a outro, e substitui-a por imagem que comporta perda, seleção e reconfiguração de sentido.[751] O contexto local não funciona como receptáculo vazio à espera de conteúdo normativo externo. Apresenta-se, ao contrário, como espaço denso, atravessado por compreensões próprias sobre direitos, Estado e justiça, que interagem com a ideia importada e a reformulam no momento mesmo em que a acolhem. A vernacularização constitui, nessa chave, processo de tradução *dentro de contexto*, no qual a maneira como ideias globais se redefinem ou se rejeitam varia conforme o país, o cenário institucional e a história política local. Essa compreensão processual opõe-se frontalmente à leitura episódica que domina parte da literatura sobre recepção normativa no direito internacional. A tradição do *legal transplant*, tributária de Alan Watson, tende a tratar a incorporação de normas estrangeiras como evento pontual, datável, cujo sucesso se mede pela fidelidade da cópia ao original.[752] Merry e Levitt deslocam a atenção do resultado para a cadeia de operações discursivas que o produzem. Ao percorrer organizações de direitos humanos em Baroda, Pequim, Lima e Nova York, as autoras documentam que o entusiasmo pelo discurso de direitos humanos depende da ressonância histórica e cultural que esse discurso encontra em cada local.[753] O que muda entre um contexto e outro não reside apenas no grau de aceitação da norma importada, mas na própria substância que essa norma assume ao longo do percurso de recodificação.

A cadeia de operações discursivas que compõe a vernacularização percorre três estágios analiticamente distinguíveis, cada qual submetido a constrangimentos próprios. O primeiro, a *viagem*, refere-se ao movimento de ideias através de escalas, redes translocais e comunidades

---

[750] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 213-214.

[751] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 213.

[752] WATSON, Alan. *Legal transplants*: an approach to comparative law. 2. ed. Athens: University of Georgia Press, 1993.

[753] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 213-235.

de ativismo, desde a esfera global até o cenário doméstico.[754] Ideias de direitos humanos originam-se frequentemente em movimentos sociais locais e nacionais, cristalizam-se em forma de lei simbolicamente universal sob a supervisão do sistema da ONU e, a partir dessa formalização, viajam de volta aos contextos locais, onde atores as reapropriaram. A viagem não opera em sentido único, do global ao local, nem pressupõe que a ideia conserve integridade ao longo do trajeto. Essa multidirecionalidade impede que se reduza a vernacularização a fenômeno de importação passiva. O segundo estágio, a *tradução*, compreende o ato de tornar a ideia viajante inteligível e aceitável para o novo público.[755] A operação envolve o realce consciente ou inconsciente de certos elementos do discurso e a omissão ou adaptação de outros, processo que Merry descreve como vestir a ideia nova com as roupas da velha para que ela ressoe com valores e práticas já estabelecidos. A tradução depende de intermediários que transitam entre o global e o local, que possuem competência para navegar ambas as gramáticas e cuja eficácia se vincula à posição institucional que ocupam, à capacidade de operar em campos de poder distintos e ao grau de autonomia organizacional de que dispõem. O terceiro estágio, a *transformação*, designa o resultado das pressões exercidas durante a tradução, que produzem mudanças efetivas na substância, na estratégia e na linguagem da norma original.[756] A vernacularização pode, assim, gerar práticas antitéticas aos próprios princípios que lhe serviram de ponto de partida, legitimadas, contudo, pela aura de consenso internacional que a linguagem dos direitos confere.[757]

A distinção entre viagem, tradução e transformação possui valor analítico porque permite decompor o que, na superfície, aparenta constituir ato único de recepção em sequência de operações cuja lógica interna obedece a constrangimentos específicos em cada fase. A viagem depende da existência de redes e corretores de conhecimento (*knowledge brokers*) que transportem a ideia entre escalas.[758] A tradução depende do grau de ressonância que o discurso importado encontra no marco cultural local e da capacidade dos intermediários de operar a

[754] DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 5-6.
[755] DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 5-6.
[756] ESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 5-6.
[757] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 233-236.
[758] DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 10.

recodificação.[759] A transformação depende das condições estruturais sob as quais adoção e resistência se dão, incluindo financiamento, relações de poder Norte-Sul e familiaridade histórica com a linguagem dos direitos.[760] Cada estágio imprime marca própria sobre o produto final, de modo que o resultado da vernacularização não se explica pela intenção originária da ideia viajante, mas pela fricção acumulada ao longo de toda a cadeia, fenômeno que Anna Tsing denomina *friction* para capturar a natureza parcial, pragmática e imprevisível dos encontros entre escalas globais e locais.[761] A vernacularização não configura, por essa razão, homogeneização cultural, pois as ideias importadas sofrem transformação substancial ao longo do percurso, nem tampouco confronto binário entre universalismo e relativismo, pois opera como negociação pragmática na interface entre ideologias e práticas transnacionais, nacionais e locais. Compreendido o referencial em seus fundamentos conceituais, disponho dos parâmetros necessários para examinar, nos parágrafos subsequentes, os demais elementos que compõem a gramática da vernacularização e que se revelam indispensáveis à análise do percurso que conduziu à Tese 944.

A tradução, enquanto segundo estágio da vernacularização, não opera de modo uniforme. Merry identifica duas modalidades distintas pelas quais uma ideia global pode adquirir forma local, e a diferença entre elas reside no grau de preservação do conteúdo normativo originário. A primeira modalidade, denominada *replicação* (*replication*), caracteriza-se pela manutenção do núcleo substantivo da ideia transnacional, cabendo ao contexto local moldar apenas a implementação, a estética ou o modo de apresentação.[762] Nessa modalidade, o *pacote de valores globais* permanece intacto, e os atores locais limitam-se a vestir a ideia nova com as roupas da velha, tornando-a compreensível, aceitável e relevante para o público doméstico sem alterar sua estrutura normativa interna. A segunda modalidade, denominada *hibridização* (*hybridization*), envolve engajamento mais profundo com a ideia viajante, no qual símbolos, ideologias e formas organizacionais geradas em uma localidade se fundem com as de outra para produzir instituições, práticas ou estruturas simbólicas

[759] DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 6.
[760] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 235.
[761] TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction*: an ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.
[762] Merry, Sally Engle. *Human Rights and Gender Violence*: Translating International Law into Local Justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006. p. 44.

inteiramente novas.[763] Diferentemente da replicação, a hibridização dissolve as fronteiras entre o global e o local e gera constructos que não pertencem integralmente a nenhuma das esferas originárias.

A distinção entre replicação e hibridização possui relevância analítica porque fornece critério para avaliar o grau de fidelidade normativa que o produto da vernacularização guarda em relação à ideia global de origem. Merry e Levitt advertem que o processo de vernacularização pode atenuar de tal forma os princípios nucleares dos direitos humanos que eles deixam de carregar o significado que possuem no sistema do qual foram extraídos.[764] Mais do que isso, o referencial de direitos humanos, por constituir discurso aberto, comporta apropriações múltiplas, inclusive aquelas que violam os princípios nucleares do próprio sistema. A maleabilidade do discurso permite que um mesmo vocabulário sustente reivindicações antagônicas. A replicação tende a preservar a ancoragem normativa original ao custo de menor penetração social, pois a ideia importada pode soar estranha ou imperialista quando insuficientemente adaptada ao marco cultural local. A hibridização, inversamente, amplia a aceitação ao custo de indeterminação crescente sobre o que, afinal, o direito humano vernacularizado ainda partilha com a norma que lhe serviu de ponto de partida. A distinção funciona, assim, como instrumento diagnóstico que permite identificar, em cada operação concreta de vernacularização, se a tradução operou recodificação formal, preservando a integridade do núcleo normativo, ou se engendrou constructo substantivamente distinto, cuja relação com a fonte originária passou de filiação a mera evocação retórica.

A escolha entre replicação e hibridização não opera no vazio. Todo ato de tradução confronta o vernacularizador com o que Merry e Levitt denominam *dilema da ressonância*, tensão estrutural que condiciona tanto a aceitação quanto o potencial transformador da norma traduzida.[765] O dilema enuncia-se em termos de relação inversamente proporcional. Quanto mais extensamente uma ideia de direitos humanos se transforma para concordar com marcos culturais já existentes, mais prontamente a comunidade local a adota, porém menos provável se torna que ela desafie os modos de pensar vigentes. Inversamente, quanto menos extensamente a ideia sofre vernacularização, menor a probabilidade de que encontre acolhida, porém maior a

---

[763] MERRY, Sally Engle. *Human Rights and Gender Violence*: Translating International Law into Local Justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006. p. 46.
[764] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 233-235.
[765] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 216.

sua capacidade de confrontar as estruturas sociais subjacentes. A capacidade de promover ideias apenas parcialmente ressonantes depende, conforme as autoras registram, da autonomia organizacional e das fontes de financiamento de que o tradutor dispõe. Organizações financiadas por doadores internacionais tendem a sustentar abordagens mais distantes das compreensões locais, porém mais próximas do *framework* de direitos humanos, ao custo de maior dependência de recursos e ideias globais. O dilema não designa, portanto, defeito do processo de vernacularização, mas constrangimento intrínseco a toda operação de tradução normativa entre escalas. Quando a busca por ressonância conduz à atenuação dos princípios nucleares a ponto extremo, a relação entre tradução e fonte dissolve-se em mera evocação nominal, e a tradução converte-se em apropriação que reconfigura o sentido originário de forma irreversível.

O dilema da ressonância adquire relevância analítica particular quando a gramática do contexto receptor possui amplitude categorial superior à da gramática do contexto de origem. Se o vocabulário normativo doméstico opera com conceitos mais abrangentes que os da fonte internacional, a tradução tenderá, pela lógica interna do dilema, a amplificar o escopo da norma traduzida, pois a ressonância depende de o enunciado traduzido encontrar correspondente no repertório local, e o correspondente disponível pode abarcar campo semântico mais vasto que o original. A formulação de Merry e Levitt, lida em conjunto com a advertência sobre a maleabilidade do discurso de direitos humanos, oferece chave heurística para identificar operações de vernacularização nas quais a busca por máxima ressonância doméstica conduz à dissolução das delimitações que conferiam à norma original sua identidade e sua capacidade de distinguir situações qualitativamente diversas.[766] Compreendido nos seus termos conceituais, o dilema da ressonância fornece o parâmetro necessário para avaliar, nas seções subsequentes, se a tradução operada sobre as categorias globais que alimentaram a Tese 944 preservou o conteúdo normativo originário ou se, ao maximizar a concordância com o marco constitucional doméstico, produziu constructo cuja relação com a fonte internacional passou de filiação a incognoscibilidade.

O dilema da ressonância, porém, não opera por si mesmo. A tensão entre aceitação local e potencial transformador da norma traduzida depende, para resolver-se em um sentido ou em outro, de um ator concreto que administre o equilíbrio entre os dois polos e de um espaço no qual essa administração se realize. Merry e Levitt denominam esse ator *knowledge*

[766] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 215, 234-235.

*broker* (corretor de conhecimento) e situam sua atuação em uma zona analítica que designam *in-between*, o entre-lugar onde o discurso global e o discurso local se encontram sem que nenhum deles preserve integralmente a forma que possuía antes do encontro.[767] O espaço *in-between* não configura localização geográfica nem posição institucional fixa, mas campo relacional que se constitui no próprio ato da tradução.[768] Nessa zona, a abstração universalista dos direitos humanos perde sua pretensão de autossuficiência, pois precisa articular-se com valores, práticas e modos de fazer já estabelecidos no contexto receptor, e, ao mesmo tempo, o repertório normativo local perde sua clausura, pois se vê interpelado por categorias que provêm de outro sistema de significado. O enunciado que resulta desse encontro participa inevitavelmente de ambos os registros sem pertencer plenamente a nenhum deles, o que confere à tradução operada nessa zona uma instabilidade constitutiva. O *knowledge broker* que habita o espaço *in-between* define-se por tríplice atributo cumulativo.[769] Ocupa posição translocal, inserido em redes que conectam comunidades domésticas a nós institucionais regionais e internacionais, sem pertencer exclusivamente a nenhum dos polos. Detém competência para navegar ambas as gramáticas, dominando tanto o vocabulário dos tratados e convenções internacionais quanto o registro cultural, moral ou jurídico do público receptor. Opera, enfim, a tradução efetiva que extrai ideias da esfera universal e as converte em termos que ressoem com os valores e modos de fazer locais. Merry e Levitt sintetizam esse achado ao registrar que a vernacularização captura a agência dos intermediários que refazem ideias e práticas transnacionais no vernáculo, juntamente com as estruturas que constrangem essa agência.[770]

A categoria de *knowledge broker*, tal como desenvolvida por Merry e Levitt, aplica-se primariamente a indivíduos e organizações da sociedade civil. A contribuição que se propõe nesta seção consiste em demonstrar que os atributos definidores do corretor de conhecimento podem aplicar-se, com igual rigor analítico, a atores institucionais que ocupem posição estruturalmente homóloga no espaço *in-between*. Um tribunal constitucional investido de competência para adjudicar questões situadas na fronteira entre o direito internacional e o

---

[767] GOODALE, Mark; MERRY, Sally Engle (orgs.). *The practice of human rights*: tracking law between the local and the global. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 357.
[768] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 234-235.
[769] MERRY, Sally Engle. Transnational human rights and local activism: mapping the middle. *American Anthropologist*, v. 108, n. 1, p. 38-51, mar. 2006.
[770] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 235.

direito interno preenche, em princípio, os três requisitos da categoria. Ocupa posição translocal, na medida em que se situa na interface entre a ordem jurídica internacional e a ordem constitucional doméstica, sem pertencer exclusivamente a nenhuma delas. Detém competência profissional para navegar ambas as gramáticas, pois seus membros dominam tanto o vocabulário dos tratados, do costume internacional e da jurisprudência de cortes internacionais quanto o catálogo de direitos fundamentais e os princípios estruturantes do ordenamento interno. Opera, enfim, tradução com efeitos vinculantes, pois a decisão proferida em sede de repercussão geral fixa o enunciado que tornará a ideia importada inteligível e obrigatória para todo o sistema jurisdicional doméstico. Essa extensão não equipara funcionalmente ONGs e tribunais, mas reconhece que a operação analítica descrita por Merry e Levitt pode ocorrer também quando o ator dispõe de autoridade jurisdicional vinculante. A proposição de que um tribunal constitucional pode funcionar como *knowledge broker* institucional abre campo analítico para investigar como o espaço *in-between* se reconfigura quando habitado por ator dotado de poder normativo cogente, capaz de transformar a tradução em precedente obrigatório, amplificando tanto o alcance da recodificação quanto o risco de que o produto resultante se torne irreconhecível no contexto global de origem.

A proposição de que o *knowledge broker* institucional opera no espaço *in-between* descreveu, até aqui, o fluxo descendente da vernacularização, pelo qual uma ideia formulada na esfera global viaja até o contexto doméstico e adquire significado local. Merry e Levitt advertem, porém, que essa descrição capta apenas metade do processo. A vernacularização comporta uma dimensão bidirecional que as autoras documentam com evidência empírica e histórica. Atores locais não funcionam como receptores passivos de normas produzidas em centros internacionais, mas moldam o próprio sistema global ao levantar questões, gerar apoio público e constituir os movimentos sociais que convertem problemas vividos em categorias de direitos humanos.[771] As próprias instituições globais foram remodeladas pelas pressões dos movimentos sociais locais e nacionais, de modo que o conteúdo substantivo dos direitos humanos não preexiste à circulação, mas resulta dela. Essa dimensão ascendente do processo, que a literatura designa *upstreaming*, completa o aparato conceitual da vernacularização ao revelar que o espaço *in-between* habitado pelo corretor de conhecimento

[771] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 214.

permite trânsito nos dois sentidos.[772] O *broker* traduz ideias globais para o público doméstico (fluxo descendente), mas pode igualmente recodificar experiências e inovações locais em termos inteligíveis para o sistema internacional, projetando-as de volta ao espaço global como contribuições à evolução normativa (fluxo ascendente).[773]

O *upstreaming* bem-sucedido depende, contudo, de uma condição que a própria lógica da vernacularização torna precária. Para que uma inovação local alcance tração no sistema internacional, o produto da tradução doméstica precisa conservar grau suficiente de recognoscibilidade na gramática global de origem. O framework de direitos humanos funciona como sistema de inteligibilidade recíproca, e a eficácia da projeção ascendente depende da preservação dessa recognoscibilidade. Quando, porém, a tradução descendente transforma a norma importada a tal ponto que o produto resultante guarda pouca semelhança com os documentos jurídicos e os projetos políticos que a puseram em movimento, a possibilidade de projeção ascendente se compromete estruturalmente. O grau de transformação que a norma sofre no percurso descendente condiciona, portanto, a viabilidade do percurso ascendente. Essa correlação encerra o aparato conceitual que esta seção se propôs a reconstruir e oferece a ferramenta analítica necessária para rastrear, nas seções subsequentes, as operações concretas de tradução que conduziram à Tese 944, bem como para avaliar em que medida o produto dessas operações conservou, ou perdeu, a recognoscibilidade exigida pelo sistema global de origem.

### *3.2.2 A cadeia de traduções: rastreando as mutações da Tese 944*

A seção anterior reconstruiu o aparato conceitual da vernacularização como ferramenta analítica de processo, apresentando as categorias que permitem descrever como uma ideia global viaja, sofre tradução e adquire significado local. Cabe agora aplicar esse aparato ao percurso que conduziu à Tese 944. A operação que esta seção realiza difere das análises empreendidas nos capítulos precedentes. O Capítulo 2 demonstrou, por meio de comparação estática entre a Tese 944 e os precedentes estrangeiros e internacionais, que a formulação

[772] Cf. MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 216; DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 9-10.
[773] DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 7-10.

brasileira diverge materialmente das fontes que invoca como sustentação. A seção 3.1 diagnosticou o produto dessa divergência, qualificando-o como ficção normativa à luz de Koskenniemi. Nenhuma das duas análises, porém, reconstruiu o mecanismo discursivo pelo qual a divergência se produziu. A presente seção preenche essa lacuna ao empreender genealogia processual que rastreia a sequência de traduções operadas pelo vernacularizador institucional, identificando, em cada etapa da cadeia, onde ocorreu a mutação categorial, como a lógica da vernacularização tornou essa mutação estruturalmente previsível e por que cada tradução amplificou a indeterminação que a tradução anterior já continha. O material empírico mobilizado provém dos votos, pareceres e propostas de delimitação já examinados nos capítulos anteriores, relidos agora pela lente da vernacularização, o que confere a elementos já conhecidos uma camada explicativa que a análise comparativa e o diagnóstico normativo, por si sós, não alcançavam.

Os três estágios da vernacularização reconstruídos na seção anterior, viagem, tradução e transformação, correspondem a momentos identificáveis no percurso que conduziu à Tese 944. A ideia de que violações graves de normas imperativas de *jus cogens* poderiam afastar a imunidade de jurisdição estatal viajou de um contexto acadêmico e jurisprudencial específico, situado nos votos dissidentes de Cançado Trindade na Corte Internacional de Justiça e nos precedentes nacionais de Itália e Grécia, até o espaço deliberativo do Supremo Tribunal Federal. Essa viagem não se processou por transmissão direta nem por importação mecânica. Percorreu circuitos de produção doutrinária, referências cruzadas entre votos judiciais e mobilização de redes acadêmicas transnacionais antes de aportar no voto condutor do Ministro Fachin, que declarou adotar a posição de Trindade como fundamento para a construção da exceção brasileira. Ao ingressar no espaço deliberativo doméstico, a ideia foi traduzida para a gramática constitucional brasileira, operação na qual os filtros originais de gravidade, tipificação como crime internacional e vinculação a normas peremptórias cederam lugar ao vocabulário do artigo 4º, inciso II, da Constituição de 1988. O produto dessa tradução, por fim, sofreu transformação, pois o enunciado fixado em sede de repercussão geral, ao substituir o conceito delimitado de "crimes internacionais violadores de *jus cogens*" pela fórmula ampla de "atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos", adquiriu configuração que não corresponde a nenhuma das fontes que o processo de viagem mobilizou como ponto de partida. A cadeia viagem-tradução-transformação, portanto, não constitui metáfora aplicada por analogia ao caso, mas descrição analítica de operações empiricamente rastreáveis na sequência de atos que conduziram do voto dissidente de Trindade ao enunciado vinculante da Tese 944.

O dilema da ressonância oferece a chave explicativa para compreender por que a transformação operada ao longo dessa cadeia não constitui acidente, mas resultado estruturalmente previsível. A gramática constitucional brasileira, organizada em torno dos princípios da dignidade da pessoa humana e da prevalência dos direitos humanos, oferece repertório semântico consideravelmente mais amplo do que a gramática do *jus cogens*, que opera por meio de categorias restritivas vinculadas a proibições absolutas do direito internacional. A lógica do dilema antecipava que a vernacularização para o contexto constitucional doméstico tenderia a amplificar a exceção, pois quanto mais extensamente a ideia importada fosse adaptada para ressoar com o marco constitucional receptor, mais facilmente alcançaria aceitação entre os membros da Corte e perante o público jurídico interno. O STF hiper-vernacularizou as categorias globais ao absorvê-las integralmente no vocabulário constitucional, maximizando a ressonância doméstica ao custo de eliminar as delimitações que conferiam ao projeto original a capacidade de distinguir violações graves de violações ordinárias. Essa distinção funcionava, no contexto global de origem, como mecanismo de contenção que preservava o caráter excepcional da derrogação da imunidade e, ao mesmo tempo, assegurava a recognoscibilidade da exceção perante a comunidade internacional. Ao destruí-la para maximizar aceitação interna, a tradução produziu enunciado que captura toda violação de direitos humanos sem critério de gravidade, eliminando precisamente o potencial transformador que o projeto original possuía.

O ator que conduziu essa operação não funcionou como tradutor no sentido metafórico que a expressão adquire no uso corrente da teoria jurídica comparada. O Ministro Fachin, e por extensão a maioria que o acompanhou, preencheu os três atributos que Merry e Levitt atribuem ao *knowledge broker* em sentido técnico. Ocupou posição translocal, situando-se na interface entre a ordem jurídica internacional e a ordem constitucional doméstica, sem pertencer exclusivamente a nenhuma delas, pois a decisão pretendia simultaneamente responder a um problema de direito interno (a responsabilidade civil por atos de Estado estrangeiro perante a jurisdição brasileira) e dialogar com uma controvérsia de direito internacional (a relação entre imunidade estatal e normas de *jus cogens*). Deteve competência profissional para navegar ambas as gramáticas, demonstrada pela mobilização do voto dissidente de Trindade, dos precedentes europeus e asiáticos, da Convenção da ONU de 2004 e, simultaneamente, do catálogo de direitos fundamentais da Constituição de 1988. Operou, enfim, a tradução efetiva que extraiu a ideia da esfera global e a recodificou em termos inteligíveis para o sistema jurisdicional doméstico, fixando enunciado vinculante com eficácia *erga omnes* em sede de

repercussão geral. A qualificação do STF como vernacularizador institucional não constitui simples etiqueta descritiva, mas proposição analítica com consequências específicas, pois permite submeter a decisão ao mesmo escrutínio que a teoria da vernacularização aplica a qualquer operação de tradução conduzida por *brokers*, investigando os constrangimentos estruturais, as escolhas de enquadramento e os efeitos de desfiguração que o espaço *in-between* impõe ao produto resultante.

A dimensão bidirecional da vernacularização completa o enquadramento do caso ao revelar que a Tese 944 não pretendeu apenas importar e adaptar uma ideia global, mas projetá-la de volta ao espaço internacional como contribuição brasileira à evolução do direito das imunidades. A narrativa de "tendência internacional emergente" construída no voto condutor, ao mobilizar precedentes estrangeiros como evidência de convergência, sinalizou a ambição de *upstreaming*, isto é, a pretensão de que a inovação doméstica alimentasse e reconfigurasse o debate global, posicionando o Brasil na vanguarda de um movimento normativo ascendente. A viabilidade dessa pretensão depende, conforme demonstrado na seção anterior, de que o produto da tradução doméstica conserve recognoscibilidade suficiente na gramática global de origem para funcionar como interlocutor legítimo do sistema internacional. A genealogia que os movimentos analíticos a seguir empreenderão permitirá avaliar, em cada etapa da cadeia de traduções, se essa condição foi preservada ou se o acúmulo progressivo de mutações categoriais comprometeu estruturalmente a possibilidade de projeção ascendente.

O ponto de partida global da cadeia localiza-se no voto dissidente do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade no caso *Alemanha v. Itália* (CIJ, 2012), que já constituía, ele próprio, uma operação de vernacularização. Cançado Trindade extraiu o discurso dos direitos humanos da esfera moral e o inseriu no campo técnico-processual da imunidade de jurisdição, propondo que o conflito entre normas imperativas de *jus cogens* e a regra procedimental de imunidade deveria resolver-se em favor das primeiras. Essa proposição, porém, não se apresentava como exceção genérica. O magistrado a circunscreveu por meio de três filtros cumulativos que delimitavam rigorosamente o alcance da derrogação. O primeiro filtro exigia gravidade qualificada, referindo-se invariavelmente a *grave violations*, o que excluía violações ordinárias do espectro da exceção. O segundo filtro impunha tipicidade internacional, restringindo o âmbito material a crimes de guerra e crimes contra a humanidade, categorias dotadas de tipificação taxativa no direito penal internacional. O terceiro filtro vinculava a exceção à hierarquia normativa do *jus cogens*, ancorando o fundamento da derrogação no conflito entre norma imperativa e norma procedimental, e não na violação de direitos em

abstrato. A articulação desses três filtros conferia ao projeto de Cançado Trindade uma arquitetura de contenção que preservava a excepcionalidade da derrogação proposta. A própria categoria de *delicta imperii*, formulada por Trindade como alternativa conceitual à dicotomia entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis*, dependia da convergência dos três filtros para delimitar os atos estatais que, por violarem normas peremptórias mediante a prática de crimes internacionais de gravidade extrema, perderiam a proteção soberana *ab initio*. Nenhum dos filtros, isoladamente, sustentava a exceção. A proposta operava por acumulação, e a força da contenção residia precisamente na exigência de que os três critérios convergissem para que a imunidade cedesse.

O voto condutor do Ministro Fachin no Caso Changri-lá declarou adotar a posição de Cançado Trindade e mobilizou a autoridade do jurista brasileiro como fundamento central da construção argumentativa. A declaração de adoção, contudo, não corresponde a uma operação de replicação no sentido que Merry confere ao termo, pois na replicação o núcleo da ideia global permanece intacto e a cultura local molda apenas a implementação, sem alterar o conteúdo substantivo da norma importada. O que o voto condutor realizou apresenta os traços característicos da hibridização, operação na qual símbolos e categorias provenientes de escalas distintas se fundem para criar significado inteiramente novo. Ao transportar a dissidência de Trindade para o contexto constitucional brasileiro, Fachin substituiu os três filtros técnicos pelo vocabulário do artigo 4º, inciso II, da Constituição de 1988, que consagra o princípio da "prevalência dos direitos humanos" como diretriz das relações internacionais da República Federativa do Brasil. A substituição não preservou equivalência funcional entre os termos. O conceito de "normas imperativas de *jus cogens*" opera por meio de categorias restritivas vinculadas a proibições absolutas reconhecidas pela comunidade internacional como um todo, ao passo que o princípio da "prevalência dos direitos humanos" funciona como cláusula constitucional de abertura, cuja extensão semântica abrange todo o catálogo de direitos fundamentais sem distinção de gravidade ou hierarquia normativa. O enunciado resultante, ao referir-se a "atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos", absorveu integralmente a proposição de Trindade no vernáculo constitucional doméstico, fundindo a gramática global do *jus cogens* com a gramática constitucional brasileira de 1988 e produzindo formulação que não corresponde a nenhuma das fontes de origem.

A teoria da vernacularização permite compreender essa mutação não como desvio acidental ou erro interpretativo, mas como consequência estruturalmente previsível da lógica que governa toda operação de tradução conduzida por *knowledge brokers*. Merry e Levitt

advertem que o processo de vernacularização pode atenuar os princípios centrais dos direitos humanos a tal ponto que o produto da tradução deixe de carregar o significado que se encontrava incorporado no sistema como um todo. As autoras documentam igualmente que o grau de transformação depende das características da organização tradutora e do contexto social mais amplo no qual a tradução se realiza. No caso em análise, o contexto receptor oferecia condições que favoreciam a amplificação. A gramática constitucional brasileira de 1988, organizada em torno dos princípios da dignidade da pessoa humana e da prevalência dos direitos humanos, disponibilizava repertório semântico consideravelmente mais amplo do que a gramática do *jus cogens*, de modo que a tradução para o vocabulário constitucional doméstico tendia, pela própria lógica do dilema da ressonância, a expandir a exceção para maximizar a aceitação interna. O enquadramento no artigo 4º, inciso II, permitiu que o STF apresentasse a ruptura com o costume internacional não como aventura jurídica unilateral, mas como cumprimento de um mandato constitucional previamente existente, conferindo à decisão uma legitimidade doméstica que dificilmente alcançaria se formulada nos termos técnicos do *jus cogens*, menos familiares ao público jurídico interno.

O ganho analítico dessa leitura em relação ao que o Capítulo 2 já demonstrou reside na passagem da constatação para a explicação. A análise comparativa realizada no segundo capítulo identificou que a Tese 944 expandiu o escopo material da exceção em relação aos precedentes estrangeiros e ao voto dissidente de Trindade, registrando a divergência como dado empírico. A lente da vernacularização acrescenta camada explicativa ao demonstrar que a expansão não constitui peculiaridade do caso brasileiro, mas manifestação de um mecanismo recorrente documentado pela literatura. Merry e Levitt registram que, quanto mais extensamente uma questão de direitos humanos se transforma para concordar com marcos culturais existentes, mais facilmente alcança adoção, mas menos desafia os modos de pensar vigentes. Inversamente, quanto menos extensamente a ideia se vernacularliza, menos provavelmente conquista adoção, porém mais provavelmente desafia as estruturas sociais existentes. A primeira tradução da cadeia que conduziu à Tese 944 resolveu esse dilema pelo polo da ressonância máxima, assegurando ampla aceitação constitucional ao custo de eliminar os filtros que conferiam ao projeto de Trindade a capacidade de distinguir violações graves de violações ordinárias e, com isso, preservar o caráter excepcional da derrogação. A mutação operada nessa etapa inaugural já continha, em estado germinal, a indeterminação que as traduções subsequentes amplificariam progressivamente ao longo da cadeia.

A primeira tradução alterou o conteúdo material da exceção, substituindo os filtros técnicos do *jus cogens* pelo vocabulário constitucional dos direitos humanos. A segunda tradução operou sobre uma dimensão distinta e igualmente decisiva: o registro discursivo no qual a proposição se inscreve. A categoria *delicta imperii*, tal como formulada por Cançado Trindade, habitava o espaço da provocação doutrinária. Constituía proposição acadêmica dissidente, situada no debate sobre a natureza dos atos estatais que violam normas peremptórias, e cuja força residia na capacidade de tensionar os limites do direito internacional vigente (*de lege lata*) em direção a um direito desejável (*de lege ferenda*). Trindade propôs que determinados atos estatais, por violarem normas imperativas de *jus cogens* mediante a prática de crimes internacionais de gravidade extrema, não poderiam ser classificados como *acta jure imperii* nem como *acta jure gestionis*, mas pertenceriam a um terceiro gênero, os *delicta imperii*, atos ilícitos *ab initio* que perdem a proteção da soberania pelo próprio caráter da conduta. A formulação operava como intervenção no campo das ideias. Rejeitada por doze votos a três na CIJ, sua eficácia não dependia de adesão majoritária, mas da capacidade de desestabilizar consensos vigentes e abrir caminhos argumentativos que outros atores pudessem percorrer futuramente. Enquanto proposição doutrinária, os *delicta imperii* conservavam a precisão conceitual necessária para dialogar com o sistema internacional de origem, pois permaneciam ancorados nas categorias que esse sistema reconhece — crimes de guerra, crimes contra a humanidade, normas imperativas.

A Tese 944 substituiu essa categoria pela expressão "atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos", fixada como enunciado vinculante com eficácia *erga omnes* em sede de repercussão geral. A operação não consistiu apenas em simplificação terminológica, como também em mudança de registro discursivo. O que funcionava como provocação intelectual no interior de um debate acadêmico e jurisdicional internacional converteu-se em norma jurisprudencial cogente, dotada de força obrigatória para todo o sistema jurisdicional brasileiro. O vernacularizador institucional, ao exercer a competência profissional que lhe permite transitar entre as duas gramáticas, despiu a categoria de sua roupagem acadêmica e a revestiu com a autoridade do precedente obrigatório, tornando-a inteligível e operacional para o público doméstico. No entanto, a passagem de um registro a outro não constitui operação neutra. Merry adverte que a mudança de registro constitui uma das operações mais arriscadas da vernacularização, pois a tradução pode produzir ideias e práticas antitéticas aos próprios princípios do sistema de direitos humanos que as originou, legitimadas, contudo, pela aura de um consenso internacional sobre direitos.

O risco específico que essa segunda tradução materializa é o da juridicização despolitizadora. O Caso Changri-lá envolve, em sua origem, questões eminentemente políticas, tais como reparações de guerra, responsabilidade histórica de Estados beligerantes, a condição de vítimas civis em conflitos armados. Essas questões circulavam, no contexto global, como problemas abertos, objeto de disputa entre posições concorrentes no campo acadêmico e na arena diplomática, sem que nenhuma delas houvesse alcançado cristalização normativa definitiva. Ao traduzir a provocação doutrinária de Cançado Trindade em enunciado vinculante, o STF fixou como resposta jurídica obrigatória aquilo que, no contexto de origem, permanecia como pergunta em disputa. A operação converteu problema político — a relação entre imunidade soberana e reparação por atrocidades — em questão técnica de responsabilidade civil gerida por especialistas judiciais, submetida ao rito processual ordinário e administrada por juízes de primeiro grau. A provocação de Trindade, que funcionava como dispositivo de abertura ao apontar para a necessidade de repensar a relação entre soberania e dignidade, transformou-se em dispositivo de fechamento ao oferecer resposta pronta e vinculante a um problema cuja complexidade o sistema internacional ainda não logrou equacionar.

O processo de vernacularização, conforme documentam Merry e Levitt, opera frequentemente de modo fragmentado e incoerente na interface entre ideologias e práticas transnacionais, nacionais e locais. As autoras observam que organizações locais se apropriam de segmentos do *framework* global de direitos humanos e os recombinam de maneira pragmática, selecionando os elementos que favorecem seus objetivos e descartando os que não se ajustam ao contexto receptor. A segunda tradução da cadeia que conduziu à Tese 944 exibe essa lógica com particular nitidez. O STF reteve a conclusão normativa de Trindade — a imunidade deve ceder diante de violações graves — mas descartou o aparato conceitual que a sustentava, substituindo os *delicta imperii* e seus filtros cumulativos por formulação genérica cuja amplitude semântica excede qualquer proposição que Trindade tenha formulado. A mutação de registro, somada à mutação de conteúdo operada na primeira tradução, produziu efeito cumulativo: o enunciado vinculante resultante perdeu simultaneamente a precisão material (substituição dos filtros de gravidade e tipicidade) e a abertura dialógica (conversão de proposição acadêmica em norma obrigatória) que caracterizavam o projeto de origem. A cadeia de traduções avança, assim, com indeterminação crescente, isto é, cada etapa amplifica a mutação operada pela etapa anterior, e o produto acumulado distancia-se progressivamente das fontes que o processo de viagem mobilizou como ponto de partida.

As duas primeiras traduções operaram sobre o conteúdo material e sobre o registro discursivo da proposição importada, alterando simultaneamente o que a exceção abrange e o estatuto normativo que lhe confere força. A terceira tradução incidiu sobre uma dimensão distinta e complementar, que diz respeito à construção da autoridade global que sustenta a pretensão de legitimidade da exceção doméstica. O voto condutor do Ministro Fachin mobilizou os precedentes *Ferrini* (Itália), *Distomo* (Grécia) e decisões sul-coreanas sobre as *comfort women* como evidência de uma "tendência internacional emergente" favorável à relativização da imunidade estatal diante de violações de direitos humanos. A operação consistiu em reunir fragmentos jurisprudenciais dispersos, provenientes de jurisdições distintas e de contextos factuais heterogêneos, e reapresentá-los como expressão de um movimento global coerente e unidirecional, no interior do qual a posição brasileira figuraria como adesão natural a uma corrente em consolidação. Merry e Levitt documentam que o processo de vernacularização envolve inevitavelmente esse tipo de seleção. As organizações estudadas pelas autoras não importam o *framework* global de direitos humanos de forma integral, mas selecionam temas e estratégias segundo as preferências de seus financiadores, os interesses de seus aliados e o apoio de seus destinatários, adaptando-os aos significados locais formados pela experiência política e histórica do país.[774] Organizações apoiadas por fundos próprios "escolhem e selecionam segmentos de ideias e práticas de direitos humanos com mais liberdade", incorporando-os em agendas e estratégias já familiares. Essa seleção funciona como mecanismo de enquadramento estratégico que confere inteligibilidade local à norma global, ao realçar os elementos que favorecem os objetivos do tradutor e deixar na sombra os elementos que os contradizem. A mesma lógica governa, por analogia, o uso de precedentes estrangeiros por tribunais nacionais que operam como vernacularizadores institucionais.

A construção da narrativa de convergência exigiu, no caso brasileiro, um conjunto correlato de omissões sem as quais a aparência de alinhamento não se sustentaria. O voto condutor conferiu centralidade a precedentes que, embora reais, ocupam posição marginal no direito internacional vigente. O caso *Ferrini*, decidido pela Corte de Cassação italiana em 2004, afastou a imunidade da Alemanha para permitir ação individual de vítima de deportação e trabalho forçado durante a Segunda Guerra, mas a própria Corte Internacional de Justiça declarou, em 2012, que a prática italiana violava o direito internacional. O caso *Distomo*, no qual tribunais gregos admitiram ação de reparação por massacre perpetrado por forças alemãs

[774] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 215.

em 1944, seguiu trajetória análoga de contenção, pois a Suprema Corte Especial grega reverteu a tendência no caso *Margellos* (2002), realinhando-se à imunidade para atos de guerra. As decisões sul-coreanas sobre as *comfort women*, por sua vez, permanecem circunscritas ao contexto específico das relações entre Coreia do Sul e Japão e não configuram padrão adotado pela comunidade internacional como um todo. A narrativa de "tendência emergente" construída no voto condutor omitiu, portanto, não apenas o pronunciamento definitivo da CIJ de 2012, que rejeitou a exceção humanitária por doze votos a três, mas também a exclusão intencional de exceções baseadas em *jus cogens* durante as negociações da Convenção da ONU sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados (2004), e a reversão prática do precedente grego que o próprio voto invocava como apoio. A seleção realçou as dissidências e as rupturas, enquanto o apagamento recaiu sobre as reafirmações e as consolidações da regra majoritária.

Merry e Levitt advertem que o processo de vernacularização pode produzir ideias e práticas "antitéticas aos próprios princípios do sistema de direitos humanos", legitimadas, contudo, "pela aura de um consenso internacional sobre direitos".[775] A terceira tradução operada pelo STF exemplifica com precisão esse risco. Ao apresentar a Tese 944 como expressão de um movimento global em curso, o voto condutor revestiu a decisão doméstica com a aparência de conformidade cosmopolita, elidindo a responsabilidade política pela ruptura unilateral com o costume consolidado. A diferença que singulariza o caso brasileiro, conforme antecipado pela seção 3.2.1, reside no fato de que essa operação de seleção e omissão não foi conduzida por organização da sociedade civil que utiliza o discurso global como ferramenta de persuasão, mas por tribunal constitucional dotado de poder vinculante. Nos contextos estudados por Merry e Levitt, a seleção estratégica de padrões internacionais gera pressão política que pode ou não se converter em mudança normativa, a depender do jogo de forças entre os atores envolvidos. No caso brasileiro, a seleção retórica converteu-se diretamente em enunciado com eficácia *erga omnes* e repercussão geral, de modo que a narrativa de convergência, em vez de funcionar como argumento no interior de um debate aberto, cristalizou-se como verdade jurídica obrigatória para todo o sistema jurisdicional nacional. Reitero, aqui, a proposição de *alinhamento imaginado*, o qual deixou de operar como recurso argumentativo disponível para disputa e passou a funcionar como premissa normativa da qual decorrem obrigações vinculantes para juízes de todas as instâncias, amplificando o efeito cumulativo das mutações que as traduções anteriores já haviam introduzido na cadeia.

---

[775] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 235.

As três traduções anteriores operaram mutações que, tomadas isoladamente, já alteravam de modo significativo o conteúdo, o registro discursivo e a pretensão de autoridade global da proposição importada. A quarta tradução constitui o ponto em que essas mutações parciais convergem e se consolidam, pois diz respeito à rejeição deliberada das tentativas de contenção que teriam preservado algum grau de reconhecimento entre o enunciado doméstico e as fontes globais que lhe serviram de matéria-prima. Ao longo do julgamento, diferentes atores institucionais formularam propostas que buscavam manter o núcleo da exceção circunscrito a critérios identificáveis no direito internacional. A Procuradoria-Geral da República, sob Rodrigo Janot, sustentou que a imunidade para atos de império permanecia vigente na ausência de prática internacional uniforme que a relativizasse, ancorando o argumento na decisão da CIJ de 2012 e na Convenção da ONU de 2004. O Ministério Público Federal, em sede de embargos de declaração, propôs circunscrever a exceção a "crimes internacionais que impliquem grave violação aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário", formulação que retinha os filtros de gravidade e tipicidade presentes no projeto de Cançado Trindade. A Advocacia-Geral da União tentou delimitar a tese a "crimes de guerra" praticados em território nacional, vinculados ao "direito humano à vida". O Ministro Nunes Marques condicionou a quebra da imunidade ao prévio reconhecimento do crime por tribunal internacional. Essas propostas configuravam, nos termos da teoria da vernacularização, tentativas de replicação, na medida em que preservavam a ideia global de uma exceção humanitária à imunidade, mas buscavam adaptar sua implementação ao contexto doméstico sem desfigurar o conteúdo normativo original.

A maioria do Tribunal, sob condução do Ministro Fachin, rejeitou todas elas. A rejeição não incidiu sobre aspectos periféricos, mas sobre o próprio princípio da delimitação. Fachin recusou expressamente a limitação a "crimes internacionais" proposta pelo MPF, apresentando o argumento de que termos técnicos do direito internacional comportariam amplitude e divergência excessivas, ao passo que a expressão genérica "atos ilícitos em violação a direitos humanos" ofereceria maior segurança jurídica. O argumento inverteu a lógica esperada, pois tratou a precisão categorial do direito internacional como fonte de incerteza e a indeterminação constitucional como fonte de estabilidade. Ao recusar simultaneamente o filtro de gravidade (proposta do MPF), o filtro de tipicidade (proposta da AGU) e o filtro de legitimação externa (proposta de Nunes Marques), o voto condutor eliminou todas as pontes que conectariam o enunciado doméstico ao vocabulário normativo reconhecível pelo sistema internacional de origem.

A operação resultante excedeu aquilo que Merry classifica como hibridização, processo no qual "símbolos, ideologias e formas organizacionais geradas em uma localidade fundem-se com as de outras para produzir novas instituições híbridas".[776] A hibridização produz algo novo, mas cuja genealogia permanece rastreável nos elementos que lhe deram origem. O que o STF produziu, ao fundir integralmente a gramática global de direitos humanos com a gramática constitucional do art. 4º, II, da CF/88, despojando ambas de seus contornos específicos, constitui enunciado cuja genealogia perdeu rastreabilidade. A expressão "atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos" não encontra paralelo em tratado, legislação estrangeira ou decisão de corte internacional. Não reproduz a proposição de Trindade, que exigia violação de *jus cogens* mediante crimes internacionais de gravidade extrema. Não reproduz o caso *Ferrini*, circunscrito a deportação e trabalho forçado durante conflito armado. Não reproduz o caso *Distomo*, vinculado a massacre de civis em operação militar. Não reproduz as decisões sul-coreanas, delimitadas ao contexto específico das *comfort women*. O enunciado resultante abrange, em tese, qualquer ato estatal que viole qualquer direito humano, sem exigência de gravidade qualificada, sem vinculação a crime internacional tipificado e sem subordinação a reconhecimento por instância supranacional.

Merry e Levitt advertem que o processo de vernacularização pode atenuar de tal modo os princípios fundamentais dos direitos humanos que estes deixam de carregar o significado enraizado no sistema como um todo. As autoras observam que a vernacularização opera "de forma fragmentada e incoerente na interface entre ideologias e práticas transnacionais, nacionais e locais", e que o grau de transformação depende tanto das características da organização tradutora quanto do contexto social mais amplo em que ela atua.[777] A quarta tradução exemplifica o polo extremo dessa escala de transformação. O dilema da ressonância formulado pelas autoras encontra aqui sua expressão mais aguda, pois a Tese 944 maximizou a concordância com o marco constitucional brasileiro ao custo de eliminar os elementos que permitiriam seu reconhecimento pelo sistema internacional de origem. Quanto mais extensivamente uma ideia de direitos humanos se transforma para concordar com marcos culturais existentes, mais facilmente aceita, mas menos capaz de desafiar os modos de pensar vigentes. No caso da quarta tradução, a concordância com o vernáculo constitucional alcançou grau tão elevado que o enunciado perdeu a capacidade de desafiar não apenas as estruturas

[776] MERRY, Sally Engle. Transnational human rights and local activism: mapping the middle. *American Anthropologist*, v. 108, n. 1, p. 38-51, mar. 2006. p. 46.
[777] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 234-235.

domésticas, mas também a própria distinção entre violações graves e violações ordinárias que sustenta a arquitetura do direito internacional dos direitos humanos.

A quarta tradução marca, assim, a passagem definitiva da vernacularização adaptativa, que preserva conexão reconhecível com as fontes globais, para a vernacularização disfuncional, que produz significado irreconhecível no contexto de origem. As três traduções anteriores operaram mutações parciais que, embora cumulativas, ainda conservavam vestígios das categorias importadas. A quarta tradução consumou o rompimento ao rejeitar as últimas tentativas de contenção que teriam mantido esses vestígios. A ficção normativa, diagnosticada na seção 3.1, encontra aqui sua explicação genética, pois a indeterminação estrutural da Tese 944 não decorre de imprecisão acidental, mas da escolha deliberada de recusar todos os filtros que teriam conferido contornos definidos à exceção. A cadeia de traduções reconstituída por esta seção permite compreender o percurso pelo qual uma proposição acadêmica delimitada se converteu em enunciado vinculante sem contornos definidos, e o porquê essa conversão, longe de acidental, corresponde a resultado estruturalmente previsível quando um vernacularizador institucional opta pela ressonância máxima em detrimento da fidelidade ao sistema normativo de origem.

A genealogia processual reconstituída por esta seção acrescenta camada explicativa que nem o Capítulo 2 nem a seção 3.1 alcançavam isoladamente. O Capítulo 2 realizou análise comparativa estática, demonstrando que a Tese 944 não corresponde aos precedentes internacionais invocados como fundamento. A seção 3.1 realizou diagnóstico normativo, qualificando o enunciado resultante como ficção normativa à luz do instrumental de Koskenniemi. Esta seção percorreu caminho distinto ao reconstruir a sequência de operações discursivas que transformou proposição acadêmica delimitada em enunciado vinculante indeterminado, rastreando as quatro traduções que, encadeadas, produziram mutação categorial (de *jus cogens* para direitos humanos), mudança de registro (de provocação doutrinária para norma cogente), narrativa de convergência (de precedentes fragmentados para tendência internacional) e dissolução dos contornos (de exceção circunscrita para exceção sem limites definidos). A teoria da vernacularização de Merry e Levitt permitiu demonstrar que cada etapa da cadeia amplificou a indeterminação introduzida pela etapa anterior de forma estruturalmente previsível, pois a lógica da ressonância empurra o vernacularizador na direção da concordância máxima com o marco cultural receptor, e essa concordância se obtém, necessariamente, ao custo da precisão que o sistema de origem exigia. O diagnóstico do Capítulo 2 (a Tese 944 difere dos precedentes) e o diagnóstico da seção 3.1 (a Tese 944 opera como ficção normativa)

encontram aqui sua articulação causal, pois a cadeia de traduções explica *por que* o enunciado difere e *como* a ficção foi fabricada.

### *3.2.3 O cunning court e o paradoxo da vanguarda periférica*

A seção 3.2.1 reconstruiu o instrumental teórico da vernacularização como ferramenta de análise processual. A seção 3.2.2 aplicou esse instrumental ao caso concreto, rastreando as quatro traduções que converteram proposição acadêmica delimitada em ficção normativa indeterminada e demonstrando que cada mutação decorreu de forma previsível da lógica da ressonância. Esta seção (3.2.3) articula os resultados das duas anteriores para examinar uma questão que nenhuma delas enfrentou diretamente, e que diz respeito ao *tipo de agente* que conduziu a tradução e às consequências que a posição desse agente no sistema internacional acarreta para o produto da vernacularização. A literatura sobre vernacularização documenta o fenômeno do *cunning state*, entretanto a presente seção propõe extensão desse conceito ao campo jurisdicional, sustentando que o STF operou como *cunning court*.

O conceito de *cunning state*, formulado por Shalini Randeria, designa governos que adotam estrategicamente vocabulário e metodologias internacionais de direitos humanos, projetando imagem de conformidade e vanguarda perante a comunidade internacional, enquanto instrumentalizam essa mesma adesão para escapar de obrigações concretas perante seus próprios cidadãos.[778] O Estado astuto não padece de fraqueza institucional genuína, mas administra deliberadamente a distância entre o direito declarado e o direito implementado, jogando demandas domésticas contra exigências internacionais e vice-versa para preservar margem de manobra política. Proponho, na presente seção, a extensão desse conceito ao campo jurisdicional, sustentando que o STF operou, no julgamento do Caso Changri-lá, como *cunning court*. O Tribunal adotou o vocabulário humanista global, vernacularizou-o mediante a cadeia de traduções reconstituída pela seção anterior, e fixou enunciado vinculante de amplitude sem paralelos no direito comparado, colhendo os dividendos simbólicos da vanguarda humanista. Merry e Levitt observam que, com exceção de um pequeno número de *true believers*, a maioria dos atores engajados na vernacularização adota "visão bastante estratégica do uso da linguagem

[778] RANDERIA, Shalini. Glocalization of Law: Environmental Justice, World Bank, NGOs and the Cunning State in India. *Current Sociology*, v. 51, n. 3-4, p. 305-328, maio/jul. 2003.

de direitos humanos, empregando-a de maneira limitada".[779] A astúcia reside na combinação entre a amplitude da jurisdição de conhecimento, que o Tribunal expandiu ao máximo ao relativizar a imunidade para qualquer "ato ilícito em violação a direitos humanos", e a intocabilidade da jurisdição de execução, que permanece absoluta e torna materialmente inexequíveis as sentenças condenatórias contra Estados estrangeiros. A Corte performa a justiça humanista para o público doméstico sem gerar os custos diplomáticos e materiais que a constrição efetiva de bens soberanos imporia ao país.

A identificação dessa lógica de astúcia institucional complementa, sem repetir, o diagnóstico realizado pela seção 3.1 sob o instrumental de Koskenniemi. Aquela seção demonstrou que a indeterminação estrutural da expressão "direitos humanos" na Tese 944 funciona como *structural bias*, permitindo ao Tribunal decidir em qualquer direção enquanto preserva a aparência de neutralidade técnica. A análise de Koskenniemi revela o mecanismo gramatical, a forma pela qual a fluidez das categorias jurídicas serve ao poder institucional. A análise sob a lente da vernacularização revela dimensão que aquele instrumental não alcança, e que diz respeito ao processo de tradução cultural que torna a instrumentalização socialmente aceitável e politicamente eficaz perante o público doméstico. Merry e Levitt documentam que a vernacularização opera "de forma fragmentada e incoerente na interface entre ideologias e práticas transnacionais, nacionais e locais", e que o grau de transformação varia conforme as características da organização tradutora e o contexto em que atua.[780] Ao vestir a exceção com a gramática constitucional do art. 4º, II, da CF/88, o STF não apenas explorou a indeterminação inerente ao vocabulário de direitos humanos, mas conferiu a essa exploração ressonância emocional e legitimidade cultural que a tornaram praticamente imune a contestação no plano interno. A lente de Koskenniemi explica *por que* a indeterminação serve ao poder institucional. A lente de Merry e Randeria explica *como* a tradução cultural viabiliza essa instrumentalização, transformando o que poderia figurar como ruptura unilateral com o costume internacional em narrativa celebrada de liderança humanista.

Essa astúcia institucional, entretanto, não opera de forma descontextualizada. A eficácia de qualquer tradução normativa depende não apenas do rigor técnico do vernacularizador, mas da posição que ele ocupa no sistema internacional. Merry e Levitt observam que a circulação

---

[779] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 215.

[780] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 234.

de ideias de direitos humanos permanece profundamente condicionada por "relações de poder desiguais Norte-Sul" e que o grau de transformação sofrido por uma norma ao longo do processo de vernacularização varia conforme os recursos de financiamento, as redes de aliados e o capital político de que dispõe o ator tradutor.[781] Proponho denominar *paradoxo da vanguarda periférica* a condição estrutural em que um ator tenta liderar a evolução normativa sem possuir os meios de impor sua tradução como novo padrão global. Quando potências centrais vernacularizam, como fizeram os Estados Unidos ao criar a *terrorism exception* no FSIA, direcionando-a taxativamente contra adversários designados, dispõem de capital militar, econômico e diplomático suficiente para obrigar o sistema a acomodar a anomalia. A vernacularização central funciona como ferramenta de projeção de poder, porque o tradutor controla os mecanismos de *enforcement* que sustentam as consequências da tradução. O vernacularizador periférico, desprovido desses mecanismos, enfrenta dinâmica inversa. Ao tentar projetar sua inovação doméstica de volta ao espaço global pelo movimento de *upstreaming* que Levitt e Merry descrevem como a dimensão bidirecional da vernacularização, o ator periférico depende inteiramente da inteligibilidade de seu produto perante o sistema de origem. Quando essa inteligibilidade se perde, o *upstreaming* fracassa, e aquilo que se pretendia vanguarda converte-se em exposição unilateral.

O caso brasileiro exemplifica com precisão esse fracasso estrutural. A Tese 944 aspirava a funcionar como contribuição à progressão do direito internacional, posicionando o Brasil como protagonista de uma "tendência emergente" de relativização da imunidade estatal em nome dos direitos humanos. A cadeia de traduções, reconstituída pela seção 3.2.2, demonstrou, contudo, que cada etapa do percurso amplificou a distância entre o produto doméstico e as categorias reconhecíveis pelo sistema internacional de origem. Ao apagar os filtros de gravidade, tipicidade e *jus cogens*, o STF produziu enunciado que não encontra correspondência em nenhum tratado, em nenhuma decisão de corte internacional nem em nenhuma legislação estrangeira. Esse apagamento impediu que a Tese 944 cumprisse a função de *upstreaming*, visto que o sistema internacional não consegue reconhecer no enunciado brasileiro uma contribuição legítima à evolução do costume. Reconhece, antes, ruptura unilateral, tal como a CIJ já havia classificado prática análoga, porém mais circunscrita, da Itália em 2012. A distinção em relação ao Capítulo 2, que demonstrou o isolamento empiricamente mediante o mapa comparativo de precedentes e legislações, consiste em que a

[781] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 215, 234-235.

presente seção explica esse isolamento como consequência estrutural da posição periférica do vernacularizador. O isolamento não configura acidente, mas resultado previsível à luz da teoria da vernacularização, pois o ator que maximiza a ressonância doméstica ao custo do reconhecimento internacional destrói as condições necessárias para que o produto da tradução viaje de volta ao espaço global.

O paradoxo adquire contornos ainda mais agudos quando se considera o descompasso temporal. Diferente da Itália, cujas cortes agiram *antes* da cristalização conservadora operada pela CIJ no caso *Jurisdictional Immunities of the State* (2012), o STF fixou a Tese 944 nove anos *depois* dessa consolidação do costume em sentido contrário. A criação de exceção ampla em momento posterior à estabilização do consenso majoritário agrava a condição periférica do tradutor, porque elimina o argumento de que a inovação doméstica antecipou ou acompanhou uma evolução global ainda em curso. O Brasil não se inseriu em um fluxo normativo ascendente, mas posicionou-se contra a corrente já consolidada, sem dispor do capital geopolítico necessário para alterar a direção desse fluxo. Merry e Levitt advertem que "a necessidade de vernacularizar direitos humanos de modo ressonante com práticas culturais locais funciona como limitação ao poder transformador dos direitos humanos".[782] No caso da Tese 944, essa limitação manifestou-se de forma invertida, pois a hiper-vernacularização não apenas atenuou o poder transformador da norma importada, mas destruiu a possibilidade de que a inovação doméstica operasse transformação no plano global. O produto fala o vernáculo constitucional brasileiro com fluência, porém permanece mudo no cenário internacional, confinando o Brasil à condição de ator juridicamente isolado e estrategicamente exposto pela pretensão de liderança que sua posição no sistema não lhe permite sustentar.

A literatura sobre vernacularização documenta fenômeno recorrente em contextos de tradução assimétrica, que Destrooper denominou vernacularização *light* ou *scaled-down* ao estudar projetos de direitos humanos na República Democrática do Congo.[783] O fenômeno ocorre quando o processo de tradução omite elementos cruciais da arquitetura de direitos humanos, especialmente a prestação de contas (*accountability*) e a capacidade de exigir direitos perante o Estado (*claim-making*), produzindo versão empobrecida que substitui emancipação

[782] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 235.

[783] DESTROOPER, Tine. Localization "Light": The Travel and Transformation of Nonempowering Human Rights Norms. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (ed.). *Human Rights Transformation in Practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 208-228.

por simbolismo.[784] No caso congolês, os destinatários do projeto adotaram a retórica humanista, mas omitiram precisamente os componentes que teriam convertido o discurso em ferramenta de cobrança efetiva contra o Estado. Merry e Levitt observam que "o processo de vernacularização pode atenuar de tal modo os princípios fundamentais dos direitos humanos que estes deixam de carregar o significado enraizado no sistema como um todo", e que essa atenuação não configura necessariamente resistência cultural, mas resultado das "condições estruturais sob as quais a adoção e a resistência ocorrem".[785] Proponho aplicar essa moldura à Tese 944, sustentando que o STF operou tradução tecnicamente seletiva ao vernacularizar a exceção à imunidade de jurisdição na fase de conhecimento, mas silenciar sobre a imunidade de execução. A seletividade não incidiu sobre aspecto periférico do pacote normativo, mas sobre o componente que transforma declaração de ilicitude em reparação material. Sem enfrentar a imunidade de execução, o Tribunal entregou às vítimas do Caso Changri-lá versão *light* da promessa humanista global, na qual o reconhecimento simbólico da violação não encontra correspondência em mecanismo coercitivo capaz de satisfazer o crédito declarado.

A razão pela qual o vernacularizador não avançou sobre a execução revela limite estrutural do próprio processo de tradução, e não apenas escolha estratégica da *cunning court*. A vernacularização, conforme reconstituída neste subcapítulo, opera dentro da gramática constitucional doméstica, pois o *knowledge broker* institucional traduz normas globais mobilizando o repertório discursivo e normativo de que dispõe no contexto receptor. O STF pôde reconfigurar a imunidade de jurisdição mediante interpretação constitucional do art. 4º, II, da CF/88, porque essa dimensão da imunidade admitia releitura à luz do princípio da prevalência dos direitos humanos inscrito na Constituição. A imunidade de execução, contudo, permanece regida por tratado e costume internacional, notadamente pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e pela prática consolidada da Convenção da ONU de 2004, operando como barreira normativa situada fora do alcance unilateral do tribunal doméstico. Merry e Levitt documentam que organizações tradutoras "selecionam como utilizar os direitos humanos de acordo com as preferências de seus financiadores, os interesses de seus aliados e o apoio de seus beneficiários", adaptando o pacote global "aos significados locais de direitos humanos, formados pela experiência política e histórica com direitos humanos no

[784] DESTROOPER, Tine. Localization “Light”: The Travel and Transformation of Nonempowering Human Rights Norms. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (ed.). *Human Rights Transformation in Practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 216, 223-224.

[785] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women’s Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 235.

país".[786] Transposta essa lógica para o campo jurisdicional, a seletividade do STF obedeceu à mesma dinâmica, pois o Tribunal traduziu aquilo que a gramática constitucional lhe permitia traduzir e deixou intocado aquilo que exigiria instrumentos normativos sobre os quais não detém controle unilateral.

O resultado configura, nos termos de Destrooper, tradução que promete reparação sem entregar os meios de realizá-la. As sentenças condenatórias proferidas contra Estados estrangeiros com fundamento na Tese 944 convertem-se em títulos judiciais inexequíveis, porque a constrição de bens soberanos permanece vedada pela imunidade de execução que o Tribunal não relativizou. As vítimas obtêm reconhecimento declaratório da ilicitude, algo próximo de um "direito à verdade" jurisdicionalizado, mas permanecem destituídas da compensação material que o sistema internacional de direitos humanos associa inseparavelmente à *accountability*. Merry e Levitt advertem que "direitos humanos como marco de referência podem ser apropriados de diversas maneiras, inclusive aquelas que violam os próprios princípios fundamentais do sistema de direitos humanos", e que tal apropriação constitui "dimensão inevitável da circulação global de ideias e práticas". [787] A vernacularização *light* operada pela Tese 944 exemplifica essa apropriação paradoxal, pois o Tribunal mobilizou o vocabulário de direitos humanos para expandir sua jurisdição cognitiva e ao mesmo tempo preservou a estrutura de ineficácia executória que esvazia o conteúdo material da promessa humanista. A tradução incompleta encerra, assim, a lógica da *cunning court* em sua dimensão mais profunda, pois a omissão da execução não configura lacuna acidental, mas condição de possibilidade da astúcia institucional, na medida em que permite ao vernacularizador colher os dividendos simbólicos da vanguarda sem arcar com os custos diplomáticos e materiais que a constrição efetiva de bens soberanos imporia ao Estado brasileiro.

A indeterminação estrutural da Tese 944 e o isolamento do Brasil no mapa comparativo da imunidade estatal deixam de figurar como achados independentes quando relidos à luz da vernacularização disfuncional que os produziu. A cadeia de traduções que converteu o voto dissidente de Cançado Trindade em enunciado vinculante com eficácia *erga omnes* obedeceu, em cada uma de suas etapas, à lógica do dilema da ressonância, pois a gramática constitucional disponível ao vernacularizador (dignidade da pessoa humana, prevalência dos direitos humanos)

---

[786] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 215-218.

[787] MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The Vernacularization of Women's Human Rights. In: HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie (eds.). *Human Rights Futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 236.

mostrou-se inevitavelmente mais ampla que a gramática do *jus cogens* que delimitava as fontes originais. A hiper-vernacularização daí resultante apagou os filtros de gravidade, tipicidade e vinculação a normas peremptórias, destruindo precisamente as delimitações que teriam tornado a exceção operativa no plano internacional e reconhecível perante o costume consolidado pela CIJ. A astúcia institucional da *cunning court* completou o circuito, pois o Tribunal expandiu ao máximo a jurisdição de conhecimento, colhendo os dividendos simbólicos da vanguarda humanista, enquanto preservou intocada a imunidade de execução, garantindo que o direito declarado jamais alcançasse satisfação material. E o paradoxo da vanguarda periférica fechou o cerco, pois a ausência de capital geopolítico impediu que o produto dessa tradução viajasse de volta ao espaço global como contribuição legítima, confinando-o à condição de ruptura unilateral. A ficção normativa existe, portanto, *porque* a tradução falhou, e a tradução falhou *porque* o vernacularizador periférico maximizou a ressonância doméstica ao custo da reconhecibilidade internacional e da eficácia executória. Resta examinar o que essa ficção normativa, fabricada por tradução disfuncional e sustentada por astúcia institucional, produz quando confrontada com as exigências concretas de funcionamento do sistema de imunidades e com a distribuição constitucional de competências entre Judiciário e Executivo.

### 3.3 "Ao vencedor, as batatas": o fim (não declarado) da imunidade de jurisdição

> *Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.*
>
> Machado de Assis, *Quincas Borba*.[788]

Os subcapítulos precedentes percorreram trajetórias complementares cujo ponto de convergência delimita o campo analítico que o presente subcapítulo se propõe a explorar. O primeiro diagnosticou o *produto* da decisão do Supremo Tribunal Federal, submetendo a Tese

[788] ASSIS, Machado de. *Quincas Borba.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1891. p. 14.

944 ao duplo teste de verificação da gramática koskenniemiana e demonstrando que a fórmula fixada pela Corte não satisfaz o requisito de concretabilidade, pois rompeu deliberadamente com o costume internacional consolidado, nem o requisito de normatividade, pois carece de coerência interna, de universalizabilidade e de efetividade prospectiva. Dessa dupla insuficiência emergiu a categoria de ficção normativa, construção que aspira à normatividade no sentido preciso que Koskenniemi confere ao termo, pretende projetar um dever ser autônomo capaz de opor-se à prática estatal e de vincular soberanos que não consentiram, mas que, tendo falhado nessa aspiração sem recuar à apologia, permanece com a ancoragem argumentativa vazia nos dois polos da gramática jurídica internacional, operando por tripla simulação de precisão, de vinculação e de fechamento argumentativo. O segundo subcapítulo deslocou a unidade de análise do resultado para a genealogia, rastreando o mecanismo de tradução cultural que fabricou a ficção normativa mediante uma cadeia de operações de viagem, tradução e transformação pelas quais categorias globais dotadas de densidade conceitual reconhecível perderam, a cada estágio da vernacularização operada pelo STF, os contornos que as fontes originais possuíam. A convergência dos dois diagnósticos conduziu à identificação de uma vernacularização disfuncional, processo no qual a hiper-tradução não apenas recodificou o discurso humanista global, mas o desfigurou a ponto de impedir que o sistema internacional reconhecesse na exceção brasileira uma contribuição legítima à evolução do costume, configurando o paradoxo da vanguarda periférica.

Demonstrado *o que* a Tese 944 produziu e reconstruído *como* veio a produzi-lo, a tarefa analítica que se impõe nesta altura do argumento consiste em projetar *o resultado* da ficção normativa fabricada pela vernacularização disfuncional e, ademais, em *equacionar o dano* que essa conjugação impôs ao regime de imunidade no ordenamento brasileiro e às relações internacionais do país. O título que atribuí a este subcapítulo mobiliza a célebre expressão machadiana "ao vencedor, as batatas", extraída do Humanitismo de Quincas Borba.[789] Na filosofia paródica de Machado de Assis, o vencedor da luta pela sobrevivência recolhe os despojos, porém a ironia corrosiva que permeia a narrativa corrói a aparência de triunfo. Rubião, o vencedor que herda a fortuna, termina delirante e miserável, destruído pelo próprio prêmio. O custo da vitória excedeu o valor das batatas. Transposta para a análise que empreendo, a ironia machadiana captura com precisão o argumento central deste subcapítulo. A vitória da corrente vencedora no STF, aquela que logrou fixar a exceção à imunidade com base em direitos humanos por seis votos a cinco, pode revelar-se vitória de Pirro. O prêmio formal, a exceção

[789] ASSIS, Machado de. *Quincas Borba.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1891.

semanticamente aberta, apresenta-se vazio de operatividade concreta. Não protege efetivamente as vítimas, que enfrentarão a barreira absoluta da imunidade de execução e a insegurança aplicativa derivada da indeterminação do enunciado. Não fortalece o Brasil no sistema internacional, porquanto o cenário global não reconhece a exceção como contribuição legítima à evolução do costume. Dissolve, funcionalmente, o próprio instituto que se pretendia apenas relativizar. No Humanitismo, não existe moralidade na vitória, apenas força. Na Tese 944, a indeterminação da fórmula não configura acidente, mas condição mesma da vitória alcançada, dado que a rejeição de todos os filtros de contenção respondeu ao *structural bias* institucional identificado no subcapítulo 3.1, a preferência pela abertura interpretativa que maximiza o poder decisório do Judiciário.

A estrutura tripartida que organiza este subcapítulo acompanha a lógica da metáfora machadiana, progredindo do prêmio ao custo e deste aos caminhos possíveis de contenção.

A seção 3.3.1 – *O prêmio: o esvaziamento funcional da imunidade de jurisdição no Brasil* – enfrenta a consequência lógica mais imediata da indeterminação constitutiva da Tese 944, a saber, a dissolução da fronteira operativa entre os *acta jure imperii* protegidos pela imunidade e aqueles reclassificáveis como exceção. Argumento que, na amplitude semântica da fórmula fixada pelo STF, a pergunta que se impõe não consiste em saber quais atos de império podem configurar violação a direitos humanos, mas quais atos de império não podem receber essa qualificação. Se a resposta tende ao vazio, a exceção torna-se potencialmente coextensiva à regra, invertendo a relação entre ambas sem que a Corte tenha abolido formalmente o instituto. A imunidade para atos de império passa a existir *de jure*, porém não mais *de facto*. Essa seção distingue-se do diagnóstico empreendido nos subcapítulos anteriores pela unidade de análise, visto que não se volta ao plano abstrato da gramática koskenniemiana nem à genealogia da tradução cultural, mas à projeção operacional que a indeterminação produz quando a fórmula desce do plano da repercussão geral para a mesa dos juízes federais de primeiro grau. Examino, nessa perspectiva, a cascata decisória resultante da transferência de competência interpretativa a magistrados que não participaram da construção do precedente e que terão de preencher, caso a caso, o vazio semântico que o próprio Tribunal fixador deixou em aberto, produzindo potencialmente tantas definições de "violação a direitos humanos" quantos juízos federais existirem no país.

A seção 3.3.2 – *O custo: consequências do fim não declarado* – projeta os efeitos do esvaziamento funcional sobre quatro eixos progressivos, do doméstico ao sistêmico. No plano interno, examino a colisão de competências entre Judiciário e Executivo em matéria de política

externa, considerando que a Constituição de 1988 atribui ao Presidente da República a competência para manter relações com Estados estrangeiros e que cada decisão singular de afastamento da imunidade configura, *de facto*, ato de política externa com consequências diplomáticas imediatas. No plano externo, enfrento a barreira estrutural da imunidade de execução, demonstrando que a sentença condenatória obtida na fase de conhecimento permanece inexequível enquanto persistir a proteção absoluta conferida pelas Convenções de Viena e pelo costume internacional aos bens estatais estrangeiros, configurando sentença que simula reparação sem entregá-la. Prossigo com a inversão do teste de reciprocidade, projetando cenários concretos nos quais a fórmula genérica da Tese 944, adotada reciprocamente por outros Estados, exporia o Brasil como réu em jurisdições estrangeiras por condutas históricas e contemporâneas documentadas. Examino, por fim, o risco de ação alemã perante a Corte Internacional de Justiça, considerando que a exceção brasileira ultrapassa em amplitude a exceção italiana condenada pela CIJ em 2012 e que a Alemanha possui histórico reiterado de mobilização dos mecanismos internacionais para proteção de sua imunidade.

A seção 3.3.3 – *A ficção normativa e seus antídotos: vias de contenção para uma exceção sem contornos* – abandona o registro exclusivamente diagnóstico e avança para o terreno propositivo, identificando cinco vias de contenção que, articuladas como mosaico complementar, poderiam devolver à exceção os contornos que a cadeia de traduções apagou sem necessariamente revogar o precedente. Examino a via jurisprudencial, que opera por *distinguishing*, modulação interpretativa e eventual superação parcial da tese pelo próprio STF. Examino a via legislativa, considerando que o Brasil jamais codificou a imunidade de jurisdição em legislação interna e que a ausência de lei especifica funcionou como condição de possibilidade da Tese 944, dado que o STF não precisou derrogar diploma legislativo para fixar a exceção. Analiso a via convencional, avaliando se a ratificação da Convenção da ONU de 2004, com suas exceções taxativas e sua disciplina da imunidade de execução, poderia operar como instrumento de reposicionamento do Brasil no quadro normativo multilateral. Considero a via diplomática, demonstrando que a negociação bilateral pode entregar reparação concreta que o título judicial inexequível apenas simboliza. Examino, por fim, a via doutrinária, sustentando que a construção de *standards* interpretativos pela academia pode funcionar como *soft constraint* que guie instâncias inferiores na aplicação da Tese 944 enquanto as demais vias percorrerem suas temporalidades próprias. Sustento que nenhuma dessas vias oferece, isoladamente, solução suficiente. O argumento central desta seção reside na proposição de que a ficção normativa diagnosticada no subcapítulo 3.1, fabricada pela vernacularização

disfuncional reconstruída no subcapítulo 3.2, exige um *mosaico de contenção*, isto é, a combinação de instrumentos que operem em temporalidades e planos distintos para devolver à exceção a operatividade que a cadeia de traduções procurou dissolver.

### *3.3.1 O "prêmio": o esvaziamento funcional da imunidade de jurisdição no Brasil*

A pergunta que guia esta seção consiste em compreender, a partir do plano operacional do ordenamento jurídico brasileiro e do campo das relações internacionais do país, o que resulta da ficção normativa fabricada por vernacularização disfuncional. Os subcapítulos precedentes entregaram o diagnóstico e a genealogia. Falta, entretanto, projetar as suas consequências. Uma ficção normativa dotada de efeito vinculante *erga omnes* em sede de repercussão geral não permanece inerte no sistema que a abriga. Irradia-se sobre todo o aparato jurisdicional, sobre as relações do país com Estados estrangeiros e sobre a distribuição constitucional de competências em matéria de política externa, produzindo efeitos que transcendem amplamente o caso concreto que lhe deu origem. Identificar esses efeitos, confrontá-los com o propósito declarado da decisão e avaliar em que medida o triunfo argumentativo da corrente vencedora se traduz em ganho efetivo para as vítimas que a exceção afirma tutelar constituem a tarefa analítica central desta seção. Para empreendê-la, mobilizo uma chave hermenêutica que, à primeira vista, pode parecer alheia ao vocabulário do direito internacional, mas que captura com precisão incomum a estrutura do paradoxo em que a Tese 944 enredou o Brasil.

A expressão "ao vencedor, as batatas" condensa a filosofia do Humanitismo, sistema paródico elaborado por Quincas Borba, personagem que transita de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* ao romance que leva seu nome. O Humanitismo formula-se a partir de uma parábola sobre a escassez e a disputa. Duas tribos famintas encontram um campo de batatas insuficiente para a sobrevivência de ambas. A paz, nesse cenário, conduziria ao extermínio recíproco, pois as batatas, divididas, não sustentariam nenhum dos grupos. A guerra, todavia, permite que a tribo vencedora elimine a rival, consuma as batatas e perpetue a espécie. A destruição do outro não configura, na lógica do Humanitismo, crime ou crueldade. Configura necessidade a serviço de *Humanitas*, princípio universal e abstrato que rege toda a existência e que se glorifica pela preservação da vida, ainda que ao preço do aniquilamento. Machado emprega essa construção com a ironia corrosiva que lhe serve de marca autoral. O Humanitismo pretende retirar o "veneno" do egoísmo, transformando-o, nas palavras que Roberto Schwarz

recupera em sua análise da prosa machadiana, em "penhor da inteligência".[790] A perfeição social, segundo essa filosofia paródica, alcança-se quando o cálculo individual e o altruísmo aparente se fundem em pragmatismo utilitário que dispensa qualquer moralidade transcendente.

Schwarz lê o Humanitismo não como digressão filosófica ornamental, mas como forma literária que processa a experiência social brasileira do século XIX. Em *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*,[791] o crítico demonstra que Machado de Assis percebeu, com lucidez que escapou a seus contemporâneos, o descompasso entre as ideias liberais importadas da Europa e a realidade escravocrata e clientelista do Brasil imperial. As ideias encontravam-se, na célebre formulação schwarziana, "fora do lugar" não porque fossem intrinsecamente inadequadas, mas porque funcionavam como "sofismas ostensivos" que uma elite periférica mobilizava para legitimar práticas que contradiziam frontalmente os princípios invocados.[792] O Humanitismo constitui a radicalização literária desse diagnóstico. Quincas Borba eleva a lógica do favor, da brutalidade simples e do cálculo de poder a princípio filosófico universal, conferindo-lhes aparência de sistema racional. O gesto importa porque desmascara a operação que produz. A invocação de *Humanitas* para justificar o extermínio da tribo rival reproduz, no plano ficcional, o mecanismo pelo qual abstrações universais operam como instrumentos de legitimação de interesses particulares em contextos em que a distância entre discurso e prática permanece constitutiva da ordem social.

A transposição dessa chave para a análise da Tese 944 não requer exercício de livre associação nem se apoia em semelhança superficial entre campos discursivos distantes. Apoia-se em homologia estrutural verificável entre a operação que Machado descreve e a operação que o Supremo Tribunal Federal realizou. No Humanitismo, o princípio abstrato de *Humanitas* funciona como categoria totalizante que absorve qualquer conduta, por mais brutal, no interior de uma racionalidade superior que a justifica. Na Tese 944, a expressão "violação a direitos humanos" funciona como categoria igualmente totalizante, dotada de carga retórica tão elevada quanto de conteúdo semântico reduzido, capaz de absorver qualquer ato estatal no interior de uma lógica de exceção cujos limites nenhum intérprete consegue antecipar. Em ambos os casos, a abstração cumpre dupla função. Legitima o resultado alcançado pelo

---

[790] SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. p. 112-113.

[791] SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000; SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo:* Machado de Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[792] SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. p. 9-31, 113.

vencedor ao revesti-lo com vocabulário moralmente irrecusável. E, ao mesmo tempo, impede que o resultado se submeta a questionamento eficaz, pois quem se opõe a *Humanitas* opõe-se à própria preservação da espécie, assim como quem questiona a exceção à imunidade com base em direitos humanos arrisca-se a parecer indiferente ao sofrimento das vítimas. O mecanismo de silenciamento opera pela carga moral da categoria invocada, não pela solidez do argumento que a sustenta.

Schwarz observa que a "cultura da má-fé" machadiana não reside na mentira deliberada, mas na naturalização de um descompasso que todos percebem e ninguém nomeia.[793] O Humanitismo funciona porque seus adeptos aderem à ficção sem acreditar inteiramente nela, extraindo vantagem precisamente da ambiguidade entre o que a filosofia proclama e o que efetivamente produz. Rubião, o herdeiro de Quincas Borba, aceita a herança e a filosofia em bloco, sem distinguir o sistema da fortuna, e termina delirante e miserável, destruído por um prêmio que jamais controlou. Percebo operação análoga na trajetória da corrente vencedora no Supremo Tribunal Federal. Ao fixar exceção à imunidade de jurisdição para atos de império com base em fórmula genérica de violação a direitos humanos, por margem de seis votos a cinco, o Tribunal conquistou o prêmio formal da jurisdição ampliada. Conquistou-o, porém, ao preço de esvaziar o conteúdo operativo da exceção, rejeitando sistematicamente todos os filtros de contenção que lhe confeririam densidade semântica suficiente para operar como norma aplicável. A indeterminação não constituiu acidente de percurso. Funcionou como condição mesma da vitória, pois a amplitude semântica permitiu acomodar no mesmo resultado votantes cujas premissas divergiam substancialmente. O prêmio só se tornou alcançável porque foi esvaziado de contornos normativos, assim como as batatas machadianas só recompensam o vencedor porque o jogo já consumiu tudo o que valia a pena ter.

A ironia machadiana opera, nesse quadro, não como recurso estilístico nem como ornamento retórico destinado a suavizar a aridez da análise jurídica. Opera como instrumento hermenêutico que organiza o campo analítico deste subcapítulo e confere unidade à progressão argumentativa que o percorre. Na tradição machadiana tal como Schwarz a reconstrói, a ironia não reside no gracejo, mas na exposição da distância entre o que o discurso proclama e o que a prática entrega. Aplicada à Tese 944, essa ironia permite enxergar com nitidez o mecanismo pelo qual uma vitória jurisdicional aparentemente triunfante pode converter-se em instrumento de corrosão do próprio instituto que se pretendia apenas modernizar. Machado sabia, e a sua

[793] SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. p. 19-27.

ficção o demonstra página a página, que o troféu mais perigoso não reside naquele que se perde, mas naquele que se conquista sem compreender o que se conquistou. Rubião não perdeu a fortuna por inabilidade ou por vício de caráter, mas por incapacidade de perceber que o prêmio continha, em si mesmo, o germe da sua destruição. A análise que desenvolvo nas páginas seguintes procurará demonstrar que a Tese 944 carrega paradoxo estruturalmente análogo.

A distinção entre *acta jure imperii* e *acta jure gestionis* funcionou, durante as décadas que separam a virada de 1989 do julgamento do ARE 954.858, como tecnologia objetiva de demarcação jurisdicional. Sob esse paradigma, a natureza do ato determinava a incidência ou não da imunidade, sem que o tribunal do foro precisasse avaliar o conteúdo moral da conduta. Atos praticados no exercício de prerrogativas soberanas atraíam proteção absoluta perante foros estrangeiros. Atos equiparáveis àqueles que um particular poderia realizar submetiam-se à jurisdição local. O critério operava com indiferença moral deliberada. Um torpedo lançado em operações de guerra e um contrato de prestação de serviços recebiam tratamentos jurisdicionais opostos não porque o primeiro envolvesse violência e o segundo negociação pacífica, mas porque o primeiro derivava de prerrogativa soberana e o segundo de atividade assimilável à gestão privada. Essa indiferença não constituía defeito do sistema. Constituía condição de funcionamento. Ao desvincular a questão jurisdicional da avaliação substantiva da conduta, a distinção *jure imperii*/*jure gestionis* conferia ao regime de imunidade a previsibilidade que permitia a Estados e litigantes antecipar, antes de qualquer instrução probatória, se determinado foro possuía ou não competência para processar um soberano estrangeiro.

A Tese 944 rompe essa lógica ao introduzir variável valorativa no interior da classificação dos atos de império. O enunciado fixado em repercussão geral não opera sobre atos de gestão, cuja submissão à jurisdição local o costume internacional já consagrava desde meados do século XX. Opera sobre atos de império, categoria que o regime anterior protegia com imunidade absoluta. Ao estabelecer que atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição, o Supremo Tribunal Federal determinou que a incidência da proteção soberana passou a depender de avaliação substantiva sobre o conteúdo material da conduta. Já não basta verificar se o ato derivou de prerrogativa soberana. Faz-se necessário examinar se, ao exercer essa prerrogativa, o Estado estrangeiro violou direitos humanos. O critério migrou da natureza do ato para a gravidade moral de seus efeitos, e essa migração alterou a própria ontologia da classificação. A pergunta que o juiz do foro formulava sob o regime anterior consistia em indagação de natureza funcional, resolúvel mediante análise formal da conduta. A pergunta que a Tese 944 impõe consiste em

indagação de valor, cuja resolução depende de juízo substantivo sobre se determinada conduta soberana configura violação a direitos humanos. A primeira admitia resposta objetiva. A segunda transfere ao julgador a tarefa de atribuir conteúdo a expressão que, conforme demonstrado no subcapítulo 3.1, o próprio Supremo Tribunal Federal não logrou delimitar.

A consequência lógica dessa migração manifesta-se na dissolução potencial da fronteira que a distinção se propunha a demarcar. Conforme a análise koskenniemiana da inflação de direitos que empreendi no subcapítulo 3.1, a categoria "direitos humanos" expandiu-se, na cultura jurídica contemporânea, a ponto de abranger praticamente qualquer interesse ou pretensão dotada de relevância social. Operações militares atingem o direito à vida. Sanções econômicas afetam o direito ao desenvolvimento. Políticas migratórias restringem a liberdade de circulação. Decisões ambientais transfronteiriças comprometem o direito ao meio ambiente saudável. Medidas de vigilância e inteligência colidem com o direito à privacidade. Nenhuma dessas requalificações exigiria esforço retórico extraordinário por parte de um litigante suficientemente motivado, sobretudo porque a Tese 944 não estabeleceu filtro de gravidade nem remeteu a catálogo normativo específico que permitisse ao julgador distinguir violações aptas a afastar a imunidade daquelas insuficientes para tanto. Na ausência desses filtros, a exceção torna-se potencialmente coextensiva à regra. Se todo ato de império pode, ao menos em tese, receber a qualificação de violação a direitos humanos, a imunidade para atos de império deixa de operar como proteção estável e passa a funcionar como residualidade contingente, sobrevivendo apenas nos casos em que nenhum litigante logra articular a requalificação ou naqueles em que o magistrado, por convicção ou prudência, recusa-se a empreendê-la.

O Supremo Tribunal Federal não aboliu formalmente a imunidade de jurisdição para atos de império. A formulação da Tese 944 preserva a estrutura sintática de uma regra de exceção, apresentando-se como derrogação circunscrita a hipóteses determinadas, não como revogação do instituto. O enunciado não declara que Estados estrangeiros não gozam de imunidade. Declara que atos ilícitos praticados em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam dessa proteção. A formulação pressupõe, gramaticalmente, que a imunidade subsiste como regra geral, e que a exceção opera como derrogação limitada a uma categoria específica de condutas. Essa aparência de excepcionalidade circunscrita contrasta, todavia, com a amplitude material do critério que delimita o campo de incidência. A expressão "violação a direitos humanos", desprovida de qualificadores de gravidade, de remissão a catálogos normativos e de filtros de tipicidade, absorve potencialmente qualquer conduta estatal

que um litigante consiga apresentar como ofensiva a algum direito reconhecido pelo ordenamento doméstico ou internacional. A distância entre a aparência formal de exceção pontual e a realidade operacional de exceção potencialmente ilimitada configura o que denomino "fim não declarado" da imunidade de jurisdição para atos de império no Brasil.

A expressão captura uma inversão estrutural na relação entre regra e exceção. Sob o regime anterior, a imunidade funcionava como presunção automática decorrente do *status* soberano do réu. O litigante que pretendia afastá-la carregava o ônus de demonstrar que o ato impugnado não derivava de prerrogativa soberana, mas de atividade de gestão ou comércio. Demonstrada a natureza soberana do ato, a imunidade incidia sem que o tribunal do foro precisasse avaliar o conteúdo material da conduta. A Tese 944 inverte essa lógica. A imunidade para atos de império passa a configurar condição precária cuja subsistência depende da demonstração negativa de que a conduta soberana não violou direitos humanos. O ônus argumentativo desloca-se do litigante para o Estado estrangeiro, ou para o próprio juiz do foro, a quem recai a tarefa de verificar que nenhuma violação a direitos humanos contamina o ato impugnado. Verificação que, dada a amplitude semântica da expressão, enfrenta dificuldade lógica próxima da impossibilidade, pois a demonstração de que um ato soberano não violou nenhum direito humano, em nenhum catálogo normativo disponível, pressupõe que o sistema jurídico possua definição estável do que constitui violação e do que não constitui. Definição que, conforme reiteradamente demonstrado, a Tese 944 não fornece. A imunidade para atos de império sobrevive, portanto, *de jure*, como enunciado formal no repertório do direito brasileiro. Funcionalmente, contudo, passou a operar como exceção à exceção, subsistindo apenas nos interstícios que a amplitude da fórmula não alcança.

Essa inversão não passou despercebida durante o julgamento. Os votos vencidos alertaram, por caminhos argumentativos distintos, para o risco de que a exceção desnaturasse a regra. Percebo, contudo, que a configuração alcançada pela Tese 944 não resulta de acidente técnico, mas de estratégia institucional cuja racionalidade a chave machadiana permite decifrar. Ao preservar a aparência sintática de uma regra que subsiste, o Supremo Tribunal Federal evitou declarar abertamente a abolição da imunidade para atos de império, gesto que geraria custos diplomáticos imediatos e confronto direto com a decisão da Corte Internacional de Justiça de 2012. A manutenção da casca formal permite ao Tribunal colher o dividendo simbólico de vanguarda humanista sem arcar com as consequências de uma ruptura explícita. O "fim não declarado" opera, nesse sentido, como técnica de dissimulação institucional que a homologia machadiana torna legível. Assim como o Humanitismo de Quincas Borba conferia

a uma tautologia vazia a aparência de sistema filosófico coerente, a Tese 944 confere a uma abolição tácita a aparência de relativização pontual. O instituto permanece nominalmente vigente nos manuais e nos acórdãos, mas sua eficácia prática dissolve-se à medida que qualquer litigante minimamente instruído na gramática dos direitos humanos encontrará, na amplitude da fórmula vinculante, fundamento textual para requerer o afastamento da proteção soberana.

Importa precisar que o argumento desenvolvido nos parágrafos anteriores não repete o diagnóstico empreendido nos subcapítulos precedentes, embora dialogue necessariamente com as categorias que neles se construíram. O subcapítulo 3.1 operou no plano da gramática koskenniemiana, demonstrando que a Tese 944 falha nos requisitos de concretabilidade e de normatividade e qualificando o enunciado resultante como ficção normativa. O subcapítulo 3.2 deslocou a análise para a genealogia processual, reconstituindo a cadeia de traduções que fabricou a ficção mediante vernacularização disfuncional. A contribuição que a presente seção agrega reside na projeção operacional, na identificação daquilo que a indeterminação produz quando a fórmula desce do plano abstrato da repercussão geral para a mesa dos juízes federais de primeiro grau que precisam aplicá-la a casos concretos. A ficção normativa e a vernacularização disfuncional fornecem o diagnóstico e a genealogia. O esvaziamento funcional que se examina nesta seção constitui o prognóstico, a consequência institucional que a ficção normativa gera quando operacionalizada pela máquina judiciária brasileira. Essa distinção de planos analíticos assegura que cada seção do capítulo terceiro contribua com camada própria de inteligibilidade, sem que a progressão argumentativa incorra em redundância.

A mecânica processual que a Tese 944 instala sobre o sistema judiciário brasileiro revela, com precisão analítica, a inversão da teleologia inscrita no mecanismo da repercussão geral. O art. 102, §3º, da Constituição Federal,[794] concebeu o instituto como tecnologia de estabilização e deflação do contencioso constitucional, cuja função precípua consiste em extrair, de um caso concreto, orientação interpretativa capaz de uniformizar o entendimento de todas as instâncias e de reduzir a litigiosidade mediante a fixação de parâmetros previsíveis. O instrumento pressupunha, como condição de funcionamento, que a tese fixada possuísse densidade normativa suficiente para delimitar, com relativa segurança, as hipóteses de incidência e de não incidência da regra, de modo que o jurisdicionado pudesse antecipar o resultado processual e o magistrado pudesse aplicar o precedente sem exercer, em cada caso, decisão materialmente

[794] "Art. 102 [...] § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros." Cf. BRASIL. *Constituição (1988*). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2025.

autônoma sobre os limites da soberania estrangeira. Ao adotar a fórmula "violação a direitos humanos" sem qualquer filtro de gravidade, tipificação ou remissão a catálogos normativos específicos, a Tese 944 inverte essa teleologia, produzindo o que denomino institucionalização da controvérsia como método. Em vez de atuar como filtro que seleciona e encerra a questão constitucional controversa, a tese opera como portal que autoriza a judicialização de qualquer ato de império revestível, mediante esforço argumentativo relativamente modesto, com a gramática dos direitos humanos. A repercussão geral que deveria ter encerrado a disputa sobre a imunidade soberana a constituiu, paradoxalmente, como campo permanente de litígio.

O mecanismo dessa inversão conecta-se à inflação de direitos identificada na análise precedente, mas aqui o que interessa não reside na construção da fórmula, matéria já examinada, e sim na sua operação sistêmica sobre o volume e a natureza do contencioso que a tese induz. Sem o filtro de gravidade que as propostas alternativas ofereciam, virtualmente qualquer ato estatal com repercussão sobre pessoas no território brasileiro torna-se, ao menos potencialmente, enquadrável como violação a algum direito humano, dado que operações militares que resultem em vítimas civis projetam-se sobre o direito à vida, restrições de acesso consular afetam a liberdade de circulação, inadimplementos trabalhistas de missões diplomáticas atingem o direito ao trabalho digno e decisões ambientais transfronteiriças comprometem o direito a um meio ambiente saudável. A ausência de qualificador não configura lacuna pontual corrigível por interpretação restritiva posterior, mas condição estrutural da fórmula, erigida deliberadamente para preservar a abertura que maximiza o campo de valoração casuística do Judiciário. O resultado operacional manifesta-se como litigiosidade especulativa, fenômeno em que a ausência de critério de viabilidade real fomenta pretensões para as quais a tese funciona como convite, não como parâmetro de triagem. O instrumento constitucional concebido para reduzir o acervo processual sobre uma classe de questões passa, assim, a ampliar, de forma estruturalmente desincentivada, o universo de demandas contra Estados soberanos que qualquer agente com acesso à linguagem dos direitos humanos pode formular perante a Justiça Federal brasileira.

A descida da tese do Plenário do Supremo para os gabinetes dos juízes federais de primeiro grau produz efeito institucional que concentra, no magistrado singular, uma autoridade decisória para a qual o sistema não forneceu instrumentos de orientação. O juiz federal que se depara com demanda indenizatória contra Estado estrangeiro por ato de império deve, ao aplicar o precedente vinculante, determinar se a conduta alegada configura "violação a direitos humanos" suficiente para afastar a imunidade soberana, decisão que o STF qualificou como

constitucional, vinculou *erga omnes* e deixou materialmente vazia. Esse magistrado não encontrará no enunciado a especificação de quais direitos compõem o universo de referência, qual patamar de gravidade delimita a incidência da exceção, a qual catálogo normativo deve recorrer para aferir a violação alegada, nem em que momento processual e segundo quais critérios probatórios se estabelece o fato constitutivo. O acervo deliberativo do julgamento, que ultrapassa trezentas páginas entre votos, embargos de declaração e pareceres técnicos da PGR, do MPF e da AGU, não integra o enunciado vinculante e não constrange a discricionariedade do aplicador ordinário. Cada juízo singular converte-se, assim, no arquiteto da exceção para o caso concreto que lhe cabe decidir, preenchendo, com sua formação, sensibilidade e repertório individuais, o vazio semântico que o Tribunal fixador recusou preencher.

A consequência institucional direta dessa estrutura consiste na fragmentação sistêmica da interpretação em matéria que, por sua natureza, exige tratamento unitário e previsível. Produzem-se, potencialmente, tantas definições operacionais de "violação a direitos humanos" para fins de imunidade quantos juízos federais existirem no país, definições que variarão conforme o repertório doutrinário de cada magistrado, o peso que cada um atribua a instrumentos de direito internacional e a leitura que façam dos votos e embargos que a tese em repercussão geral não incorporou ao seu enunciado. A fragmentação torna-se particularmente grave porque a matéria regulada, a sujeição de Estados soberanos à jurisdição brasileira, integra o núcleo da política externa, campo no qual a capacidade de antecipar consequências e de gerir reciprocidades constitui condição de funcionamento da relação interestatal. Um Estado estrangeiro que busque compreender sua exposição à jurisdição brasileira não encontrará, na Tese 944, parâmetro objetivo que permita avaliar quais condutas soberanas o sujeitam ao foro, porque a determinação desse limite recai sobre um juízo singular que ainda não se pronunciou, que decidirá segundo seus próprios critérios e que apresentará essa decisão como mera aplicação técnica de norma alheia. A jurisprudência que emerge desse arranjo não uniformiza, mas multiplica, não orienta, mas dispersa, configurando o oposto funcional do que o mecanismo da repercussão geral foi constitucionalmente concebido para produzir.

O que essa cascata revela, em termos de arquitetura institucional, não reproduz o diagnóstico sobre o viés de preferência pela abertura interpretativa, mas projeta sua operação concreta ao longo da cadeia jurisdicional. O viés que orientou a decisão plenária não encerra seus efeitos naquele momento, mas se replica, com intensidade crescente, em cada instância a que a tese desce. Se no Supremo a indeterminação operou como tecnologia de expansão da autoridade jurisdicional, nas instâncias ordinárias ela opera como multiplicador de

discricionariedade individual, disseminando pelo sistema um poder normativo que nenhum magistrado assume explicitamente como tal, mas que todos exercem, necessariamente, ao aplicar fórmula cujo conteúdo substantivo cabe a cada um definir. O denominado efeito cascata não consiste, portanto, em simples propagação do precedente vinculante, mas em propagação da indeterminação como método de governança judicial, de modo que cada nível da hierarquia repassa ao nível seguinte a tarefa de decidir o que o nível anterior recusou delimitar. A expansão da jurisdição de conhecimento, sem qualquer modificação da imunidade de execução que permanece intacta, revela o mecanismo pelo qual o Judiciário recolhe os dividendos simbólicos de uma posição de vanguarda sem assumir os custos materiais que essa posição pressupõe.

Dessa dinâmica emerge o que identifico como irresponsabilidade circular, o mecanismo pelo qual a decisão política de submeter Estados soberanos à jurisdição nacional percorre todo o sistema sem titular explícito. O Supremo fixa fórmula semanticamente vazia e recolhe, no plano do debate constitucional, o dividendo simbólico de posicionar-se na vanguarda do constitucionalismo humanista. O juiz federal de primeiro grau afasta a imunidade soberana apresentando sua decisão como cumprimento do precedente vinculante, desonerando-se da responsabilidade política pela quebra de prerrogativa estrangeira ao revestir escolha material autônoma com a aparência de aplicação técnica de norma alheia. O Poder Executivo, representado pelo Itamaraty, encontra-se compelido a administrar, no plano diplomático, as consequências de posição que não formulou, não controlou e não pode reverter por meios próprios, porque a tese vincula por força de repercussão geral e fundamento constitucional que nenhum ato do Executivo pode revogar. A escolha sobre os limites da soberania estrangeira apresenta-se, em cada nível, como constatação técnica revestida de inevitabilidade normativa, subtraindo-se ao tipo de responsabilização que categorias formais mais densas possibilitariam. Nesse mecanismo reside, em sua expressão mais precisa, o esvaziamento funcional do prêmio que o título anuncia: a exceção à imunidade só foi possível porque produzida como construção oca, e o prêmio só se revelou acessível porque desprovido do conteúdo que o tornaria verdadeiramente valioso.

### *3.3.2 O "custo": consequências do fim não declarado*

A seção precedente demonstrou que o prêmio obtido pela corrente vencedora no STF configura esvaziamento funcional da imunidade de jurisdição no Brasil. A exceção fixada pela Tese 944, ao dissolver a fronteira entre atos de império protegidos e atos de império

reclassificáveis como violação a direitos humanos, produziu construção semanticamente oca que, transferida às instâncias ordinárias pelo mecanismo da repercussão geral, institui cascata de discricionariedade sem balizas e irresponsabilidade circular sem titular. A presente seção desloca o eixo analítico do prêmio para o custo e submete o esvaziamento funcional à pergunta que lhe confere consequência operacional. Quais custos – internos, externos e globais – o esvaziamento funcional impõe ao Brasil? A resposta organiza-se em quatro eixos progressivos que projetam os custos da ficção normativa fabricada por vernacularização disfuncional sobre planos distintos da inserção institucional e internacional do país. O primeiro eixo opera no plano interno e examina a colisão de competências entre Judiciário e Executivo na condução da política externa. O segundo e o terceiro deslocam-se para o plano externo, diferenciados pela posição processual do Brasil: o segundo toma o Brasil como julgador e projeta o custo da inexecução para as vítimas concretas do caso Changri-lá; o terceiro toma o Brasil como réu e submete a fórmula indeterminada ao teste de reciprocidade invertido. O quarto eixo ascende ao plano global e demonstra que a Tese 944 não integra tendência emergente nem reúne condições estruturais para consolidar-se como costume internacional, situando o Brasil em *terra de ninguém normativa*.[795]

Passo, então, ao primeiro eixo de análise, dedicado às consequências internas e à colisão de competências que a Tese 944 instaura entre Judiciário e Executivo no campo da política externa. A Constituição de 1988 atribui ao Presidente da República competência privativa para manter relações com Estados estrangeiros (art. 84, VII) e para celebrar tratados, convenções e atos internacionais (art. 84, VIII).[796] O Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Itamaraty, funciona como órgão auxiliar dessa competência, conduzindo as relações diplomáticas e operando como instância responsável por antecipar, gerir e absorver as consequências das posições que o Brasil assume no plano interestatal. A imunidade de jurisdição funcionava, nesse quadro, como interface institucional entre Judiciário e Executivo em matéria de soberania estrangeira. Ao reconhecer a imunidade para atos de império, os tribunais brasileiros respeitavam a competência do Executivo na condução das relações

[795] Usei a expressão "terra de ninguém normativa" em alusão à expressão "terra de ninguém histórica" da Hannah Arendt, explorada sobretudo no item 2.3.3. Cf. ARENDT, Hannah. Não mais e ainda não. In: ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo: ensaios (1930–1954)*, São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

[796] "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;" Cf. BRASIL. *Constituição (1988*). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2025.

exteriores. Ao afastá-la exclusivamente para atos de gestão, operavam dentro dos limites do costume internacionalmente reconhecido, de modo que a fricção interinstitucional permanecia administrável e previsível. A interface supunha equilíbrio funcional entre os poderes, não subordinação hierárquica, e preservava para o Executivo a capacidade de antecipar, no plano diplomático, as consequências que qualquer decisão judicial sobre soberania estrangeira necessariamente produz.

A Tese 944 rompe essa interface ao transferir para o Judiciário, e especificamente para juízes federais de primeiro grau, o poder de decidir quando e em que circunstâncias um Estado estrangeiro pode ser processado em território brasileiro por atos de império. O deslocamento não configura mero alargamento da jurisdição, mas redefinição material do campo decisório, porque a determinação de que certa conduta soberana constitui "violação a direitos humanos" suficiente para afastar a imunidade envolve, necessariamente, avaliação de consequências diplomáticas, cálculo de reciprocidade e ponderação de interesses estratégicos que pertencem ao núcleo funcional da política externa. O magistrado singular que profere essa decisão não dispõe de acesso a informações sensíveis sobre relações bilaterais, não possui obrigação institucional de considerar os efeitos diplomáticos de seu pronunciamento e não internalizará, em nenhum momento, os custos geopolíticos que sua decisão produz. Cada afastamento singular da imunidade para atos de império constitui, *de facto*, ato de política externa com consequências diplomáticas imediatas, proferido por agente que opera sob a lógica da proteção de direitos individuais sem os instrumentos institucionais necessários para gerir a dimensão interestatal dessa proteção.

Os órgãos de assessoria jurídica e diplomática do Poder Executivo alertaram, durante o julgamento do ARE 954.858, sobre os riscos sistêmicos da posição que a maioria viria a adotar. A AGU sustentou a manutenção da imunidade absoluta para atos de império praticados em contexto de guerra, argumentando que a criação de exceção judicial isolada comprometeria a reciprocidade defensiva que o regime costumeiro confere ao Brasil no plano internacional. O Itamaraty, consultado no curso do processo, manifestou preocupação com a dissolução dessa reciprocidade e com a exposição que a decisão produziria para agentes e ativos brasileiros no exterior. A PGR, na mesma direção, propôs formulação restritiva que circunscrevia a exceção a crimes internacionais que implicassem grave violação a direitos humanos e ao direito humanitário, oferecendo ao Tribunal categoria tecnicamente delimitada e internacionalmente reconhecível. Essas manifestações, oriundas de registros institucionais distintos, convergiam para a mesma preocupação operacional, a de que o afastamento da imunidade para atos de

império sem balizas normativas comprometeria a capacidade do Executivo de antecipar e administrar as consequências diplomáticas da jurisdição ampliada. A maioria rejeitou todas essas contribuições e fixou posição que os órgãos do Executivo haviam expressamente desaconselhado.

Fixada a tese, AGU e Itamaraty passaram a ocupar a posição de gestores de consequências que não produziram. Cabe ao Itamaraty administrar, no plano das relações bilaterais, os efeitos diplomáticos de decisões judiciais cujo conteúdo substantivo ele não controlou e cuja amplitude não pôde delimitar. Cabe à AGU representar a União em eventuais contenciosos internacionais que a Tese 944 venha a provocar, defendendo posição que ela própria desaconselhou perante o Tribunal que a fixou. A assimetria institucional que esse arranjo produz merece registro preciso. A Tese 944 produziu expansão da autoridade jurisdicional do Supremo em matéria de imunidade estatal e conferiu à Corte posição de vanguarda no constitucionalismo humanista brasileiro, ao mesmo tempo em que transferiu para órgãos do Executivo a tarefa de absorver, no plano das relações interestatais, o impacto material de uma decisão cujas consequências diplomáticas o Tribunal não tinha meios institucionais de avaliar nem competência para administrar. Cabe observar que o arquétipo da jurisdição contramajoritária, frequentemente invocado para justificar decisões do STF que rompem com consensos políticos majoritários em nome da proteção de direitos fundamentais, não cobre adequadamente o caso em análise. A Tese 944 não medeia conflito entre maioria política doméstica e minoria titular de direitos fundamentais, mas entre ordem jurídica interna e costume internacional consolidado, contexto no qual a Corte depende estruturalmente do Executivo para sustentar e implementar os efeitos externos da decisão. A proteção às vítimas, motor declarado do julgamento, produz benefício apenas reflexo e incerto no caso concreto, dado que sua efetivação depende de cumprimento por Estado estrangeiro que não reconhece a jurisdição brasileira, enquanto o ônus da ruptura normativa recai integralmente sobre outros órgãos do próprio Estado brasileiro. A ironia machadiana que organiza este subcapítulo encontra aqui projeção institucional precisa, porque o prêmio, a jurisdição ampliada, permaneceu com quem o conquistou, enquanto o ônus de sustentá-lo recaiu integralmente sobre quem não o buscou.

O Ministro Alexandre de Moraes, em voto vencido, formulou alerta que a operacionalização da Tese 944 converte em diagnóstico. Sustentou que a criação judicial de exceções à imunidade configura atuação do Judiciário como legislador positivo no plano internacional, transformando o Tribunal em instância produtora de normas cuja elaboração pertence ao Executivo, no campo das relações internacionais, e ao Legislativo, no campo da

incorporação de tratados e da edição de leis específicas. O argumento conecta-se a tradição consolidada do direito constitucional brasileiro que atribui ao Judiciário a função de aplicar e interpretar normas, não a de criá-las *ex novo* em matéria de soberania estatal. No caso da Tese 944, o STF não interpretou tratado ratificado pelo Brasil, não aplicou lei federal que disciplinasse a imunidade e não extraiu a exceção de prática estatal consolidada que pudesse configurar costume. Produziu, por construção jurisprudencial autônoma em sede de repercussão geral, norma vinculante que redesenha os limites da soberania estrangeira no território nacional, exercendo competência que o quadro constitucional distribui entre Executivo e Legislativo.

O alcance operacional desse argumento adquire contornos especialmente graves quando se considera que a Tese 944 foi fixada em sede de repercussão geral, com eficácia vinculante *erga omnes*. Não se trata de opinião consultiva nem de decisão restrita às partes do caso Changri-lá, mas de norma produzida judicialmente que vincula todo o sistema jurisdicional brasileiro e que nenhum ato do Executivo ou do Legislativo pode revogar por instrumento infraconstitucional ordinário. A separação de poderes sofre, nesse campo específico, erosão funcional que opera em dupla direção. Em uma direção, o Judiciário assume competência materialmente pertencente ao Executivo ao decidir, caso a caso e sem parâmetros predeterminados, sobre os limites da soberania estrangeira no território nacional. Em outra, subtrai ao Legislativo a prerrogativa de disciplinar, por via legislativa, as condições em que a imunidade deve ser reconhecida ou afastada, matéria que todas as jurisdições que codificaram o regime trataram por lei formal. O Brasil constitui, nesse panorama, caso singular em que a exceção à imunidade para atos de império não resulta nem de tratado, nem de lei, nem de costume internacionalmente reconhecido, mas de construção judicial vinculante cujo conteúdo normativo o próprio Tribunal fixador recusou delimitar.

O segundo eixo desloca a análise do plano institucional interno para as consequências externas que o esvaziamento funcional produz quando o Brasil opera na condição de julgador, tomando como fio condutor o custo da inexecução. A seção 3.1.2 identificou a imunidade absoluta de execução como a terceira dimensão de incoerência que impede a Tese 944 de funcionar como utopia normativa genuína, demonstrando que a barreira convencional e consuetudinária protegida pelas Convenções de Viena de 1961 e 1963, pelo artigo 19 da Convenção da ONU de 2004 e pela autonomia radical entre as fases de conhecimento e execução consolidada no RE-AgR 222.368 permanece intransponível tanto no direito internacional quanto no ordenamento brasileiro. A tarefa que se impõe nesta altura do argumento difere, contudo, daquela empreendida no subcapítulo anterior. Não se trata de

rediagnosticar a barreira, cujos contornos normativos a análise precedente reconstituiu com exaustividade, mas de articular o que a inexecução significa como custo para os jurisdicionados que a Tese 944 declarou proteger, e de examinar como as duas lentes teóricas mobilizadas ao longo deste capítulo convergem, pela primeira vez no percurso da análise, para explicar a natureza e a extensão desse custo.

O padrão empírico que emerge dos precedentes invocados pelo voto condutor oferece, quando relido sob a perspectiva do custo, dado cuja significação a análise anterior identificou sem explorar integralmente. Em nenhuma das jurisdições que o STF apresentou como evidência de tendência internacional emergente a fase de conhecimento conduziu à satisfação material do direito reconhecido. O caso Ferrini culminou na condenação da própria Itália pela CIJ por permitir medidas constritivas contra bens alemães protegidos pela imunidade executória, invertendo a posição processual do Estado que tentara garantir a reparação de suas vítimas. O caso Distomo encontrou na intervenção do Executivo grego, fundada em prerrogativa ministerial prevista no artigo 923 do Código de Processo Civil helênico, o bloqueio político que a barreira jurídica não lograra impor com suficiente nitidez ao Judiciário daquele país. Os casos sul-coreanos relativos às *comfort women* permanecem como títulos formalmente válidos e materialmente inócuos contra Estado que recusou pagamento voluntário e cujos ativos conservam proteção convencional contra constrição. O denominador comum que vincula esses episódios não reside na falha técnica dos tribunais nacionais, nem em deficiência processual corrigível por aperfeiçoamento legislativo, mas na configuração normativa de um regime que separa radicalmente o poder de julgar do poder de executar contra entes soberanos, separação que nenhuma construção jurisprudencial doméstica pode suprimir por ato unilateral.

O custo que essa barreira impõe às famílias do Changri-lá transcende o registro processual e atinge o plano da promessa institucional que a Tese 944 formula. A sentença condenatória, caso proferida pelos juízos de primeiro grau a quem a cascata decisória transferiu a tarefa de concretizar a ficção normativa, reconhecerá judicialmente a ilicitude do torpedeamento do pesqueiro pela Marinha alemã em 1943 e atribuirá à República Federal da Alemanha obrigação de indenizar. Esse reconhecimento possui valor que não convém minimizar, na medida em que confere às supostas vítimas e a seus descendentes declaração pública da injustiça sofrida, algo próximo do que a literatura especializada qualifica como direito à verdade jurisdicionalizado. Ocorre que o prêmio prometido pela Tese 944 excede o reconhecimento simbólico e projeta reparação patrimonial que a sentença condenatória formaliza como crédito exigível. A distância entre o título judicial e a impossibilidade material

de satisfazê-lo configura, para os jurisdicionados, a expressão mais aguda da vitória de Pirro que a epígrafe machadiana do subcapítulo captura com precisão. As batatas da jurisdição de conhecimento foram conquistadas, mas revelam-se inconsumíveis, devoradas pela barreira que o próprio sistema normativo interpõe entre o reconhecimento formal da ilicitude e a fruição efetiva da reparação.

A inexecução permite articular, pela primeira vez no percurso desta análise, a convergência das duas lentes teóricas que os subcapítulos anteriores mobilizaram separadamente. A ficção normativa, tal como reconstituída na seção 3.1.3, designa construção que simula densidade jurídica mediante fórmula semanticamente aberta cujo conteúdo operativo depende inteiramente de valorações casuísticas futuras. A inexecução confere a esse diagnóstico expressão material no plano processual. A construção que simula norma no enunciado da repercussão geral gera, quando projetada sobre a vida dos jurisdicionados, construção que simula tutela na sentença condenatória. A ficção replica-se em cascata, percorrendo o trajeto que vai da indeterminação do enunciado vinculante à inexequibilidade do título judicial que dele resulta. A simetria entre os dois planos não configura coincidência, mas consequência estrutural da mesma opção pela indeterminação que, ao recusar os filtros de contorno propostos pela PGR, pelo MPF, pela AGU e pelo Ministro Nunes Marques, preservou a amplitude retórica da exceção ao preço de sua eficácia material. O Tribunal simulou decidir o conflito no plano normativo, e a sentença que dele decorrer simulará repará-lo no plano patrimonial.

A reconstituição genealógica empreendida no subcapítulo precedente identificou, na tradução operada pelo STF, os traços da vernacularização *light* que Destrooper descreve como tradução que omite componentes cruciais da arquitetura de direitos humanos, notadamente a dimensão de *accountability* e *enforcement*, entregando versão empobrecida que substitui emancipação por simbolismo.[797] A inexecução revela-se como consequência prática mais tangível dessa omissão. O STF vernacularizou a exceção à imunidade de jurisdição, autorizando o Judiciário brasileiro a conhecer de demandas contra Estados soberanos por atos de império, mas silenciou sobre a imunidade de execução, que permanece regida por tratado e costume internacional fora do alcance do vernacularizador. A tradução entregue aos jurisdicionados contempla o reconhecimento judicial da ilicitude, mas não contempla os meios de converter esse reconhecimento em reparação efetiva. A omissão configura o padrão de apropriação

[797] DESTROOPER, Tine. Localization "Light": The Travel and Transformation of Nonempowering Human Rights Norms. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (ed.). *Human Rights Transformation in Practice*. Philadelphia: UPP, 2018. p. 216, 223-225.

seletiva que a Corte Astuta pratica ao colher dividendos de vanguarda humanista sem arcar com os custos institucionais de uma constrição efetiva de bens soberanos. O resultado substitui a emancipação material das vítimas pelo simbolismo retórico de uma sentença que funciona como monumento à injustiça reconhecida, porém não reparada.

A convergência dessas duas lentes confere à Tese 944, no plano das consequências para o Brasil como julgador, o que identifico como estrutura messiânica da promessa jurisdicional. A exceção veicula anúncio de justiça cuja realização o próprio sistema que a pronuncia não possui condições materiais de garantir. A inexecução não constitui defeito acidental corrigível por aperfeiçoamento técnico ou emenda legislativa, mas expressão material da dupla insuficiência que os subcapítulos anteriores diagnosticaram nos planos normativo e genealógico. A ficção normativa projeta norma sem conteúdo operativo, e a vernacularização *light* traduz exceção sem *enforcement*. Projetadas sobre o caso concreto das famílias do Changri-lá, essas duas operações convergem para produzir sentença que projeta reparação sem execução, título que anuncia justiça sem entregá-la. O custo recai integralmente sobre as vítimas, que percorrem a via jurisdicional aberta pela Tese 944 para descobrir, ao término do itinerário processual, que o prêmio permanece fora de alcance, protegido pela mesma ordem normativa internacional que a decisão declarou subordinar à prevalência dos direitos humanos.

O terceiro eixo inverte a posição processual do Brasil e examina as consequências externas que a Tese 944 produz quando o país deixa de ocupar a condição de julgador e passa a figurar como potencial réu perante jurisdições estrangeiras. Denomino essa dimensão de exposição periférica, porque o risco que se materializa incide com intensidade desproporcional sobre Estado de inserção geopolítica limitada, desprovido dos instrumentos de dissuasão que permitiriam a potências centrais absorver os custos de retaliação recíproca. A seção 3.1.2 identificou a reciprocidade negativa como contradição que a universalização da Tese 944 revela no plano teórico. A contribuição deste eixo opera em registro distinto, deslocando a análise do plano da coerência abstrata para o da viabilidade processual concreta mediante três cenários que exploram dimensões específicas da indeterminação diagnosticada nos subcapítulos anteriores. Cada cenário apoia-se em mecanismo processual real, precedente consumado ou legislação vigente, que confere à inversão da reciprocidade o caráter de risco juridicamente operável. A progressão percorre três registros, o factual, o normativo e o sistêmico, convergindo para demonstrar que a formulação genérica da exceção fabrica superfícies de vulnerabilidade que o regime anterior de reciprocidade defensiva neutralizava.

O primeiro cenário mobiliza a atuação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti para demonstrar que o Brasil já acumula passivo concreto em território estrangeiro suscetível de enquadramento sob a lógica invertida da Tese 944. O mecanismo processual que viabiliza a inversão encontra-se consolidado pela Suprema Corte dos Países Baixos, que no caso *Mothers of Srebrenica*, em 2019, atribuiu ao Estado holandês a responsabilidade por atos de seu contingente militar na missão UNPROFOR, aplicando o critério de controle efetivo previsto no artigo 8 dos Artigos da CDI sobre Responsabilidade dos Estados.[798] A Corte determinou que a conduta dos capacetes azuis configurava ato atribuível ao Estado contribuinte de tropas, e não à ONU, quando esse Estado exercia controle operacional sobre as decisões concretas que resultaram no dano. O Brasil exerceu posição de comando do componente militar da MINUSTAH ao longo de treze anos e figurou como maior contribuinte de tropas, circunstância que satisfaz *a fortiori* o critério de atribuição chancelado pelo tribunal holandês. Pesquisas empíricas documentaram de forma extensiva casos de exploração e abuso sexual por capacetes azuis contra mulheres e meninas haitianas, conduta que a literatura especializada qualifica sem hesitação como violação de direitos humanos.[799] O requisito territorial da Tese 944 encontra-se preenchido para tribunais haitianos, e o padrão de Srebrenica fornece o mecanismo de atribuição ao Estado contribuinte de tropas. Ocorre que exploração sexual transacional em operações de paz não configura crime de guerra tipificado, não viola jus cogens em sentido estrito e não recebeu reconhecimento por tribunal internacional, de modo que nenhuma das propostas de contenção rejeitadas pelo STF teria permitido o enquadramento. Apenas a formulação genérica da Tese 944, ao dispensar qualificador de gravidade e tipificação penal, franqueia a porta que todas as alternativas mantinham fechada.

O segundo cenário explora a dimensão da indeterminação material, demonstrando que a ausência de especificação sobre quais direitos humanos fundamentam a exceção permite converter controvérsias de natureza essencialmente política e econômica em litígios judiciais contra o Brasil. **Exemplo ilustrativo reside na contaminação transfronteiriça decorrente do uso intensivo de agrotóxicos em lavouras brasileiras próximas às fronteiras com Paraguai, Argentina e Uruguai, cujos impactos documentados sobre saúde de populações ribeirinhas, qualidade de recursos hídricos compartilhados e biodiversidade regional**

---

[798] HOLANDA. Suprema Corte. *Stichting Mothers of Srebrenica et al. v. Estado dos Países Baixos* (caso "Mothers of Srebrenica"). Acórdão de 19 jul. 2019. Disponível em: https://www.enklave-srebrenica-zepa.org/_dokumenti/presuda-holandija-ECLI_NL_HR_2019_1284.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

[799] OLIVEIRA, A. C. de; SANTOS, V. C. dos. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Revista de Estudos em Relações Internacionais*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/RDnBBGSDCQHczJ4XRzpx9nL/?lang=pt. Acesso em: 08 jan. 2026.

**configuram, sob interpretação generosa do catálogo internacional de direitos humanos, matéria passível de enquadramento como violação aos direitos à saúde, ao meio ambiente saudável e aos direitos territoriais de comunidades indígenas e campesinas transfronteiriças, consagrados no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho**.[800] Se o Paraguai adotasse a lógica recíproca da Tese 944, a argumentação poderia fundar-se na premissa de que **a omissão regulatória e fiscalizatória brasileira em matéria de agrotóxicos produz efeitos materiais em território paraguaio suscetíveis de caracterização como violações de direitos humanos fundamentais**. A objeção imediata de que semelhante enquadramento resultaria forçado ou politicamente motivado configura precisamente o que o cenário pretende demonstrar. Sob a formulação de Ferrini, de Distomo ou de Cançado Trindade, sob qualquer das propostas rejeitadas pelo STF, nenhum tribunal paraguaio lograria enquadrar a omissão regulatória ambiental brasileira como exceção à imunidade. A Tese 944, ao dispensar qualificadores de gravidade e remissão a catálogo normativo específico, converte o que antes configurava barreira sólida em superfície de vulnerabilidade aberta, ilustrando a dinâmica de inflação de pretensões formuladas na gramática dos direitos que Koskenniemi identifica como traço constitutivo do rights-talk.

O terceiro cenário desloca a análise do plano hipotético para o da evidência empírica consumada. O *Justice Against Sponsors of Terrorism Act*, aprovado pelo Congresso norte-americano em 2016 sobre o veto do Presidente Obama, criou exceção à imunidade estatal para atos de terrorismo praticados em solo estadunidense.[801] Obama alertou expressamente que a legislação provocaria retaliação recíproca e exporia os Estados Unidos, com presença militar em dezenas de países, a litígios em tribunais estrangeiros. A analogia estrutural com a Tese 944 revela-se precisa, dado que ambas as exceções foram criadas contra o parecer do Executivo, ambas exigem que o ato tenha ocorrido no território do foro e ambas enfrentaram alertas institucionais prévios que os órgãos decisores desconsideraram. A diferença determinante reside na assimetria entre as capacidades de absorção dos respectivos Estados. Os Estados

[800] Sobre os impactos transfronteiriços do uso de agrotóxicos em lavouras brasileiras fronteiriças, ver BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017; e CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). *Dossiê ABRASCO*: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015. Para análise específica da dimensão transfronteiriça no contexto paraguaio, ver PALAU, Tomás; CABELLO, Daniel; MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. *Los refugiados del modelo agroexportador*: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE-IS, 2007.

[801] WUERTH, Ingrid. *Justice Against Sponsors of Terrorism Act: Initial Analysis*. Lawfare, 29 set. 2016. Disponível em: https://www.lawfaremedia.org/article/justice-against-sponsors-terrorism-act-initial-analysis. Acesso em: 08 jan. 2026.

Unidos dispõem de instrumentos de *enforcement* extraterritorial que lhes permitem dissuadir retaliações recíprocas ou absorver seus custos. O Brasil, como potência média com projeção de força limitada, não dispõe de mecanismos equivalentes. O argumento opera *a fortiori* com contundência particular, pois se a exceção mais restrita, fundada na categoria de terrorismo dotada de tipificações criminais específicas, gerou riscos que a maior potência do sistema considerou intoleráveis, a exceção mais ampla, fundada na categoria genérica de violação a direitos humanos sem qualificador de gravidade, cria exposição proporcionalmente superior para Estado desprovido de instrumentos de contenção.

O cenário bilateral que projeta consequências mais imediatas envolve a própria Alemanha, cuja política externa em matéria de imunidade demonstra tolerância mínima a violações de sua prerrogativa soberana para atos de guerra. A Alemanha acionou a Itália perante a CIJ em 2008 e obteve, em 2012, condenação que reafirmou a imunidade absoluta para atos de império, incluindo diante de alegações de violação de jus cogens. Em 2022, retornou à CIJ para questionar a persistente resistência italiana em cumprir integralmente o veredicto anterior. Esse padrão de litigância reiterada perante o principal órgão judicial das Nações Unidas sinaliza disposição institucionalizada de contestar judicialmente qualquer Estado que submeta condutas militares alemãs à jurisdição doméstica. A Tese 944 fornece fundamento robusto para ação análoga contra o Brasil, e o argumento *a fortiori* agrava a posição brasileira, pois, se a CIJ condenou a exceção italiana circunscrita a violações de jus cogens e crimes internacionais, a exceção brasileira, formulada em termos mais amplos e desprovida dos filtros que conferiam à posição italiana reconhecibilidade mínima, apresenta-se ainda mais vulnerável ao escrutínio da Corte de Haia. A eventual condenação colocaria o Brasil diante de dilema cuja resolução impõe custos em qualquer direção, dado que acatar a ordem internacional exigiria reverter a Tese 944 com custo político severo para o STF que se apresentou como vanguarda humanista, ao passo que resistir invocando contralimites constitucionais à maneira italiana consolidaria isolamento diplomático do país como ator que desafia simultaneamente o costume vigente e o principal órgão jurisdicional das Nações Unidas. A atual ausência de reação alemã parece refletir cálculo estratégico, não aquiescência, pois a Alemanha tende a aguardar provimento judicial dotado de potencial executório antes de acionar mecanismos internacionais.

A convergência dos cenários articulados ao longo deste eixo revela o que denomino paradoxo da vanguarda periférica. O Brasil empreendeu ruptura unilateral com o regime costumeiro de imunidade invocando a prevalência dos direitos humanos como princípio capaz de subordinar a prerrogativa soberana à jurisdição doméstica. Essa pretensão de liderança

normativa, contudo, desconsidera que o Estado que promove exceção sem dispor do capital geopolítico necessário para impô-la como prática legítima não transforma o costume, apenas se posiciona fora dele, conforme advertira o Ministro Gilmar Mendes ao alertar para os riscos de construção jurisprudencial isolada. A reciprocidade que o regime anterior garantia, protegendo representações, agentes e ativos brasileiros no exterior mediante cadeia de deferências costumeiras, dissolve-se quando o fundamento da norma deixa de residir no comportamento coletivo e passa a repousar na vontade unilateral do Estado do foro. O cenário da MINUSTAH demonstrou que o passivo factual já existe e que o mecanismo processual de atribuição se encontra consolidado. O cenário de Itaipu demonstrou que a indeterminação material fabrica passivo jurídico onde antes não havia, convertendo disputas de natureza essencialmente política em pretensões formuláveis na gramática dos direitos. O JASTA demonstrou que a dinâmica de reciprocidade adversa opera como mecanismo sistêmico documentado, não como especulação acadêmica. A ação alemã perante a CIJ projeta-se como culminação provável desse trajeto. O vencedor que recolheu as batatas da jurisdição ampliada descobre que o preço da vitória recai sobre si mesmo, convertendo a pretensa vanguarda em exposição unilateral que nenhuma construção retórica logra transmutar em liderança normativa efetiva.

O quarto e último eixo desloca a análise do plano bilateral para o plano sistêmico e examina a posição que a Tese 944 ocupa, ou pretende ocupar, no regime internacional da imunidade estatal. Acredito que nem se trata de tendência emergente nem de costume futuro, porque a decisão do Supremo não logrou inserir-se na corrente jurisprudencial que invocou como fundamento e tampouco reúne as condições estruturais para projetar-se como contribuição normativa ao direito internacional. Os eixos anteriores demonstraram que o prêmio da jurisdição ampliada cobra custos institucionais, humanitários e geopolíticos desproporcionais ao benefício obtido. Este eixo acrescenta camada adicional de consequência ao demonstrar que a Tese 944 fracassa na única justificativa capaz de compensar esses custos, a de constituir avanço legítimo na evolução do direito internacional dos direitos humanos. A progressão argumentativa percorre três movimentos, o desalinhamento com a tendência que a maioria vencedora declarou acompanhar, a impossibilidade estrutural de formação de costume futuro e o isolamento normativo irreversível que resulta dessa dupla insuficiência.

A narrativa construída pela maioria vencedora sustenta que a Tese 944 acompanharia tendência internacional emergente de subordinação da imunidade estatal a considerações de direitos humanos. Os subcapítulos anteriores demonstraram, sob ângulos distintos, que essa narrativa padece de déficit de correspondência material com os precedentes invocados. A

contribuição deste eixo reside em extrair a consequência sistêmica dessa divergência. Não se trata apenas de constatar que a formulação brasileira emprega categoria mais ampla do que seus alegados paradigmas, diagnóstico já formulado na seção 3.1.2 e aprofundado na seção 3.2.2. Trata-se de demonstrar que essa amplitude desloca a decisão brasileira para fora do campo normativo que os precedentes estrangeiros efetivamente habitam, de modo que invocar Ferrini, Distomo ou as decisões sul-coreanas como fundamento comparativo constitui operação retórica desprovida de correspondência analítica. Os precedentes italiano e grego operavam com categorias reconhecíveis pelo direito internacional penal e pelo regime de jus cogens, vocabulário que conferia às suas exceções mínimo de inteligibilidade perante o sistema. A Tese 944, ao substituir esse vocabulário pela expressão genérica violação a direitos humanos, não se alinhou à tendência que invocou. Saltou para terreno que nenhuma jurisdição habita, nem por via legislativa nem por via jurisprudencial, configurando, no panorama do direito comparado da imunidade, um *unicum* cujo isolamento material impede que a prática de outros Estados funcione como lastro legitimador.

A formação de costume internacional exige prática estatal generalizada e uniforme acompanhada de *opinio juris*. O subcapítulo 3.2 demonstrou que o processo de tradução operado pelo STF comprometeu a inteligibilidade do produto normativo no contexto global, frustrando o mecanismo de *upstreaming* que permitiria à inovação doméstica projetar-se como contribuição ao direito internacional. A contribuição deste eixo consiste em demonstrar que, mesmo abstraída a falha de tradução, a Tese 944 carece das condições estruturais para gerar costume futuro. A primeira condição ausente reside na impossibilidade de replicação uniforme. Para que outros Estados adotassem a exceção brasileira como prática convergente, precisariam reproduzir seus termos em condições minimamente comparáveis. A formulação genérica da Tese 944, contudo, não fornece parâmetros replicáveis, pois cada Estado que pretendesse adotá-la preencheria a expressão violação a direitos humanos com conteúdo determinado por seu próprio ordenamento constitucional e por suas prioridades geopolíticas. O resultado não configuraria prática uniforme, mas mosaico de exceções unilaterais cujas geometrias difeririam de jurisdição para jurisdição. A segunda condição ausente reside na assimetria de capital geopolítico. Potências centrais lograram projetar exceções unilaterais, como a *terrorism exception* do FSIA norte-americano, mediante combinação de capacidade de *enforcement* e peso diplomático que confere às suas inovações efeito demonstrativo sobre o sistema. O vernacularizador periférico, desprovido desse capital, depende da inteligibilidade e da precisão

técnica de seu produto para que outros atores o reconheçam como contribuição legítima, condição que a indeterminação da Tese 944 frustra de modo estrutural.

O Brasil encontra-se, portanto, em terra de ninguém normativa. Abandonou o costume consolidado, reafirmado pela CIJ em 2012 por doze votos a três, sem alcançar plataforma alternativa que o cenário internacional reconheça como legítima. Esse isolamento distingue-se qualitativamente daquele examinado no segundo capítulo, que operava no registro descritivo do desalinhamento factual, e daquele analisado no subcapítulo 3.2, que operava no registro explicativo da vernacularização disfuncional. Aqui, o argumento avança para o registro da irreversibilidade estrutural. Enquanto o enunciado mantiver sua amplitude atual, o isolamento não poderá superar-se pela mera passagem do tempo ou pelo eventual surgimento de novos precedentes estrangeiros, porque esses precedentes, caso venham a materializar-se, tenderão a formular-se com os filtros de gravidade e tipicidade que o direito internacional reconhece como condição de legitimidade, reproduzindo a lógica circunscrita de Ferrini e Distomo, não a fórmula aberta da Tese 944. O Brasil não aguarda que o mundo o alcance em uma marcha convergente rumo à mesma posição normativa. O mundo avança em direção diversa, construindo exceções delimitadas onde o STF edificou exceção genérica. O resultado configura um isolamento discursivo permanente, condição na qual o Estado performa domesticamente o papel de vanguarda humanista enquanto permanece normativamente irreconhecível no plano internacional e estrategicamente exposto aos custos que os eixos anteriores demonstraram.

A convergência dos quatro eixos articulados ao longo desta seção permite formular com precisão o diagnóstico que a expressão machadiana captura por via irônica. A Tese 944 produziu, simultaneamente, custo institucional mediante colisão de competências entre Judiciário e Executivo, custo humanitário mediante promessa de reparação que a imunidade de execução torna materialmente irrealizável, custo geopolítico bilateral mediante exposição recíproca a litígios em jurisdições estrangeiras e perante a CIJ, e custo sistêmico mediante isolamento normativo que impede a decisão de operar como contribuição legítima ao direito internacional. O prêmio formal recolhido pelo vencedor, a jurisdição ampliada sobre atos de império de Estados estrangeiros, revela-se, sob o escrutínio analítico empreendido nesta seção, semanticamente oco e estrategicamente oneroso. Não protege as vítimas em cujo nome a exceção foi criada. Não fortalece a posição do Brasil no sistema internacional de que deliberadamente se afastou. Não transforma o costume vigente nem contribui para a evolução normativa que a retórica do voto condutor prometia inaugurar. As batatas que o vencedor recolheu configuram troféu irrisório de vitória cujo preço recai integralmente sobre quem a

obteve, convertendo a pretensa vanguarda humanista em exposição unilateral desprovida de contrapartida.

### *3.3.3 A ficção normativa e seus antídotos: vias de contenção para uma exceção sem contornos*

A seção anterior diagnosticou os custos que a Tese 944 impõe ao ordenamento brasileiro e à inserção internacional do país, articulando-os em quatro eixos progressivos que percorreram a colisão institucional entre Judiciário e Executivo, a promessa de reparação frustrada pela imunidade de execução, a exposição geopolítica bilateral e o isolamento normativo permanente no plano sistêmico. A convergência desses eixos demonstrou que o prêmio recolhido pelo vencedor, a jurisdição ampliada sobre atos de império, revela-se semanticamente oco e estrategicamente oneroso, confirmando a intuição irônica que o título machadiano antecipava. Esta seção enfrenta a pergunta que esse diagnóstico torna inevitável. *Como administrar uma exceção cujo custo excede o prêmio — sem revogar o precedente, mas devolvendo-lhe operatividade?* A formulação deliberadamente evita o registro prescritivo, pois o argumento que sustento não pretende oferecer solução definitiva para uma patologia cuja etiologia, reconstruída ao longo dos subcapítulos anteriores, demonstrou profundidade estrutural. A ficção normativa diagnosticada na seção 3.1, fabricada pela vernacularização disfuncional reconstruída na seção 3.2, e cujos custos a seção 3.3.2 mensurou em quatro dimensões, não admite cura, mas reclama antídotos, instrumentos de administração do dano que operem em temporalidades e planos distintos para devolver à exceção os contornos que a cadeia de traduções apagou. Organizo esses antídotos em cinco vias de contenção, a jurisprudencial, voltada à restrição interpretativa pelo próprio STF, a legislativa, dirigida à codificação doméstica da imunidade, a executiva, centrada na Convenção da ONU de 2004 como mecanismo de reposicionamento internacional, a diplomática, orientada à negociação bilateral como alternativa à adjudicação, e a doutrinária, dedicada à construção de *standards* interpretativos pela comunidade acadêmica. Nenhuma dessas vias, tomada isoladamente, oferece resposta suficiente à patologia diagnosticada. A tese que sustento consiste em que a administração da ficção normativa demanda o que denomino *mosaico de contenção*, combinação de instrumentos cujas eficácias, temporalidades e planos de incidência se complementam para reconstruir, ainda que parcialmente, os contornos que o processo de hiper-vernacularização dissolveu.

A primeira via de contenção opera no interior da própria instituição que produziu a patologia diagnosticada nos subcapítulos anteriores. O Supremo Tribunal Federal dispõe de mecanismos processuais para administrar a amplitude da Tese 944 sem necessidade de revogá-la formalmente, manejando técnicas de gestão do precedente que o Código de Processo Civil de 2015 regulamentou nos artigos 489, §1º, VI, e 927, §§1º e 4º.[802] Três instrumentos apresentam relevância operativa imediata. O *distinguishing* permite ao tribunal identificar diferenças fáticas ou jurídicas relevantes entre o caso-precedente e casos futuros, restringindo o alcance da *ratio decidendi* sem alterar o enunciado formal. A modulação interpretativa viabiliza o acréscimo, em *obiter dicta* ou em novos julgamentos de repercussão geral, de critérios que a formulação original não contém, como filtros de gravidade, vinculação a *jus cogens* ou exigência de conexão territorial qualificada. A superação parcial, prevista no artigo 927, §4º, autoriza a revisão da tese mediante fundamentação qualificada que demonstre a insustentabilidade da orientação anterior. A questão que organiza esta análise, contudo, não reside na existência formal desses instrumentos, cuja disponibilidade processual o ordenamento brasileiro assegura, mas na probabilidade de que venham a funcionar como antídotos eficazes diante dos constrangimentos institucionais que a própria arquitetura decisória do tribunal impõe.

O *distinguishing* apresenta, no caso específico da Tese 944, janela de oportunidade incomum. O caso Changri-lá reúne circunstâncias fáticas excepcionais que facilitam a distinção em relação a litígios futuros. O torpedeamento de embarcação civil por submarino alemão durante guerra mundial declarada configura cenário bélico ausente na quase totalidade das controvérsias contemporâneas envolvendo imunidade estatal. Os fatos remontam a 1943, mais de oito décadas antes do julgamento, o que suscita questões de prescrição e de direito intertemporal inaplicáveis a casos atuais. O nexo territorial envolvia embarcação em águas brasileiras, elemento passível de interpretação restritiva que exclua atos praticados fora do

[802] "Art. 489. São elementos essenciais da sentença: [...] § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento". "Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante;
III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1º, quando decidirem com fundamento neste artigo. [...] § 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia." Cf BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 08 jan. 2026.

território nacional em sentido estrito. A natureza do ato consistia em ataque militar direto contra civis, distinguível tanto de violações estruturais, como condições carcerárias ou políticas migratórias, quanto de violações difusas, como danos ambientais transfronteiriços. Essas especificidades permitiriam ao tribunal, em julgamento futuro, circunscrever a aplicação da tese a contextos análogos, restringindo-a a atos de guerra com resultado letal direto contra civis em território nacional, sem alterar formalmente o enunciado genérico. A viabilidade dessa operação, todavia, esbarra em obstáculo que o modelo decisório *seriatim* do STF agrava. A ausência de *opinion of the court* unificada, substituída por votos individuais frequentemente desprovidos de diálogo direto, dificulta a identificação precisa da *ratio decidendi* e multiplica as possibilidades interpretativas do precedente, conferindo ao *distinguishing* amplitude argumentativa que tanto pode funcionar como instrumento de contenção quanto como veículo de expansão.

O modelo de contenção mais articulado produzido no interior do próprio julgamento pertence ao Ministro Nunes Marques, cuja proposta nos embargos de declaração do ARE 954.858 a seção 3.1.2 examinou sob o ângulo da densidade normativa. A contribuição que esta via acrescenta consiste em qualificar essa proposta como *patrimônio deliberativo recuperável*, conceito que o modelo *seriatim* brasileiro viabiliza estruturalmente. A formulação de Nunes Marques articulava quatro filtros cumulativos, a tipificação como crime de guerra, o reconhecimento por tribunal internacional, a ocorrência em território nacional e a violação ao direito à vida. A convergência desses critérios conferia à exceção contornos operáveis que o enunciado da maioria deliberadamente recusou, preservando o espírito da ruptura com a imunidade absoluta sem mergulhar na indeterminação que o diagnóstico de ficção normativa captura. A proposta foi rejeitada por margem mínima de seis votos a cinco, conferindo à dissidência peso deliberativo incomum. Na tradição do *common law*, votos vencidos funcionam como apelos ao futuro, repertório argumentativo latente que pode converter-se em *ratio decidendi* quando a composição do tribunal se altera. A grande dissidência de Holmes em *Lochner v. New York*, rejeitada em 1905, tornou-se orientação dominante em *West Coast Hotel v. Parrish* três décadas depois.[803] O modelo *seriatim* brasileiro, ao preservar e publicar integralmente os votos vencidos, mantém aberta essa possibilidade de recuperação em ciclos

[803] STRAPASSON, Kamila Maria; DE QUEIROZ BARBOZA, Estefânia Maria. *O modelo de decisão escrita seriatim adotado pelo Supremo Tribunal Federal: peculiaridades e alternativas*. Pensar – Revista de Ciências Jurídicas, Fortaleza, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/12270. Acesso em: 08 jan. 2026.

futuros de renovação do tribunal, o que confere à proposta de Nunes Marques uma sobrevida institucional que transcende a derrota no Plenário.

A via jurisprudencial enfrenta, contudo, limites que reduzem significativamente sua eficácia como antídoto isolado. O primeiro reside no paradoxo de que o instrumento de contenção opera nas mãos da mesma instituição cujo *structural bias* produziu a patologia. A seção 3.1.2 demonstrou que a preferência pela indeterminação não resultou de descuido redacional, mas de escolha institucional consciente pela expansão do espaço de valoração casuística do Judiciário, fenômeno que Koskenniemi descreve como *desformalização*.[804] Essa expansão constitui ganho institucional que o tribunal dificilmente reverterá por iniciativa própria, dado que a contenção implicaria redução voluntária do poder decisório que a amplitude da tese lhe conferiu. A recomposição do STF pode alterar essa dinâmica, mas introduz variável que a análise jurídica não controla e que depende inteiramente da política de nomeações. A experiência italiana após a *Sentenza* 238/2014 da *Corte Costituzionale* fornece evidência empírica do risco que a contenção jurisprudencial *ad hoc* produz quando desprovida de parâmetros precisos. A decisão italiana, fundamentada no direito constitucional de acesso à justiça, gerou efeito análogo ao da Tese 944, com tese ampla aplicável por tribunais inferiores sem filtros operativos. As consequências documentadas pela literatura incluem fragmentação jurisdicional, com tribunais de Florença produzindo decisões divergentes sobre questões essenciais como legitimidade de herdeiros e limites temporais, impossibilidade material de execução contra bens estatais e novo acionamento da CIJ pela Alemanha, em espiral institucional que a doutrina qualificou como *never-ending story*.[805]

O segundo limite reside na temporalidade incompatível do *distinguishing* com a urgência aplicativa que a Tese 944 impõe ao sistema jurisdicional. A técnica opera necessariamente caso a caso, exigindo que novos litígios envolvendo imunidade estatal percorram todas as instâncias até alcançar o Supremo, percurso que no sistema processual brasileiro consome regularmente uma década ou mais entre ajuizamento e julgamento definitivo. Enquanto essa travessia se processa, juízes federais de primeiro grau aplicarão a tese na amplitude original, cada qual definindo isoladamente o que configura violação a direitos

[804] KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia: the structure of international legal argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 591-595.

[805] OELLERS-FRAHM, Karin. A never-ending story: The International Court of Justice and the legal consequences of the separation of the Chagos Archipelago from Mauritius in 1965. *German Law Journal*, Cambridge, v. 21, n. 7, p. 1099-1106, set. 2020. DOI: 10.1017/glj.2020.84. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/A-Never-Ending-Story%3A-The-International-Court-of-of-Oellers-Frahm/979fe9626ee2683b2a4e410ca169a7f8cc53e2a0. Acesso em: 08 jan. 2026.

humanos suficiente para afastar a prerrogativa soberana, sem formação obrigatória em direito internacional e sem acesso ao acervo deliberativo de mais de trezentas páginas de votos que o julgamento produziu. A repercussão geral, concebida pelo constituinte derivado como filtro redutor de litigiosidade, inverte aqui sua função institucional. Ao fixar fórmula semanticamente aberta, a Tese 944 multiplica a litigiosidade potencial e fragmenta a interpretação nas instâncias inferiores, institucionalizando a controvérsia como método onde deveria tê-la encerrado. Para que o próprio STF revise a orientação por essa mesma via, necessitará de novo caso com repercussão geral reconhecida, o que depende de provocação externa e de seleção pelo tribunal, circunstância que confere à contenção jurisprudencial caráter reativo e estruturalmente lento, inadequado à magnitude dos custos que a seção anterior demonstrou.

A segunda via desloca o foco do Judiciário para o Legislativo e examina a codificação doméstica da imunidade de jurisdição como instrumento de preenchimento do vazio normativo que a Tese 944 explorou. O Brasil constitui caso singular no panorama comparado, configurando um país de grande porte que adota imunidade relativa exclusivamente por via jurisprudencial, sem legislação específica que cristalize a distinção entre atos de império e atos de gestão em fórmulas rígidas. Essa escolha institucional, conforme o segundo capítulo demonstrou, não decorreu de omissão involuntária, mas de cálculo geopolítico que preservou a flexibilidade interpretativa necessária para que o Judiciário adaptasse a jurisprudência às circunstâncias concretas. A flexibilidade que durante décadas funcionou como instrumento de cautela defensiva converteu-se, paradoxalmente, na condição de possibilidade da ruptura. O STF pôde criar exceção sem precedente internacional porque não havia moldura legislativa que o constrangesse. O contraste com a trajetória de todos os países que codificaram a matéria reforça o diagnóstico. Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, Argentina, Japão e Rússia empregaram, sem exceção, categorias taxativas e tecnicamente delimitadas. Nenhum deles utilizou direitos humanos como categoria genérica de afastamento da imunidade para atos de império. A ausência de anteparo legislativo no Brasil não configura, portanto, mero dado institucional. Constitui variável explicativa que integra a etiologia da patologia diagnosticada e que, uma vez identificada, aponta o caminho do antídoto correspondente.

Uma lei de imunidades poderia operar em três planos complementares. No primeiro, codificaria o patamar mínimo já reconhecido pelo costume internacional, alinhando o Brasil às exceções taxativas consagradas pela Convenção da ONU de 2004, transações comerciais, contratos de trabalho, danos pessoais e patrimoniais no território do foro, propriedade, propriedade intelectual, participação em sociedades e convenções de arbitragem. No segundo

plano, construiria exceção adicional parametrizada para violações graves, incorporando os filtros que a Tese 944 deliberadamente rejeitou, a limitação a crimes internacionais tipificados no Estatuto de Roma, a exigência de gravidade qualificada, a conexão territorial obrigatória e a consulta prévia ao Itamaraty antes do afastamento da imunidade, inspirada no modelo do artigo 923 do Código de Processo Civil grego, que condiciona a execução contra Estado estrangeiro a autorização ministerial.[806] No terceiro plano, disciplinaria a imunidade de execução, preenchendo a lacuna que o STF deliberadamente não enfrentou e que o segundo eixo da seção 3.3.2 identificou como custo humanitário central da decisão. A codificação da distinção entre bens absolutamente protegidos, afetados a funções governamentais, e bens passíveis de constrição, destinados a atividades comerciais, conferiria à promessa de reparação dirigida às vítimas o mínimo de consequência material que a jurisdição de conhecimento, sozinha, não logra produzir. Nos três planos, a lei operaria como instrumento de *reformalização*, devolvendo à exceção os contornos que a desformalização diagnosticada na seção 3.1.2 dissolveu em favor da discricionariedade casuística.

A interação entre lei ordinária e tese de repercussão geral suscita questão hierárquica que merece enfrentamento direto. A Tese 944 interpreta a Constituição, especificamente o artigo 4º, inciso II, que consagra a prevalência dos direitos humanos. Uma lei ordinária situa-se abaixo da Constituição na hierarquia normativa, e a objeção previsível sustentaria, portanto, que o Legislativo não pode restringir o alcance de interpretação constitucional fixada pelo Supremo. A resposta a essa objeção exige distinção que o próprio regime de precedentes do CPC reconhece. A lei não revogaria a repercussão geral, mas ocuparia o espaço normativo que a Tese 944 deixou vazio. A tese fixa o princípio de que a imunidade pode ceder diante de violações a direitos humanos em território nacional. A lei disciplinaria as condições de operatividade desse princípio, especificando quais violações, qual gravidade, qual procedimento e quais bens admitem execução. A operação equivale à que o ordenamento brasileiro pratica em outras matérias constitucionalmente abertas, como a imunidade tributária recíproca do artigo 150, VI, alínea *a*, cujo princípio constitucional opera em conjunto com a legislação complementar que lhe confere contornos aplicáveis. Mesmo que o STF não reconhecesse formalmente que a lei restringe a tese, o diploma legislativo funcionaria como

[806] GRÉCIA. *Código de Processo Civil [Astikos Dikimastikos Kodikas]*. Lei n.º 4335/2015. Atenas: Governo Helênico, 2015*;* GREEK LAW DIGEST. *enfor of domestic judgments in civil and commercial matters*. 2019. Disponível em: http://www.greeklawdigest.gr/topics/judicial-system/item/210-enforcement-of-domestic-judgments-in-civil-and-commercial-matters. Acesso em: 10 jan. 2026.

elemento hermenêutico relevante para os juízes federais de primeiro grau que hoje aplicam o enunciado sem qualquer parâmetro orientador, conferindo à cascata decisória diagnosticada na seção 3.3.1 um trilho normativo que a repercussão geral, por si, não forneceu.

A via legislativa enfrenta, contudo, vulnerabilidades que comprometem sua viabilidade como antídoto isolado. O custo político da aprovação configura obstáculo de primeira ordem, pois legislação que parametrize a judicialização de violações de direitos humanos tende a sofrer enquadramento midiático como retrocesso na proteção de vítimas, obscurecendo a distinção técnica entre restringir o acesso à justiça e conferir operatividade a exceção que já existe, mas carece de contornos aplicáveis. O risco de captura parlamentar opera na direção inversa, dado que o processo legislativo poderia produzir resultado oposto ao pretendido, incorporando linguagem genérica sobre direitos humanos sob pressão de grupos organizados e reproduzindo, em escala legislativa, a ficção normativa diagnosticada na seção 3.1. O paradoxo do controlador controlado agrava a equação. Eventual lei restritiva poderia sofrer controle de constitucionalidade perante o STF, e o mesmo tribunal que fixou a exceção ampla por seis votos a cinco julgaria a validade da norma que a contém. A probabilidade de invalidação não se afigura desprezível, e uma declaração de inconstitucionalidade reforçaria, por argumento *a contrario*, a amplitude originária da tese. Para mitigar esse risco, a lei deveria apresentar-se não como restrição à Tese 944, mas como regulamentação de matéria constitucionalmente aberta, deslocando o enquadramento de limitação de direitos para disciplina normativa de instituto ainda não regulado no ordenamento brasileiro. A temporalidade do processo legislativo acrescenta camada adicional de dificuldade, pois a tramitação de projeto sobre matéria tecnicamente complexa e de baixa saliência eleitoral poderia consumir anos, período durante o qual a tese continuaria operando em sua amplitude original e a fragmentação interpretativa nas instâncias inferiores seguiria seu curso.

A terceira via desloca a análise para o plano da ação executiva e examina a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens, adotada pela Assembleia Geral em 2004, como instrumento de contenção que opera simultaneamente nos planos doméstico e internacional. Diferentemente da via legislativa, cuja eficácia depende de processo parlamentar lento e politicamente sensível, a iniciativa convencional pertence ao Executivo por competência constitucional exclusiva, conferindo-lhe temporalidade e dinâmica institucional próprias. O dado que interessa especificamente a esta via reside não na estrutura da Convenção, cujas exceções taxativas o segundo capítulo já reconstituiu, mas no efeito estratégico que a ratificação produziria sobre a ficção normativa. A

seção 3.1.1 demonstrou que o vazio convencional do Brasil funcionou como condição de possibilidade da ruptura operada pelo voto condutor, dado que a ausência de moldura convencional permitiu ao tribunal fixar exceção sem confrontar obrigação internacional expressa. A ratificação preencheria precisamente essa lacuna, criando parâmetro normativo externo que constrange a amplitude da exceção e devolvendo ao Brasil inscrição reconhecível no quadro normativo multilateral que a hiper-vernacularização, diagnosticada na seção 3.2, dissolveu. O paradoxo apresenta-se com nitidez. A mesma omissão convencional que fragilizou a posição brasileira perante o sistema internacional pode converter-se, pela ratificação, em instrumento de contenção. A Tese 944 explorou o vazio. A Convenção o preenche.

A questão hierárquica que a ratificação suscita merece enfrentamento direto. A Tese 944 interpreta a Constituição, especificamente o artigo 4º, inciso II. A Convenção, por regular matéria de imunidade estatal e não de proteção de direitos humanos, não se enquadra no regime supralegal fixado pelo STF no RE 466.343 para tratados de direitos humanos ratificados pelo rito ordinário. Ratificada pelo rito ordinário, adquiriria status de lei ordinária no ordenamento brasileiro, hierarquicamente inferior à interpretação constitucional fixada em repercussão geral, o que significa que a Convenção não suplantaria formalmente a Tese 944. A impossibilidade de suplantação formal, contudo, não equivale a irrelevância normativa. A Convenção operaria restrição material por três mecanismos convergentes. Ao codificar exceções taxativas, forneceria parâmetro normativo que os juízos domésticos deveriam considerar ao aplicar a repercussão geral, por força do dever de interpretação conforme os tratados assumidos pelo Brasil e do dever de diligência internacional orientado a evitar responsabilização do Estado brasileiro por violação de obrigações convencionais. A coexistência entre fórmula genérica da tese e exceções taxativas do tratado forçaria o STF a revisitar o alcance do precedente, confrontando-o com obrigações voluntariamente assumidas, dilema cuja resolução pela contenção apresenta-se como normativamente mais coerente do que a manutenção da amplitude contra tratado que o próprio país ratificou. Juízes federais de primeiro grau teriam na Convenção instrumento concreto para balizar suas decisões, substituindo a definição discricionária do que configura violação a direitos humanos pela consulta a catálogo reconhecido pelo direito internacional. A ratificação abriria, adicionalmente, a possibilidade de controle de legalidade convencional, na medida em que decisões que afastassem a imunidade em hipóteses não previstas nos artigos 10 a 17 poderiam sofrer impugnação por desconformidade com obrigação internacional assumida pelo Brasil, ainda que sob parâmetro de tratado com status de lei ordinária.

A experiência italiana após a *Sentenza* 238/2014 fornece evidência empírica da cascata consequencial que a ausência de moldura convencional produz quando tribunal constitucional cria exceção ampla à imunidade soberana. O segundo capítulo reconstituiu os precedentes Ferrini e Distomo e a decisão da CIJ de 2012. O que esta via acrescenta consiste na análise do período pós-2014, no qual as consequências da exceção italiana percorreram todas as etapas do cenário que a seção 3.3.2 projetou como risco para o Brasil. Tribunais inferiores, operando sem filtros precisos, determinaram em 2021 o arresto de bens alemães em Roma, incluindo o Instituto Arqueológico Alemão, o *Goethe-Institut* e a Escola Alemã, desencadeando crise diplomática que ultrapassou a retórica.[807] Em abril de 2022, a Alemanha ingressou com nova ação perante a CIJ, e no dia seguinte o governo italiano emitiu decreto convertido na Lei nº 79/2022, que bloqueou execuções contra bens alemães e criou fundo público para compensar vítimas de crimes nazistas com recursos do erário italiano.[808] A doutrina descreveu o resultado como *German Crimes and Italian Money*, fórmula que captura a inversão pela qual o Estado do foro absorve o custo de reparação que o Estado estrangeiro recusa. A *Corte Costituzionale*, no Julgamento nº 159/2023, confirmou a constitucionalidade da legislação restritiva, distanciando-se materialmente da amplitude da *Sentenza* 238 sem revogá-la. A trajetória demonstra que o tribunal que cria exceção ampla termina forçado a recuar diante das consequências de sua própria decisão. O Brasil percorre caminho análogo, com defasagem temporal e agravante, dado que a Tese 944 apresenta amplitude superior à da *Sentenza* italiana, que ao menos se circunscrevia a crimes internacionais e normas de *jus cogens*. A ratificação antecipada da Convenção funcionaria como instrumento preventivo que a Itália não mobilizou, permitindo interromper a cascata antes que atinja o estágio de execuções contra bens soberanos e de eventual acionamento perante a CIJ.

A via convencional enfrenta, todavia, limites que impedem sua configuração como antídoto autossuficiente. O artigo 12 da Convenção, que disciplina a exceção por danos no território do foro, introduz ambiguidade relevante para o caso brasileiro, dado que sua aplicabilidade a atividades militares permanece controversa. A própria Alemanha identificou essa incerteza como razão para sua recusa em ratificar o instrumento, publicando posição oficial

---

[807] ITALIA. *Corte Costituzionale*. Sentenza n. 238/2014. Roma, 22 out. 2014. Disponível em: https://www.cortecostituzionale.it/actionSchedaPronuncia.do?anno=2014&numero=238. Acesso em: 10 jan. 2026.

[808] *ITALIA*. *Legge n. 79/2022*. Conversione del decreto-legge 30 aprile 2022, n. 36. *Gazzetta Ufficiale*, Roma, 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:2022-06-29;79. Acesso em: 10 jan. 2026.

segundo a qual a redação do artigo 12 aconselhava abstenção temporária.[809] O dado revela-se significativo porque o caso Changri-lá envolve precisamente ato militar em território do foro, de modo que a ratificação brasileira suscitaria inevitavelmente o dilema da reserva. O Brasil poderia ratificar sem ressalvas, maximizando o efeito de contenção ao custo de confronto com a repercussão geral, ou com declaração interpretativa que preservasse flexibilidade ao custo de diluir a força do gesto. A Convenção conta com vinte e quatro ratificações, seis aquém do limiar de trinta para entrada em vigor, e nenhuma das grandes potências que moldaram o regime contemporâneo da imunidade aderiu ao instrumento. Esse descompasso não neutraliza, porém, a utilidade da ratificação, cujo efeito relevante para fins de contenção opera no plano doméstico, independentemente da vigência internacional. A Parte IV acrescenta limite substantivo ao codificar a proteção dos bens destinados a funções governamentais não comerciais, reforçando a barreira de execução que a seção 3.3.2 identificou como custo humanitário central. A contribuição específica e insubstituível da via convencional reside, portanto, não na resolução do paradoxo da inexecução nem na revogação formal da repercussão geral, mas no reposicionamento do Brasil no quadro normativo internacional, devolvendo à posição brasileira a legibilidade que a hiper-vernacularização consumiu e criando filtro interpretativo supralegal que opera para todas as instâncias judiciais, das varas federais ao Plenário do Supremo.

Nenhuma das três vias anteriores resolve o que talvez constitua a dimensão mais tangível do problema diagnosticado ao longo deste capítulo, a saber, a entrega de reparação material às vítimas. A quarta via desloca a análise para o plano político-diplomático e examina a negociação bilateral como mecanismo capaz de produzir resultado concreto que a adjudicação, na configuração atual, não produz. A própria CIJ, no julgamento de 2012, ao reconhecer a imunidade da Alemanha perante tribunais italianos, recomendou expressamente que questões pendentes de reparação fossem resolvidas por negociação, manifestando surpresa pela exclusão dos internados militares italianos dos programas de compensação alemães. A formulação carrega peso analítico que ultrapassa mera sugestão procedimental. Ao recomendar negociação, a Corte reconheceu implicitamente que imunidade não equivale a impunidade, que reivindicações legítimas de reparação não impõem como consequência necessária a abertura de jurisdição doméstica sobre Estado soberano, e que o direito internacional oferece mecanismos alternativos à adjudicação para a satisfação de pretensões reparatórias. Os programas de

[809] A Alemanha publicou declaração formal explicando as razões pelas quais optou por se abster temporariamente de ratificar o instrumento: a principal delas é a "redação incerta do artigo 12, a exceção de ilícito territorial, e se ela se aplica às atividades militares de um Estado". Cf. GERMANY (Federal Ministry for Foreign Affairs). *Staatenimmunität in der Praxis. Zeitschrift für öffentliches Recht*, v. 73, n. 1, p. 137–170, 2018. DOI: 10.33196/zoer20180101370.

compensação alemães fornecem evidência empírica robusta dessa capacidade. A Fundação *Erinnerung, Verantwortung und Zukunft*, estabelecida em 2000 com capital de 5,2 bilhões de euros fornecidos em partes iguais por empresas alemãs e governo federal, distribuiu entre 2001 e 2007 mais de 4,4 bilhões de euros a aproximadamente 1,66 milhão de beneficiários em quase cem países.[810] O Acordo de Luxemburgo, celebrado em 1952, inaugurou o paradigma de compensação estatal voluntária em escala macropolítica.[811] Em 2021, o acordo com a Namíbia reconheceu o genocídio dos povos Herero e Nama e comprometeu 1,1 bilhão de euros em contribuição *ex gratia*, sem admissão de responsabilidade jurídica.[812] Nenhuma sentença inexequível, em nenhuma jurisdição examinada nos capítulos anteriores, jamais produziu transferência patrimonial dessa magnitude.

A leitura que proponho inverte a avaliação usual da utilidade da Tese 944. Se as seções precedentes diagnosticaram a ficção e seus custos, esta via identifica função instrumental que sobrevive à crítica. A repercussão geral opera como *leverage* diplomático. Um Estado que sabe que tribunais brasileiros afastarão sua imunidade possui incentivo para negociar voluntariamente, em vez de enfrentar litigância prolongada em jurisdição estrangeira com resultado incerto. A ameaça de adjudicação, não sua consumação, constitui o valor operativo. Para o caso Changri-lá, a negociação poderia produzir resultados em registros distintos. No registro do reconhecimento, declaração oficial alemã identificando o torpedeamento de embarcações civis brasileiras como violação do direito humanitário, seguindo o modelo empregado no acordo com a Namíbia. No registro simbólico, contribuição a fundo memorial ou programa educacional bilateral, nos moldes da Comissão Mista Ítalo-Germânica que produziu entre 2008 e 2012 o Atlas de Crimes Nazistas e Fascistas.[813] No registro material, pagamento *ex gratia* a sobreviventes ou descendentes sem admissão de responsabilidade jurídica, conforme praticado pela Fundação EVZ para mais de 1,66 milhão de vítimas de trabalho forçado.[814] A distinção entre compensação e reparação, que permeia todos os acordos alemães, não consiste em mero artifício semântico. Ao qualificar pagamentos como

---

[810] STIFTUNG ERINNERUNG, VERANTWORTUNG UND ZUKUNFT. *25 Jahre Stiftung EVZ*. Berlim, 2025. Disponível em: https://www.25-jahre.stiftung-evz.de. Acesso em: 15 jan. 2026.
[811] BACHLEITNER, Kathrin. *When forgiveness is impossible: how atonement works as policy*. Lawfare, 2023. Disponível em: https://www.lawfaremedia.org/article/when-forgiveness-is-impossible-how-atonement-works-as-policy. Acesso em: 15 jan. 2026.
[812] MELBER, Henning. *Colonialism, genocide and reparations:* the German–Namibian case. Development and Change, 2022. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dech.12840.

[813] ATLANTE DELLE STRAGI NAZISTE E FASCISTE IN ITALIA. *L'Atlante delle stragi naziste e fasciste in Italia (1943–1945)*. Disponível em: https://www.straginazifasciste.it. Acesso em: 15 jan. 2026.
[814] STIFTUNG ERINNERUNG, VERANTWORTUNG UND ZUKUNFT. *25 Jahre Stiftung EVZ*. Berlim, 2025. Disponível em: https://www.25-jahre.stiftung-evz.de. Acesso em: 15 jan. 2026.

contribuição voluntária, a Alemanha evita que o acordo funcione como precedente de responsabilidade estatal, preservando a posição de que a reparação opera no registro moral, não no jurídico. Essa arquitetura permite ao Estado pagador reconhecer fatos históricos sem criar obrigação vinculante capaz de proliferar para cenários análogos. A combinação mais provável para o caso brasileiro envolveria reconhecimento formal e compensação simbólica, modelo que a Alemanha praticou reiteradamente e que não compromete sua posição sobre imunidade.

A via diplomática enfrenta, contudo, limitações que impedem sua configuração como solução autônoma. A mais evidente reside na dependência integral da disposição do Estado estrangeiro para negociar. A Alemanha pode recusar-se a abrir negociações sobre o caso Changri-lá, especialmente se interpretar qualquer gesto de abertura como validação da posição do STF, o que a exporia a demandas similares de países que adotassem exceções amplas à imunidade. A exclusão deliberada dos internados militares italianos dos programas de compensação demonstra que a Alemanha resiste a negociações quando considera que a classificação jurídica das vítimas não se enquadra nos critérios de seus programas. A assimetria de *leverage* agrava essa vulnerabilidade. A Alemanha figura como quarto maior parceiro comercial do Brasil, mas o Brasil não aparece entre os quinze maiores parceiros comerciais alemães, desproporção que reduz o incentivo material para concessões unilaterais.[815] O caso ítalo-germânico, embora parcialmente análogo, envolveu laços históricos, geográficos e institucionais no quadro da União Europeia que densificavam o *leverage* relacional de maneira que o Brasil não reproduz. A via diplomática brasileira dependeria, portanto, de capital moral, fundado na legitimidade da reivindicação das vítimas, e de custo reputacional, dado que a recusa de compensação a vítimas de torpedeamento de embarcações civis resultaria politicamente constrangedora à luz do paradigma alemão de *Vergangenheitsbewältigung*.[816] A limitação estrutural mais profunda, porém, reside no alcance pontual da negociação. A via diplomática resolve, ou tenta resolver, o litígio específico entre Brasil e Alemanha, mas não altera o quadro normativo que a repercussão geral estabeleceu *erga omnes*. Mesmo que ambos os países negociem solução para o Changri-lá, a Tese permanece disponível para litígios contra qualquer

---

[815] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). *ComexVis: Visualizações de Comércio Exterior – parceiros comerciais do Brasil e ranking bilateral Brasil–Alemanha*. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis. Acesso em: 15 jan. 2026; GERMANY. Federal Statistical Office (Destatis). *Country profile: Brazil*. Wiesbaden: Destatis, 2024. Disponível em: https://www.destatis.de/EN/Themes/Countries-Regions/International-Statistics/Country-Profiles/brazil.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

[816] Nesse sentido, Jennifer Lind analisa como Estados lidam com passados violentos, mostrando que reconhecimento, desculpas e compensações estão ligados a custos reputacionais internacionais e legitimidade moral, cf. LIND, Jennifer M. *Sorry States: Apologies in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

Estado cuja conduta possa enquadrar-se na fórmula genérica de violação a direitos humanos em território brasileiro.

A complementaridade entre via diplomática e via judicial opera em lógica que merece explicitação. A sentença de conhecimento, mesmo quando estruturalmente inexequível, cumpre função simbólica de reconhecimento da ilicitude e função de pressão que fortalece a posição negociadora do Estado do foro. A sequência ótima envolveria a existência da Tese funcionando como demonstração de que o Brasil dispõe de instrumentos para afastar judicialmente a imunidade, o canal diplomático oferecendo ao Estado estrangeiro alternativa menos custosa do que a litigância prolongada, e a negociação produzindo resultado concreto que a sentença inexequível não produziria. Nessa leitura, a Tese 944 não carece inteiramente de utilidade. Seu valor reside na ameaça, não na execução. A ficção normativa diagnosticada na seção 3.1 adquire, sob essa perspectiva, função estratégica residual que a análise estritamente jurídica não captura, pois a simulação de densidade jurisdicional, embora insustentável como norma operativa, funciona como instrumento de barganha nas relações interestatais. O risco de instrumentalização, todavia, demanda atenção. A mera existência da opção diplomática pode converter-se em argumento para negar jurisdição, sob a premissa de que alternativas não judiciais dispensariam a adjudicação. A repercussão geral neutraliza parcialmente essa ameaça, dado que a fixação da jurisdição como dado constitucional torna improvável que tribunais brasileiros utilizem a disponibilidade de canal diplomático como fundamento para rejeitar conhecimento de ações futuras. A via diplomática opera, assim, ao lado da via judicial, e a repercussão geral garante que a porta jurisdicional permanece aberta. O diplomata cozinha as batatas que o tribunal conquistou, mas a cozinha não substitui o campo de batalha. Cada via atua em registro próprio, e a convergência dos quatro antídotos oferece redundância institucional cujo efeito cumulativo supera a capacidade de qualquer um deles isoladamente.

As vias de contenção examinadas até aqui compartilham um traço institucional comum, pois dependem de ação deliberada de órgãos do Estado, sejam tribunais superiores que operem *distinguishing*, legisladores que aprovem marco normativo, diplomatas que negociem adesão a convenções ou que articulem soluções bilaterais. A quinta via desloca a análise para o plano epistemológico e propõe que a doutrina cumpra função de contenção *soft* mediante a construção de *standards* interpretativos capazes de guiar magistrados na aplicação da Tese 944. O fundamento normativo dessa função encontra assento no artigo 38(1)(d) do Estatuto da CIJ, que qualifica a doutrina como meio subsidiário para a determinação das regras de direito,

conferindo à produção acadêmica papel específico e delimitado.[817] A doutrina não cria norma, mas auxilia na identificação e interpretação de normas existentes, e o mecanismo pelo qual exerce influência opera por elevação do custo argumentativo da divergência, não por imposição de resultado. Um juiz que afasta imunidade soberana invocando genericamente violação a direitos humanos enfrenta menor ônus motivacional quando a produção acadêmica disponível legitima a aplicação irrestrita da exceção. A existência de corpo doutrinário crítico altera essa equação, pois obriga o magistrado a enfrentar objeções articuladas, a demonstrar porque os parâmetros propostos pela literatura não se aplicam ao caso concreto e a elevar a qualidade de sua fundamentação. Na tradição civilista brasileira, a doutrina exerce papel historicamente mais robusto do que no *common law*, circunstância que amplia o potencial de influência dos *standards* aqui propostos. O acervo analítico produzido ao longo desta tese pode alimentar essa contenção em duas frentes complementares, a ficção normativa koskenniemiana, que permite denunciar a ausência simultânea de concretabilidade e de normatividade na formulação do precedente, e a vernacularização disfuncional merryiana, que permite reconstruir a cadeia de traduções que destruiu os filtros de contenção originalmente presentes no projeto de Cançado Trindade.

O primeiro *standard* que proponho recupera, por via interpretativa, os filtros de gravidade que a cadeia de vernacularização destruiu. A análise conduzida na seção 3.2 demonstrou que todos os precedentes mobilizados pelo STF empregaram critérios de qualificação ausentes na formulação brasileira, e que o voto dissidente de Cançado Trindade na CIJ circunscrevia a exceção mediante filtros cumulativos de gravidade qualificada, tipicidade internacional e vinculação à hierarquia normativa do *jus cogens*. A rejeição deliberada, nos embargos de declaração, de quatro formulações alternativas com graus variados de restrição contém o que identifico como inversão lógica, dado que o conceito de crime internacional possui tipificações exaustivas no Estatuto de Roma e nas Convenções de Genebra, oferecendo testes de subsunção objetivos que a expressão indeterminada não oferece. A doutrina pode propor, portanto, que juízes apliquem a exceção apenas quando a violação alegada atingir patamar de *jus cogens* ou de crime internacional, operando filtro de gravidade *ex post* que reconstitui interpretativamente a contenção que o precedente vinculante omitiu. Os critérios operativos derivam do acervo normativo já disponível no direito internacional e exigem que a

[817] "Article 38: The Court, whose function is to decide in accordance with international law such disputes as are submitted to it, shall apply: d. subject to the provisions of Article 59, judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations, as subsidiary means for the determination of rules of law" Cf. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Estatuto da Corte Internacional de Justiça*, art. 38(1)(d). Haia: CIJ, 1945. Disponível em: https://www.icj-cij.org/en/statute. Acesso em: 19 mar. 2026.

conduta configure violação de norma peremptória reconhecida pela comunidade internacional nas categorias de genocídio, tortura, escravidão, crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou crime de agressão, categorias aferíveis segundo tipificações consolidadas. Não basta invocar genericamente direitos humanos em abstrato, pois a contenção exige demonstração de que a conduta atinge patamar de gravidade extrema, restabelecendo a distinção entre violações gravíssimas e ilícitos ordinários que o precedente apagou. Esse filtro não contradiz a Tese 944, posto que a repercussão geral fixou a exceção sem definir seu perímetro material, lacuna que a doutrina pode preencher interpretativamente sem usurpar competência do Plenário.

O segundo *standard* introduz filtro institucional que convoca o Poder Executivo para a aplicação da exceção. Sistemas que admitem derrogação da imunidade para atos de império operaram historicamente filtros prévios que subordinam o afastamento a manifestação Executivo responsável pela política externa, como a *terrorism exception* do FSIA norte-americano, que exige designação prévia do Estado como patrocinador do terrorismo pelo Departamento de Estado, e o *State Immunity Act* britânico, que prevê mecanismo de certificação pelo *Secretary of State*. Em ambos os modelos, o Judiciário não atua isoladamente em matéria com implicações diretas nas relações interestatais. A Tese 944, ao contrário, permite que juízes federais de primeiro grau afastem imunidade soberana sem qualquer interlocução com o Itamaraty, apesar de a AGU e a chancelaria terem se manifestado expressamente contra a relativização durante o julgamento do ARE 954.858. Considerando que o ordenamento constitucional brasileiro não comporta consulta prévia obrigatória do Executivo ao Judiciário sem risco de violação à separação de poderes e ao juiz natural, a doutrina pode advogar solução compatível com o desenho constitucional vigente, consistente na ampla mobilização do instituto do amicus curiae, previsto no artigo 138 do Código de Processo Civil, como canal processual apto a viabilizar manifestação do Ministério das Relações Exteriores e da Advocacia-Geral da União sobre relações bilaterais, mecanismos diplomáticos alternativos e riscos de reciprocidade negativa, sem que tal manifestação opere como filtro vinculante à decisão judicial. Em complemento, a adoção, pela AGU e pelo Itamaraty, de protocolo interno de monitoramento de processos judiciais envolvendo Estados estrangeiros permitiria manifestação tempestiva em feitos relevantes, fortalecendo a interlocução institucional mediante mecanismos compatíveis com a independência do Judiciário. O terceiro *standard* completa o mosaico ao exigir fundamentação qualificada proporcional à magnitude da intervenção, dado que o afastamento de prerrogativa soberana atinge simultaneamente o costume internacional, princípios constitucionais concorrentes do artigo 4º

e o equilíbrio de reciprocidade interestatal. A fundamentação deveria demonstrar cumulativamente a identificação da norma específica violada, a qualificação do grau de gravidade que distingue a conduta de ilícitos ordinários, o nexo causal entre a conduta estatal estrangeira e o dano alegado, e a análise de proporcionalidade sistêmica que pondere custos do afastamento para o Brasil no plano internacional. O STF já adota fundamentação reforçada em domínios nos quais a gravidade da restrição exige motivação que ultrapasse fórmulas genéricas, como prisão preventiva e interceptação telefônica, lógica que se aplica *a fortiori* ao afastamento de imunidade soberana, cujas consequências transcendem o caso individual e afetam a posição do Estado no sistema internacional.

A via doutrinária enfrenta, contudo, limitações que impedem sua configuração como mecanismo autossuficiente de contenção. Na terminologia do artigo 38(1)(d) do Estatuto da CIJ, a doutrina constitui meio subsidiário, não fonte primária de direito, e no ordenamento brasileiro não integra o sistema formal de fontes vinculantes. Juízes podem ignorá-la sem consequências processuais, ao contrário do que ocorre com precedentes fixados em repercussão geral. A limitação agrava-se pela configuração atual da produção acadêmica brasileira sobre a Tese 944, que permanece escassa e majoritariamente celebratória, tendendo a apresentar a decisão como avanço humanista sem problematizar a indeterminação normativa ou os custos sistêmicos. Essa assimetria reduz a eficácia da doutrina como contrapeso, pois juízes que busquem respaldo acadêmico encontrarão com maior facilidade obras que legitimam a aplicação irrestrita do que trabalhos que proponham contenção. A produção internacional, embora mais volumosa, adota postura predominantemente cautelosa, e a própria Comissão de Direito Internacional, ao elaborar o controverso Artigo 7 do projeto sobre imunidade de jurisdição penal estrangeira de oficiais do Estado, registrou debate interno significativo sobre o grau de consolidação costumeira das exceções propostas, com declarações dissidentes de parte dos comissários e reações estatais divididas na Sexta Comissão da Assembleia Geral da ONU, o que resultou na explicitação, pela própria Comissão, da dupla natureza do dispositivo, combinando codificação parcial e desenvolvimento progressivo, cautela metodológica que contrasta com a adoção doméstica silenciosa do afastamento da imunidade como se refletisse costume consolidado, contraste que reforça a necessidade de ponte crítica entre os dois universos acadêmicos. A construção dessa ponte constitui tarefa por realizar, tarefa à qual esta tese pretende contribuir ao oferecer vocabulário crítico e parâmetros analíticos que informem, no médio prazo, as demais vias do mosaico de contenção. A eficácia dessa contribuição depende de que a produção acadêmica sobre a Tese 944 incorpore a dimensão crítica que o diagnóstico

conduzido ao longo destes três capítulos permite fundamentar, abandonando a postura predominantemente apologética em favor de engajamento que combine rigor analítico com compromisso humanista informado pelos custos reais da ficção normativa fabricada por vernacularização disfuncional.

A análise conduzida ao longo desta seção percorreu cinco vias de contenção que, tomadas isoladamente, enfrentam limitações estruturais que impedem qualquer uma delas de operar como solução autossuficiente para a indeterminação constitutiva da Tese 944. A via jurisprudencial depende da composição contingente do tribunal e produz resultados caso a caso, sem garantia de estabilidade prospectiva. A via legislativa enfrenta custo político elevado e risco de declaração de inconstitucionalidade pelo mesmo Supremo que fixou o precedente. A via executiva, centrada na adesão à Convenção de 2004, confronta o obstáculo de que o tratado não entrou em vigor no plano internacional e tensiona com a repercussão geral já firmada. A via diplomática entrega reparação concreta às vítimas, mas sua eficácia depende inteiramente da disposição do Estado estrangeiro em negociar. A via doutrinária opera em temporalidade curta e orienta instâncias inferiores, porém carece de força vinculante. Nenhuma dessas vias, considerada em separado, consegue devolver à exceção os contornos que a cadeia de traduções apagou. A tese que sustento não defende, portanto, solução unívoca. O argumento aponta para a necessidade de um *mosaico de contenção*, isto é a combinação de instrumentos que operem em temporalidades e planos institucionais distintos, cuja eficácia agregada compense as insuficiências que cada via apresenta quando mobilizada isoladamente.

**Tabela 02**

*Mosaico de Contenção*

| Via | Tempo | Eficácia vinculante | Principal contribuição | Principal limitação |
|---|---|---|---|---|
| Jurisprudencial | Médio/longo (caso a caso) | Vinculante (se em RG) | Restrição endógena | Composição contingente do tribunal |
| Legislativa | Longo (processo legislativo) | Vinculante (lei) | Preenche o vazio normativo | Custo político + risco de inconstitucionalidade |
| Executiva (Convenção) | Médio (assinatura/ratificação) | Supralegal | Reposiciona o Brasil no sistema internacional | Convenção não está em vigor + tensão com RG |
| Diplomática | Curto/médio (bilateral) | Não vinculante (acordo) | Entrega reparação concreta | Depende de boa vontade do Estado estrangeiro |
| Doutrinária | Curto (publicação) | Persuasiva | Guia instâncias inferiores | Não vincula |

Fonte: produção própria.

A lógica do mosaico não reside na mera justaposição de instrumentos, mas na complementaridade funcional que emerge quando as vias interagem. A doutrina fornece vocabulário crítico e parâmetros analíticos que alimentam tanto o *distinguishing* jurisprudencial quanto os subsídios técnicos para eventual projeto legislativo. A contenção jurisprudencial, ao restringir progressivamente o alcance da Tese 944 mediante casos concretos, cria demanda institucional por marco normativo que consolide as restrições emergentes. Demanda que, por sua vez, reduz o custo político da via legislativa. A adesão à Convenção de 2004, ainda que o tratado não tenha entrado em vigor internacionalmente, reposiciona o Brasil no sistema de reciprocidade costumeira e fornece ao legislador parâmetro supralegal que orienta a produção normativa doméstica. A via diplomática, ao entregar reparação concreta às vítimas sem necessidade de enfrentamento jurisdicional, reduz a pressão sobre o sistema judicial e demonstra que a proteção efetiva dos direitos humanos não depende exclusivamente do afastamento da imunidade, argumento que fortalece, reflexivamente, a posição doutrinária e jurisprudencial pela contenção. A circularidade que vincula essas vias não configura defeito lógico, mas mecanismo de retroalimentação produtiva, no qual cada avanço parcial em uma frente amplia as condições de possibilidade nas demais. O mosaico opera, assim, como estratégia de contenção distribuída que dispensa a existência de ator institucional único capaz de resolver, por ato isolado, a indeterminação que o Plenário deliberadamente produziu.

O mosaico de contenção responde diretamente ao duplo diagnóstico que estrutura este capítulo. A ficção normativa identificada na seção 3.1 revelou que a Tese 944 não satisfaz o requisito de concretabilidade, pois rompe com o costume vigente, com a decisão da CIJ de 2012 e com a prática estatal majoritária, nem o requisito de normatividade, pois carece de coerência interna, universalizabilidade e efetividade prospectiva. A vernacularização disfuncional reconstruída na seção 3.2 demonstrou como a cadeia de traduções que conecta o voto dissidente de Cançado Trindade à formulação final do precedente destruiu os três filtros originais (gravidade qualificada, tipicidade internacional e vinculação ao *jus cogens*), amplificando em cada etapa a indeterminação da etapa precedente. O subcapítulo 3.3 projetou as consequências dessa ficção fabricada por vernacularização disfuncional, demonstrando que o "prêmio" formal da corrente vencedora, uma exceção à imunidade fixada em sede de repercussão geral, revela-se semanticamente oco, incapaz de proteger efetivamente as vítimas e de fortalecer a posição do Brasil no sistema internacional. As cinco vias de contenção aqui articuladas não pretendem reverter a Tese 944, tarefa que exigiria *overruling* pelo próprio Plenário. Pretendem

reintroduzir, por canais institucionais múltiplos e complementares, os parâmetros interpretativos que a cadeia de traduções apagou, devolvendo à exceção contornos que permitam distinguir a posição brasileira da ficção normativa que atualmente a define.

Convém registrar, por fim, que o mosaico de contenção não resolve a tensão constitutiva que Koskenniemi identifica entre concretabilidade e normatividade, tensão que permanece irredutível enquanto o direito internacional operar mediante a gramática binária de apologia e utopia. O que o mosaico pode oferecer consiste em *domesticação da indeterminação*, entendida como substituição da abertura semântica radical por parâmetros que elevem o custo argumentativo da aplicação irrestrita e reduzam a fragmentação decisória que a transferência de autoridade aos juízes de primeiro grau inevitavelmente produz. A contenção proposta não equivale, portanto, à eliminação da exceção, nem à restauração da imunidade absoluta para atos de império que a tradição apologética brasileira manteve durante mais de um século. Equivale à tentativa de conferir ao precedente a operatividade que a repercussão geral demanda e que a formulação vigente não possui, combinando rigor analítico com compromisso humanista informado pelos custos reais de uma decisão que, ao prometer proteção às vítimas de violações graves, entregou fórmula cuja indeterminação ameaça produzir efeito inverso ao pretendido. A distância entre a promessa e a entrega, entre o gesto simbólico e a reparação concreta, entre a vanguarda retórica e o isolamento geopolítico, constitui o núcleo do paradoxo que esta tese procurou iluminar ao longo de seus três capítulos. O mosaico de contenção configura tentativa de reduzir essa distância sem negar a legitimidade da aspiração que a motivou, porque as batatas, afinal, existem; resta saber se o custo da vitória permite saboreá-las.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomei emprestado o raciocínio do Embaixador Ruy Casaes para iniciar esta tese e retorno a ele, agora, para encerrá-la, consciente de que a equação formulada pelo diplomata brasileiro já não se apresenta com a mesma aparência de equilíbrio que ostentava nas primeiras páginas. A tensão entre os dois polos da soberania permanece formalmente intacta, na medida em que o princípio da igualdade jurídica, consagrado na máxima *par in parem non habet imperium*, continua a confrontar-se com a prerrogativa do exercício da jurisdição dentro do próprio território. O que se alterou, ao longo do percurso argumentativo desta pesquisa, concerne ao modo como o Supremo Tribunal Federal inclinou essa balança, e às consequências que tal inclinação projeta sobre a posição do Brasil no sistema jurídico internacional. Até o julgamento do ARE 954.858, denominado *Caso Changri-lá*, o país havia permanecido no campo dos ordenamentos que restringiram a relativização da imunidade aos atos de gestão, acompanhando, com atraso deliberado, o movimento inaugurado pela *Tate Letter* de 1952 e consolidado nas codificações multilaterais das décadas seguintes. A tradição de cautela que orientou a posição brasileira ao longo de quase um século, de Beviláqua a Rezek, dos pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty ao julgamento do caso *Genny de Oliveira* em 1989, privilegiava a reciprocidade e a verificação empírica daquilo que os Estados efetivamente praticavam no plano internacional, antes de incorporar exceções ao ordenamento doméstico. O Judiciário e o Executivo operaram sob a premissa compartilhada de que a relativização da imunidade deveria acompanhar a maturação do costume internacional, e não antecipá-la.

Diante desse pano de fundo, o problema de pesquisa que formulei consistia em *compreender de que maneira o Supremo Tribunal Federal, ao relativizar a imunidade de jurisdição de atos de império vinculados a alegadas violações a direitos humanos, reposiciona o Brasil na geopolítica da imunidade estatal*. Parti da hipótese de que, *ao recorrer a fundamentos normativos indeterminados — como a invocação genérica de "direitos humanos" —, o Tribunal rompeu com a lógica cautelosa que historicamente orientava a prática estatal brasileira e projetou o país para uma posição discursiva isolada, sem respaldo consolidado no direito consuetudinário vigente*. A decisão do Supremo de estender a exceção para atos de império representava não apenas uma inflexão jurisprudencial, mas um salto qualitativo cujas implicações transcendiam o caso concreto, pois cada decisão sobre o alcance da imunidade opera, simultaneamente, como afirmação de um regime de autoridade entre Estados soberanos. O percurso que conduzi ao longo de três capítulos, da reconstrução do Caso à contextualização

geopolítica e desta à crítica teórica, buscou interrogar os fundamentos, as condições e os desdobramentos desse reposicionamento, cujos achados articulo nas páginas que seguem.

O percurso analítico empreendido nos três capítulos permitiu não apenas confirmar essa hipótese, mas revelar dimensões adicionais que a formulação inicial não antecipava. Esses achados organizam-se em torno dos três objetivos específicos que orientaram a investigação, mas articulá-los aqui, em registro valorativo, não equivale a revisitar o que os capítulos já demonstraram. Trata-se de extrair, de cada contribuição parcial, aquilo que a pesquisa adicionou ao estado da arte e que permaneceria invisível sem o percurso trilhado. Importa frisar que a progressão dos achados não obedece a uma lógica meramente sequencial: cada capítulo iluminou uma dimensão distinta do mesmo fenômeno, e a força do argumento reside na articulação cumulativa entre essas dimensões, de modo que a insuficiência factual diagnosticada no primeiro capítulo explique a ruptura geopolítica mapeada no segundo e ambas sustentem as patologias normativas nomeadas no terceiro. A metáfora da fronteira porosa, que percorre esta tese desde o primeiro capítulo, oferece a chave mais precisa para essa cadeia: a porosidade nasceu nas lacunas probatórias do Tribunal Marítimo, ampliou-se com o abandono da cautela consuetudinária que o segundo capítulo mapeou e converteu-se, no plano teórico, nas categorias que nomeiam aquilo que a decisão do Supremo produziu sem declarar. Percorrer esses estágios de erosão permitirá compreender por que a Tese 944 não encerra a controvérsia sobre a imunidade de jurisdição, mas a projeta para a terra de ninguém arendtiana em que o antigo já não se sustenta e o novo ainda não alcançou configuração reconhecível.

A reconstrução do Caso Changri-lá, empreendida ao longo do primeiro capítulo,[818] desvelou a fragilidade do substrato fático e argumentativo sobre o qual repousa a Tese 944, a fim *reconstruir o percurso histórico e jurídico do caso, com ênfase na caracterização dos argumentos jurídicos e das escolhas interpretativas que conduziram à formulação da Tese 944 pelo Supremo Tribunal Federal*. Demonstrei que a transição de uma "fortuna do mar" para um "ato de guerra" decorreu mais de uma necessidade de encerramento simbólico do que de uma certeza processual inquestionável, a partir da qual o STF adotou como premissa incontroversa para o julgamento de mérito sem submetê-la a qualquer escrutínio crítico. O acórdão do Tribunal Marítimo de 2001, alicerce factual de toda a cadeia judicial subsequente, admite nas próprias páginas que "não existe uma prova direta que demonstre, como quer a PEM, que o pesqueiro foi afundado pelo U-199", apoiando-se na "conjugação de fatos comprovados e fortes

[818] Capítulo cujo título consiste em: *Do "torpedeamento" à Tese 944: caminhos argumentativos em direção a uma fronteira porosa na imunidade de jurisdição.*

indícios". Essa fundação conjetural o Supremo herdou intacta, sem enfrentar as inconsistências cronológicas ali registradas, a exemplo da incompatibilidade entre a data imputada ao torpedeamento e os destroços noticiados pela imprensa dias antes. O que a Corte edificou, portanto, não configura o coroamento de uma apuração histórica exaustiva, mas uma construção normativa erigida sobre solo epistemológico fraturado, na qual a transformação de uma dúvida administrativa em verdade oficial operou como gesto de reparação póstuma destituído da objetividade exigida para fundamentar uma guinada jurisprudencial de tal envergadura.

A análise revelou, ademais, que os contornos da exceção restaram definidos tanto pelo que a Corte afirmou quanto pelo que deliberadamente recusou. A votação apertada de seis a cinco, o emprego recorrente de jus cogens e "direitos humanos" como sinônimos intercambiáveis quando possuem densidades normativas radicalmente diversas, e a rejeição sistemática de todos os filtros de contenção propostos compõem o quadro de uma exceção erguida sem fronteiras. A Procuradoria-Geral da República requeria a restrição a "crimes internacionais que impliquem grave violação a Direitos Humanos e ao Direito Humanitário"; a Advocacia-Geral da União propunha circunscrever a exceção a "crimes de guerra, reconhecidos por tribunal internacional, em violação ao direito humano contra a vida". Nenhuma dessas balizas encontrou acolhida na redação final. A recusa não configura mera opção redacional, mas traduz uma preferência institucional pelo que denominei de *indeterminação como método*, estratégia que esvazia a função uniformizadora da repercussão geral e institucionaliza uma zona cinzenta em que a imunidade estatal, funcionalmente abolida, sobrevive apenas como casca formal à espera de valorações judiciais casuísticas. Dessa forma, o precedente vinculante não encerra a controvérsia, senão a desloca para as instâncias inferiores sem oferecer-lhes os critérios de que necessitam para decidir.

A contribuição central deste capítulo reside, por conseguinte, na demonstração de que a indeterminação da Tese 944 não resultou de acidente ou descuido, mas de escolha deliberada. Ao recusar todos os filtros propostos, o Supremo produziu uma exceção cujos contornos nenhum intérprete será capaz de antecipar com segurança mínima, configurando menos um ponto de chegada jurisprudencial do que a abertura de uma trilha instável cujos novos dilemas o próprio Tribunal não logrou antecipar nem gerir. O que conta como "violação a direitos humanos" para fins de afastamento da imunidade soberana? Quem decide? Em qual instância? Com qual ônus probatório? O precedente não responde a nenhuma dessas perguntas. A Tese 944 revela-se, sob essa perspectiva, uma promessa, e não uma norma acabada, entregando ao sistema judiciário brasileiro um instrumento cuja potência retórica contrasta agudamente com

a inaplicabilidade prática e cuja abertura semântica projeta sobre os juízos de primeira instância o ônus de definir aquilo que a Corte fixadora se absteve de circunscrever. Reside, justamente nesse ponto, a passagem necessária para o capítulo seguinte, pois a instabilidade interna do precedente somente adquire inteligibilidade plena quando confrontada com a posição que o Brasil historicamente ocupou no regime internacional da imunidade.

O deslocamento da unidade de análise para o contexto geopolítico, operado no segundo capítulo,[819] buscou *contextualizar, a partir dos marcos temporais do Caso Changri-lá, a geopolítica da imunidade estatal no âmbito internacional, examinando como o Judiciário e o Executivo brasileiros se posicionaram diante dessa dinâmica, em meio a alinhamentos, deslocamentos e tensões*. Demonstrei, nessa oportunidade, que a Tese 944 não constituiu desdobramento natural de tendências internacionais emergentes, mas uma ruptura unilateral que projeta o Brasil para uma "terra de ninguém histórica". As três fotografias que estruturaram aquele capítulo, correspondentes aos marcos de 1943, 1999 e 2016, revelam, pela progressão entre elas, o que nenhuma isoladamente permitiria ver.[820] A primeira (1943) captura o país em plena adesão à imunidade absoluta, escolha estratégica consciente, arquitetada pelos consultores jurídicos do Itamaraty, de Beviláqua a Rezek, que operavam a regra como cálculo deliberado de reciprocidade simétrica e proteção de ativos brasileiros no exterior. Esses pareceres privilegiavam a solução diplomática sobre a compulsão judicial, reconhecendo que o Brasil carecia de meios coercitivos para garantir o cumprimento de sentenças. A postura não traduzia incompreensão, mas prudência estratégica, um realismo diplomático que moldou a conduta estatal por mais de meio século e que identificava, na preservação da imunidade alheia, a melhor garantia da imunidade brasileira. A fotografia de 1943 documenta, portanto, o momento fundacional de uma tradição cuja solidez somente se tornaria plenamente visível pelo contraste com as rupturas posteriores.

A segunda fotografia (1999), por outro lado, registra o que denominei de *vernacularização cautelosa do costume internacional*. A adesão à imunidade relativa para atos

[819]Capítulo cujo título consiste em: *"Não mais e ainda não": localizando o Brasil na geopolítica da imunidade estatal.*

[820] Cumpre relembrar que propûs adotar a metáfora da fotografia como estratégia interpretativa, privilegiando três instantâneos específicos em detrimento de uma narrativa linear ou totalizante – como em um filme. Nessa analogia, o Brasil assume a posição do fotógrafo que, diante da complexidade normativa e política da imunidade de jurisdição, seleciona ângulos, define focos e estabelece enquadramentos que traduzem não apenas o contexto captado, mas também sua própria posição como sujeito observador e intérprete. Assim, cada fotografia articula simultaneamente objeto, sujeito e ação: o fenômeno jurídico observado, a perspectiva brasileira e o gesto político-interpretativo que confere sentido ao material histórico. As três fotografias que compõem o segundo capítulo — 1943, 1999 e 2016 — correspondem a marcos temporais diretamente vinculados ao caso Changri-lá, oferecendo o substrato histórico e normativo necessário para compreender sua singularidade e seus efeitos na geopolítica da imunidade estatal.

de gestão – operada pelo Supremo no caso Genny de Oliveira em 1989 e consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça ao longo das décadas seguintes – manteve o país alinhado de forma comedida ao costume internacional consolidado. Em estrita conformidade com o movimento que os demais Estados efetivamente praticavam, o país preservou intocada a imunidade para os *acta jure imperii*. O STJ atuou, durante esse período, como fiel depositário dessa ortodoxia, rejeitando sistematicamente o afastamento da imunidade para atos de império nos casos derivados do Changri-lá. Analogamente, a Procuradoria-Geral da República e a Advocacia-Geral da União sustentavam posicionamento técnico uniforme pela preservação da regra internacional. A convergência entre Judiciário e Executivo expressava, naquele momento, uma compreensão partilhada de que a relativização da imunidade deveria acompanhar a maturação do costume, e não antecipá-la. O significado específico dessa segunda fotografia reside no fato de que a reabertura do caso pelo Tribunal Marítimo ocorreu em ambiente institucional que ainda não havia rompido com a lógica da cautela, embora a narrativa factual ali reconstruída já carregasse a ambiguidade que o capítulo anterior diagnosticou.

A terceira fotografia (2016) expõe o limiar de uma ruptura qualitativa. A partir de 2016, o Supremo Tribunal Federal preparou-se para estender a exceção aos atos de império, em cenário de "multipolaridade jurídica" marcado por experiências fragmentadas de tribunais estrangeiros, que a Corte Internacional de Justiça já havia desautorizado em 2012 por maioria expressiva. O achado central deste capítulo reside na demonstração de que o Supremo não recepcionou uma tendência internacional em formação, mas produziu um *alinhamento imaginado* com precedentes que o sistema internacional havia rejeitado, fixando fórmula mais vasta e indeterminada do que as próprias experiências invocadas como fundamento. Os precedentes mobilizados pelo voto condutor apresentavam diferenças substantivas em relação à posição brasileira quanto a fundamentos jurídicos, critérios de gravidade e requisitos territoriais. O resultado dessa operação traduz uma transferência de autoridade da diplomacia para a jurisdição, na qual a prudência estratégica do Itamaraty cedeu lugar a um descompasso sem precedente na história da inserção internacional do país. A Corte brasileira consumou uma ruptura unilateral nove anos após a CIJ ter declarado a inexistência de tal costume, configurando uma exposição periférica que sujeita o Brasil a riscos de reciprocidade negativa que as potências centrais não enfrentariam.

A magnitude dessa ruptura exigiu, no terceiro capítulo,[821] *interpretar criticamente as consequências jurídicas e geopolíticas da Tese 944, sobretudo no que tange aos efeitos da*

[821] Capítulo cujo título consiste em: *Além da fronteira: o que resta da imunidade de jurisdição no Brasil?*

*indeterminação dos direitos humanos como fundamento normativo, bem como apontar possíveis soluções*. A investigação produziu, para tanto, categorias analíticas que constituem a contribuição teórica central desta tese. A *ficção normativa* designa uma construção que, embora ostente a forma exterior de regra vinculante e buque alcançar a normatividade nos termos de Koskenniemi, falha simultaneamente nos dois testes da gramática de jurista finlandês. A Tese 944 não satisfaz o requisito de concretabilidade, por operar em ruptura deliberada com o costume internacional e com a prática estatal majoritária, tampouco o requisito de normatividade, por carecer da densidade conceitual e da coerência interna que tornariam legítimo o projeto de uma nova ordem. Suspensa entre os dois polos da gramática jurídica internacional, com a ancoragem argumentativa vazia tanto no polo apologético quanto no utópico, a decisão opera mediante uma tripla simulação. Simula precisão ao empregar linguagem assertiva para encobrir uma condição de incidência radicalmente aberta. Simula vinculação ao transferir para as instâncias inferiores o ônus de definir o conteúdo que o tribunal fixador omitiu. Simula, por fim, um fechamento argumentativo ao aparentar ter resolvido a tensão entre soberania e direitos humanos quando apenas diferiu a decisão substantiva para valorações casuísticas futuras.

O diagnóstico da ficção normativa abriu caminho para a identificação do mecanismo que a produziu. A *vernacularização disfuncional* rastreia o processo pelo qual categorias globais dotadas de densidade conceitual reconhecível perderam, a cada estágio da tradução operada pelo Supremo, os contornos que as fontes originais possuíam. O mapeamento que realizei identificou quatro mutações categoriais sucessivas ao longo do julgamento: a primeira converteu o jus cogens em "direitos humanos" genéricos; a segunda transformou os delicta imperii em "atos ilícitos" ordinários; a terceira reconfigurou precedentes fragmentados em uma tendência internacional imaginada; e a quarta eliminou, com a rejeição dos filtros da PGR, da AGU e do MPF, as últimas pontes com o vocabulário reconhecível pelo direito internacional penal. Esse encadeamento de hiper-traduções gerou o que denominei paradoxo da vanguarda periférica. O STF atuou como uma *cunning court*, colhendo dividendos simbólicos internos com o vocabulário humanista enquanto preservava intocada a imunidade de execução para evitar custos diplomáticos reais, porém produziu um vernáculo doméstico que fala com fluência na arena constitucional e permanece mudo no cenário internacional, incapaz de se impor como novo padrão consuetudinário por carecer do capital geopolítico que tal liderança exige.

As consequências operacionais dessas duas patologias convergiram no diagnóstico do *esvaziamento funcional da imunidade de jurisdição* no Brasil. A metáfora machadiana do "ao

vencedor, as batatas", relida pela chave schwarziana das "ideias fora do lugar", captura com precisão o caráter de vitória de Pirro que reveste o precedente. O prêmio formal da jurisdição ampliada apresenta-se vazio de operatividade, pois a inexequibilidade estrutural das sentenças condenatórias, blindadas pela imunidade de execução que permanece absoluta, entrega às vítimas a forma linguística da reparação sem a sua substância. Os custos dessa operação distribuem-se em três planos complementares. No plano interno, manifestam-se pela colisão de competências entre Judiciário e Executivo, compelido este último a administrar crises diplomáticas de uma posição que ele próprio desaconselhou. No plano externo, pela exposição periférica que torna viável, em tribunais estrangeiros, a responsabilização do Brasil por atos históricos de beligerância. E no plano global, pela instauração de um isolamento normativo permanente que inviabiliza o diálogo legítimo com o sistema internacional de referência e aprisiona o país em uma posição que não encontra interlocutores dispostos a reconhecê-la.

A convergência desses custos configura aquilo que denominei *irresponsabilidade circular*, dinâmica institucional na qual cada ator aponta para o seguinte como fonte da decisão enquanto a justiça substantiva se desvanece na inexecutabilidade dos títulos judiciais. O Supremo fixa a fórmula vazia em sede de repercussão geral; os juízes federais de primeira instância a preenchem apresentando escolhas políticas como mera aplicação técnica do precedente; e o Itamaraty se vê compelido a administrar as consequências diplomáticas de uma posição que não formulou e que contraria a orientação sustentada ao longo do processo. A fronteira porosa do regime de imunidade brasileiro converteu-se, assim, em zona opaca onde a decisão circula sem titular e o poder se exerce sem endereço. O diagnóstico dessa circularidade revela que o esvaziamento funcional não atinge apenas o instituto da imunidade, mas compromete a própria integridade da separação de funções no tratamento de questões internacionais, ao transferir para a arena judiciária uma prerrogativa que a ordem constitucional distribui entre os Poderes e que a prática estatal consolidada reserva, preferencialmente, à diplomacia e à negociação intergovernamental. Precisamente por reconhecer a gravidade dessas consequências, o terceiro capítulo não se limitou ao diagnóstico, propondo igualmente caminhos de contenção.

Ofereci, nesse sentido, um mosaico de contenção composto por cinco vias complementares, a jurisprudencial, a legislativa, a executiva-convencional, a diplomática e a doutrinária, reconhecendo que nenhuma delas se mostra suficiente quando considerada isoladamente. A via jurisprudencial aposta no distinguishing e na modulação interpretativa pelo próprio STF; a legislativa busca preencher o vazio normativo por meio de codificação

doméstica; a executiva-convencional propõe a ratificação da Convenção da ONU de 2004 como parâmetro externo de contenção; a diplomática orienta-se à negociação bilateral e a pagamentos *ex gratia* capazes de entregar reparação concreta às vítimas; e a doutrinária dedica-se à construção de standards interpretativos que guiem os magistrados de primeira instância e elevem o custo argumentativo da aplicação irrestrita. Tomadas em conjunto, essas cinco vias não pretendem funcionar como cura para a patologia da Tese 944, mas como estratégia de administração do dano, a fim de buscar reduzir a distância entre a vanguarda retórica e a eficácia jurídica que as vítimas, ao final, merecem. O mosaico opera, assim, simultaneamente como proposição normativa e como confissão dos limites da crítica diante de uma ruptura cujas consequências já se encontram em marcha.

Diante desse percurso investigativo, a tese que sustento, como resposta ao problema que formulei, enuncia-se nos seguintes termos: *o Supremo Tribunal Federal, ao fixar a Tese 944, não relativizou a imunidade de jurisdição para atos de império, mas a esvaziou funcionalmente, mediante ficção normativa fabricada por vernacularização disfuncional do discurso humanista global, confinando o Brasil ao paradoxo de uma vanguarda periférica que performa tutela de direitos humanos no plano doméstico enquanto aprofunda seu isolamento normativo no plano global*. A hipótese de que o recurso a fundamentos indeterminados projetaria o país para posição discursiva isolada confirmou-se e, ao confirmar-se, revelou dimensão que a formulação original não comportava. O STF não aderiu a nenhuma das exceções incipientes que o cenário comparado já conhecia, nem tentou replicá-las com variação de grau. Ao mobilizar fundamentos distintos, de amplitude categorial superior à de qualquer precedente invocado, o Tribunal ultrapassou todas as formulações que lhe serviram de matéria-prima e alcançou fronteira que nenhuma delas habitava, produzindo enunciado sem correspondência em tratado, em decisão de corte internacional ou em legislação estrangeira. O que apresentou ao sistema internacional como gesto de adesão a uma tendência emergente configura, na verdade, ruptura unilateral cuja singularidade reside precisamente em ter ido além sem possuir o capital geopolítico para impor a tradução doméstica como novo padrão consuetudinário.

O Tribunal produziu, com esse gesto, menos uma norma do que uma promessa. A ficção normativa existe porque a tradução falhou, e a tradução falhou porque o vernacularizador periférico maximizou a ressonância constitucional doméstica ao custo da reconhecibilidade internacional e da eficácia executória. Cada estágio da cadeia de traduções ampliou a distância entre o produto doméstico e as categorias reconhecíveis pelo sistema de origem, até que a relação entre a Tese 944 e as fontes globais que a alimentaram passou de filiação a

incognoscibilidade. O resultado opera por tripla simulação — de precisão, de vinculação e de fechamento argumentativo — projetando densidade jurídica sobre um recipiente cujo conteúdo permanece radicalmente aberto à valoração do intérprete. A cunning court colheu, com essa operação, os dividendos simbólicos da vanguarda humanista, expandindo ao máximo a jurisdição de conhecimento, enquanto preservou intocada a imunidade de execução, garantindo que o direito declarado jamais alcançasse satisfação material. A pretensa vanguarda brasileira em matéria de direitos humanos converteu-se, por essa via, no esvaziamento funcional do próprio instituto que se pretendia apenas relativizar.

Retorno, agora com a resposta que o percurso argumentativo permitiu construir, à equação do Embaixador Casaes. A tensão entre igualdade soberana e poder do foro não foi resolvida pela Tese 944, nem deslocada para patamar mais sofisticado de equilíbrio. Foi radicalizada até o ponto em que um dos polos consumiu o outro sem colher o fruto dessa absorção. O polo do foro hipertrofiou-se na fase de conhecimento, para em seguida colidir com a barreira intransponível da imunidade absoluta de execução, que transforma cada sentença condenatória em monumento à injustiça reconhecida, porém não reparada. A equação revela-se agora assimétrica de modo disfuncional: o polo da soberania alheia foi formalmente comprimido pelo discurso humanista, enquanto o polo da jurisdição territorial, aparentemente triunfante, descobriu-se desprovido de instrumentos para converter a vitória retórica em consequência material. O Brasil abandonou o costume consolidado sem alcançar plataforma alternativa que o cenário internacional reconheça, e o prêmio dessa travessia apresenta-se vazio de operatividade concreta, acessível apenas porque esvaziado dos contornos que o tornariam verdadeiramente valioso. Ao vencedor, as batatas.

Cumpre, por fim, delinear os limites desta investigação e as agendas de pesquisa que dela se desdobram. A força das categorias que propus — ficção normativa, vernacularização disfuncional, esvaziamento funcional — depende, como toda construção analítica, da consciência precisa acerca do perímetro dentro do qual foram forjadas. Quatro fronteiras delimitam esse perímetro e merecem explicitação, não porque fragilizem os achados, mas porque circunscrevem as condições de validade sob as quais operam. A primeira fronteira diz respeito ao tempo. A análise acompanhou o Caso Changri-lá até o julgamento dos embargos de declaração pelo Plenário do STF em maio de 2022, momento em que o enunciado da Tese 944 alcançou sua redação definitiva em sede de repercussão geral. Tudo o que ocorre a partir desse marco — a liquidação em primeira instância, a eventual reação diplomática ou judicial da Alemanha, a possibilidade de que a própria Corte module ou restrinja o precedente, a

multiplicação de novas ações fundadas na abertura semântica que diagnostiquei — pertence a um cenário em formação cujo acompanhamento empírico não integrou o escopo. A circunstância de que esses desdobramentos permaneçam em aberto não compromete o diagnóstico. Pelo contrário, confirma-o, pois a instabilidade projetada constitui precisamente aquilo que a pesquisa identificou como propriedade estrutural de uma ficção normativa cuja operatividade foi delegada a valorações casuísticas futuras. A segunda fronteira concerne ao recorte institucional. Concentrei a investigação na cúpula judiciária que fabricou a exceção — o Supremo Tribunal Federal como ator central, o Tribunal Marítimo como fonte do substrato factual, a PGR, o MPF e a AGU como vozes de contenção derrotadas, o Itamaraty como depositário da cautela histórica — e não na base da pirâmide jurisdicional que receberá o ônus de aplicá-la. A recepção da Tese 944 pelos juízes federais e Tribunais Regionais Federais configura fenômeno ainda incipiente, cujo mapeamento demandaria pesquisa empírica de natureza distinta da que empreendi. A escolha por analisar a causa eficiente da indeterminação, e não os sintomas que ela venha a gerar na base do sistema, preservou a unidade da investigação no campo da geopolítica crítica e da teoria do direito internacional.

A terceira fronteira remete à dimensão comparada. Mobilizei os precedentes estrangeiros que o próprio voto condutor invocou como fundamento — Ferrini, Distomo, a decisão da CIJ de 2012, as comfort women sul-coreanas — e os sistemas legislativos que mais diretamente contrastam com a ausência de codificação brasileira, como o FSIA norte-americano e o SIA britânico. O comparatismo operou deliberadamente como instrumento de contraste, não de alinhamento, isto é, serviu para demonstrar que a posição brasileira habita território que nenhuma dessas experiências ocupa, e não para construir panorama exaustivo de todas as jurisdições que já enfrentaram a questão. Uma análise sistemática que percorresse a jurisprudência japonesa, a prática africana, os desdobramentos do TEDH em Al-Adsani e Jones, e os regimes emergentes da Ásia Central demandaria escopo incompatível com a profundidade que o estudo de caso único exigia. A quarta e última fronteira relaciona-se com a perspectiva das vítimas. As famílias dos tripulantes do Changri-lá comparecem nesta pesquisa como os sujeitos sobre os quais recaem os custos da ficção normativa, e não como interlocutores de uma investigação etnográfica autônoma. A dimensão vivencial da busca por reparação, a exemplo do luto transmitido entre gerações, o significado que a inscrição dos nomes no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial adquiriu para os descendentes, a expectativa depositada em cada etapa processual, atravessa o texto como consequência analítica do esvaziamento funcional, mas não recebeu tratamento de campo próprio. Essa opção

metodológica preservou a coerência de uma tese que se propôs a realizar uma autópsia da promessa judicial, interrogando como o sofrimento concreto foi convertido em matéria-prima de uma expansão jurisdicional cujo prêmio, ao final, apresenta-se vazio de substância. Cada uma dessas quatro fronteiras abre, simultaneamente, uma porta para investigações futuras, às quais passo a dedicar as linhas que seguem.

Cada uma das fronteiras reconhecidas nas linhas precedentes descortina, por sua face oposta, uma trilha investigativa que esta tese inaugura sem ter podido percorrer. A primeira e mais urgente concerne à cascata decisória doméstica. Demonstrei que a ficção normativa opera por delegação, na medida em que o Supremo fixou a fórmula aberta e transferiu para os juízes federais de primeiro grau a responsabilidade de definir o que conta como "violação a direitos humanos" para fins de afastamento da imunidade soberana. A pesquisa diagnosticou essa fragmentação em abstrato. Cabe a estudos futuros verificá-la em concreto, mapeando, mediante levantamento empírico longitudinal das sentenças proferidas após maio de 2022, se a indeterminação que identifiquei produziu tantas definições de "direitos humanos" quantos juízos federais prolataram suas decisões, ou se, alternativamente, emergiu alguma convergência espontânea capaz de devolver ao precedente os contornos que a Corte fixadora omitiu. Esse acompanhamento constitui o teste de realidade da categoria de ficção normativa. Se a fragmentação se materializar, a categoria terá demonstrado poder preditivo. Se uma ordem mínima surgir à revelia do enunciado, a própria categoria precisará ser revista à luz da capacidade adaptativa do sistema.

A segunda trilha projeta-se sobre o cenário internacional. Sustentei que o Brasil encontra-se exposto à contestação internacional decorrente da Tese 944, seja pela possibilidade de acionamento direto perante a Corte Internacional de Justiça, cuja concretização depende da superação de obstáculos específicos à jurisdição contenciosa da Corte em relação ao Brasil já analisados ao longo desta tese, seja, mais provavelmente, pelas vias alternativas de pressão diplomática, retorsão e consolidação do caso como precedente negativo na prática estatal internacional. Na hipótese específica de concretização de demanda perante a CIJ, o precedente Alemanha v. Itália oferece paralelo argumentativo cujo desfecho em desfavor da posição brasileira apresenta-se previsível à luz da declaração autorizada do costume vigente consolidada na decisão de 2012. A confirmação ou refutação dessa projeção depende do monitoramento da reação diplomática e judicial alemã e dos demais Estados que venham a manifestar oposição à orientação brasileira, que inclui eventuais notas verbais, protestos formais e articulações multilaterais no sistema onusiano, bem como, na hipótese de superação dos obstáculos

jurisdicionais, o possível depósito de aplicação introdutória em Haia, bem como do exame de ações de reciprocidade negativa em tribunais estrangeiros que invoquem a lógica da Tese 944 para processar o Estado brasileiro por episódios de violações a direitos humanos. A pergunta que formulei na introdução e deliberadamente qualifiquei como pertencente a "outra agenda de pesquisa" permanece presente. O Brasil bancará, politicamente, essa decisão no âmbito internacional? Essa interrogação organiza, por si só, um programa interdisciplinar que articula Direito Internacional, Análise de Política Externa e estudos diplomáticos, e que exige o escrutínio dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores e o acompanhamento das manifestações brasileiras em foros multilaterais posteriores à fixação da tese.

A terceira dirige-se ao processo de codificação legislativa e convencional. Registrei que o Brasil configura caso singular no panorama comparado, pois constitui país de grande porte que adota imunidade relativa exclusivamente por via jurisprudencial, sem legislação específica, e que tampouco ratificou a Convenção ONU sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens de 2004. Acompanhar eventuais projetos de lei que busquem preencher esse vazio, verificando se caminham na direção da reformalização que o mosaico de contenção propôs ou se reproduzem, em sede legislativa, a mesma indeterminação que diagnostiquei em sede judicial, constitui desdobramento necessário para avaliar a viabilidade política das soluções que este trabalho ofereceu. A via convencional, por sua vez, demanda investigação sobre se o custo do isolamento normativo tornará a ratificação da Convenção de 2004, antes percebida como redundante, em necessidade estratégica de reposicionamento.

A quarta e última trilha remete à transferibilidade das categorias analíticas que esta pesquisa produziu. A ficção normativa e a vernacularização disfuncional não se esgotam no Caso Changri-lá. A primeira pode iluminar outras construções do direito internacional contemporâneo que simulam densidade jurídica mediante tripla simulação de precisão, vinculação e fechamento. A segunda oferece instrumental replicável para investigar como cortes constitucionais de inserção periférica operam como *knowledge brokers* que sacrificam a inteligibilidade global em nome da ressonância doméstica. A imunidade de execução, que esta tese abordou como custo prático do esvaziamento funcional, mas não como objeto autônomo, reclama investigação própria sobre a viabilidade de exceções executórias no ordenamento brasileiro. E a dimensão vivencial das famílias do Changri-lá, que compareceu aqui como consequência analítica da promessa inexecutável, aguarda a pesquisa etnográfica que lhe confira voz própria, deslocando o registro da autópsia institucional para a narrativa do sofrimento que a ficção normativa administra sem resolver.

Devo, antes de encerrar, uma nota de posicionamento que a impessoalidade acadêmica costuma desaconselhar, mas que a honestidade intelectual, neste caso, exige. Ao longo de três capítulos e seis movimentos conclusivos, submeti a Tese 944 a um escrutínio que não poupou nem seus fundamentos, nem suas promessas, nem suas consequências. Esse exercício crítico poderia sugerir, a um leitor apressado, que esta pesquisa milita pela restauração da imunidade absoluta ou pela indiferença diante do sofrimento dos tripulantes do Changri-lá e de suas famílias. Rejeito essa leitura com a mesma firmeza com que rejeitei a indeterminação do precedente que analisei. Criticar o instrumento não equivale a negar a urgência do fim a que se destina. Equivale a exigir que o compromisso com os direitos humanos se traduza em arquiteturas normativas operativas, e não em enunciados cuja amplitude semântica substitui a eficácia pela eloquência.

A equação de Casaes, que tomei emprestada para abrir estas páginas, retorna agora transformada pelo percurso que a interrogou. A geometria de forças que o diplomata descreveu pressupunha dois polos dotados de peso próprio, capazes de limitar-se mutuamente e de produzir, na tensão recíproca, um regime previsível. O que esta tese demonstrou é que a Tese 944 não recalibrou essa equação em favor dos direitos humanos. Consumiu um dos polos sem que o outro pudesse metabolizar o ganho, pois a jurisdição conquistada esbarra na execução que permanece vedada, e o silêncio consuetudinário do cenário internacional converte a pretensa liderança em monólogo. A fronteira porosa que percorri desde o primeiro capítulo revelou-se, ao final, não um defeito a ser corrigido, mas a condição permanente de um regime que o Supremo instituiu sem lhe conferir contornos e que o sistema jurídico brasileiro terá de administrar sem poder eliminá-la. Machado de Assis, que forneceu a este trabalho a ironia necessária para nomear o prêmio sem substância, saberia reconhecer no desfecho a lição que Quincas Borba legou a Rubião. O troféu mais perigoso não é aquele que se perde, mas aquele que se conquista sem compreender o que se conquistou. Ao Brasil, restam as batatas de uma jurisdição que não alimenta, de uma vanguarda que não encontra seguidores e de uma ficção normativa cuja opacidade constitui, a partir de agora, o problema que esta tese entrega a quem se disponha a enfrentá-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ABREU, Patrícia Maria Lara**.** *Imunidade de jurisdição do Estado soberano e a (im)possibilidade de responsabilização cível dos Estados por violação de normas jus cogens segundo a jurisprudência do Brasil, Itália, Estados Unidos e Corte Internacional de Justiça de 2011 a 2022.* 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ACCIOLY, Hildebrando. Imunidade de jurisdição dos Estados. Nova orientação do Departamento de Estado [1952]. *In:* CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1952-1960). Brasília: Senado Federal, 2001. v. 5.

ÁFRICA DO SUL. *Foreign States Immunities Act 1981*. 1981. Pretoria: Government Printer.

ALEBEEK, Rosanne van. *The Immunity of States and Their Officials in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ALEMANHA. Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht). Claim against the Empire of Iran. 30 abr. 1963**.** BVerfGE 16, 27 (1964)**.** *International Law Reports*, v. 45, p. 57–82, 1972.

ALEXY, Robert. *Teoria da Argumentação Jurídica*. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.

ALLEN, Eleanor Wyllys. *The position of foreign states before national courts*: chiefly in continental Europe. New York: The Macmillan Company, 1933.

ALLEN, Stephen; COSTELLOE, Daniel; FITZMAURICE, Malgosia; GRAGL, Paul; GUNTRIP, Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780198786146.

ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. O caso Imunidades Jurisdicionais do Estado (Alemanha c. Itália): A Corte Internacional de Justiça na Contramão da Evolução do Direito Internacional. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, v. 13, n. 13, p. 371-400, 2013.

AMADO, Gilberto. Situação do Pessoal Menor da Embaixada em Roma, de nacionalidade italiana [1935]. *In*: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty:* (1935-1945). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 3. p. 30.

AMINEDDOLEH, Leila A. Kings, Treasures, and Looting: The Evolution of Sovereign Immunity and the Foreign Sovereign Immunities Act. *The Columbia Journal of Law & the Arts*, v. 46, n. 4, p. 419–455, 2023.

ANDRADE, Milso Nunes Veloso de. A repercussão geral como pressuposto de apreciação de recurso extraordinário: algumas considerações. *Direito Público*, Porto Alegre, ano 5, n. 22, p. 24-52, jul./ago. 2008;

ANDRADE, Simone Tavares de; BUGALHO, Andréia Chiquini; FAVARETTO, Sandra Helena. Recurso extraordinário: efetividade das decisões com repercussão geral. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, n. 10, p. 1180-1200, out. 2022.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016

ARENDT, Hannah. Não mais e ainda não. In: ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo: ensaios (1930–1954)*, São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: Entre o passado e o futuro. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. Manauta, Juan José y otros c. Embajada de la Federación Rusa s/ daños y perjuicios. Sentencia M. 63. XXVI. Buenos Aires, 22 de dezembro de 1994. *Fallos de la Corte Suprema de Justicia de la Nación*, v. 317, p. 1880.

ARGENTINA. *Decreto-Ley n. 1.285/58, de 4 de fevereiro de 1958*. Organización de la Justicia Nacional. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 7 fev. 1958. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/35000-39999/37915/texact.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

ARGENTINA. *Decreto nº 849/95, de 22 de junio de 1995.* Veto parcial a la Ley nº 24.488 sobre Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 28 jun. 1995.

ARGENTINA. *Ley 24.488 – Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos*. Buenos Aires: Poder Legislativo Nacional, 1995. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/22523/norma.htm.

ARROYO, Diego Fernández. *Derecho internacional privado de los estados del Mercosur:* Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay. Buenos Aires: Zavalia, 2003.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 59/38: *Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Nova Iorque, 2 dez. 2004. A/RES/59/38.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 32/151, de 19 de dezembro de 1977. *Report of the International Law Commission.* Nova Iorque, 19 dez. 1977. A/RES/32/151.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1891.

ATLANTE DELLE STRAGI NAZISTE E FASCISTE IN ITALIA. *L'Atlante delle stragi naziste e fasciste in Italia (1943–1945)*. Disponível em: https://www.straginazifasciste.it. Acesso em: 15 jan. 2026.

AUSTRALIA. *Foreign States Immunities Act 1985*. Canberra: Parliament of Australia, 1985. Disponível em: https://www.legislation.gov.au/C2004A03235/latest/text.

AUSTRIA. Oberste Gerichtshof. *Foreign States Immunities Case*. Annual Digest of Public International Law Cases, 1928, p. 178–179, 1928.

BACHLEITNER, Kathrin. *When forgiveness is impossible: how atonement works as policy*. Lawfare, 2023. Disponível em: https://www.lawfaremedia.org/article/when-forgiveness-is-impossible-how-atonement-works-as-policy. Acesso em: 15 jan. 2026.

BANKAS, Ernest K. *The state immunity controversy in international law*: private suits against sovereign states in domestic courts. Heidelberg: Springer, 2005.

BAUTISTA, Antonio R. *Philippine civil procedure in transboundary disputes*. Asian Yearbook of International Law, v. 6, 1996.

BÉLGICA. Tribunal Civil de Bruxelas. Socobelge v. Greek State. 30 abr. 1951. *International Law Reports*, v. 18, 1951, p. 3–6.

BELGIQUE. Cour d'appel de Gand. Rau v. Duruty. 14 mar. 1879. *American Journal of International Law*, Supplement, v. 26, 1932, p. 612–613.

BELGIQUE. Cour de cassation. Société anonyme Compagnie des chemins de fer liégeois limbourgeois v. État néerlandais. 11 jun. 1903. *Journal de droit international privé*, v. 31, 1904, p. 417–427.

BELSKY, Adam; MERVA, Mark; ROHT-ARRIANZA, Naomi. Implied Waiver under the FSIA: A Proposed Exception to Immunity for Violations of Peremptory Norms of International Law. *California Law Review*, v. 77, 1989.

BESSON, Samantha; D'ASPREMONT, Jean (eds.). *The Oxford Handbook on the Sources of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BEVILAQUA, Clóvis. Citação do Governo Brasileiro, pela Justiça Holandesa, para pagar, dentro de prazo fixo, certas quantias que a sociedade anônima Chantiers de Construction justo diz lhe serem devidas. Nulidade dessa citação [1915]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty: (1913-1934)*. Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. p. 95.

BEVILAQUA, Clóvis. Citação do Governo Brasileiro, pela Justiça da Holanda, no Processo movido pela Sociedade Gusto, de Amsterdam [1915]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty: (1913-1934)*. Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. p. 117.

BEVILAQUA, Clóvis. Competência da Justiça Brasileira no julgamento de causas em que o réu é um Estado estrangeiro [1923]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1913-1934). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2. p. 263.

BEVILAQUA, Clóvis. Direito público internacional: síntese dos princípios e a contribuição do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1939. t. 1.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BORNKAMM, Christoph. State Immunity against Claims Arising from War Crimes: The Judgement of the International Court of Justice in Jurisdictional Immunities of the State. In *German Law Journal*, v. 13, n. 6, 2012.

BOUCHEZ, Leo J. The nature and scope of State immunity from jurisdiction and execution. *Netherlands Yearbook of International Law*, v. 10, 1979.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Grupo de Trabalho Operação Condor. *Operação Condor e a Ditadura no Brasil*: análise de documentos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados. Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília: CNV, 2014. 3 v. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br; Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. *Decreto nº 1.126, de 29 de setembro de 1936*. Promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes às imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxelas, a 10 de abril de 1926, e seu Protocolo Adicional de 24 de maio de 1934. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 out. 1936. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1126-29-setembro-1936-450665-publicacaooriginal-76680-pe.html. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942*. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm.

BRASIL. *Decreto nº 10.719, de 4 de fevereiro de 1914*. Promulga as Convenções, firmadas pelos Plenipotenciários do Brasil na Segunda Conferência da Paz em 1907 na Haya. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d10719.html.

BRASIL. *Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929.* Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana. Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 15 ago. 1929. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945*. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Rio de janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm.

BRASIL. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm.

BRASIL. *Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957*. Promulga as Convenções concluídas em Genebra, a 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger as vítimas de guerra. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d42121.htm.

BRASIL. *Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm.

BRASIL. *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. Promulgação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm.

BRASIL. *Decreto nº 61.078, de 22 de dezembro de 1967*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d61078.htm.

BRASIL. *Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009*. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1561, de 2 de setembro de 1939*. Aprova as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942*. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.830-A, de 15 de outubro de 1942*. Subordina ao Ministério da Marinha as Colônias de Pesca. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-a-15-outubro-1942-414832-republicacao-1-pe.html.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.553, de 4 de janeiro de 1946*. Cria a Comissão de Reparações de Guerra e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8553-4-janeiro-1946-416502-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. Justiça Federal da 2ª Região (14ª Vara Federal do Rio de Janeiro). Processo nº 0016934-54.2006.4.02.5101. Autores: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e Outros. Réu: República Federal da Alemanha. Juiz: Júlio Emílio Abranches Mansur. 19 dez. 2007.

BRASIL. *Lei Constitucional nº 5, de 10 de março de 1942*. Emenda os arts. 122, 166 e 168 da Constituição. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-5-10-marco-1942-373577-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

BRASIL. *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art485.

BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Nota Circular n. 560/DJ/DPI/CJ*, de 14 de fevereiro de 1991. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). *ComexVis: Visualizações de Comércio Exterior – parceiros comerciais do Brasil e ranking bilateral Brasil–Alemanha*. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Manifestação da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário com Agravo 954.858 – RJ*. Procurador-Geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 13 de setembro de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312747048&ext=.pdf.

BRASIL. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, atualizado até a Emenda Regimental n. 58/2022*. Brasília: STF, [2025]. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoregimentointerno/anexo/ristf.pdf.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Ordinário nº 64 – SP – São Paulo.* Recorrente: Salomon Simon Frydman. Recorrido: República Federal da Alemanha. Frydman. Recorrido: República Federal da Alemanha. Elatora: Min. Nancy Andrighi, 23 de junho de 2008. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800033664&dt_publicacao=23/06/2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). *Recurso Ordinário nº 57 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrentes: Maria Thereza Fontella Goulart, João Vicente Fontella Goulart, Denise Fontella Goulart. Recorrido: Estados Unidos da América do Norte. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Relator para Acórdão: Min. Aldir Passarinho Júnior, 14 de setembro de 2009. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200700816394&dt_publicacao=14/09/2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 15 de outubro de 2014. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1352810&tipo=0&nreg=201200100780&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20141015&formato=PDF&salvar=false.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). *Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 21 de outubro de 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200100780&dt_publicacao=21/10/2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). *Recurso Ordinário nº 39/MG*. Recorrente: Jucelino Nóbrega da Luz. Recorrido: Estados Unidos da América. Relator: Min. Jorge Scartezzini. Brasília, 06 de outubro de 2005.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo de instrumento n. 36.493-2/DF*. Rel. Min. Pádua Ribeiro. 2ª Turma. Julgamento em 15 ago. 1994. Publicação: DJ de 19 set. 1994. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199300102427&dt_publicacao=19/09/1994. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo em Recurso Extraordinário no Recurso Extraordinário nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relatora: Min. Laurita Vaz, 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=DTXT&livre=%28%28+%40SEQ%3D%22129%22%29%29+E+%2214953+57476882%22.COD.&thesaurus=&p=true&operador=e.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Extraordinário nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relatora: Min. Laurita Vaz, 01 de fevereiro de 2016. p. 06 de 06 (decisão monocrática). Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=DTXT&livre=%28%28+%40SEQ%3D%22129%22%29%29+E+%2214932+56308565%22.COD.&thesaurus=&p=true&operador=e.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Ordinário nº 129 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venâncio da Costa e outros. Recorrido: República Federal

da Alemanha. Relator: Min. Marco Buzzi, 02 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/MON?seq=38325513&tipo=0&nreg=201200100780&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20140902&formato=PDF&salvar=false. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). *Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 139.671-8 Distrito Federal*. Agravante: Estados Unidos da América. Agravados: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Celso de Mello, 20 de junho de 1995. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=275004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). *Agravo no Recurso Extraordinário nº 222.368 – PE – Pernambuco*. Recorrido: Consulado Geral do Japão. Recorrido: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello, 14 de fevereiro de 2003. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Cível Ordinária nº 160*. Relator: Min. Aliomar Baleeiro. Brasília, 13 de maio de 1970.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Cível Originária nº 298*. Relator: Min. Soares Muñoz. Brasília, 14 de abril de 1982.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo de Instrumento n. 56.466/DF*. Relator: Min. Bilac Pinto. Julgamento em 1973. *Revista Trimestral de Jurisprudência*, Brasília, DF, v. 66, p. 727. Parecer do Ministério Público Federal por Francisco Rezek.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo de Petição n. 56.466, de 1973*. Parecer do Procurador da República Francisco Rezek, p. 153.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo de Petição n. 56.466/DF*. Rel. Min Bilac Pinto, Pleno, unânime, audiência de publicação, 19.09.1973.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental na Ação Cível Originária 543-4 SP – São Paulo*. Agravante: União. Agravada: República da Coreia. Relator: Min. Sepúlveda Pertence, 30 de agosto de 2006. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=392108.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 222.368-4 – PE – Pernambuco*. Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello, 30 de abril de 2002. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=331821.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9.682*. Relator: Min. Rodrigues Alckmin. Brasília, 3 de dezembro de 1975.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9.684*. Relator: Min. Rafael Mayer. Brasília, 1 de fevereiro de 1983.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9.687*. Relator: Min. Djaci Falcão. Brasília, 15 de agosto de 1984.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9.695*. Relator: Min. Oscar Corrêa. Brasília, 21 de maio de 1987.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Apelação Cível nº 9696 – SP – São Paulo*. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Democrática Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches, 12 de outubro de 1990. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Conflito de Jurisdição nº 6.182*. Relator: Min. Cordeiro Guerra. Brasília, 26 de setembro de 1979.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro. Embargante*: Ministério Público Federal. Interpelados: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros; República Federal da Alemanha; União. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954686&ext=.pdf.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Agravo Regimental na Ação Cível Originária nº 543/SP*. Agravante: União. Agravada: República da Coreia. Relator: Min. Sepúlveda Pertence. Brasília, 30 ago. 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Reclamação 11.243 República Italiana*. Reclamante: República Italiana. Reclamado: Presidente da República. Interpelado: Cesare Batisti. Relator: Min. Gilmar Mendes, 08 de junho de 2011. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1495257.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de agosto de 2021. p. 43 de 106 (voto vogal – min. Gilmar Mendes). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347973404&ext=.pdf.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 67.544. Requerente: Elza Jakab. Requerido: Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias. Relator: Min. Luiz Gallotti. São Paulo, 1970.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 94.084*. Relator: Min. Aldir Passarinho. Brasília, 12 de março de 1986.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 94.084-7 – DF – Distrito Federal*. Recorrente: Estados Unidos da América. Recorrida: Christina Mafalda Rodrigues Nogueira. Relator: Min. Aldir Passarinho, 12 de março de 1986. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=187566.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento 791.292 – PE – Pernambuco*. Agravante: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo. Agravado: Fernando Soares de Lima. Relator: Min. Gilmar Mendes, 23 de junho de 2010.

Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=613496.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Recorrente: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Recorrido: República Federal da Alemanha. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de maio de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311860685&ext=.pdf.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 748.371 – MT – Mato Grosso*. Recorrente: Banco Volkswagen S/A. Recorrido: Eliane Xavier. Relator: Min. Gilmar Mendes, 06 de junho de 2013. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4237636.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 1.034.840 – DF – Distrito Federal*. Recorrente: União. Recorrido: Cristiano Paes de Castro. Relator: Min. Luiz Fux, 01 de junho de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Segundos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 954.858 – RJ – Rio de Janeiro*. Embargante: União. Interpelado: República Federal da Alemanha. Interpelado: Karla Christina Azeredo Venancio da Costa e Outros. Relator: Min. Edson Fachin, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352954687&ext=.pdf.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Cível). *Apelação/Remessa Necessária 0700514-17.2022.8.07.0018*. Apelante: Distrito Federal. Apelado: Amaro Fashion LTDA. Relatora: Carmen Bittencourt, 30 de setembro de 2022. Disponível em: https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1619085.

BRASIL. Tribunal Marítimo. *Processo nº 812/1943*. Barco Pesqueiro Changri-lá. Naufrágio de barco de pesca, com a perda total da embarcação e a morte de dez tripulantes. Ataque pela artilharia do submarino alemão U-199, durante a 2º Guerra Mundial. Juiz-Presidente: Waldemar Nicolau Canellas Júnior. Juiz Relator: Marcelo David Gonçalves, 31 de julho de 2001. Disponível em: https://tm-jurisprudencia.marinha.mil.br/solr/anuarios/812.pdf.

BRÖHMER, Jürgen. State immunity and the violation of human rights. The Hague: Kluwer Law International, 1997. *International studies in human rights*, v. 47.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Tradução de Maria Manuela Farrajota et al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BORJA, Letícia Lopes. *Imunidade de jurisdição:* costume internacional ou princípio geral de direito? Perspectivas e controvérsias na atividade classificatória dos tribunais superiores

brasileiros. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2025.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. Ação trabalhista. Recusa da Embaixada da República Federal da Alemanha em aceitar intimação da Justiça do Trabalho. Afirmação de que pretensões contra outro Estado devem ser apresentadas na sede do Governo do mesmo Estado. Parecer (1999). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1903-1912). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 1.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1913-1934). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 2.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1952-1960). Brasília: Senado Federal, 2001. v. 5.

CALABRIA, Mario. O problema das reparações de guerra. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 88–114, jan./jun. 1947.

CALÓGERO, Guilherme; NOGUEIRA, Paulo Roberto de. *Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)***.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CAMPOS, Natália Tavares. *Em nome da política: Hannah Arendt e a condição humana da pluralidade*. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

CANADÁ. *State Immunity Act 1982*. 1982. Ottawa: Government of Canada.

CANADÁ. Supreme Court. *Kazemi Estate v. Islamic Republic of Iran*. 2014 SCC 62. Relator: Min. Louis LeBel. Ottawa, 10 de outubro de 2014.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A questão da imunidade de jurisdição do agente diplomático em matéria trabalhista. Parecer (1986). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. VIII (1985-1990). Brasília: Senado Federal/FUNAG, 2004. p. 254.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade. In: *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening),* Judgment, I.C.J. Reports 2012, p. 179-290.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O Foreign States Immunities Act 1985 da Austrália, as tendências recentes e a questão da reciprocidade no domínio das imunidades do Estado. Parecer (1986). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos*

*Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. VIII (1985-1990). Brasília: Senado Federal/FUNAG, 2004. p. 274.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Princípios do direito internacional contemporâneo*. Brasília: FUNAG, 2017. 2ª ed. p. 450. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/principios-do-direito-internacional-2017.pdf.

CAPLAN, Lee. *State Immunity, Human Rights, and Jus Cogens*: A Critique of the Normative Hierarchy Theory. The American Journal of International Law, Washington DC, v. 97, n. 4, p. 741-781, out. 2003.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). *Dossiê ABRASCO*: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.

CASSESE, Antonio. *International Law.* New York: Oxford Press, 2005.

CHANCE, Clifford; DICKINSON, Andrew. *State immunity*: selected materials and commentary. Oxford University Press 2004.

CHILE. *Decreto n.º 304, de 3 de março de 1936*. Santiago: Ministerio de Relaciones Exteriores y Comercio, 1936. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=400741. Acesso em: 15 fev. 2026. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção de Direito Internacional Privado (Código Bustamante). Havana, 20 fev. 1928.

COGAN, Jacob Katz. A history of international law in the vernacular. *Journal of the History of International Law*, forthcoming 2020. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=3635008.

COLLIARD, C. A. Case note on Socobelge. *Revue critique de droit international privé*, v. 41, 1952.

COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO (CJI). *Inmunidades de Jurisdicción de los Estados: Alcance y Vigencia (Esquema Preliminar)*. Relator: Carlos Mata Prates. CJI/doc.480/15 rev.1. 87.º Período Ordinário de Sessões, Rio de Janeiro, 3-12 ago. 2015. Washington, D.C.: OEA, 2015. §§ 24, 29, 31, 33-35. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/cji/docs/cji-doc_480-15_rev1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

CONDORELLI, Luigi; SBOLCI, Lorenzo. Measures of execution against the property of foreign States: the law and practice in Italy. *Netherlands Yearbook of International Law*, v. 10, p. 197–231, 1979.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. *Lawsuits Against State Supporters of Terrorism:* An Overview. RS22094. Washington, D.C.: CRS, 2008.

CONFORTI, Benedetto. The Judgment of the International Court of Justice on the Immunity of Foreign States: a missed opportunity. In *The Italian Yearbook of International Law*, v. XXI (2011), 2012.

CONSELHO DA EUROPA. *European Convention on State Immunity*. Basileia, 16 maio 1972. European Treaty Series, n. 74. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1. Acesso em: 12 fev. 2026.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Case of Al-Adsani v. The United Kingdom*. Application n. 35763/97. Judgment of 21 November 2001. *International Law Reports*, v. 123, p. 24-53, 2001. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-59885. Acesso em: 13 set. 2025.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Case of Jones and Others v. The United Kingdom*. Applications nos. 34356/06 and 40528/06. Judgment of 14 January 2014. Estrasburgo: ECHR, 2014. Voto dissidente da Juíza Kalaydjieva. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre?i=001-140005. Acesso em: 5 abr. 2026.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Kalogeropoulou and Others v. Greece and Germany*. Requerimentos nº 59013/00 e 61403/00. Decisão de inadmissibilidade de 12 de dezembro de 2002. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-23539. Acesso em: 5 abr. 2026.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Estatuto da Corte Internacional de Justiça*, art. 38(1)(d). Haia: CIJ, 1945. Disponível em: https://www.icj-cij.org/en/statute. Acesso em: 19 mar. 2026.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Counter-Memorial of Italy of 22 December 2009*. Haia: CIJ, 2012. p. 65-67. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/16648.pdf.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. J*urisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Judgment of 3 February 2012*. Haia: CIJ, 2012. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-00-EN.pdf

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Order of 6 July 2010, Counter-Claim*. Haia: CIJ, 2012. Disponível em: https://www.icj-cij.org/files/case-related/143/143-20100706-ORD-01-00-EN.pdf.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening) – Dissenting Opinion of Judge Cançado Trindade*. Haia: CIJ, 2012. p. 133. Disponível em: https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/143/143-20120203-JUD-01-04-EN.pdf.

COSENZA, Apoena Canuto. A Sociedade Geográfica Italiana e seu papel no projeto colonialista para a África, entre 1870 a 1889: uma introdução à análise quantitativa. *Sankofa*: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 74-98, dez. 2013.

COSTA, Evandro F. Pensamento, memória e moralidade em Hannah Arendt: do desafio de compreender o que acontece à exigência de assumir um lugar no mundo. *Cajuína: Revista de Filosofia do IFPI*, Teresina, v. 8, n. 2, p. 1-23, 2023. ISSN 2448-0916.

COSTELLOE, Daniel. Conceptions of State Jurisdiction in the Jurisprudence of the International Court of Justice and the Permanent Court of International Justice. In: ALLEN, Stephen et al. (ed.). *The Oxford Handbook of Jurisdiction in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 455-480. DOI: 10.1093/law/9780198786146.003.0019.

COUNCIL OF EUROPE. *European Convention on State Immunity (CETS nº 74)*. Basileia, 1972. Disponível em: https://rm.coe.int/16800730b1.

DALLARI, Paulo Massi. *Evolução do tratamento da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.* 2005. Trabalho de conclusão de curso (Escola de Formação) – Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2005.

DALBY, Simon; Ó TUATHAIL, Gearóid (Orgs.). *Rethinking geopolitics*. London: Routledge, 1998.

DARCY, James. Empréstimo externo de São Paulo. Ação movida contra o Estado nos tribunais de Nova York [1937]. In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1935-1945). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 3.

DE SENA, Pasquale; DE VITTOR Francesca. State Immunity and Human Rights: The Italian Supreme Court Decision on the Ferrini Case. *The European Journal of International Law*, v. 16, n. 1, 2005.

DELLA SALA, Vincent. *The empire that never was*: Italy's lingering imperialism? Valdai Club, 23 maio 2021. Disponível em: https://valdaiclub.com/a/highlights/the-empire-that-never-was-italy/?sphrase_id=1814620. Acesso em: 16 out. 2025.

DENZA, Eileen. *Diplomatic Law:* Commentaries on the Vienna Convention on Diplomatic Relations. 4. ed. New York: Oxford University Press.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

DONNER, Ruth. The Tate Letter Revisited. *Willamete Journal of International Law and Dispute Resolution,* v. 9, n. 1, 2001.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DESTROOPER, Tine. Localization "Light": The Travel and Transformation of Nonempowering Human Rights Norms. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (ed.). *Human Rights Transformation in Practice*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018. p. 208-228.

DESTROOPER, Tine. On Travel, Translation, and Transformation. In: DESTROOPER, Tine; MERRY, Sally Engle (eds.). *Human rights transformation in practice*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

DWORKIN, Ronald. The model of rules. *University of Chicago Law Review*, Chicago, v. 35, n. 1, p. 14-46, 1967.

ESPÓSITO, Carlos. Jus Cogens and Jurisdictional Immunities of States at the International Court of Justice: 'a conflict does exist'. In *The Italian Yearbook of International Law*, v. XXI, 2012.

ESPOSITO, Tomaz. As posições paraguaias sobre as renegociações do Anexo C do Tratado de Itaipu (2023): uma visão divergente, crítica e brasileira. *Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-29, 2023. DOI: 10.12957/neiba.2023.74790. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/download/74790/48599/295013. Acesso em: 08 jan. 2026.

ESTADOS UNIDOS. 28 U.S.C. § 1603 – Definitions. In: *United States Code*, Title 28 – Judiciary and Judicial Procedure. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/uscode/text/28/1603. Acesso em: 15 fev. 2026.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Court of Appeals, Ninth Circuit. *Helen Liu v. The Republic of China*. 892 F.2d 1419 (9th Cir. 1989). n.º 87-2976. Decidido em 29 de dezembro de 1989. Juízes Hug, Tang e Boochever.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States District Court for the District of Columbia. *Deborah D. Peterson et al. v. Islamic Republic of Iran et al*. (Peterson I). 264 F. Supp. 2d 46 (D.D.C. 2003). Civil Actions n.º 01-2094 e 01-2684 (RCL). Juiz Royce C. Lamberth.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States District Court for the District of Columbia. *Estate of Michael Heiser et al. v. Islamic Republic of Iran et al*. 466 F. Supp. 2d 229 (D.D.C. 2006). Civil Actions n.º 02-cv-01283 e outros consolidados. 21 dez. 2006. Juiz Royce C. Lamberth.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States District Court for the District of Columbia. *Isabel Morel de Letelier et al. v. The Republic of Chile et al*. 488 F. Supp. 665 (D.D.C. 1980). Civil Action n.º 78-1477. 11 mar. 1980. Juíza Joyce Hens Green.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Foreign Sovereign Immunities Act. Public Law* 94-583, 90 Stat. 2891, de 21 de outubro de 1976. Codificado em 28 U.S.C. §§ 1602-1611. In: UNITED STATES CODE. Title 28 — Judiciary and Judicial Procedure, § 1605(a)(5). Washington, D.C.: Office of the Law Revision Counsel, 2024. Disponível em: https://uscode.house.gov/view.xhtml?req=(title:28+section:1605+edition:prelim). Acesso em: 5 abr. 2026.

FELICIANO, F. P. *The doctrine of sovereign immunity from suit in a developing and liberalizing economy*: Philippine experience and caselaw. Austrian Review of International and European Law, v. 3, 1998.

FERNANDES, Camila Vicenci**.** *Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro:* novos desafios em relação às violações de direitos humanos. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, abr. 2010. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/ecos/a/Bp4t7wsbQfqPV4gZSwv4m4v/?lang=pt**. Acesso em: 15 set. 2025.

FLECK, Dieter (ed.). *The Handbook of International Humanitarian Law*. Oxford: Oxford University Press, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1093/law/9780198847960.001.0001.

FONTENELE, Elba Marina Álvarez. A imunidade de jurisdição no âmbito das relações trabalhistas. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região*, Fortaleza, v. 30, n. 30, p. 91-108, jan./dez. 2009. p

FONTOURA, João Neves da. *A Serviço do Itamaraty*. Ministério das Relações Exteriores: Serviço de Publicações.

FONTOURA, João Neves da. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris.* Ministério das Relações Exteriores: Serviço de Publicações.

FOX, Hazel; WEBB, Philippa. *The law of state immunity*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013.

FRANÇA. Tribunal de Comércio de Marselha. Roumanie v. Pascalet. 12 fev. 1924. *Annual Digest and Report of Public International Law Cases,* v. 2 (1923–1924), p. 132.

FRANCE. Conseil d'État. *L'Affaire du Département des chemins de fer*. Sirey, 1905, I, p. 166. 1905.

FRANCE. Cour de cassation. *Gouvernement espagnol c. Casaux*. Sirey, 1849, I, p. 81. 1849.

FRANCE. Cour de cassation. *Hanukiew c. Ministre de l'Afghanistan (Paris)*, 23 jan. 1933. Annual Digest of Public International Law Cases, 1933–1934, case no. 66.

FRANCE. Cour de cassation. *Laurans c. Gouvernement du Maroc*. Sirey, 1934, I, p. 171. 1934.

FRANCO FILHO, Georgenor de Souza (coordenador). Direito do trabalho e a nova ordem constitucional. São Paulo: LTr, 1991. 219 p. p. 34-35.

FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da Vida Cotidiana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

GARCIA, Márcio. Imunidade do Estado: Quem disse que o Rei não Erra? In: GARCIA, Márcio; MADRU-GA FILHO, Antenor Pereira (coord.). *A Imunidade de Jurisdição e o Judiciário Brasileiro*. Brasília: CEDI, 2002. p. 83-104.

GALINDO, George Rodigo Bandeira. Gilmar Mendes: O juiz constitucional, o direito e as relações internacionais. *Consultor Jurídico*, 25 jun. 2023. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-jun-25/george-galindo-juiz-constitucional-relacoes-internacionais/

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Imunidade de jurisdição dos Estados e Poder Executivo Brasileiro: os pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 163-192, 2021. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/7274.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. Martti Koskenniemi and the historiographical turn in international law. *European Journal of International Law*, Firenze, v. 16, n. 03, p. 541, 2005. Disponível em: http://www.ejil.org/pdfs/16/3/308.pdf.

GARBINI, Vanessa Gischkow. *O afastamento da imunidade jurisdicional de Estado em casos de violações de direitos humanos*: um estudo à luz da teoria do diálogo das fontes. 2019. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto. Editora, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335893373_Cronologia_das_Relacoes_Internacionais_do_Brasil.

GARCIA, Márcio e MADRUGA FILHO, Antenor Pereira (coord.). *A Imunidade de Jurisdição e o Judiciário Brasileiro.* Brasília: CEDI, 2002.

GERMANY. Federal Ministry for Foreign Affairs. *Staatenimmunität in der Praxis. Zeitschrift für öffentliches Recht,* v. 73, n. 1, p. 137–170, 2018. DOI: 10.33196/zoer20180101370.

GERMANY. Federal Statistical Office (Destatis). *Country profile: Brazil*. Wiesbaden: Destatis, 2024. Disponível em: https://www.destatis.de/EN/Themes/Countries-Regions/International-Statistics/Country-Profiles/brazil.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

GERMANY. Reichsgericht. *German Immunities Case*. Annual Digest of Public International Law Cases, 1935, p. 155–157, 1935.

GERMANY. Reichsgericht. *Polish Loan Bank Case*. Annual Digest of Public International Law Cases, 1921, p. 116. 1921.

GERMANY. Reichsgericht. *The Ice King*. Annual Digest of Public International Law Cases, 1921–1922, p. 150–152, 1921.

GLENDON, Mary Ann. *Rights talk*: the impoverishment of political discourse. New York: Free Press, 1991.

GOMES FILHO, Elísio. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 02, n.º 03, p. 56-71, junho de 2006. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/206.

GOODALE, Mark; MERRY, Sally Engle (orgs.). *The practice of human rights*: tracking law between the local and the global. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. *A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos.* 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GRAGL, Paul. Jurisdictional immunities of the State in international law. In: ALLEN, Stephen; et al. (ed.). *The Oxford handbook of jurisdiction in international law*. Oxford: Oxford University Press, 2019. Online ed. (4 out. 2019). p. 242.

GRANT, Tom. Article 5. In: O'KEEFE, Roger; TAMS, Christian (Eds.). *The United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property:* a commentary. Oxford: Oxford, 2013. 465p.

GRÉCIA. Areios Pagos (Supremo Tribunal de Cassação). *Prefecture of Voiotia and Others v. Federal Republic of Germany*. Acórdão n.º 11/2000, de 4 de maio de 2000. International Law Reports, v. 129, p. 514, 2007.

GRÉCIA. *Código de Processo Civil [Astikos Dikimastikos Kodikas]*. Lei n.º 4335/2015. Atenas: Governo Helênico, 2015.

GRÉCIA. Special Supreme Court (Anotato Eidiko Dikastirio). *Margellos and Others v. Federal Republic of Germany*. Acórdão n.º 6/2002, de 17 de setembro de 2002. International Law Reports, v. 129, p. 525.

GREEK LAW DIGEST. *Enforcement of domestic judgments in civil and commercial matters*. 2019. Disponível em: http://www.greeklawdigest.gr/topics/judicial-system/item/210-enforcement-of-domestic-judgments-in-civil-and-commercial-matters. Acesso em: 10 jan. 2026.

GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

HALL, Stephen (2022). Natural Law, Human Rights, and Jus Cogens. In: ANGIER, Tom; BENSON, Iain T.; RETTER, Mark D. (Org.), *The Cambridge Handbook of Natural Law and Human Rights*, Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 338-352.

HALL, William Edward. A treatise on the foreign powers and jurisdiction of the British Crown. Oxford: Clarendon Press, 1894.

HARE, Richard Mervyn. *Freedom and Reason*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

HARE, Richard Mervyn. *Moral Thinking: Its Levels, Method, and Point*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS; CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, *Mantendo a paz no Haiti? Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu mandato como parâmetro de sucesso*, Cambridge/Rio de Janeiro/São Paulo, Harvard Law School/Centro de Justiça Global, mar. 2005

HELLER, Kevin Jon. Specially-Affected States and the Formation of Custom. *American Journal of International Law*, v. 112, n. 2, p. 191-243, 2018. p. 192. Disponível

em:https://cari.org.ar/archivo_historico_digital/pdf/Heller_Speciallyaffected_states_and_the_formation_of_custom_2018.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*: 1875-1914. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 588 p.

HONORATO, Felipe Antonio; JÚNIOR, Paulo Cesar de A. P. Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica. *África(s)*, Salvador, v. 7, n. 13, p. 243-256, 2020.

HSU, Richard Tien-Shi. The invalidity of the default judgment in Jackson v. People's Republic of China. *Virginia Journal of International Law*, v. 23, 1983.

ITÁLIA. *Costituzione della Repubblica Italiana*. Promulgada em 27 dez. 1947. Disponível em: https://www.quirinale.it/allegati_statici/costituzione/costituzione.pdf. Acesso em: 5 mar. 2026.

ITALIA. *Corte Costituzionale*. Sentenza n. 238/2014. Roma, 22 out. 2014. Disponível em: https://www.cortecostituzionale.it/actionSchedaPronuncia.do?anno=2014&numero=238. Acesso em: 10 jan. 2026.

ITALIA. Corte d'Appello di Genova. *Sentenza, 7 maggio* 1994.

ITÁLIA. Corte de Cassação. *Guttieres v. Elmilik*, 1886. In: Annual Digest of Public International Law Cases, 1886.

ITALIA. Corte di Cassazione. Cass., Sez. Unite*, sentenza n. 7076*, 25 nov. 1983.

ITALIA. Corte di Cassazione. *Sentenza n. 1001*, 29 apr. 1961.

ITALIA. Corte di Cassazione. *Sentenza n. 2830*, 5 dic. 1966.

ITALIA. Corte di Cassazione. *Sentenza n. 6171*, 15 lug. 1987.

ITALIA. Corte di Cassazione. *Sentenza n. 10294*, 18 ott. 1993.

ITALIA. Corte di Cassazione, *Sez. Un. Ordinanza n. 11225*, 27 mag. 2005.

ITÁLIA. Corte di Cassazione (Sezioni Unite Civili). Ferrini v. Repubblica Federale di Germania. *Sentença n.º 5044*, de 6 de novembro de 2003, depositada em 11 de março de 2004. Rivista di diritto internazionale, v. 87, p. 539, 2004.

*ITALIA*. *Legge n. 79/2022*. Conversione del decreto-legge 30 aprile 2022, n. 36. *Gazzetta Ufficiale*, Roma, 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:2022-06-29;79. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (Brasil). *O Catalina no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2015. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_catalina.pdf.

JAMSHIDI, Maryam. The political economy of foreign sovereign immunity. *Hastings Law Journal*, v. 73, n. 3, p. 585-666, 2022.

JAPÃO. Declarações do Secretário-Chefe do Gabinete Katsunobu Kato, 8 jan. 2021. apud *CBS NEWS.* South Korean court orders Japan to pay "comfort women," WWII sex slave reparations. 8 jan. 2021. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/comfort-women-korea-japan-court-order-wwii-sex-slave-reparations/. Acesso em: 5 abr. 2026.

JAPÃO. Suprema Corte do Japão. *Tokyo Sanyo Trading Co. Ltd. e Tokyo Sanyo Boeki K.K. v. República Islâmica do Paquistão*. 60 Minshū 2542, 21 jul. 2006.

JOUANNET, Emmanuelle. Koskenniemi: A Critical Introduction. *In*: KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart Publishing, 2011.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KARAGIANNAKIS, Magdalini. State Immunity and Fundamental Human Rights. *Leiden Journal of International Law*, Holanda, v. 11, p. 9-43, 1998.

KENNEDY, Duncan. The critique of rights in critical legal studies. In: BROWN, Wendy; HALLEY, Janet (ed.). *Left legalism / left critique*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 178-227.

KIM, Young. Korea's Court Denies Japan's State Immunity Again**.** *The Asia-Pacific Journal: Japan Focus*, v. 22, n. 1, n. 2, 12 jan. 2024. Disponível em: https://apjjf.org/2024/1/kim. Acesso em: 25 fev. 2026.

KOSKENNIEMI, Martti. *From apology to utopia: the structure of international legal argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KOSKENNIEMI, Martti. International law as political theology: how to read Nomos der Erde? *Constellations*, v. 11, n. 4, p. 492-511, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1351-0487.2004.00391.x. Acesso em: 04 jun. 2025.

KOSKENNIEMI, Martti; KENNEDY, David. *Of Law and the World*: Critical Conversations on Power. Chicago: University of Chicago Press, 2023.

KOSKENNIEMI, Martti. Rights, History, Critique. *In*: ETINSON, Adam (ed.). *Human rights*: moral or political? Oxford: Oxford University Press, 2018.

KOSKENNIEMI, Martti. *The Gentle Civilizer of Nations*: The Rise and Fall of International Law 1870-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KOSKENNIEMI, Martti. The Politics of International Law. *European Journal of International Law*, v. 1, n. 1, p. 4-32, 1990.

KOSKENNIEMI, Martti. *The Politics of International Law*. Londres: Hart Publishing, 2011.

KWIECIEŃ, Roman. Geopolitics and international law. Tradução de Ewa Pałka. In: KLOCZKOWSKI, Jacek (ed.). *Geopolitics*. Kraków: Ignatianum University Press, 2021. p. 113–130. Disponível em: https://ruj.uj.edu.pl/entities/publication/b44ff1b3-d988-4209-a319-69b52f673183. Acesso em: 02 jun. 2025.

LALIVE, Jean-Flavien. L'immunité de juridiction des États et des organisations internationales. *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, t. 84 (1953-III), p. 215.

LENZ, Maria Heloisa. A Buenos Aires do final do século XIX. *Revista Fênix*, Uberlândia, v. 6, ano VI, n. 4, out./nov./dez. 2009. Disponível em: **https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/download/372/353/740**. Acesso em: 15 set. 2025.

LENZ, Maria Heloisa. A crise argentina de 1890: dívida e instabilidade externa. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p. 173-198, mar. 2010. Disponível em: **https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/11875**. Acesso em: 15 set. 2025.

LENZ, Maria Heloisa. *A ligação especial da Argentina com a Grã-Bretanha no século XIX*. Texto para Discussão, Porto Alegre, UFRGS/FCE, n. 14, 2005. Disponível em: **https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/02/TD14_2005_lenz.pdf**. Acesso em: 15 set. 2025.

LENZ, Maria Heloisa. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 163-186, jan./jun. 2006. Disponível em: **https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/614/07_Lenz.pdf**. Acesso em: 15 set. 2025.

LEVITT, Peggy; MERRY, Sally Engle. Vernacularization on the ground: local uses of global women's rights in Peru, China, India and the United States. *Global Networks*, Oxford, v. 9, n. 4, p. 441–461, 2009.

LIND, Jennifer M. *Sorry States: Apologies in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

MADRUGA FILHO, Antenor. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição.* Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

McSHERRY, J. *Patrice. Predatory States*: Operation Condor and Covert War in Latin America. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

MELBER, Henning. *Colonialism, genocide and reparations:* the German–Namibian case. Development and Change, 2022. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dech.12840.

MERRY, Sally Engle. *Human rights and gender violence*: translating international law into local justice. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

MERRY, Sally Engle; LEVITT, Peggy. The vernacularization of women's human rights. In: GOODALE, Mark; MERRY, Sally Engle (Org.). *The practice of human rights: tracking law between the global and the local*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MERRY, Sally Engle. Transnational human rights and local activism: mapping the middle. *American Anthropologist*, v. 108, n. 1, p. 38-51, mar. 2006.

MERRY, Sally Engle. Vernacularization on the ground: local uses of global women's rights in Peru, China, India, and the United States. *Global Networks*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 441-461, 2009.

MOLL, Leandro de Oliveira. *Imunidades internacionais*: tribunais nacionais ante a realidade das organizações internacionais. Brasília: FUNAG, 2010.

MORENO, Isidoro Ruiz. *El derecho internacional público ante la Corte Suprema*. Buenos Aires: Instituto Argentino de Derecho Internacional; Imprenta de la Universidad, 1941.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência:* a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950)*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal de Direitos Humanos*. Nova Iorque: Nações Unidas, 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf.

NAÇÕES UNIDAS. International Law Commission. Draft articles on jurisdictional immunities of States and their property, with commentaries *(1991)*. In: *Yearbook of the International Law Commission*, 1991, v. II, Parte Two. New York: United Nations, 1993. p. 44–46. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

NAÇÕES UNIDAS**.** *Status da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e seus Bens*. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=III-13&chapter=3&clang=_en. Acesso em: 5 abr. 2026.

NASCIMENTO, Rebeca. O Destino de Changri-lá: o filme que vai contar o passado de Arraial, no RJ. *G1*, Região dos Lagos, 30 jan. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/01/o-destino-de-changri-la-o-filme-que-vai-contar-o-passado-de-arraial-no-rj.html.

NASCIMENTO, Rebeca; CICCO, Anna Paula Di. O Destino de Changri-lá: resgatando uma história da Segunda Guerra. *G1*, Região dos Lagos, 06 fev. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/02/o-destino-de-changri-la-resgatando-uma-historia-da-segunda-guerra.html.

NASCIMENTO, Rebeca; CICCO, Anna Paula Di. O Destino de Changri-lá: o passado relembrado pelos descendentes. *G1*, Região dos Lagos, 13 fev. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/02/o-destino-de-changri-la-o-passado-relembrado-pelos-descendentes.html.

NASCIMENTO, Rebeca; CICCO, Anna Paula Di. O Destino de Changri-lá: a tecnologia que resgata e recria memórias. *G1*, Região dos Lagos, 27 fev. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/02/o-destino-de-changri-la-tecnologia-que-resgata-e-recria-memorias.html.

NASCIMENTO, Rebeca; MARQUES, Ariane. O Destino de Changri-lá: a fase final da produção que começou há 14 anos. *G1*, Região dos Lagos, 06 mar. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/03/o-destino-de-changri-la-fase-final-da-producao-que-comecou-ha-14-anos.html.

NETO, Julio Soares de Moura; MIRANDA, Marcos Nunes de; CORREIA, Luiz Augusto. *80 anos do Tribunal Marítimo*. Rio de Janeiro, 2014.

OELLERS-FRAHM, Karin. A never-ending story: The International Court of Justice and the legal consequences of the separation of the Chagos Archipelago from Mauritius in 1965. *German Law Journal*, Cambridge, v. 21, n. 7, p. 1099-1106, set. 2020. DOI: 10.1017/glj.2020.84. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/A-Never-Ending-Story. Acesso em: 08 jan. 2026.

OLIVEIRA, A. C. de; SANTOS, V. C. dos. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Revista de Estudos em Relações Internacionais*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/RDnBBGSDCQHczJ4XRzpx9nL/?lang=pt. Acesso em: 08 jan. 2026.

ORAKHELASHVILI, Alexander. International Law and Geopolotics: one object, conflicting legitimacies? *Netherlands Yearbook of International Law*, 39, p 155-204, 2008. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0167676808001554. Acesso em 04 jun. 2025.

ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.). *Research Handbook on Jurisdiction and Immunities in International Law.* Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. 529 p. ISBN 9781783472178. DOI: 10.4337/9781783472185.

ORFORD, Anne. Regional orders, geopolitics, and the future of international law. *Current Legal Problems*, London, v. 74, n. 1, p. 149–194, 2021. Disponível em: https://academic.oup.com/clp/article/74/1/149/6386394. Acesso em: 4 jun. 2025.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. *Inter-American Draft Convention on Jurisdictional Immunity of States (1983)*. ILM, v. 22, n. 2, p. 292-297, 1983.

Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. London: Routledge, 1996.

Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Orgs.)**.** *The geopolitics reader*. London: Routledge, 1998.

ÖZDAN, Selman. The human rights challenge to immunity in international law. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. ISBN 978-3-030-92922-0. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-030-92923-7.

PAL, Maïa. *Jurisdictional accumulation: an early modern history of law, empires, and capital*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

PALAU, Tomás; CABELLO, Daniel; MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. *Los refugiados del modelo agroexportador*: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE-IS, 2007.

PAQUISTÃO. *State Immunity Ordinance 1981*. 1981. Islamabad: Government of Pakistan.

PAVONI, Ricardo. An American Anomaly? On the ICJ's Selective Reading of United States Practice in Jurisdictional Immunities of the State. In *The Italian Yearbook of International Law*, v. XXI (2011), 2012.

PEDREIRA, Pinho. A concepção relativista das imunidades de jurisdição e execução do Estado estrangeiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 35, n. 140, p. 227-236, out./dez. 1998. p. 229.

PEREIRA, Anthony W. *Political (In)Justice*: Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PLUTARCO. Vidas paralelas: Alexandre e César; Pirro e Mário. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edipro, 2015.

POCOCK, John G. A. Law, sovereignty and history in a divided culture: the case of New Zealand and the treaty of Waintangi. *McGill Law Jounal*, Québec, v. 43, n. 3, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1017/CBO9780511614873.015.

POLÔNIA. Natoniewski v. República Federal da Alemanha. *Sąd Najwyższy*, IV CSK 465/09, 29 out. 2010. Disponível em: https://pl.vlex.com/vid/natoniewski-v-federal-republic-868584234. Acesso em: 15 fev. 2026.

RANDERIA, Shalini. Glocalization of Law: Environmental Justice, World Bank, NGOs and the Cunning State in India. *Current Sociology*, v. 51, n. 3-4, p. 305-328, maio/jul. 2003.

RANGEL, Vicente Marotta. A tramitação do Projeto de Lei nº 974/88 sobre cumprimento de legislação trabalhista pelas representações diplomáticas e consulares estrangeiras. Alteração por ele sofrida. Propósito do projeto. Possibilidade de equívocos. Eventual vício de inconstitucionalidade. Parecer (1991). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 95.

RANGEL, Vicente Marotta. Imunidade jurisdicional dos Estados e sua propriedade. Relevância e atualidade do tema. Comentários sobre o Projeto de Artigos C.D.I. Pontos positivos e

negativos. Da conveniência ou não da convocação de Conferência Internacional. Parecer (1992). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 129.

RANGEL, Vicente Marotta. Questões trabalhistas relativas a funcionários do Sistema das Nações Unidas. O artigo 114 da Constituição Federal. Distinção entre "entes de direito público externo" e as imunidades de jurisdição que lhes sejam pertinentes. Alcance da Nota Circular 560. Parecer (1991). In: CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. v. IX (1990-2000). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 67.

RAPOSO, Rodrigo Otávio Bastos Silva**.** *Imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro em face de violações graves do direito internacional.* 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RÊGO BARROS, Sebastião do. Imunidade de Jurisdição. Notificação da 2ª Junta de Conciliação do Distrito Federal à Embaixada dos Estados Unidos da América [1944]. In: CACHAPUZ DE ME-DEIROS, Antônio Paulo (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*: (1935-1945). Brasília: Senado Federal, 2000. v. 3.

REINO UNIDO. *Judicial Committee of the Privy Council*. THE PHILIPPINE ADMIRAL (Owners) v. Wallem Shipping (Hong Kong) Ltd. (1976). *Appeal Cases*, London, p. 373.

REINO UNIDO. House of Lords. *Regina v. Bow Street Metropolitan Stipendiary Magistrate and Others, ex parte Pinochet Ugarte* (No. 3). 1 AC 147; 2 WLR 827. Julgamento: 24 mar. 1999. Lords Browne-Wilkinson, Hope, Hutton, Saville, Millett e Phillips (maioria de 6 a 1).

REINO UNIDO. *STATE IMMUNITY ACT 1978*. 1978. c. 33. London: Her Majesty's Stationery Office (HMSO).

REINO UNIDO. *Court of Appeal*. TRENDTEX TRADING CORPORATION v. CENTRAL BANK OF NIGERIA (1977). *Queen's Bench Reports*, London, p. 529.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*. São Paulo: Versal Editores, 2017.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo: Boitempo, 2022.

RUY, Tom; ANGELET, Nicolas; FERRO, Luca (eds.). *The Cambridge Handbook of Immunities and International Law.* Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
SABADELL, Ana Lucia. Reflexões sobre a metodologia na história do direito. *Cadernos de Direito*, v. 2, n. 4, 2003. Disponível em: http://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v2n4p25-39.

SANTOS, Gabriella Coelho. *América Latina perante as decisões com efeitos extraterritoriais da suprema corte estadunidense (1903-2017)*. 2021. 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SARMIENTO LAMUS, Andrés Dario. *The proliferation of dissenting opinions in international law:* a comparative analysis of the exercise of the right to dissent at the ICJ and IACtHR. 2020. Tese (Doutorado em Direito Internacional) — Universiteit Leiden, Leiden, 2020. Disponível

em: https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/handle/1887/123230. Acesso em: 5 fev. 2026.

SCHMITT, Carl. The Groß raum Order of International Law with a Ban on Intervention for Spatially Foreign Powers: A Contribution to the Concept of Reich in International Law [1939-1941]. In: NUNAN, Timothy (ed). *Carl Schmitt: Writings on War*. Cambridge: Polity Press, 2011. p. 87-88.

SCHMITT, Michael N. Preemptive strategies in international law. *Michigan Journal of International Law*, v. 24, n. 2, p. 513–548, 2003. Disponível em: https://repository.law.umich.edu/mjil/vol24/iss2/1/. Acesso em: 4 jun. 2025.

SCHREUER, Christoph H. State immunity: some recent developments. *Cambridge*: Grotius Publications Ltd., 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo:* Machado de Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SECCO, Lincoln. Geohistória do Sul da Europa 1870-1900. 2010. Tese (Livre-docência em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SENDER, Omri; WOOD, Michael. *Identification of Customary International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2024. DOI: https://doi.org/10.1093/law/9780198848226.001.0001

SGRO, Jill A. China's stance on sovereign immunity: a critical perspective on Jackson v. People's Republic of China. *Columbia Journal of Transnational Law*, v. 22, 1983.

SHAN, Wenhua; WANG, Peng. Divergent views on state immunity in the international community. In: RUYS, Tom; ANGELET, Nicolas; FERRO, Luca (Org.). *The Cambridge handbook of immunities and international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. cap. 4, p. 61-78.

SHIYUE, Lu. *A imunidade jurisdicional dos Estados: reflexões sobre as questões relevantes*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica — Direito Internacional e Relações Internacionais) — Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

SILVA, Ana Beatriz de Oliveira Falcão. *Dominação colonial e o debate sobre "raça" nas relações internacionais*: caso do Estado "Livre" do Congo (1885-1908). 2021. 60 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SILVA, Caroline Medeiros e. *A imunidade de execução de Estados estrangeiros*: fundamentos para flexibilização. 2016. 421 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Caroline Medeiros e**.** *A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros frente às violações de direitos humanos: uma análise à luz do direito internacional contemporâneo.* 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Ruy de Lima Casaes e. *Imunidade Jurisdicional dos Estados*: tendências atuais. 1990. 234 f., il. Tese do XXI Curso de Altos Estudos – Instituto Rio Branco, Brasília, 1990.

SINCLAIR, Ian M. The law of sovereign immunity: recent developments. *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye*, v. 167, 1980, p. 128 e seg.

SINGAPURA. *State Immunity Act 1979*. 1979. Singapore: Government of Singapore.

SITARAMAN, Ganesh. *The use and abuse of foreign law in constitutional interpretation*. Harvard Journal of Law & Public Policy, v. 32, n. 2, p. 653–693, 2009. p. 663. Disponível em: https://journals.law.harvard.edu/jlpp/wp-content/uploads/sites/90/2009/03/sitaraman_final.pdf. Acesso em: 05 mar. 2026.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Das Imunidades de Jurisdição e de Execução.* Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SOUSA, Mônica Tereza Costa. Imunidade de jurisdição de estado estrangeiro: aspectos doutrinários e a jurisprudência brasileira. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 140–154, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15442.

SOUTH AFRICA. Appellate Division. *Government of India v. Carrier (The India)*, 1921 AD 313;

SOUTH AFRICA. Cape of Good Hope Provincial Division. *Ex parte Sulman*, 1942 CPD 407.

SOUTH AFRICA. Natal Provincial Division. *Kavouklis v. Bulgaris*, 1943 NPD 190.

STAUBACH, Peter. *The Rule of Unwritten International Law*: Customary Law, General Principles, and World Order. New York: Taylor & Francis, 2018.

STIFTUNG ERINNERUNG, VERANTWORTUNG UND ZUKUNFT. *25 Jahre Stiftung EVZ*. Berlim, 2025. Disponível em: https://www.25-jahre.stiftung-evz.de. Acesso em: 15 jan. 2026.

STRAPASSON, Kamila Maria; DE QUEIROZ BARBOZA, Estefânia Maria. *O modelo de decisão escrita seriatim adotado pelo Supremo Tribunal Federal: peculiaridades e alternativas*. Pensar – Revista de Ciências Jurídicas, Fortaleza, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/12270. Acesso em: 08 jan. 2026.

SUCHARITKUL, Sompong. Immunities of Foreign States before National Authorities. *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*, v. 149, 1976-I.

SUÍÇA. Conselho Federal. *Ordenança de 12 jul. 1918 que proíbe arresto e execução contra bens de Estados estrangeiros*. Berna: Conselho Federal Suíço, 12 jul. 1918.

SUÍÇA. Tribunal Federal. *Dreyfus case (Switzerland)*, BGE 44 I 49, p. 54, 1918.

SUÍÇA. Tribunal Federal. *République X v. A*. 2003. Journal du droit international, v. 130, 2003, p. 1125–1126. "rattaché de manière suffisante au territoire suisse – Binnenbeziehung".

SWEENEY, Joseph M.; OLIVER, Harris; LEECH, Noyes E. Cases and materials on the international legal system. 3. ed. Westbury, NY: The Foundation Press, 1988.

SWITZERLAND. Federal Council. *Decree of 24 Oct. 1939 subjecting execution against the property of foreign States to the consent of the Federal Council*. Bern: Swiss Federal Council, 24 Oct. 1939.

TATE, Jack B. Changed policy concerning the granting of sovereign immunity to foreign governments. The Department of State Bulletin, Washington, D.C., v. 26, n. 678, p. 984–985, 1952.

TEJADA, Horácio Cruz. *Aproximación a la inmunidad de jurisdicción y de ejecución de los estados extranjeros ante los tribunales colombianos*. Revistas ICDP, v. 37, n. 37, p. 1-29, 2016.

THE DIPLOMAT. *Conflict Between South Korea and Japan Surges Again With Court's 'Comfort Women' Decision*. 25 jan. 2021. Disponível em: https://thediplomat.com/2021/01/conflict-between-south-korea-and-japan-surges-again-with-courts-comfort-women-decision/. Acesso em: 5 abr. 2026.

TIBURCIO, Carmen. *Extensão e limites da jurisdição brasileira*. Salvador: JusPODIVM, 2016.

TOMUSCHAT, Christian. The International Law of State Immunity and Its Development by National Institutions. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 44:1105, p. 1.105-1.140.

TRAPP, Kimberley Natasha; MILLS Alex. Smooth Runs the Water where the Brook is Deep: The Obscured Complexities of Germany v. Italy. In *Cambridge Journal of International and Comparative Law* 1, 2002.

TROOBOFF, Peter D. Foreign State Immunity: Emerging Consensus on Principles, *200 Recueil des Cours: Collected Courses of the Hague Academy of International Law* (1986-V) 235.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction*: an ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS. Decreto do Conselho de Comissários do Povo sobre a nacionalização do comércio exterior, de 22 abr. 1918. *Sbornik dekretov i postanovlenii po narodnomu khoziaistvu. 25 oktiabria 1917 g.-25 oktiabra 1918 g.*, Moscou, p. 235-236, 1918. Disponível em: https://www.marxists.org/history/ussr/events/revolution/documents/1918/04/22.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

UNITED KINGDOM. Court of Appeal. *The Porto Alexandre*. Lloyd's List Law Reports, v. 1, p. 140, 1920.

UNITED KINGDOM. House of Lords. *The Parlement Belge*. Law Reports, Appeal Cases, v. 5, p. 197-218, 1880.

UNITED KINGDOM. *State Immunity Act 1978, Chapter 33*. London: UK Parliament, 1978. Disponível em: https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1978/33/2023-02-23.

UNITED NATIONS. *Draft Articles on Jurisdictional Immunities of States and their Property, with commentaries*. Yearbook of the International Law Commission, 1991, vol. II, Part Two. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/4_1_1991.pdf.

UNITED NATIONS. *International Law Commission. Preliminary report on jurisdictional immunities of States and their property*, by Sompong Sucharitkul, Special Rapporteur. UN Doc. A/CN.4/323, 1979.

UNITED NATIONS. *International Law Commission. Report of the Commission to the General Assembly on the work of its thirty-second session*. Yearbook of the International Law Commission, v. II, pt. 2, 1980, p. 147, § 25.

UNITED NATIONS. *United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property*. New York: United Nations, 2004. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Letter from Jack B. Tate, Acting Legal Adviser, to Acting Attorney General Philip B. Perlman (May 19, 1952). *Department of State Bulletin*, Washington, DC, v. 26, n. 678, p. 984-985, June 1952.

UNITED STATES. *FOREIGN SOVEREIGN IMMUNITIES ACT OF 1976*. 1976. 28 U.S.C. §§ 1602–1611. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.

UNITED STATES. Supreme Court, *Berizzi Brothers Co. v. The S.S. Pesaro*, 271 U.S. 562, 1926, p. 562-565.

UNITED STATES. Supreme Court. *Ex parte Republic of Peru*, 318 U.S. 578 (1943). Washington, D.C., 5 abr. 1943. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/318/578. Acesso em: 1 out. 2025.

UNITED STATES. *U.S. Code: Title 28 – Judiciary and Judicial Procedure. Part IV – Jurisdiction and Venue. Chapter 97 – Jurisdictional Immunities of Foreign States (Sections 1602 to 1611). Section 1605 – General exceptions to the jurisdictional immunity of a foreign state*. Disponível em: https://uscode.house.gov/browse/prelim@title28/part4/chapter97&edition=prelim.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *State Sponsors of Terrorism*. Disponível em: https://www.state.gov/state-sponsors-of-terrorism/. Acesso em: 15 dez. 2025.

U.S. Supreme Court, *The Schooner Exchange v. Mcfaddon*, 11 U.S. 7 Cranch 116, 1812.

UY, Erik. Immunity of States before Belgian Courts and Tribunals. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht*, v. 27, 1967, p. 660-692

VEÇOSO, F. F. C; BRITO, A. S. The Monroe, Calvo, Drago, Tobar, and Estrada Doctrines as Global Ordering. In: Liliana Obregón-Tarazona; Laura Betancur-Restrepo; Juan Manuel Amaya Castro; Daniel Ricardo Quiroga-Villamarín. (Org.). *The Oxford Handbook of International Law and the Americas*. 1ed.Oxford: Oxford University Press, 2026, p. 1-13.;

VEÇOSO, F. F. C.. Resisting Intervention through Sovereign Debt: A Redescription of the Drago Doctrine. *Third World Approaches to International Law Review*, v. 1, p. 74-92, 2020.

VEDOVATO, Luís Renato. A imunidade de soberania e o direito do trabalho: uma adequação da questão às características do direito internacional público. *Revista do TRT da 15ª Região*, Campinas, n. 22, jun. 2003.

VENNEMANN, Renaat. L'immunité d'exécution de l'État étranger. In: CENTRES de droit international. *L'immunité de juridiction et d'exécution des États*: à propos du projet de Convention du Conseil de l'Europe. Bruxelles, 1969. p. 117-129.

VERHOEVEN, J. Jurisprudence belge relative au droit international. *Revue belge de droit international*, v. 9, n. 2, 1973, p. 633.

VIBHUTE, K. I. *International commercial arbitration and state immunity*. New Delhi: Butterworths India, 1999.

VIDAL, Germano Seidl. Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial? *A Defesa Nacional*, nº 769, jul./ago./set. 1995.

VIEIRA, Pedro Guimarães. Imunidade de Jurisdição dos Estados: a Prática Estatal Brasileira e Internacional. *Revista de Direito*, Universidade Federal de Viçosa, v. 5, n. 1, p. 130-131, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/revistadir/issue/view/89/pdf_7.

WANG, Houli. Sovereign immunity: Chinese views and practices. Journal of Chinese Law, v. 1, 1987.

WHYTOCK, Christopher A. Foreign State Immunity and the right to court access. *Boston University Law Review*, v. 93, p. 2033-2093, 2013.

WOOD, Michael; SENDER, Omri. *Identification of Customary International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2024.

WUERTH, Ingrid. *Justice Against Sponsors of Terrorism Act: Initial Analysis*. Lawfare, 29 set. 2016. Disponível em: https://www.lawfaremedia.org/article/justice-against-sponsors-terrorism-act-initial-analysis. Acesso em: 08 jan. 2026.

YANG, Xiaodong. Commercial activity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 75–131. Publicado online em: 5 out. 2012. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/books/abs/state-immunity-in-international-law/commercial-activity/61497FBFE78E641836009F56DD440977.

YANG, Xiaodong. Contracts of employment. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 132–198.

YANG, Xiadong. General principles. In: YANG, Xiaodong. *State Immunity in International Law*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2012, p. 33-74.

YANG, Xiaodong. Measures of constraint. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 343–422. Publicado online em: 5 out. 2012.

YANG, Xiaodong. Notes. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 466–705. Publicado online em: 5 out. 2012.

YANG, Xiaodong. The history of State immunity. In: YANG, Xiaodong. *State immunity in international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6-32. (Cambridge Studies in International and Comparative Law).

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUPPI, Alberto Luis. *La inmunidad jurisdiccional de los Estados extranjeros ante los tribunales argentinos conforme a la Ley 24.488*. El Derecho, n. 8939, 14 fev. 1996.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ACHA-SE desaparecido o barco de pesca “Shangri-La”. *Diário Carioca*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 4628. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/13553.

ARQUIVADO o processo sobre o desaparecimento do “Shangri-lá”. *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1944, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6589. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/17579

CONTINUA desaparecido o “Shangri-lá”. *Gazeta de Notícias*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano 69, nº 167. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_07/15759.

DESAPARECEU com a tripulação. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6359. p 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/14733.

DESAPARECEU o “Shangri-lá”. *Diário da Noite*, 17 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3827. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/18191.

DESAPARECIDO ainda com nove tripulantes o barco de pesca “Shangri-lá”. *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6360. p 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/14759.

DESAPARECIDOS os tripulantes do “Changri-Lah”. *Diário de Pernambuco*, 20 de julho de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 168. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/12753.

DESAPARECIMENTO do “Changri-La” – os tripulantes do barco “Três Irmãos”, que trouxeram os destroços do “Changri-La” para o Rio, posam para a objetiva da “Agência Meridional”. *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 170. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/12768.

DESPEDAÇOU-SE no mar o “Changri-la”. *A Noite*, 19 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XXXIII, nº 11291. p. 14. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/21714.

DIVERSOS fatos policiais. *O Jornal*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XXV, nº 7.393. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/16812.

ESTÃO salvos os tripulantes do “Shangri-Lá”! *Diário da Noite*, 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.899. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/19384.

NÃO mais se soube noticia do “Changrila”. *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XLIII, nº 14.942. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/16794.

O “Changri-Lá” desapareceu com a tripulação. *Diário Carioca*, 07 de março de 1944, Rio de Janeiro, ano XVII, nº 77. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/16008.

*O DESTINO do Changri-lá*. Direção: Flávio Cândido. Produção: Cândido e Moraes. Rio de Janeiro, 2017. 1 vídeo (56 minutos).

O naufrágio do “Shangri-Lá”. *Diário de Notícias*, 07 de março de 1944, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6554. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/17579.

OS dez pescadores do “Changri-Lá” aguardam regresso em Liverpool. *Diário da Noite*, 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.899. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/19393.

SERÃO repatriados os náufragos do “Shangri-La”. *Diario de Pernambuco*, 12 de outubro de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 240. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/13413.

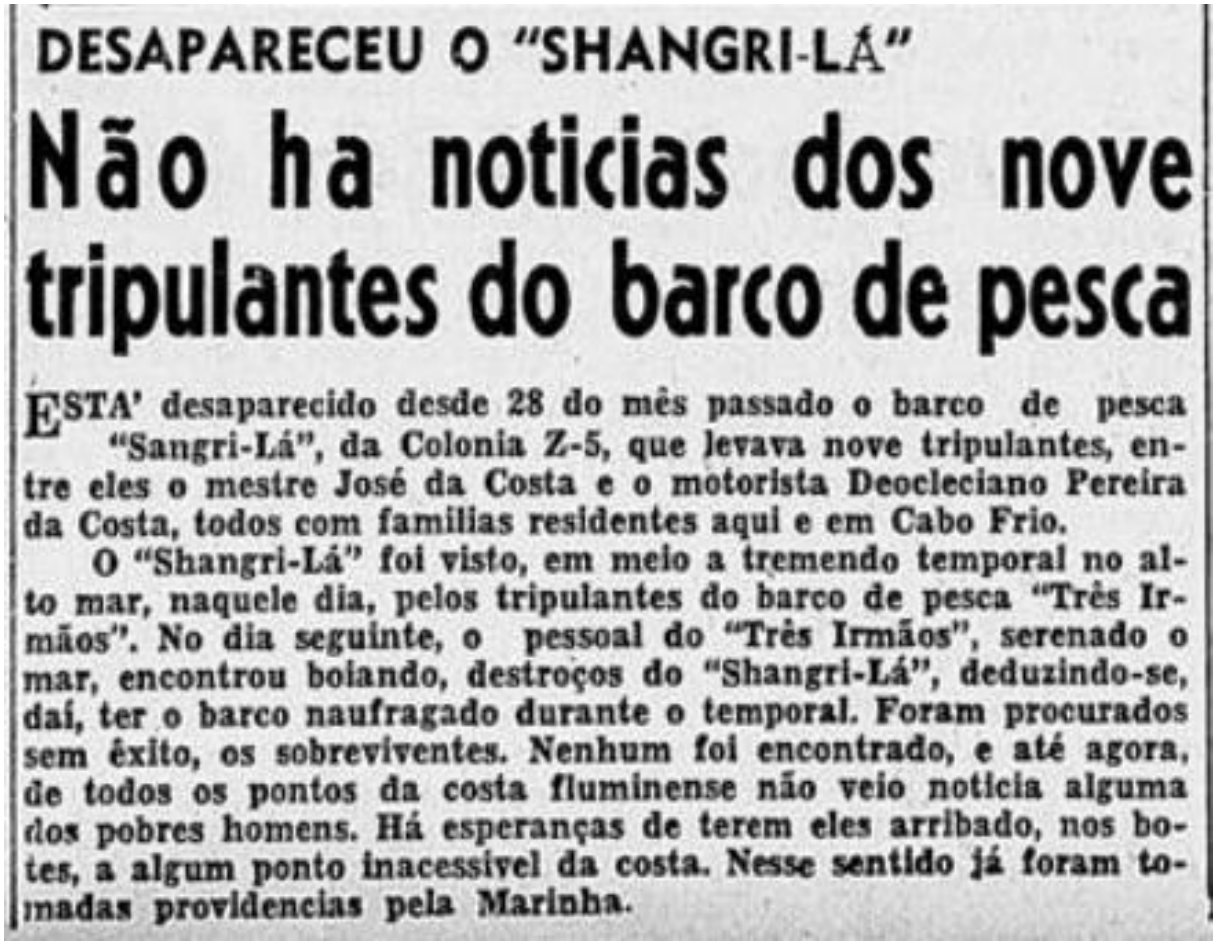
TERIAM sido devorados pelos tubarões os tripulantes do “Changri-la”. *Diário da Noite*, 19 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.828. p. 1 e 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/18199.

TERIAM sido recolhidos pelo “Burnett”. *O Jornal*, 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XXV, nº 7.464. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/17942.

# ANEXOS

## ANEXO A – O CASO CHANGRI-LÁ NARRADO PELOS JORNAIS DA ÉPOCA

*Figura 1 – Desapareceu o "Shangri-lá" (Diário da Noite, 17/07/1943)* [822]



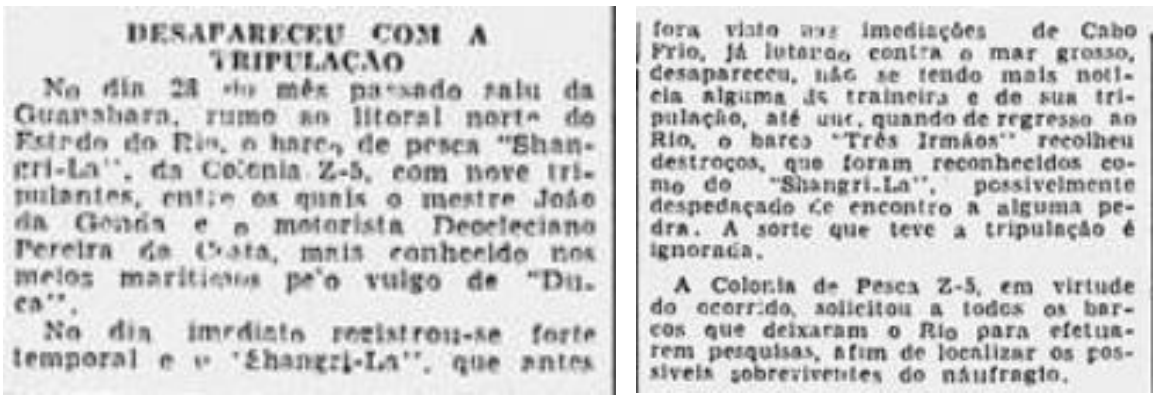
DESAPARECEU O "SHANGRI-LÁ"

**Não ha noticias dos nove tripulantes do barco de pesca**

ESTA' desaparecido desde 28 do mês passado o barco de pesca "Sangri-Lá", da Colonia Z-5, que levava nove tripulantes, entre eles o mestre José da Costa e o motorista Deocleciano Pereira da Costa, todos com familias residentes aqui e em Cabo Frio.

O "Shangri-Lá" foi visto, em meio a tremendo temporal no alto mar, naquele dia, pelos tripulantes do barco de pesca "Três Irmãos". No dia seguinte, o pessoal do "Três Irmãos", serenado o mar, encontrou boiando, destroços do "Shangri-Lá", deduzindo-se, daí, ter o barco naufragado durante o temporal. Foram procurados sem êxito, os sobreviventes. Nenhum foi encontrado, e até agora, de todos os pontos da costa fluminense não veio noticia alguma dos pobres homens. Há esperanças de terem eles arribado, nos botes, a algum ponto inacessivel da costa. Nesse sentido já foram tomadas providencias pela Marinha.

*Figura 2 – Desapareceu com a tripulação (Diário de Notícias, 18/07/1943)*[823]



DESAPARECEU COM A TRIPULAÇÃO

No dia 28 do mês passado saiu da Guanabara, rumo ao litoral norte do Estado do Rio, o barco de pesca "Shangri-La", da Colonia Z-5, com nove tripulantes, entre os quais o mestre João da Gama e o motorista Deocleciano Pereira da Costa, mais conhecido nos meios maritimos pelo vulgo de "Duca".

No dia imediato registrou-se forte temporal e o "Shangri-La", que antes fora visto nas imediações de Cabo Frio, já lutando contra o mar grosso, desapareceu, não se tendo mais noticia alguma da traineira e de sua tripulação, até que, quando de regresso ao Rio, o barco "Três Irmãos" recolheu destroços, que foram reconhecidos como do "Shangri-La", possivelmente despedaçado de encontro a alguma pedra. A sorte que teve a tripulação é ignorada.

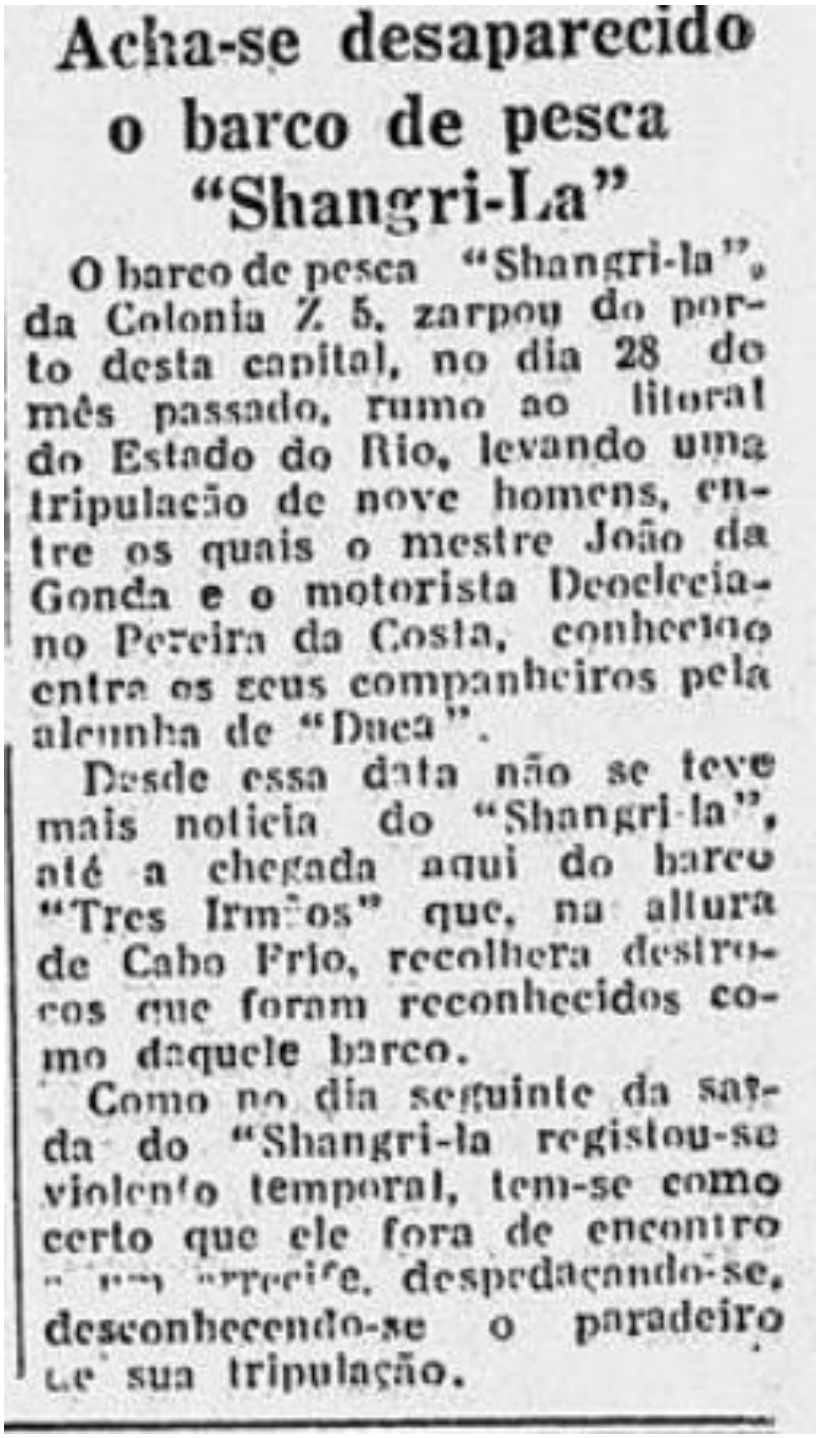
A Colonia de Pesca Z-5, em virtude do ocorrido, solicitou a todos os barcos que deixaram o Rio para efetuarem pesquisas, afim de localizar os possiveis sobreviventes do naufragio.

---

[822] DESAPARECEU o "Shangri-lá". *Diário da Noite*, 17 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3827. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/18191. Acesso em: 02 mar. 2025.

[823] DESAPARECEU com a tripulação. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6359. p 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/14733. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 3 - Acha-se desaparecido o barco de pesca "Shangri-lá" (Diário Carioca, 18/07/1943)*[824]



# Acha-se desaparecido o barco de pesca "Shangri-La"

O barco de pesca "Shangri-la", da Colonia Z 5, zarpou do porto desta capital, no dia 28 do mês passado, rumo ao litoral do Estado do Rio, levando uma tripulação de nove homens, entre os quais o mestre João da Gonda e o motorista Deocleciano Pereira da Costa, conhecido entre os seus companheiros pela alcunha de "Duca".

Desde essa data não se teve mais noticia do "Shangri-la", até a chegada aqui do barco "Tres Irmãos" que, na altura de Cabo Frio, recolhera destroços que foram reconhecidos como daquele barco.

Como no dia seguinte da saida do "Shangri-la registou-se violento temporal, tem-se como certo que ele fora de encontro [illegible], despedaçando-se, desconhecendo-se o paradeiro de sua tripulação.

[824] ACHA-SE desaparecido o barco de pesca "Shangri-La". *Diário Carioca*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 4628. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/13553. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 4 - Diversos fatos policiais (O Jornal, 18/07/1943)*[825]



# DIVERSOS FATOS POLICIAIS

O "Changri-lá", da Colonia Z-5, fez-se ao mar no dia 28 do mês passado, e na manhã seguinte, ancorava em Cabo Frio.

Sua tripulação era composta de 9 homens, todos antigos veteranos nas lides maritimas, encontrando-se entre eles o mestre José da Gorda, um filho deste de 17 anos e o motorista Diocleciano Pereira da Costa, o "Duca" como era conhecido entre os praieiros de Cabo Frio.

Depois de um pequeno interregno, o "Changri-lá" deixou Cabo Frio rumo ao litoral norte do estado fluminense.

Violenta tempestade, desencadeada logo depois, veio surpreender o pequeno barco de pesca em alto mar. O drama que os pescadores então viveram é até agora imprevisivel.

## AO SABOR DAS ONDAS DESTROÇOS DO "CHANGRI-LÁ"

Dias passados o mar estava bastante sereno nas praias de Cabo Frio. Nenhuma noticia, porem se tivera, de sorte da tripulação do "Changri-lá". Uma unanime expectativa de angustia envolvia os humildes homens da colonia Z-5.

Quando o barco "Três Irmãs" ali chegou, trazendo a bordo destroços do "Changri-lá", todas as conjecturas pessimistas que foram feitas acerca dos tripulantes da embarcação tomaram dramaticidade real.

Ali estavam agora pedaços destroçados do "Changri-lá", reconhecidos por Antonio Barros, ou melhor o "Nico" que fora proprietario do barco e o conhecia melhor que ninguem.

## AFLIÇÃO DE NUMEROSAS FAMILIAS

Os nove tripulantes do "Changri-lá" são chefes de familias numerosas. Um deles, Diocleciano Pereira da Costa, é casado em Cabo Frio e pai de três filhos menores.

As familias dos pescadores desaparecidos, umas residentes aqui, outras em Cabo Frio, estão dominadas por grande angustia e afflição. Ha quase vinte dias que não recebem qualquer noticia dos parentes que tripulavam a fragil embarcação.

## NA CAPITANIA DO PORTO

Os destroços do "Changri-lá" foram trazidos para o Rio e aqui entregues, ontem á Capitania do Porto.

Providencias de maior amplitude estão sendo tomadas agora pela Capitania para localizar no litoral fluminense o paradeiro dos nove pescadores.

Foi pedida desde logo a colaboração da Marinha e de aviões da Aeronautica para os serviços de pesquisas no litoral.

O crime ocorreu nos terrenos [illegible] quele estabelecimento e seu autor preso e recolhido ao presidio da [illegible] lonia.

O fato foi levado ao conhecimento das autoridades do 26º distrito, que fizeram recolher o corpo da vi[illegible] ao necroterio do Instituto Me[illegible] Legal.

## COLHIDO POR UM CAMINHÃ

Defronte ao numero 165, da [illegible] Ibiapina, foi colhido pelo auto-tr[illegible] porte 12.728, um menino, de [illegible] branca, de 4 anos de idade pres[illegible] veis.

A criança, cuja identidade é [illegible] conhecida, sofreu graves ferimen[illegible] Socorrida no Posto Central e [illegible] lencia, foi em seguida, internada [illegible] Hospital de Pronto Socorro.

## ROLOU DO ANDAIME AO SO[illegible]

Ontem, quando trabalhava [illegible] predio em construção, á rua Cab[illegible] numero 28, foi vitima de grave [illegible] dente, um homem, de cor parda [illegible] 35 anos presumiveis.

O desconhecido encontrava-se [illegible] 1º andaime, quando foi atacado [illegible] um mal subito, projetando-se ao [illegible] lo. Em consequencia sofreu fr[illegible] ra do cranio.

Em estado grave, foi socorrido [illegible] Posto de Assistencia do Meyer, [illegible] em seguida removido para o [illegible] pital de Pronto Socorro, ali fic[illegible] internado.

## CAIU DO TREM

Quando procurava embarcar [illegible] trem na estação de Triagem, pe[illegible] o equilibrio caindo ao solo, o [illegible] cionario da Leopoldina José Co[illegible] de Souza, de 38 anos de idade, [illegible] do, morador á rua Castro Ta[illegible] numero 153, casa III.

A vitima, que sofreu fratura [illegible] cranio, foi medicada no Posto [illegible] Assistencia do Meyer e após, [illegible] movida para o Hospital de Pr[illegible] Socorro, ali ficando internada.

# Tragedia passional em São Paulo

## MATOU A MULHER E SUICIDOU-SE

S. PAULO, 17 (Meridional) — [illegible] tem ás 14 horas, no bairro de [illegible] Maria, nesta capital, o barbeiro [illegible] quim Vicente dos Santos, de 35 [illegible] matou a tiros sua esposa, [illegible] Mieto, de 29 anos de idade, que [illegible] timamente residia em companhi[illegible] parentes. A vitima foi atingida [illegible] dois tiros no rosto, tendo morte [illegible] diata. Em seguida, o criminoso [illegible] sentou-se á policia, dizendo que [illegible] confiado do procedimento da [illegible] sa, razão porque resolveu mat[illegible] embora dela estivesse separado.

[825] DIVERSOS fatos policiais. *O Jornal*, 18 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XXV, nº 7.393. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/16812. Acesso em: 02 mar. 2025

*Figura 5 - Despedaçou-se no mar o "Changri-lá" (A Noite, 19/07/1943)*[826]



# Despedaçou-se no mar o "Chagrila"

## O barco de pesca tinha nove homens a bordo — Todos desaparecidos

CABO FRIO, 19 (Serviço especial de A NOITE) — Há dez dias que está desaparecido, como já informamos, o barco de pesca "Changrila". A NOITE ouviu sôbre o caso, que está causando, como é natural, inquietação geral, o pescador Joaquim Martins Filho. Disse-nos que o "Changrila" pertence à emprêsa de João Silva e Serafim, do Rio, e chegou a Arraial do Cabo no dia 27 de junho para tomar parte nas festas de S. Pedro. No dia 30, saiu, às 3 horas, passando 4 dias no mar, pescando pouco. Regressou ao Arraial do Cabo, para sair de novo, na expectativa de melhor pesca. Uma tempestade fê-lo regressar novamente ao mesmo ponto. Entretanto, a guarnição do "Changrila" queria pescar e nova saida para o alto. Foi, então, que caiu mais forte temporal, com vento sueste. Desde então não mais se teve notícia do barco. Na praia da Prainha apareceu um pedaço de camemão que foi reconhecido por vários pescadores como sendo do barco desaparecido, pois o "Changrila" fora concertado nos estaleiros Lage daqui. São nove os tripulantes: mestre, José Costa Marques, casado; Ildefonso Alves Silva, casado; Aburrio Viana Aguiar, casado; Zacharias Costa Marques, filho do mestre, de 18 anos, solteiro; Joaquim Matta Navarro, solteiro; Octavio Alcantara Figueiredo, solteiro; Manoel Moutinho, e Manoel Bermacho. Estes dois últimos residem no Rio.

Supõe-se que o barco sofreu um choque em alto mar, tendo partida a tabua do meio ponto. O barco pertencia à Colônia Z-13 de Cabo Frio. Tinha 10 metros e 5 toneladas.

Foram os homens do barco "Tentadora" que ainda viram o "Changila" no dia 5 do corrente, lutando com o forte temporal, isso nas proximidades das ilhas. "Changrila" fazia a pesca dos cações.

De Cabo Frio chegou outro barco, o "Três Irmãos", que trouxe destroços do barco desaparecido e encontrados na praia do arraial, na cidade fluminense. Esses detalhes dão perfeita idéia de que os tripulantes do "Changrila" teriam perecido todos, tragados pelo temporal.

NEURO-PSIQUIATRIA
NERVOSOS
Dr. Argollo – Especialista com 22 anos de prática. Eletroterapia - Psicoterapia. Rua São José. 112 Rio. T. 42-1127, 8 às 12 hs (Cr$ 20,00) 15 às 18 hs. (Cr$ 50,00)

E.R. DE AQUIN
PROCUR
MA
AVENIDA RIO BR
TELEFO
FILIAL EM
R. 15 DE NOVEM
(Edifício Canadá)
AGE
R
AVENIDA AT
TELEFO

[826] DESPEDAÇOU-SE no mar o "Changri-la". *A Noite*, 19 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XXXIII, nº 11291. p. 14. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/348970_04/21714. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 6 - Teriam sido devorados pelos tubarões os tripulantes do "Changri-lá" (Diário da Noite, 19/07/1943)*[827]



# Teriam sido devorados pelos tuba
# rões os tripulantes do «Changri-lá»

**Estiveram em Cabo Frio no dia 5 — Depois d temporal voltaram ao mar — Ainda desapareci dos — Atripulação**

Nenhuma notícia, até agora, che-gou a esta capital sobre o destino dos nove pescadores que, tripulando o barco "Changri-lá", deixaram o porto da Guanabara a 25 do mê próximo passado, rumo ao litora fluminense, para uma de suas habi tuais pescarias, conforme o DIARIO DA NOITE já noticiou, em primei ra mão, na sua ultima edição de sá bado.



Deocleciano Pereira da Cosia, motorista do "Changri-lá", até agora desaparecido

Voltando, ao cáis da praça 15 d Novembro, conseguimos ouvir ali, en tre outros pescadores, o mestre d barco "Tres Irmãs", que chegou d Cabo Frio ante-ontem, trazendo va rios destroços do "Changri-lá". Es ses destroços foram encontrados n praia do arraial do Cabo, sendo tra zidos para esta capital, afim de se rem entregues na Capitania do Por to, com as informações necessarias para o esclarecimento da dramática ocorrencia.

O mestre do barco "Tres Irmãs", sr. Armindo Duarte, antigo pesca-dor, declarou-nos que o "Changri-lá" tinha antes o nome de "San Martin", sendo de dez toneladas com capacidade para oito de carga, via-jando sempre com onze homens de tripulação.

Seu antigo proprietario, muito co-nhecido por "Nico", cujo nome pa-rece ser Antonio Barros, vendeu-o aos srs. João Ferreira de Jesus e Serafim da Silva Filho, este ultimo residente á rua dos Armos n. 68, nesta cidade.

**LUTANDO CONTRA O TEM-PORAL**

Prosseguindo em suas narrações, o pescador Armindo Duarte, acrescen-tou-nos o seguinte:

— As primeiras noticias do "Chan-

[827] TERIAM sido devorados pelos tubarões os tripulantes do "Changri-la". *Diário da Noite*, 19 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.828. p. 1 e 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/18199. Acesso em: 02 mar. 2025.



Continua desaparecido o "Shangri-lá"

NENHUMA NOTICIA DE SUA TRIPULAÇÃO

Tendo deixado a Guanabara, no dia 28 do mês passado, continua ainda desaparecido o barco de pesca "Shangri-lá" da Colônia Z-5, tudo fazendo crer que o mesmo tenha naufragado, suposição bem fundada, à vista do aparecimento dos destroços do mesmo.

A tripulação era composta de onze homens, todos pescadores.

Continuam as providências das autoridades.

*Figura 7 - Continua desaparecido o "Shangri-lá" (Gazeta de Notícias, 20/07/1943)*[828]



Desaparecido ainda com nove tripulantes o barco de pesca "Shangri-lá"

CABO FRIO 19 (Do correspondente) — Continua desaparecido o barco de pesca da Colonia Z-18, de cinco toneladas, que no dia 6 do corrente saiu do Arraial do Cabo, para pesca de cações e foi colhido pela tempestade. Levava ele a bordo a seguinte tripulação: mestre José Costa Marques, casado; Ildefonso Alves Silva, casado; Aburrio Viena Aguiar, casado; Zacarias Costa Marques, filho do mestre, de 18 anos, solteiro; Joaquim Malta Navarro, solteiro; Otavio Alcântara Figueiredo, solteiro; Manuel Moutinho, e Manuel Carmacho.

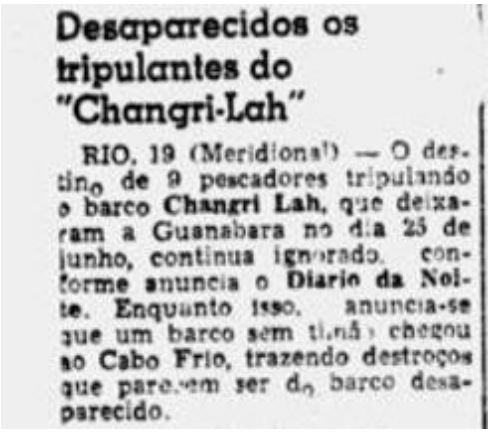
Tripulantes do barco "Três Irmãos", chegados aqui há dias, trouxeram destroços do barco desaparecido, encontrados na praia do arraial. Ao que parece, o "Shangri-lá", nas proximidades das ilhas bateu contra as pedras, arrebentando-se. Acredita-se que morreram todos os seus tripulantes.

*Figura 8 - Desaparecido ainda com nove tripulantes o barco de pesca "Shangri-lá" (Diário de Notícias, 20/07/1943)*[829]

[828] CONTINUA desaparecido o "Shangri-lá". *Gazeta de Notícias*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano 69, nº 167. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_07/15759. Acesso em: 02 mar. 2025.

[829] DESAPARECIDO ainda com nove tripulantes o barco de pesca "Shangri-lá". *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6360. p 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/14759. Acesso em: 02 mar. 2025

*Figura 9 - Desaparecidos os tripulantes do "Changri-Lah" (Diário de Pernambuco, 20/17/1943)*[830]



**Desaparecidos os tripulantes do "Changri-Lah"**

RIO, 19 (Meridional) — O destino de 9 pescadores tripulando o barco **Changri Lah**, que deixaram a Guanabara no dia 25 de junho, continua ignorado, conforme anuncia o **Diario da Noite**. Enquanto isso, anuncia-se que um barco sem tripulação chegou ao Cabo Frio, trazendo destroços que parecem ser do barco desaparecido.

*Figura 10 - Não mais se soube notícia do "Changri-lá" (Correio da Manhã, 20/07/1943)*[120]



**Não mais se soube notícia do "Changrila"**

*Desaparecidos os nove tripulantes do barco de pesca* — Há já mais de dez dias que não se sabe notícia sobre a sorte do barco de pesca "Changrila", que saiu de Cabo Frio, após ter deixado o arraial, no dia 4 deste mês, na espectativa de realizar uma boa pescaria, depois de já haver regressado áquele lugar, por força de temporal enfrentado. Nessa ultima saída para o mar alto, foi que o tempo se encrespou, não se sabendo, desde então, mais notícia do aludido barco, que pertencia á empresa de João Silva & Serafim, com séde nesta capital. Somente, após essa saída, apareceram em Prainha, naquela cidade fluminense, destroços que foram identificados pelos pescadores locais como pertencentes áquele barco. Os tripulantes do "Changrila", de que não há noticias, são em número de nove, e chamam-se: mestre: José Costa Marques (casado); Ildefonso Alves Silva (casado), Aburrio Viana Aguiar (casado), Zacharias Costa Marques (filho do mestre), Joaquim Mata Navarro (solteiro), Octavio Alcantara Figueiredo (solteiro), Manoel Moutinho e Manoel Bermacho. Esses dois últimos eram desta capital. O "Changrila" pertencia á Colônia Z-13, de Cabo Frio. A tripulação do barco "Tentadora" foi que viu o "Changrila" pela última vez, no dia 5, lutando contra forte temporal.

[830] DESAPARECIDOS os tripulantes do "Changri-Lah". *Diário de Pernambuco*, 20 de julho de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 168. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/12753. Acesso em: 02 mar. 2025.

[831] NÃO mais se soube noticia do "Changrila". *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1943, Rio de Janeiro, ano XLIII, nº 14.942. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_05/16794. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 9 – Desaparecimento do "Changri-lá" – os tripulantes do barco "Três Irmãos", que trouxeram os destroços do "Changri-La" para o Rio, posam para a objetiva da "Agência Meridional" (Diário de Pernambuco, 22/07/1943)*[832]



**DESAPARECIMENTO DO "CHANGRI-LA" — Os tripulantes do barco "Três Irmãos", que trouxeram os destroços do "Changri-La" para o Rio, posam para a objetiva da "Agência Meridional"**

RIO, 21 (Meridional) — Nenhuma notícia, até agora, chegou a esta capital sobre o destino dos nove pescadores que, tripulando o barco **Changri-lá**, deixaram o porto da Guanabara, a 23 do mês proximo passado, rumo ao litoral fluminense, para uma de suas pescarias, conforme divulgação feita pelos **Diarios Associados**, antes mesmo que o sensacional e trágico acontecimento tomasse vulto.

Voltando ao cais da praça 15 de Novembro, conseguiu a nossa reportagem ouvir ali, entre outros pescadores, o mestre do barco **Tres Irmãs**, que chegou de Cabo Frio anteontem, trazendo varios destroços do **Changri-lá**. Esses destroços foram encontrados na praia do arraial do Cabo, sendo trazidos para esta capital, afim de serem entregues na Capitania do Porto, com as informações necessarias para o esclarecimento da dramática ocorrencia.

O mestre do barco **Três Irmãs**, sr. Armindo Duarte, antigo pescador, declarou que o referido barco tinha antes o nome de **San Martin**, sendo de dez toneladas, com capacidade para oito de carga, viajando sempre com onze homens de tripulação.

Seu antigo proprietario, muito conhecido por **Nico**, cujo nome parece ser Antonio Barros, vendeu-o aos srs. João Ferreira de Jesus e Serafim da Silva Filho, este ultimo residente á rua dos Armos n. 63, nesta cidade.

**LUTANDO CONTRA O TEMPORAL**

Prosseguindo em suas narrações, o pescador Armindo Duarte, acrescentou o seguinte:

— As primeiras notícias do **Changri-lá** foram trazidas para o Rio pelos tripulantes do barco **Tentadora**, que o avistaram no dia 5 do corrente, em luta com um forte temporal na altura da zona das Ilhas.

O **Três Irmãs** — diz ainda o "lobo do mar" Armindo Duarte — estava, então, com onze homens de equipagem, fazendo pesca de cação.

**DESEMBARCOU DOIS DOENTES EM CABO FRIO**

Naquele mesmo dia, o **Changri-lá** rumou para Cabo Frio, afim de ali desembarcar dois homens de sua tripulação que se achavam doentes.

Desembarcados os enfermos, duas horas depois, quando o tempo amainára, novamente o **Changri-lá** fez-se ao mar em perseguição aos cações.

**NÃO TIVERAM MAIS NOTICIAS**

E, assim, desde o dia 5 do corrente, não tiveram mais noticias do barco, com seus sete homens.

O fato causou gravissimas apreensões no seio das familias desses pescadores, bem como entre os amigos de todos eles que, incessantemente, procuravam em suas viagens pelo litoral algum vestigio dos desaparecidos.

**OS DESTROÇOS**

Há uns quatro dias, navegando na altura da praia do Arraial do Cabo, os tripulantes do barco **Três Irmãs** encontraram pedaços de madeira de um barco.

Os tripulantes do **Três Irmãs**, que tambem se encontrava em serviço de pesca, naquela zona, rumaram ao posto de Cabo Frio, afim de conseguirem a identificação dos destroços.

Ali, o pescador Antonio Barros reconheceu como sendo destroços do **Changri-lá**, adiantando que não havia noticias dos homens de sua equipagem.

**CUSTOU 50.000 CRUZEIROS**

Segundo informações colhidas pela reportagem dos **Diarios Associados**, o barco desaparecido foi adquirido pelos novos proprietarios por elevada soma, montando todas as despezas com as reformas e adaptações a cerca de 50 mil cruzeiros.

**DEVORADOS PELOS CAÇÕES**

A pesca de cação é das mais perigosas, dada a grande envergadura desse peixe e a sua indomavel ferocidade. Chamado cação enquanto pequeno, passa a tubarão quando adulto e atinge a tamanhos consideraveis.

Muito cotada atualmente a sua carne em nossos mercados, varios pescadores estão se dedicando permanentemente á sua pesca em todo o litoral.

No entanto, apesar de andar em cardumes e não ser facil caçá-lo, o **tigre do mar**, como tambem é conhecido, pos-

[832] DESAPARECIMENTO do "Changri-La" – os tripulantes do barco "Três Irmãos", que trouxeram os destroços do "Changri-La" para o Rio, posam para a objetiva da "Agência Meridional". *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 170. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/12768. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 10 - Estão salvos os tripulantes do "Shangri-lá"! (Diário da Noite, 09/10/1943)*[833]



# Estão salvos os tripulantes do «Shangri-Lá»!

## Recolhidos em alto mar pelo "Burme" foram levados para Liverpool

CABO FRIO, 8 (Meridional) — As familias dos pescadores desaparecidos, do barco "Changrila", foram agora informadas pelo comandante de um navio aqui chegado de que os mesmos foram recolhidos pelo navio "Burmé", encontrando-se atualmente em Liverpool, todos passando bem.

*Figura 11 - Os dez pescadores do "Changri-lá" aguardam regresso em Liverpool (Diário da Noite, 09/10/1943)*[834]



# Os dez pescadores do «Changri-Lá» aguardam regresso em Liverpool

## Das perspectivas dramáticas do naufragio à sensação de uma perigosa travessia para o continente europeu

Um despacho telegrafico de Cabo Frio, por intermedio da Meridional, divulgado pelo DIARIO DA NOITE em sua primeira edição, deu-nos a satisfatoria noticia de que os dez pescadores que tripulavam o "Changri-lá", barco da Colonia Z 5, dados como desaparecidos desde os primeiros dias de julho do ano corrente, se encontram sãos e salvos em Liverpool, na Inglaterra.

Devem estar lembrados os nossos leitores de que foi o DIARIO DA NOITE que, num esforço de sua reportagem, primeiro publicou o dramatico naufragio do "Changri-lá", no litoral fluminense, proximo á cidade de Cabo Frio.

Com dez tripulantes, o "Changri-lá" deixára o Cais do Pharoux, a 25 de junho para uma grande pescaria de cações no litoral.

Na primeira oportunidade, deverão voltar ao seio de suas familias que já receberam comunicação official do local onde se acham.

Ardor e coceiras da pele

SE estiver atacado de RACHADURAS, BOLHAS DE AGUA e FRIEIRAS, não é ácido bórico, é uma infecção fungosa. SKINIZINE, novo preparado farmacêutico de ação rápida, combate a causa desses males imediatamente.

SKINIZINE

[833] ESTÃO salvos os tripulantes do "Shangri-Lá"! *Diário da Noite,* 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.899. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/19384. Acesso em: 02 mar. 2025.

[834] OS dez pescadores do "Changri-Lá" aguardam regresso em Liverpool. *Diário da Noite,* 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3.899. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/221961_02/19393. Acesso em: 02 mar. 2025.



# Teriam sido recolhidos pelo "Burnett"

CABO FRIO, 8 (Meridional) — As familias dos pescadores desaparecidos, no barco "Changrilá" foram agora informada, pelo comandante de um navio aqui chegado, de que os mesmos foram recolhidos pelo navio "Burnett", encontrando-se atualmente em Liverpool, todos passando bem.

*Figura 12 - Teriam sido recolhidos pelo "Burnett" (O Jornal, 09/10/1943)*[835]



# Serão repatriados os naufragos do "Shangri-La"

RIO, 11 (Meridional) — Anuncia-se que os tripulantes do navio pesqueiro brasileiro "Shangri-La", afundado por uma tempestade nas costas do cabo Frio levados pelo vapor "Burme" para Liverpool, serão repatriados, por intervenção do Itamarati. A noticia do salvamento dos mesmos, só agora conhecida, constituiu um alivio para os seus parentes.

*Figura 13 - Serão repatriados os náufragos do "Shangri-lá" (Diário de Pernambuco, 12/10/1943)*[836]

[835] TERIAM sido recolhidos pelo “Burnett”. *O Jornal,* 09 de outubro de 1943, Rio de Janeiro, ano XXV, nº 7.464. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_04/17942. Acesso em: 02 mar. 2025.

[836] SERÃO repatriados os náufragos do “Shangri-La”. *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1943, Pernambuco, ano 118, nº 240. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_12/13413. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 14 - O naufrágio do "Shangri-lá" (Diário de Notícias, 07/03/1944)*[837]



NOTICIAS DA MARINHA

# CURSO DE TÁTICA ANTI-SUBMARINA

## Relação dos candidatos aprovados -- Arquivado o processo sobre o naufragio do barco "Shangri-la"

Foram aprovados no Curso de Tática Anti-Submarina, do Centro de Instrução de Guerra-Anti-Submarina, os seguintes oficiais:

Capitães-tenentes J Gastão B. Carmo Junior, Amarilio Alves Teixeira, Mario Geraldo F. Braga, Ernani Jaime Lima, Dominbos Rodrigues Pampa, Luiz F. Buriamaqui Cunha, Rodolfai Costa C. Freitas e Helio Marroig de Melo.

Primeiros tenentes — Edi Sampaio Espellet, Antonio M. Nunes de Sousa, Paulo Lebre P. das Neves, Geraldo Avila Mascarenhas, Valmir de A. Lassance, Álvaro Calheiros, Mario Soares Pinheiro e Olavo Cruz Mascarenhas.

Segundo tenente — Douglas S. A. Levier.

### O NAUFRAGIO DO "SHANGRI-LA"

Em dias de junho de 1943, o barco a motor, de pesca, "Shangri-lá", achando-se ao largo do litoral de Cabo Frio, foi envolvido pelo mar revolto resultando seu desaparecimento com a dolorosa perda da tripulação que se encontrava a bordo, tendo sido organizado um processo, que acaba de ser mandado arquivar pelo Tribunal Maritimo Administrativo, em face da absoluta impossibilidade na obtenção de qualquer prova ou referencia, como ainda por considerar o evento como fortuito. Presidiu a sessão do Tribunal o almirante Mario de Oliveira, tendo comparecido os juizes Araujo Pimentel, Antunes Braga, Carlos Miranda, Stoll Gonçalves e Francisco Rocha. Funcionou o procurador Ulisses de Araujo, tendo secretariado os trabalhos o sr. Robert F. Bruce.

Moacir Dantas Itapicurú Coelho, do Serviço de Pronto Socorro Naval; capitão de corveta médico dr. Armando Barroso Studart, do Corpo de Fuzileiros Navais; e capitão tenente médico dr. Nassin Jabur, do navio "Vital de Oliveira".

### ELOGIO

O comandante da Força Naval de Noroeste assinou o seguinte elogio. "O comandante, oficiais e guarnições do caça-submarino "Goiana" demonstraram boas qualidades marinheiras e fisicas, assim como, condições profissionais e técnicas, nas duras e longas singraduras, em comboio, de Miami até este porto, pelo que tenho grande satisfação em elogiá-los."

### O MINISTRO INSPECIONOU A ESCOLA NAVAL

O almirante Aristides Guilhem, ministro da Marinha, acompanhado de seu ajudante de ordens, comandante Barreiros, visitou ontem a Escola Naval, onde foi recebido pelo diretor daquele estabelecimento, almirante Mario Hecksher, que o acompanhou na inspeção que realizou aos varios departamentos daquela Escola.

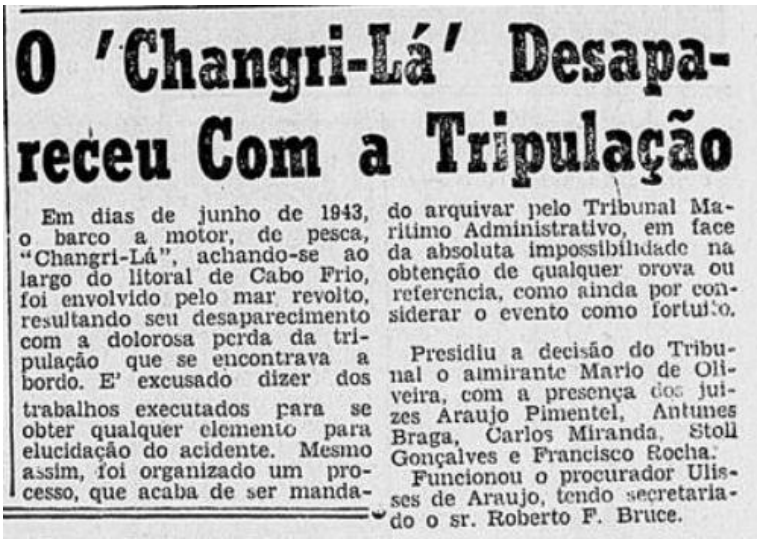
### NO ITAMARATI O ALMIRANTE ARISTIDES GUILHEM

O titular da pasta da Marinha esteve no Itamarati em visita ao sr. Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, com quem manteve demorada palestra.

# JUSTIÇA MILITAR

[837] O naufrágio do "Shangri-Lá". *Diário de Notícias,* 07 de março de 1944, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6554. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_02/17579. Acesso em: 02 mar. 2025.

*Figura 15 - O "Changri-lá" desapareceu com a tripulação (Diário Carioca, 07/03/1944)*[838]



# O 'Changri-Lá' Desapareceu Com a Tripulação

Em dias de junho de 1943, o barco a motor, de pesca, "Changri-Lá", achando-se ao largo do litoral de Cabo Frio, foi envolvido pelo mar revolto, resultando seu desaparecimento com a dolorosa perda da tripulação que se encontrava a bordo. E' excusado dizer dos trabalhos executados para se obter qualquer elemento para elucidação do acidente. Mesmo assim, foi organizado um processo, que acaba de ser mandado arquivar pelo Tribunal Maritimo Administrativo, em face da absoluta impossibilidade na obtenção de qualquer prova ou referencia, como ainda por considerar o evento como fortuito.

Presidiu a decisão do Tribunal o almirante Mario de Oliveira, com a presença dos juizes Araujo Pimentel, Antunes Braga, Carlos Miranda, Stoll Gonçalves e Francisco Rocha.

Funcionou o procurador Ulisses de Araujo, tendo secretariado o sr. Roberto F. Bruce.

*Figura 16 - Arquivado o processo sobre o desaparecimento do "Shangri-lá" (Diário de Notícias, 18/04/1944)*[839]



## Relação dos candidatos que poderão submeter-se às provas — Organizado o programa do Curso de Especialização de Sinais — Arquivado o processo sobre o desaparecimento do "Shangri-lá" — Criando o cargo de Desenhista de Construção Naval — Outras notas

O almirante Guilherme Rieken, diretor do Ensino Naval, determinou que todas as provas dos exames de habilitação para sub-oficial da Armada se realizem na primeira quinzena de junho próximo.

Poderão submeter-se a esses exames os primeiros sargentos: — Joel de Oliveira, Manuel Mario Matis, Ananias Dias Ribeiro, João de Lima, José Pereira Mourão, Manuel Francisco Teixeira de Faria, Severino Correia Nóbrega, João Ferreira de Oliveira, José Ivo Ferreira, Josefa Gaspar Palcão Rodrigues, Raul Gabriel Alves, Vanderlei do Nascimento, Murilo dos Santos Reis, José Augusto da Costa, Antonio Batista, Odilon Alves de Oliveira, Carlos Gomes da Costa, Francisco Lara do Amaral, Eduardo Brandt, Paulo da Silva Melo, Manuel Elias Bonfim, Antonio Brito Ramos, Oscar Francisco Cordeiro, Urquiza Meneses, Manuel Rosa de Lemos, José Angelo de Almeida, Agenor Correia Barbosa, Otavio dos Santos Cardoso, Antonio Galdino, João Alves dos Prazeres, Benedito Barbosa de Sousa, João Batista de Sousa, Manuel dos Reis, Hipólito Heleno Pereira, João Dantas, Antonio do Amaral Junior, Virgilio Manuel Sagaz, Eurico José da Silveira em escote e dez (10) em semáfora, por minuto (cada palavra corresponde um grupo de cinco (5) letras); 9 — Trabalhos de marinharia que interessam a sinalaria. Confecção e consertos de bandeiras, pavilhões, etc.

— Aprovados no exame de admissão, foram matriculados no Curso de Especialização de Sinais: — Atanazildo dos Santos, Arnaud da Rocha Protetor, Jarbas da Costa Simões, Nivaldo de Oliveira Costa, Severino Antonio da Silva, Daniel Soares de Araujo, Odilon Sergio Sodré e Raimundo Alves da Cunha.

### O DESAPARECIMENTO DO "SHANGRI-LA"

Em sessão presidida pelo almirante Mario de Oliveira Sampaio, o Tribunal Maritimo Administrativo julgou o processo sobre o desaparecimento do barco de pesca "Shangri-lá", que desapareceu, em circunstancias estranhas, após deixar o porto de Cabo Frio, com dez homens a bordo, sendo seis tripulantes e quatro pescadores. Aberto inquérito a respeito, nada ficou apurado, tendo sido encontrada apenas uma tabua da embarcação. O Tribunal Maritimo mandou arquivar o processo.

---

[838] O "Changri-Lá" desapareceu com a tripulação. *Diário Carioca*, 07 de março de 1944, Rio de Janeiro, ano XVII, nº 77. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_03/16008. Acesso em: 02 mar. 2025.

[839] ARQUIVADO o processo sobre o desaparecimento do "Shangri-lá". *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1944, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 6589. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/093718_02/18123. Acesso em: 02 mar. 2025.